UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS E DAS TÉCNICAS E EPISTEMOLOGIA

LUIZ ARTHUR SILVA DE FARIA

DIGITALIZAÇÕES DE MOEDAS SOCIAIS NO BRASIL E SUAS (PRÉ)HISTÓRIAS:
tensões e mediações com Estados, mercados e tecnologias

RIO DE JANEIRO
2018

LUIZ ARTHUR SILVA DE FARIA

DIGITALIZAÇÕES DE MOEDAS SOCIAIS NO BRASIL E SUAS (PRÉ)HISTÓRIAS:
tensões e mediações com Estados, mercados e tecnologias

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia.

Orientador: Henrique Luiz Cukierman

Rio de Janeiro

2018

CIP - Catalogação na Publicação

F224d

Faria, Luiz Arthur Silva de
Digitalizações de moedas sociais no Brasil e suas (Pré)Histórias: tensões e mediações com Estados, mercados e tecnologias / Luiz Arthur Silva de Faria. -- Rio de Janeiro, 2018.
428 f.

Orientador: Henrique Luiz Cukierman.
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Decania do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia, 2018.

1. Moedas sociais. 2. Bancos comunitários. 3. Meios de pagamento eletrônicos. 4. Criptomoedas. 5. Teoria ator rede. I. Cukierman, Henrique Luiz, orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

LUIZ ARTHUR SILVA DE FARIA

DIGITALIZAÇÕES DE MOEDAS SOCIAIS NO BRASIL E SUAS (PRÉ)HISTÓRIAS: TENSÕES E MEDIAÇÕES COM ESTADOS, MERCADOS E TECNOLOGIAS

Tese submetida ao corpo docente do Programa de História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia (HCTE), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em História das Ciências, das Técnicas e Epistemologia.

Aprovada em: 26 de novembro de 2018

Prof. Dr. Henrique Luiz Cukierman
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Ivan da Costa Marques
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antônio Cláudio Gómez de Souza
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof[a]. Dra. Isabel Leite Cafezeiro
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Eduardo Henrique Diniz
Fundação Getúlio Vargas / SP

Prof. Dr. Marcelo Fornazin
Universidade Federal Fluminense

DEDICATÓRIA

A todos aqueles que acreditam em aprofundar e reinventar
práticas democráticas, nas mais diversas arenas da vida.
Em especial, àqueles que agem nesse sentido.

AGRADECIMENTOS

À minha família de todos os dias. Alice, minha filha, no início sem entender do que se tratava a pesquisa, depois inconformada por tanto tempo de dedicação “só por umas moedinhas”, e por fim ansiosa por passar mais tempo comigo. À Viviane, que segurou todas as pontas para que essa pesquisa pudesse chegar até ao seu final.

Aos meus pais Sueli e Luiz Carlos, a quem devo toda a formação para o diálogo, pelo estudo, e para olhar para as periferias.

Aos bancos comunitários brasileiros, meu profundo respeito e admiração a todas e todos que constroem essa história cotidiana e incansavelmente. Muito obrigado pela acolhida nos bancos Palmas, Mumbuca e Preventório, em especial a Joaquim, Jaqueline, Asier, Natália, Brandi, Patrícia, Sônia, Hosana e Marcos Rodrigo.

A Henrique Cukierman, pela parceria, pelas revisões, pelas bibliografias, pela paciência, pela mobilização. A todo o coletivo ampliado de pesquisa do LabIS/UFRJ. A Fernando Severo e a Paulo Feitosa, por todos os projetos realizados e por realizar. A Zé Marcos, Pedro Braga, Daniele Santos, Henrique Andrade, Cristina Valente, Alberto de Lima, Ricardo Julian, Narrira Lemos, André Sobral, Clécio Santos, por todos os diálogos e sugestões.

Ao Programa de Doutorado-sanduíche no Exterior (PDSE/CAPES) pelo apoio nos estudos no Centre de Sociologie de l’Innovation (CSI, École des Mines, Paris). Ao coletivo do CSI, em especial a Fabian Muniesa, pela orientação no exterior, e também a Alexandre Mallard e ao conjunto de doutorandos pelos diálogos e sugestões à pesquisa.

A Jaciméia (*in memoriam*), Jonivaldo e Conceição por articularem minha estadia no doutorado sanduíche. A Bruno, Diego, Rafael, Rubens (coletivo *Laya*), Paula, Ana Paula, Larissa, Juliana, Nadayka, Caio, Genaro, Emanuel, Pedro e a todos os novos amigos pesquisadores que encontrei na jornada do doutorado sanduíche, pela convivência, pelos cursos de francês, pelas incertezas e pelos sonhos em comum.

Aos colegas e amigos da Petrobras, e à instituição, por todo o apoio.

Aos demais familiares e amigos, de quem muitas vezes involuntariamente me ausentei da agradável convivência. Em especial ao coletivo chope de quinta (CDQ), minha terapia, meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

FARIA, Luiz Arthur Silva de. *Digitalizações de moedas sociais no Brasil e suas (Pré)Histórias: tensões e mediações com Estados, mercados e tecnologias*. Tese (Doutorado em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia) – Programa em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

A presente tese investiga as implicações das digitalizações das chamadas moedas sociais no Brasil, ou seja, das diferentes maneiras de transformar as materialidades de papéis-moeda que circulam desde o início dos anos 2000 em territórios relativamente pequenos, como um bairro ou um município, de tal forma que passem a circular por meio de em cartões, aplicativos para celular etc. Para isso, a tese apoia-se principalmente no campo dos estudos em Ciência, Tecnologia e Sociedade (Estudos CTS) e em autores que transitam pela antropologia e sociologia da economia e do dinheiro. A pesquisa acompanhou em especial tentativas de implantação de moedas situadas no Estado do Rio de Janeiro, vinculadas à rede que reúne mais de uma centena de Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs), que compartilham versões de uma metodologia de moeda social desenvolvida pelo pioneiro Banco Palmas (Ceará, Brasil). A tese segue rastros das histórias (e “pré-histórias”) das propostas de digitalização dessas moedas sociais, especialmente em suas tensões tanto nas relações com distintas institucionalidades do Estado brasileiro, como com diferentes formas de mercado, e ainda tensões imbricadas em variados artefatos tecnológicos. A pesquisa aponta para a não neutralidade das tecnologias e para a ressignificação (incorporada às novas materialidades das moedas) de elementos constituintes da proposição dos BCDs, a saber, autonomias, proximidades, sustentabilidades financeiras, mobilizações comunitárias, “mediações”, e democracias econômicas.

PALAVRAS-CHAVE: Moedas sociais; Bancos comunitários; Tecnologias da informação; Meios de pagamento eletrônicos; Criptomoedas; Sociologia da tradução; Teoria ator rede.

ABSTRACT

The present study investigates the implications of digitalization processes of the so-called social currencies in Brazil, in other words, the different ways of transforming the materialities of paper money that has circulated since the beginning of the 2000s in relatively small territories, such as a neighbourhood or a municipality, so that they start to circulate through cards, mobile applications, and so on. In this sense, the thesis is based mainly on the field of Science and Technology Studies (STS) and in anthropology and sociology of economy and money authors. The research follows in particular the attempts to implement currencies located in the State of Rio de Janeiro, connected to the network that brings together more than a hundred Community Development Banks (CDB), which share versions of a social currency methodology developed by the pioneer Banco Palmas (Ceará, Brazil). The thesis follows the histories (and "pre-histories") of the digitization proposals of these social currencies, especially in their tensions both in relation to different institutions of the Brazilian State and with different market forms, and also tensions imbricated in technological artifacts. The research points to the non-neutrality of technologies and to the re-signification (incorporated into the new materialities of the currencies) of constituent elements of the proposition of CDBs, namely, autonomies, neighbourhoods, financial sustainability, community mobilizations, mediations, and economic democracies.

PALAVRAS-CHAVE: Social currencies; Community banks; Information technologies; Electronic payment; Cryptocurrencies; Sociology of translation; Actor network theory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – O Bocade de Tucumán, e sua defesa.....45
Figura 2 – De Gaulle, Nixon e a geopolítica do (lastro do) Dólar.....51
Figura 3 – Dívida pública estadunidense: crescimento após ouro sair da rede do dólar.....51
Figura 4 – Banco Palmas em 1998 e o PalmaCard.....60
Figura 5 – Moedas do Conjunto Palmeiras.....61
Figura 6 – Diagrama com a circulação da moeda social (papel-moeda) com metodologia do Banco Palmas.....68
Figura 7 – BACEN e SENAES formalizam entrada no circuito de alianças dos BCDs 73
Figura 8 – Prefeitura de Maricá: legislação e convênio com Banco Palmas.....91
Figura 9 – Bens comuns: gradações quanto à regulação e ao controle por um grupo 96
Figura 10 – Diagrama com a circulação da moeda social Mumbuca.....101
Figura 11 – Primeira beneficiária e o cartão Mumbuca.....105
Figura 12 – Números da pesquisa: Mumbuca caixapretizada.....116
Figura 13 – Promessas de um Cartão Mumbuca (des)materializado em um aplicativo de celular.....120
Figura 14 – École des Mines (Mines ParisTech), um dos berços da Teoria Ator-Rede 129
Figura 15 – Conexões entre o “local” e o “global”.....134
Figura 16 – Maricá: campeã em royalties do petróleo no Estado do Rio de Janeiro em 2017.....139
Figura 17 – Greenbacks, em duas versões.....151
Figura 18 – Banco do Preventório, enredado com seus militantes-construtores, com as TICs e com a Baia de Guanabara.....175
Figura 19 – O Banco Comunitário do Preventório visto por dentro.....182
Figura 20 – Empréstimos realizados pelo BCD do Preventório.....185
Figura 21 – Transparência e despesas do BCD do Preventório.....186
Figura 22 – Diagrama com a circulação do E-dinheiro com a metodologia do Banco Palmas.....204
Figura 23 – O discurso do E-dinheiro nos materiais de treinamento e divulgação. .206
Figura 24 – Discurso dos bancos digitais e a tensão com os bancos comunitários 209
Figura 25 – O E-dinheiro e o Banco Nacional das Comunidades.....213
Figura 26 – E-dinheiro comprado pela Rede de BCDs.....215
Figura 27 – A rede (frágil) do BCD do Preventório.....227
Figura 28 – Evento “Start in ESS”, em Paris.....236
Figura 29 – O Corais.org, as ofertas e demandas precificadas em Conchas.....288
Figura 30 – Blockchain: processo de validação das transações e rede P2P.....301
Figura 31 – Bitcoin: discurso de proteção do cidadão frente ao Estado circula no FISL.....306

Figura 32 – Esboço do “painel de transparência”: concentração de vendas da Mumbuca.....318

LISTA DE SIGLAS

BACEN	Banco Central do Brasil
BCD	Banco Comunitário de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRT	Bus Rapid Transit
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDD	Cidade de Deus
CEF	Caixa Econômica Federal
CONAES	Conferência Nacional de Economia Solidária
CRFB	Constituição da República Federativa do Brasil
CTS	Ciência, Tecnologia e Sociedade
EAF	Entidade de Apoio e Fomento
EES	Empreendimentos de Economia Solidária
FBB	Fundação Banco do Brasil
FdE	Fora do Eixo
FdE	Fora do Eixo
FED	Federal Reserve
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FISL	Fórum Internacional de Software Livre
GP	Gestores Públicos
IEES	Incubadora de Empreendimentos em Economia Solidária
ITES	Incubadora Tecnológica de Economia Solidária
MAP	Mulheres Artesãs do Preventório
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MPU	Ministério Público da União
NESOL	Núcleo de Economia Solidária
PDSE	Programa de Doutorado-sanduíche no Exterior
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
RENAJOC	Rede Nacional de Adolescentes e Jovens Comunicadores
SEDES	Secretaria de Desenvolvimento Social e Economia Solidária
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
TAR	Teoria Ator-Rede
TICs	Tecnologias da informação e comunicação
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFCE	Universidade Federal do Ceará
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....15
1.1 MOTIVAÇÕES E OPÇÕES.....16
1.2 ENQUADRANDO A PESQUISA.....22
1.3 O PROBLEMA.....24
1.4 MOEDAS SOCIAIS ELETRÔNICAS NOS BCDS: QUAIS AS IMPLICAÇÕES DE UM NOVO CICLO? 27
1.5 COMO SEGUIR ESTE OBJETO?.....29
1.6 FONTES.....31
1.7 OS CAPÍTULOS.....33
1.7.1 Parte I – Tensões jurídico-estatais.....34
1.7.2 Parte II – Tensões financeiras e de identidade.....36
1.7.3 Parte III – Tensões sociotécnicas.....37
1.7.4 Considerações finais.....39

PARTE I – TENSÕES JURÍDICO-ESTATAIS

2 PRÉ-HISTÓRIAS DE MOEDAS SOCIAIS E COMPLEMENTARES: BRASIL E ARGENTINA.....41
2.1 O BOCADE: EMPRÉSTIMO À POPULAÇÃO PARA REDUZIR UM DÉFICIT PÚBLICO.....44
2.2 LASTRO E DÍVIDA PÚBLICA DO DÓLAR: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS 48
2.3 “DEUS CRIOU O MUNDO, E NÓS CRIAMOS O CONJUNTO PALMEIRAS”. MAS NÃO ESTAMOS SÓS.....54
2.3.1 Da pobreza e da escassez para autonomias?.....58
2.3.2 Uma experiência legal e sem mágicas.....63
2.3.3 Expandindo a rede dos BCDs: traduções para diferentes Estados e racionalidades.....71

3 A MUMBUCA E AS MOEDAS ELETRÔNICAS.....83
3.1 ENTRE O COMUNITÁRIO E O ESTATAL: CONEXÃO PALMAS–MARICÁ, COM ESCALAS.....83
3.1.1 Bancos comunitários organizados para (ou por) populações carentes?.....86
3.1.2 A escala age. E as proximidades deparam-se com cartões e maquininhas.....97
3.2 MOEDAS ELETRÔNICAS: LEGISLANDO SOBRE (E CONFORMANDO) UMA TENDÊNCIA NATURAL?.....118
3.2.1 As promessas e os limites das TICs.....125
3.2.2 O global como um efeito de um local (extremamente conectado) no poder...134

PARTE II – TENSÕES FINANCEIRAS E DE IDENTIDADE

4 OS MERCADOS E O SOCIAL.....143
4.1 HISTORICIZANDO TEORIAS E OBJETOS MODERNOS.....148
4.2 (RE)CONHECENDO O SOCIAL E O ECONÔMICO.....158

5 O E-DINHEIRO NO PREVENTÓRIO E NA REDE DOS BCDS.....173
5.1 EM BUSCA DE CRÉDITO DENTRO E FORA DA FAVELA: "SE VIRA, MALANDRO".....174
5.1.1 Se virando no Prevê: um dia a dia de lutas e misturas socioeconômicas.....179
5.1.2 Se virando mundo afora: militâncias e conhecimentos respeitáveis.....191
5.2 O E-DINHEIRO "SE VENDENDO" PARA OS BCDS: A INDEPENDÊNCIA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA?.....199
5.2.1 Expandindo a rede: disseminando ou traduzindo?.....205
5.2.2 Expandindo a rede: instabilidades e (re)estabilizações.....212
5.3 NOVOS CONHECIMENTOS E ENGAJAMENTOS: PRA VIDA TODA E MAIS QUINZE DIAS.....216
5.3.1 A molecada do Prevê: quase um capítulo à parte.....223
5.3.2 A ubiquidade (e as diferenças) das molecadas: emergências um pouquinho lentas.....233

PARTE III – TENSÕES SOCIOTÉCNICAS

6 PLURALIDADES MONETÁRIAS E TECNOLÓGICAS.....240
6.1 DINHEIROS E MOEDAS: EM BUSCA DE CLASSIFICAÇÕES (PARA QUÊ?) 243
6.2 TECNOLOGIAS PROPAGANDO, EMBUTINDO E PRIVILEGIANDO PRÁTICAS 251
7 O E-DINHEIRO E OS (DES)ENCONTROS COM OUTROS MODELOS E MOEDAS ALTERNATIVAS.....260
7.1 AS ESCOLHAS NO E-DINHEIRO E OS EESS CONECTADOS AOS SOFTWARES LIVRES.....261
7.1.1 Afinidades e utopias: moedas sociais e softwares livres como bens comuns? 264
7.1.2 Contingências e mediações: e o que é possível agora?.....273
7.2 PRODUTORAS CULTURAIS COLABORATIVAS: INSPIRAÇÃO NOS BCDS, TRADUÇÕES PRÓPRIAS NOS CIRCUITOS DE CULTURA.....281
7.2.1 Programando um mercado: rastreando e delimitando as trocas.....286
7.2.2 Desconectando do dinheiro moderno: (re)aprendendo saídas para os / dos

territórios.....293
7.3 O DOWNLOAD DA BITCOIN NO BRASIL. E A CIRCULAÇÃO DAS (PRÁTICAS) DAS CRIPTOMOEDAS NA REDE DE BCDS.....298

7.3.1 Uma tecnoutopia: coletando traços do discurso da Bitcoin.....304
7.3.2 Antropohakeando a Bitcoin: possibilidades de (cripto)democracias econômicas 310

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....321
8.1 ACOMPANHANDO OS ATORES E SUAS REDES.....322
8.2 RESGATANDO ÊNFASES: DE FICÇÕES A FATOS, AGORA COM PARAFERNÁLIAS DIGITAIS.....328
8.3 RECONFIGURANDO PRÁTICAS E PRINCÍPIOS DOS BANCOS COMUNITÁRIOS.....332

APÊNDICE 1 – “MOEDINHAS”.....340
APÊNDICE 2 – BANCO PALMAS.....346
APÊNDICE 3 – O BANCO MUMBUCA.....350
APÊNDICE 4 – OUTROS NÚMEROS DA MUMBUCA.....358
APÊNDICE 5 – O BCD DO PREVENTÓRIO.....363
APÊNDICE 6 – MAPA DE TROCAS DA REDE SOLIDÁRIA DO PREVENTÓRIO..366
APÊNDICE 7 – PLANO DE TRABALHO PARA O E-DINHEIRO NO PREVENTÓRIO.....367
APÊNDICE 8 – O E-DINHEIRO EM MAIS NÚMEROS.....368
APÊNDICE 9 – FÓRUNS E ENCONTROS.....369
APÊNDICE 10 – ENQUETE DINHEIROS, TECNOLOGIAS E NÓS.....375
APÊNDICE 11 – ENQUETE PARA OS BCDS.....378
APÊNDICE 12 – ROTEIROS PARA ENTREVISTAS.....381
APÊNDICE 13 – LIMITES, PESQUISAS E DESAFIOS FUTUROS.....385
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....388
NOTAS DE TRADUÇÃO.....422

1 INTRODUÇÃO

Cena 1

7h da manhã, algum sábado de 2016, Colégio Estadual Aurelino Leal, Ingá, Niterói-RJ. Chego ao ponto de distribuição semanal do núcleo Ingá da Rede Ecológica. Pela primeira vez, vou participar do mutirão semanal de separação dos produtos. Parece que cheguei cedo. Sento em um dos bancos da escola. Lembro de quando ouvi falar da Rede, em um encontro de incubadoras de economia solidária em 2015 na UFBA (Universidade Federal da Bahia). Já em uma das primeiras apresentações, em Salvador, vi uma citação ao que seria uma das experiências mais consolidadas de aproximação entre produtores rurais e consumidores de orgânicos do país, já com mais de vinte anos de estrada, no Rio de Janeiro – surpreendi-me com meu próprio desconhecimento sobre uma experiência tão próxima. O barulho do portão interrompe minhas lembranças: Paulo chega, com o laptop. Paulo também participa da Rede, e está no mutirão deste sábado. Ele fala que esperaremos um pouco mais, pois o pequeno caminhão que traz os produtos da central atrasou – reflexos da chuva de ontem, parece, que atrapalhou até mesmo o mutirão na central da Rede Ecológica onde chegam os produtos do interior do estado. Volto para as lembranças daquela ida à Bahia: aproveitei a viagem para finalmente conhecer de perto a Colivre, cooperativa que utiliza e produz softwares *livres. Com isso, os seus produtos (em grande medida, os* softwares*) ficam acessíveis não apenas a quem pagou por eles, numa forma também um tanto peculiar de consumo. No dia seguinte fui conhecer a Universidade Livre do Teatro Vila Velha, e seu curso de teatro também um pouco "estranho": o aluno não podia, ainda que quisesse, pagar a mensalidade totalmente com Reais. Parte do pagamento tinha que ser em Tempos, uma moeda social digital obtida pelos alunos ao realizarem tarefas de iluminação, divulgação ou na bilheteria do teatro. Opa, chegou o caminhão com os alimentos: mãos à obra! Começamos a pegar tudo, contar, conferir as planilhas geradas a partir dos pedidos feitos pelo* site*, e a, enfim, separar por consumidor: os produtos são agrupados nas carteiras da sala de aula, cada uma com uma pequena bandeira improvisada, que carrega o nome de uma pessoa da Rede Ecológica. Tudo me parece não só surpreendentemente funcional, mas também pedagógico, já que aprendo a reconhecer "novos" tipos de frutas e verduras. Terminamos antes das 9h, horário combinado para os demais associados buscarem seus pedidos. Naquele momento, na pausa para uma água, entendo meu desconforto da primeira vez em que fui conhecer o núcleo, em um outro sábado pela manhã: a sensação quase que de indiferença dos já integrantes da Rede para com alguém interessado em participar, simplesmente traduzira por um lado uma relativa despreocupação com o crescimento do núcleo (no número de integrantes), e por outro uma lógica de operação distinta daquela percebida por um cliente que adentra uma loja para comprar um produto. Ali na escola, as fronteiras entre produtores e consumidores estão relativamente borradas. Quem recebe a encomenda conhece aqueles que as separam, e alguns conhecem os próprios produtores do interior do estado: a rede é uma só; a proximidade de fato age nesse grupo de consumidores que se revezam semanalmente no papel da logística de distribuição dos grãos, verduras, legumes,*

frutas leite etc. adquiridos dos produtores associados por meio do sistema de pedidos da Rede Ecológica. Antes dos outros associados chegarem, tenho ainda tempo de refletir sobre a proximidade, que guarda alguma relação com aquela proposta pelos bancos comunitários, objetivando aproximar consumidores e produtores de um território, numa rede de "prossumidores". Talvez, também com a experiência do Curto Café, visitada pelo próprio Joaquim Melo (um dos criadores dos bancos) alguns dias antes no Centro do Rio: ao lado do quadro que mostrava aos clientes todos os custos do coletivo de cinco sócios e as metas mensais de arrecadação, um dos sócios do Curto Café explicava a um atento e esperançoso Joaquim a dinâmica de pagamento, em que o cliente coloca na "caixinha" o que pode e considera justo. Mais uma iniciativa que modificava as mediações nas relações entre produtores e consumidores que me pareciam mais comuns – melhor dizendo, naturalizadas. Despertam minha curiosidade, parecem de algum modo aprofundar práticas democráticas. Mas não há tempo para olhar todas de perto.[1]

1.1 MOTIVAÇÕES E OPÇÕES

A cena foi inspirada em minhas vivências ao acompanhar iniciativas que aparentemente modificam mediações mais *naturalizadas*[2] nas relações entre produtores e consumidores. O recurso da utilização de cenas buscará ao longo desta tese reunir elementos de destaque no capítulo corrente. Aqui, a cena 1 evidencia minhas pretensões de pesquisar experiências de aproximação entre redes de produtores e consumidores que se colocam como exemplos de "alternativas" a modelos de distribuição e consumo para mim mais naturalizados. Com tais pretensões iniciei as investigações, buscando partir de casos caracterizados pela ressignificação do consumo e do uso do dinheiro, parecendo fortalecer relações mais democráticas e sustentáveis, muitas vezes ligadas à ideia de economia solidária[3]. A proliferação na última década de casos de criação e uso das chamadas "moedas sociais" no Brasil também configurava-se como uma temática pela qual eu

1 Cena inspirada em minhas vivências como membro da Rede Ecológica, por aproximadamente uma ano, no encontro de incubadoras de economia solidária em 2015 na UFBA, na visita à Colivre e ao Teatro Vila Velha (também em Salvador), e ao Curto Café, no Rio de Janeiro.

2 Destacarei *em itálico e sublinhados* alguns termos importantes metodologicamente. Para fluidez da narrativa, optei por utilizá-los pouco a pouco, reunindo-os na seção 3.2.1, na forma de um resumo metodológico.

3 Alguns exemplos nessa linha são a Rede Ecológica (Niterói e Rio de Janeiro, RJ etc.), a Rede Moinho (Bahia), a Rede Justa Trama (CE, SP, SC, RS) e a Rede Xique Xique de Comercialização Solidária (Mossoró, RN). Mais em <https://cirandas.net/redexiquexique>, <http://redexiquexique.blogspot.com/>, <https://www.justatrama.com.br/home> e <http://redeecologicario.org/>. Acesso em 15 set. 2018.

cultivava bastante interesse[4]. Tais moedas imbricam-se em propostas de a um só tempo deter a perda de riquezas de uma comunidade e potencializar práticas de gestão comunitária da própria moeda. Entre as mais de cem moedas sociais em curso atualmente no Brasil relacionadas à metodologia do pioneiro Banco Palmas[5], reconhecidas pelo Banco Central e muitas vezes apoiadas por políticas públicas ligadas à Secretaria Nacional de Economia Solidária, havia casos concretos relativamente próximos: em minha cidade, Niterói (no morro do Preventório), e em outras quatro localidades no Estado do RJ (Cidade de Deus, Saracuruna/Caxias, e municípios de Maricá e Silva Jardim).

Optei por priorizar este último recorte – o das moedas – como tema de tese, no qual se concentram algumas de minhas inquietações. A primeira delas é a curiosidade por entender melhor as experiências com moedas sociais que circulam em diferentes localidades brasileiras e pouco a pouco vêm despertando interesse de pesquisadores de dentro e de fora do país. Suas ***proposições*** vão de encontro a certas ideias, crenças e percepções popularmente verbalizadas, de que o dinheiro é "o mal da humanidade", que "amigos, amigos, negócios à parte", que "tudo vai bem até que entra o dinheiro na história". Pessoalmente, já ouvi essas afirmações tanto de pessoas que se dizem mobilizadas por "transformações sociais", quanto em círculos de baixa escolaridade ou de gente com padrões de vida considerados altos. Essa "malignidade intrínseca" do dinheiro vem a ser minha segunda inquietação, a de investigar esses valores que transitam com razoável facilidade no Brasil de hoje, quem sabe mundo afora.

Além dessa ideia, que poderia ser resumida na visão de que o "dinheiro torna os humanos menos humanos", percebo também em alguns círculos a suposição de que as "tecnologias tornam os humanos menos humanos". Minha formação acadêmica original é de engenheiro de telecomunicações, tendo trabalhado profissionalmente com análise de sistemas e, desde 2007, na organização de atividades de "inclusão" sócio-econômica-digital, além de participar desde 1998 de

---

4 Moedas sociais estão em geral relacionadas ao conceito de economia solidária. Mais em <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_oque.asp> (Ministério do Trabalho e Emprego) e <http://www.fbes.org.br/ (Fórum Brasileiro de Economia Solidária)>. Acesso em 02 set. 2013.

5 Mais em <http://www.bancopalmas.org.br/>. Acesso em 20 jul. 2015.

coletivos que tratam de temas como autogestão, democracia e economia solidária[6]. Essas vivências, por um lado no "mundo técnico" (das tecnologias da informação e comunicação – TICs) e por outro no "mundo social", fazem com que eu traga comigo também uma curiosidade sobre as relações e misturas humano-tecnológicas. Um exemplo dessa inquietação foi minha dissertação de mestrado, *Softwares Livres, Economia Solidária e o Fortalecimento de Práticas Democráticas: Três Casos Brasileiros* – com a qual a presente de tese se comunica –, em que também examinei as TICs em ambientes fora dos mundos dos governos e das grandes corporações. Ainda em relação ao mestrado, sigo no campo das práticas e reflexões relacionadas ao movimento da economia solidária – e a autores como Singer (1998, 2013) –, do referencial teórico da Teoria Ator-Rede (TAR) – com autores como Latour (1994, c1998, 2005, 2016), Law (1992, 2004) e Callon (1986, 1998) –, e das contribuições de autores como Ostrom (2007, 2010) sobre os bens comuns (*commons*), um olhar que fornece ferramentas para analisar as formas de gerir "comunitariamente" as moedas.

O uso das TICs em iniciativas que afirmam propor "moedas" ou "meios de pagamento" alternativos ou complementares ao Real no Brasil é variado, passando por aplicativos para dispositivos móveis e sistemas de informação *web* que gerenciam créditos e débitos (em *redes* onde as moedas não são impressas), pelo apoio à colaboração e à troca de práticas entre grupos que utilizam moedas impressas, por redes em que muitas das regras de emissão de moedas estão embutidas nos códigos-fonte dos *softwares* (ou seja, seu conjunto de instruções, o que realmente o *software* faz), e por "maquininhas" e cartões (similares àqueles das redes de cartão de crédito) utilizadas por populações pobres. Durante o curso de minha pesquisa, entrei em contato com moedas dos chamados circuitos de cultura, como os CARDS (da rede Fora do Eixo – FdE), as Conchas e os Tempos (de

6 No âmbito da área de Tecnologias da Informação e Telecomunicações da Petrobras, atuei em projetos aproximando trabalhadores da Petrobras e públicos de baixa renda, no contexto de atividades do que se chama na empresa de Responsabilidade Social. Além da Rede Ecológica, outro exemplo de coletivo em que atuei foi o Grupo Reflexão à Ação (GRÃO) (entre 1998 a 2013), formado a partir de atividades de extensão universitária na Universidade Federal Fluminense, atuando em/discutindo temas como inclusão social, alfabetização de adultos, organização comunitária, autogestão e assessoria à economia solidária. Mais em <http://cirandas.net/grao/>. Acesso em 30 jun. 2015.

coletivos que seguem a metodologia das Produtoras Culturais Colaborativas[7]). Além delas, acompanhei a circulação de propostas de criptomoedas, entre elas a Bitcoin, assunto de grande interesse da comunidade de *softwares livres* brasileira, a julgar pela audiência das palestras sobre o tema no Fórum Internacional de Software Livre (FISL) e no Latinoware, ambas em 2014, e no FISL 2015[8]. Chamou muito a minha atenção a implementação da Mumbuca no município de Maricá (RJ), uma moeda baseada no modelo do Banco Palmas e que utiliza *artefatos* tecnológicos, aparentemente similares àqueles das redes de cartões eletrônicos usuais, em vez de moedas impressas. Finalmente, interessou-me o aplicativo para dispositivos móveis "Palmas E-dinheiro", atualmente em uso pela Rede Brasileira de Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs), e lançado na tradicional Feira de Santa Maria de 2015, cujo documento final aponta o E-dinheiro como um dos temas de destaque:

> […] é a primeira moeda Social Eletrônica no Brasil, da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, que se propõe a servir como o meio de pagamento dos produtos e serviços comercializados na economia solidária. Busca-se através desta iniciativa gerar produção e consumo dentro do território e fazer com que o banco comunitário seja proprietário dos resultados financeiros gerados nas operações realizadas na plataforma. (CARTA…, 2015)[9]

Assim, a partir das motivações e opções para a tese, a *pesquisa busca investigar prioritariamente experiências ditas alternativas de moedas onde as TICs pareciam enredar-se como atores importantes*, priorizando como recorte a Rede de BCDs iniciada pelo Banco Palmas, no final dos anos 1990, e mais detidamente as experiências de uso das TICs nessa rede na presente década. Este recorte por um lado apresentava os desafios de uma pesquisa em grande medida contemporânea

---

7 Em geral, irei referir-me a elas como produtoras, para simplificação.

8 *Software* livre pode ser entendido como um programa de computador cujos usuários todos têm a liberdade para utilizar, copiar, distribuir, estudar, modificar e melhorar (O QUE..., c1996). "Uma criptomoeda (um tipo de moeda digital descentralizada) é um meio de troca que se utiliza da tecnologia de *blockchain* e da criptografia para assegurar a validade das transações e a criação de novas unidades da moeda". Mais em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Criptomoeda#cite_note-crypto_currency-1>. Deteremo-nos no tema das criptomoedas principalmente na seção 7.3.

9 A Feira de Santa Maria de 2015 foi composta pela 11ª Feira de Ecosol – Feira Latinoamericana de Economia Solidária e pela 22ª Feicoop – Feira do Cooperativismo. Mais em <http://www.esperancacooesperanca.org/#!22-feicoop/c1pih>. Acessos em 20 jul. 2015.

(como o de manter a atualidade das informações coletadas ao longo da investigação), por outro permitia seguir rastros da (pré)história do que um dos fundadores do Banco Palmas entendia ser o "futuro das moedas sociais no Brasil"[10]. Em especial, dedico atenção à implementação da moeda Mumbuca (no município de Maricá-RJ) e do aplicativo "E-dinheiro" (inicialmente a partir da comunidade do Preventório, em Niterói-RJ), e às diferenças entre seus discursos e aqueles que circulam em experiências com criptomoedas e moedas nos circuitos de cultura. Vale dizer que a pesquisa parte da hipótese de que a chave para as inquietações já mencionadas (sobre dinheiros, tecnologias e humanos) está nas relações, nos coletivos que se formam misturando pessoas, computadores, dispositivos móveis, aplicativos, cartões, ou seja, nos *híbridos*, que podem embutir e propagar relações mais autoritárias ou mais democráticas, mais mecanizadas ou mais dialógicas, mais hierarquizantes ou mais horizontais. Esses diferentes híbridos, que são examinados nas distintas experiências ao longo da tese, carregam e constituem valores, ideologias, visões de mundo e suportes em suas redes.

O trabalho de investigação dos casos deu-se inspirado em duas ênfases principais. A primeira, a de observa articulações, *traduções* e mediações necessárias para que os casos estudados passem de simples ideias ("ficções") a realidades ("fatos"), ou mais resumidamente, trata dos percursos *entre ficções e fatos respeitáveis*. Nessa perspectiva, coube examinar as reconfigurações no modo pelo qual instituições do Estado brasileiro vêm encarando as experiências (o Banco Central partiu de uma postura criminalizante frente ao Banco Palmas, no início dos anos 2000, para celebrar posteriormente parcerias com os bancos comunitários). Neste caminho *desde o ilegal até a política pública*, algumas questões motivadoras foram seguir os rastros de construção de conhecimentos confiáveis a partir de periferias e as traduções envolvidas no processo. Ainda na primeira ênfase, foi importante verificar as interações e mediações entre a moeda e seus usuários dentro de comunidades territorialmente situadas, especialmente considerando os processos para o estabelecimento de confiança na moeda – *do seu*

10 Afirmação feita por Joaquim Melo no aniversário de dois anos do Banco Comunitário do Preventório, em 2014.

desconhecimento até sua constituição como ponto de passagem obrigatória para o desenvolvimento local. Aqui, perguntas que mobilizaram a investigação trouxeram à mesa questões tais como: quais os desafios para estabilizar uma nova infraestrutura alternativa? Como fazer a moeda circular e conquistar a confiança das pessoas (*estabilizando a rede*)? Quais as garantias de circulação da moeda? Como populações pobres lidam com as tecnologias usadas?

A segunda ênfase que permeou a pesquisa diz respeito às *similaridades e diferenças introduzidas pelas TICs*, ou seja, de que maneiras os artefatos tecnológicos inseriram-se nas propostas alternativas de moedas e (se) as reconstituíram. Por um lado, encaro as *moedas como sociotécnicas*, perspectiva segundo a qual o *social* e o *técnico* são indissociáveis, o que se constituiu em ponto de partida para examinar em que medida a presença de TICs reconfigura redes de moedas onde os usuários estão supostamente mais próximos da definição de suas características. Nessa linha, surgiram algumas outras questões mobilizadoras: como os envolvidos nessas redes se relacionam tanto com as regras para acesso às moedas quanto com as tecnologias utilizadas? Quais as implicações ao analisar essas redes como infraestruturas e como recursos comuns (*commons*)? Como uma moeda intensiva em TICs afeta a (e é afetada pela) proposição de gerenciamento comunitário das moedas da Rede de BCDs? Quais os possíveis papéis dos especialistas em tecnologia nessa configuração. Por outro lado, interessei-me nos *discursos alternativos* que permeavam as redes estudadas, com seus suportes, materialidades e significados envolvidos. Dessa forma, foi intenção inicial atentar para as diferenças nos discursos das propostas alternativas de moedas e para o que chamo de “discurso do face à face” (crítico ao uso excessivo da tecnologia, pretensamente danosa ao humano) *versus* os artefatos de TICs que circulam, por exemplo, nas redes da economia solidária e que medeiam suas relações.

Finalmente, considerando as inquietações, os recortes e as ênfases apresentadas, cabe pontuar que a importância desta pesquisa reside, entre outras dimensões, em examinar com um olhar sociotécnico a construção de mercados alternativos conectados ao movimento social da economia solidária e a políticas públicas brasileiras; em promover um olhar sobre propostas alternativas com

questões simultaneamente “locais” e “globais”; em seguir as possibilidades das TICs no fortalecimento de redes que embutem modelos que se colocam como “alternativas” de desenvolvimento. Em especial, um processo de mudança considerado decisivo pelos próprios BCDs brasileiros – o de digitalização de suas moedas –, uma rede que propaga novas práticas ao mesmo tempo econômicas e políticas (construindo a *categoria* da “democracia econômica”) em uma das maiores democracias do mundo ocidental.

1.2 ENQUADRANDO A PESQUISA

O presente trabalho trata assim do problema das implicações das diferentes maneiras de digitalização das chamadas moedas sociais no Brasil, tendo como referência a proposta “emancipatória” dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) brasileiros. Em “The Social Life of Money”, Dodd (2014b) aponta que alguns autores tratam as moedas como criaturas do mercado e outros como artefatos conectados à soberania de um Estado. Aqui, busco superar tal oposição, dialogando com uma visão que procura olhar as moedas como constitutivas da sociedade e como bens comuns (*commons*) (DISSAUX; FARE, 2017). Busco também associar a reflexão, já bastante consolidada por diferentes produções do campo dos Estudos de Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), de que artefatos tecnológicos não são entidades apartadas do mundo político-social. Nesse sentido, a *pesquisa analisa de maneira situada em que medidas os processos de digitalização contribuem, criam obstáculos e/ou mesmo apontam para um refazimento das propostas embutidas na metodologia dos BCDs.*

A pesquisa utiliza principalmente uma abordagem etnográfica, tanto no acompanhamento da circulação de diferentes propostas de moedas ditas sociais e digitais em fóruns (tecnológicos, ligados à economia solidária e às micro-finanças), como nas vivências nos seguintes bancos comunitários de desenvolvimento: o BCD Mumbuca (iniciativa da prefeitura de Maricá e que adotou inicialmente um cartão magnético), e o BCD do Preventório (gerido por uma associação em uma favela em Niterói, e que usa o aplicativo E-dinheiro, para celulares) – ambas experiências

situadas no Estado do Rio de Janeiro. Por meio do "cartão Mumbuca", 14.000 famílias de baixa renda de Maricá passaram a dispor mensalmente de R$84 para utilizar no comércio local[11]. É partindo deste artefato, fruto de uma parceria entre Banco Palmas e prefeitura de Maricá para a implantação do BCD, que a tese descreve *controvérsias* jurídicas e relações dos bancos comunitários com diferentes instâncias do Estado brasileiro: a tentativa de criminalização da experiência pelo Banco Central do Brasil no início dos anos 2000 e o pedido de desculpas em 2010 pelo próprio BACEN; a legislação municipal criada em Maricá, que regulamenta a Mumbuca; a legislação de pagamentos eletrônicos, de 2013, que surge como uma brecha para que os BCDs se tornem "bancos digitais" e alcancem sustentabilidades financeiras. Essa última legislação conforma um novo mercado, no qual entram os BCDs por conta de uma proposta de 2014 da empresa MoneyClip: digitalizar as moedas sociais em papel, com o uso da plataforma E-dinheiro, cujo elemento mais visível é um aplicativo para celular[12]. Observando a tentativa de implantação do E-dinheiro no BCD do Preventório, a partir de 2014, a pesquisa trata de controvérsias financeiras e tecnológicas decorrentes desse processo.

No decorrer do texto, procuro mostrar que algumas das categorias importantes nos discursos e nas práticas dos BCDs são deslocadas, traduzidas, ressignificadas com o processo de digitalização das moedas. Primeiramente, a partir das tensões na relação das propostas de moeda social com o Estado brasileiro, trato das novas *autonomias* (dos bancos comunitários em relação às empresas de tecnologia que entram na rede; aos entes estatais parceiros em iniciativas de relativa larga escala; em relação ao próprio Banco Palmas, pioneiro no uso do aplicativo E-dinheiro) e *proximidades* (entre bancos comunitários, moradores e comerciantes, mediadas agora também por artefatos tecnológicos diversos, que implicam na necessidade de novas habilidades por parte dos trabalhadores dos BCDs)[13]. Em

11 Em setembro de 2018 o valor da referida bolsa já era de R$110.

12 A empresa originalmente chamava-se MadeApp, tendo desenvolvido o aplicativo MoneyClip (*software* utilizado para implementar a moeda eletrônica E-dinheiro). Posteriormente, os sócios abriram uma empresa de nome MoneyClip, nome que será adotado ao longo do texto, para simplificação.

13 Utilizo o termo "comerciante" para designar de forma simplificada aqueles que aceitam as moedas sociais como meio de pagamento: tanto proprietários de farmácias, *mercadinhos* etc. como também produtores locais.

seguida, partindo do novo mercado de meios de pagamento eletrônicos (conformado pela legislação brasileira de 2013) a tese aponta mudanças nas formas de *sustentabilidade financeira* dos BCDs (com mais dificuldades de financiamento público) e de *mobilização e acolhimento comunitários* (em que os jovens passam a desempenhar papel importante). Finalmente, considerando as escolhas "tecnológicas" adotadas no E-dinheiro e as interações com outras propostas de moedas alternativas no Brasil, a pesquisa fala sobre "*mediações*" (termo largamente usado por Joaquim Melo no sentido da adoção de soluções temporárias, não definitivas: mediações com empresas estranhas às redes da chamada economia solidária no Brasil e com tecnologias proprietárias, por elas oferecidas) e *democracias econômicas* (construção de um conceito em meio às diferentes *proposições* com utopias e polissemias imbricadas, por exemplo, nas ideias de descentralização e de novos territórios).

1.3 O PROBLEMA

Ao pensar as implicações de diferentes maneiras de digitalização das chamadas moedas sociais no Brasil, importa considerar a questão da moeda e do dinheiro, já abordada por diversos ângulos e campos do conhecimento. Em, em seu "Sociologie de l´argent" (sociologia do dinheiro), Lazarus e De Blic (2007) traçam duas "tendências do discurso ocidental": de um lado, os autores apontam para "a condenação moral do dinheiro", e de outro, para o que chamam de "neutralização utilitária", em que o dinheiro é considerado neutro – ele "não afeta[ria] o tipo de transações que fazemos, ou o tipo de relações que estabelecemos enquanto realizamos essas operações" (LIETAER, 2003, tradução nossa)[i]. Karl Marx (que vê no dinheiro uma forma de alienação) e George Simmel (que atribui o "desaparecimento dos laços comunitários ao desenvolvimento do uso dinheiro")[ii], por caminhos diferentes, lançaram abordagens da moeda como um artefato não neutro, mas a denunciariam como um "meio que se torna fim"[iii], e, além disso, como uma especificidade das sociedades modernas (DE BLIC; LAZARUS, 2007, p. 48, tradução nossa) - ambos, assim como Max Weber, almejando "teorias gerais do

dinheiro" (HART; ORTIZ, 2014b, p. 466).

Sobre a origem das moedas, por um lado é possível identificar como um dos "mitos", o da origem no chamado mercado (DODD, 2014b, p. 19)[14]: este indicaria que, para aprimorar o mecanismo de trocas inventa-se a moeda, ou seja, a moeda surge em grande medida para atender a necessidades individuais (DE BLIC; LAZARUS, 2007; DISSAUX; FARE, 2017). Adam Smith, em A Riqueza das Nações, não seria o primeiro nesta tradição, que remontaria a Aristóteles, para quem o dinheiro teria sido "inventado por causa da necessidade de troca", segundo apontam De Blic e Lazarus (2007, p. 22). Por outro lado, Georg Friedrich Knapp, com sua obra The State Theory of Money (1924), funda uma abordagem em que "a moeda é uma criação do Direito" e nela, "a política fiscal do Estado é que funda em primeiro lugar a moeda" (DISSAUX; FARE, 2017, p. 5, tradução nossa)[iv] [15]. Em "Heads or Tails? Two sides of the coins", Hart (1986) dá voz a ambas as tradições ao afirmar que as moedas têm dois lados porque "autoridade política e troca de mercado são ambas indispensáveis ao dinheiro" (HART; ORTIZ, 2014b, p. 471, tradução nossa)[v]. Para Dissaux e Fare (2017, p. 7), aportes da história e da antropologia permitem ultrapassar a dicotomia Estado / mercado, e compreender que

> não existiria sociedade sem moeda na medida em que a moeda é constitutiva da dívida e que os laços da dívida – entre os indivíduos eles mesmos e entre os indivíduos e a totalidade da sociedade – são as fundações de toda sociedade.[vi]

Nessa linha, e em abordagens distintas das "teorias gerais do dinheiro" (de Weber, Marx e Simmel), Hart e Ortiz (2014b, p. 466, tradução nossa) entendem que Karl Polanyi e Marcel Mauss conferem múltiplos significados ao dinheiro: enquanto o último afirma que

> a liberdade, a justiça e a pessoa somente podem ser entendidos em meio a arranjos monetários específicos que nos dão nossas diversas identidades sociais[vii],

---

14 Dodd (2014b. p. 17) cita duas narrativas principais na literatura sobre as origens do dinheiro, que enfatizam conexões imemoriais do dinheiro com, de um lado, o escambo, e de outro, com formas especiais de pagamento, como tributos e sacrifício. O primeiro "mito de origem" (IBIDEM, p. 47) apontaria para o mercado (IBIDEM, p. 19).

15 Mais sobre a abordagem "chartalista" em Semenova (2011), Tcherneva (2006) e em <https://es.wikipedia.org/wiki/Chartalismo>. Acesso em 10 mai. 2018.

o primeiro associa a “moeda de uso geral” (*all purpose money*) às sociedades modernas, e a “moeda de usos específicos” (*special purpose money*) às “sociedades antigas nas quais diferentes objetos são utilizados para diferentes usos da moeda” (DISSAUX; FARE, 2017, p. 8, tradução nossa)[viii].

Segundo os autores, um dos limites da abordagem polanyiana é “considerar que as sociedades modernas não conhecem a *special purpose money*”[ix]*.* Para superar esse limite, Dissaux e Fare (2017) aderem à ideia de *pluralidade monetária, tanto no sentido dos “usos monetários diferenciados” (ZELIZER, 2005, tradução nossa)*[x] *quanto pela existência “de formas e de moedas diversas (como as moedas associativas)” (*DISSAUX; FARE, 2017, p. 9, tradução nossa*)*[xi], o que corrobora com as observações de que

> a ideia segundo a qual as moedas são construídas por Estados é contradita por muitos estudos sobre a proliferação de instrumentos monetários produzidos por outros corpos (HART; ORTIZ, 2014b, p. 473, tradução nossa)[xii].

É nesse quadro que seguimos as experiências dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento no Brasil: apesar de não estarem em geral associadas a organismos do Estado, conectam-se com categorias como a da autonomia de determinada coletividade, constituindo relações entre “soberania monetária” e “soberania política”, colocando em prática “soberanias imbricadas” (DISSAUX; FARE, 2017, p. 12)[16]*.*

Dentro do quadro da pluralidade monetária, alguns autores relacionaram a experiência brasileira com a categoria dos *commons* (HUDON; MEYER, 2016),

> um conjunto de práticas institucionais e de instituições constituídas que respondem ao princípio segundo o qual um grupo mais ou menos amplo se envolve em uma atividade coletiva produtora de bens tangíveis ou intangíveis, colocados à disposição dos *commoners* ou de uma coletividade maior, segundo regras democráticas de auto-organização (LAVAL, 2016 apud DISSAUX; FARE, 2017, p. 2, tradução nossa)[xiii].

16 Dissaux e Fare dão voz a outros autores, sobre o tema da soberania: “O estudo das práticas monetárias convida na verdade a ‘operar uma dissociação epistemológica, senão ontológica entre soberania política e soberania monetária (BLANC, 2013)’”. “Théret e Zanabria (2007) mostram, por meio do estudo do caso argentino e do federalismo monetário que prevaleceu ali de maneira recorrente, que ‘a soberania monetária e a soberania política não devem ser confundidas (…). Nós podemos assim falar de soberanias imbricadas’” (DISSAUX; FARE, 2017, p. 10-11, tradução nossa).

Fare e Dissaux (2017, p. 13, tradução nossa) acrescentam que *"se o comum não existe naturalmente, são as práticas sociais que se estabelecem no entorno de um recurso que permitem instituí-lo como tal [comum]"*[xiv]. Para contribuir neste debate, considero relevante um diálogo com os Estudos CTS, por exemplo pontuando que, se esses estudos fornecem ferramentas para combater a ideia do determinismo tecnológico, também servem para afirmar que "as coisas não negociam qualquer coisa"[17]. Ou seja, *a tese discute em que medida é possível separar de um lado as "práticas sociais" enunciadas pelas propostas brasileiras (e conectadas à ideia da moeda como um commons) e de outro as materialidades presentes em processos de digitalização, onde diferentes atores não-humanos estão em jogo*.

1.4 MOEDAS SOCIAIS ELETRÔNICAS NOS BCDS: QUAIS AS IMPLICAÇÕES DE UM NOVO CICLO?

O Banco Comunitário de Desenvolvimento Palmas foi criado após um processo de mais de vinte anos de construção comunitária do bairro "Conjunto Palmeiras". Segundo Joaquim (QUEM…, 2014), a questão colocada pela comunidade em 1998 foi "por que somos pobres?"[18]. A resposta daquela comunidade foi que todas as pessoas do Conjunto Palmeiras, apesar da pobreza, conseguiam receber um pouco de dinheiro, mas o problema passava pelo costume dos moradores em gastá-lo com produtos e serviços de "grandes marcas" e grandes

17 Dialogo aqui com a expressão utilizada por Marques (2013): "[a]lguns, pelo menos, dizem que a temem [uma volta na espiral do relativismo] por crer que ela os levaria a um 'construtivismo social desvairado' (do tipo 'tudo é discurso' ou 'tudo é só consenso entre humanos'). Mas tive oportunidade de apontar acima as evidências de que isso não acontece, e *não acontece porque as coisas não deixam. Felizmente as coisas não negociam qualquer coisa* e são justamente elas que nos conduzem a um bom construtivismo realista, um mundo de híbridos." (MARQUES, 2013, grifo nosso). Voltarei ao tema ao longo da tese, e textualmente à expressão na seção 7.1.1.

18 Faço a opção por tratar João Joaquim de Melo Neto Segundo por "Joaquim" (inclusive nas citações), assim como o faço com aqueles a quem acompanhei durante os períodos de vivência da pesquisa. São eles: João Joaquim de Melo Neto Segundo (Joaquim), Jaqueline Dutra (Jaqueline), Asier Ansorena (Asier) – do Banco Palmas –, Natália Sciammarella (Natália), Hildebrandina da Silva Mendes Fischer (Brandi), Patrícia Madureira (Patrícia), – do Banco Mumbuca –, Sônia Faria (Sônia), Maria Hosana Gomes (Hosana), Marcos Rodrigo Ferreira (Marcos) – do Banco do Preventório.

empresas de fora da comunidade. Assim, a comunidade seria como um “balde furado” (QUEM..., 2014), e era preciso construir “rolhas” para tapá-los: nesse contexto foram desenvolvidas as duas principais ferramentas da metodologia dos BCDs, a saber, o microcrédito em Reais (como meio de estimular a produção local) e a moeda social local (como uma ferramenta para habituar as pessoas a consumir produtos da própria comunidade).

Segundo pesquisas feitas na comunidade pelo BCD Palmas (imagem no APÊNDICE 2), em aproximadamente 10 anos o banco conseguiu reverter o quadro de consumo: em 2010, a maior parte das pessoas declaravam gastar a maioria de sua renda em produtos locais. Contudo, observou-se também uma queda na utilização da moeda (RIGO, 2014, p. 233) no Conjunto Palmeiras, atribuída em parte ao hábito já razoavelmente consolidado do consumo local (a moeda social não seria mais necessária) e em parte à maior atenção do próprio Banco Palmas a outros projetos, tanto na própria comunidade (como o Projeto Elas Emancipadas) como em outras comunidades brasileiras (à época já se consolidava uma Rede de BCDs brasileira, e o BCD atuava no compartilhamento de sua metodologia, tida como referência)[19]. *A presente pesquisa estuda o que o próprio Joaquim Melo caracteriza como um novo ciclo na história das moedas sociais desenvolvidas pelo Palmas, a sua digitalização*. Mais precisamente, as implicações dos processos de digitalização das moedas sociais, a partir de dois marcos principais: o convite da prefeitura de Maricá para implementar um programa local que mistura elementos das moedas sociais com o Programa Bolsa Família, em que os moradores de Maricá “beneficiários” (como são chamados) somente poderiam gastar os R$ 84,00 mensais nos comércios locais cadastrados[20]. O Banco Palmas foi responsável pela implantação do projeto, que incluiu em seu início a circulação da moeda social Mumbuca por meio de um cartão magnético (opção da Prefeitura dada a escala necessária de beneficiários) e a “gestação” de um BCD local. O segundo marco é

19 Projeto que objetiva o “fortalecimento e expansão da Associação Emancipadas formadas por mulheres do Bolsa Família na periferia de Fortaleza/CE”, apoiado pela “ONG Francesa Comitê Católico Contra a Fome (CCFD), no período de 2013 a 2016”. Mais em <http://bancodaperiferia.org.br/projetos/>.

20 O Programa Bolsa Família (PBF) é nacional e de grande repercussão, destinando uma renda mensal a famílias pobres. Mais em <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia>. Acesso em 05 jun. 2018.

oferecido pela nova legislação sobre os pagamentos eletrônicos (lei 12865/2013, que “terminou com o monopólio financeiro” no Brasil, (BOSCO, 2016a): a lei permite que as instituições que administram os sistemas de pagamentos eletrônicos possam ser remunerados por seus serviços. A então MoneyClip, uma pequena empresa de Brasília, ligada às finanças e tecnologias (uma *fintech*), propôs ao Banco Palmas transformar sua moeda social em moeda eletrônica. Embutida na plataforma E-dinheiro, a ideia ganhou corpo e vai se expandindo pela Rede de BCDs (atualmente com 107 bancos) – como no caso do BCD do Preventório –, em especial pela promessa de maior sustentabilidades financeiras da Rede.

1.5 COMO SEGUIR ESTE OBJETO?

Conformam um importante referencial teórico para a tese as reflexões oriundas dos Estudos de Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), e nesse âmbito mais precisamente a Teoria Ator-Rede (TAR, ou Sociologia da Tradução) que enseja uma abordagem de pesquisa proposta por autores como Bruno Latour, Michel Callon e John Law. Para acompanhar a árdua e contínua tarefa de transformar as moedas alternativas de ideia em realidade, parece interessante, por exemplo, um diálogo com Latour (1989b), que analisa a construção dos fatos e artefatos científicos sem separar o contexto do conteúdo científico e tecnológico. Para o autor, importa descrever atividades/circuitos/horizontes a serem percorridos pelos construtores de fatos e artefatos para mobilizar os colegas (cientistas, que demarcam um campo de conhecimento), os aliados (é necessário interessar desde financiadores até elementos químicos em um laboratório), o público (como se dá a (des)confiança na ciência?) e as ligações ou elos (como e quais noções, argumentos e teorias mantêm atados os demais círculos). *Nessa perspectiva, busco propositadamente na tese uma narrativa que não segmente “conceitos teóricos”, de um lado, e “aspectos práticos”, de outro. O objetivo é, conforme os referenciais teóricos mencionados, imbricar no texto teoria e prática, contexto e conteúdo. Conforme já fiz em outros momentos, como em Faria (2010), utilizo o artifício da narrativa por meio de “cenas”, procurando deixar o texto mais fluido.*

O conceito de *tradução/translação* é fundamental para a TAR e para esta

pesquisa[21]. Para a metodologia, o pesquisador deve atentar para os deslocamentos que ocorrem ao percorrer os diferentes circuitos propostos por Latour. Callon (1986, p. 18-19, tradução nossa) nos lembra que

> tradução enfatiza a continuidade dos deslocamentos que ocorrem nessa história: deslocamentos de objetivos e interesses, e também, deslocamentos de dispositivos, seres humanos […]. Traduzir é deslocar. […] Tradução é o mecanismo pelo qual os mundos social e natural progressivamente tomam forma[xv].

Na Teoria Ator-Rede, também o conceito de ***simetria*** é fundamental. Com ele, busca-se incluir os não-humanos e sua ***agência***. Assim, não apenas as pessoas agem, mas também *softwares*, protocolos, computadores, *Internet* e demais tecnologias fazem diferença, por exemplo, ao desempenhar funções de uma moeda[22]. Nessa linha, as redes aqui são analisadas como ***coletivos heterogêneos*** constituídos por

> entidades humanas e não-humanas vinculadas por relações igualmente heterogêneas e precárias. Por sua vez, essas mesmas entidades podem ser analisadas também como redes, como atores-rede. Portanto, o termo rede aqui tem o sentido de rede sociotécnica, uma estabilização provisória de elementos heterogêneos que imbrica o “técnico” e o “social” de forma indissociável[23]. (FARIA, 2010, p. 6)

Assim, a abordagem deste trabalho é *sociotécnica*, o que significa que

> as construções das ciências e das tecnologias [são analisadas] como fenômenos em que o 'social' e o 'técnico' imbricam-se inseparavelmente em uma rede sem costuras. (MARQUES, 2003, p. 678)

Como um exemplo nesse sentido, parto da noção de que artefatos têm política, como proposto por Winner (1986): assumo que há opções e decisões que são tomadas na elaboração/produção dos artefatos, os quais embutem os valores e as visões de mundo de seus construtores (mesmo que inadvertidamente), assim

---

21 Tradução/translação: do inglês *translation*. Daqui em diante, utilizarei apenas o termo “tradução”.

22 As funções da moeda devem ser situadas temporal e espacialmente, o que será abordado à frente, nas seções 4.2 e 6.1.

23 Quando o termo rede tiver outro significado, este será explicitado. Um exemplo é o de *redes de computadores* (como na Internet) ou a *Rede de BCDs*. Há diferenças significativas: nesses casos, tanto os nós (entidades) como as relações (vínculos) entre esses nós são dados de antemão. Além disso, os vínculos estabelecidos não transformam as entidades, nem são transformados por elas.

como os propagam a seus usuários (ainda que de formas que devem ser analisadas caso a caso). Artefatos redistribuem facilidades, permissões e restrições no ambiente em que estão situados, reconfigurando o próprio ambiente.

Vale destacar ainda que é relevante o diálogo com referências do campo da antropologia e sociologia da economia e do dinheiro, no qual destacam-se autores como Marcel Mauss, Karl Polanyi, George Dalton e Viviana Zelizer, nas discussões sobre moeda e dinheiro e suas imbricações na conformação do social. Autores como Michel Callon e Fabian Muniesa (CALLON; MUNIESA, 2005) nos ajudarão em especial no diálogo desse campo com os Estudos CTS.

1.6 FONTES

Além de seguir a circulação de diferentes propostas de moedas sociais, alternativas e digitais em fóruns tanto tecnológicos como ligados às micro-finanças, diversas entrevistas semiestruturadas foram realizadas, por exemplo, com participantes de organismos governamentais (no Banco Central do Brasil – BACEN; no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; na Petrobras). Ainda entrevistei comerciantes, moradores/beneficiários (nomenclatura que muda a depender do BCD) e participantes de bancos comunitários, em especial o Palmas, o Mumbuca e o Preventório. Os sócios da empresa de tecnologia MoneyClip, bem como participantes de propostas alternativas de moedas que interagiram de alguma forma com os BCDs, como as Produtoras Culturais Colaborativas Teatro Vila Velha e Colaborativa.PE e alguns dos construtores da Bitcoin e das criptomoedas no Brasil também foram entrevistados.

Vale destacar uma visita ao Banco Palmas (Fortaleza, Ceará, 2015, por quatro dias) e o acompanhamento dos seguintes fóruns pertinentes às redes estudadas: Fóruns Internacionais de Software Livre (FISLs 15 e 16, em 2014 e 2015), Latinoware (2015), III Conferência Internacional sobre Moedas Sociais e Complementares (2015), Oficina Bancos Comunitários e Moedas Sociais (BNDES, 2016) e II Fórum de Cidadania Financeira do (BACEN, 2016), III e IV Seminário Internacional de Moedas Sociais e Complementares (2015 em Salvador, Brasil, e 2017 em Barcelona, Espanha), Solidários 2018 – Encontro Global de Bancos

Solidários de Desenvolvimento. Outra vivência inescapavelmente inseparável desta pesquisa é a da minha atuação profissional junto à área de Tecnologias da Informação e Telecomunicações (TIC) da Petrobras, na mobilização voluntária de profissionais para processos de inclusão sociodigital (e na criação de condições para tal), no contexto do Programa de Voluntariado Corporativo Petrobras. Nessas atividades, já interagi com o Banco Palmas (que realizou palestra para mobilização de trabalhadores no referido programa), com o Banco do Preventório (onde trabalhadores da TIC já realizaram assessorias de gestão) e com as Produtoras Colaborativas (com quem dialoguei para concepção de ação de formação de jovens em tecnologias da informação e multimídia)[24].

Finalmente, grande parte das observações foi realizada durante o acompanhamento de dois bancos comunitários: o Banco Mumbuca (Maricá, RJ, 2015-2016), onde permaneci por quatro horas semanais durante seis meses, e o Banco Preventório (Niterói, RJ, 2015-2016), quatro horas semanais durante oito meses, incluindo a orientação de quatro jovens do ensino médio em iniciação científica[25]. A ideia, dentro do limites possíveis para um pesquisador em tempo parcial, teve duas inspirações: uma de natureza etnográfica, no sentido de vivenciar os “ritmos, lógicas, e complicações da vida enquanto uma pessoa em um lugar, ou talvez enquanto pessoas em lugares” (MCGRANAHAN, 2014, p. 24, tradução nossa)[xvi] diferentes. A outra, não antagônica à primeira, foi no sentido de “ir além do texto”, dialogando com os atores da rede investigada na busca por soluções aos desafios que se colocam na estabilização dessas redes, interagindo com os “objetos” de pesquisa e tornando permeável a fronteira “sujeito” pesquisador / “objeto” de pesquisa[26]. Nesse sentido, já no último ano de pesquisa concretizou-se a ideia de realizar *hackatons* em apoio à implantação do E-dinheiro na cidade de

---

24 Mais em <http://www.voluntariadopetrobras.com.br/petrv/community-detail.htm?communityId=29> e <http://www.voluntariadopetrobras.com.br/petrv/article-detail.htm?articleId=25>. Acesso em 20 jun. 2015.

25 No contexto do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio - PIBIC Ensino Médio UFRJ: "[o] PIBIC-EM é um programa de bolsas voltado para os estudantes do ensino médio ou profissional da rede pública". Mais em <http://posgraduacao.ufrj.br/pibicem>. Acesso em 10 ago. 2018.

26 A dedicação a esta pesquisa deu-se em tempo parcial – trabalhei na Petrobras durante todo o decorrer da investigação. O desafio de “ir além do texto” foi proposto pelo educador Tião Rocha (2015).

Maricá, batizados de *MumbucHackas*, e no Solidários 2018. Os dois encontros no primeiro semestre de 2018 foram organizados em uma parceria do nascente e extensionista LabIS (Laboratório de Informática e Sociedade do PESC/COPPE/UFRJ) com a Rede de BCDs, servindo de base para uma última fonte de pesquisa: o acesso e a análise preliminar dos dados de circulação do E-dinheiro no município de Maricá.

1.7 OS CAPÍTULOS

A organização dos capítulos parte das visões das conexões das moedas com Estados (mais enfatizada na parte I), com mercados (parte II) e enquanto bens comuns indissociáveis de suas materialidades (parte III). Ao longo das três partes, cada uma com dois capítulos, a tese discute conceitos, experiências de campo e as traduções das práticas e dos princípios identificados dos BCDs. Tal distribuição reflete também a decisão de incorporar elementos heterogêneos que atravessaram as investigações durante seu curso, elementos esses que julguei inescapáveis de serem abordados na pesquisa, em que pese a ampliação do seu esforço: o primeiro, a implantação do E-dinheiro na Rede dos BCDs (iniciada em 2015), e o segundo, o tema da Bitcoin e das criptomoedas e sua relação com as digitalizações das moedas sociais. Cabe ainda registro de duas tardias porém frutíferas oportunidades que colaboraram para a referida ampliação do esforço de pesquisa e para a incorporação de elementos adicionais aos capítulos: o período de "doutorado sanduíche", realizado em 2017[27]; finalmente, o já mencionado acesso e a análise preliminar dos dados de circulação do E-dinheiro no município de Maricá, já em 2018.

27 A possibilidade do período de estudos no exterior, almejado já em 2015, havia sido descartada por conta do então corte de verbas do governo federal brasileiro. Foi retomada em 2017, no Centre de Sociologie de l'Innovation (CSI, École des Mines, Paris), sob coorientação de Fabian Muniesa, já no que seria o último ano de doutoramento, no planejamento inicial.

1.7.1 Parte I – Tensões jurídico-estatais

A parte I, que reúne os capítulos 2 e 3, trata da estabilização e das escalas de circuitos monetários em que Estados têm papéis relevantes (como os do argentino Bocade e do Dólar estadunidense). Trata também de *autonomias* e *proximidades*, que comumente circulam nos discursos do Banco Palmas e da Rede de BCDs como uma chamada à "emancipação" das comunidades e a uma relação de aproximação física e cultural entre trabalhadores dos BCDs e moradores[28]. Tal exame dá-se em especial pela observação do dia a dia dos trabalhadores do Banco Mumbuca, bem como da circulação dos cartões entre a prefeitura, o banco, os beneficiários e os comerciantes. O banco tem seu início na gestão do então prefeito de Maricá Washington Luiz Cardoso Siqueira (Washington Quaquá), quando seu Secretário Municipal de Direitos Humanos visitou o Banco Palmas. Presenciando um roubo de moedas Palmas durante a visita, o secretário afirmou que decidiu propor o uso de um cartão magnético para atender à demanda do prefeito de implantar uma moeda social em Maricá. As práticas do Banco Palmas, contratado para a tarefa, se depararam com um artefato até então desconhecido: as máquinas de leitura dos cartões magnéticos, contratadas junto à empresa Vale Shop. Joaquim Melo revelou incômodo com o fato de as comunidades pobres (onde os BCDs estão) não deterem a tecnologia de como produzir "maquininhas" (como ele chama as máquinas utilizadas para ler os cartões da Mumbuca).

Quem conversa com um comerciante que usa uma das "maquininhas" pode não imaginar que tal circulação dependa de artefatos jurídicos razoavelmente complexos. As tensões jurídicas estão presentes na Parte I, não apenas em Maricá, onde o então prefeito conseguira aprovar em 2013 uma lei Municipal para regulamentar a moeda, mas também na prefeitura do Rio de Janeiro, em 2015, contudo sem o mesmo êxito. Na época, o secretário municipal de economia solidária do Rio não teve força político-jurídica (ou "medo", nas palavras de Joaquim Melo)

28 Utilizo aqui o termo "emancipação", adotado por exemplo no Projeto Elas Emancipadas, já citado, no sentido de "descrever vários esforços de obtenção de direitos políticos ou de igualdade, frequentemente por um grupo especificamente privado de seus direitos ou, mais genericamente, na discussão de tais questões." Mais em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Emancipa%C3%A7%C3%A3o_(filosofia)>.

para seguir adiante numa proposta de bolsa para jovens usando moeda social eletrônica, em meio à quantidade de questionamentos da área jurídica da prefeitura. Quando passamos da arena municipal para a nacional, observamos tensões como uma mudança de postura do Banco Central do Brasil (BACEN): se por um lado no início dos anos 2000 o banco questionou juridicamente as práticas do Banco Palmas, por outro no início dos anos 2010 o banco não apenas pediu desculpas formais ao BCD, como realizou parcerias com os BCDs para pesquisas sobre educação financeira. Um pouco mais tarde, participou da formulação da nova legislação brasileira de pagamentos eletrônicos. Tal legislação, que, apesar de mais conectada ao interesse das empresas de telecomunicações em poder entrar num mercado antes restrito às instituições formalmente financeiras, incorporou um "aprendizado institucional" da experiência do BACEN com os BCDs, sobre como fiscalizar novos modelos de moeda (FREIRE, 2016).

Pelo planejamento inicial da implantação da moeda, caberia ao Banco Palmas permanecer em Maricá por um ano, até o final de 2014, quando a partir de então o banco comunitário Mumbuca ganharia *autonomia*. Contudo, quando um beneficiário ligava para o banco já no início de 2016, era atendido com um gentil "Bom dia, Banco Palmas". Os trabalhadores do BCD eram, ainda em 2016, na realidade contratados pelo Banco Palmas, e a futura institucionalidade do BCD ainda estava indefinida. Aliada à relativa falta de autonomia "formal" da do banco, foi possível identificar também um incômodo com o fato de que quem lá trabalha (a "família Mumbuca", como eles próprios por vezes se referem) são constantemente "os últimos a saber" (SCIAMMARELLA, 2015) das decisões tomadas pela prefeitura e pelo Banco Palmas.

Para além dessas novas pretensas *autonomias* (em relação à tecnologia, aos entes estatais e jurídicos e ao próprio Banco Palmas), o capítulo mostra que as digitalizações também ressignificam na prática as *proximidades* dos BCDs. À medida em que proliferam as parcerias entre BCDs e poder público (e todos os artefatos que circulam junto com essas parcerias), a ideia da confiança dos moradores nos trabalhadores do banco (via de regra, também moradores da comunidade), complexifica-se. Quando o Banco Mumbuca demora para entregar um

cartão a um beneficiário, quem está agindo? Quando o Banco Palmas interrompe o serviço de saque das contas da Caixa Econômica Federal (banco estatal que mantém uma parceria com a rede de bancos) quem está agindo? Apesar de os bancos explicarem aos moradores sobre as dependências da empresa de informática, ou da prefeitura, ou do sistema de informação da Caixa Econômica Federal (CEF), para a população local, quem adquire uma imagem ruim junto à população local é o banco comunitário (BARROS, 2015).

1.7.2 Parte II – Tensões financeiras e de identidade

No quarto e quinto capítulos da tese (parte II), inicio discutindo traduções de categorias como o “social” e o “mercado” em especial por meio da historicidade de objetos modernos como bancos centrais e corporações. Na Rede de BCDs, as digitalizações ensejam discussões sobre suas *sustentabilidades*, antes em grande medida vinculadas a iniciativas e empresas estatais, que se por um lado contribuíram decisivamente com a expansão da Rede, por outro criaram vínculos que para alguns deturpou a identidade dos BCDs. A esse respeito, Sônia (2015), presidenta do BCD do morro do Preventório, afirmou que

> passamos todo o tempo trabalhando pra Caixa [Econômica]… mas isso não é o banco [comunitário]. A moeda [social] é que é [a essência do] banco.

A possibilidade de obter recursos financeiros a partir da operação da moeda social (agora eletrônica) E-dinheiro faz com que a plataforma seja vista como uma nova forma de *sustentabilidade financeira* dos BCDs. Se a controvérsia jurídica do início dos anos 2000 permitiu a operação dos BCDs (mas não a cobrança de taxas pelo trabalho com as moedas sociais), a nova legislação de pagamentos eletrônicos enseja um arranjo em que, por exemplo, 2% do valor de cada compra no comércio local sejam arrecadados pela plataforma (metade para o BCD local e metade para a manutenção e melhoria da tecnologia – então realizadas via empresa MoneyClip). Essa taxa, aliada a uma outra (de 1%) para aqueles que desejam trocar no BCD seus créditos em E-dinheiro por Reais (moeda nacional), permitem aos BCDs sonharem com uma nova sustentabilidade financeira, baseada no que pode-se

chamar de “bancarização alternativa” das populações pobres (em grande medida excluídas do sistema bancário tradicional), em um momento de mudança “macropolítica” no país que não aponta para um ambiente de apoios governamentais, como outrora o fazia.

Se de um lado Sônia Faria acreditava que a “bancarização alternativa” é o caminho dos BCDs, de outro Heloísa Primavera (militante e pesquisadora das moedas sociais no Brasil e na Argentina), apontava que na realidade “o Palmas nunca foi realmente um banco”, como defendeu no IV Seminário Internacional de Moedas Sociais e Complementares, em Barcelona (2017). Ao observar o movimento cotidiano no Banco do Preventório, pode-se entender a afirmação: o apoio à população, fornecendo informações básicas em um local onde o Estado é praticamente ausente (até mesmo para oferecer uma carteira de identidade), o apoio a um grupo de mulheres artesãs e a outro de jovens comunicadores (não apenas financeiro, mas no uso da infraestrutura física do BCD) ou a disputa silenciosa pela gestão da associação de moradores com o tráfico de drogas que opera na favela, apontam para um sentido de *mobilização e acolhimento comunitários* que remontam à história de construção do Conjunto Palmeiras. A parte II aborda ainda que o aplicativo de celular E-dinheiro redistribui dificuldades e facilidades, em novas dinâmicas de mobilização: facilita o engajamento de jovens, como aponta o “agora é com vocês” verbalizado pela jovem Pâmela, ao divulgar o E-dinheiro em uma sala de aula do ensino médio no Conjunto Palmeiras; cria barreiras para os mais idosos, ainda não tão familiarizados com os celulares em algumas regiões do Brasil e por vezes habituados com uma “cultura do cartão” (JOAQUIM, 2016c), como deixa transparecer Sônia Faria (2015): “êta troço complicado”.

1.7.3 Parte III – Tensões sociotécnicas

A parte III (capítulos 6 e 7) pauta pluralidades monetárias e tecnológicas, em muito devido a observações realizadas em uma das arenas onde se encontram muitos jovens brasileiros aficionados por tecnologias – e por vezes por debates políticos –, os fóruns de *software* livre. Circulando no FISL, encontrei Pedro Jatobá, um dos mais entusiastas promotores da rede de produtoras, que implementa uma

metodologia de moedas sociais distinta dos BCDs: em suas palavras, as produtoras seriam “bancos não monetizados”, já que as moedas são lastreadas na capacidade de cada grupo produzir videoclipes, *shows*, *softwares* etc, e não são conversíveis em Reais. Jatobá (2015a) disparava com indignação: “Véi, você viu? O pessoal tá fazendo o E-dinheiro em *software* proprietário!?”. A surpresa de alguém bastante conectado com o mundo dos *softwares* livres contrasta com a defesa de Joaquim Melo, de que a parceria com a MoneyClip é uma “*mediação*”, uma solução provisória e importante no momento para a própria sobrevivência dos BCDs.

A controvérsia sobre a propriedade do código do E-dinheiro, tratada nesta parte III, não foi a única fricção percebida entre propostas de moedas alternativas que de alguma forma circularam no FISL. Se as palestras de Pedro Jatobá não chegaram a despertar o interesse de numerosos participantes do encontro, aquelas sobre as *criptomoedas* ficavam invariavelmente lotadas. E o interesse pelo tema não parava nas arenas tecnológicas: no fórum de inclusão financeira promovido pelo BACEN em 2016, entre as 15 chamadas *Fintechs* convidadas pelo BACEN havia 5 ligadas a criptomoedas - e apenas o “Palmas E-dinheiro” representando o “velho mundo” das moedas sociais[29]. Ao entrevistar um dos mais ativos construtores da Bitcoin no Brasil, foi fácil perceber que naquela rede circula uma ideia própria de descentralização: para ele, os BCDs representam ainda uma centralização, e as moedas sociais que circulam nessa rede lembram a DOTz (CRIPPA, 2015) (uma moeda conectada a grandes empresas no Brasil e distante de comunidades pobres). Tal comparação sugere cosmologias distintas: por um lado, a ideia de descentralização de poder aqui embutida nos códigos é conectada por exemplo a uma individualização das escolhas (anônima e global), não admitindo uma centralidade (ainda que pequena, comunitária, como nos BCDs); por outro, nos BCDs circulam propostas distintas de *democracias econômicas*, onde mobilizações comunitárias e proximidades são elementos fundamentais.

Nos discursos observados sobre a Bitcoin, imbricada à discussão da democracia, a noção de territórios aparece por vezes radicalizada na esperança de

29 O termo *Fintech* é geralmente associado a iniciativas ou organizações que provêm serviços financeiros “inovadores” com o uso de tecnologia. Mais em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Fintech>. Acesso em: 10 out. 2016.

dissolução de fronteiras dos Estados. Contudo, dadas as características de código aberto das criptomoedas, diversas propostas aparecem, inclusive em diálogo com a noção de moedas locais. Um dos sócios da MoneyClip (que apesar de não ser mais proprietária do código do E-dinheiro, continua na rede dos BCDs administrando a plataforma) admitiu que a empresa estaria “iniciando estudos para a utilização da *blockchain*” (SARRES, 2016). A digitalização das moedas sociais abre a discussão sobre a característica fortemente local dos BCDs, na medida em que, por exemplo, a infraestrutura da plataforma implica em uma conta-corrente em Reais única para os BCDs, e essa digitalização abre espaço para a utilização dos créditos em E-dinheiro em BCDs diferentes. Sobre essa discussão do conceito de território, Joaquim Melo perguntava no III Seminário Internacional de Moedas Sociais e Complementares (JOAQUIM, 2015b): “[s]erá que nosso território é aquele físico? Ou é formado pelas pessoas e grupos que compartilham nossa visão de mundo?”. A formalização de um Banco Central das Comunidades, definido no mais recente encontro da Rede de BCDs aponta para uma possível resposta.

1.7.4 Considerações finais

No último capítulo, resgato inicialmente a abordagem metodológica utilizada, com vistas especialmente àqueles das comunidades acadêmicas dos Estudos CTS, dos bancos comunitários, das moedas sociais, da economia solidária, bem como das criptomoedas. Na seção seguinte ressalto as duas ênfases sobre as experiências investigadas (percursos *entre ficções e fatos respeitáveis* e as *similaridades e diferenças introduzidas pelas TICs* nas redes estudadas), olhares propícios a gestores públicos e órgãos reguladores como o BACEN. Na terceira seção reexamino as traduções em categorias dos discursos e das práticas dos BCDs (*autonomias*, *proximidades*, *sustentabilidades financeiras, mobilizações e acolhimentos comunitários, mediações* e *democracias econômicas*), traduções essas decorrentes dos processos de digitalização das moedas

O capítulo de conclusão enfatiza ainda o desejo de que o conhecimento gerado nesta tese seja útil não apenas para a comunidade acadêmica, mas também para as próprias redes aqui investigadas. Tal objetivo foi perseguido tanto por meio

da produção do texto da tese, quanto com as relações construídas mutuamente em especial nas vivências de campo com os atores deste processo.

PARTE I – TENSÕES JURÍDICO-ESTATAIS

– O que é isso, mamãe?
– É a faculdade de direito.
– Mas e a faculdade de esquerda, mamãe?[30]

Uma das histórias de origem do dinheiro relaciona-se com o pagamento de dívidas para instituições centralizadas, como o Estado. De fato, quando ensaiamos um mergulho no mundo das moedas sociais brasileiras, essa relação aparece manifesta pelos próprios atores que constroem esse mundo no dia a dia. É um pouco dessa narrativa que percorreremos nesta primeira parte da tese.

2 PRÉ-HISTÓRIAS DE MOEDAS SOCIAIS E COMPLEMENTARES: BRASIL E ARGENTINA

Cena 2

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Centro do Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 2016. Entro com Joaquim Melo e Pedro Jatobá na sala destinada ao encontro que debaterá bancos comunitários e moedas sociais. Joaquim conseguira conciliar a agenda com uma de suas frequentes vindas de Fortaleza para Maricá (cidade próxima ao Rio de Janeiro e onde implanta junto à prefeitura local um banco comunitário). Ele logo se admira com a imponência da sala do BNDES: corpulentas cadeiras estofadas, mesas dispostas formando um grande semicírculo oval, microfones e placas individuais indicando cada convidado. Bem distante das realidades do Banco Nacional das Comunidades, entidade em consolidação e fruto da formalização da Rede Brasileira de Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs). Os BCDs são estruturas geralmente precárias situadas nas periferias e interiores brasileiros, como o Banco Palmas (pioneiro na Rede de BCDs, e em grande medida liderado por Joaquim). Enquanto chegam os convidados, o telão torna possível uma "telepresença" de Paul Singer, exibindo um vídeo gravado pelo histórico professor-militante-intelectual da economia solidária no Brasil, então titular da Secretaria Nacional de Economia Solidária, órgão do Ministério do Trabalho. Os debates são intensos no evento, que dura toda a tarde, e avança no início da noite, já para além do previsto. O tema desperta interesse dos presentes, representantes de diferentes setores do banco, alguns assumindo desconhecimento completo sobre o tema, em que pese o banco ter um departamento de Economia Solidária. Joaquim apresenta os princípios e a história dos BCDs, desde o final da década de 1990, passando pela recente entrada

30 Diálogo iniciado em 2015 por Alice Barros de Faria, minha filha, então com cinco anos, e indissociavelmente parte integrante da pesquisa. A frase foi dita em frente à Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ. Em sua inocência, Alice inadvertidamente apontou um dos temas desta parte, a saber, a imbricação entre controvérsias jurídicas e políticas.

contundente das tecnologias de informação e comunicação (TICs), com seus cartões magnéticos e aplicativos, na Rede. Quando Pedro Jatobá projeta no telão uma versão de moeda social não impressa, "totalmente digital" e cujas movimentações ficam rastreadas e identificadas, alguém do BNDES deixa escapar: "nosso sonho!". Pedro fala representando as Produtoras Culturais Colaborativas, uma rede "nativa digital" que tem início em 2010. Mas suas ponderações não se restringem ao "digital" ou ao "local": chama a atenção para o sistema financeiro internacional, para o tamanho da dívida pública norte-americana e dispara: "quando essa bolha explodir, o que vai permanecer são as trocas locais e reais, as moedas locais"[31].

A cena chama atenção para indícios de elementos fundamentais com que me deparei durante a pesquisa e que descrevo ao longo deste trabalho. Neste capítulo busco traçar logo de início, mas lentamente e ***sem saltos***, a conexão ensaiada por Pedro Jatobá, entre, de um lado, as diferentes propostas das chamadas moedas sociais, e, de outro, algumas versões de endividamentos estatais. Mais adiante, descreverei os diferentes olhares do Estado para essas experiências financeiras nascidas em grande medida nas periferias brasileiras. Passarei também detidamente pela vivência da implantação de uma proposta de banco comunitário e de moeda social nascida no âmbito da Prefeitura de Maricá, sob a coordenação do Banco Palmas: o "Banco Comunitário Popular de Maricá" e a "Moeda Social Mumbuca", cuja imagem do cartão magnético, que dá vida à moeda, é estampada com destaque no *site* do Banco Palmas[32].

O debate promovido no BNDES iniciou-se com Paul Singer. Quem acompanhou o economista em dezembro de 2015 no encontro "Emergências" (apenas um mês antes do encontro da cena 1), presenciou uma crítica contundente ao próprio governo do qual fazia parte desde 2003, quando sua secretaria fora criada a partir de uma demanda colocada pelo movimento da economia solidária ao recém-eleito governo Lula[33]. Singer (2015) descrevia uma "ofensiva neoliberal contra tudo o que acreditamos", e atacava, ainda que por outros caminhos, justamente o ponto levantado por Jatobá no BNDES:

---

31 Cena inspirada em minha vivência no debate no BNDES (BANCO, 2016). Imagens no APÊNDICES 9.

32 Mais em <http://www.bancopalmas.org.br/>. Acesso em 20 jul. 2017.

33 Mais sobre o Emergências em (ENCONTRO…, 2015) e <https://www.facebook.com/emergencias.cultura/>. Acesso em: 15 maio 2016.

> [q]uero que me expliquem a razão do ajuste fiscal. Por que a dívida pública está aumentando? […] Quero que me digam qual país que pagou sua dívida pública. Espanha, Grécia etc. […] Infelizmente o Brasil começa a adotar essas medidas. (SINGER, 2015)

O economista não concordava com a política econômica que se intensificava pelo governo Dilma Rousseff, de cortes nos gastos estatais justificados pelo chamado "ajuste fiscal" e pela dívida pública brasileira. Para ele, o aumento da dívida seria intrínseco ao nosso sistema econômico-financeiro atual. Singer ia na contramão da metáfora por muitos propagandeada, de que o governo deveria equilibrar suas finanças da mesma forma que as pessoas, ou seja, sempre gastando menos do que arrecada. Sua posição ia ao encontro da discussão levantada por exemplo pelo jornal britânico "The Guardian". Em "No alternative to austerity? That lie has now been nailed" (numa tradução livre, "Sem alternativas para a austeridade? Essa mentira já foi pregada"), o colunista Owen Jones defendia que a Europa prestasse atenção aos feitos então recentes do governo de Portugal, que teria provado que cortes nos gastos públicos não seriam o único caminho para "salvar a economia"[34].

Seguindo o rastro da conexão entre a chamada dívida pública (uma *entidade* aparentemente importante para *atores* relevantes das *redes* que investigamos) e a propagação de alternativas às moedas "oficiais", nosso tema principal, vale examinarmos a seguir um relato do economista Bruno Théret (2018), um dos atores participantes do III Encontro Internacional de Moedas Sociais e Complementares, em 2015. O engenheiro e economista Bruno Théret (Université Paris Dauphine) fazia parte da representativa delegação francesa, especialmente do mundo acadêmico, composta por outros pesquisadores como Jerome Blanc, Marie Fare (ambos da Université Lumière Lyon 2). A delegação brasileira incluía nomes tanto dos bancos comunitários, como o próprio Joaquim Melo, quanto das universidades, como Genauto Carvalho de França Filho (então anfitrião do evento e coordenador da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento

34 "Por anos nos disseram que apenas cortes drásticos salvariam nossa economia. O governo português, liderado por socialistas, provou o contrário, de acordo com Owen Jones, colunista do Guardian" (JONES, 2017, tradução nossa).

Territorial da Universidade Federal da Bahia - ITES/UFBA), e do Estado, como Marusa Freire (BACEN).

2.1 O BOCADE: EMPRÉSTIMO À POPULAÇÃO PARA REDUZIR UM DÉFICIT PÚBLICO

Théret (2018) analisou o caso do Bocade, moeda complementar à nacional emitida pela Província de Tucumán, na Argentina – um país reconhecido pelo volume de experiências relacionadas a moedas alternativas – que embutia uma receita contra o endividamento público alternativa à da austeridade. A emissão pela província foi justificada pela escassez de crédito e de moeda nacional à época, e configurou-se como um meio imediato para o poder público pagar salários aos funcionários (THÉRET, 2018, p. 3). Nas palavras de Rienzo Cirnigliaro, ministro das finanças encarregado da implementação do Bocade,

> [e]ncontramos um cofre vazio, com um mês e meio de salários atrasados […]. Entre os fatores […] para o endividamento estava […] uma queda nos repasses do governo federal […]. A dívida total foi equacionada completamente em 24 de dezembro de 1985. Em cinco meses conseguimos pagar o equivalente a seis meses e meio de salários dos funcionários públicos, em um contexto financeiro complexo e difícil (CIRNIGLIARO, 2004, p. 116-117 apud. THERÉT, 2018, p.3, tradução nossa)[xvii].

A possibilidade de entrada em circulação do Bocade veio conectada a um ato legislativo “curto e simples”, de apenas três páginas e oito artigos (THÉRET, 2018, p. 7)[35]. O ato configurou a moeda, dentre outros aspectos, como um dispositivo ao portador, sem juros e com paridade com moeda nacional. O Bocade *chegou à existência* como

> uma moeda (não de curso legal) que serve para a antecipação de imposto *(tax anticipation scrip)*; um título temporário para pagamento de dívidas constituídas junto ao governo federal, e conversível em paridade com a moeda de curso legal, até a data de sua nulidade e sob condições específicas a serem fixadas pelo governo da província (THÉRET, 2018, p. 8, tradução nossa)[xviii].

35 Trata-se do Ato 5728 (24/07/1985): “[s]eu Ato legislativo de nascimento mostra o quão simples e curto (somente três páginas foram necessárias em sua primeira versão) foi o trabalho jurídico para instituí-lo.” (THÉRET, 2018, p. 7, tradução nossa).

As notas do Bocade entravam no circuito econômico por meio do pagamento de salários e fornecedores do setor público, e retornavam aos cofres públicos por dois canais: pagamento de taxas da província e pelas trocas em Austrais (então moeda nacional argentina) no Banco da Província (THÉRET, 2018, p. 8). O autor ainda chama a atenção para o mecanismo de prêmios implementado por casas lotéricas, como incentivo para que os Bocades não saíssem de circulação. Além disso, havia restrições às trocas pela moeda nacional: somente podiam ser realizadas em um determinado período do mês (entre os dias 18 e 28) e, caso as trocas fossem feitas em outros bancos, eram cobradas taxas. Para o autor, com essas regras, *o Bocade configurou-se como um instrumento de crédito de curto prazo para o governo da província, e, na medida em que permitiu o pagamento em dia dos salários, uma ferramenta para "manter a paz social"* (THÉRET, 2018, p. 8, tradução nossa)[xix].

O autor chama nossa atenção assim também para elementos na proposta da moeda que, alguns poderiam apontar, vão "para além do econômico", enfatizando características como aquelas relacionadas à ideia de pertencimento a uma comunidade. No momento, contentamo-nos em destacar que não apenas os valores nominais do Bocade eram impressos em suas notas, mas igualmente valores e princípios indissociáveis da proposta (figura 1).

Figura 1 – O Bocade de Tucumán, e sua defesa



Acima, o primeiro bocade de Tucumán, impresso em 1985. Abaixo, parte de peça onde empresários de Tucumán apoiam o Bocade em 2001. Fonte: Théret (2018, p. 5-6).

"Que el Federalismo alimente, rojo y caliente, la célula viva de la Nación", frase atribuída ao peronista Fernando Riera, vinha impressa nos primeiros bocades (figura 1)[36]. O Federalismo inscrito no artefato, na nota, dá pistas sobre quais as redes conectadas à proposta. A ideia de um "federalismo monetário", como aponta Théret (2018, p. 5, tradução nossa), permitia que mesmo decorridas quase duas décadas de seu início,

> ainda em 2001 [o Bocade] fosse fortemente apoiado pelos interesses econômicos locais, que o viam não apenas como instrumento econômico, mas também como uma representação de suas mútuas interdependências e seu pertencimento a uma comunidade territorial de desenvolvimento local[xx].

A tradução inscrita no artigo de 2001 (figura) respalda a reflexão do autor: "Defender o Bocade é defender Tucumán". Tais conexões da moeda com o território, e com uma relativa autonomia deste (no caso, em relação aos demais entes da federação) guardam semelhanças com histórias das moedas locais brasileiras. Contudo, com diferenças significativas: o Bocade era uma moeda não lastreada *a priori* em uma quantidade de moeda nacional (conectava-se a uma pretensa receita futura da província), como veremos que é o caso da metodologia dos BCDs brasileiros, por exemplo. No caso argentino, justamente esse "não lastro" e a possibilidade de antecipar uma receita da província foi fundamental para a experiência na visão de Théret (2018, p. 4) ter sido um excelente dispositivo para financiar o deficit público, a partir do momento em que os "Bocades eram uma forma de crédito muito mais barata que empréstimos bancários e títulos públicos vendidos no mercado financeiro" (THÉRET, 2018, p. 28, tradução nossa)[xxi] [37].

36 Mais em <http://edant.clarin.com/suplementos/economico/2001/11/18/n-00701.htm>. Acesso em: 18 set. 2017.

37 "O fato do 'Bocade ser um excelente dispositivo para financiar o déficit fiscal e evitar custos financeiros (Cerro 1988, 335)' também foi reconhecido por dois estudos econômicos" (THRÉT, 2018, p. 4)."[O] Bocade foi uma instituição de sucesso que durou e entregou o que prometeu: permitiu que a província entregasse serviços públicos enquanto reduzia o défcit público, e que estimulasse, quando as condições permitiram, a economia local, sem ser intrinsecamente inflacionista e/ou desvalorizada" (THRÉT, 2018, p. 30). Traduções livres.

O “sucesso” narrado pelo autor não foi isento de crises e de ajustes durante a vigência do Bocade, os quais indicavam que uma “moeda complementar fiscal requer um mínimo de maestria do poder público local em relação a sua base tributária” (THÉRET, 2018, p. 31, tradução nossa)[xxii] - dada a relativa incerteza de arrecadação futura da província, para lastrear suas dívidas em Bocade. No contexto de instrumentos similares utilizados por cidades nos EUA nos anos trinta, o autor complementa afirmando que também naquela experiência

> o nível de moedas complementares em circulação deve ser mantido entre dois limiares, um mínimo abaixo do qual não há efeito no crescimento, e um máximo acima do qual a moeda complementar não é mais sustentável.[xxiii]

No caso do Bocade, Théret destaca que o instrumento teve êxito em operar como um "dispositivo anticíclico" e que ajudou a província a "absorver choques" e a "crescer a taxas maiores que as nacionais". Soluções como a intensificação nas restrições para troca dos Bocades pela moeda nacional, por exemplo, foram adotadas ao longo do tempo para vencer crises de confiança na moeda. Para o autor, a moeda poderia ter sobrevivido ao que seria sua derradeira crise, em 2003, não fosse “estar no radar do FMI”. Para seu “pai fundador”,

> o Bocade desapareceu […] ao preço de um alto custo fiscal da província, de acordo com o requisito do Fundo Monetário Internacional que requereu o resgate desses dinheiros pois eles estavam arruinando o negócio da dívida externa e "eterna" (CIRNIGLIARO, 2004, p. 264, apud THÉRET, 2018, p. 24, tradução nossa)[xxiv].

No momento, não seguiremos este rastro, que nos levaria a investigar quais redes atuaram para tal posição do FMI (incluindo aqui *elementos heterogêneos* tais como teorias, valores, manuais, procedimentos, hierarquias organizacionais internas etc.), posição essa que levou o governo federal argentino a se comprometer a se livrar de todo o conjunto de moedas complementares das províncias na Argentina (THÉRET, 2018, p. 20). Cabe, contudo, pontuar aqui que crises de confiança e de restrições quanto à convertibilidade entre uma moeda e seu lastro configuram-se na realidade em uma questão altamente relevante, não somente para moedas sociais e complementares, *experimentos* razoavelmente desconhecidos do grande público.

Não é preciso muito esforço para encontrar semelhanças com a moeda mais conhecida globalmente na atualidade, o Dólar.

2.2 LASTRO E DÍVIDA PÚBLICA DO DÓLAR: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS

Precisarei ampliar nossa *escala* a fim de examinar quais pistas nos interessam sobre a estabilização da moeda que mais circula internacionalmente na atualidade, o Dólar. Continuarei privilegiando seguir os rastros dos construtores das moedas sociais brasileiras: quem nos aponta um caminho é uma das responsáveis pela implantação do BCD do Preventório, em Niterói, e também convidada a atuar na implantação do Banco Mumbuca, em Maricá, Bárbara França: ela indica os documentários “The biggest scam in the history of mankind” (MALONEY, 2013a) e “The Crash Course” (MARTENSON, 2014) como indispensáveis para pensar a questão das moedas[38]. As obras apontam para a construção e estabilização dos bancos nos EUA, e do próprio Dólar, como histórias locais, repletas de elementos que saltaram aos nossos olhos ao percorrermos os feitos dos Bocades: autonomias, lastro e dívida pública são também entidades indissociáveis da história da moeda mais aceita no mundo.

Aqui interessa seguir esta história particular a partir dos idos da segunda guerra mundial, quando o governo estadunidense e o Federal Reserve (FED, Banco Central dos EUA) procederam uma espécie de troca: em 1933 o governo confiscara o ouro existente no país (261 milhões de onças), trocando-o por 11 bilhões de Dólares do FED impressos “a partir do nada” (*printed out of thin air*) (MARTENSON, 2014)[39]. Já no pós-guerra, o híbrido Dólar-ouro – inicialmente fruto de uma estabilização local, situada no território dos EUA, que lastreava o Dólar ao ouro – ganhou escala mundial com o conhecido acordo de Bretton Woods[40]. A mudança de

38 França coordenava à época a Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários da Universidade Federal Fluminense (IEES UFF). Sobre o convite para participação do projeto em Maricá, dada sua grande escala e a relativamente pequena estrutura da IEES UFF, a professora indicou a participação do Banco Palmas. Bárbara França indicou as obras no contexto da qualificação da presente tese.

39 Examinarei brevemente os antecedentes desta história no capítulo 4.

40 Sobre o padrão-ouro, ele “significou a adoção de um regime cambial fixo por parte de praticamente todos as grandes potências econômicas do último quartel do século XIX. Cada país se comprometeu em fixar o valor de sua moeda em relação a uma quantidade específica de ouro,

escala foi decorrente da estabilização da controvérsia sobre as regras das transações internacionais, discutida no acordo em 1944. Lá, a Libra esterlina, inglesa, perdeu o *status* de moeda do comércio global e moeda de reserva para o Dólar (MALONEY, 2013b). Para que essa ***proposição***, originalmente levada à conferência de Bretton Woods pela delegação estadunidense e conhecida como "Plano White", se estabilizasse como fato, foi preciso que saísse vencedora em relação por exemplo à proposta da delegação britânica, o chamado "Plano Keynes" - perdedor por *razões indissociavelmente políticas e econômicas*[41]. Para além do padrão ouro, o acordo foi também responsável pela criação de organismos como a própria Organização das Nações Unidas (ONU), o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Embutindo interesses dos EUA em sua constituição, país que saiu da segunda guerra em posição geopolítica privilegiada, o FMI nasceu então inclinado

> […] à adoção de políticas restritivas, já que a ele foram conferidos poderes para atuar apenas junto aos países com déficits em seus balanços de pagamento. O FMI foi criado sem poderes para induzir soluções expansionistas […]. [S]ua ação tinha de se concentrar em forçar países deficitários a gastar menos. (CARVALHO, 2004, p. 60)

Os quarenta e quatro países signatários de Bretton Woods, incluindo o Brasil, comprometeram-se a "manter a taxa de câmbio de sua moeda 'congelada' em relação ao Dólar, com margem de manobra de cerca de 1%" (BARRETO, 2009), e os EUA por sua vez acordaram não imprimir dólares em demasia, ou seja, a manter uma conversibilidade com o ouro a 35 dólares/onça. A estabilização de tal conexão da economia mundial tanto com o Dólar quanto com a promessa do lastro do Dólar em ouro teve duração limitada. Charles De Gaulle, presidente da França, então maior detentora de dólares fora dos EUA[42], foi figura importante no movimento crescente europeu na década de 1960 para utilizar a "*opção legal* de redimir seus

---

e a realizar políticas monetárias, de compra e venda de ouro, de modo a preservar tal paridade definida. [...] O padrão-ouro dito clássico foi o primeiro sistema monetário internacional e vigorou de 1870 até 1914 (início da Primeira Guerra Mundial) [...]. A Primeira Guerra levou ao fim do padrão libra-ouro e, posteriormente, não se chegou a um acordo até Bretton Woods, em 1944." Mais em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Padr%C3%A3o-ouro>. Acesso em 15 mai. 2018.

41 Os nomes dos planos referem-se a seus autores, os economistas Harry Dexter White e John M. Keynes.

42 Mais em <http://jornalggn.com.br/noticia/o-ataque-de-de-gaulle-ao-dolar-por-motta-araujo>. Acesso em: 20 set. 2017.

Dólares em ouro ao valor de US$35 a onça" (ROTHBARD, 2010b). Em conferência à imprensa em 1965, De Gaulle evocou a posição privilegiada dos Estados Unidos:

> [e]sse simples fato [dos países aceitarem o dólar como meio de pagamento] leva os norteamericanos a entrar em dívidas gratuitamente […] porque o que os EUA devem é pago, pelo menos em parte, com dólares que só eles podem emitir .[…] Consideramos importante que o comércio internacional seja estabelecido […] em uma base monetária neutra […] que não tenha *a marca* de nenhum país em particular.[43]

O quadro pintado por De Gaulle apontava para uma posição estadunidense privilegiada e para um indício de desconfiança na transparência na emissão dos Dólares pelos EUA. Uma posição que Barry Eichengreen resumiu do seguinte modo:

> custa apenas alguns poucos centavos para o Bureau of Engraving and Printing produzir uma nota de $100, mas outros países têm que pagar $100 em bens reais para obter uma (EXORBITANT PRIVILEGE, 2018, tradução nossa)[xxv] [44].

Essa opção legal de trocar Dólares por ouro, colocada em prática por países europeus, foi um dos fatores importantes (junto a outros, como as altas despesas dos EUA com a Guerra do Vietnam) para o que pode ser lido como um contragolpe geopolítico estadunidense. Se os europeus eram influenciados por uma visão de retorno ao padrão ouro vigente até a Primeira Guerra Mundial, os EUA apontaram um outro caminho, rompendo unilateralmente o acordo de Bretton Woods em 15 de agosto de 1971, quando o então presidente Richard Nixon anunciou que,

> para defender o dólar contra os especuladores, […] [decido] suspender temporariamente a convertibilidade do dólar em ouro ou outras reservas, exceto em quantidades e condições determinadas a serem de interesse da estabilidade monetária e de dos Estados Unidos[xxvi] [45]

---

43 Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=W5Qjeun0NPo>. Acesso em: 20 set. 2017.

44 O Bureau of Engraving and Printing, espécie de Casa da Moeda dos EUA, "(…) imprime bilhões de dólares – chamados de notas do Federal Reserve – todo ano para entregar ao Sistema do Federal Reserve. A moeda dos EUA é usada como meio de troca e reserva de valor ao redor do mundo. De acordo com o Federal Reserve, há aproximadamente $1,52 trilhão em notas do FeD em circulação". Mais em https://www.moneyfactory.gov/uscurrency.html. Acessado em 25 set 2017. Mais em <https://en.wikipedia.org/wiki/Nixon_shock#cite_note-books.google.com-4>. Acesso em: 20 set. 2017.

45 Tradução nossa do discurso de Nixon. Mais em: <https://en.wikipedia.org/wiki/Nixon_shock> e <https://www.youtube.com/watch?v=h-OnmG1csE4>. Acesso em: 20 set. 2017.

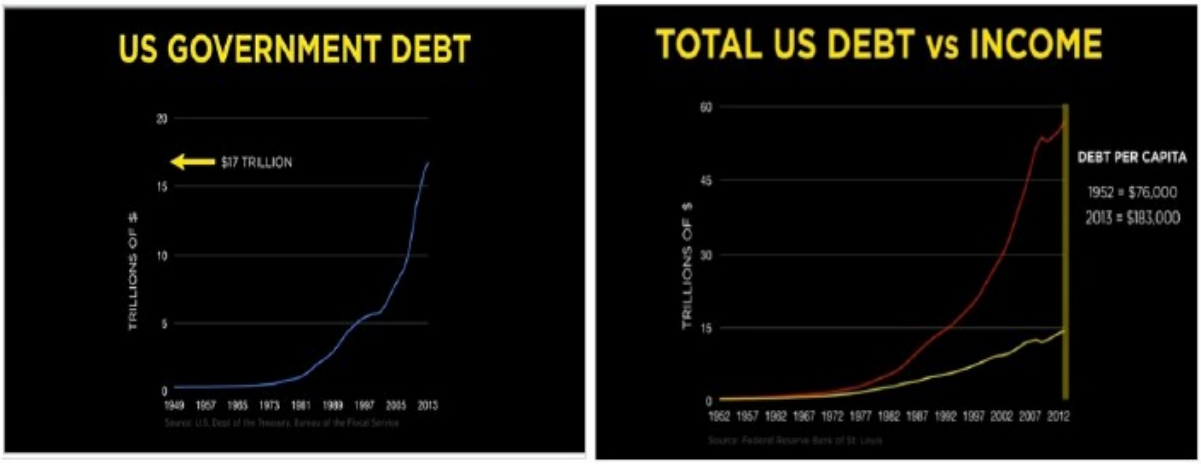
Figura 2 – De Gaulle, Nixon e a geopolítica do (lastro do) Dólar



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=h-OnmG1csE4>. Acesso em: 20 set. 2017.

A resolução da controvérsia *geo-político-econômica* (figura 2, os presidentes) colocava em cena um novo arranjo: o híbrido Dólar-ouro desfazia-se. O caráter "temporário" do *enunciado* de Nixon marcava para alguns "a maior fraude na história da humanidade"[46] (MALONEY2013b), para outros, o início de um experimento que já dura mais de 40 anos (MARTENSON, 2014). Tal quebra do híbrido Dólar-ouro, ou seja, do lastro do Dólar em ouro, estaria na fundação do aumento exponencial da dívida do governo dos EUA (MARTENSON, 2014) – figura 3.

Figura 3 – Dívida pública estadunidense: crescimento após ouro sair da rede do dólar



Fonte: Martenson (2014).

46 Trata-se do próprio título do documentário: The Biggest Scam In The History Of Mankind (MALONEY, 2013b).

Na rede do Dólar, a conexão com o ouro desapareceu. A moeda americana não dependia mais do metal para ser criada, para chegar ao mundo. O circuito desse “dinheiro baseado em dívida” (*debt based money*) (MARTENSON, 2014) mudou: nessa nova rede, a necessidade de gasto do governo dos EUA passou a ser viabilizada pela emissão de títulos do tesouro; os Dólares recebidos pelo governo são oriundos do FED, que “cria dinheiro” no momento em que coloca os dólares em circulação. Nesse fluxo, em uma ponta o FED emite Dólares e absorve os títulos do governo (que entram em seus ativos); na outra, o governo recebe dólares para uso imediato, incrementando sua dívida futura.

O circuito tem semelhanças com a emissão dos Bocades, pelo governo da Província de Tucumán, ao menos no “nascimento” da moeda: o governo dos EUA emite títulos como um instrumento de autofinanciamento, assim como a província argentina. Contudo, as redes têm diferenças importantes, tanto em suas extensões (do Bocade e do Dólar) quanto nos regimes de circulação das moedas. Apesar de podermos defender a posição de que os Bocades também são um “dinheiro baseado em dívida” (*debt based money*) (MARTENSON, 2014), pelo que vimos nas regras inscritas na legislação local (Ato 5728 – 24/07/1985), eles estão restritos a uma província argentina relativamente pequena, e somente podem circular a partir do pagamento de salários e fornecedores do setor público, retornando aos cofres públicos pelo pagamento de taxas da província e pelas trocas em Austrais (então moeda nacional argentina) no Banco da Província (THÉRET, 2018, p. 8).

Já o outro “dinheiro baseado em dívida” examinado até aqui, o Dólar, trata-se de um artefato cuja rede nacional foi expandida para todo o planeta por um acordo legislativo multinacional (o de Bretton Woods), acordo este que surgiu de forma indissociável da posição geopolítica dos EUA à época – aliás, tal posição garantiu a manutenção da extensão da rede mesmo com a quebra unilateral do acordo. Sua circulação dá-se por meio do aumento da dívida de um Estado com outros atores e sob outras condições: aqui, em vez de uma “forma de crédito muito mais barata que empréstimos bancários e títulos públicos vendidos no mercado financeiro” (THÉRET, 2018, p. 28, tradução nossa)[xxvii] – como vimos no caso dos Bocades –, tratamos justamente de empréstimos bancários e títulos públicos vendidos no chamado

mercado financeiro, encarnado aqui no FED. Vale lembrar, apesar da informação talvez parecer estranha para alguns leitores, como o foi para mim, o FED é uma corporação privada, inclusive com ações em bolsa de valores[47].

Neste ponto, finalmente, completamos a tarefa de *seguir* as pistas das falas de alguns *atores* de nossa primeira cena, conectando as moedas locais às dívidas contraídas por Estados, utilizadas como justificativa para ajustes fiscais. Na realidade, para tal tarefa, ficará ainda para a parte II um olhar mais cuidadoso sobre os bancos – atores importantes no circuito do Dólar. Não os bancos comunitários, mas os bancos tradicionais, que junto com o banco central estadunidense também são responsáveis pela criação de dinheiro nos EUA (MARTENSON, 2014) e em muitas economias, como a brasileira. Por ora, enfatizamos as relações entre diferentes instâncias de Estados (um nacional, os EUA, e outro provincial, o de Tucumán) e instrumentos jurídicos que tornam possíveis a existência de artefatos que nos acostumamos a chamar de moeda ou dinheiro e de seus circuitos (a legislação da Província e o acordo de Breton Woods). No momento, temos mais elementos para entender o aparente "salto" entre as moedas locais e a "dívida pública americana", já apontado na cena 1, quando Pedro Jatobá lembrava que

> a dívida pública americana é a maior da história. […] Obama endividou mais que todos os presidentes juntos. […] O Real está lastreado em […] reservas de Dólar. O Dólar está lastreado em [...] dívida pública americana. […] Se essa economia quebrar, quais são as economias que ficam de pé? São as economias pequenininhas que a gente está discutindo aqui. […] São as economias que estão calçadas na confiança, na ação territorial. (JATOBÁ, 2016).

Chegamos ao final da seção conhecendo razoavelmente entidades como *dívida pública*, *títulos públicos*, *bancos centrais*, *moedas complementares*. Creio que termos como *quantitative easing*, que trata do "experimento social da impressão de dinheiro" (MARTENSON, 2014), ou *moeda FIAT*, "moeda legal de qualquer país em que é impressa e emitida pelo governo e o Banco Central"[48], também já não nos parecem indecifráveis. Já estamos mais próximos até mesmo de melhor

47 Segundo (MALONEY, 2013b), o FED não é do governo, e tem ações que rendem "dividendos anuais de 6%". O documentário acrescenta que a instituição é uma corporação cujas identidades dos donos "não é aberta".

48 Mais em <https://guiadobitcoin.com.br/glossario/moedas-fiat/>. Acesso em: 20 set. 2017.

compreender algumas das críticas ao FMI, por atuar com receitas econômicas restritivas ao crédito, como as chamadas condicionantes às “ajudas” do Fundo a países sobretudo considerados em desenvolvimento (como em sua atuação no caso do fim das moedas complementares na Argentina, atuação esta criticada por Bruno Théret)[49]. Ainda, posicionamentos como o de Singer no início da seção (“[q]uero que me digam qual país que pagou sua dívida pública”), ou enunciados como

> “o aumento da dívida americana para por exemplo cobrir o balanço de comércio, é seguido por outros bancos centrais […] [pelo mecanismo da] ‘Quantitative Easing’ (QE)” (MARTENSON, 2014), ou
> “é FIAT [...] Várias economias do mundo, [como] a romana, faliram por causa disso” (JATOBÁ, 2016), ou ainda
> “está lá [no site do FED] que não é lastreado, que imprimem [moeda] do nada, é aberto. […] Nenhuma moeda Fiat sobreviveu ao longo do tempo” (MALONEY, 2013b),

fazem mais *parte do nosso mundo*. Isso é importante para seguirmos os rastros das histórias da digitalização das moedas sociais brasileiras, e para começarmos a compreender as novas entidades que surgem, como confiança e ação territorial, na fala de Jatobá.

2.3 “DEUS CRIOU O MUNDO, E NÓS CRIAMOS O CONJUNTO PALMEIRAS”. MAS NÃO ESTAMOS SÓS[50].

Os bancos comunitários nasceram sob perseguição do Estado.
(JOAQUIM, 2016c)

Cena 3

Conjunto Palmeiras, tarde ensolarada de setembro de 2015. Vamos almoçar com Joaquim Melo, ex-seminarista e um dos fundadores do Banco Palmas, Joaquim tem agenda apertadíssima. Quis o destino que os poucos porém intensos dias que eu e

---

49 Como já visto brevemente, Carvalho (2004) deixa claro que o FMI nasceu com limitações de atuação: “[r]petidas vezes nos quarenta anos de sua existência, o Fundo Monetário Internacional, que será criado para exercer as funções desse fundo de estabilização, ‘exortará’ seus membros superavitários a gastar mais para facilitar o ajuste de economias deficitárias [...], mas esse será o limite de sua eficácia. Por isso, o FMI será sempre identificado com a adoção de políticas contracionistas. […] O FMI foi criado sem poderes para induzir soluções expansionistas, já que nada podia fazer contra os países que se abstivessem de gastar suas reservas. Assim, sua ação tinha de se concentrar em forçar países deficitários a gastar menos" (CARVALHO, 2004, p. 60).

50 Frase de Joaquim Melo (2014): “Deus criou o mundo, e nós criamos o conjunto Palmeiras”.

meu orientador passamos no Banco Palmas coincidissem quase que totalmente com a ida de Joaquim para o Rio de Janeiro, para cuidar da expansão da Rede de BCDs. Apesar do intenso calor, estávamos animados, já que nossa agenda previa acompanhar a divulgação do E-dinheiro na comunidade. O almoço também contou com a presença de Asier Ansorena, espanhol formado em economia que viera passar poucos meses no banco por conta de uma cooperação internacional mas que lá estava havia anos. Asier combinara cuidadosa e previamente a agenda conosco, revelando prática no recebimento de pesquisadores – apesar de suas críticas a determinadas formas de pesquisar, que pouco acrescentariam à experiência dos bancos. Aguardávamos a mestranda Bárbara Oliveira, que fazia uma imersão de 30 dias no Palmas, além de dois integrantes do banco que iriam na visita. A jovem Pâmela terminava uma conversa com um cliente que queria carregar o seu E-dinheiro, colocando alguns Reais de crédito. Ela e mais duas atendentes do E-dinheiro dividiam com a equipe do microcrédito a primeira sala logo à esquerda da entrada da sede do banco, hoje um sobrado que conta ainda com uma "lojinha" com materiais da Rede de BCDs, e espaços para projetos especialmente com jovens ("PalmasLab") e com mulheres ("Elas"), além de um auditório e uma sala de administração. Ênio também nos acompanharia. Já o conhecíamos, pois o simpaticíssimo professor de dança da "Companhia Bate-Palmas" havia feito nosso traslado do aeroporto de Fortaleza para a "PalmasTur", uma modesta mas digna estrutura de acolhimento de visitantes e pesquisadores interessados em vivenciar de perto a experiência do já internacionalmente conhecido Banco Palmas. A pousada ficava a poucos passos da sede do banco, entre um terreno que abrigava uma torre de antena, à sua direita, e os prédios onde funcionavam o projeto Elas e o movimentado "correspondente bancário" da Caixa Econômica Federal, à sua esquerda. Ênio e Pâmela agora mudariam de papel: seriam promotores para convencer pacientes de um posto de saúde municipal e estudantes de uma escola de ensino médio do bairro a baixarem o aplicativo da nova versão de moeda social – e eletrônica – do banco. Passada a visita ao posto de saúde, onde divulgaram o aplicativo e conversaram sobre a pesquisa que o próprio banco conduziu na comunidade (por demanda da Prefeitura), chegamos à escola. Agora, ela conta com ensino médio, mas nem sempre foi assim: entre confirmações do horário de vôo de Joaquim e consultas sobre editais, Jaqueline Dutra (uma das mais ativas organizadoras do banco) nos contaria no dia seguinte que tivera que sair do Conjunto Palmeiras para cursar o ensino médio. Entramos na escola com Pâmela e Ênio, e a diretora logo o reconhece: "Esse menino não era fácil…" Somos conduzidos a uma sala de aula cheia, com certamente mais de quarenta jovens. Ênio projeta slides *que trazem um pouco da história do bairro e do banco, com manifestações por serviços básicos como o esgoto, com mutirões para a construção de casas e conquistas como a urbanização e água e luz. Ênio conta como o banco surgiu, como uma forma de manter a riqueza em uma comunidade que vivia um paradoxo: após muita luta pra construir um bairro, os moradores não tinham dinheiro para pagar pelos serviços conquistados. Uma organização comunitária que venceu muitas batalhas, inclusive jurídicas, contra instituições muito mais poderosas, inclusive o Banco Central. Pâmela, com atitude, idade e linguagem muito próximas às dos estudantes, conecta a história à realidade diária dos jovens: "Quem aqui tem conta em banco?". Duas mãos se levantam. "E celular? Quem tem?". Apenas dois*

não se manifestam. "Pois é, gente. O E-dinheiro é um aplicativo que nem o WhatsApp, é só baixar agora aí. É também uma conta de banco de vocês. O banco é aqui pertinho, não precisa nem pedir documento pros pais. E tem mais, usando essa moeda eletrônica, o dinheiro fica na comunidade, que fica mais rica. Agora é com vocês".[51]

A cena acima é rica em elementos que nos fazem compreender muitos dos princípios, dos valores, das metodologias, das materialidades, dos sentimentos, das dificuldades, enfim, das muitas entidades heterogêneas que compõem a história do Banco Palmas. Ressaltarei de pronto algumas delas, indicando onde tratarei cada uma dessas entidades ao longo do texto.

Pode-se dizer que o Banco Palmas é marcado por um forte processo de *mobilização comunitária*, traço presente na comunidade desde a construção do Conjunto Palmeiras. Tal mobilização fica clara quando Ênio relata aos estudantes as lutas da comunidade, ou quando Pâmela traduz essa atitude para os jovens, convocando-os para uma mobilização agora equipada com novos artefatos. Essa mobilização mistura-se com um *acolhimento comunitário*, manifestado em outras diversas iniciativas em que o banco não se parece com um banco tradicional em seu sentido mais estrito, como é o caso dos projetos de emancipação das mulheres que recebem o Bolsa Família, e das iniciativas de formação de jovens. Discutirei essa faceta do banco comunitário – simultaneamente uma instituição emissora de moeda eque opera microcrédito, e uma organização comunitária que desenvolve "projetos sociais" – que chamamos mobilizações e acolhimentos comunitários na parte II da tese.

Quando Pâmela sinaliza o E-dinheiro como uma ferramenta que ajuda na permanência da riqueza na comunidade, ela aponta para uma outra entidade muito recorrente encontrada nesta pesquisa. Na parte II também descreverei os BCDs como instrumentos de manutenção da riqueza no território, considerando por exemplo os desafios de *sustentabilidade financeira* dos próprios bancos. Além dessas sustentabilidades, considerarei também a inquietação de Asier (2015b) sobre

51 Cena inspirada em minha vivência ao acompanhar a divulgação do E-dinheiro, feita por Ênio e Pâmela (do Banco Palmas), para estudantes do ensino médio no Conjunto Palmeiras (APÊNDICE 2).

"o que fica pro banco" e para as comunidades após os pesquisadores realizarem suas entrevistas e publicarem seus artigos sobre bancos comunitários.

Já na parte III colocarei uma lupa nas controvérsias e tensões “tecnológicas”, que emergem com a tradução das moedas sociais para artefatos digitais. Uma delas, o questionamento levantado por Joaquim Melo, sobre “qual seria de fato nosso território?” (JOAQUIM, 2015b), aponta para a reconstrução de uma categoria extremamente cara às propostas dos bancos comunitários (a própria noção de território). Essa reconfiguração permite-nos rediscutir a ideia de *democracias econômicas*, agora com a possibilidade de circulação das moedas sociais digitais entre os territórios físicos onde se situam os bancos comunitários. Dentro do tema de uma maior amplitude dos limites da democracia, a luta para construir o Conjunto Palmeiras e a dificuldade dos moradores em arcar com as despesas pela regularização de alguns serviços básicos constroem um quadro em que direitos sociais, civis e políticos – pilares de nosso modelo de democracia – mostram-se insuficientes no dia a dia dos próprios moradores. As ausências de redes de água, luz, esgoto e educação, mencionadas na cena, apontam para o que Walsey Magalhães (2017), economista do BNDES, chama de “vazio de políticas públicas”, que atinge inúmeras regiões do país. A situação de escassez e de desigualdade em relação a diferentes regiões brasileiras, em várias perspectivas, tem na história do Conjunto Palmeiras respostas a urgências que envolvem soluções com o “possível para o momento”, com *“mediações”* nas palavras de Joaquim (conceito a que voltarei mais detidamente também na parte III).

Finalmente, a cena também traz elementos a serem tratados na parte I. “*O banco é aqui pertinho”,* disse Pâmela, apontando para a *proximidade* entre o banco e seus “clientes” (ou “moradores”, como prefere Marcos Rodrigo, do BCD do Preventório). O sentido de pertencimento a uma comunidade, aliado à liberdade de buscar soluções para seus problemas, será traduzido aqui pelas *autonomias* na Rede dos BCDs. Ambos, proximidades e autonomias, princípios dos bancos identificados ao longo desta pesquisa, percorrerão os capítulos 2 e 3, mediados pela continuidade da discussão das noções de escassez e de lastro, muito presentes na seção anterior.

2.3.1 Da pobreza e da escassez para autonomias?

A escassez, na história do Palmas, talvez apareça primeiramente conectada à ideia de "vazio de políticas públicas" (MAGALHÃES, 2017), já em 1973:

> [a] história do nascimento do [Conjunto] Palmeiras é uma das mais cruéis da história das ocupações da cidade [de Fortaleza]. Literalmente, arrancaram pessoas que moravam no Poço da Draga, vizinhança e Leste Oeste. Tiraram os moradores de lá para urbanizar a Praia de Iracema. Botavam as famílias em cima de um caminhão e despejavam no meio do mato e da lama do Palmeiras. Separavam os lotes e davam uma lona. (JOAQUIM, 2008).

Lotes, lonas e demais *atores* do Conjunto Palmeiras, situados na periferia de Fortaleza, cruzaram o caminho de Joaquim Melo:

> [e]m 1984 o dom Aloísio Lorscheider estava iniciando aqui em Fortaleza uma experiência chamada Padres da Favela. Eu era seminarista, com 22 anos de idade, da Diocese de Belém. Tínhamos esse jeito de vida, de resistência. Naquela época, a Teologia da Libertação estava em alta. Fiz até o 3º ano de Teologia em Belém, quando descobri o Padres da Favela. ([…)] Soube dessa experiência e fiquei louco lá em Belém. Toda aquela nossa luta revolucionária por um novo mundo. ([…)] Em 1988 eu era presidente da Associação dos Moradores do Palmeiras. Ainda era seminarista. ((JOAQUIM, 2008)[52]

Nesse ano, com o curso de Teologia já concluído, Joaquim decidiu ir à sala de Aloísio Lorscheider, que enfrentava “um clero conservador que criticava a formação dos Padres da Favela”. “Numa cena inesquecível”, antes mesmo de comunicar sua decisão de não seguir o sacerdócio, “[p]or estar tão engajado na política, nas lutas sociais dos bairros”, dom Aloísio tomou a palavra:

> meu filho, eu sei. Vou dizer uma coisa, não tem só um jeito de servir a Deus. Não é só sendo padre. Só peço uma coisa, nunca deixe de trabalhar pelos pobres. Vá, eu lhe abençôo, seja feliz. (JOAQUIM, 2008)

A metodologia desenvolvida nos BCDs inegavelmente guarda rastros dessa história, conectada com uma “corrente teológica que nasceu na Igreja Católica

52 Dom Frei Aloísio Leo Arlindo Lorscheider foi um sacerdote frade franciscano e cardeal brasileiro, além de ex-presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a CNBB. Mais em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Alo%C3%ADsio_Lorscheider>. Acesso em: 20 set. 2017.

latino-americana, com supostas ideias marxistas, e que se caracteriza por colocar os pobres no centro da Igreja"[53]. O conhecimento desenvolvido no Bancos Palmas, que em 1998 teve no III seminário "Habitando o Inabitável" um marco fundamental, não está apartado de uma visão de mundo que questiona a pobreza[54]. A metodologia dos BCDs, que serviria de referência para mais de cem experiências brasileiras, é apresentada por Joaquim como uma proposição metodológica que "não vem de Harvard, da USP, ([…)] nada contra ([…)]. Mas vem dos grotões do Brasil" (QUEM..., 2014). Ela configura-se em uma resposta local para o paradoxo anunciado na cena 3: a escassez de dinheiro e a impossibilidade de muitos moradores continuarem a morar no bairro construído por eles mesmos às custas de suas mobilizações e cobranças feitas ao poder público.

O ex-seminarista conta que, *a partir da pergunta "Porque somos pobres?", as discussões do seminário levaram à "tese central" da proposta: "a comunidade se empobrece por perder suas poupanças locais".* A comunidade seria um "balde furado": as pessoas recebiam algum dinheiro, seja com aposentadorias, com trabalhos, com esmolas – R$1.200.000,00 por mês, segundo pesquisa feita à época –, mas gastavam em "grandes marcas", de produtos e serviços de fora da comunidade (QUEM..., 2014). Seria necessário desenvolver "rolhas para o balde": de um lado, estimulando empreendimentos locais através do microcrédito (em Reais), e de outro, incentivar o consumo local.

---

53 A beatificação do maior nome da Teologia da Libertação exemplifica em outro local o embate interno da Igreja Católica: "[é] providencial que o primeiro Papa latino-americano beatifique monsenhor [Óscar] Romero', foram as primeiras palavras do postulante da causa de beatificação, o arcebispo Vicenzo Paglia. (...) Para um setor mais conservador da Igreja, beatificar Romero equivale a cultuar a Teologia da Liberação. (...) O processo de beatificação do prelado foi aberto em março de 1994. (...) Mas o processo parou até 2005, quando a Congregação para a Causa dos Santos autorizou seu prosseguimento. Com a ascensão do papa Francisco, em março de 2013, a beatificação de Romero ganhou impulso. Mais em <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/02/03/internacional/1422976165_889510.html>. Acesso em 20 set. 2017.

54 Em 1991 foi realizado o primeiro seminário "Habitando o Inabitável", um "Marco da história do conjunto que gera um pacto social entre as organizações populares para dignidade do bairro" (CORREIA-LIMA et al., 2016).

Figura 4 – Banco Palmas em 1998 e o PalmaCard



Fonte: <http://iridice.org/fr/la-banque-communautaire-palmas-au-bresil/> e <https://casepalmas.wordpress.com/6-palma-a-social-currency/>. Acesso em: 02 out. 2017.

O primeiro artefato a embutir a proposta de promoção do consumo local foi o "Cartão de Crédito PalmaCard" (figura 4): por meio da concessão de créditos de R$20 a R$100, pelo então "Banco Popular do Conjunto Palmeiras", o morador podia comprar nos comércios locais, ambos registrados e codificados no próprio cartão de crédito. O morador conseguia assim antecipar uma pequena receita futura, ganhando um prazo para pagar o empréstimo no banco local, e o comerciante podia fidelizar os moradores aceitando o cartão local, e posteriormente recebendo os Reais no banco (OLIVEIRA, 2016)[55].

Praticamente à mesma época, porém com circulação restrita às feiras de trocas organizadas na comunidade, circulava a moeda Palmares, uma

> ferramenta de mediação entre as trocas de produtos realizadas nas feiras, que aconteciam quinzenalmente. ([…)] Diferentemente da anterior, o PALMARES era uma moeda fechada, utilizada apenas nos clubes de trocas. Os valores das cédulas equivaliam aos reais da época: 1, 5, 10, 50 Palmares. ([…)] É importante sublinhar que desta forma, o lastro da moeda não era o real em si, mas sim os próprios produtos. (OLIVEIRA, 2016)

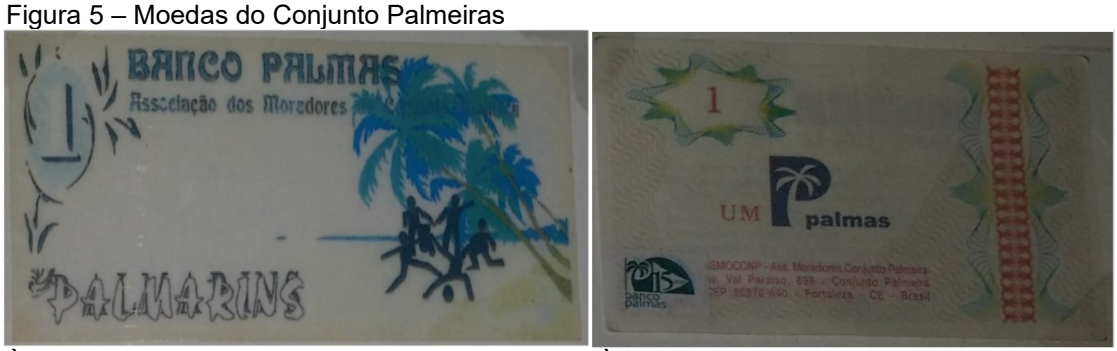
Oliveira (2016) aponta *uma importante diferença entre o PalmaCard e o Palmares: a circulação do PalmaCard era lastreada em Reais, enquanto que os*

55 No "resgate de memória" com Joaquim de Melo, Bárbara Oliveira (2016), a então mestranda em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais afirma que neste sistema havia 200 comércios cadastrados, 3 mil famílias, tendo movimentado em torno de 60 mil reais/mês.

Palmares foram lastreados nos produtos das feiras. Na primeira metodologia, a circulação dependia da capacidade da instituição que fazia circular o PalmaCard de obter um fundo em Reais que permitisse a circulação do cartão[56]; já na segunda, o limite estava na quantidade de produtos disponíveis localmente para serem trocados.

Um outro *objeto novo* foi colocado em circulação pelo Banco Palmas em 2002, tendo características híbridas em relação aos anteriores. A Moeda Palmas, impressa na Argentina e financiada inicialmente pela ONG holandesa Strohalm (OLIVEIRA, 2016), guardava características próximas às Palmares, como não registrar em seu corpo o nome de seus usuários (o que, como nos papéis-moeda de Dólares ou Reais, dificultam sua rastreabilidade), e outras mais afeitas ao PalmasCard, na medida em que extrapolava a temporalidade restrita das feiras de trocas e era lastreada em Reais (neste caso, com uma conversibilidade de um Real para cada Palma) – figura 5.

Figura 5 – Moedas do Conjunto Palmeiras



À esquerda, moeda utilizada nas feiras de trocas. À direita, moeda Palmas: para além das feiras e com lastro em Reais. Fonte: o autor (2015).

Guardadas as diferentes escalas, assim como nos casos dos Bocades argentinos e dos Dólares estadunidenses, era preciso uma estratégia para colocar

56 Joaquim (2008) conta sobre a conquista do primeiro fundo: "[f]omos no prefeito Juraci Magalhães e pedimos R$ 100 mil para fundar um banco no Palmeiras. Acharam maluquice. Tínhamos apenas um gráfico: produção e uma seta que apontava para o consumo e levava para a geração de renda. Se eu equilibrar a produção com o consumo, serei capaz de gerar renda. O grande problema é que o comércio incentiva a produção, mas não tem consumidor e a coisa desequilibra. Ninguém acreditava, fomos no então governador Tasso Jeireissati e nada. Aí conseguimos com o Ceará Periferia R$ 2 mil. Perturbamos tanto que o cabra disse 'leve, leve'."

as Palmas em circulação. A construção da nova sede do banco, teria se configurado na oportunidade. Nela,

> ([…)] toda obra feita pelo Banco Palmas era paga em Palmas: os pagamentos dos trabalhadores da obra e a compra de todo material de construção utilizado, eram pagos via moeda social. (OLIVEIRA, 2016)

Na época, as fontes de financiamento eram em sua maioria externas:

> [d]a Inglaterra, Oxford, mandaram R$ 9 mil e o pessoal da GTZ (entidade de cooperação internacional) mandou mais R$ 10 mil. Pegamos um pouquinho da Strohalm (entidade da Holanda) e fomos fazendo projetinhos pra Cooperação Internacional e, em um ano, criamos um capital de R$ 30 mil. São sempre os de fora que acreditam, o governo brasileiro, nada. (O POVO)[57]

As 900 mil cédulas de Palmas, confeccionadas "na Argentina, na época o principal fabricante de moedas paralelas da América Latina" (OLIVEIRA, 2016), começaram assim a circular no Conjunto Palmeiras[58]. Foi com esta experiência que se consolidou o objeto Moeda Social Circulante Local, "nome específico das moedas sociais dos bancos comunitários", em meio aos "primeiros conflitos com os órgãos de fiscalização financeira do país,([…)] [culminando] em um processo criminal iniciado por parte do Banco Central do Brasil (BACEN)" (OLIVEIRA, 2016).

---

57 Segundo Oliveira (2016) os 30 mil reais teriam sido doados pela Strohalm: a implementação da moeda "só foi possível graças à parceria com uma ONG holandesa, a Strohalm, que apoiava iniciativas voltadas à prática da economia solidária e moedas sociais abertas. As cédulas levavam em sua composição outra sigla, além do nome da própria moeda e a do Banco Comunitário: MoMoMo, Movimento Monetário Mosaico" (OLIVEIRA, 2016).

58 Rastros dessa articulação podem ser encontrados na página 8 da publicação "Onde está o dinheiro?": "Nos dias 19, 20 e 21 de novembro [de 2002] se reuniram em Porto Alegre diferentes pessoas que há muito vem trabalhando para a criação de um livro em português sobre Moeda Social. Entre eles, Sergio Kapron, da Sedai, e Jutta Barth, do GTZ, que patrocinaram parte deste encontro. Participaram deste trabalho *João Joaquim e Sandra Magalhães, do Banco Palmas, de Fortaleza; Heloisa Primavera, da Rede Global de Trocas, Argentina*; Ana Barcellos, da Universidade de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis; Luis Oscar, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)/Compras Coletivas; *Henk van Arkel, diretor da Stichting Strohalm, Holanda*; Ruth Espinola Soriano, do PACS, Rio de Janeiro; Anibal, do sistema M.I.D.A.$; Rodrigo Lopes e Alvaro Delatorre, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Camilo Ramada, da Strohalm; Paulo Albuquerque e Francesco Settineri, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos); Adriane Ferrarini, da Sedai; Euclides André Mance, do IFiL, em Curitiba." (RANADA, 2002, grifo da autora). Mais em <http://web.archive.org/web/20030902122415/http://www.momomo.org:80/pdf_en_zip/ondeestaodinheiro.pdf>. Acesso em: 02 out. 2017.

2.3.2 Uma experiência legal e sem mágicas

A resolução do que se tornaria uma controvérsia jurídica, bem como as redes tecidas articulando o BACEN parecem fundamentais para a estabilização das moedas sociais no Brasil (e para o que chamo de pré-histórias de suas digitalizações): se o Banco Central, em 2003, processou o Banco Palmas (chegando a fechar suas portas), pode-se dizer que já em 2010 o BACEN formalizou sua própria entrada no *circuito de alianças* dos bancos comunitários, assinando convênio com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), para a

> realização de estudos sobre os bancos comunitários e as moedas sociais, com vistas à criação de mecanismo de monitoramento e avaliação e do desenvolvimento desse setor no Brasil (SENAES, 2010).

Marusa Freire, então da procuradoria do Banco Central, foi personagem importante neste caminho, defendendo o uso de moedas sociais, por exemplo no VII Seminário Banco Central sobre Microfinanças (em 2008), e em 2011 concluindo sua tese de doutoramento sobre as moedas sociais[59]. Na tese, Marusa Freire relata o processo, sobre a

> representação do Banco Central do Brasil, a fim de apurar a prática do delito previsto no artigo 292 do Código Penal – emissão de título que contenha promessa de pagamento ao portador em dinheiro sem permissão legal, sendo apontado como autor João Joaquim de Melo Neto Segundo, criador e responsável pela *instituição financeira* denominada "Banco Palmas" (PROCESSO, 2003 apud FREIRE, 2011, p. 81, grifo nosso)

O juiz Aluísio Gurgel do Amaral Júnior, contextualizando sua decisão, evocou inicialmente *objetos jurídicos* do Código Penal brasileiro então *mobilizados* pelo BACEN em sua acusação:

> Lei 4.511 – Art. 13. É proibido o uso, para qualquer fim, de cheques, vales bilhetes, bônus, brindes ou qualquer outra forma de impresso, seja qual *fôr* a sua procedência ou origem, de natureza particular ou pública, que, de algum modo, se *assemelhem às cédulas de papel-moeda* ou às moedas metálicas.
> Decreto-lei 3.688 – Art. 44. Usar, como propaganda, de impresso ou objeto que pessoa inexperiente ou rústica possa *confundir com moeda*.
> (PROCESSO, 2003 apud FREIRE, 2011, p. 83, grifo nosso)

59 Marusa atuou na Procuradoria do BACEN, posteriormente mudando de setor no próprio BACEN. Defendeu a tese "Moedas sociais: contributo em prol de um marco legal e regulatório para as moedas sociais circulantes locais no Brasil" em 2011.

Para proferir sua defesa, no sentido de que os artefatos colocados em circulação no Conjunto Palmeiras não se configuravam como títulos ao portador, não se assemelhavam com cédulas de papel-moeda, nem podiam ser confundidos com moeda, o juiz lançou mão de argumentos de diferentes categorias para embasar sua decisão: por um lado, a situação de desemprego e de ausência de fonte de renda da população local, ao mesmo tempo em que essa população possuía "capacidade de produzir produtos artesanais, confecções, produtos alimentícios e prestar serviços de diversas naturezas"; por outro lado, a impossibilidade de vender tais "produtos e serviços por falta de dinheiro na comunidade", apontando o "bônus" como um instrumento para viabilizar tais trocas (PROCESSO, 2003 apud FREIRE, 2011, p. 83). Citou ainda "prêmios em face do resultado social obtido", elogios da então ministra da Assistência Social à experiência, e a indicação do próprio Ministério Público (MP) pelo arquivamento do processo, enfatizando características *inscritas* no

> título que ensejaria o cometimento do ilícito, denominado 'Um Palmas'. No verso do documento consta a seguinte inscrição: '*Está totalmente proibida a troca ou negociação deste bônus por dinheiro. Ele só poderá ser utilizado como meio de bonificação na aquisição de mercadorias por serviços com comércios e pessoas conveniadas à ASMOCONP, com o valor de 1 bônus por 1 real. Essas atividades promovem o desenvolvimento local social e ambientalmente sustentável'.* Como se pode observar, o referido título não contém em seu bojo promessa de pagamento em dinheiro ao portador ([…)]. (PROCESSO, 2003 apud FREIRE, 2011, p. 81)

A *inscrição* nas notas das Palmas pode ser encontrada mais de dez anos depois nos artefatos que circulam em outros bancos comunitários, como nos Prevês (do BCD do Preventório, em Niterói, RJ) e nas Conchas (do BCD Ilhamar, em Matarandiba, BA) – imagem no APÊNDICE 1. Essa inscrição constituiu-se em uma das *aliadas* dos BCDs na ação em que o Poder Judiciário terminou por acatar a recomendação do Ministério Público, naquele momento pelo arquivamento do processo:

> [s]ucede que, como já dissemos no inicio desta manifestação, o bônus em questão *não se assemelha com cédulas de papel-moeda ou moeda metálica do Real, nem é capaz de confundir, mesmo pessoa rústica ou inexperiente, com moeda, configurando qualquer das hipóteses suscitadas.*

> ([...)] Se o Governo Federal não tem como melhorar a situação das comunidades carentes, que, pelo menos, não as atrapalhe.([…)] Parece-nos que o Banco Central, que deveria centrar suas ações no combate à lavagem de dinheiro, às remessas ilegais de divisas para o exterior ou aos crimes contra o sistema financeiro, somente veio a se preocupar com o fato sob a apuração depois que a matéria [...] foi publicada na "Revista Isto é", de grande circulação nacional, emprestando-lhe certa conotação de omissão, *caso contrário a comunidade do Conjunto dos Palmares continuaria esquecida na pobre zona sul fortalezense*. ([...)] Ao BANCO CENTRAL me parece justo elogiar a postura que posteriormente adotou, no sentido de convidar formalmente JOÃO JOAQUIM DE MELO NETO SEGUNDO para proferir palestra sobre o assunto e relatar sua experiência como ator social. E ao próprio JOÃO JOAQUIM DE MELO NETO SEGUNDO, este juízo ladeia os que se fizeram presentes à palestra e puderam aplaudi-lo, após a excelente exposição.
> Arquivem-se, como formulado pelo Ministério Público, procedendo-se a devida baixa. Fortaleza, 30 de dezembro de 2003. ALUÍSIO GURGEL DO AMARAL JÚNIOR. Juiz de Direito (PROCESSO, 2003 apud FREIRE, 2011, p. 84, grifo nosso)

A sentença judicial apontava para uma guinada importante: o início de uma mudança de postura do BACEN, *a priori* de desconfiança e criminalização, com o convite a Joaquim para palestrar no banco; o convite para que o BACEN e o Governo Federal ao menos "não atrapalhassem" a iniciativa criada pela própria comunidade, historicamente esquecida. Sobre tal esquecimento, não se limitava nem se limita a serviços como água, esgoto e escola, como já pontuado, mas perpassa também o que alguns chamam de exclusão bancária ou financeira: no caso do Conjunto Palmeiras, a agência de banco mais próximo fica a 6 km de distância. Em escala nacional, apenas 53% da população brasileira economicamente ativa tem conta em banco, e somente 7% movimentam a conta mais de uma vez por mês (GONZALEZ, 2016); 88% dos brasileiros que usam bancos "sacam [seus salários] e mais nada" (ALVES, 2016*)*.

A iniciativa dos bancos comunitários foi, assim, *traduzida como uma inclusão bancária e financeira alternativa, associada ao "desenvolvimento local social e ambiental", e voltada para uma população pobre historicamente distante dos ambientes bancários tradicionais.* Aqui interessa jogar luz sobre um dos méritos da experiência dos BCDs, no sentido de redesenhar *entidades* produzidas longe de seus territórios, a saber, o dinheiro e os bancos – ou ao menos a versão de dinheiro e de bancos que chegam estabilizadas no final dos anos 1990 ao Conjunto Palmeiras. No lugar de considerá-los *entidades naturais*, com propriedades definidas

e imutáveis, aquele “grotão do Brasil”, propôs um novo desenho para seu dinheiro e seu banco.

Até aqui, em nossa (pré)história não entraram explicitamente os meios digitais, o leitor bem deve ter percebido. Mas proponho que a postura dos construtores do Banco Palmas guarda relação importante com o que Ivan da Costa Marques, Eden Medina, e Christina Holmes (2014) discutem em Beyond Imported Magic, a partir de um olhar sobre o uso de artefatos digitais, também desenvolvidos longe de uma comunidade de usuários: os autores não falam de bancos ou de dinheiro *moderno* – em geral vinculado ao também *moderno* conceito de Estado-Nação – mas justamente de computadores. Não tratam de uma comunidade pobre em Fortaleza, mas da comunidade acadêmica de estudantes de computação em uma das maiores universidades do país, a UFRJ. Segundo os autores, os estudantes da UFRJ nos anos 1980 pensavam nos computadores como “mágicas importadas”, apontando para uma percepção de que tecnologias e conhecimentos “vêm de outro local” (MEDINA; MARQUES; HOLMES, 2014, p. 2). A partir daí, a obra analisa como ciência e tecnologia podem ser vistas na América Latina para além de “mágicas importadas”, ajudando a pensar questões como a concepção, a transferência, o uso e as adaptações de fatos e artefatos entre diferentes regiões, como o Norte e o Sul globais, ou, mais genericamente, entre centros e periferias.

Nesta pesquisa, interessa observar em que medida a experiência dos BCDs trata o dinheiro moderno (neste momento, não ainda os computadores e outros artefatos de TICs) como “mágicas importadas”, ou vão além dessa visão. Lembrando do argumento de Joaquim Melo segundo o qual a proposta dos BCDs “não vem de Harvard, da USP, [...] nada contra […]. Mas vem dos grotões do Brasil” (QUEM..., 2014), e considerando o que vimos até aqui, creio estarmos diante de histórias que, longe de encarar o dinheiro e os bancos “modernos” como entidades naturais imutáveis, procuram redesenhá-los e *traduzi-los* com novos contornos. Contornos esses que não tomam como *natural*, por exemplo, a *proposição* do FED, de que “o valor do dinheiro está na sua escassez” (LIETAER, 2003). Para que esses *novos objetos* se *estabilizem*, nossos construtores contam com *aliados* que passam, por exemplo, tanto pela “macropolítica” brasileira (brevemente indicada na decisão

judicial de 2003 pelo posicionamento da Ministra de Assistência Social do então recém-empossado governo de Luiz Inácio Lula da Silva), como pela “micropolítica” institucional em órgãos como o BACEN, com

> […] a Marusa [Freire], claro. A Marusa acho que tem papel fundamental, diria assim, nesse processo. A Marusa que acompanha o Palmas. Acompanhou desde lá o segundo processo para frente, veio aqui [no Conjunto Palmeiras], conheceu, trouxe o superintendente do Banco Central. (JAQUELINE, 2015)

Importa assim reconhecer que posturas autônomas como aquela trazida à tona nas assembléias do Conjunto Palmeiras – que ali desnaturalizou e redesenhou objetos com tanta circulação quanto o dinheiro e os bancos modernos – dificilmente conseguiria *estabilizar-se sem aliados,* pelo que nos mostra nossa história. Aqui, a *proposição* do conceito de *labordireitório* (que agregaria entidades do *Direito* às experimentações de um *laboratório*), também trabalhado por Marques, parece útil na discussão da atuação de Marusa Freire, na perspectiva de que os “experimentos” com moedas dos BCDs contaram com um *aliado* importante na procuradoria do BACEN. Ela foi personagem fundamental para

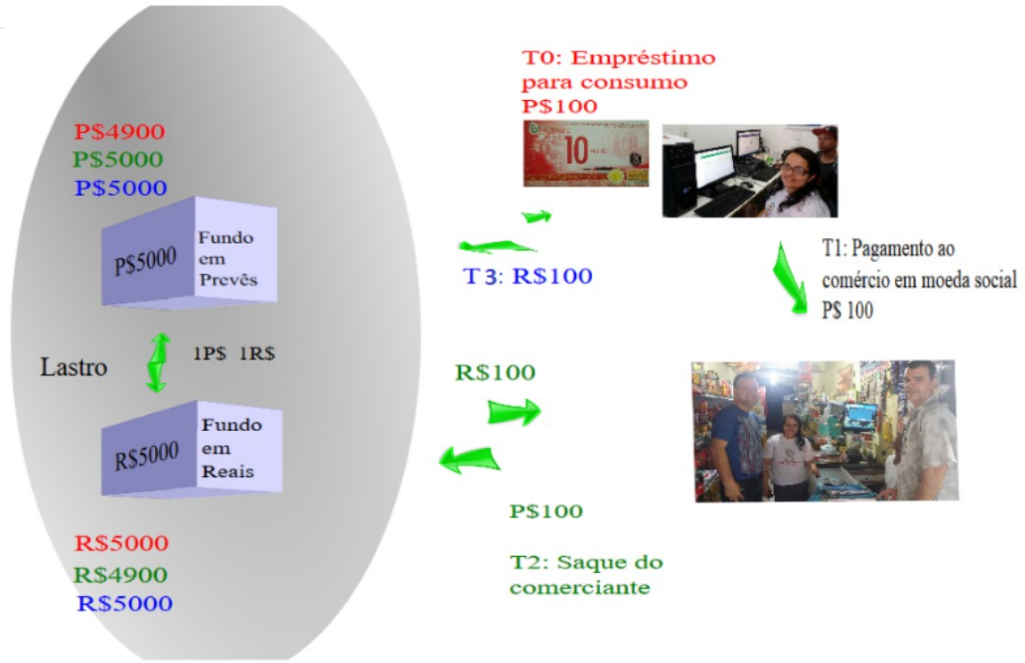
> ampliar o *laboratório* para os tribunais, a fim de buscar reforços, num movimento de ir e vir, construindo assim uma rede com laços mais fortes e resistentes. (MARQUES*;* SANTOS*;* PAIVA*,* 2014*,* p. 39).

Tal movimento e atuação do BACEN não se encerraram com a decisão judicial. Ao contrário, a partir dela, o órgão respondeu a diversos questionamentos sobre a legalidade da moeda, organizou seminários sobre inclusão e cidadania financeira, e, finalmente, emitiu uma nota *técnica* de desculpas ao Banco Palmas “sem ser assinada por mim”, como afirmou a própria Marusa Freire na III Conferência Internacional de Moedas Sociais e Complementares[60].

60 A acusação judicial não foi o único questionamento sobre a legalidade da experiência do Palmas: Jaqueline (2015) lembra que, antes do processo criminal, o próprio BACEN já havia questionado o Banco Palmas; Joaquim (2016c), por sua vez, recorda de um dos questionamentos do Ministério Público da União, solicitando esclarecimentos sobre os bancos comunitários, já em 2011. Sobre os seminários de inclusão financeira, os primeiros, “em 2002 e 2003, tiveram como foco o microcrédito. Entre 2003 e 2008, passou-se a abordar as questões relacionadas a microfinanças e, em 2009, os debates ganharam mais densidade, com os Fóruns Banco Central sobre Inclusão Financeira [...]. Em suas seis edições, os Fóruns consolidaram-se como espaço privilegiado de discussão sobre inclusão financeira […]. Este caminho teve sequência em 2015, quando o Fórum

Assim, proponho que o *laboratório* Palmas, com suas experiências autônomas de inclusão social financeira, ganhou *status* de *labordireitório* (MARQUES; SANTOS; PAIVA, 2014), *status* esse fundamental tanto para reverter o olhar de desconfiança e criminalização inicial de alguns entes estatais, quanto para que o Palmas tivesse relativa estabilidade (ao menos jurídica) para continuar o trabalho naquela comunidade e expandir sua metodologia (que tento resumir na figura 6) para outras.

Figura 6 – Diagrama com a circulação da moeda social (papel-moeda) com metodologia do Banco Palmas



Circulação de moedas sociais e os status do fundo do BCD, de acordo com a metodologia do Banco Palmas. Exemplo do fluxo da moeda com Prevês (P$), onde T0, T1, T2, e T3 apontam a circulação em 4 momentos distintos: (T0) empréstimo de morador junto ao BCD, (T1) compra no comércio local, (T2) troca do Prevê pelo Real ("saque") feita pelo comerciante junto ao BCD, e (T3) pagamento do empréstimo feito pelo morador junto ao BCD. Fonte: o autor (2015).

Um dos locais para onde a metodologia do Banco Palmas viajou foi o morro do Preventório – como mostra a figura 6 –, examinado no capítulo 5. Neste momento

---

ampliou seu escopo e consolidou-se como Fórum de Cidadania Financeira, com pilares na educação, proteção e inclusão financeira da população." Mais em <https://cidadaniafinanceira.bcb.gov.br/forum/Paginas/outrasedicoes.aspx>. Acesso em 10 out. 2017. Mais sobre a conferência em <https://socialcurrency.sciencesconf.org/>. Acesso em 13 set. 2017.

cabe mencionar o banco comunitário de Niterói para registrar um exemplo de indício da relativa estabilidade da metodologia dos BCDs. Ao buscar, ainda no início da investigação, informações sobre o banco, uma breve procura na *Internet* levou-me a um pequeno vídeo exibido pelo Canal Futura e divulgado na comunidade do banco no Facebook. Com bastante *naturalidade*, o locutor abria o vídeo afirmando que,

> *[r]econhecidas pelo Banco Central*, as moedas sociais têm sido a base de estímulo para o fortalecimento da economia de muitas comunidades. Em Niterói, região metropolitana do Rio, as comunidades de Preventório e Vital Brasil são exemplos diferentes de como o dinheiro social muda a realidade dos moradores. (MOEDA, 2013, grifo nosso)

Mais à frente no vídeo, afirmava-se que, "[d]esde que entrou em funcionamento, oitenta por cento do comércio do bairro aderiram à moeda social, o Prevê" (MOEDA, 2013). Essa versão sintética da história do banco de Niterói passa uma certa estabilidade, sensação distinta daquela das últimas páginas, quando fizemos um exercício de deslocarmo-nos até a controvérsia jurídica BACEN-BCDs. Busquei com esse deslocamento traduzir a dica de Bruno Latour, originalmente situada no fazer história da Ciência:

> [f]elizmente as *controvérsias* nas quais os homens de ciência se empenham, proporcionam uma via magnífica para nelas penetrarmos e encontrarmos o calor da história (LATOUR, 1989a, p. 423, tradução nossa)[xxviii] [61].

A legalidade da impressão de moedas locais parece relativamente estável hoje no Brasil, mas não é tarefa difícil encontrar rastros de outras controvérsias, mesmo recentes, sobre o assunto. Em artigo de 2012, por exemplo, Joaquim Melo, extravasou sua indignação com o silêncio das autoridades sobre a circulação da

61 Esta tese concorda com o entendimento de LEMIEUX (2017, p.158), para quem "os conflitos que nos são apresentados como 'controvérsias' possuem sempre uma estrutura triádica: eles se referem a situações nas quais uma disputa entre duas partes é encenada diante de um público, um terceiro alocado na posição de juiz". No entanto não me atenho à distinção feita pelo autor entre 'duas figuras [que] delimitam a forma "controvérsia': por um lado, disputas privadas entre pares que, por ainda não serem plenamente triádicas, ainda não são reconhecíveis como verdadeiras controvérsias; por outro lado, crises institucionais que, por não estarem sujeitas apenas ao escrutínio de pares (uma vez que elas também envolvem leigos e o poder público), não são mais reconhecíveis como simples controvérsias. [...] A questão, portanto, se torna principalmente aquela da transformação do diferendo, isto é, de seu movimento ao longo de um continuum que vai do menos público ao mais público".

campanha publicitária intitulada “Dotz, a sua segunda moeda”. A *assimetria* no tratamento dado pelo Estado (por meio do Banco Central e do Ministério Público) (imagem no APÊNDICE 1) fora ali denunciada por Joaquim (2012): o Banco Palmas teve problemas com ambos os órgãos estatais, mas não a Dotz. Para ele, com alguns agravantes, como a Dotz não possuir lastro em Reais, seu espaço de circulação estender-se por todo o território nacional, e não se saber “quem é o dono, quem administra, a quem ela beneficia” (JOAQUIM, 2012)[62].

Apesar de persistirem as controvérsias, ainda que menos intensas, e dos questionamentos, como o do Ministério Público da União (MPU) em 2011, pode-se dizer que em 2010 o BACEN formalizou sua própria entrada no *circuito de alianças* dos bancos comunitários, assinando convênio com a SENAES. Nesse percurso, de atuação do *labordireitório* Palmas, vale voltarmos ao VII Seminário Banco Central sobre Microfinanças, realizado em 2008, em que Marusa Freire (então da Procuradoria-Geral do Banco Central) arregimentou o artigo sexto da Constituição Brasileira e iniciativas internacionais para alinhar as moedas sociais como um “meio alternativo para viabilizar o acesso aos direitos sociais” e para propor que

> o uso de moedas sociais: a) Não afeta o poder dos bancos centrais de controlar a quantidade de moeda e de crédito! b) Não ameaça o papel dos bancos centrais em relação aos sistemas de pagamentos nacionais e transnacionais! c) Não coloca em risco a estabilidade do sistema financeiro! (FREIRE, 2008, p. 15)

A julgar por esses traços, o *coletivo híbrido* formado por Banco Palmas, Joaquim Melo, notas impressas e suas inscrições, Banco Central e Marusa Freire (além de muitas outras *entidades heterogêneas*) constituiu um labordireitório que permitiu de certa forma recriar (em vez de importar) a magia do dinheiro. A ponto de Marcos Rodrigo, um dos militantes-construtores do BCD do Preventório, quando perguntado se a impressão da moeda constituía uma preocupação legal, ter afirmado que “isso não é mais problema” (FERREIRA, 2013)[63].

---

62 Sobre este ponto Joaquim argumentava que “temos por obrigação histórica relembrar o fato de em 2003 o Banco Central ter processado criminalmente o (pequeno) Banco Palmas por ter criado a moeda Palmas, segundo eles, uma moeda paralela (...) [, e que,] em 2011 o Ministério Público, através de um processo administrativo, pediu explicações ao Banco Palmas sobre o funcionamento e a legalidade dessa moeda” (JOAQUIM, 2012).

63 Cabe aqui confessar um certo espanto deste pesquisador com a resposta de Marcos. Talvez, por

2.3.3 Expandindo a rede dos BCDs: traduções para diferentes Estados e racionalidades

Traduzir as moedas sociais para o BACEN implicou em deslocamentos na proposta inicial da comunidade do Conjunto Palmeiras. Os indícios que coletei apontaram para uma primeira tradução:

> *[a]s moedas sociais são consideradas moedas complementares*. As moedas complementares podem ser utilizadas como instrumentos de políticas públicas de finanças solidárias porque são compatíveis com a política monetária sob a responsabilidade dos bancos centrais. (FREIRE, 2008, p. 15, grifo nosso)

Ao mobilizar o Banco Central, moedas *sociais* – ou, mais precisamente, *moedas sociais circulantes locais* – são traduzidas como moedas *complementares* ao sistema monetário vigente no Brasil. Portanto não competem com o Real e não apresentam risco às finalidades do BACEN, em especial o controle da política monetária, a "organização, disciplina e fiscalização do Sistema Financeiro Nacional (SFN)" e a "gestão do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) e dos serviços do meio circulante"[64]. Para consolidar esta tradução como fato, outras foram construídas, em grande medida traduções internas ao BACEN:

> [d]entro do Banco Central *esse tema entra junto com micro crédito, micro finanças, e inclusão financeira*, como atividade não regulada junto com as da OSCIP […]. A equipe que cuidava de inclusão financeira cuidava também disso – e obviamente como não é um tema que tenha uma abrangência nacional volumosa, como por exemplo [o tema das] cooperativas, então você também não tem muita gente envolvida. (FREIRE, 2016, grifo nosso)[65]

---

ter levado para o campo uma ideia pré-concebida de que esta seria uma questão ainda importante.

64 Mais em <http://www.bcb.gov.br/Adm/RegimentoInterno/RegimentoInterno_2017-3.5.pdf>. Acesso em: 09 out. 2017.

65 Em sua tese, Marusa Freire (2011) agradece a alguns dos envolvidos, os "colegas Francisco José de Siqueira, Marden Marques Soares, Luiz Edson Feltrim e Elvira Cruvinel Ferreira Ventura, pela parceria de primeira hora que transformou as moedas sociais e as finanças solidárias em objeto de estudo no âmbito do Banco Central do Brasil [...]". Vale esclarecer que "[u]ma OSCIP [(Organização da Sociedade Civil de Interesse Público)] é uma qualificação jurídica atribuída a diferentes tipos de entidades privadas atuando em áreas típicas do setor público com interesse social, que podem ser financiadas pelo Estado ou pela iniciativa privada sem fins lucrativos". Mais em <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/bis/oscip-organizacao-da-sociedade-civil-de-interesse-publico,554a15bfd0b17410VgnVCM1000003b74010aRCRD>. Acesso em: 10 set. 2018.

Bancos comunitários e moedas sociais são enquadrados na categoria da inclusão financeira aos olhos do BACEN – para ele, apesar das escalas distintas, o tema fica próximo ao das cooperativas de crédito[66]. Em sua tese, Marusa Freire relata os caminhos percorridos por essa aproximação entre os temas dentro da instituição, desde a aprovação do "projeto estratégico 'Estudo e Acompanhamento da Evolução das Moedas Sociais no Brasil' (Projeto Moedas Sociais)", em 2007, até a

> incorporação do Projeto Moedas Sociais ao Projeto Inclusão Financeira […] aprovada pela Diretoria Colegiada na sessão de 11 de novembro de 2009 (Voto BCB 400/2009). […] Na mesma decisão, foi aprovada a formalização do Acordo de Cooperação Técnica entre o Banco Central e o Ministério do Trabalho e Emprego (FREIRE, 2011, p. 80)[67]

O acordo com a SENAES, assinado em janeiro de 2010 (figura 7), previa a divulgação de nota técnica sobre o assunto[68]. A Nota-Jurídica PGBC-5927/2011, já previamente mencionada nas palavras de Joaquim Melo, como um "pedido de desculpas" do BACEN aos BCDs, foi emitida em de 29 de julho de 2011, atestando a legalidade do "método difundido pelo Instituto Banco Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária (Instituto Palmas)". A nota conclui que

> a atividade questionada se divorcia da prática de ato próprio de instituição financeira, na medida em que não encerra a exploração profissional do dinheiro, não há captação de recursos junto ao público nem intermediação financeira, tampouco se presta à obtenção de lucro" e que (b) "o empreendimento não necessita de autorização do Banco Central do Brasil

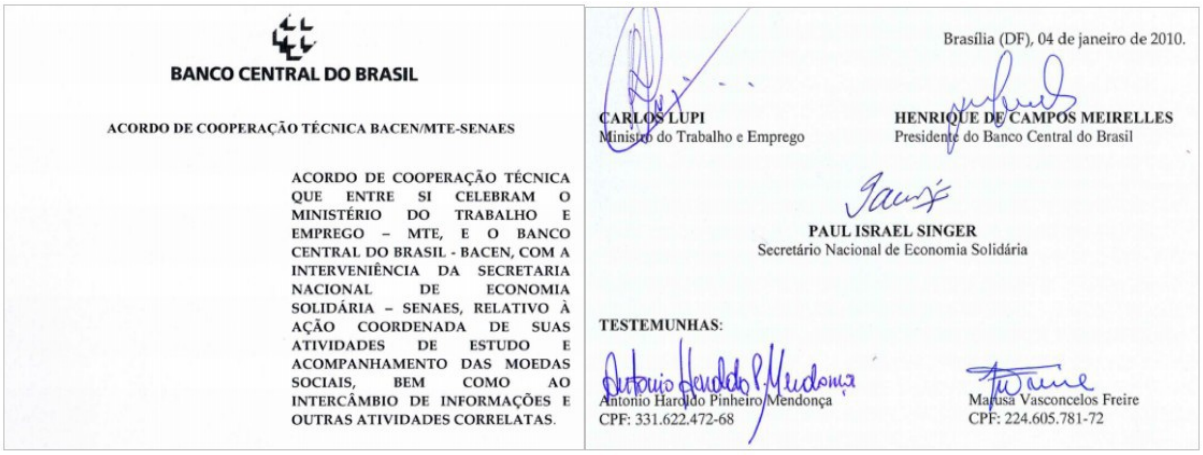
66 "Cooperativa de crédito é uma instituição financeira formada pela associação de pessoas para prestar serviços financeiros exclusivamente aos seus associados." Mais em <https://www.bcb.gov.br/pre/composicao/coopcred.asp>. Acesso em 18 mai. 2018.

67 Mais em <http://www.bcb.gov.br/pre/acordos_e_convenios/acordo_de_cooperacao_tecnica_BACEN_MTE_SENAES.pdf>. Acesso em 09 out. 2017. Nesse percurso, "[e]m 2008, foi firmado Termo de Cooperação entre o MTE, por meio da SENAES com o Banco Central [com o] objetivo de garantir o reconhecimento dos bancos comunitários que usam moeda social como agentes financeiros (antes disto somente o microcrédito era reconhecido pelo Banco Central).(…) Em outras palavras, a autoridade monetária – O Banco Central do Brasil (BCB), reconheceu, pela primeira vez, a existência desta ferramenta chamada Bancos Comunitários e suas moedas sociais, bem como sua importância enquanto tecnologia social para a inclusão financeira" (BRASIL, 2012, p. 179).

68 Segundo os Anais do I Forum do Banco Central sobre Inclusão Financeira (16 a 18/11 de 2009, Salvador – BA), em sua página 93. Mais em <https://www.bcb.gov.br/pre/microfinancas/anais_I_forum_inclusao_financeira%20indd.pdf>. Acesso em: 09 out. 2017.

> […], ficando afastada, pois, a incidência do art. 16 da Lei nº 7.492, de 1986.[69]

Figura 7 – BACEN e SENAES formalizam entrada no circuito de alianças dos BCDs



BANCO CENTRAL DO BRASIL

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA BACEN/MTE-SENAES

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – MTE, E O BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN, COM A INTERVENIÊNCIA DA SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – SENAES, RELATIVO À AÇÃO COORDENADA DE SUAS ATIVIDADES DE ESTUDO E ACOMPANHAMENTO DAS MOEDAS SOCIAIS, BEM COMO AO INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES E OUTRAS ATIVIDADES CORRELATAS.

Brasília (DF), 04 de janeiro de 2010.

CARLOS LUPI
Ministro do Trabalho e Emprego

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES
Presidente do Banco Central do Brasil

PAUL ISRAEL SINGER
Secretário Nacional de Economia Solidária

TESTEMUNHAS:

Antonio Haroldo Pinheiro Mendonça
CPF: 331.622.472-68

Marusa Vasconcelos Freire
CPF: 224.605.781-72

Fonte: (ACORDO…, 2010).

A legalidade das moedas sociais, propostas mais de 10 anos antes pelo Banco Palmas, ganhava um instrumento de estabilidade novo e importante. Poucas semanas depois, em 22 de agosto de 2011, entrava em cena outro artefato relevante em sua rede: Marusa Freire defendia sua tese. Questionada sobre a importância do conhecimento acadêmico no processo de institucionalização das moedas sociais no BACEN, Marusa reconhece que tal institucionalização

> pode nascer de duas formas: ou de alguma criação normativa institucional e aí se estabelecer no mundo dos fatos ou a partir dos fatos e aí, ter um reconhecimento acadêmico institucional e aí se estabelecer. (FREIRE, 2016)

Pouco a pouco, o tema das moedas sociais, que correra o risco da criminalização, foi *traduzindo-se* como um instrumento de inclusão social e financeira, e, além disso, um fato reconhecido academicamente. Em 01 de setembro

69 Os anais do fórum esclarecem a origem da motivação da nota técnica, na realidade uma resposta a um questionamento da Procuradoria da República no Estado do Ceará: "[a] Procuradoria-Geral do Banco Central examinou a matéria nos autos do Processo nº 1101521347, aberto em decorrência do OFÍCIO Nº 3728/11 – MPF/PRDC/CE – GAB/AMM – 275, de 13 de junho de 2011 (fl . 2), por meio do qual a Procuradoria da República no Estado do Ceará, a fim de instruir o Procedimento Administrativo nº 1.15.000.000969/2011-63, requisitou ao Banco Central do Brasil 'esclarecimentos acerca da legalidade da emissão da referida moeda, elucidando em especial acerca da existência de autorização do Banco Central do Brasil para a referida prática'"(NOTA..., 2010, P.146).

do mesmo ano foi emitida ainda a nota técnica PGBC-387/2011, parte dos Anais do II Fórum Banco Central sobre Inclusão Financeira, realizado em 2010[70]. A nota reforçava o enquadramento dos bancos comunitários e das moedas sociais, suas características e limites legais. Ela estabelecia que os BCDs não constituíam instituições financeiras[71], "atuam em territórios caracterizados por alto grau de exclusão e desigualdade social" e

> são articulados com base em quatro pilares: a) são correspondentes de instituição bancária […]; b) oferecem empréstimos a taxas diferenciadas para atividades produtivas […]; c) oferecem *empréstimos ao consumidor sem juros* [...] quando utilizam um sistema de moeda social circulante local sustentado por descontos oferecidos por uma rede de comerciantes locais associados ao sistema com o fim de estimular a circulação de bens e serviços na comunidade; (d) prestam serviços de treinamento e capacitação. (NOTA…,2010, p. 143, grifo nosso)

As moedas sociais, delimitadas pelo arcabouço legal, eram portanto livres de juros, o que trazia consequências nas sustentabilidades financeiras dos BCDs, como veremos no Capítulo 5. Além disso, *não se tratavam*

> *de dinheiro*, mas de instrumento de desenvolvimento local e de inclusão social que conta com o apoio de políticas públicas de economia solidária nos três níveis de governo. […] No caso do método difundido pelo Instituto Banco Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária (Instituto Palmas) […] *a moeda social corresponde a um bônus*: os membros da comunidade podem trocar real pela moeda social em um banco comunitário e utilizá-la para adquirir com desconto mercadorias e serviços oferecidos na localidade. Os comerciantes e prestadores de serviços cadastrados no banco comunitário recebem a moeda social circulante local e, quando necessário, realizam sua troca pelo real por meio do banco comunitário. (NOTA…, 2010, 146, grifo nosso)

Assim, *o acordo do BACEN com a SENAES, a nota jurídica PGBC-5927/2011, a tese de Marusa Freire e a nota técnica PGBC-387/2011* – somados à decisão judicial de 2003 –, *consolidaram um quadro que conferiu uma razoável estabilidade às moedas sociais dos BCDs frente ao órgão regulador brasileiro*. Vale

70 A nota foi publicada como o anexo "Nota Técnica sobre Finanças Solidárias"

71 Segundo a nota os BCDs "(a) não são empresas; (b) não praticam atividade de exploração profissional do dinheiro; (c) não captam recursos junto ao público; e (d) nem representam uma intromissão organizada no mercado financeiro, elementos que são necessários para caracterizar uma instituição financeira no sistema jurídico brasileiro, conforme diversas manifestações da Procuradoria-Geral do Banco Central." (NOTA..., 2010, P. 144)

dizer que Marusa Freire e sua tese, premiada inclusive no Ministério da Cultura, parecem ter contribuído para tornar um conhecimento oriundo dos "grotões do Brasil" um fato respeitável dentro do BACEN[72]. Quadro esse que, *contudo, restringiu as moedas sociais à complementariedade com o Real (não há emissão de nova massa monetária) e afastou os BCDs da ideia de instituições financeiras e da possibilidade de ter "lucro" com suas atividades*. As moedas sociais, legalmente melhor definidas como "bônus", também não podiam implicar promessa de pagamento em dinheiro ao portador, nem ter curso forçado, portanto "ninguém pode ser obrigado a aceitar uma moeda social ou a participar de um sistema de moedas sociais"[73]. Finalmente, o caráter provisório de sua estabilidade legal também fora adicionado como característica das moedas sociais brasileiras:

> *até o momento, pelo seu volume e natureza*, a emissão de moedas sociais circulantes […] não tem o condão de afetar […] o regular funcionamento do Sistema Financeiro Nacional (NOTA…, 2010, p. 150, grifo nosso).

Ainda que temporal, o enquadramento brasileiro permitiu aos BCDs uma boa dose de autonomia, ao menos em relação ao BACEN, já que, não sendo considerados instituições financeiras, os BCDs "não se submetem à autorização do Banco Central" (NOTA…, 2010, p. 150). Se o BACEN não se constitui assim como passagem obrigatória do circuito das moedas sociais brasileiras, neste quadro são os próprios BCDs que se candidatam a ser o que Bruno Latour talvez chamasse de *ponto de passagem obrigatória* dessa rede. Conquistam relativa importância na temática do desenvolvimento territorial, ao menos em alguns espaços governamentais: Leonardo Pamplona, então gerente da Área de Agropecuária e Inclusão Social do Departamento de Economia Solidária do BNDES, quando perguntado sobre a metodologia de moedas sociais utilizada sobre o Banco Palmas,

---

72 A tese recebeu o Prêmio Economia Criativa, ação de mais destaque da secretaria de mesmo nome, em 2012. "A tese foi um dos 19 trabalhos que receberam a premiação em 2012. Foram escolhidos trabalhos que contribuíram para, segundo o MinC, 'ampliar a discussão de uma temática que é estratégica para o desenvolvimento sustentável do país'." Mais em <http://economialegal.wordpress.com/2012/10/09/tese-da-fdunb-sobre-moedas-sociais-ganha-premio-do-ministerio-da-cultura/>. Acesso em: 10 de jun. 2014.

73 "31. Há notícias, entretanto, de casos em que a moeda social é estimulada por prefeituras e governos estaduais e de que, em algumas experiências, é utilizada no pagamento de abonos a funcionários. Nessas hipóteses, é preciso observar que a moeda social não substitui o dinheiro, nem possui natureza salarial" (NOTA..., 2010, p. 147).

reconheceu ser ela a única conhecida por ele "com alguma escala visível naquele momento, com objetivos claramente sociais" (PAMPLONA, 2015). Os bancos comunitários ganharam assim, provisória e localizadamente, *status* de *ponto de passagem obrigatória* enquanto atores relevantes nas chamadas finanças solidárias:

> as finanças solidárias são [entendidas como] uma alternativa para a *democratização do acesso ao crédito e da participação no processo econômico* e apresentam potencial para promover a *inclusão financeira e o desenvolvimento das comunidades nos territórios. [*…] Não se pode pensar em desenvolvimento territorial sem inclusão financeira, nem em inclusão financeira sem desenvolvimento territorial. (NOTA…, 2010, p.148, grifo nosso)

Os BCDs são parte das finanças solidárias, que estão no quadro da economia solidária, que por sua vez institucionalizara-se no governo federal em 2003 com a SENAES e o Conselho Nacional de Economia Solidária. Vínculos relativamente *frágeis*, mas que conectaram a *tradução dos BCDs e de sua metodologia enquanto ferramentas para o desenvolvimento territorial, com uma "institucionalização também fora do Banco Central"* (FREIRE, 2016)[74]. Além do BNDES, entes estatais como a Caixa Econômica Federal (CEF) também entraram na rede dos BCDs. No caso do Instituto Palmas, a CEF firmou um convênio pelo qual o banco federal começou a remunerar os bancos comunitários para realizar serviços tais como abertura de contas, empréstimos, saques e depósitos. Desempenhando um papel conhecido como o de *correspondente bancário* (mencionado na cena 3), os bancos comunitários foram traduzidos na CEF como mais capilaridade para seus serviços bancários – e a CEF, por sua vez, como um parceiro que garantia uma sustentabilidade financeira parcial dos BCDs (voltarei a este tema no capítulo 5).

74 Em entrevista, Marisa Freire afirmou que "[o] tema foi sendo institucionalizado até pelo programa da Secretaria Nacional de Economia Solidária, que tinha então um programa de Finanças Solidárias, existia até dentro do Conselho Nacional de Economia Solidária no Ministério do Trabalho, tinha até um Comitê de Finanças Solidárias e também um marco, dentro do Plano Pluri Anual" (FREIRE, 2016). O relatório da Senaes (2012, p. 177) ressaltava a consolidação das finanças solidárias enquanto uma categoria para as políticas públicas: "'(…) fomento às diversas formas de finanças solidárias que constituirão o sistema nacional de finanças solidárias' (PPA 2004 – 2007, Programa Economia Solidária em Desenvolvimento). Vale destacar que foi a primeira vez que se afirmava, em âmbito das políticas federais, o termo finanças solidárias e o compromisso explícito pela criação de um Sistema Nacional de Finanças Solidárias".

Joaquim (2016c), em sua “tentativa desesperadora de dividir por blocos” a história dos BCDs – repleta de obstáculos, mediações e contingências, como temos visto até aqui – propõe *um panorama* para organizá-la. No que chamo de pré-história das digitalizações das moedas sociais (e dialogando com a categorização de Joaquim (2016c), a Rede de BCDs teria passado de uma primeira fase (de 1998 a 2005), caracterizada por mais liberdade de ação, mas sem muitos recursos financeiros, para uma etapa com apoios governamentais em que mais recursos financeiros estavam disponíveis e onde a experiência foi expandida consideravelmente (JOAQUIM, 2016c). Se não se pode afirmar que os atores do Estado tinham os bancos comunitários como centro de suas ações de inclusão social e financeira, a conquista de uma “periferia das políticas públicas” dos governos Lula e Dilma Rousseff pelo movimento da economia solidária garantiu um crescimento expressivo no número de experiências dos BCDs. Outras estatais como o Banco do Brasil (por meio da Fundação Banco do Brasil – FBB) e a Petrobras, por exemplo, participaram da articulação que criou em 2005 e financiou a Rede de Tecnologia Social, junto com entidades da sociedade civil e academia. O Banco Palmas teve sua metodologia traduzida como uma tecnologia social e foi patrocinado pela Petrobras (que passou formalmente a priorizar tecnologias sociais em seus projetos de patrocínio, dentro do quadro da responsabilidade social), em um projeto para reaplicar sua metodologia em dois municípios (LENART, 2017)[75].

75 Nesta pesquisa, o conceito de “tecnologia social” não é enfatizado na medida em que não surgiu na grande maioria das vivências e entrevistas de campo. Ademais, concordando com Marques (2009), considero que na perspectiva da TAR, “toda tecnologia é propriamente social. Toda tecnologia traz modificações no modo de viver [...] [, toda tecnologia] vem junto com mudanças que facilitam a vida de uns e dificultam a vida de outros. E fazer distribuições é crucialmente social (e político).” Contudo, cumpre registrar que no trajeto da estabilização da Rede de BCDs o termo “tecnologia social” teve efeitos importantes, constituindo-se numa tradução das práticas dos bancos comunitários para empresas estatais/mistas, como o BB e a Petrobras. “A Rede de Tecnologia Social (RTS) reúne, organiza, articula e integra um conjunto de instituições com o propósito de contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável mediante a difusão e a reaplicação em escala de Tecnologias Sociais. (…) Tecnologias Sociais compreendem ‘produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social’”. Mais em <http://www.brasil.gov.br/governo/2010/05/rede-de-tecnologia-social-completa-5-anos-com-investimentos-de-mais-de-r-300-milhoes>. Acesso em 11 de out. de 2017. Uma pesquisa no banco de tecnologias sociais da Fundação Banco do Brasil (<http://tecnologiasocial.fbb.org.br/tecnologiasocial/principal.htm>) aponta 11 (onze) tecnologias relacionadas aos termos moeda social ou banco comunitário.

Nessa etapa, o conceito de tecnologia social foi mais uma tradução no sentido de para garantir a existência das Palmas e a expansão de sua rede para os Prevês, para as Conchas e para mais de uma centena de outras experiências que já utilizaram a metodologia do Banco Palmas. Não foi à toa que no título desta seção adicionamos o "mas não estamos sós" à frase de Joaquim Melo no documentário *Quem se importa?*, "Deus criou o mundo, e nós criamos o conjunto Palmeiras" (QUEM…, 2014). A micropolítica e os atores de dentro do BACEN e de outros órgãos governamentais, assim como o que poderíamos chamar de macropolítica brasileira, certamente agiram em boa medida em favor dos bancos comunitários[76].

Segundo Joaquim (2016a), no percurso "do PalmaCard ao E-dinheiro", os bancos comunitários teriam caminhado com a "mesma ideia, [apenas] em meios diferentes", mas teriam vivido fases distintas. Seguindo o rastro de sua tentativa de organizar a história dos BCDs, a partir de 2010 teria início a uma fase distinta: o olhar do governo sobre os bancos comunitários, que apesar de não criminalizá-los, continha uma certa visão de "incompetência" dos BCDs, em relação ao discurso já em voga da inclusão financeira (JOAQUIM, 2016c). Neste final de sessão, buscarei seguir essa pista, de uma suposta "presunção de incompetência" dos BCDs, no BNDES – instituição que paradoxalmente teve participação fundamental para a expansão da rede de apoio aos bancos comunitários, financiando suas implantações e lançando em 2014 um prêmio para boas práticas em economia solidária[77]. Apesar de admitir que o apoio do BNDES aos BCDs não teria sido possível no caso de um quadro de ilegalidade, Pamplona (2015) enxerga uma história própria dentro da instituição, não muito relacionada, por exemplo, ao processo do BACEN. Seguindo esse rastro, deparamo-nos com o Departamento de Economia Solidária do BNDES, criado em 2003 e trabalhando inicialmente com microcrédito e empresas recuperadas, e que passou a relacionar-se com o tema dos catadores de materiais recicláveis por uma demanda da Presidência da República (PAMPLONA, 2015).

---

76 Sobre tal história no BACEN, ela não se refere apenas a Marusa Freire: "[…] então, até 2005, o Marley [Max] tinha uma posição mais ou menos parecida com a Marusa e ele foi […] uma pessoa muito importante na época dos processos" (JOAQUIM, 2016c).

77 Presunção de incompetência é um termo usado por Serres (2013), a que volto na seção 6.2. Mais em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-12/bndes-cria-premio-para-boas-praticas-em-economia-solidaria-em-todo-o-pais>. Acesso em: 20 jun. 2015.

Tradicionalmente, o BNDES usava pouco dos seus recursos financeiros “para o S do banco”, em parte pela dificuldade de operacionalizar contratos com instituições menores, de pequena escala: “éramos cobrados por isso”, tanto interna quanto externamente, segundo Leonardo Pamplona (2015). Tal cobrança motivou uma busca por contratos “de maior escala, por estado, [atendendo a] 50 [instituições] de uma vez”, em parcerias com a Fundação Banco do Brasil e o Instituto Palmas, por exemplo (PAMPLONA, 2015). O relatório anual de 2011 confirma a narrativa:

> [p]ara atender à base da pirâmide socioeconômica e democratizar o acesso ao microcrédito, a Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (Senaes/MTE) promoveu aproximação do BNDES e dos bancos comunitários. Por se tratar de um apoio pulverizado, com dezenas de pequenos projetos em diversos estados do país, *o Instituto Palmas*, tendo em vista seu histórico nesse segmento, *foi identificado como o parceiro estratégico mais adequado para realizar a ponte entre os recursos do BNDES e os bancos comunitários*. (Grifo nosso)[78]

As conversas com a SENAES foram mais intensas a partir de 2009 (PAMPLONA, 2015). Ainda de acordo com o relatório de 2011, a parceria

> firmada em 2010, prevê investimentos da ordem de R$ 5,7 milhões, dos quais R$ 3,5 milhões (R$ 3 milhões do BNDES, R$ 0,5 milhão do Instituto Palmas) para operações de microcrédito nas comunidades abrangidas por bancos comunitários ou para atender aos novos bancos comunitários que serão criados com o apoio da Senaes/MTE, e R$ 2,2 milhões de recursos não reembolsáveis no âmbito do Fundo Social para estruturação de novos bancos comunitários. Em 2011, o Instituto Palmas concedeu 5.582 créditos, no valor total de aproximadamente R$ 4 milhões a 67 bancos comunitários em todo o território nacional.[79]

A parceria envolvia assim microcrédito e recursos não reembolsáveis, esses

---

78 Ilustrando a importância do apoio para a estruturação dos bancos comunitários, Pamplona (2015) continua: “[o] apoio “era um kit, de uns 40000 [reais, com] computador, mobiliário, alguma coisa de segurança (…). Hoje eles fazem pesquisa por aplicativo”.

79 O documento ainda afirma que “[o] projeto visa atender também os cerca de 100 novos bancos que serão criados por meio de edital lançado em maio último pela […] SENAES/MTE [...] e o Programa Nacional de Segurança e Cidadania (PRONASCI), do Ministério da Justiça.” Vale observar, os recursos podem ser considerados tanto como conquistas fundamentais para a expansão da rede de bancos, quanto como relativamente irrisórios do ponto de vista do montante total disponibilizado pelo BNDES (R$139,7 bilhões em 2011, segundo o próprio relatório). Mais em <https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Hotsites/Relatorio_Anual_2011/Capitulos/desempenho_operacional/agricultura_e_inclusao_social/estimulo_a_criacao_de_bancos_comunitarios.html> e em <https://www.bndes.gov.br//SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Hotsites/Relatorio_Anual_2011/Capitulos/o_bndes_em_numeros/indicadores_operacionais_desembolso/>. Acesso em 20 jun. 2017.

últimos enquadrados na "linha de desenvolvimento institucional", “para que os bancos pudessem se tornar agentes de microcrédito” (PAMPLONA, 2015). Para um olhar externo ao processo, chama a atenção o longo caminho entre 2003 e 2010 para o alinhamento de ações governamentais[80]. *Ao menos parcialmente, uma explicação que parece pertinente é que, ainda que a macropolítica apontasse relativamente para o apoio do “grande” BNDES aos “pequenos” BCDs, havia um trabalho a ser feito, o de compatibilizar escalas e universos diferentes.* Quanto às escalas, Pamplona admite que os BCDs trabalham com a “base da pirâmide”, com o público do Bolsa Família, um universo onde “muita coisa não conseguimos enxergar” e que foi preciso romper paradigmas internos (PAMPLONA, 2015). Já para a tarefa de lentamente fazer dialogar ambas as “cosmologias”, como costumam nomear os *antropólogos*, percebe-se, mais uma vez a necessidade de operar traduções, entre elas, a de que os BCDs são agentes de microcrédito. Um microcrédito muitas vezes diferente daquele “não necessariamente associativo” que circulava nos corredores do imponente edifício da sede do BNDES, no Rio de Janeiro: “temos muito a aprender com os BCDs”, diagnosticou Leonardo Pamplona (2015) na mesa redonda que discutiu os bancos comunitários no BNDES (ver cena 2).

Mas o que uma instituição como o BNDES, com um corpo *técnico* altamente capacitado, teria afinal a aprender com os BCDs, pequenas instituições das periferias e interiores pobres do país? Uma pista parece ter sido dada na mesma mesa redonda, quando o então vice-presidente do BNDES lembrou que o banco é “conhecido por ações com os grandes atores”, mas que é “importante atingir o grande, o médio e o pequeno” (BITTENCOURT, 2016). Esse universo dos “grandes atores” parece fazer parte da cultura institucional do banco, tomando como exemplo o depoimento do criador do Cartão BNDES: “não foi fácil colocá-lo aqui nessa instituição […] [Bancos comunitários,] não sou seu primo rico, […] sou um aliado” (SESTARI, 2016). Para Sestari (2016), apesar de não ser destinado à “base da pirâmide”, o cartão abriu espaço no banco para a discussão das “micro, pequenas e médias empresas (MPMEs)”, um universo relativamente mais próximo aos BCDs[81].

---

80 A cooperação técnica entre BNDES e SENAES foi assinada somente em 2013.

81 “O Cartão BNDES é um produto que, baseado no conceito de cartão de crédito, visa a financiar os investimentos das micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) e dos empresários individuais,

Encontramos no próprio propósito de fundação do BNDES outro indício sobre o que o "grande" banco poderia aprender com os "pequenos": criado em 1952, ele

> nasceu da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU), que reuniu técnicos americanos e brasileiros na formulação de recomendações para implementação de projetos prioritários para o desenvolvimento econômico do país.[82]
> [À época, h]avia que organizar a contrapartida de recursos nacionais, de vez que se esperava que os fundos estrangeiros, fundos em divisas, proviessem de uma combinação de recursos [do] Export and Import Bank americano e [d]o Banco Internacional de Desenvolvimento. […] O Banco Internacional, pelos seus estatutos, requer garantia governamental, era necessário, portanto, uma empresa ou um instituto governamental. […] [A]s autarquias não estavam habituadas a *exames de rentabilidade e formulação de projetos compatíveis com a técnica bancária exigida pelo Banco Internacional.* Passou-se então para a terceira solução, que seria um Banco de Estado que, apesar de manipular em grande parte recursos orçamentários, fá-los-ia de maneira compatível com *técnicas de rentabilidade bancária, quer dizer, exigindo de empresas estudos de rentabilidade e apresentação de projetos.* [83]

Chamo atenção para o fato de que o BNDES traz assim em sua origem, além da contrapartida estatal para investimentos estrangeiros, uma forte conexão com "técnicas de rentabilidade bancária"**,** exigidas pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e citada pelo economista Roberto Campos (diretor do BNDES entre 1952 e 1953, e presidente da instituição entre 1958 e 1959)**[84]**. Um dos organismos nascidos nas salas do Hotel Mount Washington, que abrigou nosso já conhecido acordo de Bretton Woods, o BIRD foi um ator importante na circulação das referidas técnicas, vinculadas a demandas por "estudos de rentabilidade e apresentação de projetos" das empresas apoiadas. *Junto com os*

---

inclusive microempreendedores individuais (MEIs)." Mais em <https://www.cartaobndes.gov.br/cartaobndes/PaginasCartao/FAQ.ASP?T=1&Acao=R&CTRL=&Cod=90,90#P>. Acesso em: 14 out. 2017.

82 Mais em <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/noticias/noticia/65_anos>. Acesso em: 14 out. 2017.

83 Grifo nosso. Depoimento do economista Roberto Campos, disponível em <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/noticias/noticia/65_anos>. Acesso em 14 out. 2017. "Roberto de Oliveira Campos, economista e diplomata, deputado, senador e ministro do Planejamento do governo Castello Branco. Foi diretor entre 1952 e 1953, e presidente da instituição entre 1958 e 1959."

84 O Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) "[…] tinha como objetivo inicial auxiliar na reconstrução dos países europeus, os quais ficaram destruídos economicamente e socialmente. […] O BIRD concede empréstimos financeiros e assistência para o desenvolvimento para os países que tenham antecedentes de crédito respeitáveis." Mais em <http://www.infoescola.com/economia/bird/>. Acesso em: 14 out. 2017.

investimentos, os Dólares, o Brasil importou à época maneiras específicas de avaliação de projetos. E quais as consequências da importação das referidas técnicas? Mesmo com mais de 60 anos de sua fundação, e mais de 30 anos da inclusão do "S" ao originário "BNDE", a julgar pelo apelo de Joaquim Melo na mesa promovida pelo próprio BNDES, uma certa racionalidade bancária e financeira parece ser predominante no banco estatal. Para o "banqueiro comunitário", se o Banco Palmas empresta para 100 pessoas e 70 pagam em dia, o BCD cumpriu sua missão, contribuiu para aquelas pessoas saírem da miséria; mas "na cabeça do cara do banco [tradicional], é uma tragédia […], são 30% de inadimplência" (JOAQUIM, 2016a). Essa diferença de visão materializa-se na reivindicação dos BCDs para acesso a recursos a fundo perdido para empréstimos a seus públicos, ao invés de recursos reembolsáveis a juros. O quadro relaciona-se ainda com a situação relatada por Lúcia Spinola, coordenadora das operações do setor de microcrédito do Banco Palmas em 2015:

> [o fundo para crédito é] um empréstimo que foi feito do BNDES. O BNDES tem um fundo para as instituições de microcrédito […] [que] precisam buscar um empréstimo pra emprestar [...]: o BNDES empresta pra instituição […] repassar ao empreendedor. TJLP, um e meio [por cento] por ano de taxa, baixíssima, e vai devolver daí a três anos e meio, dependendo do convênio. […] Então o Palmas pegou esse empréstimo no final de 2010, começou a operar em 2011. (SPINOLA, 2015)[85]

Spinola (2015) chegou ao Palmas "por uma questão de desempenho: eles [do BNDES] pediram que fosse contratada uma pessoa especialista mais na área de microcrédito". O desempenho do Palmas, abaixo do esperado na visão do BNDES, parece ter relação com o olhar governamental de presunção de "incompetência" dos BCDs – como salientamos, olhar predominante na "terceira fase", enunciada por Joaquim Melo, na relação dos BCDs com o Estado brasileiro. Cabe aqui, contudo, *situar tal incompetência: ao menos na trilha que seguimos, ela é vinculada a uma determinada técnica e racionalidade importadas (cuja "mágica" não foi questionada),*

85 "A Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP foi instituída pela Medida Provisória nº 684, de 31.10.94, publicada no Diário Oficial da União em 03.11.94, sendo definida como o custo básico dos financiamentos concedidos pelo BNDES." "A TJLP foi substituída pela TLP (Taxa de Longo Prazo) em contratos de financiamento firmados a partir de 1º de janeiro de 2018." Mais em <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/custos-financeiros/taxa-juros-longo-prazo-tjlp>. Acesso em: 20 mai. 2018.

formulada para públicos diversos daqueles que rodeiam os BCDs e que embutem entidades como juros, crédito bancário e inadimplência. Concluo assim, por ora, um olhar sobre a pré-história das digitalizações das moedas sociais dos BCDs, reafirmando o subtítulo desta seção: “Deus criou o mundo, e nós criamos o conjunto Palmeiras. *Mas não estamos sós*.” A criação autônoma do Conjunto Palmeiras e do Banco Palmas, permeadas por práticas como mutirões e assembleias, foi historicamente enredada com atores que não poderíamos categorizar como “locais”: desde a Teologia da Libertação, passando pelas legislações evocadas nos tribunais contra e a favor da experiência das moedas sociais, até a conquista de apoios governamentais, contudo perpassados por técnicas e racionalidades importadas muitas vezes de outras realidades. Essa complexidade de entidades heterogêneas de diferentes categorias, sem dúvida age no Conjunto Palmeiras e permeia as fases históricas propostas por Joaquim Melo.

3 A MUMBUCA E AS MOEDAS ELETRÔNICAS

Façamos uma pausa no panorama das “fases” dos BCDs. Antes de seguirmos para a fase quatro, que teria sido inaugurada com a legislação brasileira de pagamentos eletrônicos (a qual examinarei na seção 3.2), iremos nos debruçar sobre outro caso concreto de parceria entre a Rede de BCDs e um ente estatal: o Banco Comunitário Popular de Maricá.

3.1 ENTRE O COMUNITÁRIO E O ESTATAL: CONEXÃO PALMAS–MARICÁ, COM ESCALAS

> *Fugi do hospital, aqui para Maricá, para viver e também para escrevê-lo [- o livro “O Povo Brasileiro”]. […] [O] filho da índia, gerado por um estranho, branco ou preto, se perguntaria quem era, se já não era índio, nem tampouco branco ou preto. Seria ele o protobrasileiro, construído como um negativo feito de sua ausência de etnicidade? Buscando uma identidade grupal reconhecível para deixar de ser ninguém, ele se viu forçado a gerar sua própria identificação.*
>
> *(RIBEIRO, 1995, p. 11-128)*

Esta seção busca delinear a história de uma moeda social enredada com um

banco comunitário que guarda semelhanças com uma política pública, o Programa Bolsa Família. Um banco que busca uma identidade própria, entre o comunitário e o estatal, a partir do momento que a moeda social Mumbuca

> nasce da tutela de uma lei, inverte a lógica dos bancos comunitários que nascem de uma comunidade […]. [Q]uem dirige o banco comunitário é uma entidade gestora conveniada com a prefeitura. [...] E tem uma terceira característica, muito singular, que ela desenvolve uma política pública... *Ela nasce da tutela, ela é gerenciada por uma entidade conveniada e ela executa uma política pública de grande monta. E isso é meio que híbrido.* (JOAQUIM, 2016c, grifo nosso)

A construção da Mumbuca sustenta uma moeda social implementada no município de Maricá, RJ, a partir de 2013. Por iniciativa do então prefeito Washington Luiz Cardoso Siqueira (o "Quaquá"), em seu segundo mandato, a cidade buscou assessoria do Banco Palmas para implantar uma moeda social. Pelo planejamento inicial, caberia ao Banco Palmas, contratado pela prefeitura com recursos dos *royalties* do petróleo, permanecer em Maricá até o final de 2014, quando a partir de então o banco comunitário faria a gestão da moeda Mumbuca.

A moeda tem valor somente no município de Maricá e era inicialmente obtida somente pelos beneficiários do programa de transferência de renda denominado Bolsa Mumbuca, selecionados por critérios de renda. Ao menos duas diferenças são relevantes em relação à maioria dos outros bancos comunitários que utilizam a metodologia do Palmas: a gestão do BCD (que nasce com escala municipal), feita parcialmente pela prefeitura, e o suporte dos aparatos de TICs, já que a moeda não é impressa, iniciando sua circulação exclusivamente por meio de cartões magnéticos e suas respectivas redes. Procuro assim rastros das peculiaridades de um banco comunitário que aparentemente é fruto do desejo de uma prefeitura, inspirando-me em algumas questões, imbricadas com a tecnologia utilizada: à medida que o Banco Palmas passa a ser, além de um banco comunitário, uma organização de consultoria para implantação de outros bancos comunitários, quais seriam as semelhanças e diferenças em relação à sua proposta original, que busca uma relativa autonomia das populações envolvidas em relação aos governos centrais? Como fica a "gestão comunitária" em Maricá? Quais as estratégias para envolver uma população em uma proposta que de certa maneira não foi elaborada por ela (como no Banco Palmas),

mas para ela (como na Mumbuca)? Qual será a institucionalidade do banco após a saída formal do Banco Palmas do processo?

A diferença de escala entre um banco de um bairro para um BCD que atende a todo o município de Maricá viria acompanhada de outras mudanças, como a das materialidades envolvidas. Após enviar o então Secretário de Direitos Humanos de Maricá ao Conjunto Palmeiras, para entender o funcionamento das Palmas e implantar o "maior programa de economia solidária da América Latina" (MORAES, 2015), de acordo com o próprio secretário Miguel Moraes a prefeitura decidiu que seria preciso uma solução um pouco diferente: um cartão, a exemplo do Bolsa Família. Segundo Moraes (2015), durante sua estadia, houve um assalto ao Banco Palmas, levando-o ao convencimento de que seria preciso uma outra solução[86].

Ao tratar de tal mudança de materialidade, considero ser esta seção um bom momento para introduzir a noção de discurso, importante na tese. Na perspectiva do historiador Paul Edwards, um discurso é:

> uma justaposição heterogênea 'auto-elaborante', que combina técnicas e tecnologias, metáforas, linguagem, práticas e fragmentos de outros discursos em torno de um suporte ou de suportes. Ele produz tanto poder quanto conhecimento: comportamento individual e institucional, fatos, lógica e a autoridade que o reforça (EDWARDS, 1996, p. 31, tradução nossa)[xxix].

A noção de discurso é útil para examinarmos por um lado a estabilização da Rede de BCDs, e por outro em que medida as mudanças no suporte de um discurso (neste caso, moedas em papel, cartão magnético ou aplicativo para celulares) também se relacionam com outras características deste discurso. O leitor bem lembra que no início da parte I chamei atenção para elementos fundamentais que constituem, e agora posso propor, *o discurso dos bancos comunitários de desenvolvimento*: autonomias, proximidades, sustentabilidades financeiras, mobilizações comunitárias, mediações, e democracias econômicas. Com o apoio da noção de discurso em Edwards (1996), poderemos agora começar a apontar quais reconfigurações nessas categorias são percebidas a partir da observação da saída

86 Ariadne Rigo (2014, p. 232) cita o episódio do assalto: "[e]ssa progressividade do desuso das Palmas no território foi agravada após o assalto ao Banco Palmas, em janeiro de 2013. Nele, cerca de 6 mil Palmas foram roubadas (entre outros itens e valores em moeda nacional), o que levou o Banco Palmas a tirá-las de circulação momentaneamente."

de cena das moedas sociais em papel para dar lugar a outros suportes como os cartões magnéticos da Mumbuca (e mais à frente, do aplicativo E-dinheiro). Lembro que neste capítulo, busco especialmente pensar as novas *autonomias* almejadas pelos atores da Mumbuca, tanto em relação às empresas e artefatos de tecnologia que entram na rede, quanto aos entes estatais parceiros e em relação ao próprio Banco Palmas. Rediscutirei também nas próximas páginas as *proximidades* entre banco comunitário, moradores e comerciantes, agora mediadas por artefatos tecnológicos como os cartões dos beneficiários e as máquinas dos comerciantes.

3.1.1 Bancos comunitários organizados para (ou por) populações carentes?

Cena 4

Chego à ótica do Nelson, conhecido de minha família há anos, no centro de Niterói. Aguardo, pois Nelson atende a um representante de óculos de grife. Ele abriu há seis meses uma outra ótica no centro de Maricá, onde mora - "conhece tudo" por lá. Nelson ouviu falar da Mumbuca na época da campanha pelo segundo mandato do Quaquá, em 2012. Desconfiou, "mas ele cumpriu". A promessa fez diferença, porque assim como o Bolsa Família no caso da Dilma, a Bolsa Mumbuca dá votos, segundo Nelson. Mas ele apoia a ideia, acha que realmente há pessoas que merecem receber, por conta da baixa renda. Seu comércio recém-aberto em Maricá ainda não aceita Mumbuca, confessa. Mas quando soube do interesse de uma pesquisa sobre a moeda, começou a avaliar a possibilidade de entrar na rede, até porque sempre pensou nas suas lojas atendendo a todo tipo de público. Após a entrevista com Nelson, sigo pra Maricá. Depois de 50 minutos de percurso de transporte alternativo, chego à Secretaria de Direitos Humanos da prefeitura (quem sabe consigo entrevistar o secretário?): "ih, o pessoal está em reunião, pediu pra voltar daqui a uma hora". Ouço outro funcionário orientar um morador de Maricá, sobre o cartão Mumbuca: "o senhor vai ali no Banco Palmas, é pertinho, descendo ali à direita". Eu aproveito o tempo para passar também no "Banco Palmas", ou melhor, no Banco Comunitário Popular de Maricá – quem sabe já consigo uma resposta sobre minha proposta de passar um tempo por semana no banco, acompanhando as atividades e ajudando no que for preciso? Chegando lá, falo novamente com Natália, com quem já havia conversado uma vez: "as coisas estão meio paradas por aqui, por que dependemos do recadastramento da Prefeitura. Também o futuro ainda está incerto: não sei se o banco vai ser uma empresa municipal. E a sua autorização, mandei pro Joaquim, depende dele." "Hummm, tudo bem, vou perguntar a ele." Decido ir então ver se o mercado ali perto aceita a Mumbuca. "Olha, moço, seria até bom que aceitasse. O povo pergunta. Mas eu ouvi o patrão dizer que não quer nem ouvir falar disso aí", alerta uma das atendentes. Converso um pouco com o gerente do mercado, e volto à secretaria, está na hora. Lá, aproveito para conversar um pouco

com outra pessoa, também aguardando atendimento. "Isso aí… Por que o comerciante aceita? Pra mim, é porque vai ganhar algum cargo na prefeitura…". Bom, chegou a hora de entrevistar o secretário.[87]

Até o momento, utilizei basicamente entrevistas e referências bibliográficas como embasamento da pesquisa, elementos necessários para diferenciar o texto de uma *ficção*, ou um romance. Tais elementos conferem *materialidade* às *proposições* que apresento ao longo da tese, e assim evito o que pode-se chamar de *saltos explicativos*. Foi assim que narrei, por exemplo, como o BACEN governa (ou não) as moedas sociais, e simultaneamente constrói o que é ou não é moeda no Brasil dos anos 2000. Neste ponto, utilizarei uma forma um tanto distinta de envolvimento entre o pesquisador e o que alguns chamam de objeto de pesquisa: como adiantado na introdução, a opção aqui adotada foi conviver com os atores pesquisados, vivenciando o dia a dia do interior do Banco Comunitário Popular de Maricá, e integrando à pesquisa um olhar de/por dentro dos bancos comunitários. Vale dizer, uma abordagem que acredito auxiliar na produção de uma história da moeda social e digital de Maricá, e que é bastante comum em *disciplinas* como a antropologia: por exemplo, em sua tese "Ficções econômicas e realidades jurídicas: uma etnografia da política de defesa da concorrência no Brasil", Gustavo Onto utiliza a etnografia como método principal para caminhar "da história às práticas" (ONTO, 2016, p. 4), e assim descrever a construção de objetos econômicos, como a "competição", a partir de um olhar de dentro do órgão regulador brasileiro, o CADE[88].

Na cena 4 encontramos registros de diferentes vivências durante o período em que frequentei o BCD. Ali, apareceram registros importantes de obstáculos a serem então vencidos pela proposição, como a desconfiança em relação à prefeitura

87 Cena baseada em minhas vivências e entrevistas durante a pesquisa, em especial: Nelson (2015) e Natália (2015). Utilizo na cena o nome fictício Nelson, preservando a identidade do envolvido.

88 O Conselho Administrativo de Defesa Econômica, Cade, "(…) tem como missão zelar pela livre concorrência no mercado, sendo a entidade responsável, no âmbito do Poder Executivo, não só por investigar e decidir, em última instância, sobre a matéria concorrencial, como também fomentar e disseminar a cultura da livre concorrência." Mais em <http://www.cade.gov.br/acesso-a-informacao/institucional>. Acesso em 05 ago. de 2018.

e aos políticos locais. Primeiramente, a proposta do prefeito de criação do banco (MORAES, 2015) foi levada à Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade Federal Fluminense (IEES UFF), então coordenada pela professora Bárbara França, e que já havia conduzido a implantação do Banco Comunitário do Preventório. Uma de suas produções, ao lado de Érica Barbosa, Rafaelle Castro e Rodrigo Santos, foi o livro "Guia de Economia Solidária – ou porque não organizar cooperativas *para* populações carentes", um título provocativo mas que não tinha a intenção de desestimular a prática de incubação de empreendimentos de economia solidária (FRANÇA et al., 2008, p. 13). Contudo a obra era crítica em relação a políticas públicas que visavam principalmente a organização de cooperativas de economia solidária como forma de inclusão social, sem haver demanda dos próprios grupos (FRANÇA et al., 2008, p. 21). Tomei emprestada a provocação do livro para o título desta seção, pela situação do BCD que estudamos: como André Braga (sucessor de Miguel Moraes na secretaria) admitiu, "a economia solidária em Maricá está vindo de cima pra baixo" (BRAGA, 2015).

Bárbara França, tendo em vista a escala do desafio lançado pelo prefeito, e a estrutura à época da incubadora, sinalizou que o próprio Banco Palmas seria o parceiro mais adequado para prefeitura para a empreitada. Em 2011, ainda no primeiro mandato de Quaquá como prefeito, há registros da intenção de implantar a moeda social como uma de suas

> ações prioritárias: […] 60 milhões de reais para obras de asfaltamento nos 5 distritos do município; 5 milhões para aquisição de 15.000 computadores notebooks para os nossos alunos; 2 milhões para o programa de apoio nutricional aos inscritos no Bolsa Família; *4 milhões de reais para a implantação da Moeda Mumbuca*, beneficiando os inscritos no Bolsa Família e o comércio local.[…] Maricá, abril de 2011. Prefeito Washington Quaquá. Prefeitura Municipal de Maricá.(Grifo nosso)[89]

A moeda *ganhou mais existência* em 26 de junho de 2013, quando foi

89 "Carta Aberta de Washington Quaquá", de 11 de abril de 2011, disponível em <http://www.marica.rj.gov.br/2011/04/11/carta-aberta-de-washington-quaqua/>. Acesso em 14 out. 2017.

instituída a lei municipal 2.448. Examinando-a, percebe-se que os então gestores de Maricá constituíam naquele momento um dos coletivos para os quais a Rede dos BCDs posicionou-se como um *ponto de passagem obrigatória* para políticas públicas relacionadas à economia solidária e ao desenvolvimento local. A lei

> [i]nstitui o Programa Municipal de Economia Solidária, Combate à Pobreza e Desenvolvimento Econômico e Social de Maricá […] [e assegura que] o Poder Público poderá celebrar convênios com organizações da sociedade civil, certificada por *entidade membro Rede Brasileira de Bancos Comunitários*, garantindo-lhes o aporte financeiro e estrutural para o seu funcionamento.(Grifo nosso)[90]

O arcabouço legal foi necessário para compatibilizar os destinos de um ente público, uma política pública, e sua execução por uma instituição privada certificada pela Rede. O envolvimento dos comerciantes também era fundamental para a circulação da moeda, já que ela seria "viabilizada por meio de cartões de débito ou crédito para uso exclusivo em estabelecimentos que aderirem ao programa" – como informava matéria na mídia local, ao divulgar audiências públicas para discutir a nova moeda[91]. Encontram-se indícios de que sua materialidade ainda continha incertezas naquele momento, a julgar pela hesitação da própria matéria, entre o papel-moeda, o cartão de débito ou de crédito (imagem no APÊNDICE 1).

A proposta do Banco Palmas ganhou assim novos elementos ao viajar de Fortaleza para Maricá: mudando de escala e contando com uma fonte constante de recursos para compor o lastro da moeda local, fez-se necessária uma nova legislação, além de novos laços de confiança que então incluíam o poder público local e seus políticos. Desafios adicionais ao processo de implantação de um BCD, como apontou a cena inicial da seção: ainda em 2015 perduravam rastros de desconfiança da população para com a prefeitura. Eles apareceram quando conversei com comerciantes que não passaram a aceitar a moeda em um primeiro momento – por exemplo, associando a proposta a promessas de campanha para a

90 Grifo nosso.

91 Mais em <https://leisecamarica.com.br/moeda-social-mumbuca-marica-inicia-serie-de-audiencias-publicas-nesta-sexta/>. Acesso em: 14 out. 2017.

reeleição do então candidato a prefeito (NELSON, 2015) –, ou com aqueles que até 2015 não haviam aderido, ou ainda, na crença de que comerciantes que aceitam a Mumbuca o faziam em troca de cargos na prefeitura (MARCELA, 2015). As opiniões foram registradas em 2015, apesar da maior parte dos comerciantes e beneficiários terem afirmado que a desconfiança inicial havia sido vencida[92].

Tal relação umbilical entre banco e prefeitura constituiu uma diferença importante se comparada à proposta original do Banco Palmas, especialmente na ideia de autonomia das populações envolvidas em relação aos governos. O desafio da construção dos limites entre estatal e comunitário nos faz lembrar das fases dos BCDs brasileiros, enunciadas por Joaquim: em 2013 não estamos mais em um ambiente de "poucos recursos e mais liberdade"; ao contrário, tratamos de uma experiência que por um lado injeta mais de um milhão de reais por mês na economia por meio de uma moeda local, mas por outro embute as dependências de uma parceria regida por um convênio específico com entre prefeitura e Banco Palmas (na figura jurídica do Instituto Palmas[93]). Tais dependências da prefeitura, já visíveis na cena 4, apareceram no dia a dia do banco e em uma série de entrevistas com seus integrantes: Natália Sciammarella (2015), contratada pouco depois da constituição do banco – e que assumiria sua gerência em 2015 –, apontava o "desejo de fazer mais". O convênio entre Banco Palmas e prefeitura abrangia somente a execução do Bolsa Mumbuca, apesar da legislação prever

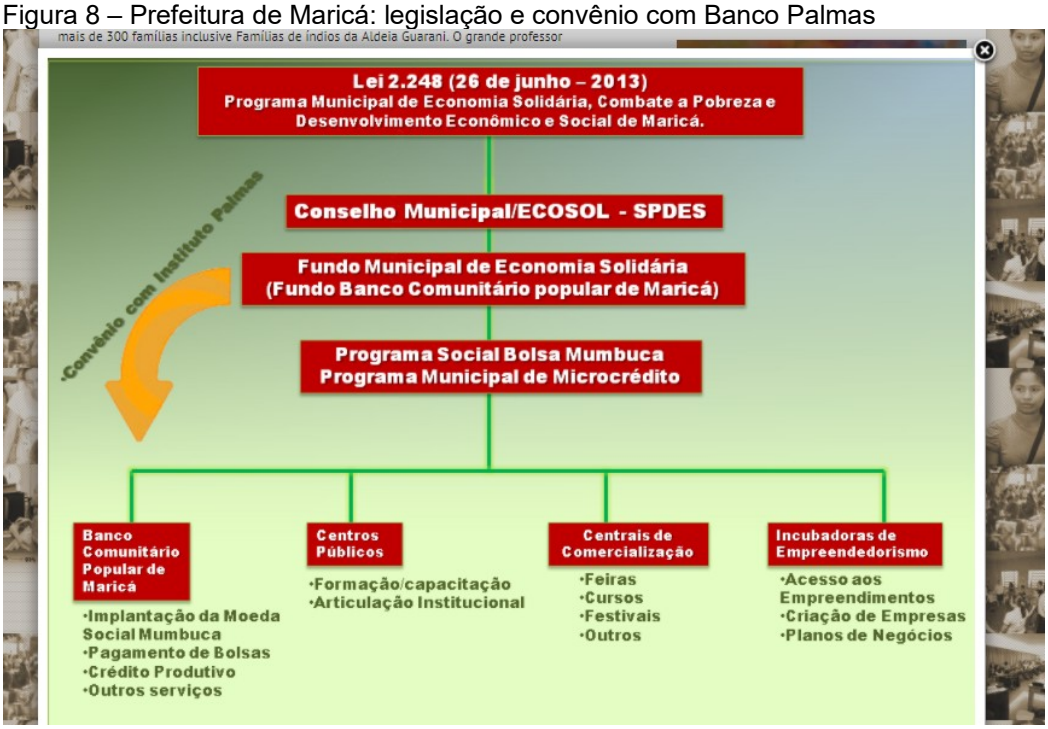
> uma série de ações: crédito, capacitação, formação, incubação. […] Essas outras ações eu espero que a Prefeitura coloque em prática. Agora, não

92 A desconfiança inicial foi confirmada por integrantes do banco: "no início foi muito complicado, ninguém queria, por se tratar de prefeitura" (ARAÚJO, 2015). "Muitos não fizeram o cartão por achar que era 'coisa de politico'" (PATRÍCIA, 2015).

93 Em 2014 foi criada a figura jurídica do Instituto Periferia: a "estratégia para criação do Instituto Periferia foi 'desafogar' as ações do *Instituto Banco Palmas, que vai dedicar-se agora, especificamente as operações de Microcrédito Produtivo*. (…) A decisão de criação do Instituto Banco da Periferia foi tomada em Assembléia Geral do Instituto Palmas. Cabe ao *Instituto Banco Periferia aglutinar todas as ações de apoio e assistência técnica aos projetos de desenvolvimento local e economia solidaria* do Banco Palmas e da Rede Brasileira de Bancos Comunitários." Grifo nosso. Mais em <http://bancodaperiferia.org.br/sobre-nos/>. Acesso em 07 ago. de 2018. Já o "Instituto Periferia Maricá é uma filial em Maricá-RJ do Instituto Banco da Periferia (…). Pelas inúmeras politicas públicas da Prefeitura de Maricá voltadas para a Economia Solidária e desenvolvimento local, o Instituto Periferia se instalou em Maricá em 2016." Mais em <http://www.institutoperiferiamarica.org/quem-somos>. Acesso em 07 ago. 2018.

depende de nossa avaliação ou de nossa vontade. (JOAQUIM, 2016c)

Figura 8 – Prefeitura de Maricá: legislação e convênio com Banco Palmas



Convênio entre prefeitura e Banco Palmas: restrito a apenas parte das ações previstas na legislação local. Fonte: <http://www.institutobancopalmas.org/>. Acesso em 10 mai. de 2018.

Brandi (2015), funcionária do banco que pacientemente atendia ao público, revelou certa frustração com tal restrição e dependência, ilustrada no próprio site do Banco Palmas (figura 8), pois “queria os projetos do banco Palmas aqui”. Outro traço da dependência em relação à prefeitura mostrou-se durante a maior parte do tempo em que permaneci no BCD, quando estavam suspensos novos cadastros para moradores candidatarem-se à Bolsa Mumbuca, devido a um recadastramento promovido pela prefeitura. O processo teve início em setembro de 2014, durando mais de um ano, período sem cartões emitidos para novos beneficiários do programa. Ademais, por um limite imposto pela prefeitura, somente os beneficiários da bolsa tinham direito ao cartão, o que implicava em mais uma tradução na metodologia do Palmas: a moeda

> está restrita ao município, se caracteriza como moeda social e ao mesmo tempo se distancia, digamos, da metodologia clássica dos Bancos Comunitários, que é Moeda Local Social Circulante […] Então *ela poderia ter a circulação aberta*, isso foi o que o Instituto Palmas defendeu em Maricá. O grande problema lá da Prefeitura de Maricá inclusive era o medo

> de confundir [quem era beneficiário e quem somente tinha o cartão]. (JOAQUIM, 2016c, grifo nosso)

Com isso, nessa versão de digitalização, a Mumbuca ficou limitada a apenas "um giro": após o beneficiário realizar sua compra, o banco depositava na conta do comerciante o valor correspondente, em Reais. Tal restrição, segundo Joaquim Melo, deveu-se ao receio da prefeitura, e não a uma possível limitação tecnológica (JOAQUIM, 2016c), que não chegou a ser discutida. Assim, apesar de contar com um volume de recursos relativamente alto (inicialmente, 14.000 beneficiários, com bolsas de 84 Mumbucas cada), a circulação da moeda parava na compra do beneficiário. O volume seria ampliado ainda em 2015 junto a mudanças na legislação promovidas pela nova gestão do programa na prefeitura. Em maio, André Braga assumiu a nova Secretaria de Economia Solidária e de Combate à Pobreza, instituindo duas legislações no mesmo ano:

> [a] nova lei 2652 mudou a faixa de renda familiar que dá direito ao recebimento do benefício: antes apenas famílias com renda familiar até 1 salário mínimo poderiam ter direito […]. [Agora, famílias] com renda até três salários mínimos, fazem seu cadastro primeiro no CadÚnico no CRAS da secretaria de assistência social, e assim, o morador de Maricá de posse do NIS, terá garantido o seu benefício. […] O antigo Bolsa Mumbuca passou a se chamar Renda Mínima Mumbuca. Criou-se o programa Renda Mínima Gestante e Renda Mínima Jovem Solidário.
> Ainda em 2015 foi criada uma lei, a mais importante segundo André Braga, que implantou a Renda Básica da Cidadania, porque ele é um programa de direito universal para todos os munícipes, embora esteja sendo implantado primeiramente nas famílias de maior necessidade, como orienta a lei.[94]

A intenção desta seção não é discutir o mérito da bolsa oferecida às

94 A matéria explica ainda que a "antes a lei de economia solidária era tocada pela secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular. E a Moeda Social Mumbuca foi implantada por esta Secretaria. André Braga passou a ser secretário em 04/05/2015, no ano da criação [da nova secretaria]." Fonte: <http://www.sosmarica.com.br/2017/06/04/secretario-de-economia-solidaria-andre-braga-fala-sobre-os-programas-renda-minima-e-renda-basica-de-cidadania/>. Os CRAS são os Centros de Referência de Assistência Social. "porta de entrada da Assistência Social". Mais em <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/cras>. O Cadastro NIS permite identificação do cidadão brasileiro frente a programas sociais e outras políticas públicas. Mais em <http://www.caixa.gov.br/cadastros/nis/Paginas/default.aspx>. Já o "Cadastro Único é um conjunto de informações sobre as famílias brasileiras em situação de pobreza e extrema pobreza […] utilizadas pelo Governo Federal, pelos Estados e pelos municípios […]. Devem estar cadastradas as famílias de baixa renda: que ganham até meio salário mínimo por pessoa; ou que ganham até 3 salários mínimos de renda mensal total." Mais em <http://www.caixa.gov.br/cadastros/cadastro-unico/Paginas/default.aspx>. Acessos em 03 mai. de 2018.

gestantes e aos jovens de Maricá, nem por ora debater o tema da renda básica de cidadania (que teve início com o valor de 10 Mumbucas), mas chamar a atenção para a situação em que os integrantes do banco em Maricá foram os "últimos a saber" (NATÁLIA, 2015) (PATRÍCIA, 2015) das mudanças[95]. Esse protagonismo evidente da prefeitura transparecia também na divisão de tarefas entre banco comunitário e secretaria do município: muitas das vezes, candidatos ao benefício em busca de informações ouviam de atendentes do BCD a frase "sabe onde é a Prefeitura?", indicando que o banco não possuía *autonomia* para resolver tal questão. Transparecia ainda quando os beneficiários respondiam sobre "o que mais" eles desejavam ou sugeriam em relação à moeda social: aumento no valor da bolsa, mais médicos e manutenção do serviço gratuito do "vermelhinho" (transporte público local) foram algumas das respostas; todos temas associados à prefeitura, sem ingerência do banco. *Este, apesar de carregar os adjetivos "comunitário e popular" em seu nome, nascia da prefeitura e conquistava, até ali, pouca autonomia[96].*

A limitada autonomia local não guarda relação somente com o vínculo entre banco comunitário e prefeitura. Paradoxalmente, foi possível perceber a constituição de uma nova relação centro-periferia, em que o Banco Palmas ocupava posição distinta daquela que vivenciou na maior parte de sua história. Em Maricá, os integrantes do BCD eram funcionários do Banco Palmas, apesar da lei que constitui o BCD de Maricá apontar uma preferência por uma entidade gestora local, em seu artigo 27:

> [o] repasse de recursos ao Banco Comunitário Popular de Maricá se dará através de convênios realizados entre o Fundo Banco Comunitário Popular

95 Segundo André Braga (2015), a renda básica de cidadania foi objeto de matérias na The Economist, France Press e uma agência chinesa de notícias. Mais em <http://www.sosmarica.com.br/2017/06/04/secretario-de-economia-solidaria-andre-braga-fala-sobre-os-programas-renda-minima-e-renda-basica-de-cidadania/>. Acesso em: 16 out. 2017.

96 Uma outra dimensão da característica híbrida no nascimento do BCD Mumbuca foi a própria constituição inicial da equipe de um banco proposto por uma Prefeitura. Alguns dos integrantes participavam da então Secretaria de Direitos Humanos (sendo alguns de fora do município de Maricá). O próprio Ricardo Araújo, primeiro gerente do BCD, soube da iniciativa pois "conhecia algumas pessoas da prefeitura", e, tendo formação em contabilidade e trabalhado em grandes empresas, foi selecionado pela "matriz" (Banco Palmas) (ARAÚJO, 2015). Chamo a atenção aqui não para qualificação ou para a dedicação dos integrantes ao BCD, mas para a diferença no perfil da equipe inicial encontrada em outros BCDs, de militância comunitária local, como no caso do Banco do Preventório.

> de Maricá e a entidade gestora do Banco Comunitário Popular de Maricá, *preferencialmente uma OSCIP com sede no município*[97].

Tal preferência por uma OSCIP local como uma entidade gestora não se consolidava na prática naquele momento. Apesar do desejo manifesto por Joaquim Melo por uma entidade local autônoma (JOAQUIM, 2016c), o que vivenciei no cotidiano de Maricá foi uma centralidade do Banco Palmas, tanto em relação a procedimentos – como autorizações para pesquisa – quanto à própria menção ao nome do banco: frases como "*vai ali no Banco Palmas", ou "bom dia, Banco Palmas"* foram ouvidas comumente no período vivenciado em Maricá, seja na prefeitura, seja no próprio banco comunitário. Tida na literatura de moedas sociais como uma importante referência na gestão comunitária dessas moedas, entendidas como recursos comuns (*commons*) (DISSAUX; FARE, 2017; HUDON; MEYER, 2016), a metodologia do Banco Palmas deparou-se em Maricá com um desafio às práticas de autonomia e gestão local.

Considero oportuno encerrar a presente seção refletindo a respeito da gestão de recursos comuns (*commons*), as quais já tratei em outras oportunidades (FARIA, 2010; FARIA; SEVERO, 2017). Para Lawrence Lessig, vivemos em uma

> era obcecada pela propriedade [...] [, mas] há uma tradição que compete com esta, mesmo na nossa própria tradição [anglo-saxã], não contra a propriedade, mas a favor de um certo equilíbrio na propriedade (LESSIG, 1999, p. 2)

Lessig (1999) cita Yochai Benkler (2006) na retomada do conceito dos *commons*: "existem circunstâncias sob as quais os regimes de propriedade comum são sustentáveis e provavelmente mais eficientes que os regimes de propriedade

---

97 Grifo nosso. O Banco Palmas tem pessoa jurídica como OSCIP (Instituto Palmas), o que permite operar microcrédito. Além disso, é cadastrado no PNMPO (Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado), habilitando a instituição a operar recursos públicos para o microcrédito (JOAQUIM, 2018). O PNMPO "foi instituído pela Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, e tem os seguintes objetivos gerais: incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares; disponibilizar recursos para o microcrédito produtivo orientado; oferecer apoio técnico às instituições de microcrédito produtivo orientado, com vistas ao fortalecimento institucional destas para a prestação de serviços aos empreendedores populares." Mais em <http://portalfat.mte.gov.br/programas-e-acoes-2/programa-nacional-do-microcredito-produtivo-orientado-pnmpo/>. Acesso em 16 ago. de 2018.

individual" (BENKLER, 2006, p. 14). Ostrom adota a seguinte definição, para os bens comuns:

> são um termo geral para recursos compartilhados em que as partes interessadas têm interesses equivalentes. Estudos sobre os bens comuns incluem os bens comuns de informação, com questões sobre conhecimento público, domínio público, ciência aberta e livre troca de ideias — todas questões que estão no centro da democracia direta (OSTROM, 1990, tradução nossa)[xxx].

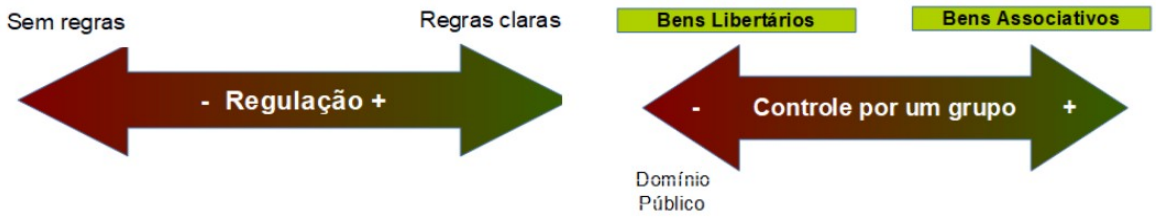
E acrescenta que

> [p]odem existir situações onde este modelo [de propriedade privada ou estatal] pode ser aplicado, mas muitos grupos podem efetivamente gerenciar e sustentar recursos comuns caso tenham condições adequadas, tais como regras apropriadas, bons mecanismos de resolução de conflito, e delimitações de grupo bem definidas (HESS; OSTROM, 2007, p. 11, tradução nossa)[xxxi].

Na medida em que a metodologia de moedas sociais dos BCDs tem em seus princípios práticas autonomistas e de gestão compartilhada, acredito que a categoria dos *commons* seja útil aqui. Comerciantes, moradores, banco comunitário, e prefeitura (no caso de Maricá), são exemplos de partes interessadas na gestão do recurso comum que examinamos, a moeda local. Ainda que não seja o objetivo desta tese investigar possíveis classificações dos *commons*, acreditamos que duas delas nos interessem em especial. Benkler (2007), por exemplo, propõe gradações dos bens comuns segundo sua regulação (variando desde regras claras até nenhuma regra). Já Peter Levine (2007) propõe a distinção entre bens comuns libertários e associativos (figura 9):

> [e]m um bem comum libertário, qualquer um tem o direito de usar […] alguns recursos públicos […]. Ao contrário, um bem comum associativo existe quando algum bem é controlado por um grupo. Boyle faz a distinção entre os bens comuns e o domínio público, observando que os primeiros envolvem regras, normas e outras restrições que estão ausentes nos' últimos (LEVINE, 2007, p. 250-1, tradução nossa)[xxxii].

Figura 9 – Bens comuns: gradações quanto à regulação e ao controle por um grupo



Fonte: diagramas propostos em Faria (2010. p. 42), com base em Benkler (2007) e Levine (2007).

Dialogando com essas classificações, creio que *as moedas sociais promovidas pela metodologia da rede brasileira de bancos comunitários estaria situada no espectro das "regras claras" e dos "bens associativos", tanto em Palmas como em Maricá.* Contudo, se utilizarmos o enquadramento proposto por Hess e Ostrom (2007, p. 7), que leva em conta alguns dos princípios observados nos estudos de bens comuns tradicionais, encontraríamos dificuldades na tradução da moeda maricaense[98]. Em especial nos "princípios" que tratam da "possibilidade de os indivíduos afetados por essas normas usualmente participarem na modificação das normas" e, ainda, do "direito de os membros da comunidade adotarem suas próprias regras em relação a autoridades externas à gestão e uso do recurso", o caminho para um cidadão comum de Maricá (ou mesmo para os funcionários do banco) parece-me repleto de obstáculos.

Como vimos, as audiências públicas foram um instrumento de participação no início do processo na cidade fluminense. O "Conselho Municipal de Economia Solidária, Combate à Pobreza e Desenvolvimento Econômico e Social de Maricá – ECOSOL-CPDES, órgão consultivo e deliberativo, vinculado à Secretaria Municipal

98 Os princípios apresentados por Hess e Ostrom (2007, p. 7, tradução nossa) seguem: "[f]ronteiras claramente definidas devem ser colocadas. Regras em uso são bem adequadas às necessidades e condições locais. Indivíduos afetados por essas regras podem usualmente participar da modificação das regras. O direito de membros das comunidades de elaborar suas próprias regras é respeitado por autoridades externas. Um sistema de auto-monitoramento do comportamento de membros foi estabelecido. Um sistema graduado de sanções está disponível. Os membros da comunidade têm acesso a mecanismos de baixo custo para resolução de conflitos. Empreendimentos aninhados (*nested*) – isto é, apropriação, provisão, monitoramento e sancionamento, resolução de conflitos e outras atividades de governança – são organizadas em uma estrutura aninhada com múltiplas camadas de atividades". Vale ressaltar, como em Faria (2010), que "para Hess e Ostrom, os princípios não são modelos ou prescrições de sucesso, mas podem ser ponto de partida para investigações, bem como ser ferramentas úteis nas análises de sistemas 'pequenos e homogêneos'. Ainda, as autoras lançam a dúvida se 'estes princípios seriam aplicáveis a sistemas grandes e complexos, como os *knowledge commons*' (HESS; OSTROM, 2007, p. 7)".

de Direitos Humanos e Cidadania", instituído na lei 2.448 de 26 de junho de 2013 (MARICÁ, 2013), também seria um fórum importante para uma possível participação, todavia condicionado à representação / intermediação dos integrantes do Conselho[99]. A ausência da consolidação de uma entidade local capaz de gerir o banco comunitário, partilhando decisões de diferentes naturezas (que projetos conduzir, que tecnologias adotar, quando iniciar outras práticas dos BCDs, como o microcrédito) constituía-se à época também em um dos elementos chave dessa (falta de) autonomia do BCD[100]. *As dificuldades em uma participação mais direta dos envolvidos na gestão da moeda parecem ao menos parcialmente efeitos importantes relacionados a um dos principais atores da próxima seção, a escala.*

3.1.2 A escala age. E as proximidades deparam-se com cartões e maquininhas

Cena 5

Mais uma chegada a Maricá. Em frente à casa onde funciona o Banco Mumbuca, encontro Paulão: daqui a pouco ele usará o carro para ir com Natália, gerente do banco, a mais uma visita de campo para seguir com a pesquisa sobre o uso da Mumbuca com os comerciantes. Percebo que alteraram a disposição de alguns móveis dentro do banco: na entrada, alguns beneficiários e comerciantes aguardam atendimento. Na sala à esquerda, alguns jovens reúnem-se para acompanhar um curso à distância. Na sala de Natália, Jaqueline (do Banco Palmas) ocupa uma das mesas, preparando um relatório para a prefeitura. Lembro que fiquei de tentar novamente falar com o setor de informática da prefeitura. O "Jorginho" poderia tirar as dúvidas relativas à informática na Mumbuca, segundo o antigo secretário, Miguel Moraes. Tento ligar: Jorginho atende, e, aparentemente desconfiado, orienta: "[o] pessoal sabe tudo lá na secretaria… Melhor conversar com o pessoal novo lá. Se eles não souberem, qualquer coisa pede pra eles mandarem um memorando pra cá, aí a gente conversa." Sem o contato com a prefeitura, aproveito para visitar alguns comércios locais: passo em frente à farmácia, onde o cartaz deixa claro: "aceitamos Mumbuca". Entro e apresento-me à atendente, no caixa. Ao lado das máquinas de cartão, lá está a "maquininha" da Vale Shop. "Funciona bem", diz o gerente. "O pessoal está acostumado, é igual aos outros cartões… Quer dizer, uma vez ficou

---

99 Solicitei participação nas reuniões do Conselho à Prefeitura, que, contudo, à época informou que as reuniões estavam suspensas.

100 O Banco Mumbuca viria a constituir-se formalmente em 2017, tendo Natália como sua presidenta. Contudo, até o término desta pesquisa o Banco Palmas seguia atuando diretamente em Maricá, tanto nas relações formais com a prefeitura como presencialmente na condução das atividades. Um exemplo foi a inauguração da filial do Banco Mumbuca em Cordeirinho, em 19 de maio de 2018.

fora, porque chovia muito em São Paulo, mas foi só uma vez." Ele revela que o funcionamento da rede depende de conexão com "a central", em São Paulo. Retorno ao banco comunitário, para acompanhar um pouco mais das atividades. Aguardo ao lado da pequena fila para atendimento ao público. Alguns beneficiários da bolsa Mumbuca perguntam se o cartão está pronto, outros comunicam problemas: "se o cartão quebrou, o cachorro roeu a tarja, essas coisas", como diz Natália. Mas em relação a como usar o cartão, normalmente não há problema, segundo Natália, já que "é igual a qualquer cartão". Antes de sair para a visita, ela explica algumas das principais tarefas do banco, entre elas o acompanhamento das movimentações pelo sistema de informações, com acessos diferenciados para o banco comunitário, para o Banco Palmas, para a Vale Shop. Natália me passa os contatos do banco e também da Vale Shop, pra quem os usuários podem reclamar diretamente. Mas adianta que falar com eles será uma tarefa difícil. "Teve uma menina da França aqui pesquisando, também não conseguiu falar com eles".[101]

Secretário da Prefeitura de Maricá a partir do início de 2013, na segunda gestão de Quaquá, Miguel Moraes narra a implantação da Mumbuca como um processo em que foi grande o esforço para envolver os atores locais: conversou com igrejas católicas, com pastores, com as religiões afrodescendentes, depois com diretores de escolas, ou seja, com os atores que teriam relação direta com o público beneficiário da bolsa – segundo ele, somente então o projeto foi levado à Câmara de Vereadores para uma aprovação da lei, "sem resistências" (MORAES, 2015). A aproximação com os atores locais justifica-se não somente para dar lastro à circulação da proposta na câmara de vereadores, como também para lidar com uma realidade que apresentava uma maior escala em relação aos demais bancos da Rede. Do Conjunto Palmeiras, com pouco mais de 35.000 habitantes, para Maricá, com mais de 150.000 moradores, *a metodologia do Banco Palmas passava por traduções para adequar-se a um maior contingente populacional, a mais recursos financeiros destinados a lastrear a nova moeda, e à condição de política pública*[102].

Se a escala afastava relativamente os dois locais, a pobreza conectava-os:

> [e]ntre vinte mil famílias que nós pesquisamos diretamente, mais de setenta

101 Cena baseada em experiências vivenciadas por mim, bem como em entrevistas com integrantes de farmácia local, que aceita a Mumbuca, e com Natália Sciammarella, em 2015. Utilizo na cena o nome fictício Jorginho, preservando a identidade do envolvido.

102 Mais sobre a região do Conjunto Palmeiras em <https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/2225-np-areas-dos-municipios/15761-areas-dos-municipios.html?t=destaques&idm=3302700 e em http://populacao.net.br/populacao-conjunto-palmeiras_fortaleza_ce.html>. Acesso em: 19 out. 2017.

> por cento tem renda inferior a três salários mínimos. […] [Em geral famílias que vivem da] agricultura familiar, da pesca e fazendo pequenos bicos nas casas de veraneio da cidade. […] Apresentamos a situação ao prefeito, e aí sim ele pediu que criássemos a moeda social, para dar condição de sobrevivência a essas famílias. (MORAES, 2015)

Como vimos no início da seção, o secretário visitou o Banco Palmas e outros bancos em municípios do Ceará, e sugeriu ao prefeito que em Maricá fosse usado um outro artefato, já que o papel-moeda apresentaria mais riscos de segurança que um cartão (MORAES, 2015). Um cartão inspirado no Programa Bolsa Família (PBF) foi a solução adotada, contudo *hibridizada* com a metodologia dos bancos comunitários: se Moraes (2015) chama a atenção que no PBF "infelizmente" era possível utilizar o dinheiro para álcool e drogas, *no bolsa Mumbuca havia um controle dos estabelecimentos cadastrados*. Adicionalmente, no programa federal os beneficiários têm que usar o cartão para sacar Reais em papel-moeda nas agências bancárias antes de realizar as compras, enquanto que na moeda eletrônica de Maricá a *materialidade* do papel-moeda não passa pelas nas mãos os beneficiários: a moeda é usada sob a forma de um cartão de débito diretamente nos comércios cadastrados.

Em uma realidade de maior escala, além da manutenção local da riqueza, a moeda social eletrônica traria assim as promessas de mais segurança e mais controle, importantes para consolidar os resultados obtidos com a política pública de Maricá. Já na entrevista de 2015, Miguel Moraes fazia uso do controle sobre os dados da moeda: citava que setenta por cento dos gastos da Mumbuca eram realizados em mercearias e vinte por cento em farmácias (e ainda, sessenta por cento do gasto em farmácias eram usados para compra de medicamentos). Em escala municipal, a digitalização da moeda em curso em Maricá tornava real o "sonho" das "movimentações rastreadas e identificadas", enunciado em nossa primeira cena da parte I da tese por um integrante do BNDES*. À luz de uma nova escala e da presença marcante de um ator estatal, surgiam novas proximidades entre o banco comunitário, moradores e comerciantes, agora mediadas por artefatos como os cartões dos beneficiários e as máquinas dos comerciantes.*

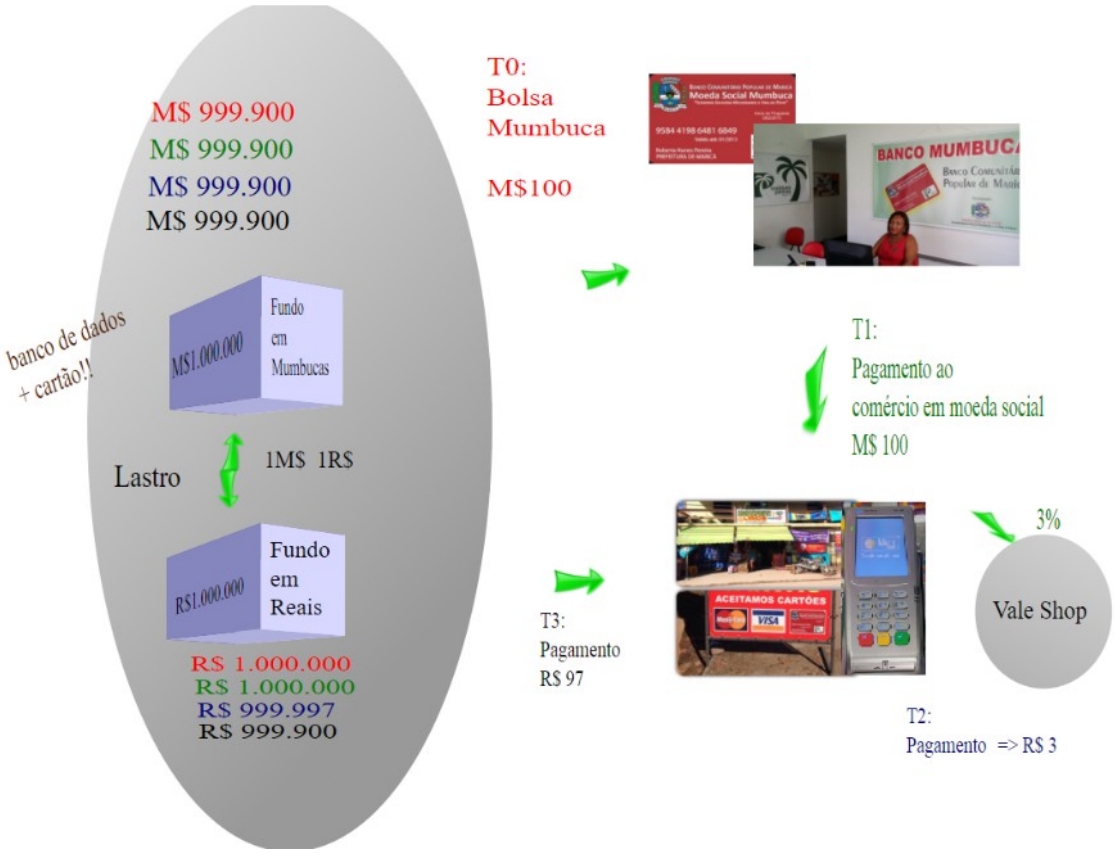
Nessa versão de digitalização, vale acompanharmos passo a passo, sem

saltos, os caminhos do que *proponho chamar de "proximidade controlada" pelo poder público*. Merecem atenção as traduções e implicações na proposta original do Banco Palmas, que buscava uma relativa autonomia das populações envolvidas em relação aos governos. Os percentuais enunciados pelo secretário de Maricá, bem como a inspiração no programa federal de assistência aos mais pobres, sugerem um diálogo com Paulo Feitosa e seu estudo sobre a codificação do cidadão no Bolsa-Família (FEITOSA, 2010). No texto, o autor alerta que

> [q]uando se fala, por exemplo, sobre o CadÚnico, é possível que se afirme que em Piraí os pobres são 28,31% da população. Tomando-se simplesmente a afirmação, sem mais explicações, tem-se um grande salto do mundo para a linguagem, como se fosse possível trafegar "diretamente dos objetos para as palavras, do referente para o signo" (LATOUR, 2001, p. 56). Entretanto, segundo Latour (2001), a passagem não se dá desta forma, ou seja, ela se dá "sempre ao longo de um arriscado caminho intermediário". Ou seja, embora uma simples afirmação induza a pensar na representação do mundo como um salto, há entre um extremo e outro, entre o mundo e a palavra, mais que apenas um intervalo (FEITOSA, 2010, p. 41).

O "arriscado caminho intermediário" da "proximidade controlada" em nosso caso passava mensalmente pela saída de Reais da prefeitura (com a aprovação do Conselho, da prefeitura e do secretário (ARAÚJO, 2015)) e seu recebimento pelo Instituto Palmas. O próximo passo era a Vale Shop atualizar em sua base de dados os valores correspondentes ao crédito em Mumbuca para cada beneficiário. A seguir, quando ocorria uma compra, entrava em cena a maquininha de posse do comerciante: primeiramente o beneficiário passa o cartão na máquina, em seguida o comerciante digita o valor da compra, e então o beneficiário autoriza o débito digitando sua senha. Seguindo procedimento similar ao de outros cartões de crédito e débito, a maquininha comunica-se com a base de dados, momento em que *bits* e *bytes* transitam por antenas e fibras óticas das redes de telefonia e de dados, até que o banco de dados – leia-se, dados armazenados por um *software* funcionando em um computador – seja finalmente alterado: o beneficiário passa a ter agora menos Mumbucas disponíveis, e o comerciante receberá a quantia correspondente em Reais no próximo dia cinco – mais precisamente, com um desconto de três por cento, destinados à Vale Shop.

Figura 10 – Diagrama com a circulação da moeda social Mumbuca



Proposta de diagrama com a circulação da moeda social Mumbuca e com os status do fundo do BCD. Exemplo do fluxo, onde T0, T1, T2, e T3 apontam a circulação da moeda em 4 momentos distintos: (T0) bolsa recebida pelo morador por meio de carga automática no cartão, (T1) compra no comércio local, (T2) recebimento dos Reais pela Vale Shop e (T3) pelo comerciante. Fonte: o autor (2015).

A figura 10 representa parcialmente tal trajeto “arriscado”. Ele coloca em primeiro plano *artefatos de TICs que permitem um relativo controle do poder público sobre os dados que por ali transitam*: em nosso caso, Mumbucas que passam de beneficiários a comerciantes, ou, dito de outra forma, *bits* e *bytes* que trafegam nas redes que interligam diferentes equipamentos e atualizam tanto os créditos de Mumbucas registrados no banco de dados dos beneficiários (administrado pela Vale Shop) quanto os créditos de Reais dos comerciantes registrados no banco de dados referente à sua conta bancária. Como estratégia para seguirmos os efeitos dessa “proximidade controlada”, *partirei nesta seção de uma divisão, ainda que provisória, entre uso, gestão e produção/manutenção das tecnologias*. Começando pela dimensão da utilização dos artefatos tecnológicos, é o momento de confessar uma ideia razoavelmente pré-concebida com a qual eu mesmo iniciei a investigação: uma

suposta dificuldade dos beneficiários com o uso dos cartões e das máquinas. Postura indesejável, admito, e que vai de encontro com os alertas de Bruno Latour no sentido de que o pesquisador deve ir a campo munido de uma "mochila leve"[103]. Afinal, concordando com as argumentações do autor, com poucas teorias sobre os "objetos" investigados, o pesquisador corre menos riscos de erros de julgamento, como o de apenas enquadrar a realidade observada em modelos pré-moldados.

Apesar de alinhar-me neste ponto com o antropólogo que ganhou notoriedade observando como os cientistas aproximam-se de seus "objetos de pesquisa" e trabalham na consolidação de fatos e artefatos tecnocientíficos, fui a campo com um pré-julgamento de que a população de baixa renda de Maricá teria razoável dificuldade com aqueles aparatos tecnológicos. Teoria ainda mais reforçada após tomar contato com pesquisas como a apresentada por Diane Bailey no encontro da comunidade internacional de Estudos de Ciência, Tecnologia e Sociedade em 2014, tratando de estudos de caso relacionados à temática da inclusão financeira permeados por soluções alternativas na apropriação de tecnologias. Bailey propunha um argumento sedutor, que chamava a atenção para uma amplitude de possibilidades de apropriação tecnológica por seus usuários, mesmo em casos onde estes estivessem ausentes da concepção de uma tecnologia[104]. O argumento questionava, segundo a autora, uma tendência no campo de estudos das TICs para o desenvolvimento que defenderia a receita do envolvimento dos usuários na concepção de uma tecnologia como fórmula para seu sucesso[105]. As "maquininhas" Joaquim (2015c), "importadas" de uma empresa de fora de Maricá, pareciam encarnar um exemplo em que eu, enquanto pesquisador, poderia "replicar" tal

---

103 "O equipamento necessário para viajar pela ciência e pela tecnologia é, ao mesmo tempo, leve e variado. Variado porque é preciso misturar pontes de hidrogênio com prazos finais, exame da capacidade alheia com dinheiro, correção de sistemas de computadores com estilo burocrático; mas o equipamento também é leve porque convém deixar de lado todos os preconceitos sobre as distinções entre o contexto em que o saber está inserido e o próprio saber" (LATOUR, c1998, p. 20).

104 "Mostramos que o sucesso ocorreu [...] pois os usuários realizaram ações orientadas pelo contexto, e não pela tecnologia, para melhor adaptar a tecnologia ao contexto" (DINIZ; BAILEY; SHOLLER, 2014, p. 15, tradução nossa).

105 Refiro-me ao campo dos ICT4D – Information and Communication Technologies for Development. Mais em <https://www.ict4dconference.org/> e <https://en.wikipedia.org/wiki/Information_and_communication_technologies_for_development>. Acesso em: 15 jul. 2018.

argumento em meu estudo de caso, em Maricá, e dialogar com a pesquisadora estadunidense. Suposição academicamente tentadora – ao menos para uma determinada versão de academia –, mas desmentida pelo trabalho de campo.

Em vez de uma esperada profusão de maneiras de apropriar-se do uso dos aparatos tecnológicos, o que observei foi uma ausência de evidências de dificuldades relevantes na utilização dos cartões Mumbuca. Ausência que dialoga mais com uma entidade que surgiu no próprio trabalho de campo: uma certa "cultura do cartão" que circula na população, apontada por Joaquim Melo (2016c). Uma cultura que seguramente guarda relação com o processo de digitalização dos serviços bancários brasileiros, acompanhados por cartões e caixas eletrônicos. Mais recentemente, programas de transferência de renda, como notadamente o Bolsa Família, sem dúvida avançaram no enredamento de populações de baixa renda com o uso dos cartões. Relativamente habituada ao seu uso, os beneficiários revelam muitas vezes uma preferência por este tipo de digitalização, em relação ao papel-moeda: nas falas de alguns entrevistados, tal uso aparece associado à possibilidade de controle do tipo de gasto com a bolsa. O cartão seria melhor que o papel-moeda porque quem recebe o recurso apenas poderia usá-los nos lugares cadastrados (FLÁVIA, 2016), "senão o pessoal gasta com qualquer coisa" (MARCELA, 2015). *Com a cultura do cartão, associada a um novo elogio do controle, as barreiras a essa digitalização das moedas sociais brasileiras pareceram pequenas no que se refere ao uso desses artefatos* – contudo, tal cultura pode apresentar-se como um obstáculo a outras digitalizações, como veremos no caso do aplicativo E-dinheiro.

As "dificuldades" na utilização do cartão apareceram apenas reservadas a relatos sobre descuidos, como esquecê-lo no bolso e colocar na máquina de lavar, deixá-lo a mercê de crianças (PATRÍCIA, 2015), causando danos ao cartão e ocasionando o pedido de uma segunda via. Ou ainda, no bloqueio da senha: após o atendente entregar o cartão para o beneficiário, abrindo "o envelope lacrado […] na frente deles [...], alguns acham que sabemos as senhas, e trocam a senha na *Internet*, […] e aí o cartão é bloqueado" (PATRÍCIA, 2015). Uma atitude que ao invés de indicar uma dificuldade no uso, aponta mais para uma desconfiança dos beneficiários quanto a um procedimento de segurança cujas regras embutem pouca

autonomia para os próprios usuários.

Para além do que nomeei proximidade controlada e cultura do cartão, ainda no rastro da utilização da moeda, vale lembrarmos que os artefatos colocados em circulação no início da história do Banco Palmas carregavam suas regras de uso: elas eram inscritas nas próprias notas, tendo sido esse fato inclusive peça fundamental no processo judicial sofrido pelo banco comunitário. Lá, *inscrições* como “código do empreendedor”, “número do cartão” e “limite de crédito” - no caso do PalmaCard (figura 4) – apontavam para uma estrutura de controle que registra e guarda um cadastro dos empreendedores, codificados e associados ao Banco Palmas; em outra inscrição, já no papel-moeda Palmas (figura 5), o artefato remete-nos à “ASCOMP – Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras”, entidade fundamental na história do Conjunto Palmeiras e na construção do Banco Palmas. Em certo sentido, observando o artefato em circulação, temos acesso a uma descrição da rede que o suporta. Como já chamamos atenção em outro momento, na terminologia de Latour (c1998), a análise do *tecnograma* do artefato fornece pistas do *sociograma* que compõe sua rede (FARIA, 2010). No exemplo narrado pelo próprio Latour em seu “Ciência em Ação”, quando se refere à espionagem da concorrência ao sistema VAX, construído pela empresa norte-americana Digital Equipment Corporation (DEC) para os seus minicomputadores:

> [o]lhando o VAX por dentro, West imaginava estar vendo um organograma da DEC. Achava o VAX complicado demais. Por exemplo, não gostava do sistema por meio do qual várias partes da máquina se intercomunicavam; para seu gosto, aquilo tudo era protocolar demais. Chegou à conclusão de que o VAX encarnava os vícios daquela sociedade anônima. A máquina expressava o estilo cauteloso e burocrático daquela companhia fenomenalmente bem-sucedida. (LATOUR, c1998, p. 18)

Em nosso caso, observando mais de perto o artefato que medeia a relação da primeira beneficiária do programa com o então prefeito de Maricá (figura 11), logo percebemos inscrições que nos levam à prefeitura, ao banco comunitário, à economia solidária e ao próprio Instituto Palmas. Além desses atores, também o código do cartão, o nome do beneficiário e a mensagem no verso pretendem garantir a rastreabilidade entre o beneficiário, o cartão, e todos os dados a eles

associados (saldos, compras realizadas, créditos inseridos, extratos etc.), que devem ser de alguma maneira armazenados.

Figura 11 – Primeira beneficiária e o cartão Mumbuca



À esquerda: primeira beneficiária recebe o cartão do prefeito, acompanhados pelo secretário Miguel Moraes (ao fundo). À direita: inscrições no artefato cartão Mumbuca: prefeitura, banco comunitário, economia solidária e Instituto Palmas. Fontes: (PREFEITO…, 2013) e (MARICÁ…, 2015).

Tais inscrições no artefato Cartão Mumbuca podem passar despercebidas, em seu uso corriqueiro. Dialogando uma vez mais com Feitosa (2010, p. 12), trata-se de

> […] um efeito das redes que se formam no entorno desses sistemas (e em meio a eles) de forma que, quanto mais presentes e funcionais, maior a tendência à invisibilidade (BOWKER; STAR, 2007). Ou ainda, quando artefatos (e fatos) tecnológicos passam a ser tomados por "naturais", não problemáticos, é que se propagam cada vez mais como caixas-pretas (LATOUR, 2000).

Em seu uso cotidiano, e já presentes na cultura dos beneficiários, os cartões e suas *inscrições* parecem invisíveis a seus usuários. Contudo, quando emerge algum problema de funcionamento, como a tarja magnética inoperante, mencionada na cena 5, tais inscrições são fundamentais. Observando um consolidado dos atendimentos do banco comunitário no ano de 2015, temos algumas trilhas a seguir nesses casos (imagem no APÊNDICE 4). Quando a tarja está danificada, quando o cartão é roubado ou a senha é esquecida pelo beneficiário, entramos em uma situação que Bruno Latour poderia chamar de "pane". Para Latour (2016, p. 42), nesses casos um objeto passa "de técnico a sociotécnico" (desnaturalizado): de frio,

rápido, imediato, passa a quente, lento, mediato. A *caixa preta*, que operava sem precisarmos nos preocupar com seu interior ou com aquilo que a fazia funcionar, abre-se. Neste momento, em que somos levados a outras entidades a partir das inscrições nos artefatos (não mais enxergados como meras caixas-pretas), é fundamental atentar para esses elementos que vão para além dos cartões. Isso importa tanto para os beneficiários que encontram problemas para a compra de produtos, quanto para nós, interessados nos meandros desse processo de digitalização. Sem tais elementos nada funciona, mas por vezes somente nos damos conta de sua existência quando os artefatos não se comportam como se espera, quando uma "pane" se instaura. Essas características levam-nos às *infraestruturas*:

> [a]s qualidades normalmente invisíveis de *infraestruturas* em funcionamento tornam-se visíveis quando estas falham: o servidor está fora, a ponte quebra, há uma pane elétrica. (STAR; RUHLEDER, 1996, apud BOWKER; STAR, 2007, p. 35) (FEITOSA, 2010, p. 18).

Uma infraestrutura tem como uma de suas propriedades, "tornar-se visível diante de falhas" (*Becomes visible upon breakdown*) (FEITOSA, 2010, p. 18). Tal visibilidade ocorre tanto em determinadas circunstâncias da utilização dos cartões por um beneficiário, quanto também do lado do comerciante, quando sua maquininha registra alguma falha. Por que alguns teriam se enfurecido com as maquininhas? Segundo Joaquim Melo (2015e), houve casos em que elas literalmente foram atiradas ao chão. Apesar de tal irritação não ter sido constatada no campo, em pesquisa realizada ao final de 2015, onde funcionários do banco foram aos comerciantes entrevistá-los sobre o programa, os "defeitos na máquina POS" foram apontados como a principal categoria de problemas para os comerciantes[106]. As maquininhas eram classificadas como regulares ou ruins por aproximadamente trinta por cento dos respondentes (imagem no APÊNDICE 4).

---

106 "POS ou PoS é um ponto de venda ou ponto de serviço (do inglês: Point of Sale ou Point of Service). Pode ser uma caixa registradora em uma loja, ou outro local onde ocorre uma transação de venda. Pode também indicar máquinas de cartão de crédito e outros terminais eletrônicos de vendas. Sistemas de POS são usados em restaurantes, hotéis, estádios, casinos, além de lojas de varejo." Mais em <https://pt.wikipedia.org/wiki/POS>. Acesso em 23 out. de 2017.

Fios, antenas e fibras óticas completam o conjunto de artefatos tecnológicos que produzem a comunicação das maquininhas com os computadores da Vale Shop. Todos esses objetos físicos, relativamente invisíveis aos olhos dos beneficiários e comerciantes – até que falhem –, dizem respeito à infraestrutura que torna possível a circulação da Mumbuca. O que quero destacar da noção de infraestrutura segundo os referenciais aqui utilizados (STAR, 1999; STAR; BOWKER, 2006) é que ela remete-nos não apenas às características materiais desses objetos, mas também pode levar-nos às suas "qualidades sociais e políticas", como nos lembra Franscesca Musiani (2012, p. 32), em seu estudo sobre as redes P2P[107]. *Entendo portanto que a noção de infraestruturas, assim como a dos* commons *e a de discurso, já brevemente apresentadas, servem de instrumentos para seguirmos os coletivos complexos e suas relações que nos aventuramos a observar. São categorias que escolhi por entender que nos ajudam a treinar o olhar de maneira a não segmentar* a priori *nossos "objetos de estudo" em técnicos ou sociais, em humanos ou não humanos, observando não "as coisas 'em si'"* (LATOUR, 1994, p. 34), mas *as coisas "entre si"*. Mais importante que as coisas "nelas mesmas", são suas relações, suas associações (FEITOSA, 2010). Nas palavras de Gregory Bateson (apud STAR; RUHLEDER, 1995, p. 4), "o que pode ser estudado é sempre a relação de um infinito regresso de relacionamentos. Nunca uma 'coisa'". Nas palavras de Latour, "nunca somos postos diante da ciência, da tecnologia e da sociedade, mas sim diante de uma gama de associações mais fracas e mais fortes" (LATOUR, c1998, p. 423).

Já razoavelmente equipados com as infraestruturas, sigamos adiante. Retomando nossa classificação (uso, gestão e produção/manutenção das tecnologias), proponho basicamente o seguinte questionamento sobre a gestão das tecnologias que circulam em Maricá: considerando que a infraestrutura de uma moeda intensiva em TICs tem complexidades distintas daquelas impressas em

107 "Ao tomar as arquiteturas, artefatos transparentes para o usuário pela escolha deliberada de seus criadores, como objetos de estudo, minha abordagem é informada pelos trabalhos em Estudos de Ciência e Tecnologia (STS) sobre as infraestruturas como sistemas sociotécnicos em evolução constante, informadas não apenas por elementos físicos invisíveis ao usuário final, mas também por fatores tais como a organização social e o conhecimento (Star, 1999; Star & Bowker, 2002)" (MUSIANI, 2015, p.32, tradução nossa).

papel, como essa diferença de complexidades dialoga com (ou reconstrói) a *proposição* de gerenciamento comunitário das moedas, partindo do "modelo Palmas"? Já ressaltei que o cartão Mumbuca embute um código identificador, e aponta para a necessidade de um sistema de gestão que registre para as partes envolvidas (beneficiários, comerciantes, banco e prefeitura) o *status* e algumas visões da circulação das Mumbucas, como o saldo do beneficiário, seu extrato ou a quantidade de Mumbucas gasta em cada tipo de comércio. Tais rastros eletrônicos da moeda Mumbuca são efeitos dessa rede, efeitos esses distintos daqueles oriundos da circulação de papéis-moeda, e que importam ao pensarmos uma gestão comunitária da moeda[108].

Se os beneficiários não explicitaram incômodos com tal rastreabilidade nas entrevistas realizadas, a preocupação com o sigilo e o compartilhamento dos dados de movimentações financeiras dos quatorze mil beneficiários de Maricá apareceu, por exemplo, em formalidades e dificuldades no acesso a informações dessa base de dados[109]. Um dos indícios foi o pedido de Ricardo Araújo (2015), então gerente do banco comunitário, de autorização ao Banco Palmas para que eu realizasse uma vivência de campo no banco. Já a empresa Vale Shop não respondeu às solicitações de entrevistas para a pesquisa. Ainda, como apontei na cena 5, o secretário municipal Miguel Moraes indicara para consulta um funcionário do setor de informática, que por sua vez sugeriu contato com os novos gestores da secretaria. Os novos integrantes do órgão apontaram que aquele não seria um bom momento para acessar o sistema e os dados, já que havia sido detectada a necessidade de refazer a base de dados: inicialmente, foram utilizadas fichas manuais, e o cadastro era realizado em planilhas. Tanto o caráter "manual" do cadastro inicial quanto o uso de um *software* de planilhas apontariam para precariedades na construção e na manutenção da base de dados. Posteriormente, como já adiantara o antigo secretário, o setor de informática desenvolveu o Sismumbuca, sistema que trabalharia com o conceito de banco de dados e que seria

108 Em que pese reconhecer os rastros eletrônicos existentes, ainda que mais escassos, também deixados pela circulação do papel-moeda, como nos registros de CPF em compras em farmácias ou nos saques e depósitos bancários.

109 Cabe pontuar, entretanto, que não questionamos explicitamente sobre tal preocupação. Ver roteiro de entrevistas no APÊNDICE 12.

o destino dos dados[110]. Contudo, a pretensa maior respeitabilidade e confiabilidade aos dados, agora em um sistema de informações, não impediu que o banco de dados apresentasse falhas, o que teria levado à necessidade de um recadastramento dos beneficiários, segundo informado pelos novos gestores.

A nova gestão da secretaria pedira assim um pouco mais de tempo para um possível acesso aos dados para esta pesquisa, já que a base estaria sendo novamente construída. Olhemos esse processo de construção dos dados. Conversando com integrantes do banco, percebi elementos importantes sobre as histórias da construção do primeiro cadastramento dos beneficiários: o período inicial para o processo foi de 9 a 20 de dezembro de 2013, e os primeiros cartões foram entregues em 30 de dezembro (BRANDI, 2015). Mas antes mesmo dessa etapa, Brandi e Patrícia participaram da equipe que foi a campo, “batendo de porta em porta”, e depararam-se com desconfianças da população – segundo Patrícia (2015), muitos não fizeram o cartão por achar que era "coisa de politico" – e com situações inusitadas, como quando a equipe foi esquecida pelo motorista e teve que caminhar alguns quilômetros até encontrar um orelhão, ou ainda quando Patrícia não se deu conta de que explicava o programa para um traficante local[111]. Tais histórias apontam por um lado para efeitos da própria constituição de um banco comunitário que teve origem nos quadros da prefeitura, relativamente distantes da proposta comunitária e de proximidade do Banco Palmas: Brandi e Patrícia, por exemplo, moradoras de outro município (São Gonçalo) como o próprio secretário Miguel Moraes, apesar de todo envolvimento e empenho na proposta da prefeitura desde quando trabalhavam na secretaria, ficaram sujeitas a situações como a vivida por Patrícia. Por outro lado, as histórias indicam também uma relativa precariedade em cada etapa do que pode-se chamar de construção da base de dados de beneficiários. O processo foi descrito pelos integrantes do banco ao mesmo tempo como algo “gratificante quando a gente vê um sorriso, […] lágrimas” – ou quando

110 Mais sobre SGBD ("Sistema de Gestão de Bases de Dados"), um *software* capaz de gerir a criação e o acesso simultâneo a um conjunto de dados Bases de Dados, em <https://www.devmedia.com.br/gerenciamento-de-banco-de-dados-analise-comparativa-de-sgbd-s/30788>. Acesso em 30 mai. de 2017.

111 Somente após o término da abordagem, uma moradora alertou Patrícia, que não contava com nenhuma identificação da prefeitura: “de onde você é? […] Você correu muito risco!”

alguém “levanta as mãos pro céu” ao receber o cartão (PATRÍCIA, 2015) – e como algo arriscado para sua própria integridade física ao lidar com a escala que se colocava: na entrega dos cartões, feita na praça, era “*muita* gente, nunca vi tanta gente […] tinha que ter segurança se não a gente apanhava [...].” (PATRÍCIA, 2015).

Assim, na perspectiva da gestão dos dados, se em qualquer *cadastro pode-se dizer que “o dado não é dado”, no sentido de não ser uma dádiva, mas construído, negociado (FEITOSA, 2010), em nosso caso vemos que desconfianças, (falta de) proximidade e precariedades são inseparáveis dos beneficiários e de seus dados cadastrados*. Elementos fundamentais por exemplo, para definir aqueles que ficaram do lado de dentro do primeiro cadastramento, em certa medida por que confiaram minimamente em uma iniciativa “de políticos”. O cadastro reflete assim dados que guardam relação com a recepção da proposta – que vem em certa medida “de cima pra baixo”, como admitiu o próprio secretário André Braga (2015) – por uma população desconfiada da política tradicional. Guarda relação ainda com os planos pensados pela secretaria responsável pelo programa: segundo o secretário André Braga, empossado em maio de 2015, o recadastramento seria importante também para constituir um banco de dados não “só com o CPF”, de maneira que a prefeitura pudesse pensar a política pública de economia solidária mais amplamente[112]. Para além da moeda social, o programa deveria começar a incluir outras iniciativas previstas na lei municipal, como os centros públicos de economia solidária e as formações para os beneficiários, podendo “pensar em formar cooperativas de costureiras”, por exemplo (BRAGA, 2015). Ademais, outro objetivo do recadastramento era a integração com o CadÚnico, cadastro do governo federal que serve de base para o Bolsa Família[113]. Com a integração, seria facilitada a implementação do plano de incluir no Bolsa Mumbuca as famílias com renda mensal

112 Segundo Braga (2015), o antigo secretário Miguel Moraes teria saído de qualquer forma por conta de problemas com o primeiro cadastramento, investigado por uma comissão. Braga havia sido chefe de gabinete da campanha de Fabiano Horta, eleito deputado federal em 2014 pelo Partido dos Trabalhadores. Horta seria eleito posteriormente para suceder Quaquá na prefeitura de Maricá em 2016.

113 “Embora o CadÚnico esteja muito atrelado ao Bolsa Família, sua criação e existência não está relacionada apenas a esse Programa.” (FEITOSA, 2010, p. 35).

de até três salários mínimos, e não somente aquelas beneficiárias do PBF, tratando não somente a “extrema pobreza”, mas também a “pobreza” (BRAGA, 2015).

Seguindo na observação da gestão dos dados dos beneficiários, acompanhei o posto de recadastramento montado em novembro de 2015 no Centro Educacional Municipal Joana Benedicta Rangel, onde não foi difícil perceber a complexificação da rede dos cartões Mumbuca, ao menos em duas direções. Em primeiro lugar, aumentou a profusão de documentos como requisito para entrar na base de dados: a infraestrutura por onde o Cartão Mumbuca circula pode incluir agora o CRAS (para onde os beneficiários que estão fora do CadÚnico são encaminhados) ou o INSS (para aqueles sem o PIS). Em segundo lugar, o processo de cadastramento passou a incluir promessas associadas à sua informatização, promessas essas que se depararam com obstáculos logo em seu início. O sistema “caiu” no início do dia de sol em que eu acompanhava o recadastramento, sentindo na pele as *provas de resistência* por que passaram os beneficiários para que fossem novamente cadastrados e seguissem dentro do banco de dados. Houve atrasos em todos os postos de atendimento devido ao problema com o sistema, de acordo com o então coordenador do recadastramento nos postos do Centro de Maricá, o que levou à espera dos envolvidos pela chegada da empresa MoneyClip, responsável pelo *software* usado no recadastramento[114].

Parece claro assim que, para que a moeda funcione, é preciso muito mais que um cartão. Lado a lado com cada beneficiário e seu cartão munido das Mumbucas, lá estão regras, documentos, cadastros em bancos de dados e softwares *usados para o recadastramento, imprescindíveis à infraestrutura da moeda de Maricá.* A cada vez que uma moradora como Marcela (que conhecemos na fila do recadastramento) passava o cartão na maquininha do Jolumar, primeiro comércio de Maricá a aceitar a moeda local, tal infraestrutura agia – ainda que

114 Aproximadamente depois de uma hora de espera – beneficiários já reposicionados para longe do sol –, Marcos Sarres, um dos sócios da empresa que participava pessoalmente in loco do restabelecimento do sistema, informou que o recadastramento poderia ser retomado (imagem no APÊNDICE 3)

somente fosse realmente percebida quando havia alguma falha, uma pane, como já salientado. Marcela (2015) lembrou-nos de outros elementos que também agiam nessa rede, a partir de uma controvérsia envolvendo o pequeno mercado, pioneiro: “a confusão […] [com] um cara mal informado, parece que o dinheiro não deu”. Seguindo esse rastro, de acordo com a versão de Lúcia Policarpo (2015), proprietária do Jolumar, o beneficiário

> não tinha crédito suficiente […]. Perguntei se queria que tirasse o Sucrilho. [...] Era o último item da lista [de compras]. [...] Ele achou que eu estava querendo me meter na compra dele.

Uma nova versão de controle entrava aqui em cena: um suposto *controle do comércio*, ocasionando suspeita e desconforto no beneficiário, e tensionando com sua autonomia *sobre seus gastos*. Apesar de não admitir a intromissão na compra do cliente, os elogios de Policarpo (2015) ao programa embutem uma visão positiva do direcionamento dos gastos dos beneficiários: o Bolsa Mumbuca seria “realmente melhor que o Bolsa Família” já que os beneficiários “não vêem o dinheiro na mão”, não podendo comprar cerveja, por exemplo. A confusão com o cliente, que a teria xingado, segundo a comerciante foi crucial para a decisão de se descredenciar do programa, não aceitando mais a moeda (POLICARPO, 2015). Mas este não teria sido um fato isolado: apesar de reconhecer que ampliara seu comércio e de fato beneficiara-se bastante com o crescimento proporcionado pelo programa (teria passado de apenas uma para cinco caixas (ARAÚJO, 2015)), Lúcia Policarpo alegou que entre o dia cinco e o dia dez “todo mundo” ia pra lá, um comércio localizado na região central de Maricá (POLICARPO, 2015). A comerciante apontou a concentração do aumento no movimento nos primeiros dias em que os cartões recebiam o crédito da prefeitura como um problema importante para os comércios pequenos. Ainda que considerando comentários de moradores no sentido de uma pretensa “ingratidão” com o programa, cabe concordar que a escala agiu novamente, já que a rede de comerciantes, especialmente no início do programa, não era suficientemente descentralizada. Essa insuficiência foi comprovada pela

pesquisa (imagem no APÊNDICE 4) e pelo depoimento de Araújo (2015): a meta de trezentos comércios locais cadastrados pelo BCD não havia sido atingida em 2015, quando o cadastro chegava a cento e cinquenta comerciantes.

Se ao examinar o cartão e o beneficiário, fomos levados aos processos de cadastramento e de construção da base de dados, quando ouvimos os comerciantes chegamos rapidamente não só à escala de que nos fala Lúcia Policarpo(2015), mas também às maquininhas e aos sistemas que as comunicam com os computadores da Vale Shop. Ainda que raras, as panes de comunicação foram relatadas por comércios locais: o “sistema estava fora”, disse o gerente de uma farmácia. Ele explica:

> [T]á fora. […] Geralmente [o problema] é la em São Paulo […] Se alaga são Paulo, pára aqui. […] [Foram] poucas vezes nos últimos 4 meses […], [mas] só uma vez ficou três dias fora. (ALEXANDRE, 2015)

Chegamos aqui à terceira dimensão que propus, sobre a produção e a manutenção das maquininhas e de seu sistema de comunicação, de responsabilidade da empresa Vale Shop – provedora do cartão, da maquininha, e do acesso de consulta ao sistema (NATÁLIA, 2015). Vale dizer que Joaquim (2015c) revelava incômodo com o fato de as comunidades pobres, onde os BCDs estão, não deterem elas próprias uma outra modalidade de *controle*, *o da tecnologia de produzir maquininhas*. Entendo tal incômodo como uma pista indicativa de que as práticas do Banco Palmas deparavam-se com artefatos relativamente desconhecidos para aquela comunidade. O sentido de autonomia que circula na proposta das moedas sociais dos bancos comunitários é manifestado nesta passagem em relação às tecnologias da informação utilizadas, tanto no que se refere a saber utilizá-las quanto a entendê-las e até mesmo de conseguir produzi-las.

Já as impressões coletadas dos comerciantes e dos membros do Banco Mumbuca apontavam mais na direção de melhorias nas regras e no funcionamento

das maquininhas. Na pesquisa conduzida pelo BCD, diversos comerciantes citaram “equipamento / sistema” como atores a serem aprimorados no programa (imagem no APÊNDICE). Mencionaram também aspectos ligados às regras do programa, por vezes indissociáveis elas próprias das máquinas, como no caso do seu custo de aluguel[115]. Acompanhando a equipe do banco, foi possível presenciar sua fiscalização, identificando um caso em que o comerciante rompeu os termos do acordo com o programa: uma mesma máquina era usada alternadamente em dois estabelecimentos próximos[116]. Havia ainda um limite de máquinas custeadas pela prefeitura, segundo Araújo (2015), que admitiu que a “idéia era cadastrar pequenos […]. Descartamos algumas grandes redes, pelo fato da matriz ficar fora [de Maricá]” - outro princípio importado de Fortaleza. O sonho de Araújo, de que o cadastro fosse aberto a todos os comerciantes, nesse ponto não era compatível com os princípios da metodologia do Banco Palmas, envolvido também na aprovação dos comércios cadastrados. Apesar dos sonhos de ampliação, os números da pesquisa com os comerciantes revelavam certo descontentamento com a infraestrutura, como mostrou também a percepção sobre o tempo de eventuais concertos (imagem no APÊNDICE 4).

Ainda relacionadas à percepção das regras do programa pelos comerciantes, vale pontuar algumas opiniões daqueles que não aceitavam a Mumbuca. O gerente de um mercado de médio porte (portanto relativamente fora do público-alvo da política pública de Maricá) acreditava que o “patrão deveria aceitar” a moeda (WILLIAM, 2015): o motivo era o de que, sendo o mercado relativamente grande, não ocorreria o fenômeno dos preços subirem na época em que os beneficiários recebem a bolsa, já que o aumento de demanda seria relativamente menor que aquele dos pequenos comércios – Brandi (2015) confirmou os relatos de aumento. Um dos comerciantes alegou que o dinheiro “demorava a cair”, segundo informações que obteve, e que o desconto era alto (EDUARDO, 2015). Contudo, tais impressões não se confirmaram no que se refere à pontualidade no pagamento

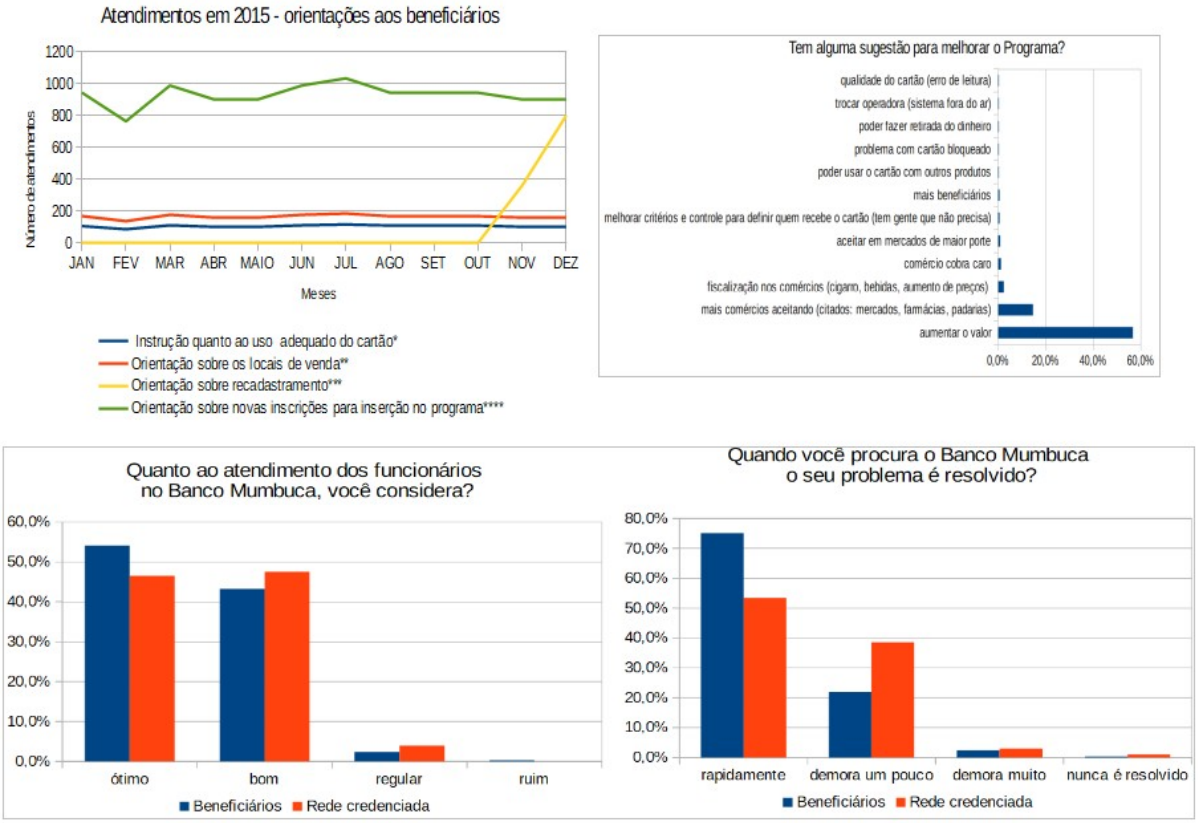
115 Custo de R$ 35 por máquina, sendo a primeira unidade subsidiada pela prefeitura e as demais, se houvessem, por conta do comerciante (ARAÚJO, 2015).

116 A mudança do local da máquina burlava potencialmente a fiscalização, que verificava por exemplo se o local vendia bebidas, prática não recomendada na metodologia dos BCDs.

(imagem no APÊNDICE 4), nem tampouco no valor de três por cento destinado à Vale Shop pelo comerciante em cada compra, (segundo informações fornecidas pelo BCD, e abaixo de taxas de outros cartões de crédito).

Vemos assim aqui, mais uma vez, que a escala fez diferença na tradução da metodologia dos BCDs para Maricá, seja na denunciada subida de preços, seja na dependência de uma empresa externa que domina a infraestrutura tecnológica. Autonomias e proximidades foram desafiadas na implementação e na continuidade do programa cujo processo caracterizava-se “muito mais [por] um banco a serviço de uma prefeitura” do que por uma prefeitura atendendo a demandas de um banco, como admitiu Joaquim Melo (2015e). Um banco onde as TICs chegam com promessas que de certa forma lembram uma pretensa mágica importada de fora do município, e que resolverá as questões do cadastramento, da segurança e do controle das transações. *O incômodo inicial, de “por que não podemos produzir essas maquininhas?” (Joaquim, 2015c), que embute anseios autônomos para o local, cede lugar a um toque da "mágica importada" da Vale Shop. “Mágica” essa que, associada a uma “cultura do cartão” razoavelmente estabelecida na população, conferiram paradoxalmente certa estabilidade e confiança na Mumbuca*, importantes para os desafios de perenidade da moeda. Apesar de todos os obstáculos e *provas de resistência*, há indicadores de que o banco e a moeda tornaram-se razoavelmente próximos de *(arte)fatos estabilizados* da cidade fluminense. A Mumbuca estaria razoavelmente “*caixapretizada*”, se quisermos usar a terminologia latouriana. Os números da pesquisa (figura 12) apontavam não apenas para um grande interesse da população em participar do programa, mas para um bom atendimento prestado pelo banco, em um prazo satisfatório.

Figura 12 – Números da pesquisa: Mumbuca *caixapretizada*



Números apontaram interesse para ingressar no programa, um bom atendimento prestado pelo banco, em um prazo de razoável para bom. A sugestão principal entre os beneficiários é o aumento da bolsa. Fonte: pesquisa realizada pelo Banco Mumbuca e consolidada pelo autor (2015).

As coisas estavam “rodando bem”, dizia Araújo (2015). Dialogando com Feitosa (2010, p. 14) e utilizando conceitos de Star e Ruhleder (1996 apud BOWKER; STAR, 2007), sobre “quando um artefato ou agregado de artefatos, pessoas e políticas, se comporta ou se aproxima de uma II” (Infraestrutura de Informação), *proponho que a experiência de Maricá conseguiu constituir uma infraestrutura.* Vejamos por exemplo, com relação à propriedade de “e*mbutimento*” (embeddedness), “uma infraestrutura está imersa em – dentro de – outras estruturas, arranjos sociais, e tecnologias” (STAR; RUHLEDER, 1996 apud BOWKER; STAR, 2007, p. 35). Nesse sentido, a Mumbuca é parte tanto da legislação que institui um “Programa Municipal de Economia Solidária, Combate à Pobreza e Desenvolvimento Econômico e Social de Maricá”, quanto do cotidiano de muitos moradores da cidade. Seguindo com as propriedades das infraestruturas de informação, consideramos a Mumbuca também “*transparente* ao uso no sentido em

que não tem que ser reinventada a cada vez ou construída para cada tarefa; ou dito de outra forma, ela suporta invisivelmente essas tarefas" (STAR; RUHLEDER, 1996 apud BOWKER; STAR, 2007, p. 35, tradução nossa), e conta com um a*lcance* considerável. Ainda, podemos considerá-la "r*equisito para tornar-se membro de um grupo*"[xxxiii], tendo "*ligações com convenções de prática"*[xxxiv], e *incorporando padrões*[xxxv], como no caso do uso dos cartões.

Concluindo esta seção, vale dizer que o Banco Mumbuca caminhou muito certamente, desde o que poderíamos chamar de uma mera *ficção* – uma ideia do prefeito – para um fato concreto. Contudo a boa avaliação do programa, segundo a opinião daqueles beneficiados (imagem no APÊNDICE 4), refletia à época de minha vivência no BCD a implementação apenas parcial da legislação aprovada em Maricá. A moeda Mumbuca pode ser entendida como um módulo da legislação municipal, o que também pode ser descrito como uma característica das infraestruturas, a saber, a de ser "estabelecida em incrementos modulares, não de uma vez ou globalmente" (STAR; RUHLEDER, 1996 apud BOWKER; STAR, 2007, p. 35, tradução nossa)[xxxvi]. Como adiantei, na época da vivência, o microcrédito era um dos módulos previstos na legislação municipal mas não implementado, apesar de poder configurar-se em uma ferramenta importante para potencializar o comércio local, deficiência relativamente apontada pelos beneficiários na pesquisa de 2015 (imagem no APÊNDICE 4). A questão do crédito aos produtores e comerciantes locais também foi levantada por Ricardo Araújo (2015) como uma necessidade colocada pela legislação e que dependia da prefeitura: estaria prevista somente para 2016, apesar de segundo ele "o banco já estar pronto". O tema, inclusive, ultrapassa o recorte dos bancos comunitários, sendo apontado como importante para todo o campo da economia solidária no Brasil[117].

O crédito foi assim uma das atividades previstas mas não implantadas pelo banco de Maricá em 2015, por sua dependência da prefeitura. Os avanços obtidos,

117 "Em especial, no caso do crédito e das finanças os dados são eloquentes ao demonstrar as dificuldades para obtenção do financiamento público pelos EESs [- empreendimentos de economia solidária], evidenciando a questão da falta de financiamento e de crédito. A falta de acesso ao crédito é a segunda maior dificuldade manifestada pelos EESs. […] Dos dados disponíveis, há ainda as informações sobre o financiamento, de um total dos quase 22.000 EESs, apenas 3.458 afirmaram que receberam crédito […]" (BRASIL, 2012, p. 15).

apesar de indissociáveis do esforço cotidiano da “família Mumbuca”, ocorreram em grande medida à revelia de sua participação enquanto propositores e decisores das ações relevantes para o banco – como no caso do Programa Renda Mínima Jovem Solidário ou na bolsa para gestantes[118]. Tal (falta de) autonomia em relação à Prefeitura constituiu-se à época em, e continuava a ser até o término desta pesquisa, um tema crítico para a controvérsia sobre o futuro do banco comunitário[119].

3.2 MOEDAS ELETRÔNICAS: LEGISLANDO SOBRE (E CONFORMANDO) UMA TENDÊNCIA *NATURAL*?

Cena 5

Em Brasília, 19 horas. Novembro de 2016. Termina o fórum técnico sobre “inovações tecnológicas e potenciais impactos na cidadania financeira”, um dos cinco encontros de especialistas que abriram o III Fórum de Cidadania Financeira, promovido pelo Banco Central do Brasil, em Brasília. Foram convidados técnicos do BACEN, representantes de start-ups *que misturam finanças e tecnologias (as* Fintechs*) e pesquisadores. Marusa Vasconcelos Freire, que coordenara os trabalhos daquele fórum técnico, expressa um ar de dever cumprido, talvez pelo fim de mais uma etapa daquilo que a Chefe Adjunta do Departamento de Educação Financeira do BACEN à época entendia como prática aprendida pelo órgão regulador brasileiro: a de trazer atores relevantes para perto do banco, a fim de conhecê-los melhor e poder regulamentar com mais embasamento. A valorização da comunidade de “especialistas” havia sido ressaltada já na abertura do fórum, por Elvira Cruvinel Ferreira, então Chefe do Departamento de Promoção da Cidadania Financeira do Banco Central, que enaltecia o papel dos presentes: "vocês podem fazer a diferença". Antes de seguir para o* coffe-end com *Joaquim Melo e João Bosco, representantes dos BCDs e do E-dinheiro no fórum, tento pegar os contatos de alguns dos presentes. Entre os mais de trinta participantes, alguns foram convidados a apresentar suas experiências, como João Bosco, da MoneyClip. Ele foi o porta-voz da Rede de BCDs para apresentar o E-dinheiro, não tomando muito mais do que os quatro minutos previstos: como ele próprio disse, seria breve pois "o*

118 Participei da proposição de uma das poucas ações decididas no âmbito do banco, um curso a distância em edição de vídeo para jovens, no final de 2015, onde trabalhadores da Petrobras prepararam o material e ministraram as aulas.

119 Ao final de 2015, integrantes do banco não escondiam a incerteza com a troca do contrato “indefinida para o próximo ano […] [assim como] a situação do banco. […] Aditivo, não sei…" (ARAÚJO, 2015). A situação era de angústia a cada reunião da prefeitura: “como será? Estamos dentro ou fora?” (PATRÍCIA, 2015). A prorrogação da permanência do Banco Palmas (preferência manifesta por Patrícia (2015), a troca por outra organização da sociedade civil, a criação de uma organização autônoma local (desejo antigo de Joaquim Melo) ou ainda de um banco municipal (mencionada por Araújo (2015) e pelos novos gestores da secretaria, todas eram possibilidades que circulavam nos corredores do banco em 2015 e mesmo em 2016.

Banco Central já nos conhece". Depois de Bosco, o representante do aplicativo Tá Pago, que "dispensa o uso das maquininhas" apresentou vantagens de sua proposta, como um menor custo nas transações para o pagamento de benefícios governamentais, por exemplo. Lembrou que em legislações como a uruguaia, o cidadão tem mais autonomia: pode escolher o sistema de pagamentos pelo qual receberá seu benefício, o que não é possível no Brasil, onde os beneficiários do Bolsa Família ficam presos "ao cartão da Caixa". Em uma das últimas apresentações, o representante do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro falou sobre as possibilidades revolucionárias da blockchain *– um sinal de que uma das tecnologias embutidas nas chamadas criptomoedas, como a Bitcoin, seriam atores importantes no fórum. Já saindo da sala, converso rapidamente com a própria Marusa Freire, que, como uma boa anfitriã, pergunta se cheguei bem, se estou aproveitando o evento. Após conseguir entrevistá-la a distância na semana anterior, Marusa me convidara para o fórum. Caminho um pouco mais e encontro com Marcos Sarres, sócio de Bosco na empresa criadora do E-dinheiro. Pergunto sobre a profusão das criptomoedas: Marcos fala que a MoneyClip começou a estudar o assunto, e estará dedicado ainda mais no próximo ano. Mais à frente está Eduardo Diniz, um dos pesquisadores brasileiros tidos como referência em temas como inclusão financeira e bancos comunitários. Aproveito para conversar um pouco sobre sua visão a respeito da construção da legislação de pagamentos eletrônicos. Dou-me conta de que saí do fórum técnico de "especialistas" com uma sensação diferente daquela que tive ao contemplar a lei 12865/2013, fria, pronta, acabada, baixada do site da Presidência da República. Ao contrário do que poderia fazer parecer para alguns um ambiente de certezas, de estabilidades, estava ali com uma sensação estimulante, de deparar-me com possibilidades abertas, verdades ainda não sedimentadas, objetos ainda sem nome, discussões em ebulição – como se estivesse em um laboratório. Já avisto os comes e bebes anunciados, num ambiente que já parece bem arrumado, pronto. Cheguei, reencontro Joaquim. Reparo nos alimentos, nas louças e nos talheres requintados. Tudo nos seus lugares, tudo impecável. Sinto como se tivesse saído de uma cozinha para uma sala de jantar. Por um instante, penso no contraste entre o Banco Central e o "Banco das Periferias". Reflito e hesito sobre a crença de que aquele ambiente aja favoravelmente a propostas de inclusão financeira das populações mais pobres do país.* [120]

Os cartões, atores de destaque em Maricá, foram coadjuvantes no fórum técnico sobre "inovações tecnológicas e potenciais *impactos* na cidadania financeira", um dos cinco grupos de trabalho que abriram as discussões do fórum promovido pelo Banco Central do Brasil, em Brasília. Lá, os dispositivos móveis

120 Cena inspirada nas atividades vivenciadas por mim durante o III Fórum de Cidadania Financeira do BACEN, em Brasília, e na entrevista com Marusa Freire (2016). Os 5 grupos dos fóruns técnicos terminaram as atividades pela manhã do primeiro dia. O *coffe-end* ocorreu no final do dia.

(como *smartphones* e *tablets*) eram os protagonistas. De certa maneira, mesmo em Maricá já era possível colher rastros do que alguns chamam de “tendência” relacionada aos pagamentos por dispositivos móveis (figura 13).

Figura 13 – Promessas de um Cartão Mumbuca (des)materializado em um aplicativo de celular



Fonte: revista de divulgação de atividades da Prefeitura de Maricá (2015).

Colocada em circulação publicamente desde ao menos agosto de 2015, data do folheto da prefeitura que anunciava o E-dinheiro, a proposta de passar do cartão ao aplicativo seria uma decisão já tomada pela prefeitura, mas que dependeria de “criar as condições de implementar” (BRAGA, 2015). Ricardo Araújo (2015), então gerente do BCD afirmava que somente dependiam de “uma definição do poder público”, incluindo a prefeitura e os vereadores, pois seria preciso “mudar a lei”. Já no final de 2015, Joaquim Melo continuava otimista sobre a mudança em Maricá, acreditando que não caberia à prefeitura e à lei determinar o meio eletrônico (cartão, celular etc.) – o que de fato não ocorre –, mas reconhecendo que poderia haver

necessidade de uma licitação específica sobre o meio de pagamento do benefício da Bolsa Mumbuca.

A mudança de *materialidade* do meio de pagamento, que ocorreria somente em 2018, traria um novo ator para a rede dos BCDs, os celulares. Apesar do E-dinheiro operar tanto em celulares antigos quanto em *smartphones,* na pré-história da mudança cogitou-se que a prefeitura doaria *smartphones* à população, segundo a proposta que circulava no BCD em 2015. Em 03 de setembro daquele ano, durante o período de vivência no banco, dialoguei sobre algumas preocupações a esse respeito, com Natália Sciammarella,

> como a possibilidade de a prefeitura arcar com custos de compra e manutenção dos aparelhos, fora a questão de formação das pessoas no uso dos *smartphones*. (FARIA, 2015)

A proposta então construída no banco de Maricá e enviada por mim para o Banco Palmas envolvia uma nova opção no aplicativo, de forma que apenas o comerciante necessitasse possuir o aparelho, e não os beneficiários. Deixarei para detalhar na parte II as funcionalidades do E-dinheiro (aplicativo desenvolvido pela MoneyClip e que começou a ser testado pelo Banco Palmas em março de 2015), contudo cabe aqui destacar que a facilidade no uso do cartão Mumbuca - “a cultura do cartão” - não se verificava na ocasião em um cenário hipotético de uso do aplicativo com *smartphones.* Perguntados sobre a possibilidade de a bolsa Mumbuca ser paga através do uso de celulares, colhi expressões de beneficiários como “Ah, não…”, “Ih, muito complicado.”, “Eu nem gosto de celular. (…) Deixa como tá” (NADIR, 2015). Ainda que considerando uma recepção mais positiva da proposta pelos bolsistas jovens, ficava claro que as promessas de um sistema de pagamento móvel (*mobile payment*) necessitariam ser situadas, localizadas.

A questão dos meios de pagamento digitais tornou-se central na medida em que a Rede de BCDs começou a apostar no novo arcabouço legal sobre pagamentos eletrônicos e no aplicativo E-dinheiro como indissociáveis do seu futuro: “acho que os bancos comunitários ou migram pra moeda eletrônica ou vão ter

problema" (JOAQUIM, 2016c). Se em Maricá, além dos *royalties* do petróleo, a legislação municipal já fortalecia a rede de sua moeda local, a Rede de BCDs contava por um lado com as notas técnicas do BACEN sobre as moedas sociais (que não permitem que os bancos comunitários se remunerem com a administração das moedas sociais em papel) e por outro com a recente legislação de pagamentos eletrônicos (lei 12865/2013), que permitia que instituições não financeiras administrassem sistemas de pagamentos eletrônicos, e fossem remuneradas por isso. A legislação foi um ator fundamental para que o quadro brasileiro do futuro das moedas sociais começasse a ganhar traços digitais, associada ainda: à "saída da Marusa [Freire]" (JOAQUIM, 2016c), que deixara a procuradoria do BACEN e com quem a Rede de BCDs não mais pôde contar para rebater eventuais questionamentos à legalidade de suas moedas sociais; e às dificuldades decorrentes de uma nova composição do Governo Federal (onde os recursos de apoio para a economia solidária tornaram-se ainda mais escassos)[121].

Apesar de não ter sido concebida para atender aos bancos comunitários (FREIRE, 2015), a legislação teve *efeitos* fundamentais para a Rede de BCDs, não apenas na visão de Joaquim, mas também para outros construtores do Banco Palmas, como Asier Ansorena (2015a). Aparentemente fruto de pressão das operadoras em telecomunicações, e das recomendações de um grupo de trabalho que incluiu participantes da ANATEL e do BACEN, a lei, entre outros pontos, "dispõe sobre os arranjos de pagamento e as instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB)", e designa atribuições específicas para o BACEN[122]. O órgão delibera sobre a cobrança de tarifas e de outras formas de remuneração por uma "instituição de pagamento", que tem como algumas de suas

121 Marusa Freire ingressou no Departamento de Educação Financeira, aposentando-se em 2017.

122 "A presidenta Dilma Rousseff sancionou a Lei 12.865/2013 que entre outras medidas regulamenta o pagamento eletrônico, *seja pelo celular ou pela Internet*. A medida já estava prevista na Medida Provisória (MP) 615/2013. […] O Banco Central do Brasil, o Conselho Monetário Nacional, o Ministério das Comunicações e a Anatel estimularão, no âmbito de suas competências, a inclusão financeira por meio da participação do setor de telecomunicações na oferta de serviços de pagamento [...]" (PAGAMENTO..., 2018, grifo nosso). Mais em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/53825-celular-pode-substituir-cartao-de-banco.shtml>. Acesso em 23 de jul. de 2015.

atividades a conversão de moeda física em eletrônica (ARRANJOS, 2014). *Se os BCDs, com suas moedas sociais impressas, não podiam legalmente cobrar nenhuma taxa sobre a circulação das moedas, ao constituir o ator "moeda eletrônica", o novo enquadramento legal permite um horizonte financeiramente mais promissor aos bancos comunitários.* Assim, a entrada das TICs (imbricadas à nova legislação) produz diferenças nessa rede, como o rendimento legal e uma promessa de maiores autonomias (por exemplo, em relação aos contratos com a Caixa Econômica) e sustentabilidades financeiras dos bancos comunitários.

A legislação "termina com o monopólio dos bancos no Brasil", para Bosco (2016a). Nas palavras de Freire (2015), mais cautelosa, abriu espaço para "casos de arranjos de pagamentos que sejam feitos direto no celular sem o uso de bancos e de instituições financeiras", *traduzindo-se* como uma forma do Brasil fomentar "mais concorrência se você pensar em gigantes mesmo tipo o Google, […] Samsung, esse povo todo entrando no mercado de arranjos de pagamento". Como informa o site do BACEN,

> [a] lei possibilita a *participação do setor de telecomunicações* na oferta de serviços de pagamento e, com isso, será possível ao cidadão, principalmente aquele que ainda não tem contra em banco, participar de arranjos de pagamento que utilizem terminais de acesso aos serviços de telecomunicações […]. Decorre daí o *incentivo à competição*, com maior oferta de serviços de pagamento, além de serem criadas condições para facilitar o processo de inclusão financeira, isto é, um cidadão sem conta corrente e sem acesso aos serviços de pagamento tradicionais, ofertados pelos bancos, pode fazer pagamentos e transferências por intermédio de outras empresas. (FAQ…, 2018, grifo nosso)

Para constituir esse novo mercado – incluindo "o incentivo à competição" –, em que não somente os bancos tradicionais participam, o BACEN utilizou-se da mesma fundamentação jurídica adotada no caso das moedas sociais.

> A fundamentação jurídica é aquela em que se você é uma pessoa privada, particular, você pode fazer tudo que não está proibido em lei. […]. Então […] [além dessa] questão das moedas sociais, você tem também uma série de arranjos que estão se estabelecendo no país de meios de pagamento com cartões, que estavam sendo também examinados aqui pelo Banco Central. Então, essa fundamentação jurídica é quase a mesma né?! […] Não caracterizando a atividade privativa de instituição financeira, como o crédito,

> que precisa ser autorizado, [...] então a fundamentação é comum. (FREIRE, 2016)

As moedas sociais, caso *materializem-se* como eletrônicas, com a nova legislação foram *traduzidas* como “arranjos de pagamento” sob a jurisdição da nova lei. Adicionalmente, dados os volumes atuais de circulação, passaram a caracterizar-se como “arranjos de pagamento e não integrantes do sistema” (FREIRE, 2015), já que ficam abaixo dos limites estabelecido pela legislação,

> com o objetivo de *garantir a inovação*, a diversificação, o *funcionamento seguro e eficiente do mercado* e, tendo em conta o potencial risco ao normal funcionamento das transações de pagamentos de varejo, a partir de 5 de maio de 2014 estarão sujeitos a regulação apenas os arranjos que apresentarem números superiores a: R$500 milhões de valores total das transações, acumulado nos últimos doze meses; 25 milhões de transações, acumuladas nos últimos doze meses; R$50 milhões em recursos depositados em conta de pagamento em pelo menos trinta dias, nos últimos doze meses; ou 2,5 milhões de usuários finais ativos em pelo menos trinta dias, nos últimos doze meses. (FAQ…, 2018, grifo nosso)

Marusa Freire defendia em sua tese que, aos olhos do Estado, “as moedas sociais não se diferenciam substancialmente da moeda eletrônica”, já que, “longe de representar moeda propriamente dita (dinheiro), as moedas sociais circulantes locais são, na verdade, instrumentos alternativos de pagamento” (FREIRE, 2011, p. 301). Contudo, *a partir de 2013 a legislação de pagamentos eletrônicos revela-se uma aliada dos bancos comunitários brasileiros – por possibilitar um novo sustento financeiro para tais instituições, desde que passem a ser digitais –, agora candidatos a “instituições de pagamento” cujos volumes financeiros operados deixa-os relativamente livres da fiscalização do BACEN.* Na prática, verifica-se que o Estado brasileiro termina por privilegiar as moedas eletrônicas, ao conceber uma legislação que constrói um mercado mais vantajoso para arranjos que incluam as TICS. Entre as motivações para tal, podemos relembrar por um lado dos rastros das pressões dos "gigantes de telecom", e por outro das promessas de maior controle – como as enunciadas por Miguel Moraes em Maricá ou no debate do BNDES (cena 2), ou ainda pela própria Marusa Freire em sua tese:

> [c]om o uso de *tecnologia de informação e comunicação* existe a possibilidade concreta de se estruturar *programas de moedas sociais*

> *circulantes locais para ser controladas automaticamente pelo sistema*. […] Esses sistemas, […] além de funcionarem como meio de troca para a realização de transações na economia real, *podem produzir um efeito anticíclico*, tanto *em relação à política monetária como em relação ao nível de emprego.* (FREIRE, 2011, p. 334, grifo *nosso)*

Tal possibilidade de controle, contudo, tentadora para os olhares dos gestores e reguladores do Estado, apresenta um diálogo difícil com as autonomias presentes no discurso e nas práticas dos BCDs, como exemplificarei na próxima seção.

3.2.1 As promessas e os limites das TICs

Eduardo Diniz, pesquisador presente no fórum do BACEN (ver cena 5) e cujo grupo de pesquisa construiu um diálogo importante com a Rede de BCDs (ASIER, 2015b), conduz estudos sobre a presença das TICs em projetos dos bancos comunitários brasileiros desde o primeiro projeto piloto, em 2012. Naquele projeto, desenvolvido no Conjunto Palmeiras, além do próprio Banco Palmas, participavam a Caixa Econômica Federal (onde o usuário deveria ter uma conta), a Mastercard e a Vivo (responsável por fornecer o *chip* para os moradores). O resultado do piloto, anterior à legislação dos pagamentos eletrônicos, foi "muito ruim, muito... Não foi pouco não, foi muito ruim!", para Jaqueline Dutra (2015), do Banco Palmas. As más lembranças deveram-se tanto à burocracia "gigantesca", ao atendimento dos parceiros ("você ficava quarenta minutos no telefone até conseguir falar com um atendente no 0800 da caixa") quanto, em suas palavras, ao fato do BCD não "fazer parte do processo" (JAQUELINE, 2015). A falta de autonomia do Banco Palmas, embutida na fala de Jaqueline, somava-se ao que Diniz, Cernev e Albuquerque (2013) apontavam como sendo uma certa falta de alinhamento entre o que o projeto significava para os diferentes parceiros: para a CEF, um canal por dispositivos móveis com os pobres já clientes; para o Banco Palmas, uma oportunidade para atrair excluídos do sistema bancário; para a Vivo, uma forma de aumentar seu *market share* para serviços móveis na região; e, para a Mastercard, apenas uma experiência sobre algo que se concretizaria somente dali a dez ou quinze anos (DINIZ; CERNET; ALBUQUERQUE, 2013, p. 12, tradução nossa)[xxxvii].

Ao ouvir a opinião do BACEN e do Ministério do Desenvolvimento Social

(MDS), interessados no piloto (DINIZ; CERNET; ALBUQUERQUE, 2013), apareceram outras questões, para além do não *alinhamento dos interesses* dos parceiros do projeto, relacionadas aos limites daquela tentativa de digitalização da moeda Palmas. Segundo os autores (2013, p. 15, tradução nossa), o BACEN, cujo interesse relacionava-se ao então envolvimento na produção da legislação de pagamentos eletrônicos, acreditava que "plataformas fechadas, como no caso do projeto-piloto, não iriam sobreviver e não deveriam ser encorajadas"[xxxviii]; já o MDS, interessado em "uma solução móvel para o pagamento de benefícios", entendeu que aquela plataforma "não era interoperável"[xxxix] [123].

A contribuição de Eduardo Diniz e da Fundação Getúlio Vargas (FGV/SP) encontram reconhecimento no Banco Palmas, no que se refere ao envolvimento no tema da lei de pagamentos eletrônicos: "na verdade quem trouxe essa discussão foi a FGV (…). A gente tem uma parceria muito forte com eles lá, com Eduardo Diniz e tal." (JAQUELINE, 2015). O grupo de pesquisa, um daqueles que torna as experiências dos BCDs visíveis em circuitos acadêmicos, também realizou estudos sobre a moeda Mumbuca, ainda no início de sua circulação. Lá, o diagnóstico foi diferente daquele do *insucesso* do projeto de digitalização de Fortaleza, que teria entre seus elementos importantes a falta de alinhamento entre os parceiros, o caráter proprietário das soluções, bem como os poucos processos de divulgação e educação sobre o pagamento por dispositivos móveis. Diniz et al. (2014) situam a Mumbuca numa terceira fase da experiência dos BCDs: após um período inicial de experiências construídas de baixo pra cima (*bottom-up*), e de um segundo momento de institucionalização (*top-down*), a moeda de Maricá é enquadrada em um período de empreendimentos tecnológicos (*tech venture period*). Aqui, os pesquisadores alertam que na cidade fluminense

> a infraestrutura de TIC está moldando a maneira pela qual a moeda social é cunhada (*issued*), e ao fazê-lo, cria uma nova situação: ao contrário do processo tradicional – BCD cria uma moeda social –, agora é a moeda que induz a criação do BCD. […] A moeda social digital implementada em parceria com a prefeitura e o novo BCD, Banco Mumbuca, muda

123 Finalmente, os pesquisadores apontam ainda que no piloto não foram encontrados indícios de campanhas de divulgação e educação direcionadas aos usuários para a efetiva utilização dos telefones para fazer pagamentos.

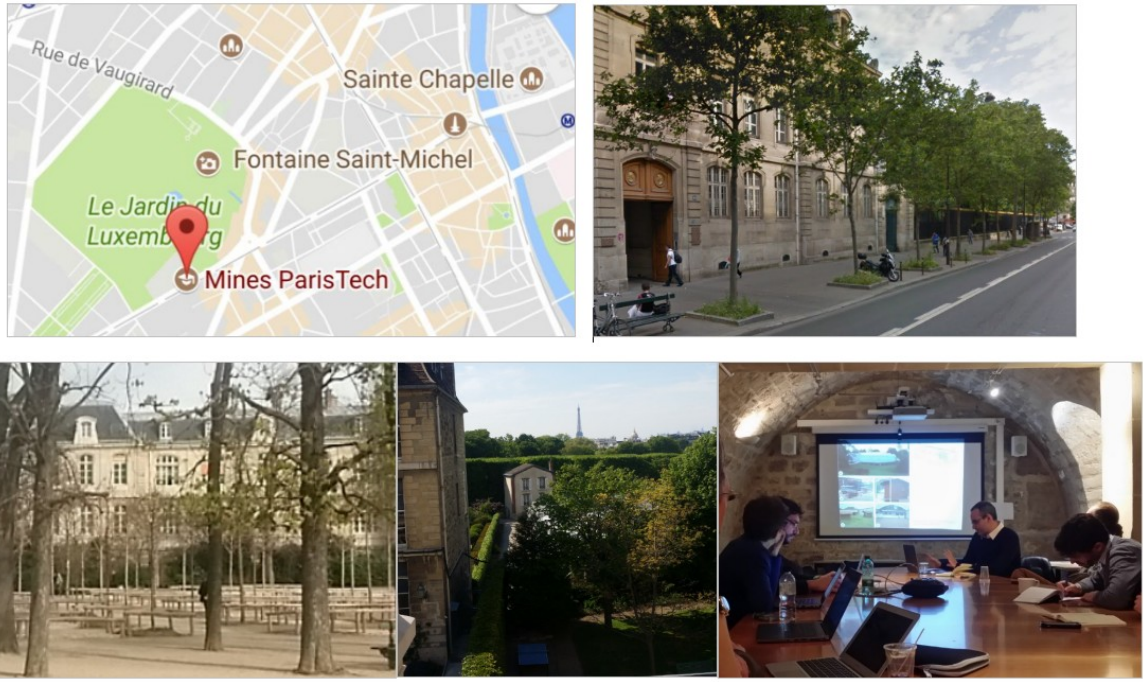
> fundamentalmente os conceitos centrais do que um banco comunitário de desenvolvimento significa dentro da economia solidária [a]o adotar uma abordagem top-down que primeiro cria o meio (a moeda social digital) para depois desenvolver o senso de comunidade em seus usuários. […] O papel de uma moeda social digital ainda necessita de mais pesquisa, pois neste novo BCD criado em Maricá a *tecnologia parece estar determinando os valores centrais do banco comunitário, e não o oposto, como o esperado*. (DINIZ et al., 2014, p. 19-23, grifo nosso)

Os autores levantam questões fundamentais para narrarmos e pensarmos as digitalizações das moedas sociais. O que vimos na seção passada corrobora suas observações de que a moeda em Maricá nasce antes do banco comunitário, não sendo resultante de mobilizações e de um envolvimento mais direto da população de Maricá. Minha permanência no BCD local também apontou para os riscos de um banco que nasce de cima pra baixo (assim como a própria noção de economia solidária em Maricá, como admitido pela prefeitura) e que abarca um território extenso. Por um lado, os rastros dos riscos às almejadas autonomias do BCD – verbalizada por alguns de seus integrantes e pelo próprio Joaquim Melo – aparecem perpassados em grande medida pela ideia de controle, talvez indissociável de um olhar estatal; por outro, as proximidades exalada pelas práticas originárias do Conjunto Palmeiras são desafiadas pela escala imposta pelo contingente populacional de uma cidade de médio porte. Contudo, não me parece que a infraestrutura de TIC seja responsável, de forma unidirecional, pela indução da criação do BCD pela moeda digital, na medida em que a ideia de criação da moeda foi anterior à própria definição de sua materialidade digital, como apontaram os relatos colhidos. Estaria a tecnologia de fato determinando os contornos do processo em Maricá? Para contribuir neste debate, julgo importante problematizar a unidirecionalidade de consequências no acompanhamento do processo de Maricá, e as noções, de uma parte, de um determinismo social, e de outra, de determinismo tecnológico naquele caso. Para isso, parece o momento de retomar alguns dos conceitos que venho sutilmente *destacando* (*em itálico e sublinhado*) até aqui (propositalmente sem parar a narrativa) para agora explicá-los mais detidamente. Eles estão relacionados ao campo dos Estudos de Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) e com a Teoria Ator-Rede, de que falei em nossa introdução e que me parecem úteis na presente discussão.

Bruno Latour tem em seu “Ciência em ação – como seguir cientistas e engenheiros mundo afora” (c1998) uma das obras mais didáticas do que se convencionou chamar de Teoria Ator-Rede (TAR, ou Sociologia da Tradução), abordagem situada no campo dos Estudos CTS e que serve de referência para esta pesquisa. Na obra, Latour procura mostrar como cientistas e engenheiros utilizam-se de diferentes estratégias para, partindo de *proposições* (ainda em seu início *frágeis*, quase *ficções*), construírem fatos ou *artefatos* robustos, concretos, *respeitáveis*, *caixas-pretas*. Processos de *tradução* fazem parte do arsenal de ferramentas com as quais os construtores de *(arte)fatos* buscam interessar diferentes *atores* e suas distintas cosmologias, processo esse que não se dá sem em geral modificar, deslocar, *trair* em alguma medida a proposição original, como bem mostra Michel Callon em seu seminal “*Some elements of a sociology of translation*”, de 1986. Na presente pesquisa, é bem verdade que não tratamos a princípio com cientistas e engenheiros, como o faz Latour (c1998), ou ao menos com o imaginário comum sobre cientistas e engenheiros; busco *traduzir* o próprio ferramental da TAR para necessidades e realidades de cenários brasileiros, mais tropicais e periféricos.

A abordagem propagada por Callon, Latour e outros, bastante relevante em círculos por exemplo sobre histórias e práticas tecnocientíficas, foi concebida em grande medida nos debates travados na área central de Paris, cercada pela Boulevard Saint Michel e pelos Jardins de Luxemburgo, no *Centre de Sociologie de l’Innovation*, nos subsolos da *École des Mines*, praticamente às margens do Rio Sena, por onde circulavam na década de 1980 pesquisadores como Madeleine Akrich, Antoine Hennion, John Law, Susan Leigh Star e Geoffrey Bowker (MUNIESA, 2015) (figura 14).

Figura 14 – École des Mines (Mines ParisTech), um dos berços da Teoria Ator-Rede



Situada na região central de Paris entre os Jardins de Luxemburgo e a Boulevard Saint-Michel, próxima ao Rio Sena. Acima, mapa e foto da fachada. Abaixo, a *école* vista no inverno dos jardins (esquerda), e a visão reversa, já na primavera (centro); à direita, um dos seminários semanais promovidos pelo CSI na salle Saint-Jacques, no sub-solo da *école*. Fonte: fotos do autor (2017).

De lá, Latour identificou *as alianças* como um dos "círculos cujo conjunto define o estágio das operações de *traduções* e de convicções próprios de uma comunidade científica" (LATOUR, 1989b, p. 506, tradução nossa)[xl]. Aqui, lidamos com outros construtores de *fatos* e *artefatos*, que se não compartilham do clima temperado ou do biotipo daqueles cientistas e engenheiros europeus, deparam-se com problemas que guardam semelhanças, como os desafios de transformar proposições em *fatos*. Mais precisamente em nosso caso, tornar proposições de uma periferia brasileira em fatos considerados respeitáveis por nosso Banco Central, ou em *interessar aliados* que não compartilham de seu mundo cotidiano, como o BNDES. *Traduções* que trabalhamos ao longo da parte I (das moedas sociais como moedas complementares, ou enquanto inclusão social, bancária e financeira) que também serviram, como procurei demonstrar, para posicionar a metodologia do Banco Palmas como *ponto de passagem obrigatória*, em determinados círculos, para temas como o desenvolvimento territorial.

Adotando tal olhar, se narramos algum problema com um *(arte)fato*, como

quando o artefato *falha* ou entra em *pane*, abordamos a questão como se observássemos um vídeo projetado de trás para frente: voltam as *incertezas*, abrem-se *controvérsias*, como aquela por que passamos do início da década de 1970, sobre o lastro dos Dólares estadunidenses em relação ao ouro (seção 2.2). Deve-se então atentar para os novos processos de *estabilização* que se colocam, naquele caso *materializados* pela decisão dos EUA em abolir o lastro Dólar-ouro, "provisoriamente". Nessa abordagem, em vez de partirmos de um mundo pronto, constituído de elementos estáveis (muitas vezes *categorizados* em *naturais* ou *artificiais*, em *humanos* ou *não-humanos*, em *técnicos* ou *sociais*, *disciplinados* e estudados por *disciplinas* também estanques), deparamo-nos com um mundo em *fluxo*, onde a regra são as *categorias* abertas e entidades não *estabilizadas*, *elementos heterogêneos* ou *coletivos híbridos*, que misturam o que nos acostumamos a chamar de *Natureza*, *Sociedade*, e *Tecnociência*. Como que observando um *laboratório*, onde uma cientista lida em seus *experimentos* com *objetos novos*, ainda não nomeados, e que passarão por diferentes *provas de resistência* até que ganhem um nome, uma história, e uma estabilidade provisória, seguimos os construtores que trouxeram o Bocade à *existência* (seção 2.1), e acompanhamos como a comunidade do Conjunto Palmeiras gerou um *objeto novo* chamado moeda Palmas, a partir do entendimento local de elementos como pobreza e consumo (seção 2.3).

Nesse processo, torna-se cada vez mais prudente adotar uma narrativa colada às materialidades que apresentaram-se durante a pesquisa, *sem saltos* explicativos distantes de tais materialidades e sem segmentar a narrativa em categorias, fatos e artefatos em, por exemplo, técnicos ou sociais. A perspectiva é de percorrer uma *rede* de *entidades* de diferentes tipos, heterogêneas, como um *tecido sem costuras* constituído por *atores* que podem ser eles mesmos vistos como redes – daí, o termo *ator-rede*. A utilidade dessa abordagem mostra-se por exemplo quando verificamos que uma infraestrutura *a priori* tecnológica pode influenciar as relações ditas sociais entre as pessoas que as administram ou que as utilizam (dito de forma direta, *o técnico influi no social*); ou quando os Estudos CTS também nos mostram que *artefatos têm política* (WINNER, 1986), no sentido de incorporarem

visões de mundo de seus construtores (*o social influi no técnico*); ou ainda ao nos darmos conta de que as materialidades dos artefatos fazem diferença, na medida em que estes não se traduzem apenas e exatamente naqueles valores e visões de mundo ali incorporados (*as materialidades surpreendem*). Essa *agência* dos "artefatos técnicos" ou dos "não-humanos" relaciona-se com as noções da sociologia da tradução (terminologia mais utilizada por Callon (1986), chamada ainda de sociologia das associações por Latour (2005)) de adotar uma *simetria* nas descrições – conferindo *a priori* a mesma atenção para *atores* categorizados como humanos ou não-humanos, técnicos ou sociais, objetivos ou subjetivos –, e de apontar que todos os *atores* de uma *rede* podem realizar *traduções* e *traições*, ou seja, podem realizar pequenos deslocamentos na proposta original.

As ideias e o vocabulário (re)visitados nos últimos parágrafos nos obrigam a repensar as noções de determinismo social e de determinismo tecnológico. Dialogando com a possibilidade de que os valores do BCD *determinassem* as tecnologias utilizadas, apontada como uma situação esperada por Diniz et al. (2014), vale resgatar exemplos de que as materialidades podem surpreender mesmo em ambientes em princípio democráticos e horizontais. Como discutido em outra oportunidade, o caso da construção do Portal Comunitário da Cidade de Deus (CDD), no Rio de Janeiro, oferece um exemplo onde as organizações comunitárias locais e dos núcleos extensionistas da UFRJ depararam-se com um *software* (no qual se baseou o Portal da CDD) cuja forma de "administração conformaria uma gestão hierárquica do Portal" (FARIA, 2010, p. 32): nem as intenções das organizações envolvidas na CDD nem a comunidade do *software* livre que desenvolveu o programa (ambas supostamente perpassadas por uma "lógica cooperativa" (ALVEAR, 2008 apud FARIA, 2010, p. 32) determinaram que seus códigos permitissem uma almejada responsabilidade compartilhada na CDD, por exemplo, para apagar conteúdos inapropriados do Portal.

Se afastamo-nos do determinismo social, por outro lado a abordagem aqui adotada não se alinha a uma determinação tecnológica. Como exemplo, neste capítulo já examinamos que em Maricá a moeda local ficou restrita a "um giro", convertendo-se em Reais, já no momento da transação comercial. Uma hipótese

que levantei era a de que a tecnologia teria restringido tal circulação maior da moeda, prevista na metodologia dos BCDs Palmas justo para produzir outros efeitos e escalas de consumo local. Contudo, no caso específico de Maricá, vale relembrar que um dos determinantes foi o temor da prefeitura em relação a possíveis confusões na distinção entre beneficiários e meros detentores do cartão, como revelou Joaquim Melo (2016c). Naquele momento, a questão tecnológica não chegou a ser abordada[124].

Para pensar e descrever o que ocorre no campo, como um caminho alternativo às categorias do determinismo social ou técnico, esta pesquisa busca descrever os coletivos híbridos que agem, e quais as questões suscitadas em cada caso, com relação aos princípios observados historicamente na Rede dos BCDs. Sem opor tecnologia e sociedade, mas ao contrário, partido da ideia de mútua construção entre ambas, identifico que a rede da Mumbuca é constituída por elementos e relações heterogêneas, como um banco que nasce e se mantém dependente de uma prefeitura, cujos integrantes são funcionários do Instituto Palmas, e cuja moeda circula por meio de cartões e máquinas produzidos por uma empresa externa e fora dos circuitos da economia solidária. Tal *rede* (ou *coletivo*) embute valores que causam tensões quando encontram as almejadas autonomias e proximidades – alguns dos valores centrais dos BCDs, se adotarmos a terminologia de Diniz et al. (2014) –, tais como o controle e a escala. *Modificações na rede Mumbuca, tanto em seu sociograma (como a constituição de uma organização local responsável e a possibilidade do microcrédito, realidades em 2018) ou em seu tecnograma (como a adoção do E-dinheiro, que, como veremos no próximo capítulo, hoje é uma plataforma mais próxima à Rede de BCDs e que já conta com um cartão (JOAQUIM, 2016c)) poderiam acarretar saídas que apontassem para um incremento tanto da autonomia do banco (em relação à prefeitura, ao Palmas e à Vale Shop) quanto da proximidade entre comunidade e banco*.

Aqui, vale ainda acrescentar que autonomias e proximidades, a que podemos nomear como alguns dos valores ou princípios dos BCDs, são narrados em nossa

124 Uma configuração modificada com a entrada do E-dinheiro naquela rede em 2018, embutindo mais facilidades para uma circulação mais aberta e dificuldades para restrições de circulação.

abordagem não como essências que pairam sobre os BCDs, mas enquanto entidades que circulam e tornam-se visíveis nas conexões com cada rede local de cada BCD. Nesse sentido, se fica difícil com esse olhar falar nas *essências* da autonomia e da proximidade**,** procuro verificar como tais categorias e*stabilizam-se* de maneira situada – ainda que provisoriamente –, e como têm *efeitos*, *agem*, fazem diferença para a *rede* / o *coletivo heterogêneo* que estudamos. Na abordagem adotada nesta investigação, em vez de iniciar com categorias prontas (sejam elas a autonomia, a proximidade, o trabalho, a classe, o gênero, a raça etc.), que serviriam de pontos de partida em outros referenciais para a partir delas explicar o mundo – com os riscos de um *salto* para uma visão *panorâmica*, e de ignorarmos suas *historicidades***,** *materialidades* e *relações* que as constituem de forma situada –, a pesquisa busca narrar como elas estabilizam-se *caso a caso*. Nesta primeira parte da tese, por exemplo, procurei *desnaturalizar* a noção de que as Palmas seriam "apenas moedas", resgatando sua *historicidade* indissociável de *instrumentos* como o PalmaCard e jogando luz sobre a noção de *labordireitórios* e sobre as *controvérsias jurídicas* que produziram as moedas sociais enquanto "bônus" (no caso brasileiro) ou "títulos" (como no caso dos Bocades argentinos). Antes de passar à descrição da chegada do E-dinheiro em algumas arenas, no próximo capítulo, considero importante refletir sobre as categorias do *local* e do *global*, que comumente circulam no mundo das moedas sociais, tendo o vocabulário da TAR como aliado.

3.2.2 O global como um efeito de um local (extremamente conectado) no poder

Figura 15 – Conexões entre o “local” e o “global”



Acima, cartilha do Governo Federal sobre a economia solidária. Abaixo, o então secretário-executivo da SENAES/MTE Paul Singer acompanha as primeiras compras com a Mumbuca, e o senador Eduardo Suplicy comemora em Maricá o primeiro ano da moeda eletrônica. Fontes: foto com Singer (ÍCONE…, 2014) e foto com Suplicy (MARICÁ…, 2014).

A presença do senador Eduardo Suplicy, defensor da proposição da renda mínima universal, e do secretário-executivo da SENAES Paul Singer em eventos relacionados ao Programa Bolsa Mumbuca (figura 15) reforçaram sua conexão com visões de mundo e propostas de sociedade que passavam pelo movimento da economia solidária e pela chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder no Brasil, com a eleição de Luis Inácio Lula da Silva em 2003[125]. Apesar da constituição

125 Hoje debatida em diferentes matizes ideológicas pelo mundo, no Brasil a proposta da renda mínima universal ganhou *status* de lei em 2004, contudo nunca regulamentada: “a Lei 10.835, proposta por Suplicy e aprovada pelo Congresso, foi sancionada, instituindo a renda básica de cidadania. De acordo com a lei, todos os brasileiros e estrangeiros residentes há pelo menos cinco anos no país devem receber um benefício monetário suficiente para atender às despesas mínimas com alimentação, educação e saúde.” Disponível em

do movimento – e da categoria – da economia solidária passar por fóruns mais amplos, como o Fórum Social Mundial (desde sua edição de 2001 (FARIA, 2010, p. 59), indiscutivelmente foi nos governos do PT que algumas de suas práticas ganharam espaço e relativa institucionalização. No âmbito do governo federal, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES, criada em 2003), sob a direção de Singer até 2016, e o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES, de 2006) foram atores fundamentais na criação de um ambiente relativamente favorável para conectar e visibilizar práticas de economia solidária. O documento que registra os "Avanços e desafios para as políticas públicas de economia solidária no governo federal 2003/2010", resume:

> [t]odo este apoio permitiu que durante o período de existência da SENAES fossem criados 63 bancos comunitários em todo o Brasil. Desta forma, com exceção do Banco Palmas, pioneiro desta metodologia (criado em 1998), todos os demais foram criados após 2004. Embora a maioria dos bancos comunitários ainda se concentre no estado do Ceará (35), já existe uma distribuição regional destas experiências: Amazonas (1), Bahia (4), Espírito Santo (4), Maranhão (1), Mato do Grosso do Sul (1), Pará (2), Piauí (3), Paraíba (1), Rio de Janeiro (4), Rio Grande do Sul (1) e São Paulo (5). […] O valor total empenhado para o fomento aos bancos comunitários até o momento foi de R$ 8.799.318 (oito milhões, setecentos e noventa e nova mil e trezentos e dezoito reais). (BRASIL, 2012, p.189)

No relatório também encontram-se rastros da consolidação das noções de proximidade e autonomia, debatidas no presente capítulo, conectando tais princípios e práticas "locais", e construindo um efeito relativamente "global". A I Conferência Temática de Finanças Solidárias formalizou que

> as práticas de finanças solidárias distinguem-se de outras formas de organização econômica pelo caráter *autogerido* de suas iniciativas. Isto porque é a comunidade que se responsabiliza *autonomamente* pela gestão de tais práticas; […] as práticas de finanças solidárias distinguem-se de outras formas de organização econômica, pois funcionam segundo uma

---

<https://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/trabalho-escravo/combate-ao-trabalho-escravo/suplicy-cobra-aplicacao-da-lei-que-instituiu-renda-minima.aspx>. Mais em <https://epocanegocios.globo.com/Revista/noticia/2017/07/bilionarios-do-setor-de-tecnologia-embarcam-no-movimento-da-renda-basica-universal.html> e <https://epocanegocios.globo.com/Economia/noticia/2018/08/renda-basica-universal-custaria-menos-do-que-se-imagina-segundo-especialista.html>. Acesso em 10 de set. de 2018.

> lógica de *finanças de proximidade*. Nesta, as relações humanas, o contato pessoal e a mediação social (baseada em valores como confiança, lealdade e solidariedade) são estruturantes das relações de troca. (BRASIL, 2012, p.180, grifo nosso) [126]

Além da relativa abertura com o tema e de sua institucionalização em esferas governamentais, é possível coletar indícios também da circulação da proposta das moedas sociais entre aliados político-partidários. O Prefeito de Maricá teria proposto aos de Niterói, Rodrigo Neves (à época, também do PT), e do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (do PMDB, então aliado do PT), a expansão da experiência maricaense para os dois municípios (VOU…, 2015). O caso de Niterói será tradado no Capítulo 5, onde abordarei a chegada do E-dinheiro no Banco do Preventório. No caso carioca, a Secretaria de Desenvolvimento Social e Economia Solidária (SEDES), então ocupada pelo petista Fabiano Horta, chamou Joaquim Melo para conversas visando implantar a Rede Carioca de Bancos Comunitários, por meio de dois editais municipais que previam novos bancos e o pagamento de bolsas em moedas eletrônicas para jovens em comunidades de baixa renda, segundo Ana Asti (2015). Asti, que assumiu a Diretoria de Economia Solidária da SEDES em 2013, quando entrevistada durante o processo de construção do edital, explicou o desafio que era explicar para a procuradoria da prefeitura a implementação de bancos comunitários (que "já é uma coisa esquisita") com moedas eletrônicas (ASTI, 2015). Já havia um histórico de apoio da SEDES às finanças solidárias, no projeto Rio Ecosol 1, em que fora criado o Banco Comunitário da Cidade de Deus, com um investimento "muito pequenininho", de R$120.000 (ASTI, 2015)[127]. Lá, "o gargalo"

126 "Convocada pelo Comitê Temático de Finanças Solidárias e Crédito, órgão ligado, ao CNES, com o apoio do BNB, e do Instituto Palmas realizou-se nos dias 03, 04 e 05. 05 de 2010, na cidade de Fortaleza/CE, a I Conferência Temática de Finanças Solidárias, como forma de garantir o aprofundamento do debate sobre o tema e os objetivos propostos pela II Conferência Nacional de Economia Solidária (II CONAES), que se realizou nos dias 16 a 18 de junho de 2010, em Brasília/DF, com o tema 'Pelo Direito de Produzir e Viver em Cooperação de Maneira Sustentável'" (BRASIL, 2012, p. 180).

127 Como aponta reportagem no site da Prefeitura do Rio de Janeiro, o Projeto Rio Ecosol teve início em 2010, "[…] em sete comunidades. Em sua primeira fase o projeto ocorreu nos Complexos do Alemão e de Manguinhos, Comunidade Santa Marta e Conjunto Habitacional Cidade de Deus, e nesta segunda fase está [em 2015] acontecendo no Complexo da Maré, Morro da Coroa e Antares/Palmares, na zona oeste da cidade." Mais em

deu-se quando a prefeitura saiu (e parou de apoiar com recursos financeiros os trabalhadores do BCD): “o banco não era sustentável financeiramente” (ASTI, 2015). Já o novo edital, em gestação, investiria nove milhões de reais em bolsas pagas em moedas eletrônicas “revolucionárias”, na perspectiva de que, “quando a política pública se encerrasse, o dinheiro ficasse na comunidade e o banco conseguisse se sustentar” (ASTI, 2015).

As provas de resistência para que a rede carioca começasse a existir envolviam o convencimento do prefeito e do Conselho Municipal de Economia Solidária (órgão consultivo, instituído em janeiro de 2015), além da concordância da procuradoria da prefeitura, que avaliaria as propostas de edital, o termo de referência e a minuta de convênio (ASTI, 2015). Apesar da animação de Ana Asti e de Joaquim com a proposta, o projeto não seguiu adiante, não completando o trajeto tortuoso entre ficção e fato. Joaquim atribuiu a paralisação da proposta ao receio do secretário Fabiano Horta (JOAQUIM, 2016c) em colocar a iniciativa “na rua”. Ainda em meio ao processo, Asti (2015) confessou ela própria dificuldade ao explicar o caráter eletrônico da moeda social:

> pra mim é muito difícil entender que aquilo é real […], isso me dá um desconforto. [...] Você tem que dizer que aquilo é uma roupa que o Real veste […], [mas] no final as pessoas entendem que não é o Real.

Asti revelou ainda questionamentos da procuradoria sobre o acesso dos jovens aos celulares e à *Internet*. Ademais, tais questionamentos parecem revelar a insegurança dos procuradores com temas que, apesar de relativamente amparados pela legislação de pagamento eletrônico, como vimos, envolvem entidades ainda invisíveis à legislação brasileira, como os próprios bancos comunitários e a economia solidária. Sua institucionalização pelo governo federal não contou com legislações brasileiras específicas aprovadas, o que se configurou para Joaquim a perda de “uma oportunidade histórica” (JOAQUIM, 2016c)[128]. O lamento aponta para

---

http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?id=5501807. Acesso em 15 de set. de 2018.

128 Em sua tese, Marusa Freire destaca que “dois projetos de lei complementar ao art. 192, da

uma mudança de cenário: as redes que sustentavam o Partido dos Trabalhadores no governo federal deterioraram-se, em meio às mais diversas acusações de corrupção e operações da Polícia Federal, culminando com o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, afastada em dezembro de 2015. A desarticulação nacional PT-PMDB foi propagada para as redes partidárias locais, levando à saída do PT e do secretário Francisco Horta do governo de Eduardo Paes: o destino de Horta seria suceder Quaquá na prefeitura de Maricá, e o da SEDES, ser extinta pelo prefeito carioca[129].

As motivações do *impeachment* são e certamente serão ainda objeto de muita controvérsia e pesquisa. Diversas teorias circulam a respeito das motivações para a desarticulação política que viabilizou o processo de *impeachment* (ou do "golpe", como considerável parcela da população encara o processo): para além das acusações de práticas de corrupção e "pedaladas" – expedientes notadamente não exclusivos de seu governo –, insatisfações quanto a políticas para a ascensão econômica e social de populações historicamente excluídas, tal como o Bolsa Família, inabilidades políticas da presidenta ao lidar com a base aliada, crise econômica e pressões internacionais decorrentes das descobertas do pré-sal brasileiro são algumas das teses que circularam e continuam circulando[130]. Longe de

---

Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) foram apresentados na Câmara dos Deputados, ambos de autoria da Deputada Luíza Erundina. O Projeto de Lei Complementar (PLP) 88, de 2003, que 'estabelece a criação do Sistema de Crédito Nacional e Desenvolvimento Solidário' e o Projeto de Lei Complementar (PLP) 93, de 2007, que 'estabelece a criação do Segmento Nacional de Finanças Populares e Solidárias'. (…) [O] art. 10, X, do PLP 93, de 2007, expressamente prevê que os bancos populares de desenvolvimento solidário poderiam 'operar moedas sociais de circulação adstrita a sua área de atuação'" (FREIRE, 2011, p.73). Segundo consulta a http://www.camara.leg.br/buscaProposicoesWeb em 30 de setembro de 2018, o PLP 88 encontrava-se arquivado, enquanto que o PLP 93 de 2007 encontrava-se em tramitação. Vale ressaltar exemplos de legislações para a economia solidária e as moedas sociais estabelecidas em outros países, como no caso francês, em que a lei 2014-856 de 31 de julho de 2014 trata da "economia social e solidária", incluindo as "moedas locais complementares", notadamente em seus "Art. L. 311-5" e "Art. L. 311-6". Mais em https://www.legifrance.gouv.fr/eli/loi/2014/7/31/ERNX1315311L/jo/article_16 e https://www.economie.gouv.fr/ess-economie-sociale-solidaire/loi-economie-sociale-et-solidaire . Acesso em 03 de abr. de 2018.

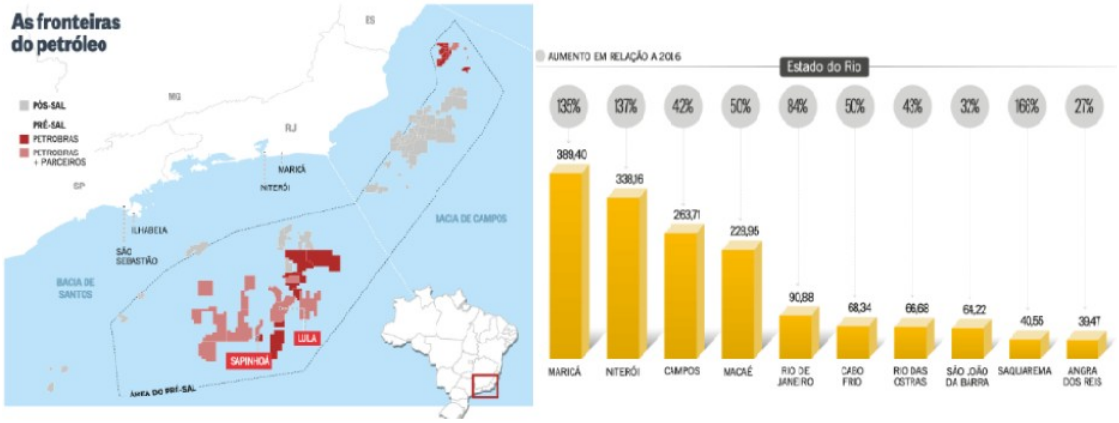
129 A SEDES foi extinta no final de 2016. Mais em <http://viniciusassumpcao.blogspot.com/2016/11/extincao-da-sedes-um-erro-do-eduardo.html?m=1>. Acesso em 13 de abr. de 2017.

130 Crise rechaçada, como vimos, por economistas como Paul Singer (2015). A questão dos juros é

ser nosso objeto de pesquisa seguirmos as trilhas das motivações para saída de Dilma, cabe aqui observarmos seus efeitos sobre nosso objeto de pesquisa.

Apesar da queda no cenário federal ter vindo acompanhada de altos índices de rejeição ao PT, Maricá foi uma das poucas cidades no município do Rio onde o partido conseguiu manter-se no poder. Os repasses dos *royalties* do petróleo tiveram papel importante no processo, seguindo em ritmo crescente, em consonância com a exploração do Pré-sal na Bacia de Santos (figura 16): Maricá tornou-se o município com mais recursos recebidos dos royalties no estado do RJ[131].

Figura 16 – Maricá: campeã em royalties do petróleo no Estado do Rio de Janeiro em 2017



Fonte: (PRÉ-SAL…, 2017).

O petróleo manteve Maricá relativamente afastada da chamada crise econômica do país, que encontrou no Estado do Rio de Janeiro um dos quadros mais dramáticos, com salários atrasados, universidade paralisada e funcionários em

---

mencionada pelo economista Ladislau Dowbor em https://jornalggn.com.br/noticia/quem-quebrou-o-estado-brasileiro-por-ladislau-dowbor, enquanto que a geopolítica do Petróleo é trazida para cena pelo sociólogo Adalberto Cardoso em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/04/1621134-entrevista-eleonora.shtml>. Sobre a controvérsia a respeito das "pedaladas fiscais", ver por exemplo <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/06/pericia-conclui-que-dilma-nao-participou-de-pedaladas-fiscais.html>, <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/27/politica/1467040634_118457.html> e <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2016/11/o-impeachment-da-presidente-dilma-rousseff-foi-golpe-ou-crime.html>. A falta de habilidade política de Dilma e acusações de corrupção são consideradas em <https://www.dw.com/pt-br/os-fatores-que-levaram-%C3%A0-queda-de-dilma/a-19514830>. Acessos em 30 de set. de 2018.

131 Fonte: <https://oglobo.globo.com/economia/pre-sal-cria-novo-mapa-dos-royalties-21832755>. Acesso em: 16 de nov. de 2017.

filas para receberem cestas básicas[132]. Situação de escassez de recursos financeiros que lembra as motivações para o nascimento dos Bocades, na Argentina. Curiosamente, remete também a outro período relativamente recente de instabilidade política brasileira, em que petróleo e moedas complementares também dividiram a cena. Em 1961, após a renúncia do então presidente Jânio Quadros e antes da posse do vice João Goulart, uma tentativa de tomada de poder teria sido reconhecida por dezenove estados brasileiros. Sobre este golpe,

> só os [governos] do Rio Grande do Sul e Goiás ousaram contestá-lo e rebelar-se). […] [O]s três ministros militares ordenaram dois atos concretos de guerra: 1) na manhã de 28 de agosto mandaram recolher o *dinheiro em efetivo* existente nos cofres da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal em Porto Alegre; 2) suspenderam todos os envios de *petróleo bruto ou refinado* destinados ao Rio Grande do Sul, onde havia apenas duas pequenas refinarias nas cidades de Rio Grande e Uruguaiana. (TAVARES, 2011, p. 129-130, grifo nosso)

Aquelas turbulências macropolíticas nacionais atingiram rapidamente as redes locais do Rio Grande do Sul. Uma das respostas do governo do RS, como narra Flávio Tavares em "1961, O Golpe Derrotado – luzes e sombras do movimento da legalidade", foi pôr em circulação as Letras do Tesouro Estadual (viabilizadas por legislação de julho de 1959), "usadas, até então, apenas para pagamento de obras públicas ou dívidas atrasadas com funcionários" (TAVARES, 2011, p. 131). Segundo Tavares (2011), as "brizoletas" (imagem no APÊNDICE 1) variavam de cinquenta a mil cruzeiros, e, para Heloísa Primavera e Bernard Lietaer (2013) configuraram-se em um dos casos brasileiros "de instrumentos monetários promovidos pelo poder público e pouco conhecidos na academia e na política", tendo financiado "a construção de escolas públicas no Rio Grande do Sul, na década de 60" (LIETAER, PRIMAVERA, 2013, pág 67)[133].

---

132 A crise foi fartamente documentada pela mídia em 2016 e 2017, como numa tentativa de análise macro (COMO O ESTADO..., 2016), no destaque à situação da UERJ (UERJ..., 2018) ou nos apoios a servidores sem salários em (GRUPO…, 2016).

133 O nome da moeda é uma referência ao então governador Leonel Brizola. Como detalham Heloísa Primavera e Bernard Lietaer, o "Brasil teve pelo menos quatro casos de instrumentos

As Palmas, as Brizoletas, os Bocades e os Dólares distanciam-se pelas diferentes escalas e regimes de circulação, podendo ser analisadas como moedas "mais locais" ou "mais globais". Contudo, prefiro encará-las como artefatos que circulam em redes que se expandiram mais ou menos, capilarizaram-se mais ou menos, estabilizaram-se mais ou menos, a depender da resolução de controvérsias (em nossos casos, entre Banco Palmas e BACEN, governos nacionais e estaduais, governos nacionais e organismos internacionais, ou entre governos nacionais). Comparo aqui a situação das redes das moedas à das redes do petróleo ou à

> situação das ciências [, que] é exatamente a mesma do gás, da eletricidade, da TV a cabo, da rede de água ou de telefone: em todos os casos, é preciso estar "ligado" a uma rede que é cara e deve ser mantida e expandida. (LATOUR, c1998, p. 420)

Não quero com isso omitir diferenças evidentes ao analisarmos as escalas locais, estaduais, nacionais ou globais, mas enfatizar que tais distinções parecem melhor compreendidas ao diferenciarmos as experiências em termos da extensão de suas redes, em vez de narrarmos que uma experiência insere-se no contexto de outra. Além disso, importa ressaltar que busquei nesta primeira parte da tese evidenciar o papel dos Estados como atores relevantes na configuração de tais redes, tanto pela estabilização de legislações e entendimentos jurídicos, quanto pela propagação de políticas públicas, ambas não isentas de conexões com visões de mundo e propostas societárias que passam pelas (ainda que não sejam restritas às) redes político-partidárias. Prioridade neste estudo, a rede da Mumbuca em Maricá conseguiu sobreviver à sua primeira eleição municipal, em meio à instabilidade da rede político-partidária, que conecta a "realidade nacional" com a "realidade local", e é um dos seus alicerces (ao lado de outros, como a legislação). Contudo, tal

---

monetários promovidos pelo poder público e pouco conhecidos na academia e na política: brizoletas, glenetas, vale-transporte e o campino real. […] Trinta anos mais tarde [das brizoletas], as glenetas foram utilizadas para pagamento dos funcionários públicos de Santana do Livramento, permitindo um alívio temporário da situação econômica. Nos anos 70, o vale-transporte de Curitiba foi instrumentado pelo prefeito Jaime Lerner, a partir da coleta seletiva de lixo. Nos anos 90, a cidade de Campina do Monte Alegre teve sua moeda local, o campino real, que durou apenas a gestão de seu primeiro prefeito" (LIETAER, PRIMAVERA, 2013, pág 67).

instabilidade teve efeitos fundamentais nas redes de sustentação das moedas sociais brasileiras: além da interrupção do projeto na prefeitura do RJ, a mudança no âmbito federal enfraqueceu a SENAES e as possibilidades de financiamento e suporte governamental para a rede brasileira de bancos comunitários e para economia solidária como um todo[134]. Tal mudança (re)coloca um tema central para a parte II, *as sustentabilidades financeiras*, traduzidas na implantação do E-dinheiro, como tema urgente para a sobrevivência dos BCDs.

134 Enfraquecimento inclusive no que se refere aos atores envolvidos nas instituições: Marusa Freire havia se aposentado do BACEN segundo retorno do banco dado em outubro de 2017. Leonardo Pamplona deixou a área do BNDES que cuidava do fomento à economia solidária (MAGALHÃES, 2017).

PARTE II – TENSÕES FINANCEIRAS E DE IDENTIDADE

4 OS MERCADOS E O SOCIAL

Cena 6

8h, Niterói, RJ. Avisto, de dentro do ônibus, a estação de catamarãs de Charitas. Vou levantando, porque o próximo ponto já é o meu, em frente ao Morro do Preventório. Antes de parar na bela estação, projetada por Oscar Niemeyer, o ônibus pega um ligeiro desvio, pois o trecho está em obras. Continuam as construções do túnel e do BRT, que ligarão o bairro à região oceânica de Niterói, e que prometem encurtar bastante o trajeto dos que, por exemplo, saem daquela região rumo ao catamarã que liga Charitas à Praça XV, no centro do Rio de Janeiro. Desço do ônibus, e já avisto os membros mais ativos no dia a dia diretoria do Banco Comunitário do Preventório: Marcos Rodrigo, Hosana e Sônia já estavam próximos à kombi. Hoje, a equipe do banco cruzará a ponte Rio–Niterói rumo ao Banco Comunitário da Cidade de Deus, onde comparecerá em peso a um treinamento sobre o E-dinheiro, oferecido pelo próprio João Bosco, um dos sócios da MoneyClip. Perto da kombi estava também o motorista, que concordara em abater seu empréstimo no banco de Niterói com o trabalho de direção do veículo. Isabela e Camila também vinham chegando. Camila, que estagiava na Coordenadoria de Economia Solidária da Prefeitura de Niterói, fora eleita delegada pelo estado do Rio de Janeiro para o encontro nacional da juventude, em 2015. Em um mutirão para divulgação do banco, ela incomodara-se com a proposta de tirar fotos no local sugerido, a estação de catamarãs, que se tornara um dos cartões-postais da cidade: "não me representa". Isabela também fazia parte do coletivo de jovens que utilizava um espaço do banco, na tentativa de montar uma agência de notícias local. Ela estava feliz: após o término da bolsa oferecida pela Incubadora da UFF (Universidade Federal Fluminense), acabara de receber sua primeira bolsa do PIBIC-EM UFRJ. Aguardávamos outra moradora, que se animou em participar do treinamento quando soube que poderia tornar-se "promotora" do E-dinheiro na comunidade, papel que seria detalhado na Cidade de Deus. Sônia também estava animada com a promessa de ficarem menos dependentes do convênio com a Caixa: aquilo não era "o banco comunitário. O banco é a moeda social", como dizia. Queria entender melhor a moeda eletrônica, aquela "coisa complicada" que funcionava no celular. Pronto, todos já estavam a postos. A kombi saiu. No caminho, conversamos sobre assuntos em pauta do banco. Um deles, a preocupação com a construção da creche comunitária, justamente no local do chamado "Anexo" do BCD: onde os grupos apoiados pelo banco, como as artesãs e os jovens, iriam se reuniriam durante a obra? Como garantir o espaço conquistado junto à UFF, após concluída a obra? Onde ficariam as coisas do banco (mesa, cadeiras, quadro, geladeira etc.)? O assunto trazia apreensões. Também conversamos sobre o Seminário Rede Produtiva Solidária do Preventório, cujos encontros reuniram, além da diretoria do banco, os jovens, alguns professores e bolsistas da UFF, o coletivo do MAP (Mulheres Artesãs do Preventório) e possíveis apoiadores. No último encontro, eu

havia concluído a dinâmica que propôs o mapeamento de ofertas e demandas dos principais atores da rede do banco (UFF, MAP, RENAJOC, Assessoria TIC Petrobras, além do próprio BCD). Ainda no encontro da semana passada, um representante da AgeRio (governo estadual) apresentara uma proposta de mais fundos para o microcrédito oferecido pelo banco comunitário. Apesar de engordar o fundo, ela implicaria numa outra maneira de concessão do crédito, distante das práticas das chamadas finanças de proximidade. Por alguns momentos, senti que fazia parte daquele coletivo, ao debater questões consideradas relevantes por eles mesmos – como a própria identidade do banco e alternativas para o BCD "se virar" frente às suas enormes precariedades –, vivendo suas angústias cotidianas e buscando saídas possíveis em meio às contingências do mundo real[135]*.*

Esta segunda parte da tese lança olhares de certa maneira um pouco diferentes sobre as moedas sociais brasileiras, se tomarmos a parte anterior como referência. Ao vivenciar a tentativa de implantação da moeda eletrônica E-dinheiro no BCD do Preventório, observei uma presença relativamente menor do Estado (se lembrarmos do caso de Maricá, por exemplo), dando lugar a diversas experiências de mobilização e de busca por sustentabilidade financeira do banco. Por um lado, modalidades do que proponho chamar de *mobilizações e acolhimentos comunitários*, que diferem entre o momento inicial do Preventório (envolvendo pessoas com um histórico de militâncias), e o momento de tentativa de implantação do E-dinheiro (com um relativo protagonismo da juventude); por outro lado, propostas de *sustentabilidades financeiras* que passam pela moeda eletrônica, mas não somente: permeiam também por exemplo a relação da rede de bancos com as pesquisas realizadas sobre os bancos comunitários (e pelos próprios BCDs). Começo pela tensão manifestada na fala de Sônia Faria, na cena 6, para quem o convênio com a Caixa Econômica Federal (em que os BCDs desempenham o papel de correspondentes bancários) não traduz o que seria o banco comunitário: "[o] banco [comunitário] é a moeda social" (SÔNIA, 2015).

Tal tensão, que faz os BCDs parecerem ora uma espécie de prolongamento da rede convencional de bancos, ora uma instituição alternativa, aponta para um incômodo com a distância entre a prática imposta pela necessidade de

135 Cena baseada em minhas vivências e entrevistas no decorrer da pesquisa, em especial no período de acompanhamento das atividades no BCD do Preventório. Sobre o incômodo de Camila com o Catamarã, reportagens registram a controvérsia do valor de sua tarifa, de R$16,50. (ESTADO…, 2017).

sobrevivência do BCD (hoje conectada ao papel de correspondente bancário) e o que a então presidenta do banco do Preventório entende como aquilo que seria *realmente* o BCD (uma entidade ligada às moedas sociais). Uma das maneiras de lermos essa tensão é entender que ela é um indício das diferenças entre mercados distintos: aqueles compostos por entidades como o dinheiro e os bancos tradicionais, e outros em que BCDs e moedas sociais são elementos centrais. Adicionando o elemento da digitalização, proponho aqui que cada BCD, como o do Preventório, atua com sua moeda social na configuração de dois mercados, a saber, um *mercado local* e um *mercado nacional de moedas*: se, no que poderíamos chamar de "nível local", Sônia vivencia a dificuldade da manutenção de um mercado em que circula a moeda social (entre os motivos para isso, a dedicação prioritária do BCD do Preventório na capilarização dos serviços da CEF), no "nível nacional" a pretensa quebra do monopólio dos bancos no Brasil (BOSCO, 2016a), com a legislação dos pagamentos eletrônicos, enseja a criação do que pode-se nomear um novo mercado brasileiro de moedas digitais. Nesse sentido, *o E-dinheiro, enquanto moeda social eletrônica dos BCDs brasileiros, pode ser lido como um artefato / um sistema / uma plataforma que tenta contribuir na conformação tanto local como nacional de novos mercados de meios de pagamento.*

A noção de constituição de mercados afasta-nos da ideia de mercado como uma entidade oposta ao Estado, ou como algo que seria "natural", cujas leis pairam sobre nossas cabeças, independente de territórios ou épocas[136]. Apesar de termos partido, na própria organização dos capítulos desta pesquisa, de exemplos de atuação do Estado (parte I), para algo mais próximo do chamado *Mercado* (parte II), cabe problematizar tais fronteiras, na medida por exemplo em que o Estado brasileiro contribui decisivamente para formatar *um* mercado, o dos sistemas de pagamento eletrônico. Cabe também enfatizar a pluralidade (falaremos de *mercados*, em vez de *Mercado*) e a artificialidade dos mercados (não no sentido de serem falsos, mas no sentido de serem construídos). Sem afastar-me dos exemplos dos BCDs, da empresa MoneyClip e da legislação, dialogo aqui com autores como

136 Daqui em diante, utilizarei o termo *Mercado* para referir-me à abordagem de um pretenso mercado natural, atemporal.

Zelizer (1998), para quem precisamos “entender seriamente o quanto os *mercados* que criamos são *produtos sociais* de forma que possamos inventar mais mercados benignos”, e Michel Callon, que aponta para a possibilidade de diversidade dos mercados, em seu seminal Laws of the Markets[137]. Na obra, Callon adota o termo *mercado* para designar um “dispositivo de coordenação” cujas características comuns estariam nos

> agentes [que] buscam seus próprios interesses e com esse propósito *realizam cálculos econômicos* que podem ser vistos como uma operação de otimização e/ou maximização [...]; os agentes geralmente têm interesses divergentes, o que os leva a engajarem-se em transações que resolvem o conflito por meio da definição de um *preço* […]. Essa definição realça o essencial […] [:] um mercado implica uma antropologia peculiar que assume *um agente que calcula* (CALLON, 1998, p. 3, grifo nosso, tradução nossa)[xli].

Um mercado está, nessa visão, fundamentalmente relacionado de maneira mais precisa ao que o autor chama de agenciamento calculativo (*calculative agencies*). Em suas palavras:

> [p]ara tornar-se calculativo, agenciamentos precisam ser equipados. Mas esse equipamento não está todo nem nos cérebros dos seres humanos nem nos seus enquadramentos socio-culturais ou em suas instituições. O que é isso então? Como afinal alguém se torna calculativo (*calculative*), considerando que esta competência não está *nem na natureza humana nem nas instituições*? (CALLON, 1998, p. 3, grifo nosso, tradução nossa)[xlii].

Callon conecta assim os mercados à noção de calculabilidade. Tal categoria não seria um atributo totalmente localizado nem em um *sujeito individual* nem no *contexto* em que ele está imerso: melhor entendida como fruto de *agenciamentos calculativos*, a calculabilidade permearia a rede heterogênea que constitui determinado mercado. Considerando mercados como dispositivos coletivos que “tornam possíveis cálculos complicados”, Callon e Muniesa (2005) discutem a questão de quem (ou o quê) na verdade calcula (e como) quando se diz que “o mercado” calcula. Os autores apontam uma abordagem alternativa ao que chamam

137 Para Juan Pablo Pardo-Guerra (2014b), um trabalho fundante, que traz o conceito da performatividade, o único vindo da Europa considerado realmente importante para os estudos de mercado nos EUA. Neiburg (2010, p.19) chama atenção para que “os trabalhos mais recentes confluem com a antropologia da ciência, igualmente preocupada com os efeitos que a atividade dos especialistas tem fora dos laboratórios.”

de duas posições extremas: a posição neoclássica segundo a qual “os agentes calculariam naturalmente”, e a preferida por sociólogos e antropólogos, que tenta mostrar que “em comportamentos observáveis[,] o cálculo – considerado um conjunto de práticas quantitativas – é marginal e no máximo uma racionalização *a posteriori* de escolhas baseadas em outras lógicas” (CALLON; MUNIESA, 2005, p. 1229, tradução nossa)[xliii] [138]. Os autores não se satisfazem com tais visões, que, respectivamente, negligenciariam a diversidade de práticas e formas de cálculos encontradas nos mercados, ou negariam quaisquer particularidades nos comportamentos econômicos CALLON; MUNIESA, 2005). Para eles, o cálculo seria um processo que não trata necessariamente de operações *matemáticas* ou *numéricas*, apontando assim para diversas formas de calcular. Adicionalmente, ressaltam que certos agenciamentos são isentos de (ou impedidos de realizar) práticas de cálculo (*calculations*), e sugerem ainda que discussões abertas sobre maneiras de organizar práticas de cálculo são possíveis: “em resumo, [essa abordagem] restaura aos mercados a *dimensão política*” (CALLON; MUNIESA, 2005, p. 1245, tradução nossa)[xliv] [139].

Essa visão sobre os mercados me parece pertinente**,** por exemplo, quando pensamos nas práticas de avaliação de concessão de crédito dos BCDs (ou, se quisermos, nos mercados locais de microcrédito conformados pelos BCDs), marcadas pela proximidade entre avaliador e avaliado, e que incluem variáveis distintas daquelas do microcrédito dos grandes bancos. A abordagem interessa também ao examinarmos os mercados de moedas (sociais e nacionais, em papel ou eletrônicas) que perpassam nossos olhares ao longo da pesquisa, ou ao refletirmos sobre os BCDs como articuladores (ou programadores) de mercados locais, na medida em que atuam junto a produtores e consumidores buscando reduzir

138 Aqui, os autores propõem uma posição alternativa (de certo modo, conciliadora) às “formalistas” e “substantivistas”, que discutiremos logo adiante, na seção 4.2.

139 A abordagem chama atenção para que, quando falamos que o “mercado é socialmente construído”, devemos ressaltar que “o que é socialmente construído é esse coletivo heterogêneo, povoado por agenciamentos calculativos” (CALLON, 1998, p.30). Sobre o cálculo, o processo envolveria três etapas: uma separação (*detach*) das entidades a serem consideradas; a associação entre as entidades consideradas em espaços de cálculo; e um terceiro passo que envolve um resultado a ser extraído, com a produção de uma nova entidade, como uma soma, uma lista ordenada, uma avaliação (CALLON, 1998).

assimetrias que em geral favorecem o consumo de “grandes marcas”.

Tal abordagem aponta dessa forma para um *cálculo híbrido*, não estritamente numérico e purificado, que alguns poderiam classificar como “não racional” - numa aproximação diferente da que adotamos na pesquisa. Para situar como essas discussões apresentam-se no BCD do Preventório e no E-dinheiro, e equiparmo-nos um pouco mais para refletir sobre a afirmação de Sônia (2015) (“O banco [comunitário] é a moeda social”), julgo importante examinar uma suposta cisão entre questões tidas por vezes como *de Mercado* (bancos, juros, moedas etc) e outras como *sociais* (afetividades, comunidades etc.).

4.1 HISTORICIZANDO TEORIAS E OBJETOS MODERNOS

> *[A globalização representa] uma crescente dominação de uma forma de mercado organizado, aquela dos Estados Unidos.*
> *(FLIGSTEIN, 1996 apud CALLON, 1998, p. 42, tradução nossa)*[140] [xlv]

Quando Heloísa Primavera afirmou, no IV Encontro Internacional de Moedas Sociais e Complementares (2017, em Barcelona) que os bancos comunitários na realidade jamais foram “bancos”, a militante e pesquisadora do tema das moedas sociais ressaltava para o caráter comunitário dos BCDs, e afastava-os do que pode-se chamar de “bancos tradicionais”, muitos deles modernas corporações na atualidade. Dentre suas atribuições *modernas*, um banco comercial

> cria dinheiro, na forma de depósitos bancários ao fazer novos empréstimos. Quando um banco faz um empréstimo, por exemplo para alguém que tira uma hipoteca para comprar uma casa, ele não o faz tipicamente oferecendo milhares de libras em notas. Ao invés disso, ele credita sua conta bancária com um depósito bancário do tamanho da hipoteca. Naquele momento, é criado um novo dinheiro. Por esta razão, alguns economistas referem-se aos depósitos bancários como “dinheiro de caneta-tinteiro” (*fountain-pen money*). (DODD, 2014a, págs 6-7, tradução nossa)[xlvi].

É corriqueira hoje a permissão para que os bancos comerciais emprestem, a juros, mais quantidade de dinheiro do que efetivamente possuem (o que configura a

140 Segundo Callon (1998, p. 42) um mercado em que somente quem pode inspecionar as atividades das firmas são os acionistas, e a única preocupação das firmas é maximar os valores das ações.

chamada “reserva fracionária” regulada pelos Bancos Centrais), e os movimentos em contrário a tal permissão pouco circulam nos noticiários *mainstream*[141]. Contudo, essa estabilização (naturalizada para os bancos comerciais, mas não atingida pelos BCDs brasileiros) foi historicamente possível não sem controvérsias e tensões entre o *público* (aqui com o mesmo sentido de *estatal*) e o *privado*, notadamente envolvendo a governança dos bancos centrais. Seguindo o rastro do Dólar, como no capítulo 2, e examinando o caso dos EUA, verificamos que tais disputas remontam pelo menos aos tempos do Rei britânico Jorge III, cuja Lei da Moeda (Currency Act, de 1764) tinha “o objetivo claro […] de restringir a autonomia das colônias” (KARNAL et al., 2007) e estabelecia o uso obrigatório da moeda do Banco da Inglaterra (emprestada a juros) na então colônia britânica. A imposição do banco central inglês, então “inteiramente privado, com acionistas entre as famílias mais aristocráticas do Reino, […] um clube da nobreza rica do Império”, teria sido um dos motivadores do processo de independência estadunidense (MALONEY, 2013b)[142].

Maloney (20123b) imprime uma narrativa que conecta a história dos bancos (e da permissão de impressão de moeda pelos bancos centrais) nos EUA com disputas de poder permeadas por guerras e pela hibridação das fronteiras

---

141 Uma iniciativa recente é a tentativa de um referendo na Suíça que alteraria a tal permissão. Mais em <https://www.institutoliberal.org.br/blog/sobre-a-erradicacao-do-sistema-de-reservas-fracionarias-na-suica/>, <https://pt-br.insider.pro/analytics/2016-02-01/a-suica-pode-estar-prestes-a-revolucionar-o-sistema-bancario/>, <http://www.patrialatina.com.br/suica-organiza-se-a-resistencia-contra-a-chicana-dos-banqueiros/> e <http://observador.pt/especiais/os-suicos-vao-votar-fim-da-banca-conhecemos/>. Acesso em 06 de jan. de 2018. O sistema bancário de reservas fracionárias “significa que os depósitos bancários são lastreados por apenas uma pequena fração do dinheiro que o banco promete ter em mãos no momento do resgate. [Nos EUA, esse valor sempre girou em torno de 10%. No Brasil, ele era de 36% até outubro de 2008. Atualmente está em 28%]” (ROTHBARD, 2010a). Observando os percentuais atuais determinados pelo BACEN, chega-se às seguintes alíquotas de recolhimentos compulsórios em abril de 2018: 25% para recursos à vista, 34% para depósitos a prazo, 20% para poupança habitacional e rural. Mais em <https://www.bcb.gov.br/htms/infecon/seriehistreccomp_p.asp>. Acesso em 05 de jun. de 2018. Os recolhimentos compulsórios “representam uma parcela dos depósitos captados pelos bancos que devem ser mantidos compulsoriamente ‘esterilizados’ no Banco Central. A alíquota dos recolhimentos compulsórios é um dos determinantes do multiplicador monetário, ou seja, do quociente da oferta de moeda em relação à base monetária. Por exemplo, diminuições na alíquota farão com que os bancos possam emprestar maior parcela das suas reservas e, portanto, aumentarão a quantidade total de moeda para uma dada quantidade de base monetária.” Mais em <https://www.bcb.gov.br/htms/novaPaginaSPB/compulsorios.asp>. Acesso em 05 de jun. de 2018.

142 Mais em <https://jornalggn.com.br/noticia/os-setenta-anos-da-estatizacao-do-banco-da-inglaterra-por-andre-araujo> e em <http://www.portalsaofrancisco.com.br/historia-geral/independencia-dos-estados-unidos>. Acesso em: 06 jan 2018.

público/privado: o caso dos “Greenbacks”, impressos a partir de 1862 pelo governo de Abraham Lincoln, teria motivado o apoio europeu aos confederados contra a União durante o período da guerra civil dos EUA. O apelido de “Greenbacks” foi dado originalmente para as “Demand Notes” (cujos versos eram impressos em tinta verde), que, apesar de terem sua circulação relativamente restrita, constituíram-se em uma forma do governo estadunidense financiar seus gastos durante a guerra (incluindo salários): *desprovidas de juros*, as notas foram uma alternativa às altas taxas de juros dos bancos privados (GREENBACKS (1860s money), 2018), numa história que guarda semelhanças com o que vimos no capítulo 2, sobre os Bocades argentinos[143]. Ainda em 1862 o governo aprovou o primeiro “Legal Tender Act”, autorizando a emissão de 150 milhões de “United States Notes”: moeda já de curso legal, também não lastreadas em ouro e com o verso impresso em verde, da mesma forma foram chamadas de “Greenbacks” pelo público, e consideradas equivalentes às “Demand Notes” (GREENBACKS (1860s money), 2018) – figura 17.

143 As notas não eram de curso legal, não sendo aceitas, por exemplo, nos pagamentos de impostos. Elas não eram sujeitas a juros, mas podiam ser trocadas sob demanda por espécie (moedas de ouro ou prata). “A administração Lincoln buscou empréstimos nos principais bancos, a maioria em Nova Iorque. Os bancos exigiram taxas de juros bastante altas, de 24 a 36 por cento. Lincoln recusou o empréstimo naqueles termos, procurando outras soluções (BROWN, 2009)” (GREENBACKS (1860s money), 2018, tradução nossa). “Uma Demande Note é um tipo de papel-moeda emitido entre agosto de 1861 e abril de 1862 durante a Guerra Civil Americana […]. O governo dos EUA colocaram as Demand Notes em circulação utilizando-as para pagar despesas assumidas durante a Gerra Civil incluindo salários de seus trabalhadores e militares” Mais em <http://tradutor.babylon-software.com/ingles/demand+note/>. Tradução nossa. Acesso em 14 de abr. de 2018.

Figura 17 – Greenbacks, em duas versões



À direita, já consideradas "legal tender", como mostra a inscrição em seu verso: “esta nota é de curso legal para todas as dívidas públicas e privadas exceto taxas sobre importações e juros sobre a dívida pública; e é recebível em pagamentos para todos os empréstimos realizados nos Estados Unidos”[xlvii]. Fonte: (GREENBACKS (1860s money), 2018, tradução nossa).

Lincoln, “tal como seus antecessores Jackson e Madison, era radicalmente contra o estabelecimento de um banco central”[144]. Contudo, se os Greenbacks foram emitidos na década de 1860 como alternativa do governo dos EUA aos empréstimos de bancos privados (tomados a altas taxas de juros), após 1913 o governo daquele país ganharia restrição à emissão de moeda própria: a emissão a partir de então foi atrelada ao Federal Reserve (e à taxa de juros por ele estabelecida), instituição com forte influência dos bancos privados desde sua criação. Por sua vez, a fundação do FED remontaria a um misterioso encontro de nove dias, entre banqueiros, na Ilha Jekyll (MALONEY, 2013b), que teria gerado três anos mais tarde a “criatura da Ilha Jekyll” (o próprio FED), em circunstâncias controversas:

> uma reunião do Comité de Conferência do Congresso [dos EUA], cuidadosamente preparada e agendada entre a 1h30 e 4h30 da manhã (altura em que a maioria dos membros do Congresso se encontravam a dormir) de 22 de Dezembro de 1913. O decreto foi então votado no dia seguinte e aprovado apesar de muitos membros do Congresso se terem ausentado para as férias do Natal e muitos outros que tinham ficado não terem tido tempo de ler e compreender os seus conteúdos.[145]

144 Mais em <http://alfredo-braga.pro.br/discussoes/fraudegananciaeusura.html#_ftnref7>. Acesso em: 06 jan 2018.

145 Fonte: <https://resistir.info/eua/fed_jun06_p.html>. Acesso em 07 fev 2018. “Criatura da Ilha Jekyll” é o nome do livro de autoria de G. Edward Griffin. Mais em

O FED é assim uma "criatura" que nasceu fortalecendo com ele o Dólar como moeda única nos EUA – estabelecendo a ilegalidade na recusa daquela moeda como forma de pagamento, que passou ser a única forma de pagar impostos (MARTENSON, 2014) –, e reconfigurando o circuito de criação e circulação dos Dólares, a partir de então incluindo o banco central daquele país. Essas características, hoje naturalizadas, revelam-se assim contingenciais e controversas na segunda metade do século XIX e no início do XX. Para além dos empréstimos a juros, das reservas fracionárias e das disputas por facilidades e restrições na criação de moedas, interessa trazer à luz brevemente a forma jurídica tomada por aquele banco central, a saber, a de uma "corporação privada". A discussão é relevante, em especial na medida em que os BCDs pautam a criação do "Banco Central das Periferias" ("com vista da janela do Banco Central do Brasil' (JOAQUIM, 2016c)[146]. A noção de *corporação privada*, hoje distancia-se de um organismo *público*, ou de uma entidade comunitária – como se pretende o Banco Central das Periferias. Se hoje as corporações são ligadas ao formato de sociedades por ações e tidas como antagônicas por exemplo à ideia de *democracias econômicas* e às redes de economia solidária, ao deslocarmo-nos no tempo (permanecendo ainda no *mercado* estadunidense) observamos entidades repletas de historicidade e de contingências.

Diferentes autores narram como – lentamente, controvérsia após controvérsia – as corporações ganharam status de pessoas físicas. Como citado no caso Louisville Railroad Co. v. Letson (1844), na Suprema Corte dos EUA, as corporações foram consideradas "cidadãos daquele Estado, tanto quanto uma pessoa *natural*",

---

<http://www.bigeye.com/griffin.htm>. Acesso em 07 jan 2018.

146 Críticos traçam a rede conectada ao FED, salientando que "[o] FED foi fundado […] por dominantes famílias de banqueiros e está até hoje nas mãos de particulares. Ao todo, 12 bancos regionais formam o Federal Reserve System. São eles: Federal Reserve of New York (Sede), Federal Reserve of Atlanta, Federal Reserve of Boston, Federal Reserve of Chicago, Federal Reserve of Cleveland, Federal Reserve of Dallas, Federal Reserve of Kansas City, Federal Reserve of Minneapolis, Federal Reserve of Philadelphia, Federal Reserve of Richmond, Federal Reserve of San Francisco, Federal Reserve of St. Louis. […] Os membros e seus proprietários, na ocasião da fundação [eram]: 1. Bancos Rothschild de Londres e Paris, 2. Lazard Brothers Bank de Paris, 3. Israel Moses Seif Bank da Itália, 4. Warburg Bank de Amsterdam e Hamburgo, 5. Lehman Brothers de Nova York, 6. Khun Loeb Bank de Nova York, 7. Rockfellers Chase Manhattan Bank de Nova, York, 8. Goldman Sachs Bank de Nova York." Mais em <http://inacreditavel.com.br/wp/o-cartel-do-fed/>. Acesso em: 07 fev 2018.

apesar do próprio juiz reconhecer que elas seriam “pessoas *artificiais*” (BARKAN, 2010, p. 56, tradução nossa)[xlviii]. Apesar, também, de autores enxergarem-nas mais afinadas com Estados que com indivíduos: “parece haver um gênero do qual Estado e corporação são espécies” (MAITLAND, 1938x apud BASHKOW, 2014, p. 301, tradução nossa)[xlix]. Tais afinidades aparecem, por exemplo, nos embates sobre a representatividade dos votos dos acionistas de uma corporação, que teriam peso proporcional ao número de ações, ou o mesmo peso independente da quantidade de ações (WELKER; WOOD, 2011, p. 59) – este último, um método mais próximo à ideia de “uma cabeça, um voto”, da economia solidária (SINGER, KRUPPA, 2004, p. 92)[147]. Híbridos situados entre indivíduos e Estados, chamo atenção aqui para as corporações enquanto *entidades* moldadas ao longo do tempo, quanto: às suas habilidades, na medida em que adquiriram novos direitos constitucionais, como “potencial imortalidade” e permissão de adquirir ações de outras companhias; às suas escalas, já que enquanto em 1900 apenas 1% dos estadunidenses possuíam ações, em 1998 metade da população participava deste *mercado;* aos seus sentidos, pois a construção da ideia de que as “corporações existem para maximizar o retorno do acionista” foi estabilizando-se por exemplo em controvérsias como a derrota da Ford nos tribunais: a empresa pretendia deixar de pagar dividendos aos acionistas, mas investir em carros mais baratos e na criação de mais empregos (WELKER; WOOD, 2011, p. 59-61); e às suas motivações, chegando hoje ao ponto de que

> […] os integrantes da corporação são unidos por uma representação genérica como um grupo de indivíduos com apenas uma única característica relevante: *eles são todos motivados pelo ganho* (Stout 2012). Em outras palavras, a corporação é apenas uma versão escalada do Homem Econômico (BASHKOW, 2014, p. 304, grifo nosso, tradução nossa)[l][148].

A motivação dos acionistas pelo ganho e a ideia de que as corporações

147 Para os autores, “democracia na gestão dos empreendimentos (uma cabeça, um voto) é o que distingue a ES [economia solidária] da economia capitalista” (SINGER, KRUPPA, 2004, p. 92).

148 Ainda sobre as corporações modernas, em seu comentário sobre “Shareholder Activism and Alienation” (de Marina Welker e David Wood), Robert A. G. Monks questiona seus limites de poder, indagando sobre a própria possibilidade da coexistência de corporações com nações democráticas, e citando a confissão de Alan Greespan (presidente do FED de 1987 a 2006), sobre seu “‘erro’ em acreditar que bancos operando com autointeresse seriam suficientes para proteger seus acionistas e a si próprios” (WELKER, WOOD, 2011, s67).

existem para “dar lucro aos acionistas” relacionam-se com outra entidade estabilizada na modernidade e que circula nos BCDs, os próprios juros. Estes, que abordarei aqui antes de passarmos à próxima seção, na atualidade estão em grande medida *naturalizados*, sendo incorporados no cotidiano das vendas e empréstimos a prazo, nos Bancos Centrais e em cálculos como o do retorno sobre um investimento (ROI)[149]. Contudo, novamente, se deslocarmo-nos no tempo, lembramos que, assim como a noção de moeda única de um país, a estabilização dos juros foi uma lenta construção. Na Europa do início da Idade Média, emprestar a juros podia ser considerado pecado e crime (HUBERMAN, 1979). Tal prática estava associada ao pensamento de uma

> […] sociedade, onde o comércio era pequeno e a possibilidade de investir dinheiro com lucro praticamente não existia, [e onde] se alguém desejava um empréstimo, certamente não tinha por objetivo o enriquecimento, mas precisava dele para viver. […] Estava em má situação e necessitava de ajuda. (HUBERMAN, 1979, p.46)

Pouco a pouco, a Igreja e os governos aceitaram os juros – inicialmente “sob certas circunstâncias”, como para uma “aventura comercial” (HUBERMAN, 1979). Hirschman (1977), em *The Passions and the Interets – Political Arguments for Capitalism before Its Triumph*, propôs uma leitura para a transformação da “condenação moral” (se adotarmos a expressão de De Blic e Lazarus (2007)) da rentabilidade, investigando como

> o comércio, as atividades bancárias e outros empreendimentos rentáveis similares passaram, em um certo momento da idade moderna, a ser considerados atividades dignas (HIRSCHMAN, 1977, p.10)

O autor identifica momentos distintos, em especial na sociedade europeia: a partir do século XVII o Estado foi associado à repressão, pela força, das “paixões destrutivas dos homens”; mais adiante, ganhou força e circulação o “princípio da paixão equivalente contrária” como por exemplo na “contenção do ‘amor do prazer’

149 Sobre a naturalização dos juros, ainda hoje é possível perceber atitudes em que não se cobram juros ao emprestar-se dinheiro a familiares e amigos. O ROI, retorno sobre o investimento (do inglês “return on investment”), trata-se de uma métrica que indica o retorno financeiro obtido com um determinado investimento, na perspectiva de quem o fez. Para calculá-lo, subtrai-se a receita obtida do custo, dividindo-se esse resultado pelo custo, e multiplicando-se tudo por 100.

pelo ‘amor do ganho’”[150]; um terceiro momento teria se dado com a consolidação da ideia de “’interesse’ e ‘interesses’ enquanto domadores das paixões”, num processo em que o significado de interesse foi sendo restringido “à busca da vantagem material, econômica”[151]. Em suas palavras,

> […] um conjunto de paixões, até então diversamente conhecidas como ganância, avareza ou amor do lucro, podia ser empregado de modo útil para confrontar e refrear outras paixões tais como ambição, volúpia de poder ou volúpia sexual. […] [O] vocábulo *interests*, na realidade, continha – e, por extensão, conferia à atividade do ganhar dinheiro – uma conotação positiva e curativa, a qual deriva de sua próxima e recente associação com a idéia de um modo mais esclarecido de se conduzir os negócios humanos, tanto os privados quanto os públicos. […] Desta forma limitada e domesticada a idéia da *mobilização das paixões* foi capaz de sobreviver e prosperar, tanto como um dos dogmas principais do liberalismo do século XIX**,** quanto como um dos postulados centrais da teoria econômica. […] Esse namoro com o interesse enquanto chave para a compreensão da ação humana prolongou-se até o século XVIII, quando Helvétius, a despeito de sua exaltação das paixões, proclamou: Assim como o mundo físico é regido pelas leis do movimento, *o universo moral é regido pelas leis do interesse*. (HIRSCHMAN, 1977, p. 48)

Interessa-nos destacar aqui, da obra de Hirschman (1977) *que, numa Europa em que se formavam Estados nacionais, pós Reforma, pós guerras religiosas, e em busca de uma ordem social pacificada, consolidou-se assim uma transição de “sujeitos carentes decadentes”, numa “ontologia cristã”, para uma noção de cada indivíduo “procurando seu interesse”* (NEIBURG, 2014). Consolidação que viajou para as Américas, forjando entidades que constituiriam o *mercado* nos EUA, como nos mostra Weber (2004), em “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”. Benjamim Franklin, calvinista e um dos líderes da guerra que tornou os EUA independentes, em 1776 “nos faz um sermão” (WEBER, 2004, p. 44) estabelecendo traduções como a de que “tempo é dinheiro”, “crédito é dinheiro”, e “dinheiro pode gerar dinheiro”:

---

150 Para o autor, “Hume propõe a contenção do ‘amor do prazer’ pelo ‘amor do ganho’ (…). No decorrer do século seguinte [...] tanto a natureza humana quanto as paixões vieram a ser amplamente reabilitadas. (…) [O] remédio da paixão contraposta continuou a ser recomendado, ainda que as paixões fossem agora consideradas antes revigorantes do que perniciosas” (HIRSCHMAN, 1977, p. 24).

151 Processo para o qual teria contribuído “a velha associação entre *interest* (no sentido de juros) e empréstimos de dinheiro” (HIRSCHMAN, 1977, p.34).

> Lembra-te que *tempo é dinheiro*; aquele que com seu trabalho pode ganhar dez xelins ao dia e vagabundeia metade do dia, ou fica deitado em seu quarto, não deve, mesmo que gaste apenas seis pence para se divertir, contabilizar essa despesa; na verdade gastou, ou melhor, jogou fora cinco xelins a mais.
> Lembra-te que *crédito é dinheiro*. Se alguém me deixa ficar com seu dinheiro depois da data do vencimento, está me entregando os *juros* ou tudo quanto nesse intervalo de tempo ele tiver rendido para mim. Isso atinge uma soma considerável se a pessoa tem bom crédito e dele faz bom uso.
> Lembra-te que o *dinheiro é procriador por natureza* e fértil. O dinheiro pode gerar dinheiro, e seus rebentos podem gerar ainda mais, e assim por diante.
> […]
> Isso mostra, além do mais, que *não te esqueces das tuas dívidas*, fazendo com que pareças um homem tão cuidadoso quanto honesto, e isso aumenta teu crédito. (WEBER, 2004, p. 42-44)

Weber (2004, p. 45-46) situa em Massachusetts, terra natal de Benjamin Franklin, a existência desse "ethos peculiar", a que chama de "espírito do capitalismo", antes mesmo do "desenvolvimento do capitalismo"[152]. À revelia das intenções dos reformadores, aquela tradução da religiosidade teria contribuído para um "espírito do capitalismo", em que a ambição por um "ganho legítimo e racional" e a "empresa capitalista moderna" (WEBER, 2004, p. 57) reforçaram-se mutuamente. Ambos mostram-se presentes por exemplo nos *bancos modernos, corporações cujo funcionamento é regulado por bancos centrais, por meio das reservas fracionárias e das taxas de juros. Estas entidades formam na atualidade elementos importantes do chamado Mercado, tanto na Europa, nos EUA, como em diversos outros países. Entidades tão estabilizadas que por vezes são tomadas como naturais, ignorando sua historicidade e as contingências locais e temporais que as configuraram e permitiram seu espalhamento, sua viagem para outros locais e sua consolidação através do tempo.*

Nestes breves resgates, procurei dar luz à historicidade de tais entidades *de Mercado*. Com isso, busco fortalecer uma visão, adotada nesta tese, que se afasta da noção de *Mercado*, enquanto ente abstrato e dessituado, e aproxima-se do

---

152 "'Capitalismo' existiu na China, na Índia, na Babilônia, na Antiguidade e na Idade Media. Mas, como veremos, faltava-lhe precisamente esse ethos peculiar. […]. O ganho de dinheiro – contanto que se dê de forma legal – é o resultado e a expressão da habilidade na profissão, e essa habilidade, é fácil reconhecer na passagem citada como em todos os seus escritos sem exceção, constitui o verdadeiro alfa e ômega da moral de Franklin. […] [N]a terra natal de Benjamin Franklin (Massachusetts) o 'espirito do capitalismo' (no sentido por nós adotado) existiu incontestavelmente antes do 'desenvolvimento do capitalismo'". (WEBER, 2004, p. 45-47)

exame mais cuidadoso de *mercados* específicos e com características diversas (como aqueles ensaiados pelas moedas locais brasileiras). Nesse sentido, importa ressaltar, como chama atenção Neiburg (2010, p. 7),

> a distinção estabelecida por autores como Karl Polanyi et al. (1957), George Dalton e Paul Bohannan (1965), entre mercado como princípio abstrato de organização da vida coletiva — é a ele que remetem expressões usadas pelos economistas como 'sociedade de mercado' — e os 'lugares dos mercados',

(no inglês, *market* e *marketplace*, respectivamente). Tal atenção especial aos "lugares de mercado" aparece também em trabalhos como o de Fernand Braudel (1987) que associa o desenvolvimento do capitalismo à conexão de mercados locais, formando redes de longa distância, em um longo processo, onde

> no século XVII […] a feira cede o lugar às bolsas, às praças de comércio […], ou seja, um fluxo contínuo substitui os encontros intermitentes. [Já no] século XVIII, […] o dinheiro e o crédito correm assim cada vez mais livremente de um lugar para outro. […] [A]o lado do mercado público tradicional […] se desenvolve um mercado privado […] à margem da praça onde ele se desenrola [… , constituído por] trocas desiguais em que a concorrência […] dificilmente tem lugar. [… Esse processo] *rompeu as relações diretas entre o produtor e aquele a quem a mercadoria se destina finalmente*[: …] *quanto mais essas cadeias se alongam, mais escapam às regras e aos controles habituais, mais o processo capitalista emerge claramente*. […] O que lamento, por minha parte, não como historiador, mas como homem do meu tempo, é que, tanto no mundo capitalista quanto no mundo socialista, seja recusada uma distinção entre capitalismo e economia de mercado. (BRAUDEL, 1987, p. 20-74, grifo nosso)

Braudel (1987) marca dessa forma uma distinção entre a existência de mercados e do capitalismo, aproximando este da perda das relações mais próximas e transparentes entre produtores e consumidores – perda esta, um dos motivadores desta investigação, como destaquei na introdução. O debate parece muitíssimo atual e pertinente para esta pesquisa, pois ao enfatizar tal distinção entre capitalismo e mercados, o autor abre espaço para a discussão de propostas que tentam (re)unir o *social* e o *econômico, "*universos construídos como autônomos e contraditórios: família e afetos de um lado, dinheiro e interesse do outro." (NEIBURG, 2010, p. 10). Como exemplos dessas propostas, a economia solidária nos termos de Paul Singer, "que fala de um socialismo acontecendo" (MOTTA, 2014), e os bancos comunitários

e as moedas sociais, defendidos por Joaquim Melo de argumentações segundo as quais ambos seriam uma versão da economia solidária que teria “se vendido ao capitalismo” - crítica que se complexificaria com o caráter eletrônico da moeda social (JOAQUIM, 2016c). Discutirei em mais algumas páginas as fronteiras entre *social* e *econômico*, antes de entrarmos no dia a dia do Preventório e do E-dinheiro.

4.2 (RE)CONHECENDO O *SOCIAL* E O *ECONÔMICO*

Após resgatar um pouco das histórias de bancos, corporações, juros e mercados, entidades que *a priori* habitam as seções econômicas dos jornais, sigo nesta seção quatro pistas obtidas em entrevistas a economistas, sobre moedas sociais e bancos comunitários, a saber: na primeira, Asier Ansorena, economista espanhol formado nos EUA e com 8 anos de trabalhos no Banco Palmas, afirmou que um economista não entenderia “o que se passa ali [no BCD]” (ASIER, 2015b). Ao conversar com Walsey Magalhães (2017), que então trabalhava no Departamento de Inclusão Produtiva – DIPRO (antigo Departamento de Economia Solidária – DESOL) do BNDES, perguntei se sua formação era de economista: “não me xinga!”, foi a resposta, seguida por risos. Thayana Hermano, que cursava o último ano em economia na Universidade Federal Fluminense (UFF), decidiu fazer a monografia da disciplina “Teoria Monetária” sobre tema das moedas sociais, após ser apresentada por mim ao assunto, a respeito do qual nunca havia ouvido falar – confessou que, se soubesse do tema antes, teria vontade de fazer o trabalho de final de curso no assunto (HERMANO, 2015a). Finalmente, Bruno Théret, economista francês entrevistado durante a IV Conferência Internacional de Moedas Sociais, chamou minha atenção para a dificuldade de circulação de publicações dissonantes do *mainstream* na comunidade de conhecimento de economistas naquele país[153]. Quatro economistas, quatro indícios da distância da disciplina economia em relação

153 Mais sobre a conferência em <https://symposium.uoc.edu/3642/detail/iv-international-conference-on-social-and-complementary-currencies_-money-consciousness-and-values-.html>. Acesso em: 12 jan. 2018.

ao tema das moedas sociais, em certa medida, indícios da questão da presente seção: a distância entre o (que se considera) *econômico* e o (que se considera) *social*.

Encarar como um processo histórico e contingencial a própria definição sobre do que trata (e do que não trata) a economia enquanto disciplina – e quais os seus pressupostos –, auxilia-nos a compreender os estranhamentos dos entrevistados, no parágrafo acima. Para isso, vale examinar "Possibilidades de práticas ontológicas situadas", onde Marques (2012, p. 1) diagnostica um quadro em que o "[c]onhecimento confiável é hoje em dia oficialmente identificado com conhecimento científico", e, ademais, "uma parte imensamente sobrepujante dos fatos científicos e dos artefatos tecnológicos é produzida no Norte". Marques fala-nos de uma *epistemologia* ainda hoje muito forte, que supõe um mundo das "coisas-em-si, coisas ou objetos que possuem essências independentes das questões dos homens-entre-si": os objetos e artefatos técnico-científicos obedeceriam a leis "não-humanas, universais e neutras, fora do bem e do mal, fora da história" (MARQUES, 2012, p. 3). Preocupado com a circulação desses objetos no Brasil, o autor enumera algumas dessas

> entidades modernas, trazidas pelo contato com a civilização que vinha da Europa, que remonta às raízes do Brasil: não só espelhos, anzóis e machados de metal, armas de fogo, tecidos, estradas e carros, navios a vapor, ferrovias, telefones, produtos sintéticos, automóveis, aviões, televisão, computadores, telefones celulares, etc. (…), mas também outros objetos, tais como o fordismo-taylorismo, *sociedades anônimas, sistema financeiro*, P.I.B., toyotismo, etc. e ainda mais outros objetos, fatos e artefatos, como a lei da gravidade, campos eletro-magnéticos, partículas, vírus, estado-nação, democracia, etc. (MARQUES, 2012, p. 8, grifo nosso).

Situando tais reflexões no presente capítulo, atentemos para as *sociedades anônimas* e o *sistema financeiro* (citados pelo autor), e ainda para os bancos, bancos centrais, corporações e juros, objetos cujas histórias foram brevemente restituídas na seção anterior. A tarefa de jogar luz sobre o caráter contingencial de tais entidades, hoje razoavelmente estabilizadas no campo da disciplina da economia, parece essencial para esta pesquisa, que lida com o que chamo de

objetos novos (como BCDs e moedas sociais), em busca de estabilização. Examinando o processo de naturalização dos juros como fenômeno econômico, por exemplo, ele está longe de ser uniforme, como revelam propostas como a do alemão Sylvio Gesell (nascido em 1862, mesmo ano do "Legal Tender Act" dos EUA), para desestimular o acúmulo de dinheiro (DODD, 2014a, p. 18), algo como uma taxa de juros negativa[154]; um processo que também não é universal, como mostram-nos relatos da presença da noção de juros associada mesmo à ideia de dádiva, em estudos de sociedades como a da Polinésia (onde Marcel Mauss (2003, p. 247) aponta que toda dádiva era retribuída com juros, em geral de 30% a 100% ao ano).

Em textos de autores como Karl Polanyi (2000, 1957), Dalton (1967), Edward Leclair (1962), Burling (1962), Mill (1836) e Herskovits (1953) encontramos diferentes visões sobre a quê se deveria referir o processo econômico. De um lado, proposições *formalistas,* para quem: economia é o estudo do economizar, que por sua vez é a alocação de *recursos escassos* entre fins alternativos (LECLAIR, 1962; BURLING, 1962, tradução nossa)[li]; o fato econômico são as *escolhas* (NEIBURG, 2014), e estas têm a ver com a discussão sobre *motivações* das ações, e o foco dá-se nas ações/pessoas individuais (NEIBURG, 2014); há *desejos* infinitos que motivam a ação humana (MOTTA, 2014); a sociedade consiste em *permutadores individuais* que possuem um conjunto de mercadorias (bens, terra, trabalho e seus compostos), sendo o dinheiro simplesmente uma das mercadorias (POLANYI, 2000, p. 233); e pressupõe uma definição abstrata de homem (MILL, 1836, p. 324). De outro, abordagens *substantivistas*, que defendem que: economia é associada não a

154 Mais em <https://ftalphaville.ft.com/2015/02/02/2103032/negative-rates-and-gesell-taxes-how-low-are-we-talking-here/>. Acesso em 07 fev 2018. "Para aqueles não familiarizados com a idea do século 19 de uma taxa Gesell, ela é basicamente um tributo (*stamp tax*) no dinheiro que age como uma taxa negativa de juros". "Alguns consideram a ideia de Gesell como uma política de taxa de juros negativa. A diferença entre elas é que, com as reformas de dinheiro livre de Gesell, acumular dinheiro torna-se impossível pois seu valor de face é depreciado regularmente. Isso força a circulação do dinheiro. Com juros negativos, ao contrário, há a possibilidade de se acumular dinheiro pois o valor de face do dinheiro é constante e as pessoas podem usar seu dinheiro como um meio de poupança". Mais em <https://en.wikipedia.org/wiki/Silvio_Gesell>. Tradução nossa. Acesso em: 07 fev 2018.

escolhas, mas a formas de *consumir, produzir e distribuir* bens (NEIBURG, 2014); o sustento pode ou não depender de escolhas, e se houver escolha, não necessariamente é induzida pelo efeito limitante de uma "escassez" de meios (POLANYI, 1957, p. 243, tradução nossa)[lii]; a economia define-se a partir de demandas materiais mínimas supostas indispensáveis pra vida (MOTTA, 2014); a economia do homem, como regra, está submersa em suas *relações sociais* (POLANYI, 2000, p. 65), embebida, encrustada na sociedade (NEIBURG, 2014) - nesse sentido, religião e governo podem ser tão importantes para a estrutura e funcionamento da economia quanto instituições monetárias (POLANYI, 1957); o sistema econômico é dirigido por *motivações não-econômicas* (POLANYI, 2000, p. 65); o foco está nas organizações, nas instituições e nas relações entre moeda, comércio e mercado (NEIBURG, 2014); existem outros *princípios de comportamento econômico* nas "sociedades primitivas", para além da compra e venda de mercado, como a redistribuição e reciprocidade (DALTON, 1967; POLANYI, 2000); algumas características do dinheiro moderno são na verdade requisitos como meio de troca comerciais (DALTON, 1967, p. 59)[155].

Essa lista, não exaustiva, ressalta diferentes pontos de vista entre

> os chamados "formalistas", [que] consideravam (tal como os economistas) que todos os seres humanos estavam orientados pelo mesmo tipo de comportamento (racional e maximizador de recursos escassos) e os chamados "substantivalistas", mais abertos a pensar formas de organizar as relações entre as pessoas e as coisas distintas daquelas próprias dos ideais que orientam a "sociedade de mercado". (NEIBURG, 2010, p. 20)

Apesar do objetivo desta pesquisa não ser o de analisar amplamente tal debate, parece-me pertinente pontuar que tais enquadramentos distintos do *econômico* têm consequências, por exemplo, ao se discutir o dinheiro moderno. O posicionamento de Eugênia Motta, ao afirmar que os defensores da adoção de moedas sociais consideram "que a moeda não é neutra" (MOTTA, 2014), dialoga

155 Os termos *substantivistas* e *formalistas* são encontrados literalmente em diferentes textos, como em Cook (1966) e Polanyi et al. (1957).

com o substantivista Dalton (1967), ao analisar diferenças entre os usos e significados do dinheiro nas sociedades contemporâneas ocidentais e em outras – muitas vezes ditas primitivas. O autor coloca que

> a questão não é se – como convencionalmente colocado – […] gados, bodes […] - são 'realmente' 'dinheiro'? É, ao invés disso, como as similaridades e diferenças entre tais itens [das sociedades primitivas] e os dólares [das atuais] se relacionam com similaridades e diferenças na estrutura socioeconômica (DALTON, 1967, p. 45, tradução nossa)[liii].

Assim, a não neutralidade da moeda ganha uma tradução em Dalton (1967), que aponta para o argumento da indissociabilidade entre moeda e estrutura socioeconômica. Tal indissociabilidade carrega uma dimensão temporal, que fica clara no clássico "Ensaio sobre o dom", onde Marcel Mauss resume seu ponto de vista sobre a construção do conceito atual de moeda:

> [e]m todas as sociedades que precederam as que amoedaram o ouro, o bronze e a prata, houve outras coisas – pedras, conchas e metais preciosos, em particular – que foram empregadas e serviram de meio de troca e de pagamento […]. [S]ob *dois pontos de vista, essas coisas preciosas têm as mesmas funções que a moeda de nossas sociedades*, e portanto merecem ser classificadas pelo menos no mesmo gênero. Elas têm um *poder de compra* e esse poder é *calculado em números [*…]. Em nossa opinião, a humanidade tateou por muito tempo. Na primeira fase, ela descobriu que certas coisas, quase todas mágicas e preciosas, não eram destruídas pelo uso, e estas foram dotadas de poder de compra; […] segunda fase, […] descobriu que esses instrumentos de compra podiam servir de meio de contagem e circulação das riquezas. […] [S]e inventou – *terceira fase – o meio de separar essas coisas preciosas dos grupos e das pessoas, de fazer delas instrumentos permanentes de medida de valor, de medida universal,* se não racional – à espera de melhor. Houve portanto, a nosso ver, uma forma de moeda que precedeu as nossas. (MAUSS, 2003, grifo nosso)

Ainda sobre a construção do conceito de moeda e suas funções, voltando a Dalton (1967, p. 44), o autor concorda que o que se chama de "dinheiro primitivo" "possui algumas das funções do nosso dinheiro, mas dificilmente todas", e que "ele é usado de algumas formas que o nosso não é"[liv]. O *nosso*, a que tenho me referido como *dinheiro moderno*, teria características essenciais:

> deve funcionar como meio de troca e como medida comum de valor, como instrumento de riqueza concentrada, o meio pelo qual o valor pode ser

> acumulado. Dinheiro também (…) serve como padrão de pagamentos futuros (*deferred*) (DALTON, 1967, p. 45, tradução nossa)[lv].

Ocorre que, para Dalton (1967), tais *características da moeda e do dinheiro não independem de tempo e espaço. Ao contrário, seria a "organização de mercado integrado nacional que dá conta das características monetárias ocidentais, usadas como modelo de dinheiro 'real'"* (DALTON, 1967, p. 44, tradução nossa)[lvi] - ou, como adotamos aqui, *dinheiro moderno*. Sobre *esse dinheiro*, como vimos na introdução, Polanyi associa a "moeda de uso geral" (*all purpose money*) às sociedades modernas, relegando moedas "de usos específicos" (*special purpose money*) ao plano das "sociedades antigas nas quais diferentes objetos são utilizados para diferentes usos da moeda" (DISSAUX; FARE, 2017, p.8, tradução nossa)[lvii]. *Para Dalton (1967), moeda e dinheiro têm características diferentes de acordo com suas redes, com as organizações sociais em que estão inseridos*: no caso da *economia moderna*, "muitos itens e serviços são diretamente comparáveis, porque todos estão disponíveis em preços estabelecidos no mesmo dinheiro" (DALTON, 1967, p. 46, tradução nossa)[lviii]. Nas economias ocidentais modernas, por exemplo, o mesmo dinheiro utilizado para fins comerciais também é usado para outros princípios: redistribuição (que engloba pagamentos obrigatórios para o Estado, a fim de que sejam providos serviços comunitários) e reciprocidade (por exemplo no dar e receber presentes de amigos e parentes) (DALTON, 1967).

A *não neutralidade do dinheiro* traduz-se também na *ênfase em sua agência*, característica ressaltada quando Gustavo Onto (2015) aponta que Keynes iniciou uma teoria monetária que é mais relacionada a autores como Mauss, Simmel e Polanyi. O pensamento econômico do inglês, a quem mencionei brevemente no capítulo 2 (e cuja proposta saiu perdedora em Breton Woods), circulou por exemplo nas últimas duas conferências de moedas sociais e complementares, em apresentações de Henrique Pavan, economista e pesquisador brasileiro de moedas sociais e complementares: para Pavan (2015, 2017), tais moedas podem fazer a renda local aumentar, o que iria contra a teoria neoclássica, aproximando-se do pensamento neokeynesiano (que considera que a moeda influencia na renda e no desenvolvimento). Não foi à toa que a professora da estudante em economia

Thayana Hermano, ao comentar sua apresentação sobre a moeda social Palmas, associou-a com o pensamento de Keynes (HERMANO, 2015c). Em sua obra, o inglês defendia intervenções do estado na economia, como na

> tese de que o Estado deveria intervir na fase recessiva dos ciclos econômicos com sua capacidade de imprimir moeda para aumentar a procura efetiva através de déficits do orçamento do Estado e assim manter o pleno emprego.[156]

Tal abordagem *afasta-se da noção de que o dinheiro seria neutro*, como diz "a teoria geralmente aceita" (LIETAER, 2003). Ou seja, ele "não afeta[ria] o tipo de transações que fazemos, ou o tipo de relações que estabelecemos enquanto realizamos essas operações" (LIETAER, 2003). Para Théret (2018, p. 21, tradução nossa),

> se não assumimos que o dinheiro é neutro mas considerarmos que regimes monetários impactam os regimes de crescimento e de endividamento, a qualidade de um regime monetário não pode ser reduzida à estabilidade dos preços do dinheiro[lix].

Se as reflexões substantivistas influenciaram em formulações econômicas que incorporaram a não neutralidade do dinheiro (como no caso de Keynes), elas também foram objeto de críticas, como a de que Polanyi teria erguido uma "grande divisão" entre nós (*modernos*, acostumados à circulação de bens por mercados) e os outros (*não modernos*, com bens circulando por outros meios, como o da reciprocidade, muitas vezes sem moedas modernas e sem Estado) (NEIBURG, 2014). Divisão (suposta) essa que é desfeita por autores da "nova sociologia e antropologia da economia" a partir do final da década de 1980 (NEIBURG, 2014): tal campo não resolveria questões complexas debatidas por substantivistas e

156 "As políticas econômicas intervencionistas foram inauguradas por Roosevelt com o New Deal, que respaldaram, no início da década de 1930, a intervenção do Estado na Economia com o objetivo de tentar reverter uma depressão e uma crise social que ficou conhecida como a crise de 1929 e, quase simultaneamente, por Hjalmar Horace Greeley Schacht na Alemanha Nazista. Cerca de 3 anos mais tarde, em 1936, essas políticas econômicas foram teorizadas e racionalizadas por Keynes em sua obra clássica Teoria geral do emprego, do juro e da moeda." Mais em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Escola_keynesiana>. Acesso em: 14 fev. 2018.

formalistas, mas teria adicionado uma “nova camada”, considerando teorias econômicas como objetos de análise e os próprios economistas como nativos (MOTTA, 2014)[157].

Retomando Callon (1998, p. 22, tradução nossa), por exemplo, o autor propõe que a aplicação de teorias econômicas, embutidas em diferentes ferramentas, *performa* o humano e suas redes: o “homo economicus existe, mas não é uma realidade a-histórica que descreve uma natureza escondida do ser humano”[lx], numa referência que se afasta de uma abordagem formalista. Assim, para um *agenciamento calculativo* – noção introduzida no início do capítulo – que habita um mercado, as teorias econômicas fazem diferença: “a ciência econômica (*economics*) *performa*, molda e formata as práticas econômicas (*economy*), em vez de observar como elas funcionam” (CALLON, 1998, p. 2, tradução nossa)[lxi]. Em outros termos, ao contrário de apenas *descrever* a realidade, as teorias econômicas também *prescreveriam* as práticas econômicas: movimento duplo que caracteriza a *performatividade*.

Segundo essa visão, situada no campo da nova sociologia e antropologia da economia, por quais meios, de que formas teorias e práticas econômicas estariam conectadas? Para o autor, as materialidades das peças de *marketing* seriam exemplos de elos que conectam ciência e práticas econômicas (CALLON, 1998). Trazendo a discussão mais para perto da presente pesquisa, proponho que não apenas as peças de *marketing*, mas da mesma forma *os artefatos que constituem as moedas circulantes – tais como papéis-moeda, cartões e aplicativos – agem como conectores que ajudam a performar mercados (no sentido de descrevê-los e prescrevê-los) e práticas econômicas*. A performatividade também aparece em um dos dez preceitos para os “Estudos Sociais das Finanças”, enunciados por Donald Mckenzie: teorias econômicas não só influenciam pessoas, mas estão incorporadas em procedimentos e artefatos físicos, não apenas em ideias (MACKENZIE, 2009).

157 Para Eugênia Motta (2014) não há correspondência entre posições de “esquerda” e “direita” com posições “formalistas” e “substantivistas”.

Os preceitos são inspirados nos "*social studies of science and technology*" (Estudos CTS, em português, pelos quais passamos no capítulo passado), e também incluem a noção de que "atores são agenciamentos" *(actors are agencements)*, que ressalta por exemplo a diferença na agência de um ser humano equipado com ou sem uma calculadora financeira (MACKENZIE, 2009, p. 8).

Com o que vimos até aqui, posso propor que "o econômico" é construído historicamente, não estando assim apartado de teorias, de artefatos, nem do "social". Caminho agora no restante da seção com o olhar mais detido neste último, seguindo também autores associados ao campo da nova antropologia e sociologia da economia. Viviana Zelizer enfatiza como, mesmo na vida moderna as pessoas marcam e separam seus dinheiros, conferindo diferentes sentidos, a depender por exemplo da origem e do destino do dinheiro moderno. Em "The Purchase of Intimacy", Zelizer discute três visões sobre as fronteiras entre "mercados e domínios íntimos" (ZELIZER, 2000, p. 22): a visão de *"esferas separadas e mundos hostis"* (*separate spheres and hostile worlds*) assume que a "racionalidade industrial expeliu solidariedade, sentimento e intimidade dos mercados, firmas e economias nacionais" (ZELIZER, 2000, p.24, tradução nossa)[lxii]; na abordagem *"nada mais que"* (*nothing-but*), a autora agrupa três princípios: "nada mais que racionalidade econômica, nada mais que cultura, e nada mais que política" (ZELIZER, 2000, p. 29, tradução nossa)[lxiii]; finalmente, Zelizer (2000, p. 29) enuncia a corrente de *"vidas conectadas"* (*connected lifes*), onde se posiciona, e que afirma que

> pessoas criam vidas conectadas ao diferenciarem seus múltiplos laços sociais uns dos outros, marcando fronteiras entre esses diferentes laços por meio de práticas cotidianas, sustentando esses laços através de atividades conjuntas (*incluindo atividades econômicas*), mas constantemente negociando o exato conteúdo de laços sociais importantes (ZELIZER, 2000, p. 31, grifo nosso, tradução nossa)[lxiv].

Segundo essa linha, atividades "econômicas de produção, consumo, distribuição e transferências de ativos desempenham parte significativa na maioria das relações interpessoais" (ZELIZER, 2000, p. 31, tradução nossa)[lxv] [158]. Por tal

158 A autora aponta ainda que "Nicole Woolsey Biggart observa a operação de laços íntimos em

visão, *os mundos social e econômico entrelaçam-se,* em certo sentido discordando da visão pollanyiana, de que a economia teria se desvinculado da sociedade. Nesta mesma linha, em outro momento a autora afirma que "[…] assumimos, como o fizeram a maioria dos pensadores 'sociais' dos últimos 100 anos, […] que o dinheiro 'despersonaliza' todas as interações" (ZELIZER, 1998). Contudo, para Zelizer (1998),

> se você observar as práticas das pessoas e ver como o dinheiro funciona na vida social, você vê pessoas transformando o dinheiro em vez de serem transformadas por ele.

Nesse sentido, as relações entre humanos não seriam necessariamente "despersonalizadas" pelo dinheiro para a autora, mas as pessoas seriam muito mais ativas do que se pensa: elas personalizariam o dinheiro (ZELIZER, 1998). Por outros caminhos, Bruno Latour também discute o entrelaçamento do econômico e do social, sem aderir a formalistas ou substantivistas. Resgatando debates entre Gabriel Tarde e Émile Durkheim nas origens da própria formação da sociologia como disciplina, Latour argumenta que o "embutimento" de Polanyi liga-se à ideia de uma *sociedade* preexistente à *economia*. O francês aponta que

> [s]e há, para Tarde, um erro a ser evitado, é o de encarar os fatos sociais "como coisas" […]. [O] "embutimento" (*embeddedness*) [proposto por Polanyi] daquilo que é econômico naquilo que é social tinha a grande impraticabilidade (*impraticality*) de assumir uma existência anterior da sociedade (LATOUR; LEPINAY, 2009, p. 29, tradução nossa)[lxvi].

Para o autor, a abordagem de Tarde dissolve as estruturas

> do mercado puro e perfeito, claro, mas também aquelas do mundo social que são aceitas por sociólogos como Durkheim e seus discípulos. (LATOUR; LEPINAY, 2009, p. 82, tradução nossa)[lxvii].

Como vimos no capítulo anterior, Latour defende uma sociologia das

---

organizações de venda direta. Companhias como Amway, Tupperware, ou Mary Kay Cosmetics, longe de introduzirem relações estritamente profissionais, baseiam-se em redes sociais de intimidade para o merchandising de seus produtos […]. Além disso, a venda direta é percebida como fortalecedora do casamento e de laços familiares" (ZELIZER, 2000, p. 45, tradução nossa).

associações (em oposição ao que chama de sociologia do social), em acordo com o que já destacamos em outro momento (FARIA, 2010, p. 66, grifo nosso):

> Latour (2005, p. 68) enfatiza o que seria uma das consideráveis diferenças de abordagem entre o que ele chama de "sociologia das associações", que utiliza a TAR como método, e a "sociologia do social", cuja análise da sociedade partiria de categorias estabilizadas (classes, gêneros, raças etc.). Assim, o autor propõe tratar o *"social" não como "um tipo específico de ingrediente* que difere de outros materiais", mas como *"um movimento durante um processo de agrupamento"* (LATOUR, 2005, p. 1, tradução nossa)[lxviii].

O autor vincula o social ao movimento de reunir, porém sem excluir não humanos desse movimento. Sua justificativa para tal inclusão, em Reassembling the Social, passa pela noção de que "competências sociais básicas provêm apenas um minúsculo subconjunto das associações que compõem a sociedade" (LATOUR, 2005, p. 69, tradução nossa)[lxix]. Para o autor,

> [é] o poder exercido através de entidades que não dormem e associações que não se desmancham que permitem que o poder dure e se expanda — e, para atingir tal façanha, muitos materiais além de pactos sociais têm que ser pensados (LATOUR, 2005, p. 70, tradução nossa)[lxx].

Latour (2005) defende que o "social face a face" não seria suficiente para estabilizar relações. A importância do "face a face" – que nos remete à categoria da *proximidade*, cara para esta pesquisa como vimos nos capítulos 2 e 3 – nas relações sociais é discutida e relativizada também por Erving Goffman, para quem, mesmo em um *face a face* aparentemente não mediado, há enquadramentos (*frames*) que agem em nossas percepções de realidade[159]. Goffman (1986, p. 1, tradução nossa) ressalta a tradição de William James: em vez de perguntar o que é a realidade, enfatiza "sob quais circunstâncias nós pensamos que as coisas são reais", colocando luz nos "diferentes 'mundos' que nossa atenção e interesse podem tornar

159 No prefácio da obra de Goffman (1986, tradução nossa), Bennett Berger coloca que "[u]m enquadramento, nesse sentido, é apenas uma metáfora particularmente tangível para o que outros sociólogos tentaram invocar palavras como '*backgrounds*', 'configuração' (*setting*), 'contexto' ou uma sentença como 'em termos de'. Todos esses tentam transmitir que o que acontece na interação é governado usualmente por regras ou princípios geralmente não ditos, mais ou menos implicitamente definidos pelo caráter de alguma entidade maior, embora talvez invisível (por exemplo, 'a definição da situação') 'dentro' da qual a interação ocorre".

reais", a que chama de "ordens de existência"[lxxi]. Destaca ainda que a descrição de um "mesmo" evento ou situação por pessoas diferentes podem variar enormemente (GOFFMAN, 1986, p. 9). A essas distinções, Goffman chama de enquadramento (*frame*), como resume Bennett Berger, no prefácio do livro:

> [a] maioria de nós acha muito ameaçador preferirmos pensar nas relações face a face como um dos últimos refúgios de calor (*warmth*) em um inverno burocrático. Sob as lentes de Goffman nós vemos a micropolítica como severamente fria e com um cenário tão alegremente montado como a diplomacia internacional (GOFFMAN, 1986, p. XVIII, tradução nossa)[lxxii].

Essa discussão interessa-nos na medida em que investigo redes que se pretendem valorizadoras do *social*, do *humano*, do *comunitário* e do *solidário*, sem contudo abrir mão das muitas artificialidades presentes nos papéis-moeda, nos cartões e nos aplicativos móveis. Considerar o *social* como *um movimento de agrupamento cujos laços não excluem nem elementos não humanos* (LATOUR, 2005, p. 1), *nem atividades econômicas* (ZELIZER, 2000) *e, além disso, não redutível às iterações face a face (que quando ocorrem são também permeadas por muitas agências*, como nos mostra GOFFMAN (1986)), parece nos fazer caminhar para os sentidos apresentados pelas práticas cotidianas dos atores e redes que acompanho nesta pesquisa. Cabe acrescentar, redes que se pretendem menos hierárquicas e mais horizontais, como na *autopoiese*, nas palavras de Joaquim Melo (2016c). Joaquim acrescenta à abordagem proposta acima do *social* um conceito dos "biólogos e filósofos chilenos Francisco Varella e Humberto Maturana, que remetem à 'capacidade dos seres vivos de produzirem a si próprios'" (AUTOPOIESE, 2018).

Em Cognição, Ciência e Vida Cotidiana, Maturana entra

> claramente em discordância com o discurso sociológico corrente. Eu penso que nem todas as relações humanas são relações sociais. (…). [O] social é uma dinâmica de relações humanas que se funda na aceitação mútua. Se não há aceitação mútua e se não há aceitação do outro, e se não há espaço de abertura para que o outro exista junto de si, não há fenômeno social. (MATURANA, 2014, p. 39)

O autor explica ainda que as racionalidades (ou domínios racionais, em suas palavras) não se oporiam às emoções, mas seriam fundadas em "premissas básicas aceitas *a priori*, isto é, em bases emocionais" (MATURANA, 2014, p. 181)[160]. A aceitação mútua traduz-se, para o autor, em um tipo específico de emoção, base para o social. Uma certa "modulação emocional" que teria sido forjada na própria construção histórica biológica do *Hommo sapiens*, onde "o compartilhar alimentos é fundamental" (MATURANA, 2001, p. 91)[161].

Além de ajudar a compor a abordagem do social trabalhada nesta pesquisa, os pensamentos de Maturana e Varela também são úteis para enriquecer nosso olhar sobre a epistemologia, que começamos a delinear no capítulo 3. Os autores circulam nas redes das moedas sociais não somente por meio de Joaquim Melo: outro indício é o prólogo a "Futuro sin fronteiras" – trabalho de Heloísa Primavera, divulgado na IV Conferência de Moedas Sociais e Complementares –, onde Alejandro Piscitelli apresenta a autora e fala da necessidade de "descaixapretizar" os mercados e o dinheiro, tratando nossa "cegueira cognitiva" (PRIMAVERA, 2017, p. 12-13). Piscitelli situa Varela e Maturana ao lado de Bruno Latour:

> [h]oje que as "fakenews" espantam […] e quando é fácil culpar os algoritmos do Google e do Facebook [… pela eleição de Donald Trump], devemos voltar a Latour, mas também a Varela, a Maturana […] e a todos os nossos aliados dos anos 70 [aos quais teríamos que retomar] para entender por que não entendemos quase nada, se tomamos como medida a eficiência de nossas ações que buscam a mudança disruptiva e que conseguem ser tão espetaculares e espasmódicas como pouco expansíveis, sustentáveis e viralisantes (PRIMAVERA, 2017, p. 12, tradução nossa)[lxxiii].

160 E acrescenta que, "[…] ao não compreendermos os fundamentos emocionais de nosso agir, tornamo-nos prisioneiros tanto da crença de que os conflitos e problemas humanos são racionais — e, portanto, devem ser resolvidos através da razão —, quanto da crença de que as emoções destroem a racionalidade e são uma fonte de arbitrariedade e desordem na vida humana" (MATURANA, 2001, p. 181).

161 Maturana (2001, p.91) desenvolve a questão: "[e]ntão eu pergunto: qual o modo de vida que se conserva nesta história, de tal forma que nós somos o seu presente? Eu diria que o que se conserva é muito interessante. A história dos hominídeos, que eventualmente tem seu presente no Homo sapiens, é uma história de vida de grupos pequenos em interações recorrentes, na convivência em grupos pequenos coletores de grãos, de nozes, de sementes — e sabemos isso pelas características da arcada dentária. Eram caçadores ocasionais que compartilhavam alimentos. Nesta história, compartilhar alimentos é fundamental, porque isto de poder passar algo a outro não é uma coisa tão simples."

Para o autor, Latour “nos ensinaria que a *verdade* nunca se impõe por si mesma, mas precisa de porta-vozes” (PRIMAVERA, 2017, p. 12, grifo nosso, tradução nossa)[lxxiv], como argumenta em “La fuerza de un argumento” - artigo de Latour traduzido por Primavera para aulas de epistemologia com Piscitelli na Universidade de Buenos Aires. Já Maturana, em suas reflexões epistemológicas, ou na “Biologia do Conhecer” (MATURANA, 2001, p. 12), argumenta sobre a impossibilidade humana em

> distinguir entre ilusão e o que chamamos cotidianamente de percepção. (…) Nós não podemos distinguir, na experiência, entre verdade e erro. O erro é um comentário a posteriori sobre uma experiência que se vive como válida. (MATURANA, 2014, p. 23)

O autor enfatiza a impossibilidade do acesso a uma verdade completamente independente do observador. Maturana contrapõe à “*objetividade”* (chamada por ele *objetividade sem parênteses*), onde uma afirmação cognitiva seria válida fazendo referência a uma realidade independente do observador, a uma “*(objetividade)*” (ou *objetividade com parênteses*), em que “meu escutar é diferente, porque aqui escuto reformulações da experiência, com elementos da experiência, que eu aceito” (MATURANA, 2014, p. 32). *Proponho aqui que tal visão é compatível com o que já ressaltei dos Estudos CTS e da TAR, na Seção 3. 2.1, uma vez que em vez de propagar uma epistemologia que busca o acesso a uma verdade sempre existente e independente de quem a observa, a TAR alinha-se a uma abordagem segundo a qual tal acesso é impossível; ainda, que considera as “verdades” como estabilizações provisórias, que incluem nossas percepções e comentários* a posteriori *sobre determinada experiência (como aponta Maturana), percepções essas obtidas não sem muitos elementos heterogêneos (como já vimos na TAR)*.

Munidos desta abordagem epistemológica, do *social* – pelos referenciais desta seção –, e cientes do *caráter histórico e contigencial de objetos como bancos, corporações e juros* – seção anterior –, sigamos mais próximos das principais

histórias desta pesquisa e das questões que as circulam. Algumas delas: por não emergirem do Estado, as moedas sociais estariam conectadas ao Mercado? Seriam então capitalistas? Como os atores vêm se organizando para gerar teorias e metodologias sobre as moedas sociais? De que maneiras tais teorias performam a realidade no Preventório, ontem e hoje? Como estabelecer comunidades de conhecimento que confiram respeitabilidade às experiências de moedas sociais?

5 O E-DINHEIRO NO PREVENTÓRIO E NA REDE DOS BCDS

Cena 7

20 de maio de 2013, dia de sol na praia de Charitas, Niterói, à beira da Baía de Guanabara. Em frente ao Morro do Preventório, pergunto onde fica o banco. Sem pestanejar, um motoboy aponta para o local, logo na subida do morro. Entrando no modesto banco, encontro Márcia Guedes, com quem vou conversar. Ela logo me avisa que o dia está confuso, porque "o sistema está fora. A Internet *voltou, mas tá lenta". Apesar do pouco movimento, por conta da indisponibilidade dos serviços de correspondente bancário da Caixa Econômica Federal (o "Caixa Aqui"), o banco estava aberto. Márcia aproveita para me contar sobre a visita de Joaquim Melo, na semana anterior. Com ele, viajaram toda a sua experiência do processo de construção do Banco Palmas, a metodologia, o conhecimento construído naquela comunidade distante. Mas também viajara, além desses "intangíveis", um material bem específico, que ganhou valor no momento em que chegou à comunidade. Após percorrer mais de 2.500 Km, chegaram ao Rio de Janeiro, Joaquim, sua mala, e 30.000 Prevês, "dinheiro" impresso numa gráfica, no Ceará. Perguntei por Marcos Rodrigo, que não estava no banco: tinha ido tentar convencer mais um comerciante da importância da aceitação do Prevê, com descontos nas mercadorias para os moradores. Seria um incentivo para que os moradores trocassem Reais por Prevês e fortalecessem a circulação da riqueza no próprio Preventório, o que deveria melhorar a vida de todos. Ao voltar, Marco disse que dessa vez não teve sucesso completo: "Marco, gosto muito de você, sou muito amigo do seu pai, mas… não vou aceitar o Prevê", disse um comerciante. Avistamos um morador do Preventório, pescador, chegando ao BCD. Ele está com problemas hoje: a pesca não rendeu, e isso terá implicações imediatas. Ele não conseguirá prover o básico da alimentação da família no final de semana. Veio tentar alguma coisa – afinal, sua esposa, artesã, já tinha lhe falado algo sobre o pequeno mas movimentado banco… Lá, entende melhor como o banco funciona – depois da convincente explicação de Sônia –, e decide pedir um empréstimo em Prevês (à época, em notas), sem juros, que pagará na semana que vem mesmo. Aproveito para conhecer as jovens bolsistas do projeto do BACEN e da Universidade Federal da Bahia que participam da pesquisa sobre exclusão financeira: Sofia (já cantora na igreja evangélica que frequenta) e Camila (já* rapper *e envolvida em diferentes militâncias) chegam desenvoltas, cada uma ao seu estilo,* tablets *em punho, e saem do banco após orientações "da Dona Sônia" rumo aos endereços (nem sempre corretos) que listam beneficiários do bolsa-família.*[162]

---

162 Cena baseada em entrevistas com Marcos Rodrigo e Márcia Guedes (2013), e em minhas vivências no BCD do Preventório (2015). Daqui em diante cito a participação de jovens, alguns deles relacionados com o banco comunitário, porém adotando os seguintes nomes fictícios: Camila, Sofia, Caio, Felipe, Gabriel, Isabela, Mário, Nalu, Heloísa e Samuel.

5.1 EM BUSCA DE CRÉDITO DENTRO E FORA DA FAVELA: “SE VIRA, MALANDRO”

Tinha eu 14 anos de idade
Quando meu pai me chamou
Perguntou-me se eu queria
Estudar filosofia
Medicina ou engenharia
Tinha eu que ser doutor.
Mas a minha aspiração
Era ter um violão
Para me tornar sambista
Ele então me aconselhou
- "Sambista não tem valor
nesta terra de doutor"
É seu doutor,
O meu pai tinha razão.[163]

A cena 7 mostra diferentes aspectos do cotidiano de um BCD que tem que “se virar” para sobreviver, com pouco suporte do Estado. O acordo que estabiliza a rede de uma moeda alternativa sem um fluxo constante (como no caso de Maricá) tem que ser construído, com mais dificuldades. A estabilidade da rede é precária: mesmo conhecendo o pai de Marcos de longa data, o comerciante ainda não estava convencido de que o acordo do Prevê iria mesmo valer na comunidade[164]. Nada mais natural para quem vive imerso em um acordo (o do uso dos Reais) quase que dado, ou inconsciente, como coloca Lietaer (2003). Guardadas as proporções, tal como nos “[…] Estados Unidos do início do século dezenove, [onde] havia enorme variação física nos tipos de dinheiro” (ZELIZER, 1998) e cada estado daquele país acordava sobre sua moeda, o Preventório vem desde 2008 construindo um novo acordo válido dentro da comunidade (figura 18).

163 Música “14 anos”, de Paulinho da Viola. Disponível em <https://www.letras.mus.br/paulinho-da-viola/278680/>. Acesso em 28 fev. de 2018.

164 O banco atualmente funciona em parte da propriedade do pai de Marcos Rodrigo, que cedeu o terreno provisoriamente (MARCOS, 2013). O BCD continuava operando no mesmo espaço até a conclusão desta pesquisa.

Figura 18 – Banco do Preventório, enredado com seus militantes-construtores, com as TICs e com a Baia de Guanabara.



À esquerda e acima, Marcos Rodrigo (primeiro plano) e Bárbara França (ao fundo) em frente ao BCD; abaixo, Márcia Guedes mexe no caixa do banco; à direita, Márcia Guedes, Marcos Rodrigo e Sandra Maria da Silva, e uma visão do morro a partir de um Catamarã que faz a travessia Niterói-Rio de Janeiro. Fonte: documentário (MOEDA, 2013) (acima e à esquerda) e o autor (2013).

A viagem da metodologia de Palmas para o Preventório implica em novas traduções, para uma realidade que, se guarda semelhanças com o banco pioneiro em termos da exclusão bancária e da pobreza, aponta para diferenças com os atores envolvidos nessa história que se passa em uma favela na região metropolitana do Rio de Janeiro. Áreas que muitas vezes caracterizam-se pelo convívio com o tráfico de drogas e com as restrições cotidianas impostas a quem por ali circula – no caso do Preventório, percebida no dia a dia, e pouco a pouco verbalizada pelos integrantes do BCD –, como o fechamento de comércios a cada confronto com policiais, a recomendação de caminhar sempre acompanhado de alguém da comunidade (para quem não é de lá), não tirar fotos etc. Uma tensão constante entre um “mundo fechado” (FARIA, 2010, p. 108-109) e uma proposta como a dos BCDs, que aponta, além das finanças, para mobilizações e participação comunitária.

Esse cenário soma-se ao da exclusão financeira, tema que se materializou no Preventório na pesquisa financiada pelo BACEN e conduzida pela Faculdade de Administração da Universidade Federal da Bahia. A pesquisa sustentou por alguns meses três bolsistas do BCD, o que não é pouco para um banco que tem que "se virar" cotidianamente, tal qual a própria a população local[165]. Como também já comentamos em Faria (2010, p. 123-124), dialogando com Carlos Lessa (2007), o "se virar" do "pobre urbano" guarda relação com a busca diária para conseguir algum dinheiro, principalmente a partir da prestação de serviços:

> [v]ocê vai comprar geladeira quebrada, consertar e vender. Você vai ser geriatra de geladeira, e ele vai ser geriatra de automóvel. Vai ser comerciante na favela. Você vai fazer o quê? *Se virar, malandro!* […] Estou falando de um novo conjunto de pobres que estão dentro de uma cidade, precisam de renda monetária, não têm uma relação contratual definida. (LESSA, 2007, grifo nosso)

Lessa ainda afirma que

> [e]sse homem […] não se organiza pelas formas modernas de organização […] [como sindicatos, mas principalmente] por formas pré-modernas de organização como o templo religioso, a festa, as relações de vizinhança. [...] Um recorte de natureza classista convencional não dá conta disso que estou dizendo a vocês. (LESSA, 2007).

No "se virar", banco e moradores do Preventório, apesar de contarem razoavelmente com serviços públicos de saúde, educação e transporte, ainda padecem com significativos problemas, para além da quase óbvia falta de segurança e de emprego[166]. A falta de espaço, características das favelas, também atinge visivelmente tanto moradores quanto o próprio BCD, que, funcionando numa pequena sala alugada, em certa medida vive as mesmas dificuldades dos moradores do Conjunto Palmeiras (que remontam às origens do Banco Palmas): pagar suas próprias contas, incluindo o aluguel[167].

---

165 Quando iniciei minha vivência no BCD, a referida pesquisa do BACEN estava em andamento.

166 Há um posto de saúde municipal, além de escolas estaduais e ônibus no início do acesso principal do morro.

167 Vale observar que foi construído um conjunto Minha Casa Minha Vida no Morro do Preventório. Sobre este programa do Governo Federal – e a questão habitacional nas periferias – Woortmann (1982, p. 129) afirma que "[a]lgumas consequências das políticas habitacionais, observadas por Valadares (1978) e Bolaffi (s/d), foram o incremento na especulação imobiliária; a elevação do custo de vida para os ex-favelados removidos para conjuntos habitacionais; um aumento nos custos sociais da urbanização; o incremento no valor de mercado da terra nas próprias áreas

Em busca da sobrevivência no dia-a-dia, esse "*sevirismo*"[168] em certa medida ampara-se nas *relações de vizinhança* mencionadas por Lessa. Relações que tanto amenizam a noção de "precariedade e incerteza sobre o futuro", como mostra L'Estoile (2014, p. s62) em "Money Is Good, but a Friend Is Better", quanto são parte da *calculabilidade expandida* proposta por Callon (1998) nas atividades de microcrédito do BCD. Proponho que tal postura, do *sevirismo,* dá-se ainda numa lógica de sobrevivência (ou, se quisermos, de sustentabilidade) não exclusivamente financeira. Por um lado, um histórico de parcerias e militância circula no banco do Preventório desde seu início: adequando-se às contingências (por exemplo, a proibição da cobrança de taxas em seus serviços com moedas sociais (FREIRE, 2016), o BCD sobrevive tendo como alicerce o histórico de militância de seus integrantes (que trabalham voluntariamente em diversas situações), mas também graças às relações com a IEES UFF (desde sua fundação), às articulações com a Rede de BCDs (que permitem o convênio com o Caixa Aqui) e à rede de relações de seus integrantes. Por outro lado, como relatado na cena 7, a possibilidade de empréstimo em moeda local via BCD relaciona-se tanto com uma diminuição das incertezas que em grande medida caracterizam a vida na favela (L'ESTOILE, 2014) quanto acompanham a própria noção de proximidade, como enfatiza Fontaine (2008).

Defendendo que o econômico está sempre conectado ao social, Laurence Fountaine aponta que "os verdadeiros pobres são [considerados] aqueles a quem

---

periféricas, tornando-as menos acessíveis àqueles para os quais tais lotes seriam uma solução para o problema habitacional. A política habitacional [do Minha Casa Minha Vida], concebida em termos da venda de uma mercadoria às famílias 'de baixa renda', segundo as determinações das leis do mercado, não resolveu o problema do pobre, ainda que possa ter sido uma solução para o problema da indústria de construção." O BCD do Preventório funcionava até o término desta pesquisa no imóvel do pai de Marcos Rodrigo, com dificuldades em arcar com o aluguel, chegando a permanecer inadimplente em períodos de 2017 e 2018. Apesar do banco contar com um espaço "anexo" nas instalações da Universidade Federal Fluminense, fundamental para as atividades de apoio a grupos produtivos locais, a construção de uma creche comunitária interditou o espaço desde 2016 (o BCD continuava impedido de utilizar espaço até o final desta pesquisa).

168 Adoto o termo "sevirismo", bastante utilizado por Pedro Jatobá (seção 7.2) no sentido dos "autodidatismos (se-virismo)" ou em oposição ao assistencialismo: "[…] capacidade dos indivíduos serem agentes de si, e procurar por si próprios a solução de seus problemas, e não o assistencialismo [...]". Disponível em <http://culturadigital.br/movimento/files/2010/12/compendio_completo.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2018.

ninguém concedeu um empréstimo" (FONTAINE, 2008, p. 36, tradução nossa)[lxxv]. Analisando a importância do crédito entre os pobres desde a Idade Média na Europa, Fontaine (2008) argumenta que um dos indicadores de "proximidade social" entre credor e devedor eram as taxas de juros (FONTAINE, 2008, p. 51), que variavam entre os círculos mais próximos aos mais distantes – desde a própria família até pessoas de fora da cidade, passando por patrão, "aristocracia, instituição religiosa ou a elite da aldeia" (FONTAINE, 2008, p. 35). Quanto mais próxima a relação, menores os juros cobrados e, além disso, quanto mais bem relacionado, mais difícil a dívida ser efetivamente cobrada. Nessa linha – viajando de volta para a comunidade em frente à praia de Charitas, em Niterói –, o argumento de Fountaine fortalece *o BCD como uma ferramenta de proximidade e de barateamento do acesso ao dinheiro junto a populações tidas como "pobres"*.

Narrando os BCDs como *ferramentas de desenvolvimento local para saída da pobreza*, podemos ser tentados a situar os bancos comunitários como estritos defensores do empreendedorismo. Tal posição estaria alinhada a um dos lados de uma tensão caracterizada por Neiburg (2014) nos anos 1970: a ideia dos pobres enquanto empreendedores – sujeitos (*calculadores*) de seu destino – seria oposta aos pobres como proletários, sujeitos *revolucionários*. Tal tensão, que se comunica com as tensões de identidade às quais chamamos a atenção no título desta parte II, de fato acompanha a história dos BCDs. Ela guarda relação em boa medida com o "embutimento" na proposta dos bancos comunitários das influências (e tensões) da Teologia da Libertação, que teria, ela mesma, tanto na Bíblia quanto no pensamento de Marx duas referências "com sentido diverso" (DUSSEL, 1999, p. 72). Examinando a concepção dessa vertente teológica na década de 1960, chama atenção a influência em grande medida da "revolução teórica" da "teoria do desenvolvimento" na América Latina, a qual assume que

> [a] riqueza dos países ricos tem como um de seus momentos definidos a transferência de valor dos países pobres. A riqueza dos ricos se origina na pobreza dos pobres (DUSSEL, 1999, p. 59-60)

Outra influência inequívoca segundo Dussel (1999, p. 72) para a Teologia da Libertação foi o pensamento de Paulo Freire, de "educar a partir da cultura popular,

tomar consciência política a partir do universo da vida cotidiana". Nessa "opção da Igreja latino-americana" (DUSSEL, 1999, p.72), o religioso e militante Leonardo Boff é um dos porta-vozes brasileiros mais influentes. Ao pensar relações entre religiosidade e militância política, Boff defende a "caminhada de Jesus" como um afastamento do poder, e da riqueza, que "são por ele rejeitados" (DUSSEL, 1999, p. 79), e enumera características dessa concepção que não são estranhas quando às práticas dos BCDs: o "*cuidado* com a vida" (BOFF; MIRANDA, 2004, p. 79), o estar "junto aos *oprimidos*" (BOFF; MIRANDA, 2004, p. 68) numa prática de "partir sempre *de baixo*, no nível da consciência dos *grupos*" (BOFF; MIRANDA, 2004, p. 87), por meio de uma "pedagogia *democrática* e libertadora" (BOFF; MIRANDA, 2004, p. 70), onde se "ultrapassa a democracia representativa para concretizar uma *democracia participativa*" (BOFF; MIRANDA, 2004, p. 87), numa "visão revolucionária do mundo" (BOFF; MIRANDA, 2004, p. 94).

Nessa visão de mundo, a tensão entre economia e militância, entre empreendedorismo (nesse caso mais coletivo que individual) e revolução, parecem não se resolver. Arrisco propor aqui, de forma muito mais modesta que Weber em "A *ética protestante* e o espírito do capitalismo", que o que pode-se chamar de *ética libertadora*, *gestada na América Latina nos interstícios de doutrinas cristãs e marxistas – mas que se diferencia de suas visões hegemônicas – age nas precárias tentativas de estabilização dos bancos comunitários e da economia solidária brasileira, como examinaremos adiante, ainda mais de perto*.

5.1.1 Se virando no Prevê: um dia a dia de lutas e misturas socioeconômicas

Traçar uma história de construção do Prevê capaz de percorrer desde o curso sobre economia solidária promovido em 2007 pela Incubadora de Empreendimentos de Economia Solidária (IEES) da Universidade Federal Fluminense (UFF) - e assistido por Marcos Rodrigo –, passando pela inauguração do banco em 2011 e pela tentativa de digitalização de soa moeda social a partir de 2015, implica em acompanhar o movimento de interessamento dos atores que se mostraram nessa rede, bem como as traduções/deslocamentos decorrentes. Marcos Rodrigo, morador

do Preventório, em contato com o tema dos BCDs como uma prática de economia solidária, levou para a comunidade a discussão da possibilidade de um banco comunitário no Preventório como uma forma de desenvolvimento comunitário. *Desenvolver o morro do Preventório*, ao contar com a IEES/UFF, então coordenada pela professora Bárbara França, traduziu-se em *implantar um banco comunitário no Preventório*.

A rede aumentou quando a professora envolveu Joaquim Melo (e a metodologia do Banco Palmas) no apoio à mobilização para construir o BCD. Com a metodologia, passaram a integrar a rede elementos como o serviço de troca de Reais pela moeda social/complementar Prevê e vice-versa (sem remuneração para o BCD), o serviço de correspondente bancário (via convênio com a Caixa Econômica Federal), os "empréstimos produtivos" em Reais (com juros, para o comércio local e para moradores que quisessem iniciar um negócio) e os "empréstimos para consumo" em Prevês (sem juros), maneira de colocar a moeda social em circulação (FERREIRA, 2013). Aqui, *implantar o banco* passou a ser *implantar o banco com a metodologia dos BCDs*[169]. O interessamento incluiu também a então concessionária de energia da região, a Ampla, o que implicou em outras possibilidades de serviços do banco (como a instalação de relógios medidores e o parcelamento de contas em atraso). Ainda, foi mobilizado um Fundo da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) para Tecnologias Sociais, de onde foram obtidos R$50.000 para o fundo inicial do banco (FERREIRA, 2013).

Como já salientado, sobre outras regiões pobres urbanas brasileiras, a história de construção do BCD do Preventório, e do próprio morro, é repleta de precariedades e de conquistas, de "lutas", nas palavras de seus construtores. O uso do chamado "Anexo" do banco de certa forma reúne tais elementos: um espaço da UFF, antes inutilizado, foi recuperado e ocupado pelo BCD à época de sua fundação, em mutirão envolvendo alunos e professores da IEES/UFF e moradores da comunidade. Já em minha vivência no banco, pude ter uma medida, ao mesmo tempo, do reconhecimento local do BCD e da precariedade cotidiana com que lidam

169 A metodologia foi diferente de outro caso de moeda social em Niterói, citado no vídeo do Canal Futura (MOEDA, 2013), em que a moeda "Trocado Vital" é obtida pelo morador a partir de materiais reciclados, o que vincula a moeda a redes como a da educação ambiental.

os próprios moradores do morro. No discurso de abertura das obras para a nova creche comunitária (que viria a ser construída no galpão da UFF que também abrigava o Anexo), microfone em punho, o então prefeito Rodrigo Neves registrou “a presença da Sônia, presidente do banco”, mas foi interrompido pelo grito de um morador não identificado: “Cadê a água, prefeito?”. Em meio às precariedades, o reconhecimento do prefeito, ainda que breve e tímido, revelava um apoio do poder público às iniciativas de economia solidária da região: a gestão criou com uma subsecretaria de Economia Solidária, ocupada pelo próprio Marcos Rodrigo. A iniciativa da prefeitura era vista pela comunidade aparentemente com reserva, expressa não só naquele grito anônimo, mas na desconfiança do BCD com o prazo da obra, que implicaria na paralisação das atividades do Anexo (imagem no APÊNDICE 5): onde as Mulheres Artesãs do Preventório (MAP) se reuniriam? Onde ficariam os equipamentos do projeto de estúdio musical? Onde seriam as reuniões envolvendo a comunidade? A prefeitura cumpriria a promessa de manter um espaço para o BCD no prédio da creche, mesmo sem nenhuma oficialidade do uso pelo banco?

As incertezas que permearam a construção da creche comunitária, espaço de uso fundamental e frequente para o banco, refletem em certa medida *um dia a dia ao mesmo tempo incerto, atribulado, e precário no interior do BCD*. Integrantes do banco que mais frequentaram o espaço durante esta pesquisa, Hosana e Sônia, cotidianamente no BCD entre nove da manhã e quatro da tarde, e Marcos Rodrigo, dividindo o tempo com suas tarefas na prefeitura, desdobravam-se entre o atendimento dos serviços da CEF para o público, os serviços em parceria com a Ampla, a “xerox”, o apoio aos empreendimentos locais (como o MAP, a cooperativa de reciclagem, a agência de notícias, e o Estúdio do Pai), a escrita de relatórios e projetos para novos editais, o atendimento a pesquisadores e jornalistas interessados na experiência[170]. “É muita coisa! Cadê as meninas?” (SÔNIA, 2015), exclamou certa vez Sônia, procurando Sofia e Camila, bolsistas do projeto do BACEN mencionado na cena 7. Junto às atribulações do dia a dia, ouvia-se também

170 Eram tarefas relacionadas à Caixa Econômica: abertura de conta, seguros, pagamento de contas, saque, depósito em conta, além do fechamento do caixa e transporte do malote para a agência mais próxima da CEF.

o barulho constante das motos e carros esforçando-se para subir a íngreme ladeira em frente ao pequeno espaço físico do banco (figura 19). Escutavam-se ainda indícios de precariedades da população local, por vezes envergonhada com a dificuldade na leitura – conforme relatado por Sônia (2015): “desculpe, esqueci os óculos” –, por outras “ajoelhada, pedindo Prevê pra comprar mistura”[171]. Este trato com tais tipos de precariedades implicava na necessidade do *cuidado* com o outro, de *acolher* aquela população, lição aprendida também pelas jovens bolsistas, na prática: em uma das entrevistas do projeto do BACEN, a pesquisada “achou que eu estava rindo dela, porque não sabia dividir 150 por 3. Mas eu não estava” (CAMILA, 2015).

Figura 19 – O Banco Comunitário do Preventório visto por dentro



Acima e à esquerda, Hosana em frente à caixa para atendimento ao público; acima à direita, Sônia, com a placa de inauguração do banco; abaixo e à esquerda, foto que mostra ao fundo a ladeira do morro e os tapumes da obra da creche comunitária; à direita, jovem com cartazes de divulgação da CEF e do Prevê. Fonte: o autor (2015).

171 Sobre a “mistura”: “[a]lém da variedade de alimentos, a Pastoral da Criança ensina as mães a acrescentarem na comida diária de sua família uma mistura feita com farinhas e cereais, farelo de trigo e de arroz, pós de folhas verde-escuras, de sementes e de casca de ovo. Chamamos isso de farinha multimistura.” Mais em <https://www.pastoraldacrianca.org.br/anemia/alimentacao-enriquecida-alguns-cuidados-importantes>. Aceso em: 16 mai. 2017.

Em meio às “muitas coisas” do dia a dia, as reuniões semanais de diretoria (toda quarta-feira de oito às dez da manhã, com o BCD fechado para o atendimento ao público) buscavam ser um espaço de respiro do grupo, usado para planejar minimamente suas ações e prioridades – um olhar em geral levantado por Marcos Rodrigo. Se Sônia e Hosana conseguiram concluir o curso técnico em contabilidade, em grande medida por conta do trabalho no BCD, Marcos foi “ainda mais longe”, concluindo a faculdade de Administração e um mestrado na UFRJ[172]. A oportunidade da educação formal lhe dava credenciais para tarefas tais como a escrita de projetos para editais públicos e prêmios, uma das principais fontes de receita do banco que eventualmente garantia remuneração para os integrantes do banco. Assuntos relacionados a sustentabilidades financeiras eram constantemente debatidos na pauta da reunião semanal, como por exemplo a ação perdida na justiça para uma antiga colaboradora – a princípio voluntária – do banco, que alegara vínculo empregatício. Mas também “outras sustentabilidades” eram discutidas, como o apoio (ou não) a determinada chapa na eleição para a associação local de moradores, ou a participação em formações e encontros da rede brasileira de bancos comunitários – entre eles um treinamento em E-dinheiro no Banco do Bem (ES), feito por Hosana, e um encontro da Rede de BCDs, do qual Marcos Rodrigo participou e onde fora definida a constituição da Rede dos BCDs como pessoa jurídica[173].

O planejamento semanal tentava guiar o banco em meio às atribulações cotidianas, entre as quais, vale destacar, o serviço de correspondente bancário da CEF sem dúvida foi aquele mais utilizado e o que mais ocupou os integrantes do BCD – ao menos durante minha permanência no banco. O movimento de moradores era constante, implicando invariavelmente na formação de uma pequena fila em frente ao caixa comandado por Hosana, o que a mantinha em dedicação praticamente exclusiva aos serviços de pagamento de contas, saques e depósitos na CEF. Sônia também por vezes se ocupava com outros serviços ligados à Caixa

172 O mestrado foi defendido em outubro de 2018.

173 Vale registrar que discussão sobre eventual apoio a uma chapa é assunto delicado, tendo em vista as permanentes possibilidades de influência do tráfico na associação de moradores local, fenômeno que ocorre em diferentes comunidades urbanas brasileiras – e discretamente comentado na diretoria do banco. O treinamento no Banco do Bem foi realizado em 2015, enquanto que o encontro da Rede de BCDs ocorreu em 2016.

Econômica, como a abertura de contas e seguros. A contrapartida paga pela CEF ao banco comunitário girava em torno de R$700, fruto do convênio da Rede de BCDs[174]. Para Marcos, as atividades são de interesse do governo federal e a Caixa não consegue executá-las de forma apropriada por não estabelecer a mesma relação de reconhecimento com a população: “ela não está aqui” (FERREIRA, 2013). O correspondente é uma tentativa de resposta a um quadro de “grave problema da exclusão bancária aos segmentos pobres do Brasil” (POCHMANN, 2014, p. 89), corroborado por dados oficiais que circularam no Fórum de Cidadania Financeira do BACEN (já vistos na seção 2.3.2). A solução do correspondente cresceu de 20.000 para 150.000 pontos em uma década, atendendo a “mais de 40 milhões de brasileiros que de outra forma não teriam acesso a serviços bancários” (BAILEY, 2014, p. 11, tradução nossa)[lxxvi 175].

Apesar de constituir-se na atividade que mais ocupava o dia a dia do banco no período observado, *talvez aí esteja o maior desconforto de Sônia (2015), para quem o correspondente bancário “não era o banco comunitário. O banco é a moeda social”*, como já destacado. Mas nem sempre havia sido assim: o crédito para consumo em Prevês, bem como o crédito produtivo (em Reais), ocuparam bastante o cotidiano do BCD havia relativamente pouco tempo. Consultando as planilhas de controle dos empréstimos, pude levantar que o banco realizou 202 empréstimos produtivos entre 2011 e 2015, de R$ 570 em média, e totalizando R$ 114.219,22; já o crédito para consumo totalizou 989 operações de 75 Prevês em média, perfazendo um total de 70.003,10 Prevês emprestados (figura 20)[176]. Contudo, se ocuparam

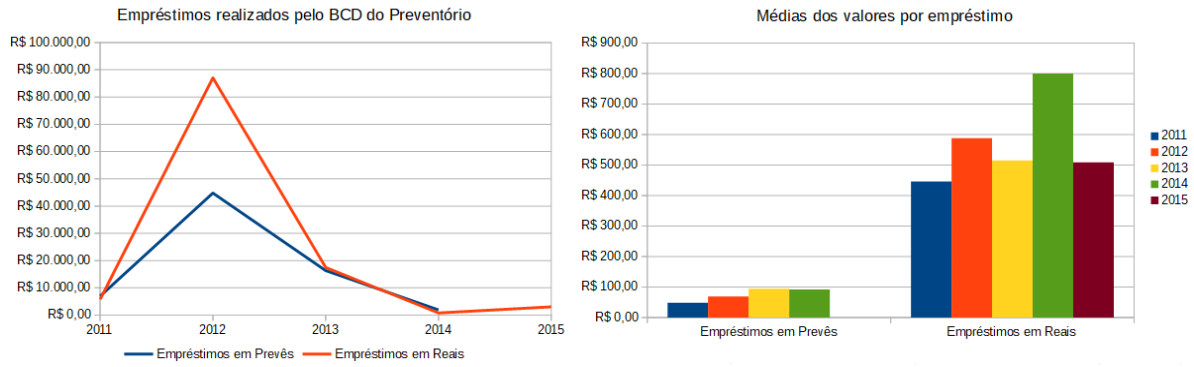
174 O valor já refletia uma melhor remuneração pelos serviços de correspondente bancário, pleiteada pelos bancos comunitários desde ao menos 2013 (MARCOS, 2013). À época, os BCDs contavam ainda com a possibilidade de um edital periódico da SENAES como fonte de financiamento.

175 Entre 2005 e 2014 avançou no Brasil “a chamada bancarização – entendida como democratização do acesso a crédito e a serviços bancários, inclusive pagamento. [...] Os correspondentes bancários e lojas de loteria são representativos desses pontos de acesso a serviços bancários por amplos estratos da população antes excluídos de tais serviços ou que enfrentavam dificuldades de atendimento em agências bancárias” (ARAÚJO, LIMA, 2014, p.45).

176 Vale pontuar que assumo aqui a terminologia dos próprios BCDs quanto ao “microcrédito produtivo” (realizado em Reais, com juros baixos) e o “microcrédito para consumo” (oferecido em moeda social, sem juros). As fronteiras entre tais categorias são estabilizadas, por exemplo, por políticas públicas como o PNMPO (Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado – mencionado em nota na seção 3.1.1), mas podem ser refeitas em contextos como o início do microcrédito do Banco Mumbuca (já em 2018 e realizado em moeda social eletrônica), como tratará a seção 7.3.2.

lugar de destaque nos primeiros anos de funcionamento do banco de Niterói, *o gráfico mostra que tanto a moeda social quanto o crédito produtivo foram perdendo fôlego ao longo do tempo*, a ponto de, já desde o início da minha convivência com o BCD (a partir de 2015), a circulação da moeda social não mais fazer parte das principais atividades do banco[177]. Diferente da experiência do Banco Palmas, no caso do Preventório não obtive registros de pesquisas com os moradores que mostrassem claramente uma mudança de comportamento dos consumidores em prol do consumo local após a prática do uso da moeda social, mudança essa que poderia justificar um abandono da moeda social. O que teria motivado tamanha perda de fôlego?

Figura 20 – Empréstimos realizados pelo BCD do Preventório.



Para consumo (em moeda social) e produtivos (em moeda nacional). À esquerda, os montantes acumulados emprestados, e à direita os valores médios. Fonte: planilhas fornecidas pelo banco durante o período de vivência, em 2015.

Uma resposta é encontrada estampada nas paredes do BCD: *o desequilíbrio dos gastos mensais*. Corroborando o espírito de transparência dos BCDs, os números ficam afixados na parede do banco (figura 21). O desequilíbrio fica visível numa análise dos seis primeiros meses de 2015, que mostram uma certa constância em contas como aluguel, honorários contábeis, telefone, *Internet* e luz, em média R$ 1130,00 ao mês. O aluguel, entre elas, é a conta principal (R$ 700,00), seguida da contabilidade (R$ 395,00). Também é razoavelmente constante o gasto com passagens (entre R$ 100,00 e R$ 200,00, em geral devido às atividades do

177 As primeiras entrevistas foram realizadas em 2013, mas a "imersão" semanal no BCD foi iniciada em 2015.

correspondente bancário[178]), à exceção do mês de abril, quando o banco foi representado por Marcos Rodrigo no encontro da Rede de BCDs. Vale citar ainda as despesas de contrapartidas a projetos (R$ 1734,00 em março) e o adiantamento de parte da bolsa do projeto já citado de educação financeira, do BACEN (R$ 2000,00 em junho).

Figura 21 – Transparência e despesas do BCD do Preventório



Acima e à esquerda, foto dos gastos do primeiro semestre de 2015. À direita, Hosana com os dados afixados na parede (acima os gastos, abaixo a lista de moradores com empréstimos produtivos e para consumo) e com o livro-caixa (em mãos). Abaixo, os gastos mensais do BCD Preventório (em Reais), no primeiro semestre de 2015. Fonte: o autor (2015), a partir das informações afixadas na parede do banco.

Se assumirmos uma média de despesas mensais em torno de R$ 1.700,00, e

178 Relativo ao transporte à agência da Caixa mais próxima dos valores recebidos pelo pagamento de contas.

a compararmos com a receita oriunda do convênio com a CEF, de aproximadamente R$ 700,00 (supondo ainda um equilíbrio entre empréstimos e pagamentos dos créditos para produção e consumo), fica evidente um desequilíbrio aqui estimado em R$ 1000,00 ao mês – o que totalizaria um valor próximo de R$ 40.000 em três anos de operação. Além de impedir uma remuneração aos integrantes como fruto direto do trabalho do banco, *os números mostram que o desequilíbrio acarretou a corrosão do fundo originalmente pensado para os empréstimos (em Reais) e em Prevês, o que traz questionamentos evidentes quanto às sustentabilidades financeiras* do BCD.

Refletindo sobre tais sustentabilidades, pode-se pensar em um ajuste nas contas do banco ao menos em três dimensões. Do lado das despesas, acrescido a este quadro, os dados também mostram uma inadimplência nos empréstimos da ordem de 15% para ambas as modalidades de crédito. Contudo, tal taxa é compatível com a média nacional para empréstimos abaixo de R$ 1.000,00 (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2015, p. 6, 14-15). Entre as despesas mensais mais altas, uma redução do aluguel passaria por uma renegociação do valor ou por uma mudança do banco para o prédio anexo, sem despesas, mas com menos visibilidade[179]. Numa segunda dimensão, um aumento de receita poderia passar pela melhoria da remuneração da CEF e também pela permissão de alguma modalidade de cobrança sobre a circulação das moedas sociais, perspectiva que se abre com sua versão eletrônica. Contudo, tal receita dependeria de uma recomposição prévia do fundo do banco.

A dificuldade em recuperar o fundo para os empréstimos em Reais e em Prevês – terceira dimensão – esbarra por um lado no declínio do apoio governamental às iniciativas no campo da economia solidária (comentado na seção 3.2.2), e por outro nas distinções entre as abordagens dos bancos comunitários e instituições de fomento ao microcrédito como a AgeRio (já citada na cena 6)[180]. Um representante da agência, iniciativa de microcrédito do governo estadual do Rio de

179 A redução do aluguel foi discutida em alguns momentos no banco, mas segundo Sônia (2015), o proprietário e pai de Marcos Rodrigo, não estaria disposto a reduzir o valor. Uma mudança do local implicaria em deixar a rua de entrada do morro, com alto movimento de moradores, e instalar-se em um local sem circulação de pessoas.

180 Mais em <http://www.agerio.com.br/>. Acesso em: 23 out. 2017.

Janeiro, participou do II Seminário de Fortalecimento da Rede Produtiva do Preventório, contudo, a diferença nas metodologias para concessão do crédito ficaram evidentes. Nas palavras de Sônia:

> [a] gente não faz isso. […] Aí o cara [que quer o empréstimo] vai ser caçado [quando ele mais precisa]. […] É hora de dar mais amor. (SÔNIA, 2015, grifo nosso)

Duas diferenças saltam aos olhos entre as propostas de ambos: a AgeRio conduzia avaliação da concessão de crédito de forma centralizada e impessoal, com consulta ao Serviço de Proteção ao Crédito; o Banco do Preventório realizava sua avaliação considerando a proximidade, a vizinhança, o histórico familiar. A diferença dialoga com a análise de Fourcade e Healey (2010, p. 566, tradução nossa) sobre o mercado de crédito nos EUA e na Europa, onde "a interação *face a face* à moda antiga entre funcionários dos bancos e clientes" – o que De Blic e Lazarus (2007) chamam de teste, ou julgamento, de crédito (*l'épreuve du crédit*) – é agora rotinizada[lxxvii] [181]. Outra diferença aparece entre AgeRio e BCD no momento de cobrança pelo pagamento: no caso do banco comunitário, é uma cobrança quase que entre vizinhos, que "estão sempre ali" - "o cara fica até sem graça [de não pagar]" (SÔNIA, 2015).

As palavras da presidenta do banco traduzem à sua maneira o objetivo do Grupo de Trabalho de Finanças Solidárias do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, de elaborar

> uma política de finanças solidárias voltada ao desenvolvimento local, visando a geração de trabalho e renda e o combate à pobreza e à exclusão social, *em lugar do microcrédito convencional e da forma complementar de "bancarização dos pobres".* (NOTA..., 2004, p. 178, grifo nosso)

O documento marca

> a explicitação de duas correntes de pensamento sobre como enfrentar a pobreza por meio das microfinanças – microcrédito. De um lado, a corrente

181 Os autores também argumentam que ao longo do tempo ganhou força a ideia "agora quase que tomada como certa (*taken-for-granted*) de que os termos do crédito devem depender exclusivamente do comportamento do pobre em relação a créditos anteriores, de acordo com seu registro em um sistema crescentemente mecanizado" (FOURCADE, HEALEY, 2010, p. 566).

> de pensamento desenvolvimentista e, de outro, a visão minimalista do microcrédito, com base na dimensão funcional, via solução de mercado, como a maneira eficaz de combater a pobreza. (Relatório GT – Finanças Solidárias, 2004, p. 183)

Proponho encarar tal tensão – expressa tanto nas diferenças entre AgeRio e BCD quanto no relatório do GT – como *uma divergência entre visões "de Mercado", de "bancarização dos pobres", "do microcrédito convencional" (que proponho chamar de visões triunfalistas do microcrédito em si como saída para a pobreza) e uma visão "desenvolvimentista" em que o microcrédito é parte da solução, desde que acompanhado de outras ações* – como oferecer "metodologias para criação de negócios", não contrapor o "empreendedorismo compartilhado" ao "empreendedorismo individual" e ainda

> observar e avaliar as experiências dos bancos comunitários e dos fundos rotativos solidários, expressões concretas das microfinanças e dos movimentos sociais no sentido de reduzir a pobreza absoluta do Brasil. (SANTIAGO, 2014, p. 70-71)[182]

Apesar do microcrédito nem sempre configurar-se como meio de colocar em circulação as moedas sociais dos BCDs, como vimos no caso de Maricá, a tensão que seguimos a partir do caso do microcrédito no Preventório mostra-se útil aqui, pois aponta para visões distintas de maneiras de buscar-se *sustentabilidades financeiras* de populações pobres, ao mesmo tempo que dialoga diretamente com as possíveis saídas para as *sustentabilidades financeiras* dos próprios BCDs. Como revelou Joaquim (2016), há na rede dos BCDs um debate sobre se os bancos

182 Santiago (2014. págs 69-70) acrescenta que "Sachs (2003, p. 11) alerta, ainda, para o fato de que [...] a mera exaltação do empreendedorismo individual leva à subestimação do poder da ajuda mútua e do papel da cooperação, que não são necessariamente antitéticos à concorrência", e que, segundo "Toscano (2004, p. 1): 'Como extensão do sistema financeiro, o microcrédito jamais servirá como mecanismo de combate à pobreza'. Mais ainda, esse autor assegura que aportar microcrédito pode viabilizar pequenos empreendimentos individuais, mas nunca será suficiente para estruturar um processo de desenvolvimento socioeconômico local." Araújo e Lima (2014, p. 49-50) vão na mesma linha: "Um das visões críticas vem de David Roodman, para quem 'microcrédito cria pobres endividados'. (...) 'Ele [Muhammad Yunus] estava errado ao intuir que exemplos bem sucedidos de microcrédito contam toda a história'. (...) Outra abordagem crítica vem de Aneel Karnani, professor de Economia da Universidade de Michigan: 'O grande problema do microcrédito é romantizar a pobreza. É comum ouvir que o pobre pode se transformar em rico com apenas um pequeno empurrão. Não é verdade.' (KROHEN, 2014)". Mais sobre os fundos rotativos solidários em <http://caritas.org.br/fundos-solidarios>. Acesso em: 06 de jan. 2016.

comunitários deveriam ser “autossustentáveis” (nesse sentido, seu sustento viria de recursos oriundos de suas próprias atividades, diretamente) ou contar com outras sustentabilidades (como um apoio constante do Estado). Esse caso, e em especial a noção da “autossustentabilidade”, traz à tona dificuldades decorrentes de considerar-se Mercado e Estado como categorias estanques: esta pesquisa defende uma abordagem que “nos liberta das distinções estado x mercado, economia global x economias nacionais” (CALLON, 1998, p. 40), no sentido de as fronteiras entre tais categorias serem porosas. O “estado não intervêm no mercado, mas participa da constituição da economia” (CALLON, 1998, p. 40). Por exemplo, a “autossustentabilidade financeira” da própria atividade bancária comercial é indissociável de suas redes constituídas historicamente, as quais examinamos brevemente capítulo 4 – e que incluem fatos historicamente construídos, como a aplicação de juros ou a possibilidade de criação monetária pelos bancos.

Questão semelhante se passa no *enquadramento do BACEN sobre a atividade com moedas sociais: se, por um lado, cumpriu um importante papel de “proteger” os BCDs da fiscalização do órgão, caracterizando-os como instituições não financeiras (e afastando-os dos bancos “comerciais”), por outro, embutiu uma separação entre econômico e social, restringindo na prática as opções para que os BCDs aspirassem remunerações que os sustentassem*. Marusa Freire argumentava que

> [o] que vimos defendendo requer tratamento legal que preserve sua especificidade: [um banco comunitário] não é, estrito senso, uma *instituição de mercado; são instituições de caráter social* e, por conseguinte, devem ser observadas por uma ótica distinta daquelas. Assim, não podem existir sob a égide das normas e leis existentes que regulam e fiscalizam as instituições do mercado […]. [O]s sistemas de moedas sociais diferenciam-se substancialmente do sistema de intermediação financeira, que é regulado e supervisionado pelo Banco Central, no qual a criação e multiplicação de moeda pelas instituições depositárias decorrem da captação de depósitos junto ao público, para posterior realização de empréstimos, com a aplicação de juros compostos. […] [A]s instituições emissoras de moedas sociais circulantes locais não são consideradas instituições financeiras porque não são empresas, não praticam atividade de exploração profissional do dinheiro, não captam recursos junto ao público e nem representam uma intromissão organizada no mercado financeiro. (FREIRE, 2011, ps. 332-333, grifo nosso)

> Toda vez que uma moeda social está obedecendo uma lógica de troca e se insere em alguma cadeia […] de produção ou de consumo que tenha essa lógica de troca, ela é positiva e talvez seja o princípio de economia solidária. […] O problema é que algumas pessoas querem se *beneficiar de uma moeda social pra ganhar dinheiro* como se fosse um intermediário financeiro, entendeu? […] Aí são distorções de conduta, vamos dizer assim. Que são situações concretas, que aí merecem atenção. (FREIRE, 2016, grifo nosso)

Este determinado olhar do Estado brasileiro – o de que os BCDs não seriam *bancos*, mas *instituições sociais* – protegeu a atuação dos BCDs, mas simultaneamente restringiu-os no que se refere à sua possibilidade de remuneração a partir da circulação das moedas sociais em papel. *Configuração que se transformou com um novo olhar do Estado, aquele embutido na legislação de pagamentos eletrônicos e que permite que a operação de moedas eletrônicas seja uma atividade remunerada*. Vemos aqui um caso em que, em um momento o Estado brasileiro reforçou uma determinada separação entre *o econômico* e *o social;* em outro, atuou no sentido de uma nova estabilização, em que curiosamente artefatos tecnológicos passaram a permitir uma nova articulação socioeconômica. A discussão relaciona-se diretamente com o debate a respeito dos BCDs serem ou não *bancos* – e da moeda eletrônica ser ou não *social*. Defendo aqui a visão de que BCDs são entidades novas, que, tais como objetos novos produzidos nos laboratórios científicos, têm qualidades novas e próprias, que neste caso misturam características antes segmentadas em mundos econômicos e sociais. Concordando que eles nunca foram *bancos*, como afirmou Heloísa Primavera (2017a), mas considerando que não são tampouco "apenas*" organizações sociais: são bancos comunitários de desenvolvimento, novas entidades socioeconômicas*. Quanto às moedas *eletrônicas, como o E-dinheiro, por certo não são mais moedas sociais, como defendeu Érica Siqueira (2017), apenas. Defendo que são moedas sociais eletrônicas, novos objetos sociotécnicos*.

5.1.2 Se virando mundo afora: militâncias e conhecimentos respeitáveis

Antes de examinarmos mais de perto a proposta de sustentabilidade

financeira dos BCDs por meio do E-dinheiro – e de suas traduções na Rede de BCDs e no Preventório –, não posso deixar de abordar traços das *outras sustentabilidades* mencionadas, ainda que brevemente. Elas passam pela construção de comunidades de conhecimento, por fóruns de economia solidária e pela interação com o poder público – todas importantes para a sustentabilidade (ou mesmo a sobrevivência) dos bancos comunitários e suas moedas. Tais sustentabilidades dialogam, ainda, com o fato de que os construtores do BCD do Preventório têm um histórico de militâncias, com a participação de Marcos Rodrigo no encontro da Rede de BCDs, com a menção aos bancos comunitários pelo GT de Finanças Solidárias do FBES, com o destaque da participação brasileira nos encontros internacionais sobre moedas sociais e complementares, bem como com as produções acadêmicas nacionais e internacionais sobre as experiências brasileiras.

Já observamos na cena 7 que a *militância* dos construtores do BCD de Niterói circula de certa maneira também entre os jovens que circundam as atividades do banco[183]. Entretanto, tal militância não fica restrita ao território do Preventório, mas é articulada regional e nacionalmente, tanto pela Rede Brasileira de BCDs – como mostra a participação de Marcos Rodrigo no encontro da Rede –, quanto pelos fóruns regionais e brasileiro de economia solidária, onde os bancos comunitários se situam no GT de Finanças Solidárias. O FBES é um

> instrumento do movimento da Economia Solidária, um espaço de articulação e diálogo entre diversos atores e movimentos sociais pela construção da economia solidária como base fundamental de outro desenvolvimento socioeconômico para o Brasil.[184]

Os fóruns regionais e nacional caracterizam-se por reunir os empreendimentos de economia solidária (EESs, como BCDs e cooperativas de reciclagem), entidades de apoio e fomento (EAFs, como a IEES/UFF) e gestores públicos (GP). Nesse sentido, o movimento apresenta uma tensão entre o enfrentamento e o diálogo com o poder público, tensão que se expressa local e

183 Tratarei mais detidamente da participação dos jovens na seção 5.3.1.
184 Fonte: <http://fbes.org.br/o-fbes/ >. Acesso em: 01 mar. 2018.

nacionalmente: alguns exemplos são, de uma parte, a própria ocupação de cargos na Subsecretaria de Economia Solidária da Prefeitura de Niterói e da SENAES pelos *militantes*), e, de outra parte, manifestações contra arbitrariedades policiais no Preventório ou contra a falta de diálogo do governo Estadual Cearence em obras no Conjunto Palmeiras[185].

O que nesta pesquisa é referida como *tensão identitária* (oscilando nos exemplos acima entre enfrentamento e diálogo, movimento social e gestores públicos), manifesta-se também no envolvimento da própria Marusa Freire, no BACEN:

> [n]a verdade, trabalhar com o tema inclusão financeira, eu acho uma coisa interessante, […] procurar contribuir pra uma redução pro problema de distribuição [de renda]. […] Por que cada esquema desse, de moeda, de cooperativa, de instituição mesmo que vai atender uma população que não *tá* sendo bem servida ainda, que é essa população de baixa renda, envolve também algum tipo de construção jurídica. Então, na verdade é uma forma de canalizar, assim, vamos dizer minhas melhores competências pra uma utilidade pública. […] Eu tenho uma certa paixão por isso mesmo. […] Na verdade, já é de história: meu pai foi político, na época era líder de oposição na época do governo militar. E a gente sempre teve em casa uma prática muito democrática e de luta contra a desigualdade social. Então, é uma coisa meio, mesmo ideário de família, eu diria assim. […] E comprometimento de vida: desde os doze anos eu faço parte do movimento estudantil, do movimento de mulheres, movimento dos jovens. (FREIRE, 2016).

Freire revela a satisfação de poder unir trabalho e "comprometimento de vida", contando com o apoio do Banco Central "pra poder fazer isso de uma forma mais institucionalizada" (FREIRE, 2016). Talvez encontremos em seu sintético depoimento um resumo desta forma de envolvimento: não se trata de extinguir essa *tensão identitária*, separando, de um lado, a *profissão*, e de outro, a *militância*. Vale refletir que somente faz sentido levantar a ideia de *tensão* aqui se pensarmos em profissões como redutos desconectados de visões de mundo, comprometimentos de vida, discussões e posicionamentos políticos – entidades supostamente

185 Marcos Rodrigo foi subsecretário em Niterói, e Camila foi estagiária na subsecretaria. Vale ressaltar aqui a preocupação de Marcos Rodrigo em citar em reuniões do BCD outras ações do órgão (como o apoio à instalação de espaços para feiras na cidade), respondendo a supostas a críticas por prover mais atenção ao BCD do Preventório que a outros setores da Economia Solidária do município. Não eram raros os relatos de episódios de violência no morro do Preventório.

enquadradas na esfera pessoal ou social, mas não na profissional ou econômica. Contudo, nas experiências que examinamos, ao contrário, lidamos com um movimento simultaneamente social e econômico – tomando emprestada a terminologia de Zelizer (2000), lidamos com *vidas conectadas*.

Esse questionamento sobre fronteiras razoavelmente estabilizadas entre pessoal/social e profissional/econômico, para além do *movimento social* e dos *gestores públicos*, ganha traduções também na articulação nacional e internacional de experiências de moedas sociais e complementares, que têm um elo importante nos *pesquisadores* do tema (muitos deles integrantes de entidades de assessoria a EESs). Uma das expressões dessa articulação são as conferências internacionais sobre moedas sociais e complementares, cuja terceira edição foi realizada em 2015, em Salvador/Brasil, e a quarta na cidade de Barcelona/Espanha, em 2017. O francês Bruno Théret esteve em ambas as edições do encontro desta *comunidade de conhecimento.* Em Barcelona, ao ser entrevistado para esta pesquisa, Théret não se furtou a apontar a dificuldade encontrada por publicações dissonantes em outra comunidade, a de economistas franceses (THÉRET, 2018). Segundo o economista, tal comunidade tem uma visão de mundo neoliberal, o que prejudica a circulação de conhecimentos alinhados a propostas divergentes[186]. O argumento de Théret aponta na mesma direção de reflexões de autores dos Estudos CTS, e de precursores deste campo, que questionam o caráter *neutro* (e *evolutivo*) do conhecimento. Ao contrário, enfatizam seu caráter *relacional*, o que aparece já no início do século XX em Mannheim (1968, p.25), quando o autor afirma que “os diferentes estratos de uma mesma sociedade experimentaram o mundo de modo diferente”. Nesse sentido, por um lado a própria geração de conhecimento não se separa das vivências dos pesquisadores e “de onde os pés pisam” (frase de Frei Beto que Asier Ansorena (2017) usou em palestra na UFRJ) e, por outro, ganham extrema importância os circuitos por onde circulam os conhecimentos gerados, como

186 Segundo o economista francês, aqueles não alinhados ao pensamento econômico majoritário são chamados de *économistes atterrés* (economistas perplexos, ou aterrorizados, numa tradução nossa). A partir de um manifesto em 2010, foi fundada uma associação em 2011, em cujo *site* encontram-se sua agenda, notícias e artigos – como o de Bruno Théret em co-autoria com Jérome Blanc sobre o monopólio da criação de moeda. Mais em <http://www.atterres.org> e em <http://www.atterres.org/page/r%C3%A9ponse-sur-le-monopole-de-la-cr%C3%A9ation-mon %C3%A9taire>. Acesso em: 06 set. 2017.

encontros, artigos, cartilhas e teses, materialidades que ajudam a constituir comunidades de conhecimento.

Ainda na questão da *tensão identitária*, vale examinarmos por um momento as comunidades de conhecimento. Discutindo a formação e as atividades de comunidades onde circulam conhecimentos de um tipo específico, Thomas Kuhn chama atenção para os entendimentos comuns a uma comunidade científica, no clássico "A Estrutura das Revoluções Científicas":

> [a] pesquisa eficaz raramente começa antes que uma *comunidade científica* pense ter adquirido respostas seguras para perguntas como: quais são as entidades fundamentais que compõem o universo? Como interagem essas entidades umas com as outras e com os sentidos? Que questões podem ser legitimamente feitas a respeito de tais entidades e que técnicas podem ser empregadas na busca de soluções? (KUHN, 1992, 23, grifo nosso)

Em outras palavras, para Kuhn, um *acordo ontológico* precede em geral as pesquisas, ou o que ele chama de *ciência normal***,** uma

> atividade na qual a maioria dos cientistas emprega inevitavelmente quase todo seu tempo, [e] é baseada no *pressuposto de que a comunidade científica sabe como é o mundo* (KUHN, 1992, grifo nosso).

As comunidades de conhecimento científico formam-se em torno do desenvolvimento da *ciência normal*, que para Kuhn é cumulativa, mas apenas dentro de limites, estabelecidos pelo que ele chama de *paradigmas*: realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência (KUHN, 1992, p. 13). Ao contrário da ciência normal, o caminho para novas *descobertas* e *invenções* seria em geral outro, marcado pela identificação sucessiva de *anomalias* no modelo vigente, que aparecem "somente contra o pano de fundo proporcionado pelo paradigma" (KUHN, 1992, p. 105)[187]. Nesta pesquisa, noções como a da *escassez* do dinheiro, da *neutralidade* e da *despersonalização das relações* parecem fazer parte do paradigma econômico vigente sobre moedas e dinheiro (LIETAER, 2003; ZELIZER, 1998). Em termos kuhnianos, sua substituição

187 Kuhn (1992, p.125) refere-se a revoluções científicas como "aqueles episódios de desenvolvimento não-cumulativo, nos quais um paradigma mais antigo é total ou parcialmente substituído por um novo, incompatível com o anterior".

constituiria, talvez, em uma *revolução científica*,

> […] [um d]aqueles episódios de desenvolvimento não-cumulativo, nos quais um paradigma mais antigo é total ou parcialmente substituído por um novo, incompatível com o anterior. (KUHN, 1992, p. 125)

Um novo paradigma dependeria de uma alternativa disponível para substituí-lo[188]. Na estabilização desse processo, Kuhn identifica como uma etapa "um sentimento *crescente*, também seguidamente *restrito* a uma pequena subdivisão da comunidade científica, de que o paradigma existente" não mais se sustenta (KUHN, 1992, p. 126, grifo nosso) - ainda, um novo paradigma não se estabilizaria pelo convencimento de seus antigos adeptos, mas por uma nova geração[189]. Dialogando com os casos desta pesquisa, acredito que a estabilização do campo das moedas sociais passa por construções alternativas por exemplo na comunidade dos economistas. Um exemplo talvez seja o manifesto de economistas franceses, incluindo Théret, dentro do debate europeu sobre sair ou não sair da zona do euro[190]. Em artigo no jornal Libération – subscrito por dez autores, incluindo pesquisadores que circulam nas conferências de moedas sociais e complementares, como Théret, Marie Fare e Jérôme Blanc –, os autores defendem uma proposta alternativa à saída ou à permanência dos países europeus da zona do euro: "sair da austeridade sem sair da zona do euro" seria uma terceira via,

---

188 Kuhn (1992, p.107-8) enfatiza que "[n]enhum processo descoberto até agora pelo estudo histórico do desenvolvimento científico assemelha-se ao estereótipo metodológico da *falsificação* por meio da comparação direta com a natureza". Para o autor, Karl Popper "enfatiza a importância da falsificação, isto é, do teste que, em vista de seu resultado negativo, torna inevitável a rejeição de uma teoria estabelecida. O papel que Popper atribui à falsificação assemelha-se muito ao que este ensaio confere às experiências anômalas, isto é, experiências que, ao evocarem crises, preparam caminho para uma nova teoria. Não obstante, as experiências anômalas não podem ser identificadas com as experiências de falsificação. Na verdade, duvido muito de que essas últimas existam. Como já enfatizamos repetidas vezes, nenhuma teoria resolve todos os quebra-cabeças com os quais se defronta em um dado momento" (KUHN, 1992, p.186).

189 Sobre a questão geracional, "Max Planck, ao passar em revista a sua carreira no seu Scientific Autobiography, observou tristemente que 'uma nova verdade científica não triunfa convencendo seus oponentes e fazendo com que vejam a luz, mas porque seus oponentes finalmente morrem e uma nova geração cresce familiarizada com ela" (KUHN, 1992,191).

190 A saída da Inglaterra da zona do euro, e as recentes as discussões sobre o tema em eleições legislativas italianas demonstram o calor do debate. Mais em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Sa%C3%ADda_do_Reino_Unido_da_Uni%C3%A3o_Europeia>, <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2018/03/italianos-vao-urnas-no-domingo-escolher-novo-primeiro-ministro.html e https://istoe.com.br/especial-quem-e-quem-nas-eleicoes-na-italia-3/>. Acesso em: 01 mar. 2018.

> graças às moedas fiscais complementares […]. Muitos economistas e alguns políticos concordam sobre a necessidade de retirar dos bancos seu privilégio de criação de moeda, e a Suíça votará sobre essa questão em 2018 (COUTROT et al., 2017, tradução nossa)[lxxviii] [191].

A proposta embute em certa medida as conclusões do estudo de Théret sobre os Bocades, apontando para a possibilidade alternativa de emissão de moedas complementares por regiões geográficas, permitindo "imaginar outras políticas sem no entanto questionar a moeda comum" (COUTROT et al., 2017, tradução nossa)[lxxix]. Contudo, os indícios do começo da seção 4.2 ((Re)conhecendo o social e o econômico) apontavam para o desconhecimento e a desconfiança da maioria dos economistas sobre os acordos ontológicos que circulam nas moedas sociais (ASIER, 2015b; MAGALHÃES, 2017; HERMANO, 2015a; THÉRET, 2017). Em mais um exemplo relativo à comunidade de economistas, Walsey Magalhães revelou sua decepção com o cenário brasileiro, da USP ao próprio BNDES: inspirado por Celso Furtado, ao ingressar na USP, teria encontrado um curso baseado na "escola de Chicago" (MAGALHÃES, 2017); já no próprio BNDES os que "têm uma visão parecida da importância do social" comporiam um grupo minoritário[192].

Se internacionalmente a articulação entre pesquisadores e militantes por meio dos encontros sobre moedas sociais e complementares é um fórum importante para a constituição de uma comunidade de conhecimento, no Brasil não se pode desconsiderar os rastros da *tensão* explicitada por Joaquim Melo e já citada: os BCDs "não vem de Harvard, da USP, […] nada contra […]. Mas vem dos grotões do Brasil" (QUEM..., 2014). Asier Ansorena (2015b), por exemplo, aponta que em geral muito pouco de concreto retorna os BCDs após as pesquisas realizadas pelos acadêmicos – acrescenta ainda que por vezes há parcerias com universidades de fora do país mais efetivas que com as brasileiras. No entanto, tais críticas não impedem reconhecimentos a atores que estiveram "desde o início" com os BCDs (JAQUELINE, 2015), grupos de pesquisa com papel de destaque, tendo garantido

---

191 Como vimos na seção 4.1.

192 Ainda que importante para desenvolver, dentro do banco, iniciativas no "caminho das moedas sociais", apontado por Paul Singer para o BNDES (MAGALHÃES, 2017) e motivador do encontro da Cena 1.

inclusive acento na Rede Brasileira de BCDs. Tais grupos apoiaram os BCDs a desenvolver materiais importantes para a expansão da comunidade de conhecimento dos BCDs, tanto acadêmicos (gerando artigos, dissertações e teses sobre o tema) quanto "populares" (gerando materiais com linguagem mais adequadas a uma apropriação das propostas dos bancos pelas comunidades locais envolvidas)[193]. Um desses materiais, a "Cartilha para Multiplicadores na Metodologia de Bancos Comunitários – Material Pedagógico de Apoio", de 2011, aponta para "uma espécie de 'Bíblia' para a Rede de Bancos Comunitários" (CARTILHA, 2011), o documento "Bancos Comunitários de Desenvolvimento: uma rede sob controle da comunidade" (MELO NETO SEGUNDO, MAGALHÃES, 2006). Nesse manual dos BCDs, se quisermos usar a terminologia de Kuhn, de autoria de Joaquim Melo e Sandra Magalhães, está inscrita a colaboração de Jeová Torres Silva Júnior, professor da UFCE com mestrado e doutorado na faculdade de administração da UFBA. A ITES UFBA, coordenada por Genauto França, o NESOL/USP e a FGV/SP (com o grupo de pesquisa de Eduardo Diniz), são os grupos brasileiros historicamente mais articulados à Rede de BCDs.

O acúmulo, a sistematização e o compartilhamento de conhecimentos dentro das redes dos BCDs (incluindo aqui instâncias do poder público e da academia), são formas fundamentais das *outras sustentabilidades* de que falei no início desta seção, importantes para a expansão das experiências e para a *respeitabilidade* das moedas sociais, agora também eletrônicas. A transição social-eletrônico já era em certa medida apontada por Ariadne Scalfoni Rigo, em sua tese "Moedas Sociais e Gestão de Territórios: Aplicações e Implicações Teóricas e Práticas" defendida em 2014 também pela escola de administração da UFBA e sob orientação de Genauto. Nela,

193 No próprio *site* do Banco Palmas há uma seção para artigos e pesquisas acadêmicas. Outros fóruns de articulação e bases de materiais acadêmicos são: a RIPESS (Réseau intercontinental de promotion de l'économie sociale solidaire), a RAMICS (Research Association on Monetary Innovation and Complementary and Community Currencies), o IJCCR (International Journal of Community Currency Research), a RILESS (Rede de Investigadores Latinoamericanos de Economia Social e Solidária), a Revista Otra Economia, a ABPES (Associação Brasileira de Pesquisadores de Economia Solidária) e o *site* Socioeco.org. Mais em <http://www.institutobancopalmas.org/artigos-e-pesquisas-academicos/>, <http://www.ripess.org/>, <https://ramics.org/>, <https://ijccr.net/>, <https://www.facebook.com/riless.org/>, <https://www.revistaotraeconomia.org/>, <https://abpes.org.br/otra-economia/>, <http://www.socioeco.org/>. Acessos em 23. jul, 2018.

Rigo apontava como principais desafios da rede a “falta de recursos para constituição e manutenção do fundo de crédito e para o pagamento de despesas” além da

> insuficiência para formação do lastro que, consequentemente, compromete os empréstimos nas linhas de crédito para consumo e limita as possibilidades de emissão de moeda social pelos BCDs no território (RIGO, 2014, p. 249)

– problemas que persistem na rede, como verificamos no Preventório. Apontava adicionalmente que “a construção da legitimidade dos BCDs e das moedas sociais passa também pela discussão do marco legal” e que o “futuro das Palmas” passaria pelos embriões do PalmasLab e pela moeda social eletrônica (RIGO, 2014). É sobre essa temática das sustentabilidades financeiras – fundamental como já apontava Rigo, e hoje relacionada à moeda eletrônica – que trataremos na próxima seção.

5.2 O E-DINHEIRO “SE VENDENDO” PARA OS BCDS: A INDEPENDÊNCIA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA?

Cena(s) 8

Sexta-feira, julho de 2015, Banco do Preventório. Conheço Marcos Bustamante, do fórum de economia solidária de Niterói. Ele está participando da pesquisa do Banco Central junto a alguns BCDs, para verificar se os bancos afetam a educação financeira da população. Conta que o banco recebeu um prêmio do BNDES, a ser entregue em Santa Maria/RS, na feira de economia solidária. Já estão começando a usar o E-dinheiro, que será apresentado lá.

Terça-feira seguinte, Maricá: Natália fala que o E-dinheiro será usado lá na feira. Vejo no computador que Leonardo Pamplona, do BNDES, responde ao meu e-mail: somente poderá me atender na semana seguinte, pois estará em viagem. Seria para Santa Maria? Vou à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de Maricá, falar com os integrantes da nova gestão, onde sou informado que terão uma viagem, e que podemos deixar pra acertar meus pedidos (para acompanhar mais de perto a Mumbuca) depois. Eles iriam para Santa Maria. Já que eu estaria relativamente perto, em Porto Alegre, no fórum de software livre, decido também ir.

Quinta-feira, 09 de julho de 2015. Chego ao stand *do Banco Palmas em Santa Maria. Vejo Asier e alguns jovens do PalmasLab próximos a dois* laptops*. O pessoal arruma a bancada, com folhetos e livros sobre as experiências do banco, e distribuem algumas cadeiras para os outros empreendimentos de economia solidária acompanharem a apresentação de como vai funcionar o E-dinheiro. Joaquim chega.*

Consigo conversar com ele sobre as perspectivas do E-dinheiro. 1% das transações comerciais irão para a empresa MoneyClip e 1% para o banco comunitário, um acordo que deixa Joaquim satisfeito com a aparente autonomia financeira da Rede de BCDs (ao menos em relação à maquininha da Vale Shop). Ele tem uma expressão alegre, e solta um "é nosso", sobre o E-dinheiro. Falo para Joaquim da proposta da vivência: ficar quatro horas por semana no banco em Maricá, colaborando no que for possível. Ele acha ótimo. "O prefeito me deu carta branca [para mudar do cartão para o aplicativo]… Vamos ter que formar 14000 pessoas". Combinamos que poderei ajudar no processo. Quem sabe, os trabalhadores da Petrobras também não poderiam fazer uma assessoria? Pouco mais adiante, paro na banca da Justa Trama, rede de empreendimentos de economia solidária das mais reconhecidas, que reúne grupos de diferentes estados na fabricação de roupas, brinquedos e outras peças. Experimento tentar pagar com E-dinheiro. Percebo que Otaciana, do Banco Palmas, está com um celular de uma das integrantes da Justa Trama, tentando baixar o aplicativo da PlayStore*. Mas o* Android *parece não colaborar, pede para atualizar a* Playstore*, o que não é possível pois a usuária não se lembra da senha. Tentemos outro celular: falta espaço em memória para baixar o aplicativo. "É só apagar algumas coisas", alguém sugere. Aparece mais um celular, mas este não é* smartphone… *A saída é o plano B: o cliente comprará com o aplicativo no* smartphone *e comerciante receberá via SMS, no celular antigo mesmo. Ok, o plano B funciona, consigo usar meus créditos em E-dinheiro. Mas a integrante do Palmas persiste: "só saio daqui quando isso [o aplicativo] funcionar". No caminho para o palco, ouço Joaquim falando na rádio do evento, convidando todos para a explicação sobre o E-dinheiro. Caminho um pouco mais, dá tempo de comprar um lanche também com E-dinheiro. Dessa vez, tudo funciona tranquilamente, o comerciante também tinha* smartphone*, e a* Internet *funciona bem. A cerimônia começa. Joaquim cita a Justa Trama: já está vendendo com E-dinheiro, os problemas foram resolvidos. Anuncia que o E-dinheiro vai circular na feira, e que em Maricá vai ser implantado. Dá uma pausa em suas explicações sobre o E-dinheiro, e chama ao palco o Secretário de Direitos Humanos de Maricá. "Agora não pode voltar atrás". O Secretário anuncia, em tom de pronunciamento pós vitória eleitoral: "não precisamos mais de uma empresa capitalista para a Mumbuca".*

De volta a Niterói, no Preventório. Troco Reais por notas de Prevês, e tento trocar também alguns pela moeda eletrônica. Hosana, no caixa, fala que ainda estão, "meio assim, assim" na operação do E-dinheiro. Sônia revela que quer se sentir mais segura sobre o dinheiro eletrônico, para poder recomeçar a conversar com os comerciantes. "de repente semana que vem vamos começar a falar com os comerciantes. Você vai junto."[194]

194 Nomeio aqui "cena(s)", pois a cena é composta por diferentes momentos, temporalmente distintos. Contudo, uso uma única numeração para referências futuras, por motivo de simplificação e pelos trechos tratarem de temas próximos. A cena é baseada nas vivências nos bancos do Preventório e Mumbuca, na ida à Feira de Santa Maria e no contato com Leonardo Pamplona (2015), do BNDES. Os profissionais da Petrobras citados tratam-se daqueles envolvidos em assessorias de gestão no âmbito do então Programa de Voluntariado Corporativo Petrobras, conforme já citado no capítulo 1.

Nesta seção investigo a entrada da empresa MoneyClip e de seu aplicativo na Rede dos BCDs. Sua atuação foi decisiva para o Banco Palmas e a rede dos bancos começarem em 2015 a utilizar a moeda eletrônica E-dinheiro, o que implicou em novas dependências, como observamos na cena 8, tais como o sistema operacional Android (para dispositivos móveis, como celulares *smartphones* e *tablets*), sua loja virtual *Playstore*, a *Internet*, os modelos e as características dos celulares (como sua capacidade de armazenamento) – interações que examinaremos mais detidamente na parte III. Aqui, proponho algumas perguntas: como se dá a dependência dos BCDs em relação à MoneyClip. Que novos atores entram na rede? Como o novo modelo de moeda afeta (ou não) o discurso dos BCDs? Que visões de mundo ou acordos ontológicos cruzam-se na implementação da moeda eletrônica? Qual a familiaridade uso desses aparatos tecnológicos por diferentes gerações?

Inicialmente fruto de uma parceria entre a MoneyClip e o Banco Palmas, a digitalização baseada no E-dinheiro passou a ser encarada como um ator central no futuro da própria rede brasileira de bancos comunitários, especialmente com vistas às *sustentabilidades financeiras* dos BCDs (já em um novo ambiente macropolítico, de mais dificuldades de financiamento público). O Banco do Preventório, que ganhou o prêmio de Boas Práticas em Economia Solidária do BNDES na Feira de Santa Maria de 2015, chegou a decidir usar cinco dos vinte mil reais recebidos para tentar fazer circular a moeda eletrônica na comunidade. Também em 2015, a Prefeitura de Maricá já anunciava o E-dinheiro como o futuro da moeda Mumbuca[195]. BNDES e Banco Palmas dialogavam para rever os termos do apoio, no sentido de utilizar parte do recurso para fortalecer a implantação do E-dinheiro na rede de bancos (PAMPLONA, 2015). Interessa examinar as *traduções* do E-dinheiro, desde a MoneyClip até a Rede de BCDs, e o movimento de *interessamento* de atores nesse processo, em especial a partir de um histórico negativo de experiências do

195 Mais em <http://www.marica.rj.gov.br/2015/10/07/moeda-mumbuca-atrai-pesquisadores-da-nicaragua/>. Acesso em: 12 out. 2017.

banco de Fortaleza com o uso das TICs na circulação das moedas sociais (seção 3.2.1).

Como examinamos na seção 5.1, a proposta da "moeda social eletrônica, que funcionaria por meio do pagamento via celular" já fazia parte do "futuro das Palmas" (RIGO, 2014, p. 239), tendo sua primeira experiência no

> […] teste da moeda eletrônica via celular que estava sendo realizado em janeiro de 2012 [e que] não deu certo. A companhia de celular "dona" da tecnologia não "compreendeu o espírito da coisa", e os custos ficariam altos para os usuários. (RIGO, 2014, p. 238)

Apesar do relativo insucesso daquela digitalização, o Banco Palmas deu andamento a "novas discussões sobre a moeda social eletrônica, ou Palmas eletrônica", o que

> […] conferiria *maior segurança e praticidade* nas relações de compra e venda, bem como um custo menor para o usuário (morador e empreendimento). De acordo com Joaquim Melo Neto, seria possível também *reverter a taxa que é paga pelos usuários para as operadoras de cartão crédito para o BCD.* Este volume de recursos seria convertido em *fundos para empréstimo e para própria manutenção das atividades* do banco. Sendo assim, em vez de os usuários pagarem taxas para operadoras de cartões tradicionais e "enviarem dinheiro para fora da comunidade", o dinheiro ficaria no território para ser investido e redistribuído. Para Joaquim Melo Neto, esse é o futuro das Palmas e das moedas sociais no Brasil. (RIGO, 2014, p. 239)[196]

Asier Ansorena também indicou que a legislação de pagamentos eletrônicos, que veio a ser implementada em 2013, estava no radar do banco, por alerta de Eduardo Diniz (ASIER, 2015b). Mas não apenas o banco e o pesquisador estavam atentos ao novo mercado de meios de pagamento eletrônicos, conformado pela legislação brasileira de 2013: uma pequena empresa de Brasília, encabeçada por João Bosco e Marcos Sarres (com históricos de atuação no mercado financeiro e em TI, respectivamente (BOSCO, 2016a)), planejava colocar em circulação uma plataforma de pagamentos eletrônicos para a periferia (BOSCO, 2016a). Segundo Bosco (2016a), duas coincidências atravessaram seu caminho: a "revolução" da lei

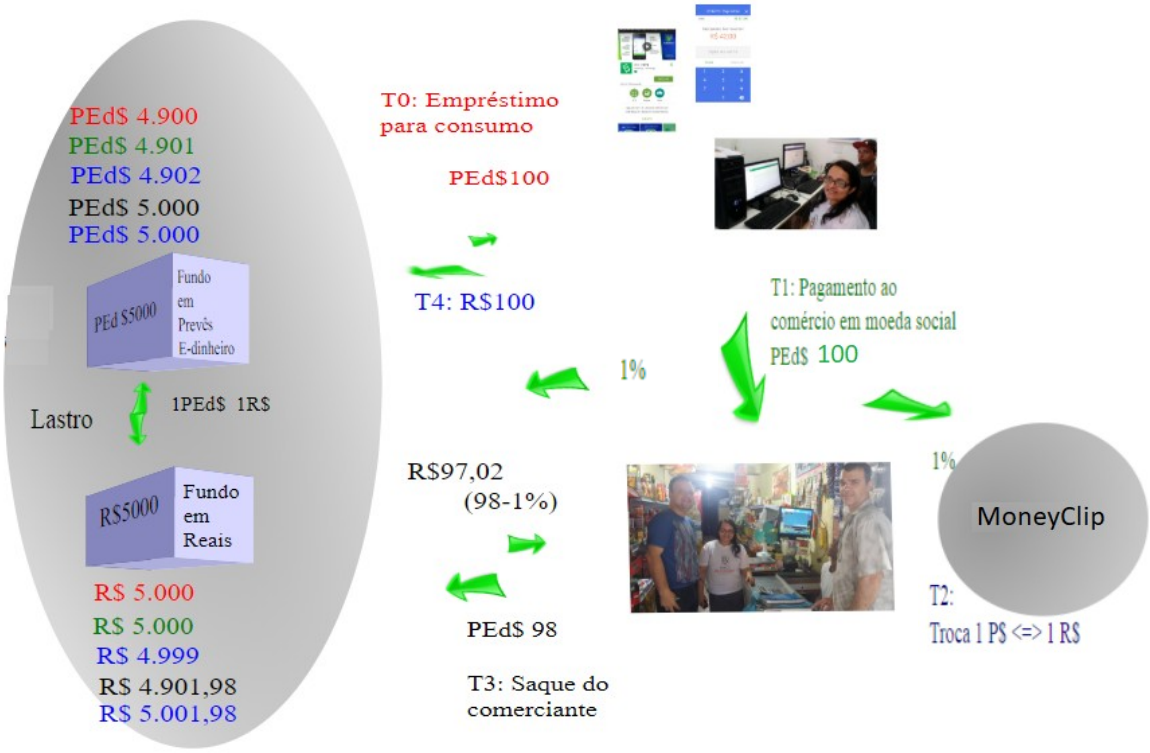
196 Segundo Riggo (2014), tais discussões seguiram no âmbito de uma aproximação do Palmas com Universidades, por meio do PalmasLab: "o terceiro objetivo do laboratório é c) aproximar o Banco Palmas e o território da universidade para criação e melhoria de instrumentos de gestão e de avaliação. Nesses aspectos, já podem considerar as parceirias com o Nesol/USP, a ITES/UFBA e com a Universidade de Columbia."

de pagamentos eletrônicos, que teria quebrado o monopólio das entidades financeiras sobre os serviços financeiros, e, em 2014, a parceria com o Banco Palmas, algo não planejado por quem “nunca tinha ouvido falar em moedas sociais e bancos comunitários” (BOSCO, 2016a)[197]. Bosco “bateu à porta” do Banco Palmas oferecendo uma parceria: 2% de todas as transações comerciais (BOSCO, 2016a) efetuadas via E-dinheiro seriam cobrados dos comerciantes e divididos entre MoneyClip e banco comunitário – 1% remuneraria a empresa (pelo desenvolvimento, monitoramento e suporte ao uso do aplicativo) e 1% ficaria para o BCD ao qual o comerciante estivesse vinculado. Além disso, qualquer saque – ou seja, operação em que um comerciante ou um morador vai ao banco comunitário trocar moeda eletrônica por Reais –, também seria taxado em 1%, que ficaria para o banco. A circulação da moeda localmente apresentaria assim ligeiras diferenças nas suas versões em papel e via aplicativo, como mostra a figura 22[198].

197 Segundo Bosco (2016a), conheceram o Palmas em uma palestra, versão ligeiramente distinta da relatada por seu sócio Marcos Sarres (2016), que aponta para uma indicação do Banco Palmas, a partir de um contato com o Ministério do Desenvolvimento Social.

198 Os percentuais mostraram-se mais vantajosos para os BCDs, quando comparados à parceria com a Valeshop em Maricá. Joaquim (2018c) informou que houve uma tentativa de melhoria do acordo junto à Valeshop: em vez dos 3% cobrados aos comerciantes irem em sua totalidade para a empresa, 1% ficaria para o Banco Mumbuca. Contudo, a proposta não foi aceita.

Figura 22 – Diagrama com a circulação do E-dinheiro com a metodologia do Banco Palmas



Circulação do E-dinheiro e os status do fundo do BCD a cada momento: no exemplo do fluxo da moeda com Prevês E-dinheiro (PEd$), T0, T1, T2, e T3 apontam a circulação em 4 momentos distintos. Em T0, empréstimo de morador junto ao BCD; T1, compra no comércio local; T2, taxa de 1% recebido pela MoneyClip; T3, saque do comerciante junto ao BCD. Fonte: o autor (2018).

A proposta, apesar de vinda de fora da Rede dos BCDs e da economia solidária, embutia os aspectos de “segurança e praticidade” (RIGO, 2014, p. 239) – garantidas por uma empresa com 34 funcionários, a “maioria de desenvolvedores”, já adequada às exigências de monitoramento do BACEN (BOSCO, 2016a) – e apontava um futuro para a moeda social em papel, que nas palavras do Bosco (2016a), “não conseguiu emplacar”, “não pegou nas comunidades”, e apresentava números relativamente baixos: para ele, o “caminho natural é o digital” (BOSCO, 2016a). *Tal reconfiguração na rede dos bancos permitiria um horizonte de expectativas, traduzidas como uma relativa maior sustentabilidade financeira dos BCDs, uma possibilidade de mais capilaridade com menos investimento, um "banco digital sem agência", um movimento de "irradiar para a rede" de BCDs, e uma facilidade de ser "igual a máquina de cartão"* (BOSCO, 2016a).

5.2.1 Expandindo a rede: disseminando ou traduzindo?

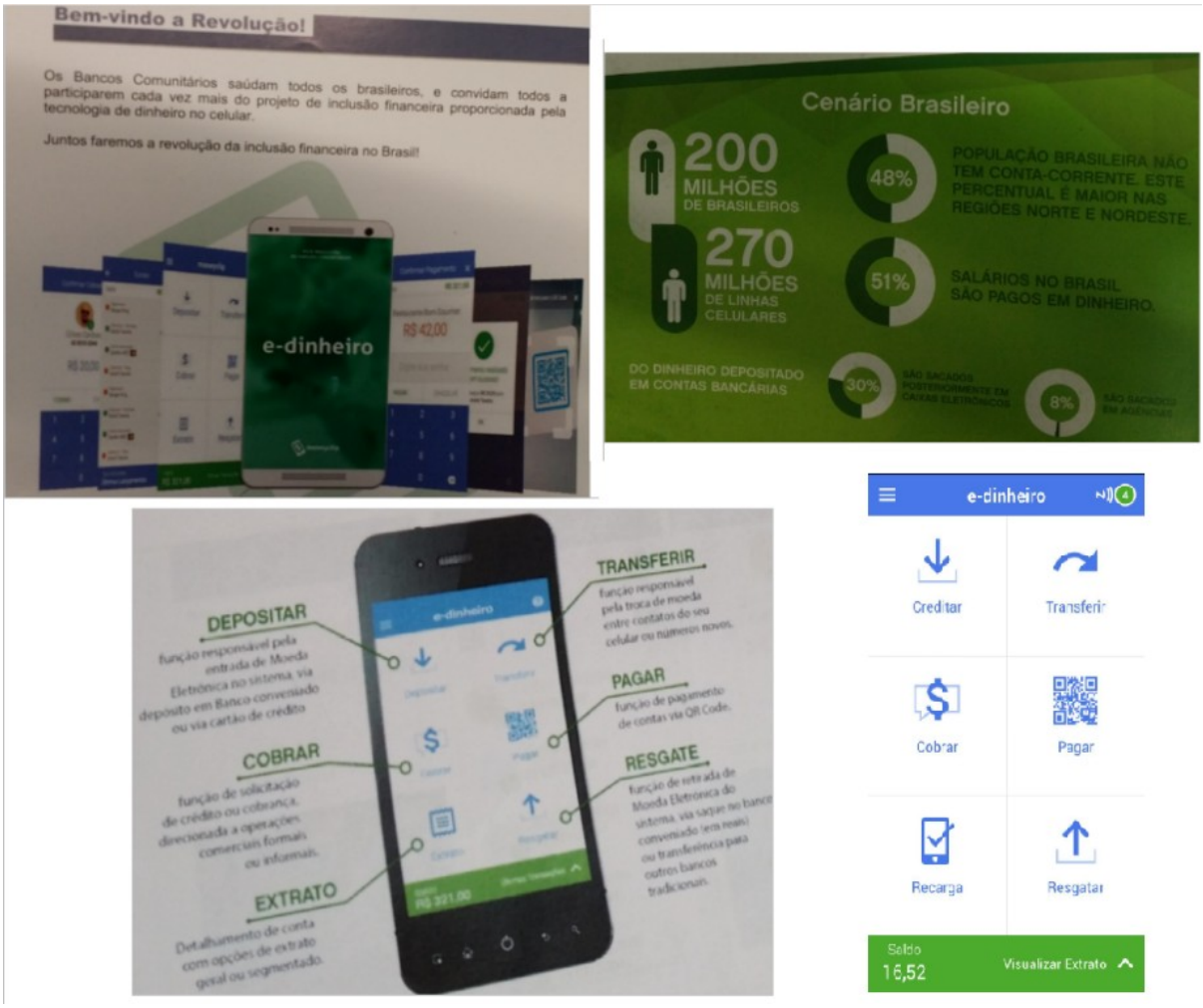
O *discurso do E-dinheiro* é materializado em artefatos que circulam pela Rede de BCDs e caracteriza um cenário, por um lado, de exclusão bancária (como já vimos – seção 2.3.2 –, somente cerca de metade da população brasileira tem conta em banco) e, por outro, de inclusão digital via celulares. No caso dos celulares, segundo a pesquisa TIC Domicílios 2017, 67% dos brasileiros utilizam *Internet*, sendo que

> a pesquisa aponta a preferência pelo celular, utilizado por quase a totalidade dos usuários (96%). [...] [M]etade da população conectada acessa a Internet exclusivamente pelo telefone celular, o que representa 58,7 milhões de brasileiros.[199]

Um cenário que proporcionaria condições para uma "revolução", a revolução da inclusão financeira no Brasil (figura 23).

199 Pesquisa do CGI.BR (Comitê Gestor da Internet no Brasil). Mais em https://www.cgi.br/noticia/releases/acesso-a-internet-por-banda-larga-volta-a-crescer-nos-domicilios-brasileiros/. Acesso em 23 jan. 2018.

Figura 23 – O discurso do E-dinheiro nos materiais de treinamento e divulgação



Os materiais fazem a parceria circular na Rede de BCDs e nas comunidades. Fontes: acima e à esquerda, o "Manual de operações para comércio" (E-DINHEIRO..., 2016); à direita *folder* (E-DINHEIRO REDE, 2016); abaixo, apostila “E-dinheiro – a sua moeda social eletrônica” (E-DINHEIRO..., 2015) e tela do sistema em celular registrada pelo autor (2018).

A figura também mostra as principais operações que estariam *nas mãos do usuário*, a saber, *depositar/creditar* (depósito de Reais em um BCD ou via cartão de crédito, e correspondente aquisição de igual valor em moeda social eletrônica), *transferir* (envio de moeda social para outra pessoa por meio do aplicativo), *cobrar* (por meio da qual seria possível enviar mensagem solicitando a cobrança de um valor devido), *pagar* (pagamento por um produto ou serviço), *resgate / resgatar* (retirada de Reais em um BCD ou transferência para outros bancos tradicionais), *extrato / visualizar extrato* (com o detalhamento das operações) e *recarga*

(funcionalidade para recarregar celulares pré-pagos, com moeda social)[200]. Para além de instruir moradores e comerciantes sobre o uso da plataforma, os materiais de divulgação e de consulta que circulavam nos bancos buscavam, entre outros objetivos, esclarecer e estabilizar os papéis dos BCDs na parceria com a MoneyClip. “O papel dos bancos comunitários” passaria pela divulgação “do sistema E-DINHEIRO na sua comunidade”, pelo cadastramento de “usuários (quando houvesse necessidade) e dos comerciantes”, sendo “a ponte entre o usuário e a plataforma E-dinheiro” (E-DINHEIRO..., 2015). A ideia dos bancos serem essa “ponte” suscita um olhar cujo referencial parte dos planos iniciais da MoneyClip, de produzir um aplicativo para as periferias – com a parceria, o meio de chegar às periferias seriam os BCDs.

Este olhar – e o *discurso do E-dinheiro* –, esboçado no último parágrafo da seção anterior e inscrito nas cartilhas e apostilas, apresenta também tensões em relação ao *discurso dos BCDs*, se tomarmos como exemplo a “Bíblia” dos bancos comunitários. O manual dos bancos aponta que a “sustentabilidade [de um banco comunitário], em curto prazo, funda-se na obtenção de subsídios justificados pela utilidade social de suas práticas” (MELO NETO SEGUNDO, MAGALHÃES, 2006, p. 7). Assim, enquanto a prática dos BCDs apontava em grande medida pela busca do acesso a recursos públicos, a expectativa da empresa brasiliense passava pelo equilíbrio financeiro:

> a nossa preocupação principal além dessa parte técnica é a base de usuários. Esse é nosso desafio e nós precisamos de um apoio dos bancos comunitários e de um investimento maior pra que as comunidades saibam da nossa existência, pois muita gente ainda não sabe. […] O número ainda é muito incipiente… Quando a gente fala de aplicativo tem que ter uma base muito maior do que a gente já tem hoje. (…) Algo entre 50 e 100 mil usuários já começa a equilibrar. (BOSCO, 2016a)

João Bosco apontava em 2016 que a plataforma, que tinha à época em torno de 3000 usuários, precisava ampliar sua base de usuários, tarefa destinada aos BCDs. Em maio de 2016, um *e-mail* de Leonora Mol (BCD Bem) conclamava os

200 A recarga é fruto da parceria da Rede de BCDs com operadoras de telefonia móvel.

“[q]ueridos Bancos Comunitários do Sudeste e Centro-Oeste”, inclusive o Banco do Preventório, para a importância de cumprir as metas relacionadas à ampliação da base de usuários do E-dinheiro, em especial porque

> [a] parte boa de toda essa história é que o e-dinheiro vai para além de uma meta que precisamos cumprir. É de fato, atualmente, A ÚNICA FERRAMENTA CAPAZ DE NOS DAR SUSTENTABILIDADE. (MOL, 2016a)[201]

Acompanhando as redes sociais, também observei a preocupação dos BCDs com a divulgação do crescimento do uso do E-dinheiro. Por exemplo, em junho de 2016, um *post* de Joaquim informava o uso consolidado de 7.048 operações, R$ 428.879,83 movimentados, 1752 usuários, 133 comércios credenciados, e 20 municípios atendidos (JOAQUIM, 2016b)[202]. Como apontavam tais indícios, a métrica do número de usuários ganhou força com a mudança de estratégia para uma *sustentabilidade financeira* dos BCDs que dependesse menos dos chamados subsídios estatais. Contudo, a relativa tensão entre a visão de autofinanciamento (embutida no *discurso do E-dinheiro*) e aquela que considera inescapável pleitear subsídios do Estado, não foi a única nesse início de digitalização via E-dinheiro.

A ideia do “banco em suas mãos” (figura 24) fez circular a noção de “alternativa ao sistema financeiro tradicional”, cara tanto aos BCDs quanto aos *bancos digitais*. No mundo dos bancos digitais e das *fintechs*, tal ideia parece propagar a noção de liberdade individual em relação aos bancos tradicionais, como no *slogan* do Nubank:

> [f]inalmente você no controle do seu dinheiro. Olá, liberdade. A tecnologia a seu favor, simplificando o controle da sua vida.[203]

---

201 E-mail de Leonora Mol, do Banco do Bem (ES) e da organização Ateliê de Ideias, responsável pelo desenvolvimento projeto da SENAES nas regiões de fomento aos BCDs à época. Hosana e Sônia, no Preventório, recebiam bolsas do projeto.

202 No mesmo post, informava consolidados de outros serviços aqui já comentados: Caixa aqui (28.381 operações), Operações de crédito – BNDES (46, com R$69.050 movimentados), Palmas seguro de vida funeral – MAPFRE 32 operações, movimentando R$383,68). Comentava ainda o ingresso de 33 promotores na rede, papel que trataremos a seguir.

203 Mais em <https://www.nubank.com.br/?utm_source=facebook_uwe&utm_medium=cpa&utm_campaign=CONVERSION_M_36+&utm_term=AND_FB_LUSA_LL_A&utm_content=article_olhar_digital_img3>. Acesso em: 10 de mar. 2018.

Ademais, essa liberdade implica em *slogans* e valores como o da disponibilidade "[a] qualquer hora, em qualquer lugar". Importa apontar que ambas as ênfases (nos indivíduos e na ausência de uma identidade territorial) tensionam com a pretensa "natureza comunitária" dos BCDs, em que

> pertencer à comunidade é parte fundamental do DNA dos BCD. Por isso temos que ter cuidado para não fazer com que o Banco Comunitário fique tão complexo que não haja mais condições de ser operado pela organização local (MELO NETO SEGUNDO, MAGALHÃES, 2006, p. 29)

Figura 24 – Discurso dos bancos digitais e a tensão com os bancos comunitários



Fonte: E-dinheiro novo (2016) e E-dinheiro comércio (2016).

A natureza comunitária, explícita no manual dos BCDs, fica também relativizada com a entrada de empresas de tecnologia de fora da rede, como vimos no caso da Valeshop e vemos nesta seção com a MoneyClip. A moeda se "complexifica", justamente um dos alertas do manual. Para além da complexificação tecnológica, a possibilidade de "um restaurante do centro do RJ […] aceitar o E-dinheiro", como sugerido pelo próprio Joaquim (2016c), em certa medida impõe aos BCDs um repensar sobre *o território do comunitário*, como já comentado. Os objetivos enunciados no manual, como o "desenvolvimento de territórios de baixa renda […][e a] criação de redes locais de produção e consumo", são traduzidos para uma nova realidade, onde

> o alcance da Moeda Social Eletrônica ganha uma amplitude que ultrapassa os limites territoriais do banco comunitário, mas mantém a riqueza gerada a sua origem. (E-DINHEIRO, 2016)

O protótipo do "novo manual" dos BCDs registra a possibilidade de aproveitar a tecnologia para ampliar a rede de comércios, porém, sem abrir mão de aplicar na comunidade os frutos da circulação monetária, por intermédio do BCD. Contudo, na esteira das estratégias para aumentar rapidamente a base de usuários do E-dinheiro, uma outra inovação proposta na capacitação do E-dinheiro na Cidade de Deus iria além, e ameaçaria esse vínculo comunitário: a possibilidade do comerciante autodeclarar-se, de forma desvinculada de qualquer BCD, o que faria com que as taxas oriundas da circulação da moeda fossem destinadas somente para a MoneyClip – conforme apresentado por Bosco (2016b) no banco da CDD. Joaquim afirmou que identificava a situação como mais uma entre outras decisões inadequadas da empresa, com o objetivo de acelerar a disseminação do aplicativo.

Uma outra medida nesse sentido foi a criação do papel de "promotor" do BCD, também anunciada na CDD. Outro indício de ruídos na parceria: a minuta de contrato entre bancos e promotores somente circulou semanas após o treinamento na Cidade de Deus – evento destinado em grande medida justamente a possíveis promotores do E-dinheiro (como narra a cena 6). Um efeito desse descompasso foi que, apesar de a minuta indicar que o "BANCO [comunitário] não garante qualquer espécie de exclusividade e/ou reserva territorial aos seus promotores de venda" (CONTRATO..., 2016, p. 2), no BCD do Preventório chegou a ser discutida a possibilidade de uma divisão territorial entre os promotores, a fim de minimizar o caráter competitivo (entre promotores) embutido na proposta – uma alerta de Marcos Rodrigo, que já tivera a experiência de trabalhar como promotor de vendas.

Os indícios apontam que a tentativa de (e urgência em) tornar o E-dinheiro um *ponto de passagem obrigatória*, saindo do *status* de uma parceria piloto entre Palmas e MoneyClip para tornar-se o *futuro da Rede de BCDs*, foi percebida nos demais bancos da Rede com diversas dúvidas e dificuldades de implantação. No limite, soou mesmo como algo colocado "goela adentro", como verbalizado por um

dos bancos participantes de uma reunião no Ateliê de Ideias / Banco Bem, da qual Hosana (2015) participara[204]. A operação e a movimentação do caixa do banco, por exemplo, gerava dúvidas: enquanto na moeda em papel a operação de cada banco era em certa medida independente, o E-dinheiro impunha uma razoável reorganização da operação da moeda social[205]. A administração do sistema de informação era centralizada em Brasília, na MoneyClip, e a distribuição dos perfis de acesso aos dados do sistema permitia aos *administradores globais* visualizar os dados de todos os BCDs (papel herdado pelo Palmas desde o início da parceria), enquanto que os *administradores locais* visualizavam apenas os dados de cada banco. Assim, a hierarquia na administração do sistema de informações MoneyClip (que incluía o aplicativo, uma interface *web* – disponível para comerciantes e administradores –, além dos servidores), razoavelmente comum no mundo das TICs, era também um elemento novo na Rede dos BCDs.

As metáforas de irradiar e de disseminar o E-dinheiro na Rede de Bancos, reveladas por Bosco (2016a, 2016b), dessa forma mostraram-se inadequadas. Elas remetiam a um trânsito suave das proposições (desde a empresa de Brasília, passando pelos bancos comunitários, até chegarem às periferias brasileiras), quase que como mensagens enviadas de um software *servidor para um aplicativo rodando em um computador ou celular[206]. No entanto, diversas foram as tensões identificadas neste processo, melhor descrito pela metáfora da tradução de cada*

---

204 Reunião relacionada ao projeto da SENAES, motivador do já citado e-mail de Leonora Mol. O projeto (convênio com número original 00042/2013, número SICONV 791561) tinha como objeto "contribuir para o desenvolvimento local e para a superação da pobreza em 32 territórios de baixa renda nas regiões sudeste e centro oeste do Brasil promovendo o fortalecimento comunitário e a inclusão social e financeira das famílias de baixa renda e em situação de vulnerabilidade social." Mais em <http://www.portaldatransparencia.gov.br/convenios/791561>. Acesso em 10 de set. de 2118.

205 No caso das moedas em papel, cada moeda circulava localmente e a gestão do fundo em Reais – lastro das moedas sociais – era de responsabilidade de cada banco comunitário.

206 Refiro-me a uma forma de se distribuir a operação de um *software (*arquitetura), em geral classificada como "cliente-servidor". O *software* instalado em um computador, mais centralizado (servidor), comunica-se por meio de uma rede de computadores com diversos outros *softwares* (clientes) instalados em dispositivos como celulares, ou *notebooks*. Uma premissa para tal funcionamento, é que as mensagens trocadas entre os dispositivos navegam sem modificação. Mais em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Cliente-servidor>. Acesso em: 10 out. 2016.

proposta para (e por) cada novo ator que entra na rede. O ano de 2016 aproximou-se de seu final com mais tensões e menos usuários que aqueles esperados*,* o que teve consequências.

5.2.2 Expandindo a rede: instabilidades e (re)estabilizações

Se abriu perspectivas de sobrevivência e sustentabilidade financeira em um momento macropolítico ruim para os bancos, a introdução da *ferramenta* do E-dinheiro apontou também para novas práticas e mesmo para um repensar de conceitos e princípios dos BCDs. A noção de autossustentabilidade (ganhando espaço no discurso dos bancos em relação aos *subsídios*), a relativa maior complexidade de administração, a possibilidade de expansão do território de circulação (ambas tensionando com a *natureza comunitária*), e a relativa hierarquização da operação da plataforma (frente a um histórico mais *autonomista* de cada BCD) são elementos que trouxeram certa instabilidade no dia a dia dos bancos, como vimos na seção anterior, ainda que a Rede dos BCDs já estivesse mais fortalecida com o Banco Nacional das Comunidades. A operação do E-dinheiro parece ter *agido* na consolidação da Rede como *Banco Nacional das Comunidades*, discutida por alguns anos e implementada ao final de 2015, no quarto Encontro Nacional da Rede de Bancos Comunitários (figura 25)[207].

207 Composta por um colegiado de 11 pessoas, a saber: Joaquim Melo (Banco Palmas/Fortaleza-CE), Leonora MOL(Banco Bem/Vitoria-ES); Marivaldo Vale (Banco Tupinambá/Mosqueiro-Belém-PA); Cleberson da Silva (Banco União Sampaio/São Paulo-SP), Jaqueline Dutra (Banco da Periferia/Fortaleza-CE);Rosymeire Gobira (Banco Chapadense/Chapada Gaúcha-MG); Valdelina Assunção (Banco Conquista/Manaus-AM) Ailton Velez (Banco Ceilândia/Brasilia-DF); Abadia Teixeira (Banco Estrutural/Brasília-DF); Mauro Rodrigues (Banco dos Cocais-São João do Arraial-PI); Zaqueu Cantarino (Banco Paraíso/Jacundá-PA). Mais em <http://bancotupinamba.blogspot.com.br/2015/12/4-encontro-nacional-da-rede-brasileira.html>. Acesso em: 12 out. 2017.

Figura 25 – O E-dinheiro e o Banco Nacional das Comunidades





À direita, o 4º Encontro Nacional da Rede Brasileira de Bancos Comunitários (nov. 2015), em Fortaleza – com Joaquim Melo, ao microfone, Leonora Mol (à frente e mais centralizada na foto), e Jaqueline Dutra (à esquerda na foto). À esquerda, "primeira reunião de trabalho da diretoria do Banco Nacional das Comunidades e reunião do Comitê Nacional de Finanças Solidárias", em maio de 2016, em Brasília – com João Bosco e Marcos Sarres, da MoneyClip (ambos de azul e próximos à TV na foto acima), e Haroldo Mendonça, da SENAES (de pé, na foto de baixo). Fontes: <http://bancotupinamba.blogspot.com.br/2015/12/4-encontro-nacional-da-rede-brasileira.html> e <http://bancotupinamba.blogspot.com.br/2016/05/encontro-de-trabalho-diretoria-do-banco.html>. Acessos em 10 jun. 2018.

O E-dinheiro e também a MoneyClip passaram a fazer cada vez mais parte do mundo da Rede de BCDs, como indica a participação dos sócios da empresa na "primeira reunião de trabalho" do Banco Nacional das Comunidades (figura 25). Contudo, as reuniões, os treinamentos, a elaboração de metas e a divulgação do incremento considerável da presença do E-dinheiro na rede dos BCDs não pareceram suficientes para a manutenção da parceria, ao menos nos termos planejados, na visão da empresa brasiliense. Os números não alcançaram a escala das metas estipuladas por Bosco (2016a), de 50 a 100.000 usuários em 2016, nem tampouco da simulação de "possibilidade de receita com o E-dinheiro" para um banco comunitário, enviada por Leonora Mol (2016a): em um cenário hipotético de 1.500 famílias cadastradas por um BCD, com um gasto mensal de cada família na comunidade (em moeda social eletrônica) de R$ 500,00, a planilha enviada aos

BCDs estimava receitas da ordem de R$ 10.300,00 por mês para o banco, totalizando R$ 123.600,00 por ano[208] (MOL, 2016).

O não atingimento da escala esperada teve rápidas consequências. No início de outubro, período dos mais intensos esforços de mobilização para implantação do E-dinheiro no Preventório, o BCD recebeu nova orientação do Ateliê de Ideias, na realidade repassando um manual que consolidava os procedimentos "válidos durante o mês de outubro, mês em que o Instituto [Periferia] assumiu toda a operação do sistema e-dinheiro" (MOL, 2016b). Em uma das reuniões de que participei, com a presença dos jovens e da diretoria do banco comunitário, em meio às dúvidas sobre estratégias de divulgação e sobre o próprio funcionamento do aplicativo, Marcos Rodrigo ligou para o Banco Palmas solicitando esclarecimentos. O próprio Joaquim, em viva voz na reunião, comunicou a decisão da MoneyClip em não prosseguir com a parceria com a Rede de BCDs – para visível desalento dos presentes no Banco do Preventório. O jovem Felipe deixou escapar um "e agora!?". Joaquim – ao seu estilo de incentivador da Rede –, colocou o desafio de uma "vaquinha" dos bancos para comprar o sistema, recursos que também poderiam ser obtidos via BNDES.

Apesar de tentar imprimir ânimo à Rede de BCDs, em entrevista em no mês seguinte, Joaquim admitiu que

> hoje nós estamos numa saia muito justa. […] Ou seja, se nós não somos os donos do E-dinheiro, não tem mais E-dinheiro. E assim, nós vamos [decidir] comprar. [...] Você imagina, quando começou, começou com uma oferta de 1 milhão de reais. […] Segundo a MoneyClip, é o preço que ela bota […] para desenvolvimento [da ferramenta] e tudo mais. […] É o seguinte, […] se eu consigo 100 mil, 140 mil, aí eu dou um lance […] [pelo] código fonte, as patentes. E resto a gente vai conversar devagar… (JOAQUIM, 2016c)

Em 10 de novembro de 2016, Joaquim postou o anúncio da compra do E-dinheiro (figura 26). O acordo com o BNDES fora bem-sucedido, bem como as

208 O cálculo supunha ainda: Taxa da Receita do comércio para o Banco = 1% (R$ 7500,00); Taxa da Receita de Saques feitos por metade dos comerciantes e usuários = 0,5% R$ 1875,00); Taxa de Receita da Recarga do celular feita por 100 pessoas por mês no valor mínimo de R$ 8,00 = 1% (R$ 800,00).

bases do novo modelo de negócio da parceria com a MoneyClip: agora dona do *software*, a Rede de BCDs contrataria a empresa para prestar apoios em manutenções e melhorias na plataforma.

Figura 26 – E-dinheiro comprado pela Rede de BCDs



Post de Joaquim anunciando a aquisição do E-dinheiro pela Rede de BCDs, ao lado de João Bosco e Marcos Sarres. Fonte: Joaquim (2016d).

O modelo perduraria durante os anos de 2017 e 2018, e implicaria nos seguintes custos:

> [p]ra manter a plataforma no ar precisamos de no mínimo 20 mil reais por mês. Parece caro, mas é o mínimo pra se pagar dois bons programadores *full time* (sem eles a plataforma *pipoca*), pagamento das taxas de provedores (*amazon*, *google play*, ..etc..). (…) O Instituto Palmas pagou [em 2017] 240 mil de manutenção e mais 18 mil de customização, somando 258 mil reais. (JOAQUIM, 2017, grifo nosso)

Apesar dos custos com o E-dinheiro, naquele ano de 2017 a Rede de BCDs lograria por outro lado aumentar suas receitas oriundas da plataforma: “conseguimos movimentar 26 milhões e chegar a 10.500 contas abertas na Plataforma e-dinheiro, com 889 comércios cadastrados” (JOAQUIM, 2018a)[209]. A parceria Palmas-

209 Apesar de expressivos, os valores mantém o E-dinheiro abaixo dos limites já vistos da regulação

MoneyClip sobrevivia assim em outros termos, apesar das dificuldades para a entrada do E-dinheiro no nascente *mercado nacional de meios de pagamento*. *Em grande medida, tais dificuldades refletiram os obstáculos de cada BCD em reconfigurar seu mercado local, agora com a presença de uma moeda social eletrônica*. Nessa linha, examinarei agora elementos que se destacaram na tentativa de implantação do E-dinheiro no Banco do Preventório, entre eles, o envolvimento dos jovens.

5.3 NOVOS CONHECIMENTOS E ENGAJAMENTOS: PRA VIDA TODA E MAIS QUINZE DIAS

O Brazil não conhece o Brasil
O Brasil nunca foi ao Brazil
[...]
O Brazil não merece o Brasil
O Brazil tá matando o Brasil
[...]
Do Brasil, SoS ao Brasil
Do Brasil, SoS ao Brasil[210]

Cena(s) 9

Agosto de 2015, Banco Palmas, Fortaleza. Pesquisador e orientador entrevistam Jaqueline Dutra. Preferindo os bastidores das muitas tarefas de organização do banco (como editais a escrever, e a inconstante agenda de Joaquim), somente conseguimos entrevistá-la no último dia de visita. Ex-aluna de Joaquim Melo no ensino fundamental, Jaqueline revela que saiu da comunidade para fazer o ensino médio, "mas teve o curso de consultores comunitários aqui. E eu vim para cá [de volta para] participar dos cursos […]. Voltei, né*, como dizem. Eu fui ficando". Na sala com a imagem de Simone de Beauvoir ao fundo, Jaqueline revela seus sonhos com o Banco Palmas, "uma economia que eu acho que dá direito a todos de estar dentro". E continua: "O Palmas tem uma coisa muito forte que é sua raiz. Acho que é isso." Depois da tentativa vã de conter a emoção: "[e]u não estou chorando não. Eu não chorei, eu só... Mas eu acho que é isso, ele tem uma raiz muito forte, tem um envolvimento das pessoas muito grande." Pausa para pesquisada e pesquisadores secarem as lágrimas.*

---

da legislação de pagamentos eletrônicos (seção 3.2): "R$500 milhões de valores total das transações, acumulado nos últimos doze meses; 25 milhões de transações, acumuladas nos últimos doze meses; R$50 milhões em recursos depositados em conta de pagamento em pelo menos trinta dias, nos últimos doze meses; ou 2,5 milhões de usuários finais ativos em pelo menos trinta dias, nos últimos doze meses" (FAQ…, 2018).

210 Querelas do Brasil, música de Maurício Tapajós e Aldir Blanc (1978).

Março de 2016, abertura do Programa de Voluntariado Corporativo da TIC da Petrobras, Centro do Rio de Janeiro. Na plateia, funcionários (possíveis instrutores de oficinas e assessores de grupos em "vulnerabilidade social") e jovens aprendizes (que assistiriam a uma das oficinas promovidas pelo programa, o Tecnojovem). No palco, coletivos de jovens com experiências de educação e produção, em meio a artefatos de TICs. Samuel, ex-jovem aprendiz e estudante em uma das oficinas do ano anterior, fala sobre como o Coletivo Sonserina venceu a última Hackaton no Museu de Arte do Rio, sob orientação de Fernando Severo, funcionário da Petrobras. Severo, também pesquisador da UFRJ e interessado no ensino de tecnologias para a juventude, participa da apresentação do coletivo que produziu o LibrasOffice, numa adaptação de um editor de textos para deficientes auditivos – um dos resultados da disciplina Computadores e Sociedade na UFRJ daquele ano. Nalu, também ex-estudante de uma das oficinas, compartilha a experiência da tentativa de estabilizar a Visual UP, assessorada pelo CEFET-RJ e pelos voluntários da Petrobras. Ana Paula e Camila representam o Grupo de jovens da RENAJOC (Rede Nacional de Jovens Comunicadores), apoiados pelo BCD do Preventório. Ana, que participara de um curso de produção audiovisual para jovens no morro havia mais de quinze anos, agora coordenava o grupo. Camila, 17 anos, manda um rap*, versando sobre grande mídia, pretos e pobres, povo da favela representado, povo pobre culpabilizado. Aplausos para Camila, gritos e comoção geral*[211]*.*

Abril de 2017, Paris. Eu, pesquisador brasileiro aflito com a consolidação das entrevistas, áudios, cadernos de notas, fotos: é "a vingança do mundo mobilizado, diria Latour", penso. E como dar conta das novas referências, dos pedidos do coorientador no exterior? Tudo era ótimo, menos os prazos: os pedidos não estavam nos planos… Mas era preciso aproveitar, afinal, eram apenas 4 meses de doutorado sanduíche. O possível para um pesquisador em tempo parcial, considerando a ausência do trabalho e os (quem sabe?) últimos suspiros do incentivo à pesquisa no país. E como manter o vínculo à distância com os jovens do Preventório? Afinal, haviam combinado que o apoio à "iniciação científica" (PIBIC-EM) dos jovens no Preventório seguiria. Resolvi contactar jovens que demonstraram interesse por economia solidária e moedas sociais – do Preventório e das outras iniciativas por onde tenho andado. Quem sabe não se interessam pela transcrição de entrevistas? Samuel responde! Passo o áudio da entrevista de Jaqueline Dutra, para transcrição.

Março de 2018, Banco Mumbuca, Maricá. Pesquisadores da UFRJ, integrantes dos Bancos Palmas e Mumbuca, avaliam ao final do dia da I Mumbuhacka, junto com seus protagonistas, uma "molecada" egressa de diferentes territórios: um coletivo ainda em formação, com ex-participantes da disciplina Computadores e Sociedade da UFRJ, do Tecnojovem, da RENAJOC/BCD do Preventório. Samuel se aproxima:

---

211 Sobre o referido curso de produção audiovisual: em julho de 1999 a Bem TV – Televisão Comunitária realizou no Morro do Preventório, em Niterói, um curso de produção audiovisual com o objetivo de contribuir para a formação de cidadãos mais críticos e ativos, que reuniu 30 jovens. Mais em <https://www.bemtv.org.br/portal/downloads/revista-bemtv.pdf> e em <https://www.facebook.com/nosnafita/about?lst=1162573370%3A100002784559237%3A1538934903&section=bio>. Acesso em 25 de fev. de 2018.

Cara, quero muito continuar com isso. Me avisa do próximo, é sério.[212]

A cena atenta para a *formação de jovens* e sua importância para o *engajamento* nos BCDs, engajamento esse imbricado com *comoções e a emoções*. Comoção e emoção podem parecer elementos estranhos ao mundo acadêmico, e por isso cabem alguns parágrafos sobre a posição adotada nesta tese. Para determinadas abordagens, tais entidades trariam ruídos a uma pretensa racionalidade científica, por exemplo, na medida em que um engajamento do "sujeito" pesquisador com os "objetos" de pesquisa tornaria o ambiente nebuloso para as devidas análises. Contudo, já discuti a impossibilidade do "acesso a uma verdade sempre existente e independente de quem a observa" (seção 4.2), bem como a falsa oposição entre racionalidade e emoção, considerando que racionalidades são fundadas em "premissas básicas aceitas *a priori*, isto é, em bases emocionais" (MATURANA, 2014, p. 181). Como pontuei, algo como uma "modulação emocional" para uma racionalidade fundante do *social* seria a da *aceitação mútua* – tradução de *amor* para Maturana (2014). Proponho aqui que os engajamentos da cena 9 pressupõem a noção de aceitação mútua, trazida pelo autor chileno. Proponho ainda que tais engajamentos não impossibilitam uma busca por uma objetividade científica, desde que consideremos uma *(objetividade)* (ou *objetividade com parênteses*), no termos de Maturana. Voltando às diferenças entre as "objetividades", o autor defende que

> [a] ciência se define por um modo de explicar […], [e] neste explicar há dois modos fundamentais de escutar: […] (1) observador se comporta como possuidor de certas habilidades [cognitivas], como se elas fossem constitutivas dele. […] É a razão que me permite fazer referência a como uma coisa é, independentemente de mim. […] A existência é independente do observador. Chamo este caminho explicativo de o caminho da objetividade. (2) no momento em que considero o observador como ser vivo, quero dizer, quando levo em conta a biologia, não posso deixar de assumir o fato de que, experiencialmente, não podemos distinguir entre ilusão e percepção. […] No caminho explicativo da objetividade sem parênteses, meu escutar no explicar é um escutar fazendo referência a entes que

212 Uso o termo *molecada* em sintonia com as ações e reflexões em parceria com Fernando Severo, que assim se refere carinhosamente à juventude. A cena é baseada em minhas vivências nos bancos do Preventório e Mumbuca, no voluntariado da TIC da Petrobras e no período de doutorado sanduíche no Centre de Sociologie de l'Innovation (CSI, École des Mines, Paris), bem como na visita ao Banco Palmas e na entrevista a Jaqueline Dutra (2015).

> existem independentemente de mim — matéria, energia, consciência, Deus. […] No caminho da objetividade entre parênteses, meu escutar é diferente, porque aqui escuto reformulações da experiência, com elementos da experiência, que eu aceito. (MATURANA, 2014, p. 31-2).

Enquanto na busca pela *objetividade* "toda afirmação cognitiva é uma petição de obediência" (MATURANA, 2014, p. 32), a *(objetividade)* pode ser almejada se assumimos a impossibilidade de acesso à Verdade, tanto por pesquisados quanto por pesquisadores; ainda, essa relativa horizontalidade entre ambos pode ser um caminho para uma *(objetividade) científica* em métodos de *pesquisa com* (em vez de *pesquisa sobre*) determinados atores. Esse caminho parece possível, desde que atentemos para a tensão entre docilidade e recalcitrância dos pesquisados, como chama atenção Ferreira (2014), com o apoio de

> autores [que] vão opor a *recalcitrância* dos seres não-humanos à *docilidade* e obediência à autoridade científica dos seres humanos: "Contrário aos não-humanos, humanos tem uma grande tendência, quando colocados em presença de uma autoridade científica, a abandonar qualquer recalcitrância e se comportar como objetos obedientes oferecendo aos investigadores apenas declarações redundantes, confortando então estes investigadores na crença de que eles produzem fatos 'científicos' robustos e imitam a grande solidez das ciências naturais" (Latour, 2004, p. 217). (FERREIRA, 2014, p. 225, grifo nosso)

Além da abordagem partir da Teoria Ator-Rede (TAR), Ferreira considera também a "Epistemologia Política de Isabelle Stengers e Vinciane Despret", que vincula o conhecimento científico

> ao *poder de risco* em que os testemunhos das entidades é produzido. Assim, se o testemunho é extorquido ou condicionado a uma resposta pontual, temos uma relação de "docilidade". Por outro lado, teríamos uma articulação na qual o testemunho iria além da mera resposta, abrindo-se ao risco de invalidação das questões e proposições do pesquisador e a colocação de novas questões pelos seres pesquisados. Aqui teríamos uma relação de recalcitrância. (FERREIRA, 2014, p. 225)[213]

213 A abordagem de Arthur Leal Ferreira "parte da Teoria Ator-Rede (TAR) de autores como Bruno Latour e John Law e da Epistemologia Política de Isabelle Stengers e Vinciane Despret. A marca comum destas duas abordagens estaria na ampliação do princípio de simetria entre verdade e erro proposto por David Bloor (da Escola de Edimburgo), como marca de um programa forte em Sociologia da Ciência […]. Pois entre estas duas abordagens, a ampliação deste princípio de simetria se dá justamente na superação de qualquer dualidade entre modernos e pré-modernos

Creio que as conexões criadas durante a pesquisa, em especial nas vivências nos BCDs, não prejudicaram o *fazer falar* das *testemunhas*, utilizando aqui uma terminologia de Stengers (1990)[214]. Ao contrário, a criação de vínculos de confiança, somente possíveis com uma razoável convivência, puderam suscitar um compartilhar mútuo de riscos, a fim de, juntos, pesquisador e pesquisados, pensarmos alternativas. Nesse "arriscado caminho da pesquisa-com (e não sobre os atores) na busca de modos de testemunhos mais recalcitrantes" (FERREIRA, 2014, p. 233), não faltaram traços de novas questões trazidas à pesquisa, como no convite de Jaqueline a *pensar com* a Rede de BCDs

> […] ver como a gente organiza esse processo. Tanto na PalmasLab quando no aplicativo, […] nos processos de mobilização comunitária a partir de como a gente faz isso com os jovens, […] com os filhos das mulheres que são atendidas, como a gente insere esse pessoal no processo de mobilização a partir das novas tecnologias. Acho que ainda tem muita coisa para ser feita em conjunto, em parceria sim. (JAQUELINE, 2015)

Outros indícios da abertura da pesquisa a novas questões foram a confissão de Joaquim Melo, de que João Bosco o teria "contaminado" com uma visão contrária ao *software* livre ("vocês vão ter que me convencer [do contrário]" (JOAQUIM, 2016c)[215]) e outras demandas e questões por ele trazidas à pesquisa: avançar na tecnologia seria ir para o mercado? *Software* proprietário seria mercado? Como seria o desenvolvimento do E-dinheiro como *software* livre e sem a figura do investidor? Para além do *pensar com*, que embute riscos à própria pesquisa, foi possível estabelecer uma relação de tal forma que os atores compartilharam riscos à sua própria atuação com as moedas sociais. Sônia (2015), por exemplo, confessou as dificuldades com a plataforma do E-dinheiro ("Ô, coisa complicada! Quem

---

(na posse da verdadeira ciência) e entre entes humanos (ou sociais) ou naturais (evitando qualquer reducionismo prévio)." (FERREIRA, 2014, p. 224-225).

214 Ferreira destaca que, "[d]iscutindo a produção de conhecimento na ciência, Stengers (1990) escolhe a palavra testemunha no lugar de objeto do conhecimento. Diz a autora: Empregarei o termo 'testemunha', pois contrariamente ao termo objeto, não há diferença entre as ciências que tratam de seres falantes, ou as que tratam de seres que não falam. A ciência faz falar sujeitos. O essencial aqui será o 'fazer falar': os objetos e sujeitos devem dar testemunho da legitimidade da maneira pela qual os fazem falar [...] (Stengers, 1990, p. 84)" (FERREIRA, 2014, p. 234).

215 O tema será tratado no capítulo 7.

inventou esse E-dinheiro?!"), e Joaquim Melo (2016c) compartilhou os riscos da "saia justa" com a moeda social eletrônica, um processo que "daria muito certo ou muito errado".

Se a cena 9 chamou atenção para a *comoção e a emoção* por um lado – não como obstáculo à pesquisa científica –, por outro, jogou luz sobre a *formação de jovens* e sua importância para o *engajamento* nas propostas dos BCDs e das moedas sociais. Não falo aqui (somente) de uma educação formal, mas principalmente de processos formativos *orientados a causas*. Observo por exemplo que as palavras de Jaqueline (sobre a "raiz" do banco e o "envolvimento" das pessoas) corroboram as observações de Rigo (2014, p. 251), no sentido de que o

> processo de criação e uso de moedas sociais, tanto no Brasil como em outros países, envolve o desempenho, em maior ou menor grau, de um papel político (e por vezes ideológico) de tentar *tomar pelas mãos um caminho para possíveis transformações* (…) [de] um sistema que exclui – já que não temos acesso ao Real, *façamos nós mesmos* nosso próprio dinheiro.

Ainda que em tempos e territórios distintos, Jaqueline e Pâmela (no Conjunto Palmeiras), Ana Paula e Camila (no Preventório), e Nalu e Vinícus (no Rio de Janeiro), foram *mobilizados* por *causas* que os fizeram engajar-se[216]. Uma mobilização que, conectada às suas realidades, produziu parcerias "pra vida toda e mais quinze dias", nas palavras do educador popular Sebastião Rocha (ou Tião Rocha). Dialogar com os pensamentos e práticas do educador parece interessante nesse momento para refletir sobre a interação dos BCDs com a população local, e em especial com os jovens. Tião Rocha desenvolve trabalhos de educação no interior de Minas Gerais, notadamente na cidade de Araçuaí, que vão desde atividades no contraturno escolar até uma cooperativa que reúne "fabriquetas" em que a cultura local tem papel preponderante. Como destaca Fernando Severo, em conversa sobre a *fabriqueta de software* de Araçuaí,

---

216 Todos citados na cena 9, à exceção de Pâmela, que aparecera já na cena 2.

> após Tião ter falado sobre uns “meninos” do sertão mineiro que estavam “conversando” (na verdade desenvolvendo) sobre jogos para tablets e smartphones com os finlandeses, perguntei ao Tião de que jogos falava. E ele apenas respondeu: “eles fizeram a Damática”. Eu respondi: “Tião, isso é sério? Quem fez a Damática?” Ele apenas sorriu e falou: “você tem que conversar com os meninos […], é só escutar essa meninada. [...] Mas sabe o que você precisa? Você precisa *escutá-los* com atenção. Tudo que você precisa para o seu trabalho está com eles. Conselho não se dá mas vá para Araçuaí, converse com os meninos”. (SEVERO, 2016, p. 5, grifo nosso)[217]

Em sua pesquisa, Severo dá destaque à noção de escuta **–** de *escutatória*, em oposição à oratória –, pista oferecida pelo antropólogo e educador popular. A escuta é parte fundamental do processo de *acolhimento* e resgate da autoestima das crianças e jovens que participam dos projetos:

> ‘se os americanos têm o *empowerment*, lá em Minas [Gerais] nós temos o *empodimento*, porque nós podi’. Se Paulo Freire e Ira Shor, no livro dialógico Medo e Ousadia (1986, p. 10), preferiram não traduzir a palavra *empowerment* […], Tião teve menos receio e mais ousadia. Ao fazer a tradução diretamente para o mineirês do interiorzão, Tião, além de enriquecer a palavra com outros significados, corrompeu a norma culta da língua portuguesa no Brasil. (SEVERO, 2016, p. 24, grifo nosso)

As noções de empodimento, de escutatória, e de orientação a causas, que Severo destaca nos trabalhos de Tião Rocha, estão curiosamente presentes nas atividades do que aqui chamo de mobilizações e acolhimentos comunitários dos BCDs e nas moedas sociais brasileiras. Tal sinergia – provavelmente em parte decorrente das influências de Paulo Freire e da Teologia da Libertação tanto no CPCD de Tião como nos BCDs de Joaquim[218] – agiu nas pesquisas, nos diálogos e

---

217 A dissertação de mestrado de Fernando Severo, TICS E TACS: O REFAZIMENTO DE SOFTWARES E ENGENHEIROS NO LIMIAR ENTRE AS CIÊNCIAS E OS SEGREDOS, foi desenvolvida “[a] partir da vivência em dois campos de pesquisa – uma imersão numa Fabriqueta de Softwares no sertão de Minas Gerais e uma maratona Hackathon no Museu de Arte do Rio (MAR) no centro do Rio de Janeiro, […] [e] apresenta articulações teóricas e metodológicas entre o pensamento de Paulo Freire, os estudos pós-coloniais de Walter Mignolo e as pedagogias do educador popular Tião Rocha.” (SEVERO, 2016, p. 5).

218 O “Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento (CPCD) foi fundado em 1984, pelo educador popular e antropólogo Tião Rocha, em Belo Horizonte/MG”. Mais em <http://www.cpcd.org.br/>. Acesso em: 10 de jul. de 2018. Sobre o início dos trabalhos do CPCD, Tião Rocha afirmou: “nós queríamos ter um verbo que pudéssemos conjugar e que não ficasse [apenas] no infinitivo. [Então], nós criamos um verbo [a partir de] Paulo Freire. O verbo era paulofreirar que só se conjuga no presente do indicativo [...]. É no presente, é agora, é aprender fazendo, é a pedagogia da esperança, é a pedagogia da autonomia. (FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO,

nas ações organizadas conjuntamente entre mim e Fernando Severo[219]. Não por acaso, tais atividades pautaram-se pela abordagem de *pesquisar com*, e encontram eco em nossa inquietação com a ideia de uma universidade brasileira mais próxima dos problemas brasileiros. Não por acaso também, foi com Fernando Severo que encontrei pela primeira vez Asier Ansorena e Pâmela, em Santa Maria. Ambos, de diferentes maneiras, inspiradores para *mobilizações*, *acolhimentos* e *pesquisas com* jovens no Preventório e em Maricá, tratadas agora.

5.3.1 A *molecada* do Prevê: quase um capítulo à parte

O nascimento
De uma alma
É coisa demorada
Não é partido ou jazz
Em que se improvise
Não é casa moldada
Laje que suba fácil […]
Se soubesse rimar
Faria um samba antigo
Onde reina a calma
E todo mundo é amigo [220]

Meu primeiro contato mais contundente com a *molecada* do Preventório durante a pesquisa foi ao começar o período de vivência no BCD, em julho de 2015. Como narrado na Cena 7, no início deste capítulo, Camila e Sofia eram bolsistas da pesquisa sobre inclusão financeira do BACEN, junto com Marcos Bustamante. Àquela época, Sônia e Hosana eram bolsistas no projeto da SENAES, implementado pelo Ateliê de Ideias / Banco do Bem, o que fazia daquele período um tempo de muitas atividades no BCD: pude acompanhar reuniões de diretoria,

---

2016, grifo nosso).” (SEVERO, 2016, p. 8).

219 Entre elas, três produções acadêmicas – (SALOMÃO et. al, 2015; FARIA, SEVERO, 2017; FARIA, SEVERO, 2018) –, a organização ações no âmbito do Programa de Voluntariado Corporativo da Petrobras entre os anos de 2011 e 2016 (Oficina do Cirandas 2011, Tecnojovem a partir 2012-2016), as viagens a Belo Horizonte e Raposos (em Minas Gerais, para conhecer atividades do CPCD), ao Fórum Internacional de Software Livre e à Feira de Santa Maria (no Rio Grande do Sul, investigando em especial articulações entre os temas dos *softwares* livres, economia solidária e bancos comunitários), em 2015, além de participação nos Seminários de Fortalecimento da Rede Produtiva do Preventório (2016).

220 Música de O Rappa: Papo de Surdo e Mudo, do álbum O Silêncio Q Precede o Esporro, de 2003.

pesquisa do BACEN com saídas para visitas aos moradores, início das discussões acerca do E-dinheiro, assessorias aos coletivos dos jovens e das artesãs, atividades diárias do correspondente bancário, seminários para fortalecer a “Rede Solidária do Preventório”, prospecção de novos editais e mutirão de fotografias do BCD.

Com “as meninas”, como Sônia se referia a Sofia e Camila, acompanhei algumas atividades no próprio BCD, e ainda duas visitas a moradores, ainda antes da interrupção da pesquisa do BACEN. Apesar de distintos, os horizontes amplos de ambas chamavam a atenção: Sofia queria estudar matemática e mostrava no celular sua performance cantando em uma igreja evangélica; Camila não raro comentava sobre manifestações de que participava, como contra a redução da maioridade penal, em que iria após o trabalho no banco. A menina participava de um grupo ligado à RENAJOC, coordenado por Ana Paula e que contava com outros jovens que por vezes circulavam no banco, ainda que sem vinculação formal a algum projeto, mas que desejavam constituir uma agência de notícias, segundo Marcos Rodrigo (2015)[221].

As bolsas de Sônia e Hosana também cessariam em meados do semestre (setembro de 2015), pelo término já previsto do projeto da SENAES. Contudo, pouco menos de dois meses depois, um novo projeto da SENAES, também comandado pelo Ateliê de Ideias, foi iniciado, desta vez com apenas uma bolsa (destinada a Hosana) e incluindo como obrigatório o uso do E-dinheiro. Apesar da responsabilidade, a própria Hosana (2015) admitia no início da empreitada seu desconhecimento da moeda eletrônica: quando avisei que visitaria o Banco Palmas,

221 Jovens como Caio, Isabela, e Felipe. Sobre o histórico da agência, segundo o plano de negócios da Agência Escola de Comunicação (apresentado em 21/06/2016 como um dos resultados de projeto da IEES da UFF (comentado na cena 6): “[a]ntes da proposta de reformulação, a Agência Jovem já realizava vários projetos em seus meses de existência. Ana Paula da Silva já era educomunicadora há algum tempo e realizou um projeto juntamente ao Banco Comunitário, o MAIS EDUCOMUNICAÇÃO (de 2013 a 2015), que ocorreu no Colégio Estadual Maria Pereira das Neves. O projeto contou com duas turmas onde foram realizadas atividades de educomunicação […] [tendo como frutos] os jovens que começaram a se articular a partir do final do primeiro ano de oficina Mais Educom, em dezembro de 2013 e que continuam até hoje de forma fixa. [...] Em 2015, o grupo voltou sua atenção para os movimentos sociais e políticos, participando de atividades relacionadas ao Movimento Negro, Movimento da Juventude, participando de fóruns, conferências, etc.”

em agosto de 2015, ela comentou que seria importante trazer informações sobre a plataforma. Ainda que com muitas dúvidas e sem um plano mais formal sobre como implantar o E-dinheiro (Hosana participaria somente no final de outubro de 2015 de um treinamento do E-dinheiro, no Banco Bem (ES)), mas mantendo o ritmo das *lutas diárias* e *se virando*, em setembro foram iniciadas visitas para dar conta do convencimento dos comerciantes na adotação da moeda eletrônica. Um trabalho de rearticulação de um *mercado local com moeda social,* agora *eletrônica* – em um contexto bastante diverso daquele de Maricá, já que o banco não contava por exemplo com moradores recebendo bolsas em moeda social (o que por si só já despertaria potencialmente o interesse de comerciantes). Pude acompanhar doze dessas visitas entre agosto e setembro, junto a Hosana, Marcos Bustamante e Sônia, período em que diferentes obstáculos foram percebidos[222].

Por parte dos comerciantes, as principais questões verbalizadas foram: falta de acesso à *Internet* no comércio (dois casos); dúvidas em relação à operação, que muitas vezes não eram prontamente tiradas pela equipe do banco (exemplos: possibilidade de vários celulares acessarem a uma só conta E-dinheiro; prestação de contas pelo aplicativo: “Como cada caixa presta conta? [No caso do] cartão, imprime; [quando é] dinheiro, a caixa fica com o dinheiro…”); não utilização de celular pelo comerciante (um caso); desconfiança por problema anterior com a operação da moeda social (por restrições à troca imediata de Prevê por Real no BCD); ausência do dono do comércio no momento da visita (três casos); esquecimento de senha após o cadastro (um caso). Tanto as dúvidas que vieram à tona nos diálogos com os comerciantes quanto aquelas surgidas entre a própria equipe do banco eram tiradas em geral no grupo de *whatsapp* com o suporte da MoneyClip[223]. Contudo, durante o período de suporte da MoneyClip, não raro

222 Vale dizer, o BCD decidiu custear temporariamente uma bolsa para Marcos Bustamante, após a interrupção do projeto do BACEN.

223 Exemplos de dúvidas: se o lastro em Reais, relativo ao E-dinheiro, ficaria na conta do BCD na Caixa Econômica ou na conta do Banco Palmas). O grupo foi criado no aplicativo de Whatsapp em 19/06/2015 por João Bosco, administrador do grupo. Fui adicionado ao grupo em 09/09/2015.

Hosana solicitava para que eu mesmo enviasse a mensagem no grupo, aparentando certo receio de encaminhar questionamentos à empresa.

Ainda sobre as visitas aos comércios, a *restrição à circulação na comunidade* (onde Marcos Bustamante e eu somente andávamos acompanhados de Hosana ou Sônia – aconselhados por elas próprias), mostrou-se um grande empecilho à fluidez das atividades. Em novembro, cheguei a presenciar um cancelamento de visita a comércios, pois segundo Sônia (2015), “hoje o bicho pegou. Não dá pra andar”. Apesar de não ter presenciado explicitamente a venda de drogas ou a circulação de jovens na *contenção do tráfico* de possíveis investidas policiais, eram frequentes (apesar de discretas) as sinalizações de que tudo que ocorria no morro era de conhecimento do *movimento*. A presença de uma delegacia de polícia *no pé do morro* – ao lado do corpo de bombeiros, de um colégio estadual e de instalações da UFF (onde se situava o anexo do Banco) –, poderia pintar um cenário de uma pretensa paz aos olhos daquelas oito mil pessoas que diariamente cruzam a Baía de Guanabara por meio do Catamarã Charitas-Praça XV, em sua grande maioria, não moradores do morro. Contudo, quem convive por um certo tempo com a comunidade, entende que se trata, como diagnosticam os versos de O Rappa, de uma *paz sem voz*, *que não é paz, é medo*[224]. Por vezes, a *paz sem voz* era interrompida, como no caso em que a polícia alvejou um morador de muletas[225]. Outro indício de tal diagnóstico durante minha vivência no local foram as restrições à circulação num mutirão para fotografar as atividades do BCD[226]. A figura 27 mostra registros de uma *rede frágil*, com fotos do mutirão e uma visita a comércio, acompanhada por Hosana e Bustamante.

---

224 Minha Alma, de O Rappa. Mais em <https://www.vagalume.com.br/o-rappa/minha-alma-a-paz-que-eu-nao-quero.html>. Acesso em: 25 mar. 2018.

225 Supostamente por confundi-lo com um traficante armado (neste, episódio “o morro desceu” e protestou). Em 2016, em uma das visitas ao Banco, soube de outro episódio: por conta da eleição, o tráfico tentaria tentado pressionar e mesmo tomar a associação de moradores, elevando a tensão no morro.

226 O mutirão envolveu profissionais da Petrobras e ex-alunos de oficinas de fotografia (em que profissionais da Petrobras eram instrutores), no âmbito do apoio ao banco Programa de Voluntariado Corporativo da Petrobras. Os locais a serem fotografados foram acordados previamente entre a diretoria do banco e os organizadores do evento, tendo em vista episódios anteriores de retaliação a atividades de registro fotográfico no morro. O mutirão produziu um conjunto de fotos e um *tour* virtual no BCD, com fotografias panorâmicas, entregues ao BCD.

Figura 27 – A rede (frágil) do BCD do Preventório



Acima, Marcos Bustamante e Hosana, “se virando” em um comércio local na implantação de um E-dinheiro ainda frágil; e a caixa com garrafinhas de E-dinheiro (material de divulgação recebido do Banco Palmas). Abaixo, Ana Paula (à direita) e jovens na subida do morro; cartaz da RENAJOC no interior do anexo do Banco. Fonte: acima, deste autor (2015), e, abaixo, resultantes do mutirão de fotografia no banco.

Foi perceptível neste período que, apesar do visível esforço dos integrantes do banco, a estratégia de convencimento do comércio não vinha apresentando bons resultados. Sônia (2015) confessava que a participação de Marcos Bustamante não obteve o retorno que desejavam, e que talvez prorrogar a bolsa de Camila tivesse dado mais resultados. Essa observação pode ser lida como um *indicativo (ainda que não verbalizado) de pré-requisitos para o trabalho de implantação da moeda social eletrônica, ao menos naquele contexto: por um lado, a necessidade de conhecimento da (e de reconhecimento pela) comunidade, até para maior liberdade de circulação, e por outro da maior proximidade dos jovens com os aparatos tecnológicos, como os celulares, aplicativos e redes sociais*.

Ainda em meu período de vivência no banco, observei esforços em dois sentidos: a busca por outros editais e pelo estabelecimento de uma rede socioeconômica local. No mês de outubro de 2016, duas mesas haviam sido organizadas por mim e por Fernando Severo em evento na UFRJ, como fruto das discussões em conjunto e das então recentes visitas de campo de pesquisa[227]. Marcos Rodrigo representou a Rede de BCDs, dialogando com Pedro Jatobá, que falou sobre as Produtoras Culturais Colaborativas. Grande parte da intervenção de Jatobá foi marcada de um lado pela desconfiança na dependência dos editais (que demandariam muita dedicação para escrita do projeto etc., nem sempre com resultados confiáveis), e de outro pela aposta no fortalecimento mútuo de coletivos comunitários, por meio de trocas intermediadas por uma moeda social lastreada no trabalho dos grupos (e não em Reais)[228]. Tal diálogo foi um elemento importante para a decisão do BCD em realizar uma série de três encontros com os atores comunitários mais próximos. Os encontros foram chamados de Seminários da Rede de Economia Solidária do Preventório, e constituíram-se em momentos dos mais movimentados em meu período de vivência no Banco: participaram os coletivos da RENAJOC (com Ana Paula, Camila, Isabela, Caio, Felipe), das mulheres artesãs do MAP, do Estúdio do Pai, representantes da AgeRio, além da diretoria do banco, de Marcos Bustamante e de Fernando Severo[229].

O I Seminário (realizado em novembro 2015) teve na discussão da economia solidária sua pauta principal: as dificuldades dos “meninos” verem sua atuação (por exemplo, um curso oferecido em uma escola, ou a produção de um jornal

227 As mesas foram parte do IV Simpósio Nacional de Ciência, Tecnologia e Sociedade – ESOCITE/ TECSOC, e foram intituladas “Oportunidades de trabalho com TICs, TACs e economia solidária” e “Bancos e moedas sociodigitais no Brasil – experiências, perspectivas e diálogos”, para onde foram convidados, entre outros, Joaquim, Pedro Jatobá e Tião Rocha. Tião e Joaquim não puderam participar, sendo o último representado por Marcos Rodrigo. Mais sobre o evento em <https://www.rio2015.esocite.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=267>. Acesso em: 10 de mai. 2018.

228 Tratarei da experiência das produtoras na seção 7.21. Sobre os editais, o próprio Marcos Rodrigo viria a ter experiência negativa com um editail, em que o BCD saiu vencedor, contudo os recursos não foram liberados e o edital cancelado.

229 Incluindo, pela diretoria do banco, Márcia Guedes e Pastor Juarez, menos presentes no dia a dia do banco, durante meu período de vivência.

comunitário) como um trabalho, e as pressões e urgências familiares por um trabalho, foram temas levantados por Ana Paula; Marcos Rodrigo encabeçou as reflexões sobre o apoio do banco a empreendimentos da comunidade, mas nem sempre empreendimentos considerados da economia solidária. O II Seminário, em dezembro, contou com uma apresentação da AgeRio, e a discussão das possibilidades de crédito (mencionadas neste capítulo). Naquele momento, foi apresentado o E-dinheiro, ainda como um projeto: Hosana apontou que ainda era necessária uma mobilização para cadastrar os comerciantes, falou do uso no celular, da importância de que a rede ali constituída usasse, pois seria bom para o comerciante, para o banco, e a renda ficaria na comunidade (HOSANA, 2015). A proposta gerou dúvidas tanto pelo caráter *eletrônico* da moeda (por exemplo, alguém perguntara o que ocorreria com o dinheiro caso perdesse o celular) quanto pelo *social*, já que nem todos conheciam a proposta, como o representante da AgeRio[230]. Sônia lembrou que qualquer jovem, qualquer adolescente poderia abrir uma conta, “não tem aquela burocracia toda” (SÔNIA, 2015).

A organização do III Seminário foi feita por mim em parceria com Fernando Severo, concomitantemente ao planejamento da abertura das atividades de voluntariado na TIC da Petrobras em 2016[231]. Para o seminário, realizado em janeiro de 2015 no Anexo do banco, foram revisadas as ofertas e demandas dos coletivos da Rede do Preventório, e realizada uma dinâmica para mapear trocas possíveis entre os coletivos, o que resultou no “Mapa de trocas da Rede Solidária do Preventório” (mapa no APÊNDICE 6) – em metodologia inspirada nas produtoras. O acordo, que posteriormente mostrou-se ambicioso, previa trocas concretas de produtos, serviços e saberes entre cinco atores: BCD, MAP, Agência Jovem (empreendimento almejado para/pelos jovens), e ainda Estúdio do Pai / Foco no

230 Gerou também interesses, como a ideia de que a AgeRio oferecesse parte do crédito em E-dinheiro.

231 Propusemos que o tema do evento de abertura evento fosse juventude, fruto das discussões e vivências de 2015, o que foi aprovado nas instâncias corporativas – Ana Paula e Camila representaram os jovens relacionados ao BCD do Preventório, como abordado na cena 9. O evento, realizado em fevereiro de 2016, objetivava mobilizar profissionais da TIC da Petrobras para se engajarem em ações que tinham grupos socialmente vulneráveis como públicos-alvo. Participaram de eventos similares nos anos anteriores: Joaquim Melo (em 2014) e Tião Rocha (em 2015).

Samba, Voluntariado Petrobras e Jornal[232].

Apesar desse investimento de tempo e esforço no fortalecimento mútuo dos coletivos comunitários, continuava a busca por editais. Um deles foi lançado em novembro de 2015 pelo CNPq para “Incubadoras e Empreendimentos Solidários”. O projeto, com a Incubadora da UFF (que participara da fundação do BCD), foi aprovado e executado entre janeiro e agosto de 2016, prevendo a assessoria a empreendimentos de economia solidária (no caso, o MAP, a Agência e o próprio BCD) por meio de um curso, da elaboração de planos de negócio e da aplicação de questionários no bairro. O período coincidiria com minha planejada saída campo de pesquisa, o que na prática não aconteceu por inteiro. Algo como o que fora enunciado por Jaqueline (“fui ficando, como se diz, né” - cena 9) ou por Tião Rocha (uma parceira “pra vida toda e mais 15 dias”) se passou, e, ainda que de forma menos frequente, busquei acompanhar o processo. Dois “produtos” da minha vivência no BCD foram compartilhados com a equipe da Incubadora, a saber, o já citado Mapa de trocas da Rede Solidária do Preventório e uma proposta de Plano de trabalho para o E-dinheiro no Preventório (plano no APÊNDICE 7)[233]. A proposta de plano buscava reunir aprendizados das tentativas razoavelmente frustradas de implantação do E-dinheiro até aquele momento. Algumas das propostas apontavam para uma prioridade, no projeto da UFF, em relação à moeda eletrônica[234].

Contudo, apesar do bom relacionamento com a equipe da Incubadora, e mesmo da realização de uma apresentação minha para os bolsistas no início do projeto (sobre a moeda social eletrônica), o E-dinheiro não foi uma prioridade no decorrer do projeto. Os bolsistas foram alocados conforme o plano original (por empreendimento) e, ainda, o Palmap (aplicativo desenvolvido pelo PalmasLab) não

232 Tarefas ali iniciadas mas não concluídas foram “precificar e quantificar as suas ofertas e demandas mais importantes para fevereiro e março. Ou seja: Quanto cada produto/serviço ofertado custa? Quantos produtos/serviços podem ser produzidos/prestados por mês? Exemplo: Movimento Conchativa <http://corais.org/conchativa/node/76663>, <http://corais.org/conchativa/node/76660>. […] Criar o projeto da rede no corais, com planilhas de oferta e demanda.” Mais em <http://www.corais.org/preve/node/90033>. Acesso em 20 de fev. de 2018.

233 O “Plano de trabalho pro E-dinheiro no Preventório (proposta)”, foi enviado no início de março e reenviado em 6 de abril, junto com o Mapa.

234 Uma delas, a de que a distribuição de bolsistas no projeto (que incluíam 3 graduandos e 3 jovens da comunidade – Caio, Isabela e Camila) considerasse um bolsista exclusivo para o E-dinheiro e outro para a Rede em formação.

foi utilizado como instrumento para a pesquisa na comunidade. Tampouco a questão das trocas entre os coletivos avançou)[235]. Durante os meses finais do projeto da UFF, surgiram duas novidades que marcariam a fase final da minha pesquisa que comento a seguir, encerrando a sessão: a reabertura de possibilidades de financiamento para doutorado sanduíche no exterior (que apontava para uma ausência significativa em 2017 e para um adiamento no término da pesquisa), e uma nova possibilidade de apoio às atividades do Preventório, desta vez via UFRJ: o projeto PIBIC–Ensino Médio[236].

Apesar de financeiramente mais modesto que as possibilidades da empreitada da UFF, o financiamento de jovens bolsistas foi visto por mim e pelo BCD como uma boa possibilidade de incremento da pesquisa e de apoio, a um só tempo, aos jovens e ao próprio banco. Sabíamos que o desafio seria grande, tanto pela pouca idade dos pretensos pesquisadores (os próprios professores da IEES UFF admitiram que era preciso "um empurrãozinho" para que algumas das atividades avançassem), quanto por minha impossibilidade de acompanhamento cotidiano. Contudo, no início de agosto o projeto começou (imagem no APÊNDICE 5), com um conjunto de atividades que partia do seguinte diagnóstico: apesar de conhecerem o banco e terem o seu apoio enquanto um projeto de empreendimento (a Agência), os jovens não compreendiam completamente as atividades ali realizadas, como a moeda social[237]. Partia também dos "sonhos e prioridades" conversados na primeira reunião do grupo (julho de 2016), a saber, a agência de

235 Elas não apareceram por exemplo em produtos do projeto da UFF, como as "telas de modelo de negócio" do Banco e da Agência. A capacitação no E-dinheiro apareceu ao final do projeto, mapeada como um dos recursos-chave para o Banco, e também como uma receita ainda no campo das "intenções de implantar".

236 Busquei possibilidades para doutorado sanduíche em especial durante 2015. O projeto foi inviabilizado por cortes dos agentes financiadores, sendo retomado os contatos em julho de 2016. PIBIC-EM descrito em nota na seção 1.6. Isabela e Felipe foram selecionados como bolsistas a partir de agosto de 2016, este último dividindo suas atividades com Caio (totalizando uma dedicação de vinte e quatro horas semanais ao BCD).

237 O projeto iniciou-se com os seguintes acordos: a orientação direta dos jovens seria compartilhada entre mim e a diretoria do BCD; as atividades práticas seriam de "formação" e "organização econômica" (com o exame das telas de modelo de negócio do Banco e da Agência, dos vídeos sobre o Palmas e o E-dinheiro – para melhor compreensão do funcionamento dos BCDs –, e das ofertas e demandas da Rede Solidária do Preventório, inspirados em outros exemplos de produtoras colaborativas), de "pesquisa" (como a realização de pesquisa na comunidade utilizando o Palmap) e de "comunicação" (como a produção de um vídeo do banco para financiamento coletivo e a divulgação do E-dinheiro).

notícias, um laboratório de pesquisa (o PrevêLab, inspirado no PalmasLab), o E-dinheiro, e a Rede Produtiva do Preventório.

Já em agosto participamos da formação do E-dinheiro conduzida por João Bosco, no banco comunitário da CDD. Com a avaliação de que, sozinha, Hosana não havia "dado conta" da implementação do E-dinheiro[238], o entendimento do E-dinheiro pelos jovens parecia fundamental. Um indicativo de que a relativa dificuldade de Hosana também ocorria em outros BCDs foi que, na CDD, Bosco tentava utilizar metáforas para reduzir a "complicação" do E-dinheiro, especialmente para os menos jovens, e menos habituados ao mundo digital: "um whatsapp de dinheiro"; "uma conta pré-paga"; "transformamos o seu celular em cartão de débito"[239]. Ainda naquele mês e no seguinte, os bolsistas tiveram acesso a materiais sobre moedas sociais e eletrônicas, bancos comunitários e empreendimentos reais formados por jovens. Apesar dos contratempos e ajustes administrativos, as discussões lograram converter-se em iniciativas concretas com participação importante dos jovens, em especial o início da divulgação do E-dinheiro para moradores (em outubro) e das gravações de um vídeo com vistas a uma campanha de financiamento coletivo para reconstituir o fundo (de crédito e de lastro do E-dinheiro) do BCD (em novembro) – (imagem no APÊNDICE 5)[240]. *Minha percepção é de que, à época, eles haviam compreendido o funcionamento do banco e percebido a importância do financiamento coletivo e do E-dinheiro para a sua sustentabilidade*

238 A própria Sônia (2015) relatou que tal dificuldade, em certa oportunidade quando o cliente fora resgatar (trocar E-dinheiro Prevês) no banco.

239 Sônia (2015) já havia manifestado-se literalmente nesse sentido: "Que coisa complicada! (…) Quem inventou esse e-dinheiro?". Na Cidade de Deus, Bosco (2016b) forneceu esquematicamente informações práticas importantes sobre "como carregar o E-dinheiro: no BCD ou ponto de recarga (comércio de confiança), via cartão de crédito, por depósito numa lotérica ou por transferência de conta bancária para conta E-dinheiro; como converter E-dinheiro em dinheiro? No BCD (que decide o limite diário) ou por transferência para conta bancária; quais seriam os 'tiros de canhão' na implantação do E-dinheiro? Em cantinas (escola, faculdade), em pontos de cadastro e recarga (em eventos grandes) ou com pagamento de salários com e-dinheiro".

240 Algumas dificuldades administrativas: o atraso no pagamento de bolsas e as conversas para alinhar comportamentos no "ambiente de trabalho" com as expectativas dos integrantes do BCD. Vale destacar ainda como atividades dos jovens: mutirão pra arrumar o banco ("entulhado" com os objetos antes guardados no Anexo); discussão a respeito de doação e empréstimos de livros em E-dinheiro; discussão de descontos em serviços do BCD em E-dinheiro; identificação de áreas de atuação por jovem (Isabela com a organização e "bastidores" do E-dinheiro, Caio melhorando a comunicação do banco (ex.: atas no *Facebook* etc) e Felipe na divulgação do E-dinheiro com moradores.

financeira.

Ao final de novembro, a notícia da possibilidade de interrupção da parceria formal com a MoneyClip e da própria possibilidade de descontinuidade da plataforma do E-dinheiro, já mencionadas, desanimou a todos. Somou-se a isso a saída de Isabela do projeto, em dezembro[241]. Adicionalmente, havia as inconstâncias normais da própria faixa etária dos jovens, e minhas dificuldades de disponibilidade enquanto doutorando em tempo parcial. Cogitamos (UFRJ e BCD) interromper o projeto em janeiro de 2017, em vistas das dificuldades e dos preparativos para o meu doutorado sanduíche, que se iniciaria em março na França. Contudo, algumas notícias agiram para que tentássemos prosseguir: a aquisição do E-dinheiro pela Rede de Bancos; o jovem Gabriel, com grande interesse em substituir Isabela no projeto; e ainda a entrega de um *site* renovado do BCD, um dos produtos finais do Tecnojovem[242]. *Apesar da minha sensação inconfessa de uma baixa produtividade no engajamento do coletivo PIBIC-EM, a renovação que se anunciava e as possibilidades de comunicação à distância propiciadas pelas TICs foram elementos que pesaram para decidimos pela persistência – ou teimosia, distinção somente possível* a posteriori.

5.3.2 A ubiquidade (e as diferenças) das molecadas: emergências *um pouquinho lentas*

O último ato do PIBIC-EM antes do início do doutorado sanduíche foi uma reunião onde acordamos um novo *modus operandi*, em que o banco participaria mais intensamente da orientação dos bolsistas, agora somente Gabriel e (talvez) Caio. O plano de trabalho para o período continha atividades relacionadas à divulgação do E-dinheiro e do banco, à finalização da campanha de financiamento coletivo (fundo do banco), à realização da pesquisa comunitária com o Palmap, e a

241 Deveu-se à saída da jovem da escola regular, ingressando posteriormente no ensino supletivo semi-presencial (porém com dificuldades de regularizar as documentações exigidas pelo PIBIC-EM). Vale dizer, a avaliação dos organizadores do PIBIC-EM UFRJ (daqueles vinculados ao que se consolidaria posteriormente como LabIS – ver próxima seção), não restrita aos jovens bolsistas do Preventório, apontava para a necessidade de uma melhor estrutura para um acompanhamento mais frequente dos jovens de ensino médio; para a problemática estrutura administrativa do programa, o que acarretava atrasos nas bolsas e dificuldades de comunicação.

242 Protótipo do *site* disponível em <http://bancopreve.wixsite.com/bancopreventorio>. Acesso em: 03 abr. 2017.

uma parceria com a ONG SETE (onde Gabriel ministrava cursos de informática) (plano no APÊNDICE 7)[243]. Entretanto, já na França, as primeiras atividades e notícias à distância levavam a crer que as inconstâncias do PIBIC-EM seguiriam: Gabriel desistiu da bolsa, pois fora chamado para outro trabalho, o que comprometeria sua participação, mas Isabela talvez retornasse ao projeto. A organização do meu dia a dia em Paris, um local onde eu tinha poucos vínculos, demandava tempo: moradia, alimentação, transporte, telefonia, *Internet*, conta bancária, ou seja, serviços antes da viagem considerados básicos (e certos), geravam imprevistos de toda ordem, a cada dia[244]. Em vocabulários do campo CTS, *as conexões com infraestruturas com as quais eu contava no Brasil teriam que ser refeitas; era necessário reestabilizar minhas redes*. Eu vivenciava uma certa "precariedade e incerteza sobre o futuro", citando L'Estoile (2014, p. s62), que por um lado certamente guardava diferenças com aquelas que caracterizavam a vida de jovens em uma favela. Contudo, creio que guardava também semelhanças, especialmente se relembrarmos a questão da proximidade em Fontaine (2008) (seção 5.1), para quem "os muito pobres são aqueles que não possuem crédito". Pensando em como usufruir de serviços básicos no dia seguinte, com pouco domínio sobre as diferentes formalidades daquelas redes, eu *sentia* em terras estrangeiras uma breve experiência de relativa pobreza e desigualdade.

Sentia também uma sensação de baixa produtividade. Conexões simples para um homem branco de classe média – casado, empregado, doutorando em uma das melhores universidades do país – tornaram-se tarefas complexas para um estrangeiro latino-americano pela primeira vez na Europa. Comparado ao dia a dia de um doutorando do CSI – via de regra com bolsa e dedicação exclusiva, mesa e computador disponíveis diariamente na universidade, e expectativa de conclusão da tese em três anos –, a história de um pesquisador brasileiro em tempo parcial *se*

243 Gravamos ainda algumas perguntas em vídeo, que me comprometi a levar para dialogar com as experiências francesas de moedas sociais (imagem no APÊNDICE 5).

244 Duas situações representam bem tal estado: sobre os serviços financeiros, precisei comparecer seis vezes ao Le Banque Postale, antes de conseguir abir e efetivamente operar uma conta bancária. Em minha primeira conversa com meu coorientador, percebi que ele dava como certo que eu tivesse acesso à *Internet* pela rede EDUROAM, comum aos pesquisadores europeus, mas inacessível à minha realidade acadêmica. Mais sobre o serviço em <https://www.rnp.br/servicos/servicos-avancados/eduroam>. Acesso em: 06 jan. 2018.

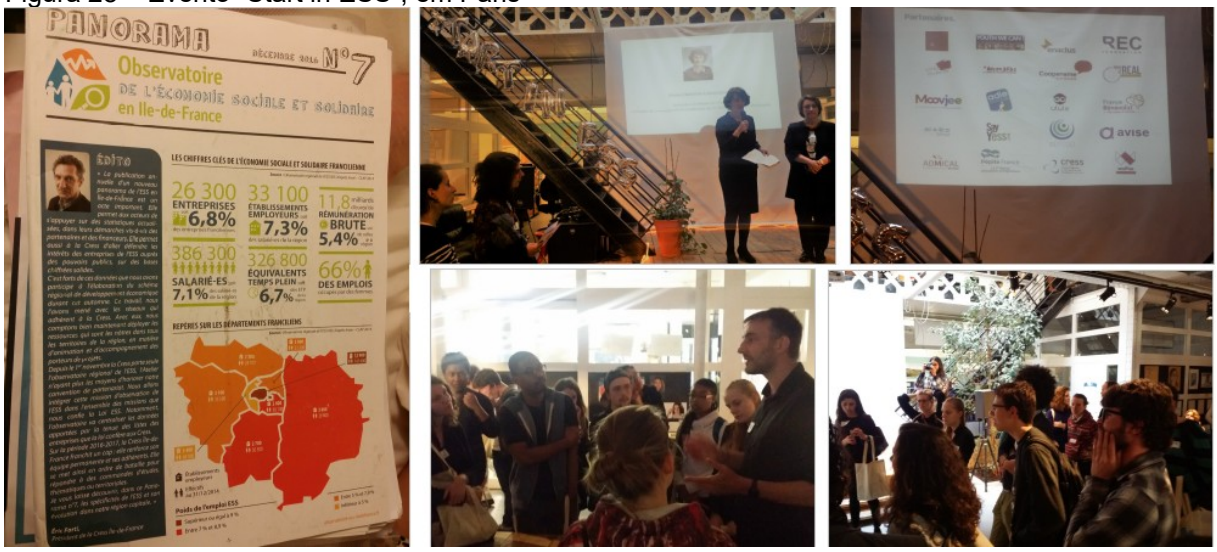
virando para gerar uma tese em cinco anos, três dos quais às voltas com tentativas de financiamento para o sanduíche, poderia soar estranha, *não produtiva,* quase "mítica"[245]. *Sentir-se periferia ajudou-me a compreender, ao menos em parte, o que se passou no Preventório: em grande medida, o sentimento de pretensa improdutividade sobre o projeto PIBIC-EM (e nas demais lutas empreendidas pelos / com os moradores do Preventório) não pode desconsiderar as imensas desconexões de suas redes com aquelas consideradas básicas, como as de serviços de segurança, de* Internet *e financeiros (ali, altamente instáveis e precários), para não falar de educação, saúde, e transporte*.

Além de *sentir-se periferia*, e para além das referências acadêmicas, o período na França foi importante para presenciar uma maior concretude das pontes entre jovens estudantes e o chamado trabalho associativo – que quebra uma dicotomia entre o econômico e o social (em especial no sentido trazido por Maturana (2014)). Sobre esse ponto, minha percepção foi semelhante àquela observada no I Seminário, por Ana Paula: as quase invisíveis perspectivas de trabalho com economia solidária para os jovens do ensino médio do Preventório (seção 5.3.1). Tanto nas oficinas do Tecnojovem (também com alunos do ensino médio) quanto nos encontros sobre moedas sociais digitais com estudantes de graduação da UFRJ, encontrei cenários não muito distintos daquele vivenciado por mim na própria graduação, quando as perspectivas de trabalho giravam em torno de grandes empresas: o trabalho associativo e em órgãos estatais era invisibilizado. Se por um lado no Preventório era notória a importância da presença da juventude para a implantação das moedas sociais eletrônicas, por outro tais atividades tidas como *"sociais"* apareciam para eles desconectadas de perspectivas futuras de trabalho remunerado, do ganho, do sustento, e do *dinheiro* – dicotomia característica de entidades de mercados específicos, como ressaltei no início do capítulo 4. No breve período na França, pude perceber traços de pontes mais sólidas entre o *social* e o

245 Após a confirmação da estadia no Centre de Sociologie de l'Innovation (CSI, École des Mines, Paris), Fabian Muniesa (2017) (professor coorientador no exterior) – mais habituado aos alunos com dedicação geralmente integral às suas pesquisas, essas terminadas em três anos – classificou em *e-mail* minha visita como "mítica", dado o longo período de negociação e as múltiplas versões de declarações geradas. A visita teve apoio do PDSE/CAPES. Mais em <http://www.capes.gov.br/component/content/article?id=4561>. Acesso em: 09 set. 2017.

dinheiro, *militâncias* e *profissionalismos*, por exemplo, oferecidas aos graduandos parisienses.

Figura 28 – Evento “Start in ESS”, em Paris



O evento foi realizado em abril de 2017 na casa do estudante (mantida pela prefeitura de Paris), que abriga coletivos produtivos[246]. Acima, a representante da prefeitura dá a boas vindas aos graduandos, à direita, as logomarcas dos diversos parceiros da rede. Abaixo, estudantes ouvem profissionais que contam o dia a dia de empreendimentos de economia social e solidária. À esquerda, minijornal com o panorama do segmento na economia francesa. Fonte: o autor (2017).

Em abril de 2017, um reluzente “*Start in ESS*” (figura 28) tentava em Paris disputar o imaginário dos jovens graduandos, visibilizando uma *economie sociale et solidaire* (ESS). A iniciativa enredava os jovens com um manual sobre o tema, com um discurso da representante da prefeitura, com um local público para abrigar coletivos produtores, com legislações já estabelecidas e com campanhas de divulgação para desfazer “mitos” sobre a economia social e solidária. Se a rede francesa não garante uma (impossível) estabilidade plena à ESS, confere confiança a uma das organizadoras do evento sobre o crescimento do setor naquele país, mesmo em tempos em que os ventos da macropolítica francesa também não parecem favoráveis[247]. Na mesma linha, experiências com moedas sociais em duas

246 Mais sobre o evento em <https://www.facebook.com/StartInESS/videos/679544588917008/> e em <http://doctorat.uspc.fr/start-in-ess-a-la-decouverte-de-l-economie-sociale-et-solidaire-avril-2017/>. Acesso em: 20 jan. 2018.

247 Para a representante da empresa “Solidarité” (2017), a economia social e solidária é “um tipo de democracia (que) envolve também os consumidores e os serviços […], não somente a empresa. […] O apoio do estado existe, evolui, mas depende de fatores como as eleições […] Para crescer sem o apoio do estado, [a ESS] precisa pensar em novas formas de financiamento”.

outras cidades francesas visitadas por mim, também funcionavam em prédios públicos destinados a diversas associações – característica que por si só já eliminaria o principal custo (o do aluguel), por exemplo, do BCD de Niterói, incrementando perspectivas de sustentabilidades financeiras para os BCDs e de possibilidades de trabalho associado para jovens[248].

Dentro das possibilidades da pesquisa, realizei uma outra tentativa de enredamento de jovens com os temas aqui tratados, associada a um trabalho remunerado: em meio ao período do doutorado sanduíche, como descrito na cena 9, decidi sondar os jovens do Preventório (e de outros coletivos) sobre o interesse em transcrever algumas das entrevistas que realizei durante a pesquisa. A proposta poderia ser ao mesmo tempo interessante para eles (pelos temas relacionados às moedas sociais e à economia solidária, e pelo exercício de uma atividade relacionada à prática de pesquisa) e o era para mim ("atolado" em demandas acadêmicas desde o primeiro dia, e em meio a um sem número de atividades de adaptação). As respostas dos jovens foram positivas, assim como suas avaliações sobre a experiência:

> Eu gostei muito de fazer a transcrição porque a gente presta mais atenção em cada palavra que a pessoa está falando. […] Eu fazia isso no jornal, então eu gostei. (ISABELA, 2017)
> O tema foi bacana por[que] já ouvi e [por] participar um pouco de trabalhos com moeda social. É um tema que particularmente eu gosto bastante. (MÁRIO, 2017)
> A entrevista da Marusa foi bem objetiva, ela é bem inteligente, *sinto-me representada* ao ver uma mulher ocupando um cargo como o dela dentro dessa grande empresa. […] Eu ficaria muito feliz de ver a economia solidária sendo disseminada sobretudo nos grandes centros de comércio urbanos. (NALU, 2017, grifo nosso)
> Quero agradecer mais uma vez pela oportunidade. A entrevista está incrível e eu estou aprendendo bastante. (HELOÍSA, 2017)
> Ah, e pode falar pra moça [- Jaqueline -], caso tenha a oportunidade que ela entende muito, ela chegou a dizer que não entende nada de *política*, mas ela só abordou temas políticos e socioculturais da região. (SAMUEL, 2017, grifo nosso)[249]

248 As moedas e cidades tratam-se da L'Elef (em Chamberry) e da BEL Monnaie (em Valence), de que falarei brevemente na Seção 7.3. Imagens no APÊNDICE 1.

249 Os jovens que realizaram transcrições (e as respectivas entrevistas) foram: Heloísa (João Bosco), Mário (Lúcia Spinola agente de crédito Palmas), Nalu (Joaquim Melo e Marusa Freire) e Samuel (Jaqueline Dutra) – todos oriundos do Tecnojovem –, Isabela (projeto Elas, do Banco

O retorno dos jovens foi um indício – apesar das inconstâncias, das precariedades das redes em que estavam conectados – de que, *ainda que lentamente e de forma frágil, algo havia persistido.* No Preventório, como o E-dinheiro "não estava funcionando", Isabela começaria a trabalhar com o correspondente bancário (SÔNIA, 2017)[250]. A situação do BCD ficaria ainda mais precária, com um defeito apresentado na *maquininha* do correspondente bancário da CEF, o que deixou o banco sem correspondente bancário por meses (HOSANA, 2017). O serviço foi retomado, "u*m pouquinho lento… Pra não perder o costume, senão não é o Banco Prevê"*, nas palavras de Isabela (2017), que voltaria a ter dificuldades no recebimento da bolsa, por problemas operacionais na burocracia universitária.

A caracterização dada por Isabela à dinâmica do Prevê, com avanços *um pouquinho lentos*, talvez se aplique também à formação daquele mercado local e às interações com as *molecadas. Talvez não pudesse ser de outra maneira a implantação de uma moeda social eletrônica, em meio às precariedades de serviços básicos, às (falta de) pontes para o trabalho associativo, às materialidades e dificuldades geracionais da maior parte dos envolvidos (nos bancos e na economia solidária) com os aparatos tecnológicos móveis, e mesmo à separação entre o social e o tecnológico em nossas universidades (e as suas consequentes priorizações estanques)*, como este capítulo procurou mostrar.

No final de 2017, ao retomar o contato com Joaquim Melo, em companhia de Fernando Severo e Henrique Cuckierman, concretizou-se um outro passo no sentido do envolvimento de jovens com as moedas sociais eletrônicas. Surgiu a ideia de realizar uma *hackaton* em apoio à implantação do E-dinheiro na cidade de Maricá, o primeiro *MumbucHacka*. A tentativa do nascente e extensionista LabIS (Laboratório de Informática e Sociedade do PESC/COPPE/UFRJ) em contribuir de modo *engajado* com os bancos comunitários materializou-se em 06 de janeiro de 2018,

---

Palmas), Camila (Natália Sciammarella) do Preventório. Caio (Preventório) aceitou tardiamente, e terminei por não enviar áudios a serem transcritos.

250 Na realidade o E-dinheiro teve uso expressivo para recarga dos celulares, o que ainda o desconecta do comércio local.

reunindo quinze jovens (oriundos tanto da disciplina “Computadores e Sociedade” – oferecida em 2017/2 na graduação em ECI na UFRJ –, como do Banco do Preventório e do Tecnojovem), sete pesquisadores da UFRJ, oito funcionários do Banco Mumbuca, além de Joaquim e Jaqueline, do Banco Palmas. Ali, agiram as influências de Tião Rocha, do PIBIC-EM, do PalmasLab, da linha de pesquisa em Informática e Sociedade do PESC/COPPE/UFRJ, do Tecnojovem – todas já mencionadas – e ainda aquelas relacionadas aos inovadores coletivos produtores de *software* livre, que examinarei no próximo capítulo. Na avaliação do evento, Joaquim (2018b) compartilhou a sensação de que o primeiro *MumbucHacka* havia sido bastante positivo,

> não só pelas propostas, mas pelo que [elas] balançaram […]. Pela primeira vez o E-dinheiro vinha para o centro da mesa.

Entre outros motivos, estava em discussão a questão de como produzir e gerenciar o código do E-dinheiro. Uma questão a princípio *tecnológica*, mas que, como outras já vistas até aqui, misturava alternativas de materialidades, de valores, de visões de mundo e mesmo de moedas. Uma questão *sociotécnica* que será examinada em seguida.

PARTE III – TENSÕES SOCIOTÉCNICAS

6 PLURALIDADES MONETÁRIAS E TECNOLÓGICAS

Esta tese partiu de uma pretensa oposição entre Estado e Mercado – duas principais origens "mitológicas" do dinheiro (DODD, 2014b, p. 17) –, tratando na parte I do caso da Mumbuca e do que chamei de tensões jurídico-estatais, e, já na parte II, das tensões identitárias dos BCDs e da chegada do E-dinheiro em sua rede. Chegamos neste capítulo entendendo que as fronteiras entre entes estatais e mercados são bastante porosas – já que, por exemplo, estados participam da formatação de uma pluralidade de formas de mercados – e que muitas são as variáveis que constituem os chamados mercados, como religiões, gerações e comunidades de conhecimento. Na parte III, examinaremos redes alternativas de moedas que, de uma forma ou de outra, cruzaram o caminho das digitalizações das moedas da Rede dos BCDs. Para examiná-las, será utilizada uma noção que se afasta tanto do *big government* quanto do *big business*, a dos bens comuns (*commons*)[251].

Cena 10

Lapa, Rio de Janeiro, dezembro de 2015. O sol já cai. Joaquim Melo já encerrou sua apresentação no "Emergências", encontro que reuniu diferentes movimentos culturais e sociais na Fundição Progresso. Muito conhecido hoje pelos mais de 100 bancos comunitários, e pelo movimento da chamada economia solidária, Joaquim falava sobre a mudança nas relativamente famosas moedas sociais dos bancos comunitários: o papel-moeda vai dando lugar à moeda eletrônica E-dinheiro (à época, ainda de propriedade da MoneyClip), que circula pelos celulares. Joaquim vai agora conhecer o HackerSpace, em Santa Teresa, a convite de Marcos Rodrigo (do banco comunitário do Preventório) e de um hacker *conhecido (apesar de Joaquim não saber muito bem do que isso se trata). Quem também está no espaço é Pedro Jatobá: finalmente se conhecem pessoalmente. Jatobá, inspirado na experiência do Banco Palmas e da rede de Pontos de Cultura, tem trabalhado para ampliar a Rede*

251 Adoto aqui a terminologia de "John G. Craig (1993), [que] em The Nature of Cooperation, faz um rico histórico sobre o cooperativismo […]. O que pode ser chamado de redescoberta das cooperativas teria se dado a partir do paradigma do desenvolvimento participativo das comunidades e refletiria a percepção de que o Estado ("big government") e as grandes corporações ("big business") não conseguem resolver os problemas das comunidades (CRAIG, 1993)" (FARIA, 2010, p. 162).

de Produtoras Culturais Colaborativas. As moedas sociais dessa rede, que nasce em 2010, mais de 10 anos depois dos bancos comunitários, são diferentes daquelas dos bancos: se nos bancos, as moedas sociais têm lastro em Reais (com conversão um pra um), nas 10 produtoras colaborativas brasileiras o lastro da moeda social em geral é sua capacidade mensal de trabalho. Jatobá, quase um "nativo digital" (como a própria rede das produtoras), não espera muito para questionar o pioneiro das moedas sociais no Brasil: "Joaquim, mas o E-dinheiro não será em software *livre? Não consigo ver a Economia Solidária com software proprietário…" Joaquim responde que se trata de uma* mediação*: recebeu uma proposta de uma empresa com o* software*, que está pronto. Os BCDs têm urgência de se sustentar, e essa é uma oportunidade, já que a legislação de pagamentos eletrônicos abriu uma brecha para os bancos comunitários. O* hacker *entra na conversa: "eu acho estranho essa história de ter alguém controlando a moeda, mesmo um banco comunitário ou uma produtora colaborativa. Tem que descentralizar, a liberdade tem que ser total para os indivíduos fazerem o que quiserem. E* software *não é problema, tem um monte de criptomoeda aí, tipo a Bitcoin". Quem responde agora é Jatobá: a "Bitcoin não resolve nada". Para ele, suas regras, embutidas no código-fonte, a fizeram virar uma forma de especular e ganhar dinheiro, como no mercado de ações. Além disso, ainda que passe por fora do sistema financeiro, gera outros tipos de concentração – afinal, se o lastro é a capacidade de processamento de computadores, quem tem grana consegue minerar mais e ganhar mais*[252]*.*

Nos capítulos anteriores relativizei a dicotomia, muitas vezes tomada como natural, entre *o dinheiro e o social.* A própria metodologia da Rede de BCDs pode ser caracterizada como um caso em que tal oposição ameniza-se. Examinaremos também agora uma outra aparente dicotomia, aquela que opõe *técnico e social.* Proliferam exemplos sobre essa percepção, por mim vivenciados: em uma reunião de escola, a diretora avisou que nenhum professor estaria dali em diante autorizado a comunicar-se com pais de alunos por meio do aplicativo WhatsApp, pois ele estaria *afastando* os pais da escola - "estamos aqui há trinta anos, e sempre buscamos trazer os pais para perto da escola, aproximando as *relações humanas*", argumentou; ou em uma reunião profissional sobre responsabilidade social: "ah, gente, mas não podemos fazer em videoconferência, né? Justamente quando queremos resgatar o *lado humano*, já vamos colocar algo *que corrompe*?", alguém pontuou. Discutir a pretensa oposição entre o técnico e o social (e o humano) importa nesta tese igualmente pela pontuação de um dos principais atores da

252 Cena baseada em minhas vivências no acompanhamento do Festival Emergências, e construída em colaboração com Fernando Severo, que presenciou o encontro de Joaquim Melo e Jatobá no Rio Hackerspace. Imagem em APÊNDICE 9.

pesquisa, o próprio Joaquim Melo (2015c), preocupado com a acusação de que ao adotar moedas eletrônicas, os BCDs estariam distanciando-se do *social*, e além disso aproximando-se do *Mercado*.

Sobre ambas as pretensas oposições, ainda no início da pesquisa realizei uma enquete exploratória intitulada “Dinheiros, Tecnologias e Nós”, guiado pela percepção de que certos segmentos da sociedade entendem que o dinheiro e/ou a tecnologia tornariam os “humanos menos humanos”[253]. Os resultados da enquete (ver APÊNDICE 10) apontaram que, de fato, parcelas relevantes dos respondentes considerava que dinheiro e tecnologia poderiam ser danosos à amizade, ao convívio social e de proximidade, e à própria humanidade. Acredito que a discussão dos capítulos anteriores contribuiu para relativizar a unicidade do dinheiro e da moeda, e que este conferirá matizes às opções tecnológicas embutidas nas moedas alternativas examinadas. Considero interessante trazer algumas das reflexões de Martin Buber, “o filósofo da relação” (LUCZINSKI, ANCONA-LOPEZ, 2010, p. 78), que traz para primeiro plano a relação e o diálogo como elementos fundantes do humano. Buber propõe o ser humano enquanto um “ente apto ao relacionamento pessoal com alteridade, é o ser-em-relação”, não sendo “o sujeito a 'chance primordial do Ser', mas sim nossa vulnerabilidade e alteridade” (BARTHOLO JR, 2001). O autor aponta para o “Eu-Tu” e o “Eu-Isso” como o que chama modos de existência: o modo “Eu-Tu” caracterizaria relações de diálogo, em que reconhecemos o outro, o diferente, e colocamo-nos vulneráveis, exercitando e negociando portanto nossos próprios limites de ação, bem como os do outro. Já o modo “Eu-Isso”, apesar de indispensável à vida humana, seria aquele onde “a presença do Isso para o Eu não se dá na alteridade. Somente no [modo] Eu-Tu o Eu está presente como pessoa e o Tu como o outro” (BARTHOLO JR, 2001. p. 68)[254].

---

253 Confirmada, por exemplo por Lazarus (2007) no quadro da condenação moral do dinheiro, como vimos nas seções 1.3 e 4.1.

254 “Alteridade e vulnerabilidade são o selo das relações do tipo Eu-Tu (...). A comunidade, para Buber, é o lugar por excelência de afirmação da vida, não apenas fundada em instrumentalidade, interesses e poderes. Ela é o lugar do diálogo e dos encontros, onde as pessoas têm o Eu-Tu – e não o Eu-Isso – como horizonte maior de possibilidade de suas relações” (BARTHOLO JR, 2001, p. 84).

> *Na atitude eu-tu, a pessoa entra em relação*, deixa-se impactar, deixa-se atravessar pela presença viva do outro, *seja este outro uma pessoa, uma situação, uma obra ou um ente qualquer*. (…) Não se consegue manter sempre a atitude eu-tu, pois o homem é incapaz de habitar permanentemente no encontro. A existência é pautada pela alternância entre as atitudes eu-tu, eu-isso e seus desdobramentos. (LUCZINSKI, ANCONA-LOPEZ, 2010, p. 78, grifo nosso)

Adotando a terminologia de Buber, o argumento aqui é que, de uma parte, a relação das pessoas mediadas pelo dinheiro pode transitar do Eu-Isso para o Eu-Tu, na medida em que possam proliferar espaços e meios para o diálogo sobre as (e o refazimento das) regras e formas de circulação do dinheiro – como nas discussões promovidas em uma comunidade ao implantar uma moeda social: a ideia de *pluralidade monetária* pode assim quebrar a dicotomia entre o dinheiro e o humano/social. De outra parte, parece adequado propor que determinadas *culturas digitais* expandem os espaços dialógicos, ainda que com características diversas daquelas do *face a face*, potencializando assim a dialogicidade e o modo de existência Eu-Tu e relativizando a oposição entre técnico e o humano/social. Os conceitos de *pluralidade monetária* e *culturas digitais* estarão mais próximos nas duas seções seguintes.

6.1 DINHEIROS E MOEDAS: EM BUSCA DE CLASSIFICAÇÕES (PARA QUÊ?)

O leitor possivelmente percebeu que o presente texto evitou ater-se a classificações e definições sobre dinheiros e moedas. O motivo guarda relação com a abordagem utilizada, segundo a qual toda classificação embute algum olhar situado. Nesse sentido, pareceu mais interessante examinarmos primeiramente os casos de digitalizações de *moedas sociais* (categoria aliás utilizada pelos próprios atores das redes investigadas), e as questões que deles surgiram, antes de lidar com algumas possibilidades de classificação. Com o que discutimos até aqui, podemos calibrar nosso olhar para classificações que nos ajudem a refletir sobre questões como: quais tipos moedas aproximam-se ou afastam-se do que os atores da pesquisa entendem social? Quais são mais próximas dos princípios dos BCDs que estamos trabalhando? Ou ainda, quais as características das moedas que

atravessaram o caminho da digitalização das moedas sociais brasileiras?[255].

Classificações de tipos de moedas foram um dos temas tratados na IV Conferência Internacional de Moedas Sociais e Complementares, em Barcelona. Em uma das apresentações, Larue (2017b) revisou algumas classificações das moedas sociais e complementares, tais como “por gerações” ou “por motivos de criação”[256]. Em uma delas, Blanc (2013, p. 21, tradução nossa) ensaia uma tipologia que enquadra as moedas emitidas por bancos centrais (*moedas estatais*) e de entidades federativas (*moedas subestatais,* como os Bocades, abordados no capítulo 2) enquanto *moedas públicas;* aquelas colocadas em circulação por bancos comerciais (*moedas de mercado*) e grandes empresas (*moedas captativas* – que realizam uma “captação vertical de recursos” segundo o poder de compra – como no caso das milhas aéreas ou dos Dotz, que também citamos no capítulo 2) estariam no segmento das *moedas lucrativas*; já as *moedas cidadãs* se dividiriam entre as *moedas cidadãs comunitárias* (aqui entendidas como aquelas destinadas a “comunidades de afinidade”, como os bancos de tempo), e as *cidadãs comerciais* (que envolvem comunidades de produtores[lxxx]*,* tais quais as que circulam a partir dos BCDs).

Larue (2017b) apresentou críticas a tais classificações, por “não serem gerais” e “não serem neutras”. No primeiro caso, o autor exemplificou que classificar as moedas sociais (colocadas em circulação por “motivos cívicos”) como “democráticas” revela-se problemático e “não geral”, pois em sua visão aquelas que nascem dos governos ou de empresas poderiam da mesma forma serem enquadradas como democráticas. Concordo em certa medida com tal argumento: afinal, as origens dos BCDs que examinamos passam por uma concessionária de

255 Uma diferenciação entre dinheiro e moeda, por exemplo, não pareceu uma questão importante para os principais atores de nossa pesquisa. Contudo, há os que os diferenciam, por exemplo, pela manutenção do seu valor através do tempo: segundo essa linha, as moedas poderiam ter seu valor corroído com o passar do tempo, pelas emissões governamentais sem lastro (MALONEY, 2013a) e pela inflação (REZENDE, 2014).

256 Larue (2017b) apresentou a classificação *por gerações*, citando Jérôme Blanc (2011a) (“LETS, Time Banks, Local/regional currencies, NU/SOL”), Marie Fare (2012) (que inclui as “Carbon Currencies”), Seyfang e Longhurst (2013) (“Time banks, LETs, Local curencies, Barter Markets”, também para Michael e Hudson (2016)-; *por motivos de criação*, para Blanc (2011a) (“motivos políticos (governos), motivos de ganho (*profit* - firmas privadas), motivos cívicos (moedas sociais)”). As *moedas sociais* estariam divididas em “locais (projetos locais em um território), comunitárias (fomentar relações sociais), e complementares (propósitos locais econômicos)”.

energia privada (Ampla, no caso do Preventório) e pela Prefeitura de Maricá (na Mumbuca). Discordo porém da outra crítica do autor, a da neutralidade, sendo fiel à noção de que não há classificações neutras: elas são políticas, no sentido de agirem produzindo semelhanças ou diferenças entre experiências. Tais categorizações podem gerar efeitos interessantes em certas situações (localizadas em um tempo e um espaço determinados), mas podem ser consideradas problemáticas e não se mostrar úteis em outro momento ou local[257].

Esta pesquisa trabalha assim com a ideia de que toda classificação é interessada, não no sentido de intencionalmente manipulada, mas por incorporar inter-esses, estando entre experiências de vida, visões de mundo, dispositivos emocionais etc. A título de exemplo, as classificações de Blanc (2013) *interessam* para fazer relação com os princípios de comportamento econômico de POLANY (2000), o que lhe confere atributos para transitar nas comunidades de conhecimento onde o autor é um referencial importante[258]. Já a classificação apresentada por Freire (2011), faz todo sentido para o problema do BACEN enquanto regulador (ou não) das moedas brasileiras. Ela separa as

> moedas em geral [...] em dois grandes grupos: de um lado as *moedas controladas por uma autoridade monetária* e de outro, os *meios de pagamentos que não se submetem ao controle do Estado*. As primeiras são emitidas por uma autoridade política ou por uma instituição que esteja sob o seu controle. Neste grupo encontram-se a *moeda fiduciária* (papel moeda e moedas metálicas de curso legal emitidas pelo Estado) e a *moeda bancária* (depósitos e dívidas bancárias), emitida ou multiplicada por instituições depositárias. […] [As] diferenças fundamentais entre a moeda oficial e as moedas sociais estão associadas às suas respectivas configurações espaciais, ao regime jurídico [...] e aos propósitos pelos quais a moeda é criada, que podem estar direcionados, no caso da moeda oficial, para fins

257 Os exemplos de Larue (2017b) sobre “distinções neutras e gerais” sugerem duas oposições entre moedas: gestão “Central” x “Comunidade” e alcance “Universal” x “Limitada” (*bounded*). Larue (2017b) propõe enquadrar o Euro e o Dólar como centrais/universais, a Bitcoin como comunidade/universal, milhas aéreas como central/limitadas e as moedas locais como comunidade/limitada. São problematizáveis ao menos o caráter limitado das milhas aéreas e mesmo de moedas locais como o E-dinheiro, bem como a universalidade do Euro.

258 Os princípios foram vistos na seção 4.2. No próprio título do artigo, Blanc deixa claro o propósito da classificação proposta: “Penser la pluralirité des monnaies à partir de Polanyi: un essai de typologie”. Blanc (2013, p. 21) relaciona as classificações propostas aos “princípios de integração” de Polanyi, da seguinte forma: as *moedas públicas* seriam exemplos do princípio de distribuição; as *moedas lucrativas de mercado* estariam relacionadas às de troca mercado, e as *lucrativas captativas* ao princípio de distribuição (contudo, invertido); as moedas cidadãs comunitárias corresponderiam ao princípio da reciprocidade, e as cidadãs comerciais ao da distribuição (numa versão “horizontal”).

> políticos (unidade nacional, estabilidade macroeconômica, financiamento dos governos, etc.) ou para a obtenção de lucro econômico (mediante operações realizadas pelas instituições depositárias), e no caso das moedas sociais para a geração de dividendos sociais que melhorem a qualidade de vida dos seus usuários segundo uma lógica cidadã. […] É possível, entretanto, afirmar que *duas características são essenciais para a definição de um programa de moedas sociais circulantes locais: a finalidade não lucrativa e a sua experimentação em redes de colaboração social ou solidária*[259]. (FREIRE, 2011, p. 329-332, grifo nosso)

Por um lado, a classificação proposta fortalece as relações entre moeda e Estado. Essas relações são abordadas por autores clássicos, como Simmel, que em *A Filosofia do Dinheiro* já afirmava que

> a posição sociológica do dinheiro tem como causa direta, tanto como efeito imediato, multiplicar, reforçar e estreitar as relações entre o poder central do grupo e seus elementos singulares […]. O Estado centralizador moderno cresceu também por causa do enorme desenvolvimento da economia do dinheiro […]. (SIMMEL, 1987, p. 117)[260]

Autores mais recentes também reforçam tal visão, como Búrigo (2000, p. 2), que relaciona Estado, desenvolvimento do capitalismo e a consolidação das características do dinheiro moderno, afirmando que

> a construção e manutenção do poder político na sociedade moderna passava, e ainda passa, pela criação de um processo de legitimação simbólica e jurídica da moeda única.

---

259 A autora detalha as moedas sob controle do Estado: “Ambas [, fiduciária e bancária,] denominadas em moeda oficial. Enquanto a moeda emitida pelo Estado corresponde a menos de 5% da oferta total de moeda na maioria das economias nacionais, a moeda emitida pelas instituições depositárias, que exploram comercialmente o dinheiro, por meio do exercício de atividade de intermediação financeira, concedendo empréstimos com a aplicação de juros compostos, representam aproximadamente 95% da oferta total de moeda.” (FREIRE, 2011, p.329). O aumento da massa monetária citada por Freire (2011) relaciona-se com o "sistema bancário de reservas fracionárias" comentado na seção 4.1.

260 Simmel prossegue: “O Estado centralizador moderno cresceu também por causa do enorme desenvolvimento da economia do dinheiro, impulsionado pela exploração, no início da era moderna, das reservas de metal americanas. A auto-suficiência das relações feudais foi destruída com a introdução da moeda em cada transação que se reportava ao poder central, situando as relações entre as partes para além de si mesmas, de modo que o poder do dinheiro de ligar mais os singulares à coroa acabou sendo considerado como o sentido profundo do sistema mercantil. Por outro lado, o fato de os imperadores alemães deixarem aos senhores de terra esse instrumento de centralização é uma das razões essenciais da fragmentação do império – enquanto os reis franceses e ingleses dos séculos XIII e XIV fundavam a unidade de seus reinos com o auxílio do movimento em direção à economia monetária. (…) Assim, a separação do sistema monetário do poder central caminha *pari passu* com a deterioração da moeda: ou seja, o dinheiro é tão mais dinheiro de verdade quanto mais o círculo sociológico extenso, assim como o poder central, o garantirem.” (SIMMEL, 1987, p. 117-118).

Nesse sentido, o que se entende por "funções" do dinheiro teria sido razoavelmente estabilizado a partir da consolidação dos Estados nacionais e das relações de produção capitalista. Búrigo (2000), bem como autores como Mauss (2003) e Dalton (1967) –, como já vimos (ps. 132-133) –, situa assim as funções "clássicas" do dinheiro como indissociáveis ao uso do dinheiro no sistema capitalista, e no contexto dos Estados nacionais:

> [o] dinheiro é o *equivalente geral [*…] [;] é uma *medida de valor [*…] [;] *um instrumento da circulação das mercadorias* – o valor de troca das mercadorias no sistema capitalista é expresso em moedas, através dos preços. O dinheiro serve como unidade de medida para se efetuar essas trocas. Desse modo, o dinheiro é empregado para efetivar a mediação entre a compra e a venda, que sem a sua existência precisaria ser realizada diretamente […] [;] é um *meio de pagamento* – O dinheiro assume aqui sua função de viabilizar o pagamento futuro de uma mercadoria. Funciona como forma de operacionalizar o sistema de crédito. […] [;] é *reserva de valor* – Através da poupança o dinheiro serve para dar origem à acumulação. Dentro da sociedade capitalista a poupança acumulada serve para viabilizar a realização de investimentos, através de financiamentos. (BÚRIGO, 2000, p.3-4, grifo nosso)[261]

As funções do *dinheiro moderno* não estariam dissociadas assim do processo de formação dos Estados nacionais. Retomando a classificação de Freire (2011, p. 329), além das moedas conectadas aos Estados, ela visibiliza os "meios de pagamentos que não se submetem ao controle do Estado". *Contudo, ao separá-los em dois grandes grupos, vale observar, reforça a cisão entre o econômico (restrito aos lucros permitidos às instituições financeiras, enquadradas no primeiro segmento) e o social (delimitado à melhoria de "qualidade de vida dos seus usuários segundo uma lógica cidadã")* (FREIRE, 2011, p. 331). Sob a perspectiva da autora, seria possível propor que as moedas sociais aqui investigadas, ao transformarem-se em eletrônicas e enquadrarem-se na legislação de pagamentos eletrônicos, transitariam de uma posição de não fiscalizadas pelo Estado em direção à categoria de moedas sob o olhar estatal – neste caso, cujo *lucro* seria permitido[262]. A classificação proposta em 2011, antes portanto da legislação de 2013, faria com que o E-dinheiro se afastasse da categoria de moeda social – um enquadramento problemático para posição defendida nesta tese (seção 5.1.1), do E-dinheiro como

261 Sobre as funções do dinheiro, Búrigo cita CENTRO DE AÇÃO COMUNITÁRIA (1981).
262 Com a ressalva dos limites quantitativos propostos na legislação seção 3.2.

uma *moeda social e eletrônica*.

Para refletir um pouco mais sobre as possibilidades de classificação que nos interessam, olhemos para o mundo das moedas relativamente distantes do controle do Estado e para as tentativas de estabilização de classificações em sua comunidade de pesquisadores. Búrigo (2000) resgata brevemente experiências precursoras das moedas dos anos oitenta, como a "*moeda livre* nos anos trinta", especialmente na Europa e nos EUA. Muitas delas inspiradas nas ideias de Sylvio Gesell, que, segundo Dodd (2014a, p. 18, tradução nossa),

> desarmam, de tão simples: fazer o dinheiro menos atraente de se segurar. Dinheiro, ele argumentava, deveria envelhecer, como *commodities*. Ele tem que ficar datado, como um jornal, podre como batatas, enferrujado como ferro e evaporar como éter [lxxxi].

Búrigo (2000, p. 5-6) ressalta experiências na região da Baviera (Alemanha), na Áustria, e ainda em 400 vilas nos EUA. As experiências foram de curta duração, encerradas pela ideia de monopólio dos bancos centrais na emissão de moedas[263]. No artigo "O desafio de diversificar os meios de intercâmbio", Augusto Corrons (organizador da mais recente conferência de moedas sociais e complementares, em Barcelona) elege "complementares" como o melhor adjetivo entre as diferentes nomenclaturas dessas moedas, em vez de "alternativas", "sociais", "locais ou regionais", ou ainda "comunitárias"[264]. O pesquisador da Universitat Oberta de

263 Na Alemanha, um bônus chamado "Wära" foi emitido por um proprietário endividado de uma mina de carvão para pagar seus empregados; já na Áustria,o prefeito da pequena comunidade de Worgl colocou em circulação bilhetes bancários especiais; nos EUA, com as experiências influenciadas pela de Worgl e pelo então professor da Universidade de Yale, Irving Fischer (BÚRIGO, 2000, p. 5-6). As experiências alemã e austríaca foram encerradas por conflito direto com os bancos centrais, e, no caso estadunidense, as "moedas livres foram abandonadas […] por pressupor uma forte política de descentralização e enfraquecimento do poder federal, o que entraria em choque com os novos ideais de centralizar e controlar a economia, trazidos por Roosevelt através do New Deal (Lietaer,2000). É preciso indicar, nesse passo, que durante a Grande Depressão norte-americana espalharam-se redes de trocas sem moedas, abarcando em certo momento mais de um milhão de pessoas. Contudo, estas redes de trocas foram desbaratadas pelo início da Guerra e no momento em que as políticas de bem estar passaram a ser responsabilidade do estado federal (Singer, 1999)." (BÚRIGO, 2000, p. 6). Vale mencionar ainda a WIR nascida em 1934 na Suíça como antídoto à depressão e apontada como co-responsável pela "lendária estabilidade da economia suíça" (LIETAER; PRIMAVERA, 2013, p. 63-64).

264 "Este tipo de moedas recebe também outra série de adjetivos, como por exemplo: 'alternativas', porque funcionam em lugar do dinheiro convencional em certos contextos; 'comunitárias', porque funcionam em comunidades de pessoas ou entidades que se relacionam diretamente e desejam

Catalunya (UOC) considera que

> [a] criação de uma base de dados atualizada e homogênea, tanto na Espanha como em escala internacional é uma das tarefas mais urgentes para consolidar as moedas complementares e mostrar seu potencial (CORRONS, 2017, p. 71, tradução nossa)[lxxxii].

A "disparidade de classificações" utilizadas é um dos obstáculos apontados por Corrons (2017, p. 71, tradução nossa) para a criação da base de dados. *Interessado* na consolidação das moedas complementares, cujo principal objetivo seria "melhorar o bem-estar social das comunidades", o autor elenca o que seriam as quatro tipologias de moedas complementares: os bancos de tempo, os sistemas de crédito mútuo, as moedas locais, e os mercados de escambo (*trueque*)[lxxxiii 265]. Os bancos de tempo seriam a forma mais comum de moeda complementar para Corrons (2017, p. 70), reunindo 50,2% das experiências – fazendo parte já de uma segunda geração (BLANC, 2012b), com impulso nos EUA dos anos oitenta[266]. A segunda tipologia mais numerosa atualmente agregaria os sistemas de crédito mútuo, onde os membros de uma comunidade divulgam suas ofertas e demandas (contando com um sistema de contabilidade que registra as transações), com 41,3% do total[267]. Cronologicamente, tais sistemas comporiam a primeira geração, também

---

estabelecer un meio de troca distinto; 'locais ou regionais', porque circulam em lugares e espaços delimitados, e 'sociais', porque são criadas, emitidas e controladas por grupos e com fins sociais. Não obstante, o adjetivo "complementares" é o que melhor reflete uma das principais características deste tipo de moedas: sua complementariedade e a não substituição do dinheiro convencional." (CORRONS, 2017, p. 69, tradução nossa) O artigo foi divulgado em lista de *WhatsApp* criada na conferência.

265 Corrons baseia sua classificação em estudo de "Gill Seyfang y Noel Longhurst (2013), que "detectaram a existência em todo o mundo de um total de 3.418 projetos, distribuídos em 23 países de todos os continentes. Por projeto se entende o conjunto de, como mínimo, cinco iniciativas distintas de uma mesma tipologia de moeda complementar em un mesmo país." (CORRONS, 2017, p. 69-70, tradução nossa)

266 "Os bancos de tempo são o tipo mais comum de moeda complementar, com 1.715 projetos (50,2 % del total)" (CORRONS, 2017, p. 70, tradução nossa). O autor cita ainda experiências no Japão (a partir de 1973), nos Estados Unidos (desde 1986), onde mais se desenvolveu a ideia, o Reino Unido (de 1997 em diante) e em outros países como Itália, Espanha, Portugal, Nova Zelândia, Finlândia e Canadá.

267 "A segunda tipologia mais importante [… são] os sistemas de crédito mutuo, com 1.412 projetos (41,3 % del total) presentes em quatorze países e cinco continentes [… com a característica de que] o crédito de uma persona é igual ao débito de outra, de modo que as contas sempre somem zero." O autor cita casos como o dos LETS (Canadá a partir de 1983, e depois Reino Unido, Nova Zelândia e Austrália, além de adaptações na França, Hungria, Alemanha, Áustria, Suíça e Austrália, África do Sul, Japão e Canadá" (CORRONS, 2017, p. 70, tradução nossa).

dos anos oitenta, junto à sua "tradução latino-americana" (BLANC, 2012b, tradução nossa), os mercados de escambo - "destinados a superar a escassez de dinheiro e a facilitar o intercâmbio em um grupo de usuários, em geral em um mercado regular"[lxxxiv], que seriam os menos frequentes (1,4%) mundialmente[268]. As moedas sociais dos BCDs brasileiros, estariam situadas no campo das moedas locais, "sistemas monetários geograficamente delimitados a uma região" - a terceira tipologia mais frequente, com 7% do total[269]. Vale dizer que, se seguirmos a classificação "por gerações", proposta por Jérôme Blanc (organizador da primeira conferência, em 2011, em Lyon[270]), elas fariam parte da terceira geração, nascida nos anos noventa, com uma "ambição econômica" diferenciada em relação às primeiras (BLANC, 2012b).

Retornando ao diálogo com a realidade brasileira, no livro comemorativo dos 15 anos do Banco Palmas, Heloísa Primavera e Bernard Lietaer caracterizam dois segmentos de moedas sociais no Brasil "com vigor e perspectivas diferentes[:] [...] os bancos comunitários […] e os circuitos culturais independentes" (LIETAER, PRIMAVERA, 2013, pág 63). Na seção 7.2 examinaremos metodologias dos circuitos culturais, que podem ser caracterizados no grupo dos "sistemas de créditos

---

268 No Brasil, encontramos mais comumente a expressão "clubes de troca". Mais em <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/04/clubes-de-troca-negociam-produtos-e-servicos>. Acesso em 18 de jan. de 2018. Corrons (2017, p. 71, tradução nossa) observa que "[o]s mercados de troca constituem a quarta categoria em importância de moeda complementar, com 48 projetos (1,4 % del total) que operam em quatro países e dois continentes […]. Surgiram em Buenos Aires, em 1995 […] e tendo similares no México e na Venezuela (CORRONS, 2017, p. 71). Vale ainda observar que BLANC (2012b) identifica uma quarta geração, cujas moedas necessitam mais dinheiro e parceiros para ser colocada em circulação (como as moedas SOL, na França). Ainda, o autor atribui três grandes finalidades às moedas cidadãs, e as associa às gerações: dimensão social (primeira e segunda gerações), econômica (principalmente terceira e quarta gerações) e ambiental (sobretudo quarta geração).

269 "As moedas locais são a terceira tipologia mais habitual de moeda complementar, com um total de 243 projetos existentes (7,1 % do total) em seis países e quatro continentes. São sistemas monetários geograficamente delimitados a uma região" (CORRONS, 2017, p. 70, tradução nossa). O autor destaca o caso das "horas, a moeda que se originou em Ithaca (Nova York)", e outros projetos nos Estados Unidos e Canadá, citando ainda o sistema alemão Regiogeld, os bancos comunitários brasileiros, e as "Transition Currencies", no Reino Unido (CORRONS, 2017, p. 70).

270 A "International Conference on Community and Complementary Currencies" ocorreu em Lyon (França), de 16 a 17 de fevereiro de 2011. Mais em <http://sdocument.ish-lyon.cnrs.fr/cc-conf/conferences.ish-lyon.cnrs.fr/index.php/cc-conf/2011.html>. A segunda conferência foi realizada em junho de 2013: 2nd International Conference on Complementary Currency Systems, em Rotterdam, Holanda. Mais em <https://www.iss.nl/en/research/conferences-and-seminars/international-conferences-iss/complementary-currency-systems>. Acessos em: 02 jan. 2018.

mútuos" e também perpassam as redes de economia solidária no Brasil. Na apresentação ao BNDES (2016), Joaquim Melo e Pedro Jatobá (que representava as Produtoras Culturais Colaborativas) também *interessaram-se* por diferenciar as metodologias, porém sob o ponto de vista do lastro: os BCDs, cujas moedas são lastreadas em Reais, seriam *bancos comunitários monetizados*, enquanto as produtoras colaborativas, com moedas lastreadas geralmente na capacidade de trabalho dos grupos, encarnariam *bancos comunitários não monetizados*.

Tais matizes de tipos de moeda, especialmente nas comunidades de conhecimento em que os BCDs se fazem presentes, configuram uma pluralidade que, acredito, relativiza a noção de que o dinheiro tornaria os "humanos menos humanos" - dentro da perspectiva lançada na enquete sobre "Dinheiros, tecnologias e nós". Tal diversidade invoca a noção de pluralidade monetária, já pontuada no capítulo 1 e aqui relacionada à existência "de formas e de moedas diversas (como as moedas associativas)" (DISSAUX; FARE, 2017, p. 9, tradução nossa)[lxxxv] [271]. Na próxima seção, discutiremos outra pluralidade: a das tecnologias digitais – e algumas das ideias e dos ideais que delas emergem –, conectando-nos com alguns artefatos tecnológicos que cruzam as redes das moedas sociais brasileiras[272].

6.2 TECNOLOGIAS PROPAGANDO, EMBUTINDO E PRIVILEGIANDO PRÁTICAS

> *Assim como bicicletas, ferramentas e técnicas de genoma, dispositivos de mercado – de trading pit a telas de trading, de cheques a sistemas POS – são tanto projetos culturais como são proezas de engenharia.*
> *(MACKENZIE; PARDO-GUERRA, 2014, p. 156, tradução nossa)*[lxxxvi]

A substituição das "maquininhas" da Mumbuca e das notas impressas dos Prevês pelo *software* do aplicativo E-dinheiro coloca os BCDs como atores do mundo dos meios de pagamento eletrônicos. Segundo Bill Maurer (2014, p. 2-3), os meios de pagamento vêm sofrendo uma mudança de paradigma: tendo os *smart*

271 Os autores classificam como moedas associativas aquelas que "constituem exemplos de projetos de governança participativa que mobilizam a moeda e a adaptam em função de objetivos econômicos, sociais e/ou ambientais próprios a seu território de implementação" (DISSAUX; FARE, 2017, p. 2, tradução nossa).

272 Sobre panoramas de classificações de moedas ver também Ariadne Rigo (2014, p. 291).

phones como atores importantes, sistemas emergentes vieram ganhando visibilidade frente aos meios tradicionais[273]. Maurer (2014, p. 5) chama atenção para características do *mobile money*, entre elas, a possibilidade de instituições não bancárias entrarem no negócio dos pagamentos (*payment business*) e o potencial dos sistemas de dinheiro digital e não estatais (*non-state digital cash systems*) introduzirem novas moedas privadas – o que sintoniza com os casos brasileiros aqui discutidos. Nesta "disrupção" do dinheiro, em que a noção de infraestruturas *para* o dinheiro "transborda" para a ideia de infraestruturas *como* dinheiro, Maurer (2014, p. 5) preocupa-se com o que ocorre quando as empresas de tecnologia começam elas mesmas a se imaginar como forjadoras do futuro do dinheiro. Para além das novas dependências "tecnológicas" – dependências, em nossos casos, de sistemas operacionais (como o Android), dispositivos móveis e suas limitações de *hardware* (como a capacidade de memória disponível), disponibilidade de *Internet* para comerciantes e o próprio *software* –, Maurer (2014) problematiza assim que os meios de pagamento eletrônicos são decisivamente forjados pelas empresas de tecnologia que os propõem.

Se foi possível caracterizar até aqui uma *pluralidade monetária*, que nos ajudou a matizar o dinheiro, importa examinar as nuances de um elemento que adentra a Rede dos BCDs e com o qual crescente parcela da população brasileira e mundial convive atualmente, a saber, a *pluralidade tecnológica* (indissociável das diferentes *culturas digitais* forjadas também pelos formuladores desses diferentes artefatos – apesar de não se resumir a eles). Para pensar esse ponto, buscarei brevemente conexões com uma história que, apesar de territorialmente guardar relativa distância dos casos pesquisados nesta tese, informa-nos sobre a introdução (e o espalhamento) de uma tecnologia em um mercado, o das finanças nos EUA dos anos 1990. Mackenzie e Pardo-Guerra (2014) mostram nessa narrativa como o *software* Island foi desenvolvido para ser uma "ilha" que reunisse interessados em comprar e em vender ações, e acabou por reconfigurar e redistribuir atribuições

273 Na indústria americana, Maurer (2014, p.2, tradução nossa) elenca 6 sistemas principais: "dinheiro (*cash*), sistema de verificação (*checking system*), cartões de crédito e de recarga, cartões de débito, câmaras de compensação automáticas, sistemas de transferência eletrônicas (Benson and Loftesness 2010:10)".

importantes entre atores não somente das bolsas de valores estadunidenses, mas ao redor do mundo. Para entendê-lo, vamos aos seus antecedentes: por conta de regulações dos anos 1930, os chamados corretores de balcão das bolsas de valores nos EUA deveriam necessariamente fazer parte de uma associação – uma das quais, veio a dominar aquele mercado, a Associação Nacional de Corretoras de Valores (National Association of Securities Dealers — NASD) (MACKENZIE, PARDO-GUERRA, 2014, p. 159). Inicialmente realizadas pelo telefone, em 1963 as transações feitas pelos corretores foram alvo de regulação da Comissão de Valores Mobiliários (Securities and Exchange Commission – SEC), que, em busca de aprimorar a *vigilância* sobre as atividades, definiu uma "dramática transformação", implementando o Sistema de Cotações Automatizadas da NASD (Automated Quotations System, ou NASDAQ) (MACKENZIE, PARDO-GUERRA, 2014, p. 159). Contudo, se aquela *digitalização* aprimoraria o olhar do regulador, abriria também novas possibilidades de ganhos a corretores NASDAQ em relação a pequenos investidores[274].

Em 1984, outra mudança *sociotécnica* (outra *digitalização*) também envolvendo reguladores e intermediários abriria mais consistentemente espaço para o Island: a implementação do Small Order Execution System (SOES – numa tradução livre, *sistema de execução de pequenas ordens*), originalmente "projetado para proteger pequenos investidores" (MACKENZIE, PARDO-GUERRA, 2014, p. 161) e que constituiu-se em um aparato que permitia que empresas recebessem *eletronicamente* intenções de compra das corretoras de varejo, retornando os preços das ações naquele momento. O sistema terminou por criar um mercado de firmas e

274 "Novas tecnologias de computação permitiram, em particular, usando 'um computador central', implementar 'meios inteiramente novos de combinar ordens de compradores e vendedores e mesmo completando suas execuções em algumas circunstâncias' (SEC, 1963, p. 668)" (MACKENZIE, PARDO-GUERRA, 2014, p. 159, tradução nossa). No caso do NASDAQ, os autores chamam atenção para uma mudança relacionada à granularidade das cotações: o NASDAQ possibilitou o "escândalo dos oitavos" (*odd-eighths' scandal*) em que seus "corretores evitavam ofertas para comprar ações ou para vendê-las (cotações) em oitavos de dólares (⅛, ⅜, ⅝ ou ⅞)", constituindo-se em um "indicador do porquê os corretores passaram a ser vistos como pessoas 'de dentro' privilegiadas e auto-interessadas" (IBIDEM, p. 160, tradução nossa). Enquanto grandes investidores tinham outras alternativas, os pequenos estavam atados aos corretores da NASDAQ (*e às novas possibilidades embutidas naquela digitalização*): "os corretores NASDAQ implicitamente conspiraram, evitando os preços em oitavos de dólares (*odd-eighth prices*), para manter o *spread* maior que um quarto de dólar – assim, na verdade, dobrando sua renda por transação" (IBIDEM, p. 160, tradução nossa).

de profissionais que o utilizavam para negociações no mesmo dia (*intra-day trading*). Mackenzie e Pardo-Guerra (2014, p. 161, grifo nosso, tradução nossa) recorrem a um relato de dois jornalistas da Forbes, em visita aos escritórios da empresa Island:

> [l]á, de 9h30s às 16h de segunda à sexta, sentavam cinquenta pessoas, todos homens, olhos firmemente focados nos monitores. Os *jogadores* têm em sua maioria menos de 30 [anos], usam camisas de malha, calças *jeans* e bonés de *baseball*. Eles falam entre si enquanto batem nos teclados. Quase sempre apenas olham fixamente ou soltam insultos para as telas. (Schifrin & McCormack, 1998)[lxxxvii].

Nessa redistribuição de poderes, para os corretores do NASDAQ, esses profissionais tratavam-se dos "SOES bandits" (*bandidos do SOES*), que se aproveitavam do SOES, por exemplo, "comprando ações de um corretor e vendendo para outro a um preço maior"[275]. Uma das empresas dessa rede era a Datek, por onde passaram Jefrey Citron e John Levine, futuros sócios da empresa Island (MACKENZIE, PARDO-GUERRA, 2014, p. 162). Levine, um "programador que conhecia a prática dos *traders* e suas prioridades intimamente", havia desenvolvido um *software* precursor do Island (o *Watcher,* ou *observador*), inicialmente "apenas um programa para monitorar execuções e rastrear as posições de um *trader",* "sem permitir que os usuários negociassem entre si, apenas via NASDAQ broker-dealers, via SOES ou SelectNet" (MACKENZIE, PARDO-GUERRA, 2014, p. 163). Com o *software Watcher*, puderam *observar* situações em que usuários queriam vender ações a determinado preço, mas suas ordens não eram executadas – um comportamento dos corretores NASDAQ que havia sido "o centro do escândalo 'odd-eighths'" (MACKENZIE, PARDO-GUERRA, 2014, p. 163). *Citron e Levine adicionaram então uma funcionalidade que permitia que os usuários contornassem os corretores e negociassem diretamente entre si: entre outras, essa funcionalidade do* software *transformou a necessidade de interação um-a-um em uma "'ilha' (island) onde investidores podiam se encontrar diretamente" (MACKENZIE, PARDO-GUERRA, 2014, p. 163-4, grifo nosso, tradução nossa):*

---

275 "[Os] 'SOES bandits,' monitorando em suas telas mais atentamente que um corretor, eram frequentemente capazes de agir mais rapidamente, por exemplo comprando ações de um corretor (*broker*-dealer) e mais tarde vendendo-as para outro a um preço mais alto." (MACKENZIE; PARDO-GUERRA, 2014, p. 161, tradução nossa)

> Você vê 4000 ações para ZXYZ à venda por 22 ½ no Island e você quer comprar a 22 ½. … Você apertaria <Shift 2> para emitir uma ordem de compra de 1000 ações (2 lotes de 500)… Quer comprar 2000 ações? Apenas pressione <Shift 2> duas vezes. *É divertido* (Anonymous, 1995–1997, 16 February 1996)[lxxxviii].

Ao contrário do NASDAQ e da bolsa de Nova Yorque, onde as negociações eram conduzidas por intermediários humanos, os usuários do Island negociavam diretamente entre si, "com a intermediação somente dos sistemas de computação da Island" (MACKENZIE, PARDO-GUERRA, 2014, p. 164). Algumas das características do sistema implementado por Levine foram fundamentais para sua adoção, como uma maior granularidade no preço (*finer-grained price*) e a abertura tanto para conexão com outros sistemas quanto para o acesso aos dados que ali circulavam[276]. A *bricolagem* envolvida no desenvolvimento do Watcher e depois no Island embutiam uma *estética de programadores*:

> uma preferência por soluções baratas, simples e rápidas em lugar das caras, complexas e pesadas. "Eu escrevo programas para resolver problemas (…). Eu gosto de escrever programas elegantes. Island é uma solução elegante para um problema irritante" (email, 22 March 1999) (MACKENZIE, PARDO-GUERRA, 2014, p. 169, tradução nossa)[lxxxix].

Ainda segundo Mackenzie e Pardo-Guerra (2014), tais ações de Levine guardam ligação com a ideia de que "a informação quer ser livre", cunhada primeiramente em uma conferência "*hacker*" de 1984[277] – elemento importante para entrarmos na próxima seção no mundo dos *softwares* livres, que cruzou o caminho das moedas sociais brasileiras. *Por ora, é importante chamar atenção para a (re)distribuição de facilidades e dificuldades ocasionada pelas diferentes digitalizações da história do Island; e ainda, para a cultura (neste caso, em especial de Levine) que permeou a concepção do Island e que agiu nas opções e decisões de projeto do artefato. Além disso, quero atentar para o ganho de escala do caso,*

276 Para os autores, algo muito mais importante que um "mero detalhe" era que "Os preços no Island eram denominados em frações de 1/256 Dólares [em vez de contabilizados em 1/8 Dólares, como antes] […]." Além da maior "granularidade", os autores destacam a API (*application programming interface*) desenvolvida por Levine, que facilitou a interação entre esse o Island e os [outros] sistemas dos usuários, disponível publicamente em seu *site*, josh.com" (MACKENZIE; PARDO-GUERRA, 2014, p. 164-65).

277 Atribuída a "Stewart Brand, que conectou o Vale do Silício à cibercultura de São Francisco" (MACKENZIE; PARDO-GUERRA, 2014, p. 164-65).

entre outros motivos, pela "difusão de pessoas e projetos técnicos"[xc]: apesar da empresa *Island* ter sido vendida e revendida, inclusive para grupos com outros *softwares*, os programadores do *software Island* incorporaram seu código (seus valores e suas opções) em outros sistemas, nos EUA e na Europa (MACKENZIE, PARDO-GUERRA, 2014, p. 171, tradução nossa)[278].

O *embutimento da cultura nos códigos dos softwares e o ganho de escala*, elementos enfatizados pelos autores ao relatar o caso do Island, serão fundamentais para pontuar a seguir conceitos do campo dos Estudos CTS, em especial para matizar as tecnologias e pensar a questão da *pluralidade tecnológica* à nossa volta. No Island, vê-se uma vez mais que "artefatos têm política" (WINNER, 1986), no sentido de que há opções e decisões que são tomadas na elaboração e na produção dos artefatos; artefatos ainda embutem valores, ideologias, culturas organizacionais etc., como já mencionamos (seção 3.2.1); artefatos também redistribuem facilidades, permissões e restrições. Um olhar que interessa aqui, e com o qual já trabalhei em outro momento (FARIA, 2010), é o texto "Where Are the Politics? Perspectives on Democracy and Technology", de Nahuis e Lente (2008), onde os autores apontam diferentes tradições ao pensar as relações entre tecnologia e democracia – e que aparecem no caso estadunidense. Uma dessas tradições, a perspectiva intencionalista chama atenção para as *intenções* segundo as quais esse processo se deu. Como vimos no caso do Island, opções de projeto, antes localizadas nos EUA, foram embutidas nos códigos e propagam-se hoje mundo afora. Além disso, importa pontuar que, ainda que as intenções de ideias e ideais nos artefatos não existam explicitamente (ou não sejam comprováveis), os artefatos gerados *performam* realidades, no sentido de carregarem parte dos valores e práticas de suas relações de construção, e propagarem-nas em seu ambiente de uso (a perspectiva da *performatividade* é outra tradição destacada pelos autores)[279].

---

278 Como exemplo, instituições centenárias como as bolsas de Londres e Paris foram transformadas por *softwares* escritos por dois ex-programadores do Island (MACKENZIE; PARDO-GUERRA, 2014, p. 170).

279 Vimos que no processo que levou ao Island, a ação da SEC buscava maior vigilância sobre a NASD, mas também embutiu facilidades para corretores NASDAQ e dificuldades para pequenos investidores; já o SOES, pretendendo proteger tais investidores, possibilitou tanto os "SOES bandits" quanto o Watcher e o próprio Island. Um exemplo de consequência provavelmente inesperada da própria implantação do Island foi a prática da chamada "co-location" (de situar os

A *Teoria Ator-Rede* (TAR) é também uma das perspectivas destacadas por Nahuis e Lente (2008), em especial por que tecnologias estabilizam determinados enquadramentos, e estes embutem roteiros aos quais seus usuários se submetem:

> [c]omo o roteiro de um filme, artefatos tecnológicos definem um enquadramento (framework) de ação junto com os atores e o espaço onde esses agem. (Akrich 1992, 208). (NAHUIS; LENTE, 2008, p. 566)[280].

Por um outro ângulo, Mackenzie e Pardo-Guerra (2014, p.153) ressaltam a contribuição da TAR para destacar uma "dramática mudança de escala latouriana" no caso do *Island*, originalmente um "micro desenvolvimento". Esse outro ponto de destaque mostra que a mudança de escala fez o *software* tornar-se praticamente ubíquo. Pensado para aquela realidade local, o Island terminou por tornar-se "mais evoluído que o planejado" (*more evolved than designed*) (MACKENZIE, PARDO-GUERRA, 2014, p. 162) ganhando legitimidade e viajando junto com seu time de programadores para diferentes mercados financeiros mundiais. A relativa presença do Island nos mercados financeiros é ponte para uma última reflexão desta seção, sobre a crescente ubiquidade das TICs – em diferentes materialidades, como sistemas de informação / aplicativos e cartões de crédito –, antes de retomarmos mais diretamente nossos casos de estudo.

Em "Polegarzinha", Michel Serres discute a diversidade das tensões e dos refazimentos que emergem de tecnologias como a dos dispositivos móveis (*tablets*, *smartphones* etc.):

> [a]s ciências cognitivas mostram que o uso da internet, a leitura ou a escrita de mensagens com o *polegar*, a consulta à Wikipédia ou ao Facebook não

---

servidores de empresas de trading próximos dos computadores das bolsas de valores, a fim de ganhar velocidade nas transações): ela "foi primeiro introduzida pelo Island" (MACKENZIE, PARDO-GUERRA, 2014, p. 155). Enquanto a "perspectiva intencionalista", apontaria para a "materialização de valores e ideias no projeto dos artefatos" (NAHUIS; LENTE, 2008, p. 574), a "perspectiva performativa" ressalta a noção de que "o cenário [...] e o enquadramento […] nunca são passivos ou inocentes, eles fazem algo, eles são performativos." (NAHUIS; LENTE, 2008, p. 570).

280 Os autores dão ainda destaque a outras perspectivas, uma delas segundo a qual "os resultados interessariam menos que o processo" democrático de construção da tecnologia (NAHUIS; LENTE, 2008, p. 563). Ainda, tratam da "perspectiva interpretativa", a qual lembra que "artefatos são como textos: […] leitores interpretam textos e textos configuram seus leitores." (NAHUIS; LENTE, 2008, p. 568). Assim, os artefatos agem no sentido de, reflexivamente, moldar sociedade e seres humanos (FARIA, 2010, p. 162).

> ativam os mesmos neurônios nem as mesmas zonas corticais que o uso do livro, do quadro-negro ou do caderno. Essas crianças podem manipular várias informações ao mesmo tempo. Não conhecem, não integralizam nem sintetizam da mesma forma que nós, seus antepassados. *Não têm a mesma cabeça*. (SERRES, 2013, p. 19, grifo nosso).

A relação com os novos artefatos de TIC nessa perspectiva é em certa medida constitutiva do ser humano. “Sem que nos déssemos conta, um novo ser humano nasceu, no curto espaço de tempo que nos separa dos anos 1970” (SERRES, 2013, p. 20).

> De outrora até recentemente, vivíamos de *filiações e vínculos*: franceses, católicos, judeus, protestantes, muçulmanos, ateus, gascões ou picardos, fêmeas ou machos, indigentes ou afortunados… Pertencíamos a regiões, a religiões, a culturas, ao mundo rural ou urbano, a times, a *comunidades*, a um sexo, um sotaque, um partido, uma pátria. Pelas viagens, pelas imagens, pela internet e por guerras abomináveis, quase todas essas coletividades, explodiram. (SERRES, 2013, p. 22, grifo nosso).

Articulando tais reflexões com a ideia de que as tecnologias supostamente apresentariam um risco de tornar os “humanos menos humanos”, proliferam na modernidade espaços relacionais mediados por máquinas e tecnologias de informação, como nos traz Serres e sua Polegarzinha[281]. Espaços esses dotados de uma enorme diversidade, de uma *pluralidade tecnológica*, como já atentamos, ressalvando agora mais claramente que *o “tecnológico” jamais é puro, jamais é isento de valores, culturas e práticas ali embutidas – como ficou claro no caso do Island. Espaços caracterizados por “leis” – regras embutidas nos códigos de* sites*, redes sociais, aplicativos e sistemas operacionais –, que oferecem possibilidades “de um novo mundo de liberdade (…) [ou de] de vigilância e controle que ditaduras do passado somente conseguiriam estabelecer à força” (STALLMAN, 2010, p. 112), novas possibilidades de relações mecânicas e instrumentais ou de novas versões de abertura e diálogo. Se quisermos, nos termos de Buber, guardam renovadas possibilidades de Eu-Isso e Eu-Tu, em que as próprias supostas essências (do Eu, do Tu e do Isso), como argumenta Serres (2013), são rediscutidas, e onde as*

281 Ainda que não seja objeto desta pesquisa, torna-se cada vez mais difícil caracterizarmos como meramente mecânicas (uma forma de relação *a priori Eu-Isso*) relações homem-máquina, dadas as complexidades e hibridizações dos sistemas tecnológicos atuais, em especial com a temática da inteligência artificial.

diferentes mediações e culturas digitais ganham centralidade.

7 O E-DINHEIRO E OS (DES)ENCONTROS COM OUTROS MODELOS E MOEDAS ALTERNATIVAS

Cena(s) 11

Julho de 2015. De volta a Porto Alegre, ao Fórum Internacional de Software *Livre (FISL), depois da rápida imersão na economia solidária da tradicional Feira de Santa Maria. De volta ao* software *livre. Uma viagem de quatro horas separa as cidades. Não são tão próximas assim, guardam uma distância considerável. Assim como as redes da economia solidária e do* software *livre. Chegar a Porto Alegre não é o mesmo que chegar a Santa Maria. Ser da economia solidária não significa usar* software *livre; desenvolver* software *livre não é fazer parte da rede da economia solidária. Encontro Daniela Feitosa, da Cooperativa baiana Colivre, um dos pontos de contato entre as duas redes. A cooperativa ganhou o prêmio de melhor do ano e ela, hoje presidenta, visitou cooperativas no Sul: achou "fantástico", mas elas "não usam* software *livre". Reencontro Pedro Jatobá, da Rede de Produtoras Culturais Colaborativas (outro ponto de contato economia solidária –* softwares *livres): comento sobre Santa Maria, e o E-dinheiro. Ele abre os braços e emenda: "Você viu, véi? Em* software *proprietário!?" Santa Maria não é Porto Alegre. Quem se interessa pelos dois percebe rapidamente que* hackear *"práticas econômicas paradigmáticas", como no caso dos bancos comunitários e das moedas sociais com a metodologia dos BCDs, não significa reinventar "práticas tecnológicas paradigmáticas", ao menos no mundo dos* hardwares *e* softwares*.*

Janeiro de 2018, sábado, Maricá. Quase 30 pessoas – entre funcionários do banco comunitário, pesquisadores e jovens interessados em conhecer e propor soluções para desafios à implantação do E-dinheiro em Maricá – aconchegam-se no Banco Mumbuca, atraídos pelo I MumbucHacka. Na programação, uma conexão com João Bosco e a equipe de desenvolvimento do E-dinheiro, em Brasília. Primeira tentativa, via Skype: o áudio não está muito bom, caiu. Enquanto tentam resolver os "problemas técnicos", alguém sugere um contato via WhatsApp: aparece uma caixa de som portátil. A gambiarra funciona: a ligação via WhatsApp estabiliza provisoriamente a conexão do coletivo em Maricá com Brasília. João Bosco lamenta, pois, com o atraso, os programadores de lá tiveram que ir embora. As dúvidas do coletivo Maricá são enunciadas: quais as tecnologias usadas no software? Como são implementadas as melhorias? Bosco esclarece que as demandas são passadas à MoneyClip pelo Banco Palmas, e implementadas de acordo com a prioridade e os recursos disponíveis. Alguém pergunta sobre "o que seria possível liberar" para que o coletivo de Maricá entrasse na rede para também colaborar: "nada, absolutamente nada", diz Bosco. Alguém em Maricá sussurra: "Ué, então o evento acabou agora…". Bosco segue com as justificativas: era preciso ter segurança no código, o que seria garantido pela confidencialidade dos desenvolvimentos sendo realizados pelos programadores da MoneyClip – afinal, tratava-se de um software *para controlar dinheiro. Alguém de Maricá polemiza: há vários estudos que comprovam que* softwares *livres são mais seguros que proprietários, justamente pela não*

confidencialidade dos códigos. Na roda de avaliação ao final do evento, Joaquim Melo entende que pela primeira vez, o "E-dinheiro livre" foi discutido[282]*.*

7.1 AS ESCOLHAS NO E-DINHEIRO E OS EESS CONECTADOS AOS *SOFTWARES* LIVRES

Estou interessado em examinar como atores à primeira vista "meramente tecnológicos" (como aplicativos, servidores de bancos de dados, celulares e *Internet*) podem afetar uma nova construção de confiança na rede dos bancos comunitários de desenvolvimento. Confiança tanto por parte dos futuros usuários consumidores e dos próprios BCDs, como de outros empreendimentos de economia solidária. Um recorte dessa construção passa pelos (poucos) empreendimentos de economia solidária que produzem *software* no Brasil, onde o discurso do *software* livre faz-se intensamente presente. O caráter proprietário da solução E-dinheiro causou estranheza nesse meio: Pedro Jatobá, do coletivo EITA (Educação, Informação e Tecnologias para a Autogestão) e da Rede de Produtoras Culturais Colaborativas defendeu veementemente o uso de plataformas livres (JATOBÁ, 2015). Feitosa (2015), da Cooperativa baiana Colivre (que ganhou o prêmio de melhor do ano de 2014 na categoria inovação[283]), mostrou espanto enquanto comentava que "ainda tem gente que pergunta se dá pra ganhar dinheiro com *software* livre".

O estranhamento de participantes de coletivos que transitam nas redes da economia solidária e do *software* livre contrasta o olhar de com atores como João Bosco da MoneyClip:

> [d]esde o início isso [o E-dinheiro ser um *software* livre] nunca passou pela [...] cabeça, apesar de conhecermos muito bem esse tema. […] *Eu tenho duas visões, uma pessoal, e outra do empresário, é importante dividir essas duas visões*. A teoria do *software* livre é muito bonita, […] basicamente você abre os códigos para que terceiros possam utilizá-los ou implementá-los. […] Como estamos falando de mercado financeiro, aí nesse ponto sou extremamente direto: o Brasil é um dos países mais atacados, o mercado financeiro brasileiro é atacado diariamente, eu estou falando de todos os bancos e todas as operadoras de cartão. […] Quando você abre sua base de códigos […] eu estou *publicando os meus segredos e as minhas chaves*

282 A cena é baseada em minhas vivências no banco Mumbuca, no FISL e na Feira de Santa Maria, bem como na entrevista a Daniela Feitosa (2015). Imagens nos APÊNDICES 3 e 9.

283 Mais em <http://softwarelivre.org/portal/noticias/colivre-vence-9o-premio-cooperativa-do-ano-na-categoria-inovacao-e-tecnologia>. Acesso em 23 de set. de 2015.

> de entrada do sistema entende? *Então a minha visão é muito direta: um software que trate de dinheiro das pessoas, não pode ser livre*. Mesmo não sendo livre as pessoas já atacam e já *hackeiam*, imagina se eu publicar meus códigos? Nós não vivemos em um mundo ideal. (BOSCO, 2016a, grifo nosso)

Bosco (2016a) verbaliza que, apesar de relativamente simpático à questão do *software* livre, a suposta falta de segurança impediu a possibilidade de que as licenças do E-dinheiro fossem livres. Como já relatado (seção 5.3), o próprio Joaquim Melo afirmou ter sido influenciado pela visão de Bosco. A experiência do Banco Palmas com *softwares* livres não foi das melhores:

> o Palmas discutiu isso. Teve até uma época de implantar em todos os computadores, […] a gente implantou *software* livre […]. Aí tinham os programas que vinham dos outros cantos e ninguém conseguia ler. Deu uma pane generalizada e aí voltou tudo só pro *software* proprietário. Tem até na nossa cartilha, Banco Palmas Cem Perguntas. […] Tem uma pergunta: por que vocês usam *software* proprietário? E aí eu dizia, *a gente não consegue conviver com o* software *livre*. A gente já contempla isso, mas é um desafio. É um desafio, claro, são coisas do princípio né? Você se livrar, gradativamente sempre que possível, de tudo que é proprietário e capitalista, colocando as plataformas, as redes, os investimentos, as empresas. E, eu acho, esse debate [vai se tornar] bem forte agora no E-dinheiro, quando a gente conseguir a plataforma, o que naquela época era um debate completamente impossível de fazer com o João [Bosco]. Ele veio muito forte agora. Agora eu pessoalmente tenho uma dúvida muito grande em relação a isso, e aí o João [Bosco] me contaminou […] [com a ideia de] não poder usar *software* livre em sistema com dinheiro. (JOAQUIM, 2016c, grifo nosso)

Joaquim confessou assim que, apesar das afinidades com a filosofia dos *softwares* livres, "coerente com as práticas de economia solidária", o Palmas não conseguira adaptar-se para usá-los[284]. Somando-se a esse histórico as urgências de financiamento e a adequação à legislação dos pagamentos eletrônicos, *foi estabilizado um quadro em que os argumentos da MoneyClip e do Banco Palmas contra o tema – ancorado nas (supostas) falta de segurança e em dificuldades de interoperar com outros sistemas proprietários – levaram a nem se cogitar o licenciamento do E-dinheiro como* software *livre*. Quanto à segurança, exemplos da

284 Pergunta 97 da cartilha "Banco Palmas Cem Perguntas: "[p]orque o Banco Palmas ainda utiliza um software proprietário? Falha nossa. Já decidimos utilizar software livre que, além ser tecnicamente melhor, é coerente com as práticas de economia solidária. Estamos nos organizando para fazer a mudança." Mais em <https://pt.slideshare.net/bancopalmas/banco-palmas-100-perguntas-mais-frequentes> e em <http://www.institutobancopalmas.org/100-perguntas-mais-frequentes/>. Acesso em: 10 set. 2017.

proliferação de *softwares* livres no mundo das finanças e das moedas digitais tornam o argumento difícil de ser sustentado: encontramos exemplos em redes bancárias tradicionais, como a do Banco do Brasil, e em redes alternativas, como a das criptomoedas, cujo caso mais conhecido é o da Bitcoin (ver seção 7.3)[285]. Sistemas considerados de segurança crítica em diversos segmentos utilizam *softwares* livres, o que não é antagônico à prática que circula em suas comunidades de desenvolvimento, a saber, de considerar o *software* como um produto sempre inacabado e de lançar versões do *software* (publicando também seu código-fonte) o mais cedo possível e de maneira frequente. "*Release Early, Release Often*", como ressaltado por Eric S. Raymond (2001, p. 7, tradução nossa), em The Cathedral and the Bazaar: "[v]ersões lançadas rápida e frequentemente são uma parte crítica do modelo de desenvolvimento do Linux"[xci].

Já a experiência negativa do Palmas em relação à dificuldade em ler documentos externos (após a implantação de *softwares* livres no Banco) parece desconectada da possibilidade do desenvolvimento de um E-dinheiro não proprietário. Trata-se de um problema comum na adoção de pacotes de escritório (como o LibreOffice) que utilizam padrões abertos para os arquivos gerados (nos caso, com o padrão *open document*): tais programas em geral conseguem ler arquivos proprietários (como aqueles gerados pelo pacote proprietário de ferramentas de escritório MicrosoftOffice - *.doc*, *.xls* e *.ppt*), contudo geralmente com alterações de formatação. Essas questões dizem mais respeito aos pacotes de escritório e aos chamados padrões abertos, em princípio em nada se relacionando com o licenciamento de uma plataforma como a do E-dinheiro.

Antes de discutir mais precisamente duas das redes de moedas digitais com que o E-dinheiro se depara – e para as quais os *softwares* livres são uma categoria fundamental –, examinemos nas duas próximas seções as afinidades (e utopias) que aproximam, bem como as diferenças (e mediações) que mantém certa distância entre as moedas sociais dos BCDs e os *softwares* livres.

---

285 Sobre o processo no Banco do Brasil, ver mais em http://computerworld.com.br/banco-do-brasil-estima-economia-de-r-50-milhoes-com-uso-de-software-livre. Acesso em: 10 dez. 2017. Há vários exemplos de plataformas livre, como o Cyclos ou a ClickCoin. Mais em <https://www.cyclos.org/about-stro> e em <http://coin.clickadspro.com/>. Acesso em 05 jan. 2017.

7.1.1 Afinidades e utopias: moedas sociais e *softwares* livres como bens comuns?

Em “Uma utopia militante”, Singer (1998) reflete sobre a renovação de diferentes pensadores “utópicos”, de tradições como a anarquista e a socialista, que no passado idealizaram contraposições ao sistema capitalista emergente. Singer (1998), posicionando-se dentro do campo socialista (mas não marxista[286]) adota a categoria da *utopia militante*, em um sentido que guarda afinidades com o relatado por Eduardo Galeano:

> [u]m estudante se levantou e perguntou "para que serve a utopia?". […] [O Diretor de cinema argentino, Fernando Birri,] respondeu magnificamente: […] sei que a utopia está no horizonte. Eu nunca a alcançarei. Se eu caminho dez passos, ela se distanciará dez passos. Quanto mais a procure, menos a encontrarei, porque ela vai se distanciando à medida que me aproximo. Boa pergunta, para que serve a utopia? A utopia serve para isso, para caminhar.[287]

Aqui, retomo o conceito já introduzido dos *commons* (seção 3.1.1), traduzidos como bens comuns, para abordar o que chamarei de *utopia das moedas como bens comuns* e de *utopia dos softwares como bens comuns*. Já discuti em outro momento os *commons* enquanto um paradigma possível para olharmos bens para além da dicotomia público / privado (FARIA, 2010). Nesse sentido, entidades do mundo dos *softwares* livres (como as comunidades de desenvolvimento e de uso dos *softwares*, assim como seus próprios códigos-fonte) podem ser pensadas enquanto bens compartilhados com regras de acesso e de uso que dialogam com uma gestão comunitária dos recursos – o que não quer dizer que tais *softwares* existem isentos de dependências de governos e empresas, mas que suas comunidades guardam relativo grau de autonomia. Hess e Ostrom (2007) corroboram tal pensamento, na coletânea *Understanding Knowledge as a Commons*, “[u]ma obra fundamental sobre

---

286 Singer defende na obra uma renovação da ideia de revolução social, em contraste com a noção de revolução política, defendendo “a hipótese de que o socialismo, enquanto modo de produção, teria de ser desenvolvido ainda sob hegemonia do capitalismo. […] Foi um erro dos movimentos operários de inspiração marxista terem adotado, no fim do século passado, a tese de que a revolução social socialista seria consumada mediante uma única revolução política e que a efetiva construção do socialismo só começaria a partir do êxito desta revolução, consubstanciada na ‘tomada do poder’” (SINGER, 1998, p. 5).

287 Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=Z3A9NybYZj8&feature=youtu.be>. Acesso em: 17 ago. 2018.

a economia do conhecimento e da centralidade do conhecimento nos processos produtivos" (DOWBOR, 2018). Por outro lado, as lentes dos bens comuns interessam também para olhar entidades do mundo das moedas sociais e da economia solidária, como Marek Hudon e Camile Meyer (2016) o fazem, ao analisar as práticas de microcrédito do Banco Palmas como um bem comum, em diálogo com Ostrom (2012).

Cientista política, Ostrom teve seus estudos reconhecidos ao receber o Prêmio Nobel de Economia em 2009, notadamente sobre o manejo comunitário da água, numa

> […] configuração de ideias [diferente] do império matemático que domina a teoria econômica. Esse império foi fundado na suposição de que o *auto-interesse* leva automaticamente ao bem-estar. O trabalho de Lin [Eleanor Ostrom] foi fundado em um fato teimoso da vida: o auto-interesse frequentemente leva à superexploração de recursos e a outros problemas que tornam a vida pior para todos, e não melhor (WILSON, 2016, grifo nosso, tradução nossa)[xcii].

Além do questionamento do *auto-interesse* enquanto categoria primordial, o que chamo aqui de utopia dos bens comuns propaga um "certo equilíbrio na *propriedade*" (LESSIG, 1999, p. 2), como já destacado (seção 3.1.1). Tal abordagem, para Lessig (1999, p. 2) presente na própria tradição anglo-saxã, também aparece em outros contextos nos escritos de antropólogos como Mauss e Mallinowski. O primeiro, em seu "Essai sur le don", fala de diferentes tipos de propriedade (MAUSS, 2003)[288]; já em "The Primitive Economics of the Trobriand Islanders", Mallinowski analisa o modelo de cultivo das hortas naquelas ilhas, um arquipélago na costa oriental da Nova Guiné. Nele, a posse da terra é complexa, e diferentes atores têm

288 "Em primeiro lugar, pelo menos os Kwakiutl e os Tsimshian fazem, entre os diversos tipos de propriedades, a mesma distinção que os romanos ou os trobriandeses e os samoanos. Para eles, há, de um lado, os objetos de consumo e de partilha comum. [...] De outro lado, há as coisas preciosas da família, os talismãs, os cobres brasonados, as mantas de peles ou tecidos com emblemas. Esta última classe de objetos se transmite tão solenemente quanto se transmitem as mulheres no casamento, os 'privilégios' ao genro, os nomes e agasalhos de peles às crianças e aos genros. É mesmo inexato falar, nesses casos, de alienação. Eles são mais objetos de empréstimo do que de venda ou de verdadeira cessão. Entre os Kwakiutl, um certo número deles, embora apareçam no *potlatch*, não podem ser cedidos. No fundo, essas 'propriedades' são objetos sagrados dos quais a família só se desfaz com muito pesar e às vezes nunca" (MAUSS, 2003, p. 252-253).

distintos acessos e atribuições. Apesar de um indivíduo “possuir” um lote (*garden plot*), o chefe da tribo tem direitos sobre a terra (por exemplo decidindo quais serão hortas), e o mago da horta (*garden magician*) é o responsável pelo andamento da plantação, controlando as iniciativas do trabalho (com os devidos ritos e cerimônias) e monitorando o trabalho feito nas hortas (MALINOWSKI, 1921, p. 5-6).

Ostrom elenca oito princípios observados no manejo de bens comuns: fronteiras claramente definidas, regras adaptadas a condições locais, arranjos participativos de escolha coletiva, monitoramento, escala graduada de sanções para quem viola as regras da comunidade, mecanismos de resolução de conflitos baratos e de fácil acesso, autonomia da comunidade reconhecida por autoridades superiores e governança policêntrica (WILSON, 2016; HUDON; MEYER, 2016, p. 9). Procurando traduzir para o mundo das moedas as observações da autora, Dissaux e Fare (2017) enunciam o que trato aqui como *utopia das moedas como bens comuns*:

> [o] desenvolvimento dos bens comuns monetários pode resultar de múltiplos níveis territoriais de tomada de decisão (dos mais territorializados ao global), combinando igualmente organizações diversas e parcerias (privadas, públicas, comunitárias, etc.), supondo assim – mas podendo favorecer – uma capacidade de participação cidadã auto-organizada forte. […] [A]través das moedas associativas, surgem formas de soberania não-estatal baseadas em grupos instituídos da sociedade civil. Esses grupos, então, engendram uma soberania subsidiária que não visa derrubar a soberania monetária nacional, mas sim completá-la em diferentes escalas territoriais. […] O desafio é, então, reaprender a viver juntos, e o comum (*le commun*) é o meio relevante. A moeda deveria ser o primeiro desses bens comuns (*communs*) a ser construído (DISSAUX; FARE, 2017, p. 20-23, tradução nossa)[xciii].

Os autores dialogam diretamente com Ostrom (2012) quando afirmam que a “pluralidade de formas monetárias, de emissores, de soberanias, [é] caracterizada por uma governança policêntrica” (DISSAUX; FARE, 2017, p. 22, tradução nossa)[xciv]. A *concorrência*, enquanto modo de relação entre moedas propagado pelas abordagens convencionais, não seria assim o único possível, mas a *complementariedade* entre moedas poderia ser implementada, tendo cada moeda sua esfera de troca e seu “universo simbólico” próprio (DISSAUX; FARE, 2017, p. 8). Dissaux e Fare avançam no debate e propõem características do *comum monetário*,

a saber, uma identidade comum, um "fazer comum" (*le faire commun*) (desenvolvidos por exemplo na discussão das regras da associação que fará a gestão da moeda, e que remetem à noção de "arenas de ação" de Ostrom (2011), a geração de uma comunidade de uso em torno da moeda, e a própria reunião de recursos monetários resultantes das regras coletivas. Os autores destacam ainda as duas dimensões da moeda, segundo Giraud (2013): liquidez e financiamento. Tida como fundamental ao caráter comum das moedas associativas, a circulação pode ter sua rapidez incrementada por uma "data de expiração" – uma liquidez suplementar para o território, que, mesmo sem aumentar o volume de moeda, pode gerar recursos para que a associação que maneja a moeda possa inclusive financiar atividades[289]. Sobre o financiamento, os autores defendem potencializar ainda mais a atuação das moedas associativas com o uso das reservas fracionárias (mecanismo já comentado – seções 4.1 e 6.1), entendendo como legítimo que,

> [p]ara além da gestão do fundo de reserva pelo coletivo, tal fundo poderia ser multiplicado de maneira a autorizar uma emissão para além da estrita quantidade de euros coletada, sob o modelo das reservas fracionárias (DISSAUX; FARE, 2017, p. 21, tradução nossa)[xcv].

Adicionalmente à caracterização do comum monetário e das dimensões da moeda, os autores dialogam também com Théret e Zanabria (2007) no que se refere aos "estados da moeda". Vale atentarmos para esse diálogo, onde os autores propagam uma abordagem distinta daquela que temos percorrido nesta pesquisa. Os estados da moeda, para Théret e Zanabria (2007), seriam a moeda incorporada (aos hábitos dos usuários), a moeda objetivada (que serve de meio de pagamento) e a moeda institucionalizada (que capta as regras que unificam um espaço monetário)[290]. A moeda objetivada, que diz respeito aos "instrumentos monetários que servem de meios de pagamento" (DISSAUX; FARE, 2017, p. 11, tradução

289 Tal data de expiração guarda semelhanças com a proposta já citada de Sylvio Gesell (seção 4.2) das taxas de juros negativas, no sentido de fazer o "dinheiro envelhecer" (DODD, 2014a, p. 18), estimulando sua circulação.

290 A "moeda incorporada" ressalta a dimensão de que ela "faz parte dos hábitos" de seus usuários. Já a "'moeda objetivada' repousa sobre os instrumentos monetários que servem de meio de pagamento […, contando com] duas faces, em que uma representa seu valor e a outra o símbolo da autoridade emissora, e uma fatia que representa a cunhagem (*monnayage*) […]. [A] 'moeda institucionalizada' capta as regras que unificam um espaço monetário", dentro do qual a moeda representa a forma política de uma comunidade de pagamento (DISSAUX; FARE, 2017, p. 10).

nossa)[xcvi], chama atenção para as materialidades das moedas, o que é ponto fundamental desta tese. Contudo, Dissaux e Fare (2017), quando discutem o comum monetário (em contraposição à gestão de recursos naturais como recursos comuns), entendem a moeda institucionalizada como estado preponderante, na medida em que para os autores

> [a] moeda é abstrata e imaterial: trata-se em primeiro lugar e acima de tudo da gestão da instituição em questão, muito mais que sua manifestação objetivada nos meios de pagamento. [...] *[S]ão as práticas sociais que são construídas em torno dela* (auto-organização, transparência das regras, regulação coletiva, participação dos atores, não apropriação individual do excedente, cooperação dos membros, processo participativo de tomada de decisão e coletivos, etc.) *que devem ser analisados e que permitem instituir o recurso (aqui a moeda) como um bem comum* (DISSAUX; FARE, 2017, p. 13, tradução nossa)[xcvii].

Em detrimento da dimensão de sua materialidade (que comentarei logo adiante), a ênfase na gestão da moeda é exemplificada pelos autores com o próprio Banco Palmas, com base no trabalho de Hudon e Meyer (2016). Estes sustentam o caso brasileiro como um exemplo onde moeda e crédito (potencialmente com características de bens privados) são transformados pelos BCDs graças ao "espaço público local de deliberação que instituem". Sobre esse ponto, Hudon e Meyer (2016) argumentam a respeito da noção de que o tipo de um bem varia conforme sua *subtrabilidade* (*subtractability*) e *potencial de exclusão* (*excludability*) (OSTROM, 2010, p. 644): por um lado, o microcrédito dos BCDs seria um bem com alta subtrabilidade ou rivalidade de consumo (ao obter um crédito, o tomador faz diminuir a quantidade de crédito disponível para outros), mas, por outro, *os BCDs atenuariam o potencial de exclusão do microcrédito tradicional ao facilitarem as regras de acesso à comunidade local (HUDON; MEYER, 2016, p. 15)*[291]*. Assim, o modelo dos BCDs configuraria um arranjo de gestão comunitária que pode fazer com que um bem privado torne-se em um bem comum*[292]*.*

Ainda que concordando com os autores quanto ao potencial transformador do microcrédito de caráter comunitário – tanto produtivo como para consumo, via

291 Na medida em que, por exemplo, a proximidade (entre BCD e moradores "tomadores de crédito") ganha *status* preponderante em relação à consulta ao SPC.

292 Para Tristan Dissaux e Camille Meyer (2016, p. 323), um "contraponto interessante ao paradigma de inclusão financeira universal […] [para o qual] cada indivíduo é destinado a ser naturalmente empreendedor".

moedas sociais – implementado pelos BCDs, vale reforçar o que tenho salientado ao longo da pesquisa: a *dificuldade em separar de um lado as "práticas sociais" enunciadas pelas propostas brasileiras (e conectadas à ideia da moeda como um bem comum) e de outro as materialidades presentes em processos de digitalização*. Como apontam em outros casos os Estudos CTS, e como já comentado em outro momento, diferentes materialidades (neste caso das moedas) implicam em distintas facilidades e restrições para as práticas sociais em torno delas, apontando para um "caráter sociotécnico dos bens comuns" (FARIA, 2010, p. 41-42). Como exemplos, pensando na comunidade de uso de uma moeda social, um aplicativo de moeda social para dispositivos móveis pode aumentar o potencial de exclusão dos mais idosos (ao menos dos situados nas periferias e interiores brasileiros nos dias atuais); pode também fazer o mesmo com aqueles em dificuldades para acessar a *Internet*; a própria implementação da moeda como um *software* traz consigo o estabelecimento de uma comunidade de desenvolvimento de seu código-fonte (um outro bem a ser manejado), onde a licença do *software* pode facilitar ou dificultar sua gestão compartilhada. É nesse sentido que Ivan da Costa Marques (2013) *coloca que "as coisas não negociam qualquer coisa" (seção 1.3) : dito de outra forma, se o campo dos Estudos CTS fornece ferramentas para combater a ideia de um determinismo tecnológico, também sugere um afastamento de um determinismo social. Retomando os estados da moeda de Théret e Zanabria (2007), defendo assim uma equidade no olhar sobre a moeda objetivada e a moeda institucionalizada, sobre materialidades e práticas sociais, para pensar a moeda como um bem comum manejado por uma comunidade de uso*.

As especificidades da moeda objetivada por meio de um *software* recaem assim tanto em sua comunidade de uso quanto em sua comunidade de desenvolvimento. É na última onde se cultiva a "receita de bolo", o código-fonte do *software* (cujo acesso é regulado por sua licença, podendo transitar entre aberto/livre e fechado/proprietário). Já a comunidade de uso gira em torno do *software* funcionando em um computador (o "bolo pronto", cujo acesso é regulado por seus detentores – no caso do *software*, administradores daquela instalação). Nela, valem as observações da literatura sobre moedas vista até aqui, como seus

estados (THÉRET, ZANABRIA, 2007), suas dimensões (GIRAUD, 2013), e as características do comum monetário (DISSAUX, FARE, 2017, p.17). Valem ainda características por vezes consideradas “técnicas”: um *software stand-alone* (instalado e operando no computador do usuário, como o pacote de escritório LibreOffice), embute dependências diferentes de acesso, em relação a um *software* instalado em um computador *servidor*, e cujo acesso se dá por meio de outro computador (ou dispositivo móvel), do usuário – caso do E-dinheiro. Nessa configuração, na realidade temos *softwares clientes* que enviam mensagens (requisições) ao *software* servidor do E-dinheiro, que então se comunica com o *software* de banco de dados do E-dinheiro e posteriormente envia a resposta ao *software cliente*. Esse último pode ser o aplicativo celular do E-dinheiro, ou ainda a página do *Internet banking* do E-dinheiro, acessada por um *software* navegador, como o Mozilla Firefox. O que importa salientar aqui é que tais configurações de um *software* em execução ensejam diferentes dependências relevantes ao analisá-lo, como a capacidade de memória do celular em que o aplicativo será instalado, a conexão *Internet* entre cliente e servidor, a habilidade de um idoso em operá-lo (que podem aumentar o seu potencial de exclusão), ou ainda a adoção de modelos de negócio que limitam o número de conexões de usuários ao servidor, a depender do número de licenças contratadas (tornando o *software* um bem de alta subtrabilidade – ou rivalidade de consumo). A isso, ainda na dimensão das comunidades de uso, somam-se os casos de acessos indevidos aos dados, tanto por parte de Estados quanto de grandes empresas[293].

Mas talvez seja no manejo da comunidade de desenvolvimento do *software* do E-dinheiro onde se encontra um dos maiores desafios para a Rede dos BCDs. Ao contrário de coletivos da economia solidária produtores de *software*, os BCDs via de regra mostraram-se, durante esta pesquisa, relativamente distantes tanto do funcionamento de um *software* com licença livre, quanto de modelos de negócio em

293 Dois casos de recente larga repercussão: sobre episódios de espionagem estadunidense à presidência do Brasil, ver por exemplo <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/07/lista-revela-29-integrantes-do-governo-dilma-espionados-pelos-eua.html>; sobre vazamentos de dados dos usuários da rede social Facebook, <http://blogs.atribuna.com.br/blogredessociais/2018/04/principais-pontos-do-depoimento-de-mark-zuckerberg-e-transmissao-completa/>. Acesso em: 02 abr. 2018.

torno desses artefatos. Mesmo a distinção entre o código-fonte do *software* e o *software* em execução em um dispositivo apresentou-se não trivial para os bancos comunitários aqui pesquisados, ainda longe da produção de *software* em seu cotidiano – o PalmasLab, neste ponto, parece ainda não ter logrado disseminar tais discussões no próprio Banco Palmas e nos demais BCDs. Questões fundamentais que emergem do desenvolvimento de um *software* – como quem pode contribuir com o código, quem define quais contribuições serão ou não incorporadas na versão a ser distribuída, ou quem pode ter acesso ao código-fonte – ainda não faziam parte do dia a dia dos bancos. O desenvolvimento do E-dinheiro, inicialmente restrito à MoneyClip, as reações de militantes mais próximos aos *softwares* livres e a aquisição do *software* pela Rede de BCDs fizeram com que o tema, e o que aqui chamo da *utopia dos softwares como bens comuns,* ganhasse importância.

Nesse tema, as reflexões do estadunidense Lawrence Lessig (1999) parecem balizadoras. Para o criador do *Creative Commons*, um tipo de licenciamento que flexibiliza o compartilhamento de obras em meio digital (como livros, músicas e *softwares*), "o que faz o ciberespaço tão diferente é que ele é constituído por essas leis da natureza que escrevemos" (LESSIG, 1999, p. 5, tradução nossa)[xcviii], referindo-se à escrita dos códigos dos softwares que conformam a *Internet*. Lessig (1999) ilumina o debate sobre os códigos-fonte quando afirma que na grande rede[294] "código é a lei", o que dá dimensão ampliada a temas como a possibilidade de acesso ao código-fonte (poder ou não examinar seu conjunto de instruções, ou seja, poder ou não examinar o que realmente faz o *software* com as informações que trata) e o seu compartilhamento (na medida em que o objeto compartilhado não fará falta a quem decidiu pelo compartilhamento) (FARIA, 2010, p. 28). Assim, pensando os *softwares* como bens comuns, de uma parte sua relativa (i)materialidade os credencia como bens de baixa subtrabilidade; de outra, considerações sobre acesso ao código e seu compartilhamento ensejam diferentes gradações de inclusão/exclusão, desde aqueles códigos com licenças fechadas e proprietárias (com potencial de exclusão relativamente alto), até os completamente abertos e "livres" (com potencial de incluir mais atores em sua construção), passando pelas

294 Refiro-me neste caso especificamente à *Internet.*

matizes intermediárias – códigos licenciados por exemplo em *Creative Commons* ou em alternativas menos conhecidas, como a Copysol, tratada na próxima seção.

O debate sobre acesso e compartilhamento do código-fonte enseja também diferentes formas de organização do trabalho, como pude observar quando circulei em fóruns como o FISL: além de grandes e pequenas empresas públicas e privadas que produzem e prestam serviços em *softwares* livres, proliferam-se as "maratonas *hackers"* (ou *hackatons*), e circulam também cooperativas de desenvolvimento de *softwares.* Atores que compõem, junto a outros desenvolvedores, as comunidades de *software* livre, coletivos que produzem, definem regras e distribuem seus produtos – *softwares* livres –, como bens comuns. Nessa outra versão de *utopia militante*, circula ali uma cultura própria:

> [p]ara Himanen (2001, p. 125), entre as práticas e os valores da ética dos hackers, estariam: "paixão e liberdade" como base para o trabalho; "abertura e valor social", que ganhariam importância na relação com o dinheiro; "o compartilhamento, a atividade [contraponto à passividade] e o cuidar", que comporiam elementos centrais da nética. Nesse contexto, o autor adverte que "a sociedade virtual [por ela mesma] não questiona a ética protestante. [...] [O] hackerismo [sim,] [...] consiste em propor uma postura alternativa para a sociedade de rede" (HIMANEN, 2001, apud. FARIA, 2010, p. 29)[295]

No decorrer da pesquisa, verificamos a circulação de ambas as utopias: vimos que o que trato aqui como utopia das moedas como bens comuns, com a busca pelo acesso por populações das periferias e interiores brasileiros, aproxima-se da razão de ser dos BCDs; já a utopia dos softwares *como bens comuns, cuja busca implica em trabalhar com* softwares *de códigos-fonte acessíveis, é mais próxima do ideal de outros coletivos do movimento brasileiro de economia solidária,* como as cooperativas Colivre e EITA. Interessa agora destacar percepções sobre, para além das *utopias*, quais as *mediações* entre elas, quais as traduções que se passam nas redes observadas.

295 A "nética" se refere à ética, descrita por Himanen (2001), na "net" (rede, em inglês). Na obra "A Ética dos Hackers e o espírito da era da informação" o autor compara esta nova ética à quela descrita no clássico "A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo" (WEBER, 2004).

7.1.2 Contingências e mediações: e o que é possível agora?

Aqui, longe, em Nova Deli
Agora, sete, oito ou nove
Sentir é questão de pele
Amor é tudo que move
O melhor lugar do mundo é ***aqui***
E agora [296]

Para que suas utopias materializem-se, as práticas dos BCDs têm sido, como já destacado, povoadas pelo que Joaquim chama de *mediações*. Um exemplo é o convênio com a Caixa Econômica Federal, que, garantindo um pagamento em Reais por mês a diversos BCDs, se não produz uma solução alternativa completa ao sistema bancário tradicional, permite algum fôlego financeiro aos bancos comunitários. Tais negociações entre utopias e possibilidades fazem parte da história da Rede de BCDs, inclusive na digitalização de sua moeda: se o E-dinheiro não é livre e inicia sua trajetória na Rede como uma plataforma proprietária de uma empresa de fora dos circuitos da economia solidária, confere aos bancos uma nova estabilização provisória, alçando-os ao status de *fintechs* aderentes à legislação dos pagamentos eletrônicos e que começam a ensaiar uma sustentabilidade financeira para além dos editais. As mediações constituem-se em mais um elemento presente no *discurso da moeda social eletrônica.* Ela, no sentido dado por Joaquim[297], tem o aqui e o agora como *categorias privilegiadas* em relação a ideais de pureza, distantes do território e do tempo presente.

> O canto mais lindo do mundo, sabe qual é? É o conjunto Palmeiras. Por que se eu achar que é Paris, é Nova Iorque […] eu tô *lascado*. É lá que eu vivo, é lá que eu me casei, é lá que eu choro, é lá que eu canto, lá tem que ser o canto mais lindo do mundo. (QUEM..., 2014, grifo nosso)

O que se observa as práticas dos BCDs é geralmente uma postura de mediação e de diálogo ao negociar soluções, ainda que temporárias. Postura observável em casos de concessão de crédito a empreendimentos com práticas distantes da economia solidária, na própria parceria com a MoneyClip, ou na batalha

296 “Aqui e Agora”, música de Gilberto Gil (1977). Grifo nosso.
297 Mediação é também uma categoria importante na obra de Bruno Latour, como será apontado logo adiante, nesta seção.

judicial vencida pelo Banco Palmas resultando na estabilização provisória das moedas sociais em papel. Pode-se afirmar que *Joaquim Melo e os BCDs vêm digerindo entidades heterogêneas como sistema financeiro, microcrédito tradicional, diferentes tipos de comércio local, microempresas como Valeshop e MoneyClip, companhias telefônicas, seguradoras, etc. para produzir uma metodologia original, mas que não se contrapõe totalmente por exemplo ao sistema financeiro, recebendo inclusive algumas críticas por isso*[298]. Uma postura que pode-se categorizar como vitoriosa, tomando como referência outras histórias digitais brasileiras, como a do computador da década de 1980 cujo *labordireitório* não logrou tecer redes estáveis:

> [a] Unitron, uma empresa de São Paulo, projetou em 1985 um "clone" do computador Macintosh da Apple [...] [, fato] inaceitável para a Apple e para o governo americano, que em retaliação ameaçou impor barreiras comerciais às exportações de empresas brasileiras para os Estados Unidos. Debaixo da forte pressão política por parte dos Estados Unidos, foi aprovada uma lei específica que passou a regulamentar o setor de software no Brasil. […] A Unitron reavaliou a situação e decidiu estudar / clonar o Mac 1024, o modelo seguinte da Apple. [...] Ela havia tornado sua "história suficientemente *respeitável* para se ir a julgamento com ela, e isto era tudo que era preciso", se tomarmos emprestadas as palavras de Geoffrey Bowker no seu precioso estudo das patentes da Schlumberger.(Bowker, 1994:124) (ênfase no original). No caso, esse tudo não foi suficiente para uma vitória da Unitron. Em dezembro de 1988 o tribunal decidiu contra a Unitron em uma votação de oito a sete. A Unitron fechou. (MARQUES, 2014, p. 12-13)

Da história da Unitron, interessa-nos a analogia entre as batalhas jurídicas da empresa e aquelas do Banco Palmas, seus destinos antagônicos, e a visão de Ivan da Costa Marques sobre o caso daquele computador: um exemplo de *antropofagia* (MARQUES, 2014, p. 3), numa referência ao movimento modernista brasileiro dos anos 1920, para quem "a Antropofagia é a um tempo *metáfora*, *diagnóstico* e *terapêutica* […]" (NUNES, 1990, p. 15). No Manifesto Antropofágico, de 1928, Oswald de Andrade relacionava a brasilidade não a uma essência, mas a aproximava de um movimento que, por um lado, posicionava-se "Contra todas as catequeses", "Contra todos os importadores de consciência enlatada" (NUNES,

298 Na terceira conferência de moedas sociais, por exemplo, Heloísa Primavera defendia certa radicalização no sentido de que as moedas sociais fossem colocadas em circulação sem a necessidade do lastro com o Real (como preconiza a metodologia estabilizada dos BCDs). Defesa em consonância com a "emissão para além da estrita quantidade de euros coletada, sob o modelo das reservas fracionárias" (DISSAUX; FARE, 2017, p. 21) – seção 7.1.

1990, p. 47-48), e por outro apontava para uma postura de incorporação, guardando relação com

> [o] ideal do Manifesto da Poesia do Pau Brasil [que] é *conciliar cultura nativa e a cultura intelectual* renovada, a *floresta* com a *escola* num composto híbrido que ratificaria a miscigenação étnica do povo brasileiro […] (NUNES, 1990, p. 13, grifo nosso)

Carlos Lessa fala da década de 1920 como um momento em que

> [v]ocê começa a ter uma descoberta popular. Aí você começa a descobrir o Brasil […] [e a]o mesmo tempo esse povo parece ter, aos olhos desses intelectuais dessa época, uma característica única e singular [...]: ele come qualquer coisa, ele traça tudo. Aí vem a idéia de que o brasileiro é antropófago […] [n]o sentido de que nós brasileiros bebemos a civilização greco-romana, a revolução francesa, a revolução soviética, arte oriental,[…] a democracia norte-americana […]. O Brasil é um enorme estômago, nós não temos alergia a nada. (LESSA, 2007) [299]

Observo que a economia solidária dos bancos comunitários, em suas digitalizações, segue um caminho com poucas doutrinas e muitas *mediações,* enquanto prática para encaminhar saídas para as contingências momentâneas e locais. Proponho que essa prática dialoga com o que Ivan da Costa Marques chama da "mais eloquente metáfora descolonizadora, a antropofagia" (MARQUES, 2014, p.9). Ainda, na medida em que *o discurso das moedas sociais eletrônicas brasileiras bebe em "fragmentos de outros discursos" (EDWARDS, 1996, p. 31), proponho que o da antropofagia constitui-se um desses fragmentos, bem como o da teologia da libertação (seção 5.1) e o do E-dinheiro (seção 5.2.1) – além do próprio discurso dos BCDs*. Discurso composto por *metáforas* – como as da "revolução da inclusão financeira no Brasil" (seção 5.2.1), o Palmeiras como "o canto mais lindo do mundo" (QUEM..., 2014), o celular como "um *whatsapp* de dinheiro", "uma conta pré-paga", ou "um cartão de débito" (seção 5.3.1) –, por *práticas* – de mediações, autonomias, proximidades, sustentabilidades financeiras, mobilizações e acolhimentos

299 Vale mencionar também visões de não exclusividade brasileira em relação à ideia de antropofagia dos modernistas, como a de Suely Rolnik (1998, p. 10): "[c]om efeito, o inconsciente maquínico antropofágico não é uma prerrogativa dos trópicos, e muito menos dos brasileiros, sendo um princípio imanente à produção de subjetividade, ele é próprio da espécie humana como um todo. No entanto, ele pode estar mais ou menos ativo nas subjetividades, e isso em muito depende dos contextos sócios-culturais, do quanto tendem a favorecer ou inibir sua atividade".

comunitários –, por *técnicas* – de microcrédito e de moedas sociais. Esse discurso tem ainda como *suportes* os bancos comunitários de desenvolvimento, cartões e *smartphones* rodando o aplicativo E-dinheiro.

Irei me ater um pouco mais ao tema da antropofagia, não apenas por compor parcialmente o *discurso das moedas sociais eletrônicas brasileiras*, mas pela questão tecnológica. Em lugar de importar soluções prontas (se quisermos, *mágicas importadas*), os casos aqui analisados trilham os caminhos de respostas que proponho caracterizar como antropofágicas, misturando conhecimentos e práticas locais e estrangeiras – como tentara a Unitron. Nas palavras de Marques,

> Roberto Schwarz observa que o programa antropofágico Pau-Brasil procurou dar uma *interpretação triunfalista da distância entre o Brasil e a modernidade* […]. A novidade do programa Pau-Brasil consistia considerar esta *distância como fonte não de ansiedade mas de otimismo,* evidência da inocência do país e da possibilidade de um desenvolvimento histórico alternativo, não burguês. [E]este culto sui generis do progresso era *acompanhado de uma aposta tecnológica:* a inocência do Brasil (o resultado de um verniz muito fino de aburguesamento e Cristianização) mais tecnologia igual a utopia; o progresso material moderno tornaria possível um salto direto de uma sociedade pré-burguesa ao paraíso. (MARQUES, 2014, p. 10, grifo nosso)

Quanto à distância entre Brasil e a modernidade, ela é caracterizada também por Henrique Cukierman (2017) como presente em uma tradição intelectual brasileira pautada no que seria um *descompasso* brasileiro em relação ao mundo desenvolvido. Tal descompasso estaria conectado a uma lista de faltas, fonte de ansiedade, e problema a ser solucionado. Um diagnóstico diferente do que advogava o movimento antropofágico, que via tal distância não como ansiedade (para recuperar o tempo perdido, um suposto atraso em relação a um estágio definido, o moderno) mas como vantagem, como possibilidade para reconstruir caminhos, como potência. Já a respeito da *aposta tecnológica*, Marques (2014) argumenta que naquele momento o movimento antropofágico não estaria

> instrumentalizado para fazer a crítica da universalidade e da neutralidade, e consequentemente para localizar, situar, criticar, relativizar e selecionar as ciências e as tecnologias europeias. (MARQUES, 2014, p. 11)

A aposta tecnológica do movimento antropofágico, encarnada no paraíso de um vindouro "matriarcado tecnicizado", seria um indício de que o movimento antropofágico ainda não estaria equipado com reflexões que viriam a problematizar o desenvolvimento da tecnociência. À época, os Estudos CTS não haviam proposto que "a *mediação* do laboratório" na fabricação dos objetos que constituem os laços sociais de nossa sociedade seria o aspecto mais fundamental de nossa cultura (LATOUR, 1994, p. 26-27, grifo nosso). Em "Jamais Fomos Modernos", Bruno Latour situa na Inglaterra do século XVII o nascimento daquele então *objeto novo*, o próprio laboratório científico (LATOUR, 1994, p. 27), que viria a compor um dos polos da "constituição moderna", a saber, o do "Poder científico" (LATOUR, 1994, p. 36)[300]. Este polo – em sua versão *purificada*, pretensamente desprovido de valores, de contexto local, de humanidade, portanto sendo *universal e neutro* – representaria as "coisas-em-si", os objetos, a Natureza, sendo os cientistas seus porta-vozes. O outro ramo "do mesmo governo" seria o "Poder político", constituído pelos "homens-entre-eles", "cidadãos unidos apenas através da autorização dada a uma pessoa para representá-los" (LATOUR, 1994, p. 34). Para Latour, além de um conjunto de práticas destinadas a *purificar* ambos os polos, os *modernos* praticam também inúmeras *traduções* como "maneira de criar seres híbridos de natureza e cultura" (LATOUR, 1994, p. 16).

> Posso agora escolher: ou acredito na Constituição moderna, ou então estudo tanto o que ela permite quanto o que proíbe, o que ela revela e o que esconde. Ou defendo o trabalho de *purificação* – e me torno também um purificador e um vigilante da Constituição –, ou então estudo tanto o trabalho de *mediação* quanto o de purificação [...]. (LATOUR, 1994, p. 50, grifo nosso)

Nessa visão, é pela mediação com elementos heterogêneos (leis da física, financiadores de pesquisa, valores, preconceitos equipamentos etc.), notadamente nos laboratórios científicos, que os modernos descobrem/inventam/produzem objetos novos que por sua vez irão povoar seu (nosso) mundo. Purificados, tais

300 Latour escolhe a controvérsia entre Robert Boyle e Thomas Hobbes para descrever a Constituição moderna: "[e]scolhi concentrar-me sobre uma situação exemplar, no início de sua escrita, em pleno século XVII, quando Boyle, o cientista, e Hobbes, o cientista politico, discutem entre si a respeito da repartição dos poderes científicos e políticos" (IBIDEM, p. 21).

objetos tornam-se pretensamente universais e neutros (apesar de construídos localmente e de maneira impura). Estudá-los, recomenda Latour, implica numa postura *não moderna (ou a-moderna)* de "levar em conta ao mesmo tempo a Constituição dos modernos e os agrupamentos de híbridos que ela nega" (LATOUR, 1994, p. 51). Para a Teoria Ator Rede (ou Sociologia da Tradução), *mediadores* são elementos que realizam traduções: "atores dotados da capacidade de traduzir aquilo que eles transportam, de redefini-lo, desdobrá-lo, e também, de traí-lo." (LATOUR, 1994, p. 80).

Retornando para mais próximos dos atores da pesquisa, interessa trazer precisamente dois pontos da reflexão sobre antropofagia e Estudos CTS. *O primeiro é que, na linha de Latour (1994), a noção de mediação aproxima-se portanto da negociação, da tradução, da contingência, e afasta-se de ideais, doutrinas e utopias purificadas – aproxima-se assim também da prática da mediação de Joaquim Melo, com a qual iniciamos esta seção*. O segundo diz respeito à desinstrumentalização do movimento antropofágico com reflexões sobre a tecnociência (MARQUES, 2014) que somente viriam a consolidar-se no final do século passado, o que teria implicado em uma aposta tecnológica equivocada, numa tradução de paraíso como "matriarcado tecnicizado". Olhando para as digitalizações das moedas sociais brasileiras (e em particular para as mediações entre a *utopia das moedas como bens comuns* e a *utopia dos* softwares *como bens comuns)*, as mediações realizadas lograram traduzir um desejado fortalecimento das moedas sociais em uma adequação à legislação de pagamentos eletrônicos acompanhada de uma migração do papel-moeda para o *smartphone. Proponho que, no início dessa aposta tecnológica, a licença do E-dinheiro mostrava-se relativamente pouco importante para os principais atores dessa história na Rede de BCDs, por um lado pela oportunidade "pronta" trazida pela MoneyClip, e por outro porque tais atores não estavam equipados (instrumentalizados) com reflexões e práticas sobre* softwares *e suas licenças. Contudo, a partir do momento em que tais discussões colocam-se – como por Primavera, Jatobá (seção 7.2.2) e na primeira MumbucHacka (seção 7.1) –, novas mediações e traduções tornam-se possíveis, levando a novas estabilizações*.

Se o “E-dinheiro proprietário” foi a mediação que estabilizou-se em um primeiro momento, um caminho possível para especular sobre novas traduções que gerem novas estabilizações – como a de um “E-dinheiro livre” – é olhar para as experiências dos coletivos da economia solidária já circulando nos fóruns de *software* livre. Quando perguntada sobre a capacidade da Colivre em desenvolver uma ferramenta como o E-dinheiro, Daniela Feitosa assegurou que, havendo recursos financeiros, poderiam desenvolver (FEITOSA, 2015). A cooperativa baiana consolidou-se junto com o desenvolvimento de seu primeiro sistema, o *software* livre Noosfero – que ganhou o nome de Cirandas em sua versão destinada aos coletivos de economia solidária –, financiado pela SENAES e licenciado como GPL (FARIA, 2010, p. 70). Vale aqui resgatar que, se produzir e prestar serviços com *softwares* livres é algo estabilizado atualmente na Colivre, a licença de seu primeiro sistema foi também objeto de controvérsia. Como examinado em outros momentos (FARIA, 2010; FARIA; SEVERO, 2018), à época da construção do Noosfero, foram discutidas possibilidades de integração com outro *software* também destinado aos grupos de economia solidária – o Solidarius –, cuja licença Copysol tentava circunscrever o compartilhamento do *software* ao mundo da economia solidária, embutindo uma lógica de

> substituir a cadeia produtiva, […] expandindo o circuito da economia solidária. […] A Copysol estabelece o seguinte:[…] Google, Microsoft […] não podem utilizar os códigos desenvolvidos sob a Copysol porque não estão de acordo com os princípios éticos da economia solidária. (MANCE, 2008)

Daniel Tygel, então secretário-executivo do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (e principal interlocutor junto à Colivre no desenvolvimento do Noosfero), chegara a consultar a Free Software Foudation (FSF) sobre a possibilidade de conciliar GPL e CopySol, sem sucesso (FARIA, 2010)[301]. Tygel à época avaliou a

301 O diálogo, cedido por Tygel foi reproduzido em Faria (2010, p. 88): “[Michael Fötsch, da FSF:] É essencial que usuários, incluindo empresas, tenham a liberdade de usar o software para qualquer propósito. [Daniel Tygel, do FBES:] […] Não achamos que a proposta seja contra o 'espírito do software livre em geral'. [...]. Quando uma grande corporação chega ao mercado, ela domina, não ‘compete’: ela se torna hegemônica, então isso não tem nada a ver com liberdade. […]”. Tygel (2009) concluiu afirmando que “[f]alaram que esse debate foi feito extensivamente atrás, e eles [a FSF] concluíram que não querem tocar em política, ética etc.”

proposição da Copysol como “interessante, mas inviável”, argumentando que “não adianta só colocar como Copysol, tem que articular tudo”. Para ele, “o interessante seria que o 'toque de midas' não valesse para o Copysol”, referindo-se a uma das características sociotécnicas da licença GPL: se parte de um *software* é construído com base em um componente de *software* distribuído em GPL, o *software* todo deverá ser GPL. A controvérsia foi estabilizada com

> a decisão de adotar a licença livre [no Cirandas] [...]. Aí a gente chegou como conclusão:[...] quando a pessoa fizer […] [no Cirandas] um diagnóstico de rede, [o sistema] vai escrever embaixo “esse diagnóstico de rede foi feito com tecnologia Solidarius, cadastrado em Copysol”. (TYGEL, 2008b)

O que vale destacar dessa passagem, sobre a construção do primeiro *software* feito pela Colivre (e que se confunde com a própria história da cooperativa), é a *mediação que definiu o desenvolvimento do Noosfero como software livre, o possível para aquele momento de negociação entre a utopia dos softwares livres e a utopia da economia solidária.* Tal mediação gerou um objeto novo, o artefato Noosfero (o “Cirandas livre”), e consequentemente gerou também efeitos sociotécnicos, tais como o de arrefecer a proposta da CopySol (restringindo sua circulação) e o de constituir uma comunidade majoritariamente brasileira de desenvolvimento em torno de um *software* livre – comunidade na qual uma cooperativa (a Colivre) é um ator fundamental. Finalmente, desmitificando nessa aposta tecnológica a noção de universalidade e neutralidade dos artefatos, cumpre observar a relevância da comunidade brasileira do Noosfero – vale dizer, um código-fonte gerido como um bem comum –, corroborada por estudos como o de Rodrigo Primo (2017). Primo aponta que, apesar do “discurso do global” das comunidades de *software* livre ser o de “que qualquer pessoa pode participar, da mesma maneira que existe um discurso que qualquer pessoa pode contribuir com o desenvolvimento” (PRIMO, 2017, p.27),

> [o] “global” do WordPress fala inglês, entende referências a elementos da cultura estadunidense e [é construído por quem] pode frequentar encontros presenciais que ocorrem em cidades dos Estados Unidos ou da Europa.

> Ou seja, são os centros vestidos como representantes do global. (PRIMO, 2017, p.90)[302]

Aquela mediação, que obteve sucesso em gerar um produto e uma comunidade brasileiros, *pode ser inspiradora para a que se coloca adiante, a saber, o (re)fazimento da comunidade de desenvolvimento do E-dinheiro, agora propriedade do Banco Palmas (JOAQUIM, 2016c), na esteira das negociações possíveis entre a utopia das moedas como bens comuns e a utopia dos* softwares *como bens comuns. Numa possível relativa (e ainda indefinida até a conclusão desta pesquisa) abertura do código do E-dinheiro, questões como os tipos de licenciamento do* software *possíveis (GPL, CC, CopySol etc.) e os coletivos de produção de* software *que podem contribuir (MoneyClip, PalmasLab, cooperativas de software livre, hackatons etc.) podem entrar para a ordem do dia*. Por isso, ao pensarmos em mediações possíveis, ganham importância traduções, especialmente brasileiras, conectadas com o mundo das moedas alternativas e com os *softwares*, em especial, os livres.

7.2 PRODUTORAS CULTURAIS COLABORATIVAS: INSPIRAÇÃO NOS BCDS, TRADUÇÕES PRÓPRIAS NOS CIRCUITOS DE CULTURA

Cena 12

Recife, Pernambuco, 2014. Joana, estudante da UFPE, achava que seria uma ótima se sua banda tivesse um registro em vídeo dos shows *que tem feito, contudo o grupo ainda não possuía recursos para bancar. Tarciana e Leonardo, também da banda, trouxeram a ideia de negociar com o pessoal da Colabor@tiva.PE, que está oferecendo serviços numa moeda chamada Concha. E lá estão eles, após darem uma olhada no portal que registra as transações, conversando com Pedro Jatobá, da Colabor@tiva.PE, propondo tocar em um evento e apoiar no som, em troca de um registro fotográfico e em vídeo. A negociação está quase fechada, com os integrantes da banda ficando ainda com 30 Conchas de crédito no sistema. Mas falta um pouco para Leonardo estar convencido sobre essa história de Conchas. Jatobá mostra as tabelas e listas no portal Corais.org. Por exemplo, "aí estão todos*

302 A pesquisa de Primo (2017) foi baseada na comunidade em torno do *software* WordPress, "um projeto de código aberto que você pode usar para criar sites, blogs ou aplicativos [...]" utilizado por 30% da Internet. Mais em https://br.wordpress.org/ . Acesso em: 10 abr. 2018.

os tipos de serviço que a produtora tem interesse, demandas nossas. […] Por exemplo, quem limpar a produtora uma vez por semana durante um mês, ganha 20 Conchas. Quem trabalhar em dois eventos em apoio à comunicação, ganha 50 Conchas". Leonardo, ainda desconfiado, argumenta que o portal faz a experiência ser altamente dependente de tecnologias da informação – algo que não interessa muito o baterista. De fato, Pedro Jatobá concorda. Mas devolve: a moeda virtual tem vantagens como ser menos sujeita às falsificações, às perdas e aos problemas de estocagem de uma moeda em papel. Não satisfeito, o discordante afirma que essa produção de moeda não tem base, não tem lastro, e portanto não poderia dar certo. Jatobá diz que se não tivesse lastro poderia ser gerada uma "crise de credibilidade", caso a produtora não conseguisse dar conta do montante de Conchas em circulação. Mas não é o que ocorre, pois a produtora tem lastro, exibido no portal: 11000 Cochas é o total mensal de capacidade de trabalho (soma de produtos, serviços e saberes, sem possibilidade de conversão em Real), e não há nem 3000 Conchas em circulação – o que permite até oferecer empréstimos (hoje de no máximo 1000 Conchas)[303].

Aqueles que presenciaram a mesa de encerramento da III Conferência Internacional de Moedas Sociais e Complementares, sediada em Salvador, viram Joaquim Melo dividindo a mesa com Valéria Cordeiro, que representava o coletivo Fora do Eixo. Pedro Jatobá, das Produtoras Culturais Colaborativas, também havia sido convidado pelo coordenador da ITES UFBA Genauto França, contudo estava em viagem apresentando justamente sua experiência numa premiação internacional. Um outro indício de que os bancos comunitários de desenvolvimento dividem a cena das moedas sociais no Brasil com os chamados "circuitos culturais independentes" – como apontam Lietaer e Primavera (2013, p. 63) – foi a circulação da tese de Marusa Freire, reconhecida pelo Ministério da Cultura no Prêmio Economia Criativa como a ação de mais destaque em 2012[304]. As experiências brasileiras de moedas sociais no campo da produção e promoção local de cultura estão menos conectadas à reprodução dos "grandes circuitos culturais" (LENZA, 2013), e mais imbricadas aos territórios (JATOBÁ, 2013) e/ou a propostas autorais (LENZA, 2013). É o caso dos

303 Cena baseada nas tabelas de ofertas <http://www.corais.org/conchativa/node/76660> e de demandas <http://www.corais.org/conchativa/node/76663> da Colabor@tiva.PE, e de transações já realizadas em Conchas <www.corais.org/conchativa/exchanges>. Também usei trechos da entrevista com Pedro Jatobá (2013).

304 "A tese foi um dos 19 trabalhos que receberam a premiação em 2012 [… , para] ampliar a discussão de uma temática que é estratégica para o desenvolvimento sustentável do país." Mais em <http://economialegal.wordpress.com/2012/10/09/tese-da-fdunb-sobre-moedas-sociais-ganha-premio-do-ministerio-da-cultura/>. Acesso em 10 de jun. de 2014.

Cards, que circulam no Circuito Fora do Eixo (FdE), e das Conchas e dos Tempos, que ganharam materialidade na plataforma virtual Corais.org, utilizada pelas Produtoras Culturais Colaborativas. Nesta seção nos ocuparemos primordialmente das moedas colocadas em circulação respectivamente pelas produtoras Colabor@tiva.PE e Universidade Livre do Teatro Vila Velha[305], pela intensa digitalização embutida em sua proposta. Contudo, é útil entendermos antes o nascimento dos Cards e o papel decisivo das TICs na ampliação de sua rede.

Um marco importante para Lenza (2013) na história dos Cards e do FdE foi o ano de 2002, quando um grupo de estudantes de comunicação começou a compartilhar o propósito de "mudar o cenário cultural da cidade" de Cuiabá (MS). Compartilhavam também uma casa, roupas e dinheiro, no que viria a se chamar Espaço Cubo, "se entendendo como um laboratório" (LENZA, 2013). Ali, foram iniciadas diversas experiências, geradoras de (arte)fatos que posteriormente passariam a circular na rede Fora do Eixo, como os "coletivos" (por exemplo, o do pioneiro Espaço Cubo, fonte de inspiração para as casas Fora do Eixo que vieram a se constituir em diferentes cidades), o "caixa coletivo" (uma experiência de gestão coletiva dos recursos financeiros do espaço), o "núcleo durável" (formado por aqueles com mais dedicação ao espaço), e a própria moeda social. Esta surgiu em meio ao laboratório, marcado pela "intuição e o empirismo" (mais importantes que o planejamento (LENZA, 2013)) e por uma "pegada autoral"[306]:

> com a gente é ao contrário [do que acontecia em geral em Cuiabá]: você só vai ter espaço se você fizer a sua música própria. Foi a primeira *política afirmativa* que a gente estabelece ali […]. Todo mundo se empolga muito com a ideia […], a gente com um estudiozinho, começa a agregar um monte de banda, que vai lá pra ensaiar, que vai lá pra gravar sua demozinho […]. A moeda a gente cria em 2004. A gente não tem dinheiro, tem um monte de trabalho […]. Cenário próprio, evento próprio, porque não uma moeda própria? […] O princípio [é na] […] troca de produto, serviço ou

305 Mais em <http://www.corais.org/conchativa>, <http://www.iteia.org.br/colaborativape> e <http://corais.org/livre/.> Acesso em: 10 jul. 2015.

306 Nas palavras de Lenissa Lenza (2013), sobre o núcleo durável a cofundadora do Espaço Cubo justifica: "[m]uitas pessoas entravam, e iam ali uma vez por semana, ou três vezes por semana […] e não tinha responsabilidade com o coletivo […] Então a gente começa a criar esses mecanismos: [...] núcleo durável […] [é composto por] pessoas que têm uma dedicação integral ou exclusiva para o processo." (LENZA, 2013). A respeito da questão da autoria, Lenza (2013) descreveu um cenário em Cuiabá em que "músicos eram contratados [por artistas mais famosos] […]. A gente tinha uma preocupação com desenvolvimento de cenário […]. Começamos a agregar algumas bandas [...] desde que viessem com essa pegada autoral".

> conhecimento [...] É troca, é o escambo. [...] É simples assim. Por que a gente faz isso? Porque a gente não tinha dinheiro. (LENZA, 2013)

A moeda surgiu assim como um facilitador para trocas entre, de um lado, o coletivo – que poderia realizar uma gravação para uma banda (LENZA, 2013) ou uma consultoria para a realização de um evento (CARTILHA, 2013) – e, de outro, um artista (como suas fotografias (CARTILHA, 2013), shows etc.). Os "juros, […] o capital especulativo, [o] […] dinheiro que produz dinheiro" (LENZA, 2013) ficam de fora desse circuito. As moedas foram criadas em papel, porém o mundo digital teve grande relevância na constituição da rede Fora do Eixo. Isso fica claro quando Lenissa Lenza descreve o processo de acúmulo e troca de experiências no FdE:

> o coletivo Espaço Cubo criou um *aplicativo*, que é uma moeda própria [, por exemplo]. […] Quer tentar ai? Ah quero, como e que faz? É uma troca de experiências. A rede FdE inteira funciona assim. […] O que o [Espaço] Cubo demorou sete anos pra fazer, o Massa Coletivo, de São Carlos, demorou um ano. (LENZA, 2013, grifo nosso)

Ela lembra de quando se deram conta das possibilidades de uso da *Internet* para o processo:

> a primeira banda independente de fora que a gente levou pra Cuiabá […] foi o Autoramas. […] Cara, foi uma surpresa maravilhosa […], o pessoal cantava de cabo a rabo […]. Lógico, a Internet… […] Ali estava caindo a ficha. […] Tanto que no próximo ato [que fizemos], o tema foi "*internet, a mãe dos independentes"*. (LENZA, 2013, grifo nosso)

Se em 2003 na cidade de Cuiabá a *Internet* foi uma espécie de atalho entre bandas "independentes" e seu público – sem passar por grandes estruturas como as gravadoras –, dez anos depois em Recife a "grande rede" apareceu nos *circuitos de cultura* por outro caminho. Em vez de imprimir sua própria moeda – como fez o Espaço Cubo –, a Produtora Colabor@tiva.PE começou a fazer circular digitalmente a moeda Conchas no território da UFPE. Todavia os Cards e as Conchas têm semelhanças (como a promoção da cultura local, a troca de produtos, serviços e saberes, e o lastro da moeda na produção dos coletivos que a emitem) e diferenças: nessa versão de moeda social, basta consultar o sistema *web* Corais.org para notar uma primeira distinção em relação à circulação da moeda impressa, a saber, a da já comentada *rastreabilidade* (seção 2.3.1). Clicando

> no ícone “moeda social”, você tem todas as transações financeiras feitas com a moeda […]. Seu saldo, seu extrato, suas transferências, […] [tudo isso] é público e acessível a qualquer usuário de *Internet*,

aponta Pedro Jatobá (2013) – como já encenamos (cena 12, seção 7.2). Essa “estratégia meio radical de gestão de crédito solidário” busca uma transparência que dificulta a ocorrência de problemas como o roubo de senha e o posterior uso indevido das moedas (JATOBÁ, 2013). Tudo fica registrado, inclusive as doações entre usuários não participantes da Colabor@tiva.PE, também prevista no sistema.

A moeda Conchas é uma referência à concha acústica da universidade e ao Movimento Conch@tiva, em prol da revitalização do espaço. A Produtora Colabor@tiva.PE é o primeiro coletivo permanente a implementar o que Pedro Jatobá chama de Produtora Cultural Colaborativa. Suas origens remontam aos “Pontos de Cultura” apoiados pelo Ministério da Cultura na gestão de Gilberto Gil: a iniciativa, com boa repercussão, oferecia kits multimídia (com *softwares* livres instalados nos computadores) e bolsas para coletivos que já realizassem atividades culturais, por um tempo limitado[307]. Quando cessava o financiamento, apresentava-se um desafio análogo ao que relatei do Espaço Cubo: como fazer o coletivo sobreviver de seu trabalho? Uma produtora temporária ocorreu no Fórum Social Mundial de 2009, com

> seis a oito pontos de cultura, transmissor de rádio, som, câmera, computador, impressora, […] conseguindo fazer registros de artistas, oficinas de cultura digital e apresentações artísticas (JATOBÁ, 2013).

Em sua metodologia, aquela produtora já previa a dinâmica de “troca de serviços, culturas e saberes”, mas somente em 2010 a Colabor@tiva.PE começou a ser montada de forma permanente, conseguindo em 2012 uma parceria com a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e em 2013 fazendo circular a moeda

---

307 Segundo o então ministro Gilberto Gil, os “[…] Pontos de Cultura foram formulados para ampliar e estimular manifestações que acontecem nos quatro cantos do país, [...] reconhecendo a riqueza da diversidade das culturas populares brasileiras, que é fantástica, complexa e ao mesmo tempo singular. Mais em <http://www.cultura.gov.br/discursos/-/asset_publisher/DmSRak0YtQfY/content/ministro-da-cultura-gilberto-gil-no-lancamento-do-projeto-rede-cultural-da-terra-36968/10883>. Acesso em 18 de abr. 2018.

social Conchas (JATOBÁ, 2013)[308]. *Enredada nos meios digitais desde os kits multimídias dos pontos de cultura, a rede das produtoras – uma nativa digital – acrescenta as possibilidades dos meios digitais ao que poderia chamar-se de discurso autoral do FdE.* No caso das produtoras, a mediação às *trocas* e o *lastro* (algumas características importantes da moeda e temas das duas próximas seções) ganham um acento digital, neste caso afinado com os *softwares* livres.

7.2.1 Programando um mercado: rastreando e delimitando as trocas

> *Fora da troca, o dinheiro não é nada, assim como o regimento e suas bandeiras fora dos ataques e defesas da comunidade ou o sacerdote e o templo fora da religiosidade.*
>
> *(SIMMEL, 1987, p. 109)*

Já comentei os alertas de autores como Zelizer (1998; 2000) e Callon (1998), que conferem um caráter político relevante à constituição de mercados (incluindo a definição de seus participantes e suas regras). A novidade aqui é a possibilidade de *programar* tais regras em um sistema de informações: no Corais, parte delas ficam acessíveis somente àqueles capacitados em desenvolver *softwares* (nos códigos-fonte), e parte disponíveis para o próprio usuário (com perfil de administrador da comunidade, mas sem precisar do conhecimento de uma linguagem de programação). Como vimos com Lessig (1999), no ciberespaço, "o código é a lei", e é nesse sentido a defesa intransigente do *software* livre (cujo código é aberto) por Pedro Jatobá: *o acesso ao código do* software *é traduzido como a possibilidade de definir e implementar ao menos parte das regras de circulação de uma moeda*. Em outras palavras, o acesso ao código é também uma disputa pela possibilidade de

---

308 A moeda é "[p]rojeto de organização econômica e social proposto pela Produtora Colabor@tiva.PE para autogestão da Concha Acústica da Universidade Federal de Pernambuco". Segundo Jatobá (2013), em 2013 havia sete coletivos utilizando a metodologia da produtora, sendo que três usavam moedas sociais. Além da Colabor@tiva.PE (com dezesseis integrantes com dedicação de 20h/mês), o Teatro Vila Velha (Salvador), o Banco Muiraquitã (Santarém). Mais em <www.corais.org/conchativa/exchanges>, <http://www.corais.org/livre> e <http://www.arede.inf.br/noticias/959-banco-muiraquita-do-coletivo-puraque-ganha-premio-de-tecnologia-social-da-fundacao-banco-do-brasil>. Acessos em 05 set. 2013. Vale dizer que a produtora não trabalha somente com moedas sociais: quando negociam com empresas ou governos, o fazem em Reais; já na relação com artistas ou outros pontos de cultura, tentam a troca direta, o escambo (JATOBÁ, 2013). Mais em http://www.iteia.org.br/videos/espaco-escambo-no-fisl-14-demonstracao-e-como-funciona . Acesso em 05 set. 2013.

constituir novos (e diversos) mercados.

Essa percepção prática do embutimento do político também nas tecnologias parece conectada ao histórico de um movimento *nativo digital*, que circula propostas como a dos pontos de cultura *"*como um SUS da cultura*",* articulados e potencializados digitalmente (JATOBÁ, 2016). O discurso sobre tecnologia que circula nas produtoras é imbricado com política, tanto no que se refere às licenças dos *softwares*, quanto às próprias funcionalidades disponibilizadas e aos coletivos que formam as próprias produtoras: por exemplo, os módulos do Corais.org facilitariam um processo coletivo de tomada de decisão, um "suporte à autogestão" (JATOBÁ, 2016). A *naturalidade* da pauta tecnológica (imbricada com a política) nessa rede torna relativamente simples, por um lado, apontar diferenças com outros sistemas de informação populares: o Corais é "muito diferente do *Facebook*. Não existe o Corais se não existe o mundo real" (JATOBÁ, 2016). Por outro, também é quase *natural* levantar preocupações com a governança do E-dinheiro no que diz respeito ao seu código-fonte e aos dados ali tratados:

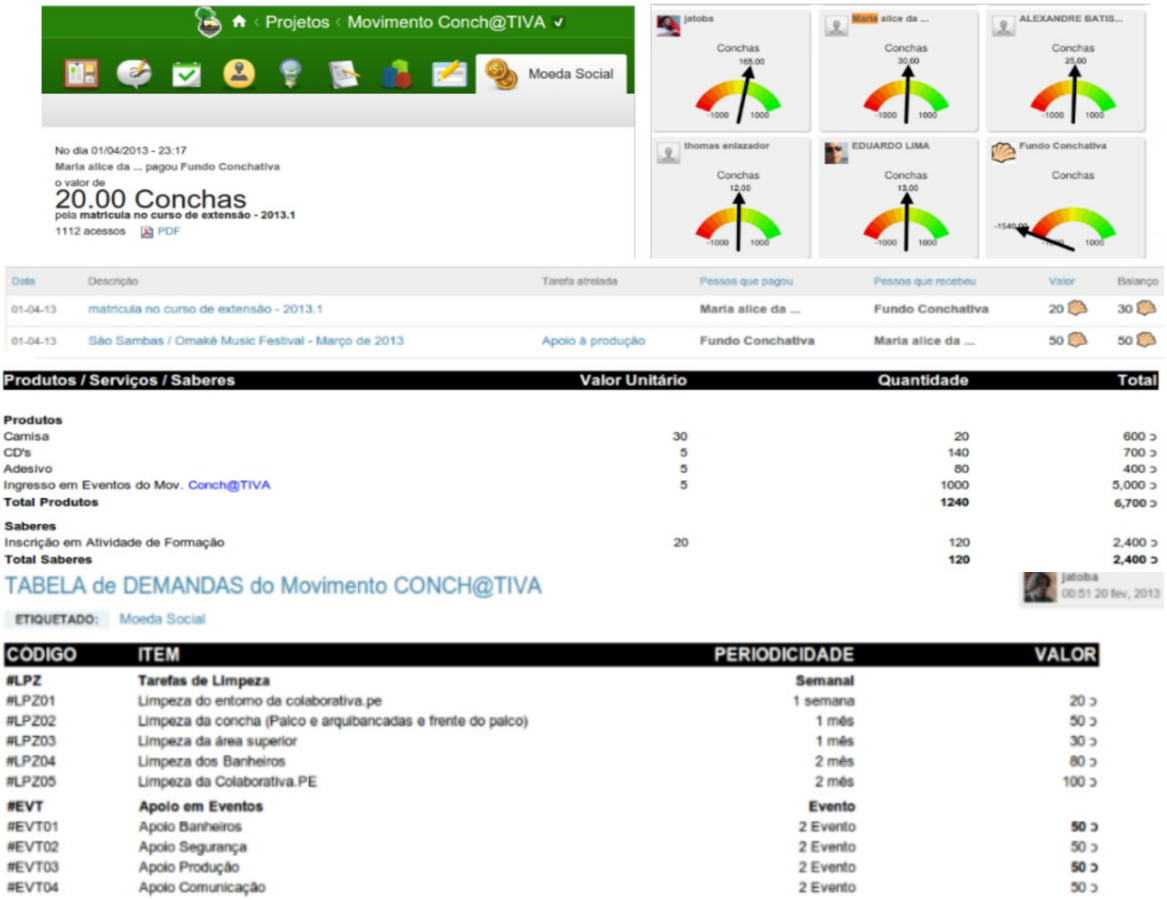
> Véi, E-dinheiro em *software* proprietário? (JATOBÁ, 2015a)
> Não entendo ecosol com *software* proprietário. (JATOBÁ, 2016)
> Alguém mostrou preocupação com o Banco Palmas controlando muitos bancos […]. Eu não me preocupo […], mas me preocupo com os parceiros, uma empresa capitalista […], onde 3 ou 4 [gerenciam] toda a rede e todos os dados. (JATOBÁ, 2016)

Para além da imbricação entre tecnologia e política, os bancos comunitários *não monetizados* (nomenclatura acordada entre Jatobá e Joaquim para distinguir produtoras e BCDs aos olhos do BNDES – seção 6.1) trazem a transparência e a rastreabilidade como elementos fundamentais ao seu discurso, tendo o Corais.org como suporte. Por exemplo, Jatobá (2016) defende que as produtoras implementam "um banco de tempos com uma moeda 100% eletrônica" configurando uma economia onde "não *existe limbo […], não existe colchão, mala*"[309]. O portal Corais.org de fato torna visível o que ocorre na produtora da Colabor@tiva.PE (na UFPE, em Recife), por meio de uma série de *inscrições*: tabelas de ofertas e de demandas da produtora, lista de transações já realizadas e saldo em moeda social

309 Jatobá faz referência escândalos de corrupção, com desvios de dinheiro em papel-moeda.

de cada pessoa cadastrada no sistema – como mostra a figura 29.

Figura 29 – O Corais.org, as ofertas e demandas precificadas em Conchas.



No módulo Moeda Social, o sistema registra o pagamento de 20 Conchas ao Fundo Conchativa (acima e à esquerda), pela matrícula em um curso. Logo abaixo, visualizamos o pagamento do Fundo a Maria Alice, pelo apoio à produção de um festival (além da transação referente à matrícula). O saldo final de Maria Alice (30 Conchas) pode ser visualizado na tela de saldos dos usuários (acima e à direita). Os preços que a PCC definiu para a matrícula e para a tarefa de apoio à produção podem ser verificados nas tabelas de oferta e de demandas da produtora. Fonte: saldos em <http://corais.org/conchativa/exchanges/members>, imagens adaptadas das ofertas em <http://corais.org/conchativa/node/76660> e das demandas em <http://corais.org/conchativa/node/76663>. Acesso em 10 mai. 2014.

As trocas locais das produtoras foram inspiradas no Banco Palmas, como afirmou Jatobá (2013) - seção 2.3.1. Joaquim Melo, que caracterizara o uso das moedas das produtoras como clubes de troca, ou bancos de tempo (JOAQUIM, 2015d), apontou que a dificuldade vivida pelo Palmas naquele modelo foi “não sair da comunidade”. Para Joaquim, a não conversibilidade com o Real restringia a experiência do Conjunto Palmeiras à capacidade limitada da comunidade produzir produtos e serviços. Por isso, a proposta dos BCDs, após iniciar com as trocas

dentro da comunidade, passou a incorporar a conversibilidade, como forma de expandir a rede. Enquanto na ótica do Palmas a não conexão com o Real apresentava-se como um limitador para superar a pobreza, para as produtoras tratava-se de uma solução para escoar suas produções (como a "atividade de formação", um "saber" listado na tabela da Colabor@tiva.PE – figura 29) para pessoas sem *dinheiro* – com essa saída, a Colabor@tiva.PE logrou ampliar seu portfólio de serviços realizados e negociar com clientes em Reais[310]. Interessa pontuar que a *tecnologia social* das produtoras colaborativas (como o próprio Jatobá referencia a metodologia) mostrou resultados não apenas enquanto um meio para que um coletivo fizesse suas produções circularem para públicos sem recursos financeiros tradicionais, mas também revelou-se um instrumento para maior ocupação de espaços sem a necessidade de investimentos em moeda tradicional – no caso da Colabor@tiva.PE, o espaço da antes abandonada Concha Acústica da UFPE (JATOBÁ, 2013).

Em outras palavras, *a produtora constituiu e programou um mercado mediado pelas Conchas (e pelo Corais.org) – sem Reais –, que possibilitou em grande medida uma gestão comunitária de um bem comum, dentro da UFPE. Em termos polanyianos, a programação de uma "moeda de uso específico" (*special purpose money*) foi fundamental para promover o acesso a um bem comum*[311]. Essa constatação, de um aparente diálogo entre as noções de bens comuns e de mercados (aqui entendido não como único – o Mercado), vai de encontro a visões dualistas, que opõem os temas[312]. Vale recordarmos a definição, proposta por Callon (1998, p. 3), que delineia características comuns a redes as quais chamamos

310 Vale apontar que tal contabilidade em Reais não passa necessariamente pelo Corais.org. Como exemplo de serviço em Reais, a produtora realizou a cobertura de eventos como o Expoidea (2010 e 2012) para o governo do Estado de Pernambuco, de acordo com portfólio disponível em <http://www.corais.org/sites/default/files/portifolio_2013_atualizado_final.pdf>. Acesso em 05 set. 2017. Também nos coletivos Fora do Eixo, a troca foi um elemento essencial: Pablo Capilé (PABLO..., 2013), um dos fundadores do Espaço Cubo, lembra que cada banda recebia "300 Cubos" ao tocar, e com esse dinheiro poderia ter serviços como *release*, ensaio e gravação.

311 Como já examinamos, uma crítica a Polanyi é a de que o antropólogo associava tais moedas apenas a sociedades primitivas (seção 1.3).

312 Por exemplo, a tese central do livro "Bens comuns versus mercadorias" (indicado por Joaquim Melo), exposta já em sua contracapa, defende os bens comuns como "uma alavanca para iniciar a construção de uma sociedade e de um desenvolvimento alternativo àqueles das mercadorias e do mercado" (RICOVERI, 2012).

“mercados” (capítulo 4) - dispositivos de coordenação cujos

> agentes geralmente têm interesses divergentes, o que os leva a engajarem-se em transações que resolvem o conflito por meio da definição de um preço.

Tal definição é compatível com as tabelas de ofertas e demandas das produtoras – e seus *preços*, estipulados em Conchas. Ainda, se não se opõe aos mercados (na abordagem das produtoras), o caso da Colabor@tiva.PE também reforça a idéia de não oposição aos Estados: a produtora utiliza um espaço de uma universidade federal e o potencializa. *Trato aqui portanto de uma moeda que, sem contrapor-se nem a Estados nem a mercados, por um lado é emitida por uma autoridade que não é estatal, e, por outro, circula com regras e circuitos bem delimitados, o que a distancia da ideia de Mercado*.

A contabilidade – ou precificação, se quisermos – das transações, “transparentes e rastreáveis” no Corais.org, é peça importante para a estabilização dessa rede, dentro de um território. Contudo, Jatobá (2016) argumentou que, se o *dinheiro moderno* não estivesse tão naturalizado em nosso dia a dia, talvez “toda essa estrutura” não fosse tão necessária. O comentário de Jatobá ganha respaldo nos estudos de Marcel Mauss, já citados (p. 131-133), sobre a ideia da dádiva – circulação de bens no sistema de “prestações e contraprestações”. Em redes onde o dinheiro moderno não era um objeto naturalizado, aquela forma de circular bens, ancorada na prática de dar e receber – no que Polanyi (2000) chamou de princípio da reciprocidade –, era a estabilizada. Em certa medida, a circulação das *Conchas digitais* na plataforma Corais busca (re)estabilizar no território no entorno da Concha Acústica da UFPE uma pluralidade de meios circulação de bens, sejam eles transações de troca simultâneas, sejam transações de crédito (não simultâneas). Tal distinção temporal aparece em Simmel, na obra A Filosofia do Dinheiro, na qual o autor diferencia reciprocidade e troca:

> [a] troca não é a soma de dois processos, dar e receber, e sim um terceiro e novo processo que se constitui na medida em que cada um, *ao mesmo*

> *tempo*, se torna mutuamente causa e efeito do outro. (SIMMEL, 1987, p. 34, grifo nosso)[313]

Além da *simultaneidade*, vale ainda chamar atenção para a *contabilidade* enquanto outro parâmetro de diferenciação entre reciprocidade e troca, conforme observado por Simmel (1987, p. 41):

> uma série de fenômenos intermediários entre a pura subjetividade da troca de propriedade, que a *rapina* e o *dom* representam, e a pura objetividade da forma da *troca* pela qual as coisas são trocadas segundo o mesmo quantum de valor contido nelas. Entre elas, a tradicional *reciprocidade* do ato de presentear. (grifo nosso)

No que diz respeito à *contabilidade*, o autor estabelece assim em certa medida um *continuum* entre fenômenos como a transferência de propriedade (seja na *rapina*, seja numa suposta *doação* sem contrapartida), a reciprocidade (processo de dar e receber) e a troca – a última seria a única com *contabilidade* equivalente. Já Callon (1998), sobre o tema, destaca a noção de *calculabilidade* como a diferença entre a troca (experimentada como interessada pelo agente) e a dádiva (experimentada como desinteressada pelo agente, mas previsível para um observador)[314] – uma noção que articula as categorias da simultaneidade e da contabilidade. Callon concorda com a "solução de Bourdieu" sobre a questão do (des)interesse na reciprocidade:

> [q]uanto mais longo o intervalo, quer dizer, quanto mais tempo o presente ou contra-presente (*counter-gift*) demora, movendo-se cada vez mais para longe do campo de visão daquele que doa, mais o doador vive a experiência como desinteressado. Quanto menor o intervalo, mais o presente será experimentado como calculativo (CALLON, 1998, p. 15, tradução nossa)[xcix].

No limite, a troca imediata seria experimentada como calculada, enquanto que algo como um presente de aniversário seria um fenômeno despido de cálculo[315]. Voltando ao caso do Corais.org, a impressão é de estarmos diante de um ambiente

313 Simmel continua, dando ainda à troca o *status* de processo essencial ao que chamamos de econômico: "[d]essa forma, o valor, que a necessidade da renúncia dá ao objeto, se torna valor econômico." (SIMMEL, 1987, p. 34).

314 Tratei da questão da calculabilidade, por exemplo ao pontuar que "um mercado implica uma antropologia peculiar que assume um agente que calcula (CALLON, 1998, p. 3)", no capítulo 4.

315 Ao menos na medida em que o doador não considere/calcule, em um horizonte de tempo, um retorno decorrente do presente.

em que tanto trocas imediatas quanto aquelas que contam com determinado horizonte de tempo para ocorrer são contabilizadas, rastreadas, “transparentes”. Nas palavras de Callon (1998, p. 19), de forma que, pretensamente,

> o comprador e o vendedor, uma vez que a transação foi concluída, estejam quites. Se o objeto negociado permanece enredado (*entangled*), aquele que o recebe nunca fica quite e não pode escapar da teia de relações. O enquadramento nunca acaba. A dívida não pode ser liquidada (CALLON, 1998, p. 15, tradução nossa)[c].

Como em algo que pode ser caracterizado como uma troca de mercado, as partes sairiam supostamente desenredadas. Callon (1998) ressalta, contudo, diversas situações em que o enredamento continua, percepção que fica fortalecida nos mercados programados pelas produtoras. No caso estudado, se as transações mapeadas no Corais.org não preenchem os requisitos para serem categorizadas no quadro da reciprocidade – ao menos se considerarmos exclusivamente o critério da contabilização, realizada no sistema –, é necessário desnaturalizar tais trocas enquanto trocas de mercado: se o desenredamento financeiro entre as partes pode ser verdadeiro, a participação em um mercado local com características bastante distintas daquelas em grande medida naturalizadas (como a presença do dinheiro moderno) aponta para um enredamento dos envolvidos, mesmo após o término da transação – este ponto, afim com as experiências dos BCDs, a julgar pelo já comentado indício de mudança de postura dos consumidores no conjunto Palmeiras em relação ao consumo local.

Proponho que nos casos dos bancos comunitários examinados (monetizados e não monetizados), eles agem ao modificar a calculabilidade daqueles mercados, incluindo variáveis como a proximidade – ou seja, tratam em certo sentido de trocas de mercado fortemente enredadas. Tratam também do que proponho nomear reciprocidades calculadas, já que a reciprocidade é traduzida na metodologia das produtoras na forma de crédito contabilizado (e sem juros), por exemplo, como vimos no caso de Maria Alice (que pagou 20 Conchas pela matrícula em um curso, e recebeu 50 Conchas pelo apoio à produção de um festival) – figura 29. Assim, *o mercado de uma produtora guarda similaridade tanto com o que Polanyi caracteriza como trocas de mercado (mas um mercado específico e programado) quanto com a*

reciprocidade (uma reciprocidade também programada e calculada) – algo entre a "tradicional" reciprocidade e a "tradicional" troca de mercado –, tendo a proximidade como elemento que, literalmente, diminui a distância entre reciprocidade e troca.

7.2.2 Desconectando do dinheiro moderno: (re)aprendendo saídas para os / dos territórios

– Papai, quando crescer quero ser caixa de supermercado.
– Ah, é? Que legal, filha, mas porquê?
– Porque elas mexem com dinheiro.[316]

A seção anterior destacou que a metodologia das produtoras aproximam-se da reciprocidade e das trocas de mercado. Dialogando uma vez mais com as categorias de "princípios de comportamento econômico" de Polanyi (2000), as produtoras guardam assim maior distância para o modo da redistribuição, que está claramente presente na metodologia dos BCDs: pela taxação da circulação da moeda eletrônica, é possível constituir um fundo para reinvestir na comunidade, por exemplo em microcrédito ou em projetos com mulheres e jovens. A ênfase desta seção vai para outra diferença metodológica entre produtoras e BCDs, a saber, a "não monetização" das primeiras, no sentido de sua não conversibilidade com o dinheiro moderno.

Convivendo com o Banco do Preventório ou mesmo com o Banco Palmas, percebe-se a importância destinada à obtenção de recursos para a constituição dos fundos e para pagamentos das despesas dos bancos. Até que a realidade da moeda eletrônica seja estável enquanto fonte de financiamento, a escrita de projetos a fim de concorrer a editais é uma das atividades que consome energia dos BCDs. A reflexão de Jatobá na mesa da UFRJ, no sentido de relativizar a energia dedicada aos editais – face ao retorno incerto e a uma cultura de dependência desses processos –, como vimos (seção 5.3.1), "abalou" Marcos Rodrigo (2015). A proposta das produtoras aponta menos para a necessidade de constituição de um fundo em Reais para a circulação da moeda, e mais para o mapeamento das ofertas e

316 Diálogo entre mim e minha filha Alice em 2015, então com cinco anos, indicando o fascínio pelo dinheiro moderno, artefato cuja rede conecta-se a diferentes itens de desejo, mesmo das crianças.

demandas relacionadas ao coletivo da produtora. Adicionalmente, no exemplo da Colabor@tiva.PE, é fundamental a contabilidade da capacidade de trabalho, enquanto riqueza abundante daquela comunidade e como lastro da moeda colocada em circulação (11000 Conchas – imagem completa no APÊNDICE 1)[317].

O discurso aqui é o da "economia da abundância", em contraponto à "economia da escassez": "se não fôssemos ensinados desde criança […] iríamos trocar abundâncias" (JATOBÁ, 2016). Nesse discurso, a valorização do trabalho não se dá apenas na contabilização de sua capacidade mensal: de um lado, Jatobá (2015b) defende que, no contexto da formação dos jovens, em vez de preocuparmo-nos somente em formá-los para o mercado de trabalho, deveríamos pensar nos mercados que podemos constituir, onde tais jovens tenham espaço; de outro, como nos ensina o caso da Produtora Cultural Colaborativa Universidade Livre do Teatro Vila Velha (a "Livre", Salvador – BA), a metodologia das produtoras permite rediscutir a própria formação dos profissionais. Naquela experiência, "um banco comunitário é antes de tudo um processo pedagógico" (JATOBÁ, 2013), caso em que a moeda social participa do refazimento de categorias como ator, escola e teatro. Júnia Leite (2015), coordenadora do projeto, apontava que as oficinas de teatro fora da "Livre" geralmente são "pagas" (em Reais) ou "gratuitas". Mas a Livre

> não é escola, é formação […]: não é aluno, é participante. […] A proposta é formar atores completos capazes de gerir o trabalho, cuidar da iluminação, do som, do figurino, além de atuar e montar os espetáculos.[318]

Assim, "ator" é uma das categorias cujas fronteiras são desconstruídas naquela experiência, sendo recosturadas de maneira a incluir habilidades antes tidas como externas ao universo das potencialidades do ator, contudo necessárias para o funcionamento do teatro. A recostura é diretamente relacionada com o refazimento da moeda: o curso pode ser pago parcialmente em Reais, mas obrigatoriamente

317 Outro exemplo importante de lastro é o exemplo do Banco Muiraquitã (PA), experiência onde o lastro da moeda (e abundância da comunidade) são os resíduos coletados pelo coletivo. Mais em <https://www.youtube.com/watch?v=XPwlk1CEywM>. Acesso em: 20 fev. 2017. A experiência guarda relação com a do Trocado Vital (Niterói, RJ), moeda local impressa e trocada por materiais recicláveis, no que se chama "ecobanco" (MOEDA, 2013).

318 Mais sobre a produtora em <http://www.irdeb.ba.gov.br/soteropolis/?p=8994>. Acesso em: 20 mar. 2017.

deve ser em parte financiado em “Tempos”, moeda criada na proposta e que circula entre atores/alunos e a organização do projeto. Assim, a “renda” necessária para participar do curso é reconfigurada em “energia”, o que tem implicações não apenas para a formação do ator, mas também nos critérios para acesso (menos vinculados à posse do dinheiro moderno) e na permanência nas turmas (atrelada a tarefas que valem Tempos). Com isso, a produtora é financiada 80% em “energia”, paga ao Teatro Vila Velha em forma de serviços (de divulgação das peças do Teatro, bilheteria, iluminação etc.), tudo quantificado em Tempos, que não são impressos mas ficam visíveis no Corais.org – o extrato dos participantes é público.

As recosturas das categorias não se deram sem dificuldades e estranhamentos, como ter, “do dia pra noite, 30 jovens” como “estagiários em muitos lugares do teatro […]. Assumimos o risco” (LEITE, 2015). A resistência dos atores em angariar os “tempos” obrigatórios também constituíram-se em obstáculos, postura essa relacionada tanto a uma expectativa do “ator ideal” (cujo trabalho seria restrito ao palco) quanto às “questões tecnológicas” (QUERINO, 2015), como a lentidão do servidor do Corais.org, cujo esquema de financiamento não fora estabilizado[319]. Porém, os refazimentos trouxeram também alguns resultados para seus construtores, como uma formação “integral” dos atores, mais espetáculos produzidos e mais divulgação para o Teatro, para além de outras características já mencionadas na Colabor@tiva.PE (como a produtora enquanto ferramenta de inclusão, de incremento do currículo inicial do empreendimento – aqui um projeto que ocupa parcialmente o teatro).

Os casos das produtoras Colabor@tiva.PE e Livre podem ser olhados como constituintes de mercados não lastreados no dinheiro moderno. Para Helena Lastres (2016), eles embutem uma “abordagem quase marxista” em que “transformamos mercadoria em mercadoria, sem passar pelo dinheiro”. É pertinente lembrar que a abordagem de Karl Marx sobre o dinheiro é posicionada no que Lazarus e De Blic (2007) nomeiam “condenação moral do dinheiro”, como vimos na introdução (seção 1.3), apontando para a eliminação do dinheiro como ponto de chegada[320]. Contudo,

319 A cada tarefa realizada por um ator/aluno, os organizadores podem transferir Tempos. O pagamento é uma atividade, que demanda tempo, e também vale Tempos.

320 “À medida em que, cada vez mais, a economia se ajusta a este plano socialista de produção e a

a despeito de não ser objetivo primeiro desta pesquisa analisar uma abordagem marxista do dinheiro, arrisco pontuar que, de uma parte, Marx tratou primordialmente da crítica a um equivalente geral entre as mercadorias (o que chamamos aqui precisamente de dinheiro moderno, ou, em termos polanyianos, *all-purpose-money*); de outra, o filósofo relaciona o valor ao trabalho:

> [o]ra, como medir a grandeza do seu valor? Pela quantidade da substância "criadora de valor" nele contida, isto é, pela quantidade de trabalho.[321]

Tais vínculos justificam a constatação de Lastres (2016), na medida em que a metodologia das produtoras enfatiza a valorização das riquezas de um determinado coletivo (muitas vezes, a capacidade de trabalho) e reduz a conexão entre os atores envolvidos e o dinheiro moderno – o que se relaciona por exemplo à postura das produtoras de somente "trabalhar com o dinheiro [moderno] para fora da comunidade"(JATOBÁ, 2016)[322]. Ainda nas referências ao campo da tradição socialista (SINGER, 1998), Proudhon também era crítico ao dinheiro, como cita Simmel:

> Proudhon, que descartava qualquer formação estatal fixa e reconhecia como única forma justa de vida social a interação livre e direta entre os indivíduos, *lutava contra a utilização do dinheiro em geral*; pois nele [, no dinheiro,] via um análogo preciso daquelas formações de dominação que retiram dos indivíduos sua interação viva para cristalizá-la em si mesmas. Seria preciso, por isso, fundar uma *permutabilidade dos valores sem a intervenção do dinheiro*, assim como o governo da sociedade sem a intervenção do rei. (SIMMEL, 1987, p. 107, grifo nosso)[323]

Vale destacar que tanto as experiências dos bancos comunitários não monetizados (produtoras) como dos monetizados (BCDs), de diferentes maneiras, procuram diferenciar-se do que aqui tenho chamado de dinheiro moderno, em

---

escassez for erradicada, a necessidade do dinheiro e das sinalizações dos preços também enfraqueceria e a sociedade, [que] em vez disso, poderia escolher democraticamente os objetivos a priorizar, e, assim, como e onde investir os recursos materiais, tecnológicos e humanos de que dispõe." Mais em <http://www.marxismo.org.br/content/o-que-e-o-dinheiro-parte-5-o-futuro-do-dinheiro/>. Acesso em: 10 mai. 2018.

321 Fonte: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1867/ocapital-v1/vol1cap01.htm#c1s4>. Acesso em: 15 abr. 2018.

322 O comentário vale mais precisamente para a Colabor@tiva.PE (que presta serviços em Reais para fora da comunidade), já que na Livre parte do pagamento dos cursos se dá em Reais.

323 O termo socialista utópico foi atribuído a Pierre-Joseph Proudhon por Karl Marx, contudo sem concordância do primeiro, que se denominaria federalista. Mais em https://pt.wikipedia.org/wiki/Pierre-Joseph_Proudhon. Acesso em: 10 dez. 2017.

especial no que se refere à aplicação de juros. Da parte dos BCDs, sua metodologia busca de forma *mediada* (no sentido conferido por Joaquim Melo) colocar em cena empréstimos em moeda social sem juros, contudo em sua história a constituição dos fundos em Reais, em grande medida estiveram vinculados a recursos do sistema financeiro (como os do BNDES) emprestados aos BCDs a juros[324]. Na Rede dos BCDs, como já examinado, o uso dos Reais (no microcrédito produtivo e na conversibilidade com a moeda social) é uma forma de expandir seus limites de atuação para fora da comunidade. Já sob a ótica das produtoras, elas teriam como limite a capacidade de produção das comunidades justamente pela não conversibilidade de suas moedas – como pontuou Joaquim Melo (2015d) sobre os bancos de tempo e as feiras de troca. Seria possível, com as TICs, romper com os referidos limites sem aderir aos circuitos dos juros e do dinheiro moderno? Como uma possível resposta, antes de passarmos à última seção deste capítulo, cabe examinar brevemente um exemplo que guarda semelhanças com as produtoras, onde agem promessas de que as TICs confeririam novas potencialidades a tais arranjos.

Uma experiência que joga luz sobre o tema é a do Open Money, promovida por Guillaume Cabannes (parceiro do Banco Palmas na França). Ela apresenta em sua metodologia três diferenças em relação aos BCDs: “imaterialidade”, “não conversibilidade” com moedas tradicionais e – de forma distinta das produtoras – a possibilidade de trocas globais (CABANNES, 2017)[325]. Tendo iniciado sua operação em 2017 como um piloto em Montreuil – região metropolitana de Paris –, a iniciativa define-se como um banco de tempo “para que todos tenham acesso a serviços de bem-estar [e] para estimular um novo modelo econômico mais justo baseado no tempo, comum a todos nós” (CABANNES, 2017). O dado interessante é que, além

---

324 Um exemplo de microcrédito sem juros é o início do MumbuCred em 2018, em Mumbuca E-dinheiro. Contudo, no Preventório, o próprio Marcos Rodrigo confessou sua resistência à ideia do juros zero durante conversas com vistas à recomposição do fundo do BCD, e das regras dos novos empréstimos, dadas as urgências de equilíbrio financeiro.

325 Cabannes, francês, morou no Brasil e trabalhou na mesma ONG que Joaquim Melo quando do início do trabalho no Conjunto Palmeiras. Um post de Joaquim Melo em fevereiro de 2016 anunciava “parceria com o Instituto Francês IRIDICE para cooperação técnica em Economias Compartilhadas. O IRIDICE criou a Open Money, 1° aplicativo de Moeda Social não monetizada baseada em troca de tempo.” O sistema inclui acesso via *site o*u aplicativo. Mais em <https://www.facebook.com/joaquim.melo.750>. Acesso em 20 jan. 2018.

do sistema de informação, a parceria com a prefeitura de Montreuil prometia permitir uma circulação da moeda com a seguinte dinâmica: ao abrir sua conta no *site*, o usuário recebe 120 OMYs (20018, SITE); quando um usuário presta serviço para outra pessoa, registram-se créditos e débitos em OMYs nas respectivas contas; no caso dos moradores de Montreuil, a parceria com a prefeitura permite o acesso a alguns de seus serviços públicos (piscina, cinema, casa de cultura etc.), "pagando" com OMYs (CABANNES, 2017); na medida em que os serviços vão sendo utilizados e "pagos", a conta da prefeitura em Open Moneys vai aumentando seu saldo; esse saldo em OMYs prometia permitir à prefeitura fazer editais para apoiar entidades voluntárias, associações etc., destinando seus Open Moneys para "pagar" voluntários, complementar o pagamento de funcionários e fornecedores (CABANNES, 2017).

A (i)materialidade das TICs permite aos construtores da Open Money vislumbrarem outras utopias de desconexão com o que Cabannes (2018) chama de "dinheiro capitalista". *Se as produtoras já apontavam para a contabilização e o espalhamento das trocas no tempo (seja em forma de transações imediatas, seja como crédito), o Open Money aponta ainda para a possibilidade de expansão das redes também no espaço, como uma moeda "ética, virtuosa e universal" (site, 2018)*. Assim, a recém-criada moeda francesa carrega promessas de fornecer uma saída para os territórios, com o uso intensivo das TICs e de maneira não dependente do dinheiro moderno. Uma utopia, contudo, distinta de outra digitalização pretensamente universal que cruzou o caminho dos BCDs e que será examinada adiante: a Bitcoin e as criptomoedas.

7.3 O *DOWNLOAD* DA BITCOIN NO BRASIL. E A CIRCULAÇÃO DAS (PRÁTICAS) DAS CRIPTOMOEDAS NA REDE DE BCDS

Cena(s) 13

31 de outubro de 2008, Rio de Janeiro. Marcos, tido como "um hacker meio anarquista" por seu chefe, ainda antes de ligar o micro no trabalho, comenta com um amigo: "- Olha que loucura o sonho que tive: nós fazíamos nossas próprias moedas, sem depender desses governos! Estabelecíamos nós mesmos uma regra pra criação dessas moedas. As transações eram anônimas, ninguém tinha que ficar

sabendo o que eu comprei ou vendi. As pessoas tinham tipo uma senha pra usar a moeda. Sendo anônimas as transações, precisávamos de validadores pra certificar que em uma transação eu realmente paguei… As pessoas podiam ajudar a validar cada transação, mas de uma forma que elas não soubessem quem fazia parte da transação. E quem fazia isso ganhava algumas moedas como prêmio. Com as possibilidades da Internet*, o registro de todas as transações que rolaram ficava aberto, mas sem identificar exatamente a pessoa. E sem ninguém controlando, no esquema do compartilhamento de músicas, ponto a ponto. Pois é, isso era no meu sonho… Mas saca só o e-mail que recebi numa listinha aqui: um tal de Satoshi fala que esteve trabalhando em um novo sistema de dinheiro eletrônico que é completamente ponto a ponto (P2P), sem precisar de um servidor central. Ele disse que resolveu o problema da segurança com a rede P2P, não tem nenhuma instituição centralizada pra emissão de moedas e os participantes podem ser anônimos. Ish, o cara mandou o* link *pra um* paper *e tudo. Acho que tô sonhando ainda…".*

19 de maio de 2018, dez anos depois, seis da manhã de sábado, Rio de Janeiro. Marcos é acordado pelos barulhos de seu filho André, que nem percebe. Volta a dormir. André tem que ir para o ponto de encontro pegar carona com o pessoal da UFRJ. Simpático ao mundo dos hackers *como seu pai, André resolveu "ver qual é" a do II MumbucHacka,* hackaton *em apoio à tal moeda "social" ("o que seria isso?", pensava) eletrônica Mumbuca, em Maricá. Às 8h30, lá estava André, em meio a comerciantes locais vendendo artesanatos, comidas, sucos orgânicos, tudo pago usando o aplicativo E-dinheiro. Às 9h30, Joaquim Melo corta a fita de inauguração da filial do Banco Mumbuca em Cordeirinho e abre os trabalhos. André avista o cartaz "crédito com juros zero" e fica intrigado: um amigo explica que será financiado com uma taxa da circulação da Mumbuca. Pensa com ele mesmo: "– Estão tirando dinheiro das pessoas!" Quando vê a mesa com quatro secretários da Prefeitura, já vira de lado e vai dar uma volta fora do auditório. Abre uma conta no banco e ganha 10 Mumbucas de crédito. Pergunta ao atendente se o código do* software *está no GitHub pra baixar. "– Sim, você pode usar, é só baixar o E-dinheiro da PlayStore", responde. "– Não, não, quero dizer o código-fonte. - Ah, aí não sei não." Compra um suco e um salgado, paga com o E-dinheiro, e fica incomodado com funcionalidades que não estão disponíveis, como a do pagamento sem* Internet*. Volta pro auditório, e vê que os secretários já se foram. Victor, seu colega de turma na UFRJ e quem o chamou para o evento apresenta um* slide *com a "tela preta" e o código-fonte que estão desenvolvendo para colocar no mapa os dados dos fluxos da Mumbuca. Senta, aliviado, e pensa: "enfim, o meu mundo".*[326]

A primeira parte da cena 13 é inspirada na realidade do dia em 31 de outubro de 2008, quando alguém identificado como Satoshi Nakamoto enviou *e-mail* com

326 Esta cena foi baseada em ZAIDAN (2014) e no próprio e-mail de Satoshi Nakamoto, disponível em <http://libertyblitzkrieg.com/2013/10/31/five-years-ago-today-bitcoin-was-born-read-satoshis-original-white-paper/>. Acesso em: 10 jun. 2014. Também contém elementos de minha vivência em Maricá, em especial na inauguração da filial do Banco Mumbuca no bairro de Cordeirinho.

white paper para uma lista de criptografia *cypherpunk*, lançando as bases e as primeiras implementações da Bitcoin (ZAIDAN, 2014)[327]. Qualquer transação realizada com a Bitcoin – talvez a mais conhecida criptomoeda da atualidade – fica registrada em uma espécie de livro caixa (*public ledger*) que contém todas as transações já realizadas na rede, uma de suas grandes novidades. Periodicamente, (a cada dez minutos, segundo Zaidan (2014), a rede reúne as páginas do livro, ou melhor, os blocos da cadeia – em inglês, *blockchain*, que registra sequencialmente as transações e torna-as públicas – contudo sem abrir mão do anonimato das pessoas envolvidas[328]. Essa publicidade das transações é um forte aliado à segurança da rede (CRIPPA, 2014).

O anonimato é garantido pela criptografia – daí "criptomoedas" – e pelo mecanismo de chaves assimétricas. Em resumo, cada usuário dessa rede corresponde a uma chave pública (conhecida pelos outros membros, ou seja, computadores, da rede) e a uma chave privada, a que somente seu dono tem acesso; uma assinatura com a chave privada de um usuário pode ser verificada por alguém com a chave pública desse mesmo usuário (ZAIDAN, 2014)[329]. Outra característica fundamental da Bitcoin é que ela utiliza uma rede de computadores cuja arquitetura pode ser caracterizada como ponto-a-ponto (*peer-to-peer*, ou P2P). Significa dizer que a rede não possui um servidor central – como, por exemplo, ocorre com o E-dinheiro e com o Corais.org –, ou seja, a validação de qualquer transação em Bitcoin é feita numa rede distribuída[330] (figura 30).

---

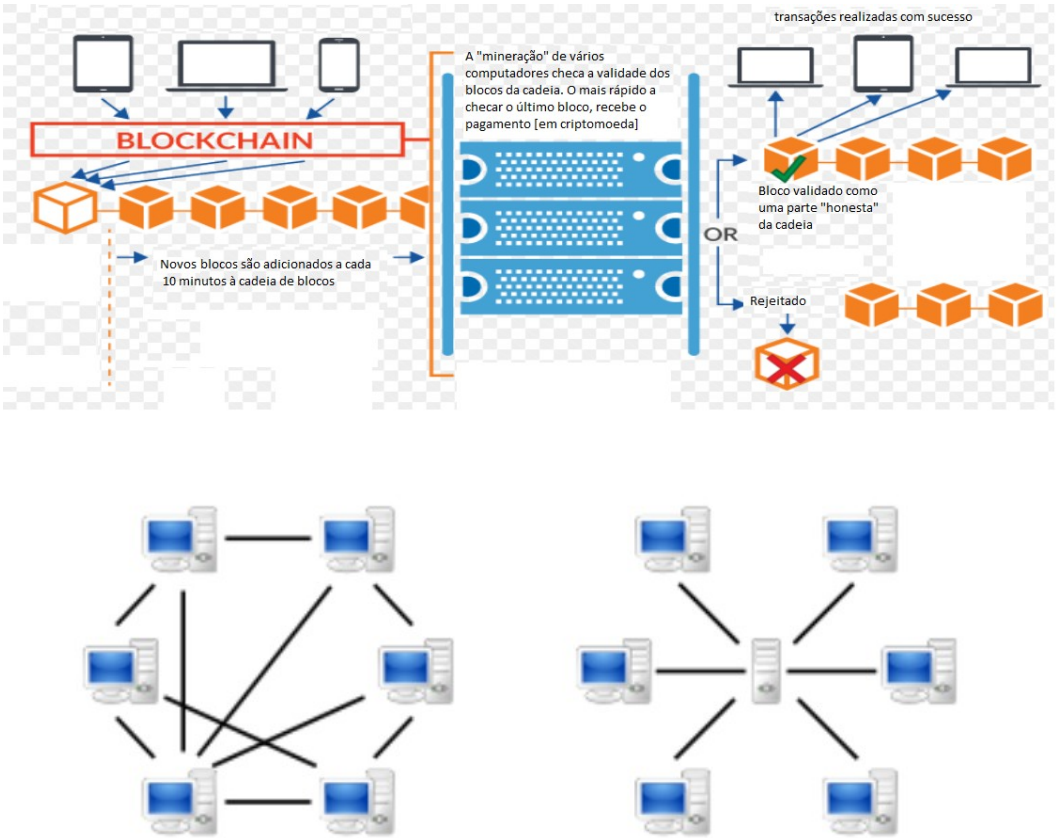
327 Satoshi Nakamoto corresponde ao nome utilizado na Internet. Não se sabe sua real identidade, ou mesmo se se trata de um coletivo de indivíduos. Mais em Manifesto Cypherpunk, disponível em <http://lucasteixeira.com/blog/2010/08/07/manifesto-cypherpunk/>. Acesso em: 10 jun. 2014.

328 "[...] [U]m bloco é um arquivo que contém um cabeçalho que o identifica [… seguida] do registro das transações mais recentes efetuadas com as bitcoins e que ainda não foram registradas em outros blocos. É mais ou menos análogo a uma página individual de um grande livro que registra transações efetuadas em uma bolsa de valores." Fonte: <http://www.techtudo.com.br/artigos/noticia/2014/01/bitcoin-os-blocos-e-sua-cadeia.html>. Acesso em: 03 jun. 2014.

329 A chave pública da Bitcoin é um endereço, uma *string* longa alfanumérica com 35 caracteres; a chave privada permanece no computador do usuário, e é usada para assinar as suas transações: "se você precisar que alguém envie algum Bitcoin pra você, você vai dar aquele endereço, sua chave pública, e a pessoa vai usar essa chave pública para assinar os Bitcoins que ela tem em posse dela, e dessa forma você tem acesso, porque você tem a chave privada, e só você tem acesso àqueles Bitcoins" (ZAIDAN, 2014).

330 "Peer-to-peer (do inglês par-a-par ou simplesmente ponto-a-ponto, com sigla P2P) é uma arquitetura de redes de computadores onde cada um dos pontos ou nós da rede funciona tanto

Figura 30 – Blockchain: processo de validação das transações e rede P2P



Acima, o processo de validação das transações, com a Blockchain. Abaixo, uma rede de computadores P2P, à esquerda, comparada a uma estrutura com um servidor central, à direita. Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Peer-to-peer>. Acesso em: 01 jun. 2014.

Essa arquitetura é uma pista para as formas de geração e circulação da moeda: não há uma entidade central emissora de Bitcoin. Essa geração é feita de acordo com as bases que foram lançadas por Satoshi Nakamoto e implementadas nas linhas de código do *software livre* que funciona em cada um dos computadores da rede. Num processo chamado de mineração de Bitcoins, as moedas são geradas e atribuídas, como um prêmio, aos usuários que colocam seus dispositivos (sejam eles computadores, celulares ou *tablets*) à disposição da rede para validar as transações realizadas em Bitcoins (ZAIDAN, 2014)[331]. Uma rede com essa

como cliente quanto como servidor [...]. Uma rede peer-to-peer pode ser usada para compartilhar músicas, vídeos, imagens, dados [...] com formato digital." Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Peer-to-peer>. Acesso em: 10 jun. 2014.

331 Os usuários que validam transações recebem 25 Bitcoins a cada 10 minutos (CRIPPA, 2014). A validação não é feita por uma autoridade central, mas "por consenso" (BRADBURY, 2013), da seguinte forma: as transações são reunidas em entidades lógicas chamadas blocos; os

complexidade não é isenta de riscos e de críticas, como a possibilidade de perda das Bitcoins (da carteira de Bitcoins), a especialização na tarefa de mineração de Bitcoins – cada vez uma tarefa mais árdua, para especialistas –, as "invasões" às casas de câmbio e a segurança da própria rede[332]. Observamos indícios dessas – e de outras – críticas à Bitcoin em diversos momentos desta pesquisa. De uma parte, deparamo-nos também com estranhamentos daqueles mais imbricados nas redes das criptomoedas em relação às experiências das moedas sociais, como a já citada percepção de Wladimir Crippa (2015) no sentido de que uma moeda emitida por um BCD "parece o Dotz" (seção 2.3.1). Logo após o I MumbucHacka, Henrique Andrade (militante dos *softwares* livres e entusiasta das criptomoedas) confessou sua primeira impressão no sentido de que a experiência do E-dinheiro (como a taxação sobre os comerciantes de 2%, a cada venda) estaria retirando riqueza das pessoas (ANDRADE, 2018). Apesar da reação inicial, Andrade interessou-se em conhecer mais a experiência e seguia (até a conclusão desta pesquisa) no apoio à Mumbuca como pesquisador do LabIS/UFRJ. Contudo, para outro participante do laboratório (que se considera *anarco-capitalista*), a diferença entre sua visão de mundo e aquela que em sua ótica circulava na rede da moeda de Maricá foi um impedimento, segundo ele próprio, para seguir na "frente" de apoio do LabIS/UFRJ aos bancos comunitários.

---

mineradores devem processar tais blocos por meio de uma função criptográfica, produzindo uma assinatura para o bloco, selando-o; o bloco selado é então adicionado à cadeia de blocos (*blockchain*) (BRADBURY, 2013). A validação dos blocos envolve cálculos matemáticos para garantir a sequência dos blocos. Mais em: <http://www.techtudo.com.br/artigos/noticia/2014/01/bitcoin-os-blocos-e-sua-cadeia.html>. Acesso em: 04 jun. 2014.

332 Cada carteira na realidade é um registro do usuário que fica em seu computador. Assim, as recomendações de proteção são a princípio as mesmas para a guarda de arquivos (cópia de segurança) (CRIPPA, 2014) - alternativamente, pode-se imprimir suas chaves, privada e pública. Sobre a dificuldade de mineração por usuários comuns, surgiram *pools* que "movimentam a economia Bitcoin", além das "benditas máquinas projetadas só pra minerar Bitcoin" (CRIPPA, 2014). Uma outra forma para se obter Bitcoins, é aceitar receber por serviços em Bitcoin ou trocando reais por Bitcoin em casas de câmbio (ZAIDAN, 2014). Sobre invasões a casas de câmbio, consultar <http://veja.abril.com.br/noticia/vida-digital/maior-site-de-compra-e-venda-de-bitcoins-sai-do-ar-em-meio-a-rumores-sobre-fraude>. Acesso em: 05 jul. 2014). Outros problemas de segurança podem decorrer caso alguém controle mais da metade do poder computacional da rede – *51% attack* (BRADBURY, 2013) – e no chamado *double-spending attack* (ataque de gasto duplo). Mais em THE PROBLEM (2013) e <http://www.youtube.com/watch?v=HoeQSh_10Ic> (acesso em 05 de jul. de 2014).

De outra parte, na I MumbucHacka Joaquim Melo distanciou as Bitcoins das moedas colocadas em circulação pelos BCDs: “sem polemizar com o pessoal da Bitcoin […], não somos criptomoedas […]. *Somos moeda social* […], [que] tem cara” (JOAQUIM, 2018b). Vale pontuar que o anonimato inscrito nos códigos da Bitcoin – e criticado por Joaquim Melo – é passível de ser *reprogramado*: por exemplo, na nascente iniciativa do “BNDES Token”, inspirada na busca por uma maior transparência dos gastos públicos, cada usuário (na realidade, comércios parceiros) é atrelado ao seu CNPJ (ARANTES, 2018). Também na esfera governamental vale citar o posicionamento do BACEN, de enquadrar as criptomoedas na categoria de inovações em microfinanças (como comprovam os convites a atores daquela rede para os fóruns de democracia financeira) e de diferenciá-las em relação às chamadas moedas eletrônicas, no próprio comunicado do BACEN sobre as criptomoedas[333]. Ao questionamento do anonimato presente nas Bitcoins, soma-se a percepção de Jatobá (2015c) de que “a Bitcoin não resolve nada” (como vimos na cena 10), gerando novas formas de concentração de riquezas – como mostram os já citados investimentos necessários em *hardwares* específicos para a atividade de mineração da moeda. Ou seja, em resumo, o recebimento de Bitcoins como recompensa pela capacidade de processamento dos *hardwares* é altamente dependente da capacidade de investimento – esta, atrelada ao dinheiro moderno. Na mesma linha, pude presenciar uma áspera intervenção de um membro da própria comunidade da Bitcoin no Brasil em uma palestra de divulgação da moeda no fórum Latinoware de 2015: Carolina (2015a) interrompeu a fala de Zaidan para pontuar que a comunidade Bitcoin no Brasil teria se desvirtuado, e o sentido “libertário” teria transformado-se em “especulação”[334]. Examinemos um pouco mais das tensões

---

333 O comunicado nº 31.379 do BACEN, de 16/11/2017, esclarece que “[a] denominada moeda virtual não se confunde com a definição de moeda eletrônica de que trata a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, e sua regulamentação por meio de atos normativos editados pelo Banco Central do Brasil, conforme diretrizes do Conselho Monetário Nacional. Nos termos da definição constante nesse arcabouço regulatório consideram-se moeda eletrônica ‘os recursos em reais armazenados em dispositivo ou sistema eletrônico que permitem ao usuário final efetuar transação de pagamento’. Moeda eletrônica, portanto, é um modo de expressão de créditos denominados em reais. Por sua vez, as chamadas moedas virtuais não são referenciadas em reais ou em outras moedas estabelecidas por governos soberanos”. Mais em <https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/normativo.asp?numero=31379&tipo=Comunicado&data=16/11/2017>. Acesso em: 13 ago. 2018.

334 Adoto aqui um nome fictício para o(a) entrevistado(a).

sociotécnicas do desembarque das criptomoedas no Brasil.

7.3.1 Uma tecnoutopia: coletando traços do discurso da Bitcoin

> *[…] quando Colbert lhe perguntou: 'O que posso fazer pelos senhores?', Le Gendre respondeu: 'O que o senhor pode fazer por nós? Deixai-nos fazer'.*
> *(FOUCAULT, 2008, p. 27)*

Dodd (2014a, p. 1, tradução nossa) defende que "quase todas as formas de dinheiro contém uma tensão (*strain*) utópica"[ci]. O autor identifica

> […] milhares de sistemas monetários alternativos em operação ao redor do mundo, usando uma gama de diferentes mídias e considerando esquemas projetados para fomentar crescimento econômico local, resistir à exclusão financeira ou desafiar o que muitos acreditam ser a *hegemonia persistente e danosa de estados e bancos no caminho que o dinheiro é produzido e manejado* (DODD, 2014a, p. 1, grifo nosso, tradução nossa)[cii].

Para Dodd, desde de década de 1990 há um "surto de interesse"[ciii] em mudar a natureza do dinheiro, o que alcançou um público maior após as crises financeiras (DODD, 2014a, p. 2, tradução nossa). No mesmo ano em que Dodd tecia suas impressões (e também no seguinte), as salas lotadas nas palestras sobre Bitcoin e criptomoedas nos encontros do FISL e Latinoware (os dois maiores congressos de *software* livre brasileiros), apontavam que as impressões do autor confirmavam-se, ao menos para aquela audiência. Ainda, não era difícil identificar nos fóruns uma pretensa independência em relação a governos e sistemas políticos, por um lado, e a bancos centrais e ao sistema bancário em geral por outro. Contudo, como já comecei a delinear, o *discurso* da Bitcoin – para voltarmos a dialogar com a categoria importante na obra de Foucault e nesta pesquisa apropriada na versão de Edwards (1996) – é composto por suportes, metáforas, técnicas e tecnologias consideravelmente distintas daquelas que vimos nos BCDs e nas produtoras. Um indício de que o universo da Bitcoin encontrou forte ressonância entre os adeptos do *software* livre razoavelmente desconectados da economia solidária era o contraste visual no FISL de 2014 entre a pouco concorrida palestra de Pedro Jatobá sobre as produtoras e as salas lotadas onde Wladimir Crippa, Kemel Zaidan e Pedro Resende traduziam a Bitcoin e as criptomoedas para o público brasileiro.

A peculiaridade da Bitcoin em relação a outras formas de dinheiro residiria na

busca por ideais – como liberdade individual e justiça social e econômica – com base na tecnologia, o que faz Dodd (2017, p. 11) chamá-la de uma *tecnoutopia*. Examinarei nesta seção três características que marcaram minha observação sobre esta tecnoutopia, a saber, o que nomearei *rastreabilidade anônima* (uma versão de abertura e transparência permeada por proteção do indivíduo frente a Estados e bancos), *metalismo digital* (com a metáfora da mineração e da escassez monetária embutida nos códigos) e *confiança automatizada* (pretensamente independente da interação entre os humanos, salvos pelas máquinas).

Para Kemel Zaidan, ex-editor chefe da revista Linux Magazine, a rede da Bitcoin não dependeria de bancos ou governos pra existir, o que seria uma vantagem, como afirmou na palestra "O futuro do dinheiro é *open source* (e livre)" no FISL 2014. O tom guardava relação com o "Manifesto Cypherpunk", escrito pelo programador Eric Hughes em 1998 – curiosamente, dez anos antes do lançamento da Bitcoin e ano de criação do Banco Palmas. O manifesto defendia o uso de criptografia para proteger a privacidade na era da informação, argumentando que

> [s]e eu compro uma revista de uma loja e dou dinheiro para o caixa, não há necessidade de ele saber quem eu sou. […]. Se eu peço ao meu provedor de correio eletrônico para mandar e receber mensagens, meu provedor não precisa saber com quem eu estou falando ou o que outros estão me dizendo; meu provedor só precisa saber como levar a mensagem até lá e quanto eu devo.[335]

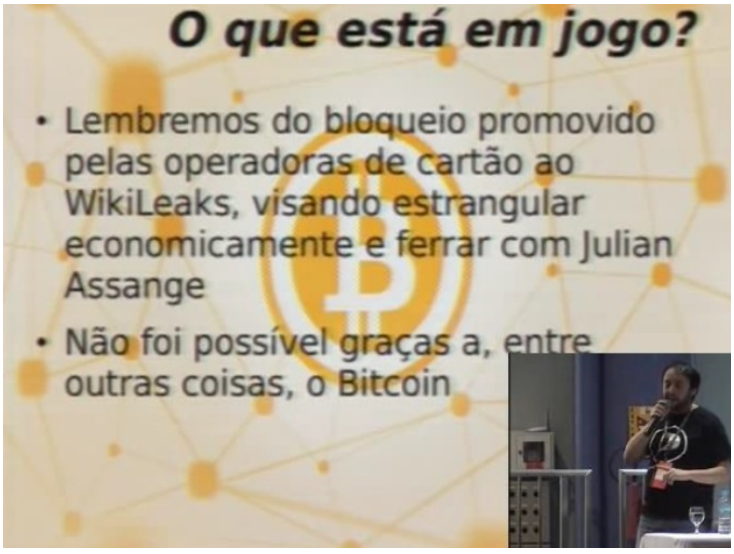
A ênfase no anonimato aparecia assim claramente no texto *cypherpunk*, termo cunhado por Jude Milhon (uma *hacker* estadunidense de São Francisco e autora de "O Manual de Cyberpunk", de 1995) "como um trocadilho para descrever *cyberpunks* que usavam criptografia"[336]. Tal característica desta "moeda sem rosto" (JOAQUIM, 2018b) fora fundamental por exemplo para que a organização WikiLeaks angariasse uma carteira de Bitcoins com o equivalente a mais de quatro milhões de reais (figura 31), como forma de escapar de eventuais bloqueios (situação real com Julian Assange, de quem o governo dos EUA bloqueou ou cartões de crédito), como

335 Fonte: <http://www.tecmundo.com.br/bitcoin/46659-alem-dos-bitcoins-conheca-outras-moedas-virtuais.htm>. Acesso em: 15 jul. 2014.

336 Mais em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Cypherpunk#cite_note-2>, <https://pt.wikipedia.org/wiki/Jude_Milhon> e <https://livecoins.com.br/o-que-e-o-movimento-cypherpunk/>. Acesso em: 15 mar. de 2018.

lembrou o atuante Wladimir Crippa, na palestra “Bitcoin: a Revolução Digital chegou à economia” do FISL 2014[337].

Figura 31 – Bitcoin: discurso de proteção do cidadão frente ao Estado circula no FISL



Wladimir Crippa conecta a Bitcoin à proteção de Julian Assange frente ao governo dos *EUA.* Fonte: Crippa (2015a).

A *rastreabilidade anônima* seria assim um recurso importante na proteção do indivíduo frente aos Estados e governos – para ser mais preciso, no caso dos Estados Unidos[338]. Portanto, seguimos um artefato que nasceu e circula permeado de “referências a elementos da cultura estadunidense” (PRIMO, 2017) – como vimos no exemplo da comunidade WordPress (seção 7.1.2) –, país que registrava em 2017 o “maior número de usuários de criptomoedas, o maior número de ATMs Bitcoin e também os maiores volumes de negociação em Bitcoin globalmente”[339]. Considero que vale, muito brevemente, um diálogo com a obra de Michel Foucault em sua análise da gestação e a influência do “liberalismo americano contemporâneo” (FOUCAULT, 2008, p. 143). Concentrando-nos naquilo que interessa aqui, o autor

337 Crippa define-se como “[u]m velho nerd […]. Organizei 5 conferências nacionais sobre Bitcoin, as chamadas BitConf’s.” Mais em <http://wladimir.com.br/42/quem-sou/>. Acesso em: 09 jun. 2018.

338 Vale pontuar que acompanhamos traduções de construtores brasileiros da Bitcoin numa perspectiva ampliada, incluindo aqueles que divulgam e discutem esta moeda em fóruns de softwares livres.

339 Mais em <https://blogs.thomsonreuters.com/answerson/world-cryptocurrencies-country/>. Acesso em: 10 mai. 2018.

francês chama atenção para as diferenças na relação entre indivíduos e governo na França e nos EUA:

> num país como a França o contencioso […] dos indivíduos em relação ao Estado gira em torno do problema do serviço e do serviço público, [enquanto] o contencioso nos [Estados Unidos] entre os indivíduos e o governo adquire ao contrário o aspecto do problema das *liberdades*. […] [U]ma espécie de reivindicação global, multiforme, ambígua, *com ancoragem à direita e à esquerda*. […]. [À] direita, em nome precisamente de uma tradição liberal histórica e economicamente hostil a tudo o que pode soar socialista; e à esquerda, na medida em que se tratava de fazer […] não apenas a critica mas também travar a luta cotidiana contra o desenvolvimento de um Estado imperialista e militar. (FOUCAULT, 2008, p. 300-301, grifo nosso)

Em meio ao que chama de "autolimitação da razão governamental […], em linhas gerais, 'liberalismo'" (FOUCAULT, 2008, p. 27), o autor francês caracteriza o liberalismo contemporâneo dos EUA, ou "*anarcocapitalismo*, se preferirem" (FOUCAULT, 2008, p. 143), que rejeita um governo intervencionista (FOUCAULT, 2008, p. 184), entendendo o Estado como "mal absoluto" e constituindo "a possibilidade de varrer, numa mesma crítica, tanto o que acontece na [então] União Soviética como o que acontece nos Estados Unidos" (FOUCAULT, 2008,p. 157)[340]. Uma construção situada, que remontaria à consolidação daquele país como independente no século XVIII – com "reivindicações de tipo liberal, reivindicações essencialmente econômicas" (FOUCAULT, 2008, p. 298) – como já brevemente discutimos (seção 4.1).

A análise de Foucault joga luz sobre os enredamentos tanto da *rastreabilidade anônima* da Bitcoin como também das já mencionadas percepções

340 Na obra, Foucault (2008, p. 27) define o que chama de "'[a]utolimitação da razão governamental': o que quer dizer isso, afinal? O que é esse novo tipo de racionalidade na arte de governar, esse novo tipo de cálculo que consiste em dizer e em fazer o governo dizer 'aceito, quero, projeto, calculo que não se deve mexer em nada disso?' Pois bem, acho que é isso que se chama, em linhas gerais, 'liberalismo'". Foucault enuncia ainda essa construção: "[o] trabalhismo inglês levará vocês ao nazismo de tipo alemão […] [numa] espécie de invariante econômico-política que poderia ser encontrada em regimes políticos tão diversos quanto o nazismo e a Inglaterra parlamentar, a União Soviética e a América do New Deal; procuraram identificar essa invariante relacional nesses diferentes regimes, em diferentes situações politicas, e estabeleceram o princípio de que a diferença essencial não era entre socialismo e capitalismo, a diferença essencial não era tampouco entre esta estrutura constitucional e aquela outra. O verdadeiro problema era entre uma política liberal e qualquer outra forma de intervencionismo econômico […] que é essencialmente e antes de mais nada *o crescimento sem fim de um poder estatal*." (FOUCAULT, 2008, p. 151).

iniciais sobre o E-dinheiro em Maricá por parte de atores com grande participação no mundo dos *softwares* livres – como a de retirada de riqueza da comunidade (ANDRADE, 2018) – ou que se identificam com teorias avessas aos "intervencionismos" estatais – como o jovem anarcocapitalista da UFRJ, que desistiu de participar do apoio ao Banco Mumbuca. Ilumina também a tentativa de Dodd (2014a, p. 15) de rastrear influências que circulam na comunidade Bitcoin internacional, citando pesquisa de Lui Smyth: essa comunidade, além majoritariamente branca e masculina, contaria com "simpatias políticas variadas" entre liberais, libertários, simpatizantes "de esquerda" (*left-wing*) (25% cada) e, em menor escala, outros grupos, como os anarquistas. Pode-se argumentar que, no contexto estadunidense, tal relativa diversidade política guarda uma sensível afinidade na defesa das liberdades individuais e nas restrições ao olhar do Estado. Assim, enquanto os BCDs incorporam uma proposição de gestão comunitária da moeda e do crédito (com a publicidade local da lista dos devedores) e as produtoras colaborativas apostam na publicidade digital das transações, *a proposta da Bitcoin, uma rede em grande medida estadunidense, embute o anonimato como defesa de liberdades individuais frente aos governos, numa abordagem que dialoga com a formação do "liberalismo americano contemporâneo"* (FOUCAULT, 2008, p. 143).

Quando Zaidan (2014) projetou a imagem da mineração de ouro em sua palestra para ilustrar a mineração da Bitcoin, não deixou dúvidas de que a moeda conecta-nos também ao que Bill Maurer et al. (2013) chamaram de *metalismo digital.* Uma noção que carrega "uma imagem do *dinheiro como coisa* que tem que ser mantida escassa – para que seu valor seja protegido" (DODD, 2017, p. 10, grifo nosso, tradução nossa)[civ]:

> [o] "metalismo digital" da Bitcoin – sua similaridade com o ouro – é uma enorme desvantagem. Em outras palavras, a própria característica do Bitcoin que a torna atraente como um sistema monetário aberto e democrático que é livre de estruturas de poder assimétricas – o software que controla exatamente quantas Bitcoins serão produzidas – prejudica sua operação como forma de dinheiro (DODD, 2014a, p. 19, tradução nossa)[cv].

Dodd chama assim atenção para um relativo paradoxo: a potência representada pelo *software* (livre) usado na Bitcoin é sob sua ótica contraposta de certa maneira pelo amparo em "uma teoria monetária mais ligada a políticas de

austeridade que a uma reforma socialmente progressiva do dinheiro" (DODD, 2014a, p. 21, tradução nossa)[cvi]. Tal visão embutida nos códigos-fonte, alinhada com uma pretensa origem do dinheiro no "mercado", narra a Bitcoin como um "ativo (ou ferramenta de especulação)" (DODD, 2014a, p. 21, tradução nossa)[cvii], gerando de fato concentrações – (em 2014 uma pesquisa apontava que 70 pessoas detinham 30% de todas as Bitcoins (DODD, 2014a, p. 14)[341]. Nesse sentido, o *metalismo digital* afasta a Bitcoin das moedas dos BCDs (cujo câmbio com o Real é fixo) e ecoa a crítica de Jatobá (p. 253) de que ela mantém um perfil concentrador de renda.

Contudo, talvez a maior distância entre a rede dos BCDs (e também das produtoras) e a da Bitcoin esteja na construção de confiança entre os atores. Como pudemos perceber no depoimento de Crippa (2015) – ou ainda nas percepções iniciais de Henrique Andrade (2018) –, os BCDs soam como uma instância centralizadora que de algum modo governa os indivíduos. Eles encarnariam uma descentralização insuficiente: a *proximidade* não garantiria a lisura na relação de um banco comunitário com os recursos da comunidade. Ainda que com moedas digitais, quem garantiria que os administradores do sistema não modificariam os dados *segundo seus interesses*? Sejam os integrantes de um banco comunitário (com acesso a todos os dados da rede local via sistema E-dinheiro), aqueles da Rede de BCDs (acessando todos os dados dos bancos também via sistema), ou mesmo os técnicos que mantém a plataforma E-dinheiro operando (com acesso direto ao banco de dados, centralizado), qualquer um poderia quebrar a confiança da rede, já que a tecnologia utilizada o permitiria. *A desconfiança nos governos, bancos e bancos centrais foi também endereçada pelos entrevistados (ao menos num primeiro olhar) aos BCDs. No caso da Bitcoin, o aliado para criar confiança na rede não seria a proximidade entre os usuários e os coletivos administradores das moedas, mas uma confiança automatizada implementada pela tecnologia da*

341 Sobre a suposta origem do dinheiro no mercado, Dodd (2014a, p. 10) afirma que, "[e]nquanto a ideologia por trás da Bitcoin é libertária, a teoria do dinheiro que a informa pode ser conectada (*traced back)* a [Carl] Menger". A teoria do austríaco Menger, consolidada na obra "On the Origin of Money" (em 1892), consideraria que "[n]enhuma pessoa se recostou e se pôs a pensar em um meio universal de troca, e *nenhuma coerção governamental foi necessária* para efetuar a transição de uma economia de escambo para uma economia monetária" (grifo nosso). Mais em <https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=209>. Acesso em: 10 maio 2018.

blockchain.

7.3.2 Antropohakeando a Bitcoin: possibilidades de (cripto)democracias econômicas

Muito dinheiro com poucos
É que tá gerando o caos
Dinheiro na mão de muitos
É progresso social
É a saída segura
É o remédio da cura
Dessa crise mundial

Esse assunto nos provoca
Rever a Democracia
Porque pra ser cidadão
Na lei da filosofia
Ela não é só poder votar
Mas poder participar
Também da Economia
(DEMOCRACIA ECONÔMICA, 2010, p. 04-05, grifo nosso)

O que chamei de *rastreabilidade anônima*, *metalismo digital* e *confiança automatizada* constituem metáforas do discurso de uma *tecnoutopia* que aponta para um futuro sem fronteiras, uma *Internet* sem governos e uma tecnologia pretensamente sem influências políticas[342]. O deslocamento da tarefa de construção de confiança dos humanos para as máquinas – nas palavras de Gladstone Arantes (2018), da equipe do BNDES Token, o estabelecimento de uma "confiança entre paranóicos" – pode ser lido como uma versão extrema de casos cada vez mais comuns em que as TICs robustecem relações de confiança entre desconhecidos, como nos aplicativos e *sites* para transporte e compras. A crença nas tecnologias da informação como suporte para tarefas humanas não é exatamente uma novidade da *blockchain* nem de tais sistemas, encontrando rastros desde a constituição da cibernética enquanto campo de conhecimento, até o que convencionou-se chamar cibercultura. Fazendo um recorte nas origens da *Internet*, a "Declaração de Independência do Ciberespaço" já proclamava:

> [ó], Governos do Mundo Industrial, esgotados gigantes de carne e aço, eu venho do ciberespaço, a nova morada da mente. Em nome do futuro, eu

342 "Em 30 anos, não teremos mais fronteiras [entre Estados]", apontava em 2015 um dos participantes do Fórum de Cidadania Financeira do BACEN (2016).

> peço a vocês do passado que nos deixem em paz. Vocês não são bem-vindos entre nós. Vocês não têm soberania onde nos reunimos. [...] Declaro que o espaço social global que estamos construindo é naturalmente independente das tiranias que vocês querem nos impor. (BARLOW, 1996 *apud CARVALHO et al., 2005, p. 58)*

No mesmo tom, Crippa (2014) posicionava a Bitcoin nos contextos mais amplos de revolução digital e democracia direta. Parece pertinente assim situar os valores que permeiam a rede da Bitcoin como estando imbricados com os discursos e visões de mundo que circulam entre militantes da *Internet*, do protocolo P2P e do *software* livre, como transparece na fala de Crippa (2014): para ele, o “Mp3 é uma porta de entrada para 'drogas mais pesadas' como a Bitcoin”. Sem aderir a um discurso triunfalista das TICs, cabe reconhecer que há diversas possibilidades de digitalização que embutem diferentes enredamentos, distintas utopias e que também criam novas possibilidades de democracia econômica. Contudo, as visões desta tecnoutopia são sem dúvidas problemáticas sob diferentes óticas, uma delas a dos “sociólogos da ciência e tecnologia [que] vão lhe dizer, máquinas nunca fazem nada apenas por si mesmas”[cviii] [343]. A afirmação é de Dodd (2014a, p. 9, tradução nossa), ao comentar o caráter ao mesmo tempo interessante e problemático da delegação às máquinas da “tarefa de proteger o valor do dinheiro” na Bitcoin. Concordo com Dodd (2014a) no sentido de que a Bitcoin embute uma série de opções altamente discutíveis e distantes de visões do dinheiro como a de Sylvio Gesell, já discutidas aqui (seção 4.2), de “tornar a retenção do dinheiro menos atraente” (DODD, 2014a, p. 8).

Neste ponto, à luz das medições praticadas pelos atores investigados, julgo pertinente questionar se seria possível, numa postura antropofágica, digerir *blockchain*, moedas sociais, BCDs, produtoras, gerando soluções pertinentes para nosso território, sob o ponto de vista das democracias econômicas. Nesse sentido, em especial os *softwares* possuem uma característica importante que é a possibilidade de serem recodificados, reprogramados, sendo adaptados a outras necessidades/possibilidades. Um efeito da Bitcoin, quase que somente possibilitado por conta de seu código-fonte ser um *software* livre, é o desenvolvimento de outras

343 Afirmação problematizável no campo da inteligência artificial, contudo pertinente aqui.

moedas, também baseadas na proposta do *paper* de Satoshi Nakamoto, com algumas alterações no código. No FISL de 2014 já circulavam propostas como a Litecoin – que poderia ser minerada com *hardwares* mais modestos, além do processamento dos blocos ser mais rápido (2,5 minutos, em comparação com os 10 minutos da Bitcoin)[344] – e a Peercoin, que troca capacidade de processamento por capacidade de colaboração ("quantas pessoas consigo para minerar dados") (REZENDE, 2014). Dodd (2014a, p. 19) menciona a Frecoin, que implementava as propostas de Sylvio Gesell, sendo promovida pela "Frecoin Foundation, ligada ao movimento Occupy WallStreet". O autor aponta que a Bitcoin teria menos chances de sobreviver que a própria tecnologia da *blockchain* (embutida em seu *software*), que vem sendo usada para além do mundo das moedas, como nos chamados "*smart contracts*" (DODD, 2014a, **p.** 20-21).

Interessa, para nós, buscar conexões entre as promessas das criptomoedas e aquelas da chamada democracia econômica, cuja construção circula na Rede dos BCDs. O termo das democracias econômicas é associado aqui a enquadramentos para além dos tradicionais eleitorais e político-partidários. Tal abordagem justifica-se, como o fiz em outro momento, na medida em que

> práticas democráticas que transbordem o quadro meramente político-eleitoral e que, em especial, sejam protagonizadas pela "sociedade civil", constituem-se em agenciamentos úteis para criar "raízes profundas" da democracia na sociedade, [...] ou estabelecer vínculos estáveis, na perspectiva dos Estudos CTS (Ciências-Tecnologias-Sociedades).[345] (FARIA, 2010)

Para além dos dizeres produzidos pelo artista local Parahyba citados no início desta seção, o tema da democracia econômica manifesta-se na Rede de BCDs por exemplo como um dos eixos temáticos do encontro "Solidários 2018 – Encontro Global de Bancos Solidários de Desenvolvimento"[346]. Um dos palestrantes previstos

344 Mais em <http://www.tecmundo.com.br/bitcoin/46659-alem-dos-bitcoins-conheca-outras-moedas-virtuais.htm> e em <http://www.infomoney.com.br/cryptos/litecoin>. Acesso em: 10 jun. 2018

345 Segundo o relatório do PNUD (2004), a situação brasileira encontra semelhanças na América Latina: as "[...] raízes [da democracia na América Latina] não são profundas. […] [A] democracia é, pela primeira vez na história da América Latina, a forma de governo predominante" (PNUD, 2004, p. 13), mas "[g]rande parte das latino-americanas e dos latino-americanos dá mais valor ao desenvolvimento do que à democracia […]." (PNUD, 2004, p. 29)

346 Mais em <http://bancossolidarios.global/>. Acesso em: 10 jun. 2018.

no encontro, Ladislau Dowbor – que escreveu no livro de 15 anos do Banco Palmas – entende que ao tratar o tema

> [s]omos, de certa forma, condenados aqui a uma metodologia de esboços, ou de *impressionismo*, como numa pintura de Renoir: de perto vemos inúmeros pontos sem sentido. Quando nos afastamos da pintura, no entanto, surge uma forma, A visão que a sustenta está apensas surgindo (DOWBOR, 2008, p. 24)

A imagem parece especialmente adequada aos esboços coletados e que apontam possibilidades de conexão das práticas e tecnologias utilizadas nas criptomoedas (e no mundo do *software livre*) com aquelas dos BCDs. O primeiro esboço perpassa o conceito de renda mínima, que conecta o programa que faz circular a maricaense Mumbuca com uma rede que teve início na cidade de Valence, interior da França. Durante uma entrevista com o entusiasmado Philippe Le Duigou sobre a experiência da então moeda local digital "Bel Monnaie" (que utiliza aplicativos e dispositivos móveis), o entrevistado discorria sobre o que para ele era um problema importante: a dificuldade de diálogo entre as duas principais redes francesas de moedas alternativa, em especial sobre a digitalização ou não das moedas (LE DUIGOU, 2017). Enquanto que a MLCC (*Monnaies Locales Complémentaires Citoyennes*) seria reticente quanto à digitalização, o *Mouvement Sol* (do qual a Bel Monnaie fazia parte) seria mais aberto a experiências digitais[347] (LE DUIGOU, 2017). Quando perguntado sobre as criptomoedas, o então *co-président du Mouvement Sol* mudou de expressão: tudo o que tinham conquistado com a Bel Monnaie desde 2013 era importante, claro, mas ele estava envolvido com um outro projeto que era "para mudar a sociedade", e que seria, este sim, era "revolucionário" (LE DUIGOU, 2017). O ex-bancário e desenvolvedor de *software* falava do projeto da *monnaie libre*, que utilizaria uma criptomoeda embutindo uma lógica onde cada participante da rede teria direito mensalmente a uma renda mínima, ou seja, receberia em sua conta uma quantidade de créditos em *monnaies*

347 Mais sobre a MLCC em <http://monnaie-locale-complementaire-citoyenne.net/les-monnaies-libres-ni-libres-ni-monnaies/>. Sobre o Sol, ver <http://www.sol-reseau.org/>. Quando perguntado sobre a possibilidade de digitalização, o responsável pela moeda l´Élef (integrante da MLCC e que circula na cidade francesa de Chamberie) relatou que haveria no mesmo dia uma assembléia em que o ponto seria discutido (CHAYS, 2017). Mais em <http://monnaie-locale-complementaire-citoyenne.net/elef/>. Acessos em: 10 jun. 2018.

libres gerada pelo *software* (LE DUIGOU, 2017)[348]. Esperançoso, Philippe Le Duigou considerava que a ideia de renda mínima implementada por meio de uma criptomoeda poderia agir para a aproximação entre as redes de moedas alternativas francesas (LE DUIGOU, 2017)[349].

O esboço de Le Duigou aponta para uma *renda mínima como um direito social desconectado das moedas tradicionais e implementado por uma variante da Bitcoin que distribui valor aos participantes da rede, a princípio escapando das críticas às concentrações da Bitcoin, mas sujeito ao esforço de reconstrução de uma nova rede de produtores, consumidores, comerciantes, enfim, pessoas que venham a aderir à ideia*. Mais conectado com o discurso anti-corrupção e com a transparência dos gastos públicos, mas igualmente implementado por uma criptomoeda com a tecnologia da *blockchain*, está a proposta do BNDES, em fase piloto ao término desta pesquisa. A proposta da *BNDES Token* foi premiada em um concurso de inovação do banco estatal prometendo rastrear seus investimentos e mostrá-los em tempo real para todos os brasileiros interessados em acompanhar seus caminhos: desde a saída do banco até seu cliente (em forma de BNDES Token), passando pelos desembolsos do cliente (no piloto, o Governo Estado do Espírito Santo) com seus fornecedores, até o resgate (troca dos BNDES Tokens por Reais) pelos fornecedores diretamente com o BNDES (ARANTES, 2018). Em sua implementação piloto, Gladstone Arantes e sua equipe abrem mão da privacidade (originalmente embutida na proposta da Bitcoin) em troca da rastreabilidade dos recursos públicos entre diferentes CNPJs: na *blockchain* do sistema, cada chave pública é relacionada a um CNPJ, conectando o mundo virtual ao real (RABIN, 2018).

Além da diferença no campo dos direitos civis (no caso do embate entre

---

348 Sobre Le Duigou, ver mais em <https://www.journeeseconomieautrement.fr/intervenants-2017/philippe-le-duigou/>. Sobre la monnaie libre: <https://iledefrance.monnaie-libre.fr/monnaie-libre-quest-cest/>, <http://www.delmo-asso.org/la-theorie-relative-de-la-monnaie-trm/>, e uma visão crítica em <http://monnaie-locale-complementaire-citoyenne.net/les-monnaies-libres-ni-libres-ni-monnaies/>. Acessos em: 10 jun. 2018.

349 O tema foi pauta na eleição presidencial francesa daquele ano. Mais em <https://diplomatique.org.br/renda-minima-um-debate-desmancha-prazeres/> e <https://www.revistaforum.com.br/salario-universal-em-marica-rj-e-destaque-na-imprensa-europeia/>. Acesso em: 11 jun. 2018.

privacidade e transparência), outra alteração importante é o lastro: cada BNDES Token corresponde e pode ser convertido em um Real, moeda nacional. Desta forma, a BNDES Token implementa um modelo com muitas semelhanças em relação ao dos BCDs: a despeito da evidente diferença de escala e da forma de armazenamento dos dados, o desenho da circulação da criptomoeda lembra em muito o do E-dinheiro, onde o "BNDES" faz o papel do BCD, o "cliente" do empréstimo é o morador , e o fornecedor é o comerciante/produtor local (imagem no APÊNDICE 1). A implementação do BNDES Token permite pensar na possibilidade de um E-dinheiro implementado com a tecnologia da *blockchain*, fazendo os registros de transações circularem ao longo da rede, em vez de permanecerem nas paredes dos bancos, em seus livros contábeis, ou nos bancos de dados do E-dinheiro – o que traria um ganho de transparência aos olhos daqueles distantes e/ou desconfiados da relativa centralização, ainda que comunitária, dos BCDs[350]. *Ou seja, ainda que tenham sido gestadas em territórios e redes tão distintas (de um lado, a do Conjunto Palmeiras, da Teologia da Libertação e do combate à pobreza – no caso dos BCDs –, de outro, a dos* softwares *livres, das liberdades individuais, do combate a um Estado intervencionista – caso da Bitcoin e da blockchain), a (i)materialidade dos* softwares *permite pensar na possibilidade dos BCDs incorporarem a* blockchain *em sua moeda social eletrônica. Tal incorporação tem o potencial de manter os valores dos BCDs, acrescentando uma transparência pública que pode ser entendida como uma antropofagização da Bitcoin para dentro do movimento de democracia financeira e bancária posta em marcha pelos BCDs brasileiros[351].* Tal incremento na confiabilidade entre desconhecidos pode ser importante em especial quando as experiências dos BCDs têm maior escala (como no município de Maricá) e envolvem diversos atores (como o poder público).

Concluindo a sessão, passamos da discussão dos códigos-fonte à discussão dos dados de circulação da moeda. Ainda na linha da percepção de transparência e

350 Cabe mencionar o risco de "manipulação" do BNDES (ANDRADE, 2018) caso o processamento concentre-se em seus computadores – possibilidade que se verifica em caso de concentração do poder computacional em uma rede com *blockchain*, mencionada na seção 7.3.

351 Uma hipótese a ser avaliada, inclusive, do ponto de vista da *performance* do sistema, dado que em muitos casos as validações das transações de uma rede via *blockchain* é mais lenta que a realizada com *softwares* que utilizam bancos de dados tradicionais.

de confiabilidade das experiências dos BCDs, vale finalmente situar a parceria entre os BCDs e o LabIS/UFRJ, iniciada concretamente com as *MumbucHackas*, dinâmicas inspiradas na prática das *hackatons,* comuns no mundo dos *softwares* livres (como vimos, seção 7.1.1). No laboratório, foi acordada que uma de suas frentes apoiaria a digitalização das moedas dos bancos comunitários, contando ao final desta pesquisa com três graduandos colaboradores, um bolsista doutorando (Pedro Braga) e com Henrique Andrade, além deste pesquisador e da participação de Fernando Severo, como coordenador do LabIS/UFRJ. A possibilidade do estabelecimento de uma possível governança do código-fonte do E-dinheiro que envolvesse coletivos para além de seus programadores "originais" (da MoneyClip) – em que poderia inclusive ser avaliado um armazenamento distribuído das transações, com *blockchain* – foi conversada, mas não priorizada. Contudo, um primeiro esboço de resultado das duas *MumbucHackas* (ações concretas pioneiras das parcerias) organizadas em janeiro e abril de 2018 foi no sentido de começar a analisar os dados da Mumbuca, considerando a possibilidade de sua rastreabilidade. Num primeiro trabalho com os dados, ainda antes da entrada em operação do E-dinheiro em Maricá em 2018 (oriundos da circulação da moeda por meio do cartão da ValeShop), pensou-se em mapear espacialmente os fluxos monetários distribuídos na região de Maricá (imagem no APÊNDICE 4), o que foi debatido em apresentações na COPPE/UFRJ e em Maricá, ambas feitas por alunos do LabIS/UFRJ.

Na MumbucHacka de abril, Joaquim Melo anunciou que a circulação da Mumbuca E-dinheiro havia possibilitado a arrecadação de um total de trinta e três mil Reais pelo Banco Mumbuca, entre fevereiro e maio de 2018[352]. O entusiasmo apontava para um esboço das tão sonhadas sustentabilidades financeiras dos BCDs. Um cartaz anunciava o lançamento das "Cirandas da Mumbuca", onde o BCD começaria seu programa de microcrédito a juros zero, financiado exclusivamente apenas com os recursos oriundos da circulação da Mumbuca por meio do E-dinheiro. A concessão de crédito finalmente começaria no Banco Mumbuca, com

352 Vale notar que de janeiro a junho de 2018 foi realizada a migração dos beneficiários, antes usuários do sistema da ValeShop, para o E-dinheiro.

uma *promessa de metodologia de rodas de conversa (as cirandas), reuniões abertas à participação da população que podem ser lidas como uma ampliação dos direitos políticos para a arena econômica*, se pensamos na linha da expansão da democracia para além das eleições e do quadro político-partidário.

Naquele mesmo encontro, ficou acordado que o LabIS/UFRJ produziria mensalmente uma análise dos dados da circulação da Mumbuca E-dinheiro, o que foi iniciado com a participação de Pedro Braga. A iniciativa constituiu-se em uma oportunidade para que, junto com Braga, eu pudesse ter acesso aos dados de circulação do E-dinheiro (acesso esse solicitado desde julho de 2016 à MoneyClip). Ainda que no espírito dos "esboços, ou de *impressionismo*, como numa pintura de Renoir" (DOWBOR, 2008, p.24), o exame inicial dos dados de janeiro a julho de 2018 gerou um relatório preliminar, onde foi possível tecer algumas observações[353]. Constatou-se por exemplo que o *Banco Mumbuca arrecadava muito mais com as taxas sobre as vendas dos comércios que com aquelas sobre o resgate* (troca da Mumbuca pelo Real), o que conectava a sustentabilidade financeira do BCD mais à circulação da moeda e ao que poderia ser chamado de "estoque" de Mumbucas em circulação. Pôde-se assim experimentar algumas métricas potencialmente úteis para o Banco, para o poder público e para a comunidade que utiliza a moeda social eletrônica: a partir da saída e da entrada em circulação das Mumbucas, pode-se monitorar o estoque de Mumbucas, a "saída percentual de Mumbucas", ou a relação entre a arrecadação do banco e o estoque de Mumbucas em circulação. No relatório preliminar os gráficos foram

> agrupados em seções, de modo a facilitar o entendimento e a visualizar o que no futuro poderia ser [...] um "painel de transparência" dos bancos comunitários. [354]

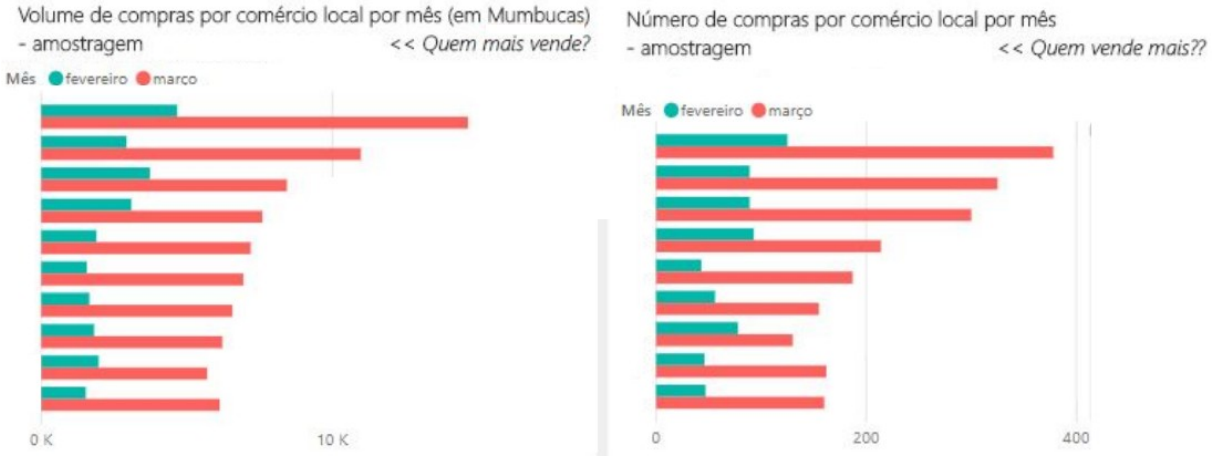
Foram propostos os painéis "Faixa Etária" (indicando a distribuição de idades

353 O relatório preliminar está disponível em <https://is.cos.ufrj.br/producoes/>. Acesso em 25 out. 2018.

354 Em um dos painéis propostos no relatório é discutida a "saída percentual de Mumbucas": comparando a saída mensal de circulação das Mumbucas com a quantidade de Mumbucas disponível no período. A relação entre a arrecadação do banco e o estoque de Mumbucas em circulação informa-nos possivelmente sobre uma velocidade maior ou menor na circulação da moeda envolvendo compras nos comércios locais.

entre beneficiários e demais usuários), “Dispersão de comércios e beneficiários” (apontando para a localização por bairros), “Depósitos (Mumbuca entrando)” (ressaltando volumes totais e médias mensais dos depósitos relativos aos programas da Prefeitura e àqueles voluntariamente realizados pelos moradores), “Fundo BCD e Saída MS (Mumbuca circulando e saindo)” (descrevendo graficamente, a partir das taxas recebidas pelo BCD, a evolução mensal de operações como compras nos comércios locais, pagamento de boletos e troca de Mumbucas por Reais) e “Estoque de Mumbucas” (comparando saídas e depósitos agregados em Mumbuca, mês a mês). Ainda, uma versão do relatório restrita ao BCD propunha adicionalmente os seguintes painéis de visualização para a gestão interna do banco comunitário: Saída relativa e Circulação MS, Consumo e Poupança (incluindo o acompanhamento mês a mês do agregado dos saldos dos moradores), Concentração de vendas (permitindo visualizar os comércios que vendem mais, em volume de Mumbucas, e os que mais vendem, em número de vendas – figura 32)[355].

Figura 32 – Esboço do “painel de transparência”: concentração de vendas da Mumbuca



Exemplo de um dos painéis propostos, preliminarmente: “Concentração de vendas” (sugerido no relatório para visualização do BCD). Os nomes dos comércios foram omitidos aqui, por privacidade, e os dados foram coletados por amostragem, devido à dificuldade de exportação pela interface web administrativa do E-dinheiro. À esquerda, o volume agregado de vendas dos comércios em fevereiro e março, em Mumbucas. À direita, o número de vendas realizadas. O painel pode subsidiar o BCD, por exemplo, quanto ao crédito a novos empreendimentos em regiões em que poucos comércios concentram as vendas. Fonte: <https://is.cos.ufrj.br/producoes/>. Acesso em 25 out. 2018.

355 Esta versão restrita do relatório, também encaminhada ao Banco Mumbuca, continha ainda uma "Proposta de Publicidade das Tabelas" utilizadas como fonte e seus respectivos dados, apontando que, "[c]om isso, pode-se obter contribuições em análises e visualização dos dados, por exemplo, por jovens da própria comunidade de Maricá, ou em eventos como a Hackaton do Solidários 2018”.

O relatório foi discutido em reunião do LabIS/UFRJ com Joaquim Melo no Banco Mumbuca (em 27/10/2018), quando a ideia dos painéis de transparência foi validada. Se a proposta do BNDES Token objetivava “que o registro público das transações ajude a dar mais transparência aos financiamentos do banco” (RABIN, 2018), *a rastreabilidade da moeda eletrônica dos bancos comunitários, ainda que armazenada em um banco de dados centralizado, permite pensarmos em traduzir a transparência comunitária (materializada por exemplo nos dados expostos paredes do Banco do preventório – seção 5.1.2) para portais digitais de transparência dos bancos comunitários. Por um lado, apoiando os próprios BCDs em sua gestão e, por outro, democratizando o acesso às informações de circulação das moedas para as próprias comunidades e as diferentes instâncias de poder público.*

O exercício de monitoramento da circulação da moeda social eletrônica traduziu as palavras de Cukierman (2018), para quem, com a digitalização pode-se pensar em "um outro olhar sobre a pobreza e a informalidade", com dados mais amigáveis para os BCDs, para o poder público e para os usuários das moedas sociais. Por fim, nesse sentido e também com vistas a discutir com a Rede de BCDs os novos atores que passam a constituí-la com a digitalização de suas moedas (como os códigos-fonte e os bancos de dados), vale registrar que participei pelo LabIS/UFRJ da organização de uma *hackaton* dentro do Solidários 2018[356]. A ideia foi discutir a ampliação do ecossistema do E-dinheiro, com o levantamento de possíveis novas funcionalidades e dos problemas mais importantes, além da discussão do relatório preliminar da experiência da Mumbuca E-dinheiro, em Maricá. O encontro constituiu-se em uma experiência bastante rica e com alta participação (76 pessoas no total, representando BCDs das mais diferentes regiões), onde avalio que avançamos na necessária tradução do mundo das TICs e dos *softwares* para o mundo dos bancos comunitários – alguns deles sem conhecer ainda o E-dinheiro. Contudo, ficou clara a necessidade de avançar ainda mais na mediação entre Rede de BCDs e os desenvolvedores do E-dinheiro, com vistas tanto a possibilidades de contribuições ao código-fonte como na facilidade de análise dos dados de circulação

356 A Hackathon foi organizada pelo LabIS/UFRJ, e ocorreu nos dias 04, 05 e 06 de setembro de 2018. Imagens no APÊNDICE 9.

das moedas sociais.

A elaboração dos painéis, o início de sua discussão com a Rede de BCDs (na *Hackaton* Solidários e em Maricá) e com a própria prefeitura de Maricá reverberaram as principais questões desta seção e deste capítulo[357]. A limitação de alguns gráficos dos painéis deveu-se aos dados estudados estarem acessíveis (somente pela) na interface administrativa do E-dinheiro. Tal questão pode ser mitigada com uma *mediação* com os desenvolvedores do E-dinheiro em direção à ampliação desse "ecossistema" (ao menos para a Rede de BCDs), no sentido de maior abertura tanto dos dados (por exemplo, com uma API que permita consultas mais flexíveis à base de dados) quanto dos códigos-fonte (que possibilitaria novas funcionalidades na interface administrativa). Em outras palavras creio que tais produções e atividades contribuíram para diminuir uma pretensa distância entre as práticas sociais dos bancos comunitários e as tecnologias que se apresentam. Pautaram assim que tanto os *softwares* quanto os dados digitais da nova moeda eletrônica podem ser pensados como bens comuns (e não somente as metodologias de microcrédito e das moedas sociais), como vimos ao longo do capítulo. Bens comuns que auxiliam na programação de entidades como rastreabilidade, confiança e lastro, configurando mercados específicos que podem recosturar direitos sociais (como a renda mínima), civis (tal qual o da privacidade) e político-econômicos (como nas cirandas de crédito). Tais produções e atividades foram inspiradas em modelos e moedas distintos daqueles dos BCDs (como as *hackatons*, os *softwares* livres e as criptomoedas), mas puderam ser *antropohackeados* com/pelos bancos comunitários na construção contínua de democracias econômicas.

357 O trabalho, ainda que muito brevemente, foi apresentado em evento que reuniu secretários municipais para discutir a moeda Mumbuca. Mais em <https://www.marica.rj.gov.br/2018/09/28/seminario-no-henfil-marca-integracao-do-poder-publico-para-desenvolvimento-economico-de-marica/>. Acesso em 01: out. 2018.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomo minhas inquietações e os questionamentos iniciais de pesquisa neste capítulo, organizado em três seções, que configuram diferentes olhares retrospectivos sobre esta tese, possivelmente interessando a públicos distintos[358]. Inicio comentando a abordagem metodológica utilizada, o que pode ser especialmente interessante àqueles da comunidade de Estudos CTS, notadamente a brasileira, bem como a pesquisadores habituados a outras metodologias contudo instigados pelas temáticas dos bancos comunitários, das moedas sociais, da economia solidária, bem como das criptomoedas. Na seção seguinte resgato as duas ênfases propostas inicialmente sobre as experiências investigadas, a saber, os percursos *entre ficções e fatos respeitáveis* (considerando os caminhos *desde a ilegalidade da moeda social até sua transformação em política pública, e desde o seu desconhecimento até sua constituição como um ponto de passagem obrigatória para o desenvolvimento local*), e as *similaridades e diferenças introduzidas pelas TICs* nas redes estudadas (tanto do ponto de vista dos diferentes *discursos alternativos* que as permeiam, quanto daquele das *moedas como construções sociotécnicas*, perspectiva segundo a qual o *social* e o *técnico* são indissociáveis). Por tratar de caminhos para a consolidação da metodologia dos BCDs, considerando a entrada das TICs nesse processo, tais ênfases podem configurar-se em olhares propícios a gestores públicos e órgãos reguladores como o BACEN.

A terceira seção traduz-se em um olhar para esta tese do ponto de vista dos deslocamentos, das traduções, e das ressignificações identificadas durante a pesquisa, com relação a categorias dos discursos e das práticas dos BCDs decorrentes dos processos de digitalização das moedas. Este olhar – sobre novas *autonomias*, *proximidades*, *sustentabilidades financeiras, mobilizações e acolhimentos comunitários, mediações* e, finalmente, *democracias econômicas* – parece-me em especial de interesse aos próprios construtores e construtoras das moedas sociais no Brasil, particularmente aqueles da Rede de BCDs.

358 Ao longo deste capítulo, procuro resgar as discussões principais da tese, referenciando as respectivas seções.

8.1 ACOMPANHANDO OS ATORES E SUAS REDES

Antoine Henion (2015, p. 12, tradução nossa) propõe que “cada objeto pede seu método”[cix] de pesquisa. Utilizei nesta tese uma variedade de ferramentas metodológicas de investigação, como entrevistas semi-estruturadas, questionários *on-line*, pesquisas bibliográficas, e, especialmente, vivências em bancos comunitários e em encontros relacionados a moedas sociais e digitais. Tais ferramentas constituíram-se em as armas do pesquisador para dar conta do desafio proposto, no caso desta tese, o de estudar o que Joaquim Melo caracterizava como um novo ciclo na história das moedas sociais brasileiras, o de suas digitalizações, e de verificar em que medidas tais processos contribuem, criam obstáculos e/ou mesmo apontam para um refazimento das propostas embutidas na metodologia dos BCDs, como visto no capítulo 1 (seções 1.2 e 1.4). A hipótese era a de que as chaves para essas mudanças (se/quando ocorressem) não estariam nas essências do humano ou das tecnologias, mas nas imbricações entre determinadas tecnologias – estabilizadas temporal e espacialmente – e os demais e atores envolvidos (seção 1.1). Na mesma seção, propus que algumas dimensões da importância da pesquisa traduziam-se em examinar, com um *olhar sociotécnico,* a construção de mercados alternativos conectados ao movimento social da economia solidária e a políticas públicas brasileiras, propostas com questões simultaneamente “locais” e “globais” nas quais as TICs supostamente fortalecem redes “alternativas” de desenvolvimento.

Portanto, o mencionado olhar sociotécnico, que não distingue *a priori* o “puramente técnico” do “puramente social”, esteve presente na pesquisa desde a formulação de sua hipótese e da defesa de sua importância, passando pela discussão da impossibilidade de se separar, de um lado, as “práticas sociais” e, de outro, as materialidades presentes nos processos de digitalização (seção 1.3). Tal olhar, ou abordagem metodológica, que permeou o uso das ferramentas de investigação, está intimamente relacionado ao campo dos Estudos CTS e à Teoria Ator-Rede (ou Sociologia da Tradução, ou ainda Sociologia das Associações, campo caracterizado em especial na seção 3.2.1). A abordagem mostrou-se interessante

para examinar as moedas sociais no momento da entrada de “novas tecnologias” em uma rede a qual coloca em primeiro plano o caráter “social” de suas moedas. Tal perspectiva justamente desnaturaliza: diferenças de escala (que correm o risco de opor questões “locais” a questões “globais” – seção 3.2.2); diferenças de capacidade dos agenciamentos sociotécnicos, que imbricam humanos e não humanos (escapando dos riscos de determinismos sociais ou tecnológicos – seção 1.3 e 3.2.1); barreiras entre disciplinas do conhecimento (contrapondo ciências exatas e humanas – seção 4.2).

Já nos capítulos 2 e 3 (em especial, na seção 3.2.2) percorremos redes por onde circulam Palmas, Brizoletas, Bocades e Dólares, sem conferir *a priori* (ir)racionalidade a uma ou outra rede, sejam elas mais ou menos expandidas, mais ou menos estáveis, como nos sugere o princípio de simetria de Bloor (1991) ao requerer que “*uma explicação se aplique nos mesmos termos tanto a vencedores como a perdedores*” (LATOUR, c1998, p. 225)[359]. Essa abordagem mostrou-se uma ferramenta útil para investigar instituições “modernas” – como o dinheiro moderno, os bancos, o Mercado, o Estado (seções 2.1, 2.2, 4.1) – enquanto entidades contingenciais e que devem ser explicadas, e não enquanto dadas e naturalizadas. Enfatizar essa relativa fragilidade foi fundamental para acompanhar redes encaradas na atualidade como “alternativas”, como foi a proposta desta tese. Nesse sentido, tais instituições da modernidade contam com diversos mecanismos (narrados na tese) que corroboram sua estabilização – como leis, acordos internacionais, culturas, práticas e mesmo disciplinas do conhecimento voltadas ao seu estudo (seções 4.1 e 4.2). Por exemplo, no caso das ciências econômicas, vimos que elas não apenas diagnosticam e sistematizam as práticas econômicas, mas também as prescrevem e performam (seção 4.2). As teorias e disciplinas são assim narradas, nesta abordagem, valorizando muito menos suas possíveis/pretensas essências, e transferindo nossa “atenção do ‘fazer’ para o ‘fazer fazer’” (MUNIESA, 2015, p. 3,

359 Marques (2009, p.6) fala-nos da assimetria de se exigir explicações apenas para os “conhecimentos alternativos”: “[e]sta assimetria vai se manifestar quando se dispensa o ator que supostamente detém o ‘espírito científico’ de explicar suas decisões, escolhas e opções nos mesmos termos em que se requer que os outros atores expliquem as suas porque, supostamente, as decisões, escolhas e opções do primeiro são racionais e dispensam maiores explicações. Para citar o conhecido exemplo de David Bloor, não se cobra nos mesmos termos justificativas para quem acredita em astronomia e quem acredita em astrologia”.

tradução nossa)[cx]. Nesse sentido,

> a TAR questiona as fronteiras entre disciplinas e, mais profundamente, entre as ciências sociais e naturais, favorecendo abordagens capazes de lidar com realidades heterogêneas (MUNIESA, 2015, p. 2, tradução nossa)[cxi].

Persegui assim uma postura investigativa que não segmentasse o conhecimento em disciplinas, o que certamente tem consequências. Nas palavras de Antoine Henion (2015, p. 16-17, grifo nosso, tradução nossa)

> [s]e nós nos privamos de um certo número de ferramentas disciplinares, por outro lado nós *pesquisamos com* as pessoas envolvidas, nas situações, o mais próximo possível das experiências. *Acompanhar*, esse é o sentido profundo do método que encontramos aqui, e essa preocupação lhe devolve suas exigências estéticas, éticas e políticas (…). Se há um método, ele é menos anti-disciplinar que *a-disciplinar*[cxii].

O autor destaca o "acompanhar" os atores imbricados em coletivos heterogêneos, sem rotulá-los inicialmente, estando atento às redes (incluindo práticas, conceitos, comunidades de conhecimento e bibliografias) que suas agências sugerem à pesquisa: foi nessa linha que privilegiei na tese as categorias das infraestruturas, dos *commons* e a dos discursos como instrumentos para seguir coletivos complexos, sem segmentá-los *a priori* em técnicos ou sociais, em humanos ou não humanos (seção 3.1.2). Tais categorias permitiram-nos perseguir uma postura de simetria: o sentido aqui foi o de encarar as tecnologias, os objetos, não como meras ferramentas, mas atentar para sua capacidade de "chamar, de provocar, de 'fazer fazer' (…), [fazendo-nos] tanto quanto nós os fazemos" (HENION, 2015, p.12, tradução nossa)[cxiii] [360].

Considero ainda importante destacar três características da postura metodológica adotada nesta tese, no que se refere à busca por uma abordagem a-disciplinar ao acompanhar as experiências: uma "concepção 'aditiva' do trabalho do pesquisador" (HENION, 2015, p.14, tradução nossa)[cxiv], uma abertura em relação a questões trazidas pelos atores pesquisados, e uma tentativa de "ir além do texto".

360 Esta simetria, distinta daquela enfatizada por Bloor (1991): "Latour propõe uma extensão do princípio de simetria de Bloor afirmando um princípio de simetria generalizado segundo o qual não só o erro e o acerto devem ser simetricamente estudados mas, principalmente, a natureza e a sociedade. Por isso, o trabalho de Latour é duas vezes simétrico: 'aplica-se ao verdadeiro e ao falso, esforça-se por reelaborar a construção da natureza e da sociedade'" (MORAES, 2000).

Sobre a primeira característica (da “concepção aditiva”), entendo ser primordial enfatizar que esta tese alinha-se à noção

> [de que] a TAR de fato retrata o pesquisador em geral, e o cientista social em particular, como um participante emaranhado em vez de um observador externo enxergando a realidade de cima (MUNIESA, 2015, p.2, tradução nossa)[cxv].

As observações de Muniesa apontam para um caminho que dialoga com a construção de uma “objetividade entre parênteses”, onde pesquisadores e pesquisados assumem a impossibilidade de acesso à Verdade (seção 5.3). Como uma das consequências dessa postura, temos “a impossibilidade do desenvolvimento de um saber independente das realidades” (HENION, 2015, p. 6, tradução nossa)[cxvi], como procurei deixar claro quando passamos pela revisão de diferentes classificações de moedas (seção 6.1). O caráter *“aditivo” do trabalho do pesquisador* relaciona-se assim ao fato de que, ao *acompanharmos*, somamos nós mesmos e “nossa própria pesquisa em si à experiência em curso” (HENION, 2015, p.13, tradução nossa)[cxvii], no sentido do pesquisador

> tentar, com suas próprias técnicas (incluindo conceitos e teorias), ajudar a fazer surgir, a identificar melhor, a realizar uma experiência particular, de maneira não exaustiva, ao lado dos atores. Não substituí-los, mas cooperar com eles e, nesse processo de cooperação, talvez fazer aparecer novas perspectivas (HENION, 2015, p.13, tradução nossa)[cxviii].

Tal caminho implica, acredito, na segunda característica mencionada, a da *abertura da pesquisa em relação a novas questões* (seção 5.3, onde discuti o “pesquisar com”). Algumas delas foram de fato trazidas pelos atores, como por exemplo, se a adoção do dinheiro por si só faria com que os BCDs e a economia solidária se afastassem do *social* em direção ao Mercado (JOAQUIM, 2015c). Procurei responder a este ponto de um lado com um resgate bibliográfico acerca do *social* (seção 4.2), e, de outro, observando em que medida tal tema aparecia no campo, como na identificação de visões que opõem econômico e social (seção 6.1) – resgatarei essas discussões logo adiante (seção 8.2). O temor de que as tecnologias poderiam afastar os BCDs do social também foi colocado em cena (JOAQUIM, 2015c), incerteza que creio ter sido discutida com apoio da literatura dos

Estudos CTS, e, novamente, com as observações e vivências do campo (seções 3.2.1 e 5.1.2). Vale mencionar que utilizei controvérsias enquanto oportunidades de adentrar os temas, como no caso dos formalistas e substantivistas a respeito do *econômico* e no debate sobre o caráter "social" ou não da moeda eletrônica (seções 4.2 e 5.1.1).

A abertura às perguntas dos atores termina por ser um elemento a mais no sentido de conferir relevância à pesquisa, e por ecoar também as preocupações de Polanco (1985) sobre os problemas e as perguntas de pesquisas latino-americanas, quando o autor chama a atenção para o fenômeno da "fuga interior de cérebros",

> uma posição cognitiva assumida pelos cientistas do terceiro mundo e da América Latina, que sem emigrar de seus países – sentido em que se utiliza comumente a expressão 'fuga de cérebros' – orientam seu trabalho científico em função das frentes de pesquisa, dos sistemas de recompensa, e de publicação dos países desenvolvidos (POLANCO, 1985, apud MARQUES, 2014, p. 7, tradução nossa)[cxix].

A tese buscou assim seguir de perto as questões que emergiam do campo. Tal abertura deu-se não somente com relação ao conjunto de atores investigados, mas também para o coletivo de pesquisa mais próximo na UFRJ, hoje encarnado no LabIS/UFRJ. Um dos desafios que ali circularam foi o de *"ir além do texto"* (seção 1.6), frente ao qual a pesquisa logrou alguns feitos, como a co-organização das MumbucHackas e da Hackaton do encontro Solidários 2018, bem como o início da elaboração mensal de relatórios sobre a circulação da Mumbuca, todas essas iniciativas no escopo de uma parceria do LabIS/UFRJ com o Banco Mumbuca e com o Banco do Preventório (seções 5.3.2 e 7.3.2). Tais materializações, bem como as contribuições pontuais ao longo das vivências de campo, constituíram-se também em retornos às instigantes reflexões de Asier Ansorena (2015b) sobre a distância das universidades e os BCDs (seção 5.1.2).

Finalmente, cumpre acrescentar dois pontos em torno das questões metodológicas: em relação à enquete exploratória sobre tecnologia, dinheiros e nós (capítulo 6), ao final da tese é possível afirmar que os BCDs não trabalham com a noção de que o dinheiro ou as tecnologias tornam os humanos menos humanos. Ao contrário, eles apostam no refazimento do que entendemos por dinheiro e, por meio de novas imbricações entre dinheiros, tecnologias e humanos, num entrelaçamento

entre os mundos social, econômico (próximo às “vidas conectadas” de Zelizer (2000) - seção 4.2), e tecnológico. Tomando por base o posicionamento dos BCDs e os referenciais desta pesquisa, interessa refazer a questão em outras bases, menos essencialistas, e interrogar *quais arranjos, incluindo, humanos, dinheiros e tecnologias interessam para o mundo em que queremos viver*. De acordo com os casos da pesquisa, um mundo com um aprofundamento da democracia e sua expansão para esferas para além do político, incluindo um refazer do dinheiro moderno.

No segundo ponto, quero reforçar que a metodologia aqui utilizada foi apropriada para robustecer visões consideradas por mim importantes para um país “em desenvolvimento” como o Brasil, no sentido de que diversos caminhos e desenvolvimentos são possíveis, e não apenas aqueles predominantes trilhados pelos chamados países desenvolvidos – mas também caminhos “alternativos” como aqueles buscados pelas redes investigadas nesta pesquisa. Nas palavras de Marques (2014, p.9),

> os Estudos CTS podem, sem garantias de sucesso, dar o passo inicial de conferir respeitabilidade ontológica a conhecimentos e práticas situadas, localizadas, particulares, populares (…).

Ainda, creio que o uso dessa abordagem na presente tese escapou do risco, apontado também por Marques (2014), de aplicar Estudos CTS forjados (pelos europeus) para os brasileiros: considero que a investigação contribuiu no sentido de fazer a TAR dialogar ainda mais com a América Latina (como no caso de Maturana (2001) – seção 5.3) e com o Brasil (como no conceito de *mediações* – seção 7.1.2), na medida em que a tese *traduziu* (ou *hackeou*) a própria TAR, desviando-se do caminho inspirador de “seguir cientistas e engenheiros sociedade afora” até *a prática de seguir e agir com banqueiros comunitários Brasil afora*[361].

361 Refiro-me ao subtítulo de Latour (c1998) “Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora”.

8.2 RESGATANDO ÊNFASES: DE FICÇÕES A FATOS, AGORA COM PARAFERNÁLIAS DIGITAIS

Dentro da perspectiva de investigar a *transformação de ideias (ficções) em realidades (fatos)* cada vez mais respeitáveis – a ponto da metodologia dos BCDs constituir políticas públicas –, a tese aponta o papel desempenhado pelo conhecimento acadêmico como uma espécie de potencializador, agregador de respeitabilidade em certas esferas, para o conhecimento popular. Figuram aqui tanto a criação do Banco do Preventório, realizado em parceria com uma universidade (a UFF), numa perspectiva extensionista (capítulo 5), quanto a própria constituição da metodologia dos BCDs, sistematizada muitas vezes em parceria com universidades como a UFBA (seção 5.1.2). Cabe destaque ainda à tese de Marusa Freire como um dos elementos que agiu – no sentido de "fazer fazer" – na mudança de postura do BACEN na trajetória dos BCDs (seções 2.3.3 e 7.2).

A pesquisa chama ainda a atenção para os imprescindíveis arcabouços jurídicos locais, tanto em Maricá (seção 3.1) quanto no exemplo dos Bocades em Tucumán (seção 2.1). No âmbito nacional, o quadro modificou-se ao longo do tempo: após um início de controvérsias jurídicas, os BCDs lograram uma relativa estabilização, que contudo incorporava uma separação entre econômico e social, que a um só tempo "protegia" os BCDs da fiscalização do BACEN, mas restringia suas sustentabilidades financeiras (seções 2.3.2 e 5.1.2). No que podemos chamar de pré-história das digitalizações das moedas dos BCDs, tal restrição era balanceada com uma relativa sustentabilidade macropolítica, que criara um ambiente que permitiu o apoio de organismos como a SENAES, BNDES, CEF, Banco do Brasil e Petrobras no fomento aos bancos comunitários – e em sua tradução enquanto "tecnologias sociais" para o desenvolvimento territorial de uma comunidade (seção 2.3.3). A chegada da legislação dos pagamentos eletrônicos, por um lado, carregava "inadvertidamente" uma promessa de maior autonomia financeira para os bancos comunitários, e por outro coincidia com um ambiente macropolítico desfavorável ao apoio do Estado brasileiro (seções 3.2 e 3.2.2).

Ainda dentro da noção de transformação de ficções em fatos, a tese mostra o

caráter inseparável do Estado (mais precisamente, da Prefeitura de Maricá) na constituição do Banco Mumbuca como ponto de passagem obrigatória para o desenvolvimento da cidade. Partindo de uma desconfiança inicial dos moradores, pode-se afirmar que a moeda Mumbuca hoje é uma realidade razoavelmente estabilizada, já constituindo-se em uma infraestrutura (capítulo 3 e seção 7.3.2). Já no caso do Preventório, que não conta com uma participação mais direta da Prefeitura de Niterói, o contraste é evidente: apesar de ter uma circulação razoável em termos de pagamento de boletos e recargas de celular, não é possível afirmar que o Preventório E-dinheiro traduziu-se como uma realidade para a maioria dos moradores da comunidade, sendo a questão do desequilíbrio financeiro (e da consequente corrosão do fundo – seção 5.1.1) um fator importante para a não circulação do Prevê (ainda em papel), ao que somou-se as inseguranças dos integrantes do BCD com o E-dinheiro (seção 5.3.1).

A investigação demonstra que a cultura de uso de cartões encontra-se presente mesmo em populações de baixa renda, e constituiu-se em um aliado da Mumbuca em sua fase inicial, conferindo mesmo mais confiança à experiência (seção 3.1.2). Na transição para o aplicativo E-dinheiro, supostamente com uma facilidade de ser "igual à máquina de cartão" (BOSCO, 2016a – seção 5.2), foi preciso continuar adotando um cartão compatível com o aplicativo (imagem no APÊNDICE 3). A solução é emblemática para ilustrar a relativa inadequação da metáfora de irradiar e de disseminar o E-dinheiro na Rede de Bancos, sendo o processo melhor representado pela noção de traduções da proposta para (e por) cada novo ator que entra na rede (seção 5.2).

Uma segunda ênfase com a qual iniciei a investigação tratava das *similaridades e diferenças introduzidas pelas TICs nas redes das moedas sociais*. A tese mostra como a plataforma do E-dinheiro chega à Rede de BCDs cumprindo uma dupla tarefa, a de conformar tanto local como nacionalmente novos mercados de meios de pagamento (capítulo 4), mercados esses que apresentam como algumas de suas diferenças uma maior rastreabilidade das movimentações financeiras e uma relativa facilidade de reprogramação de suas regras (seção 7.2.1). A tese abraça a proposição de que a chegada das tecnologias da informação não

necessariamente afasta as moedas de sua característica *social*, por entendê-la *como um movimento de agrupamento cujos laços não excluem nem elementos não humanos (LATOUR, 2005), nem atividades econômicos (ZELIZER, 2000), não sendo redutível às iterações face a face GOFFMAN (1986), mas fundando-se na aceitação mútua (MATURANA, 2001)* – seção 4.2. Contudo, procurei mostrar que diferentes digitalizações embutem distintos valores, culturas e práticas, além de redistribuírem facilidades e dificuldades (seção 6.2), uma delas a dos idosos com o manuseio dos celulares. Neste ponto, a tese deixa claro – como mostraram os desconfortos manifestos na fila do recadastramento em Maricá por Sônia, do Banco do Preventório, e João Manoel Santos ("Seu Joãozinho"), do Banco Terra (seções 3.2, 1.7.2 e 7.3) – que há um desafio a ser cumprido, o de tradução dos "sabores desta tecnologia [do E-dinheiro]" (SANTOS, 2018) para grande parcela daqueles que atuam nos bancos comunitários, ainda não familiarizados com códigos-fonte e bases de dados – objetos novos em sua rede (seção 7.3.2).

Ademais, o acesso à *Internet* nas periferias e interiores brasileiros ganha status de protagonista na história dos BCDs, ainda que alternativas venham sendo implementadas a fim de reduzir tal dependência (como a possibilidade de uso do E-dinheiro com SMS (seção 5.2) ou da utilização de cartões pelos usuários em Maricá (seção 7.3.2)). Finalmente, cabe resgatar o desafio de mediação, ainda presente ao final desta investigação, entre Rede de BCDs e os remanescentes da MoneyClip. A tecnologia gerada pelos responsáveis pelo desenvolvimento e manutenção do E-dinheiro embute o valor do "segredo como alma do negócio", propagando um modelo de desenvolvimento do *software* que não permite contribuições ao código-fonte e implica em dificuldades no compartilhamento dos dados de circulação das moedas (seção 7.3.2). A necessária preservação das privacidades dos atores pode ser compatibilizada tanto com modelos de desenvolvimento de *software* mais próximos às experiências de *software* livre (acesso ao código-fonte), quanto com bases de dados que possam ser franqueadas a um escrutínio que lhes confira transparência – como no exemplo da abertura dos dados do Bolsa Família[362]. A

362 Diversos dados agregados do Bolsa Família estão disponíveis para pesquisa, preservando a identidade dos beneficiários. Mais em http://dados.gov.br/dataset/bolsa-familia-misocial . Acesso em 10 de set. de 2018.

hierarquia embutida na administração do sistema (seção 5.2.1) e a falta de compartilhamento de códigos e dados, ainda que eventualmente necessárias em situações específicas, constituem-se em tensões novas na Rede de BCDs que necessitam de atenção. A resolução dessa controvérsia, capítulo importante na história das digitalizações das moedas sociais, é ponto crucial para os próximos movimentos das moedas sociais, tanto por questões operacionais, como para a própria manutenção do caráter "social" da moeda, categoria indissociável da "aceitação mútua" e do compartilhamento (seção 4.2) na tradução na Rede de BCDs.

Por fim, ainda no que se refere às TICs, a tese caracterizou discursos que permearam as histórias das redes investigadas, pontuando diferenças entre discursos das moedas sociais em papel, em relação àquelas sociais eletrônicas, e às criptomoedas. Observamos que o discurso do E-dinheiro bebe em "fragmentos de outros discursos" (seção 7.1.2), partindo de elementos mais tradicionais dos BCDs (o Palmeiras como "o canto mais lindo do mundo" (QUEM..., 2014)), inspirados na Teologia da Libertação (o "*cuidar* um dos outros", o estar "junto aos *oprimidos*", o "partir sempre *de baixo",* a "pedagogia *democrática* e libertadora" - seção 5.1.1), passando pelo E-dinheiro e suas metáforas (como as da "revolução da inclusão financeira no Brasil", o celular como "um *whatsapp* de dinheiro", "uma conta pré-paga", ou "um cartão de débito"), e incorporando práticas (de mediações, autonomias, proximidades, sustentabilidades financeiras, mobilizações e acolhimentos comunitário), técnicas (de microcrédito e de moedas sociais) e suportes (bancos comunitários de desenvolvimento, cartões e smartphones rodando o aplicativo E-dinheiro). Tal discurso do E-dinheiro diferencia-se daquele que circula nas redes de outras moedas alternativas como a Bitcoin (seção 7.3.1), por exemplo: com sua rastreabilidade anônima, não encontrada nem nas paredes do BCD do Preventório (que exibem suas contas e seus credores – seção 5.1.2), nem nos extratos públicos do sistema Corais.org (das Produtoras Colaborativas – seção 7.2.1); e sua confiança no automatismo e precisão de algoritmos, uma saída para a desconfiança em governos, bancos e bancos centrais que é distinta daquela propagada na rede dos BCDs (que aponta para a proximidade entre os usuários e

os coletivos administradores das moedas).

8.3 RECONFIGURANDO PRÁTICAS E PRINCÍPIOS DOS BANCOS COMUNITÁRIOS

As práticas identificadas no parágrafo anterior não são inauguradas na Rede de BCDs pelos processos de digitalização, porém esta tese defende que elas são reconfiguradas. Em enquete divulgada entre os bancos (APÊNDICE 11), respondida por 20 participantes de diferentes BCDs[363], a percepção de que o E-dinheiro muda algo em relação a *autonomias*, *proximidades*, *sustentabilidades financeiras*, *mobilizações e acolhimentos comunitários, e democracias econômicas* foi largamente corroborada – o percentual variou de 80% a 90%. Iniciando pelo resgate da discussão das *sustentabilidades financeiras*, ao longo da tese mostrei que o apoio financeiro do poder público foi decisivo para a história de expansão da Rede de BCDs, com destaque para as parcerias com o BNDES – em que pese seu relativo baixo percentual frente aos demais investimentos do banco público, bem como a "racionalidade bancária" que permeou grande parte do apoio, forjada para empreendimentos distintos dos BCDs, como discorreu a seção 2.3.3. Talvez constituindo a principal motivação da implantação do E-dinheiro na Rede de BCDs, as sustentabilidades financeiras têm desdobramentos distintos em arranjos que envolvem e aqueles que não lidam com pagamentos eletrônicos, justamente pela (des)conexão com a legislação vigente: é essa legislação que permite, atualmente, uma expectativa de maior sustentabilidade financeira para os arranjos eletrônicos em relação àqueles que não envolvem as tecnologias digitais (seção 3.2). Vale notar que não se trata de qualquer arranjo digital, mas daqueles que, segundo entendimento da legislação e do BACEN, excluem criptomoedas não lastreadas no Real mas incluem arranjos como o implementado pelos BCDs com o E-dinheiro.

De um lado, considerando o quadro atual brasileiro, a tese mostra que a

363 O questionário foi inicialmente divulgado em maio de 2018, tendo sua circulação reforçada em setembro de 2018, durante o Solidários 2018. Obtive 3 respostas de BCDs da região Nordeste, 5 do Norte e 12 do Sudeste, totalizando 20 respostas, de 17 BCDs diferentes (15,45% considerando um total de 110 bancos).

recente experiência de Maricá abre caminhos para os BCDs adquirirem respeitabilidade em relação a sua "pauta histórica", de que os bancos comunitários realizem (ao menos parte d)o pagamento do Programa Bolsa Família com moedas sociais, o que mudaria o patamar atual de suas receitas. Por outro lado, o princípio das sustentabilidades financeiras dos BCDs não está intrinsecamente vinculado ao caráter digital das moedas, o que se dá somente quando a situamos no atual contexto brasileiro, em especial o de nossa legislação. Assim, outras digitalizações poderiam em tese vir a possibilitar outras sustentabilidades, desde que as experiências que as incorporarem não fiquem restritas ao "laboratório", mas adentrem a arena legislativa – como enseja a proposição dos labordireitórios (seção 2.3.2). A "saída da comunidade", hoje vinculada à conexão da moeda local com o "dinheiro moderno" (como enseja a metodologia dos BCDs), ganha alternativas com as digitalizações: uma delas a interconexão, não lastreada em Reais, entre riquezas de diferentes comunidades (como ensejam as Produtoras Culturais Colaborativas – seção 7.2) e mesmo com o poder público (como aposta a recente proposição do OpenMoney – 7.2.2). Possibilidade essa diferente (e não excludente) da conexão com o dinheiro moderno por meio do lastro da moeda social com o Real, como configurou-se a metodologia do Banco Palmas ao longo de sua história, e que se baseia na necessidade de um fundo em Reais (seção 2.3.1 e 5.1.2).

Uma segunda prática (e princípio) dos BCDs desde seu início diz respeito às suas *autonomias* – e dos territórios onde se encontram. O diagnóstico de que "a comunidade se empobrece por perder suas poupanças locais" aponta saídas para a pobreza por vias autonomistas, ainda que com mediações junto ao poder público, e sem negar o Estado (seção 2.3.1). Aqui, vale resgatar que a investigação dos processos de digitalização aponta algumas novas tensões relativas ao princípio da autonomia dos BCDs: de um lado, o uso do E-dinheiro implicava até o término desta pesquisa em uma *conta única* da Rede de BCDs na CEF, e na validação dos administradores dessa conta (papel hoje desempenhado pelo Banco Palmas no caso de algumas transações dos usuários com os BCDs (seção 5.2.2). De outro lado, o caso de digitalização via E-dinheiro implicou em um *software* único rodando em um servidor único, mantido pela hoje MoneyCloud, para toda a Rede de BCDs[364].

364 A empresa MoneyCloud foi constituída por parte dos ex-integrantes da MoneyClip.

Adicionalmente, apesar de cada BCD ter acessos e permissões distintas, algumas funcionalidades somente estão habilitadas para os usuários administradores globais – algo muito difundo no mundo das TICs, porém possivelmente novo no mundo da Rede de BCDs. Nesse sentido, a autonomia de cada banco fica relativamente modificada com um tipo de digitalização em que depende operacionalmente do Banco Palmas (ainda que parcialmente) e da MoneyCloud – uma digitalização distinta daquela inicial em Maricá, onde a moeda circulava somente naquele município por meio dos cartões, e sua administração fica também relativamente restrita àquele BCD (ainda que com a participação da Valeshop).

Como contraponto, se comparamos a versão de digitalização proporcionada pelo cartão da Vale Shop em Maricá com aquela via E-dinheiro e MoneyClip, e posteriormente com o E-dinheiro já tendo os BCDs como seu dono, verifica-se na última versão um avanço na retenção de recursos nos territórios: se a Mumbuca/Vale Shop implicava numa evasão de 3% nos recursos da comunidade (pagos à administradora do cartão a cada compra no comércio local – seção 3.2.1), na Mumbuca/E-dinheiro essa evasão diminui, ficando restrita aos custos de manutenção da plataforma – custos esses menores já que o E-dinheiro é de propriedade da Rede de BCDs (seção 7.3.2). A tese mostra ainda que a configuração atual da digitalização das moedas sociais dos bancos comunitários vem permitindo uma maior *autonomia* dos BCDs em relação aos entes públicos, a julgar pelo caso de Maricá, na medida em que a circulação da moeda possibilitou em pouco tempo a consolidação de um fundo comunitário autônomo em relação à prefeitura – ganha aqui importância uma *transparência digital dos BCDs* (seção 7.3.2). Essa maior "autonomia financeira" aparece nos comentários da enquete (APÊNDICE 11) como uma mudança relevante fruto da digitalização via E-dinheiro, ao lado da necessidade de apropriação da tecnologia, e de um fortalecimento dos BCDs como alternativas aos bancos comerciais.

Em Maricá, a pesquisa mostrou um processo em que o nascimento do BCD, por iniciativa da Prefeitura, embutiu uma digitalização motivada pela segurança necessária à escala de circulação da moeda (seção 1.7.1). Já ao final da pesquisa, em 2018, a entrada do E-dinheiro começou a mostrar sinais do que apontávamos ao

final do período de vivência no banco comunitário de Maricá (seção 3.2.1): um incremento tanto nas autonomias do BCD Mumbuca (vinculada a maiores sustentabilidades financeiras, fruto da circulação da moeda) quanto na *proximidade* entre banco e comunidade. Com a possibilidade de maior circulação da moeda (não mais restrita “a um só giro” – seção 3.1.1), começaram as cirandas de microcrédito, bem como as

> oficinas para explicar o funcionamento do aplicativo e as possibilidades que surgem com sua utilização. Conseguimos formar laços, onde eles [os beneficiários] passam a compreender melhor o funcionamento do Banco. (NATÁLIA, 2018)

A renovação descrita por Natália Sciammarela, gerente do Banco Mumbuca, pode alterar o quadro (pintado na seção 3.1.2) de uma “proximidade controlada” pelo poder público para uma proximidade mais afeita às características dos demais BCDs, ainda que o Banco Mumbuca mantenha características próprias, como a grande escala (populacional e de recursos monetários) e a condição de política pública (3.1.2). A questão das proximidades aparece portanto confrontada pela escala possibilitada pelas TICs (e pelas políticas públicas) no uso da moeda em territórios relativamente maiores como o de Maricá, onde a relação de vizinhança dos banqueiros comunitários com a população já não se mostra tão próxima quanto nos bancos comunitários mais tradicionais. Em outro sentido, a possibilidade de uso de moedas sociais em territórios distintos – por exemplo carregando sua conta de moedas sociais com Prevês E-dinheiro e utilizando-os em Maricá – implica em um esforço de contabilização distinto entre os bancos, apesar de não configurar-se na atualidade em um elemento relevante de saída de moedas sociais de uma comunidade. Contudo, a possibilidade abre perspectivas futuras para uma proximidade distinta, onde diferentes periferias poderão se aproximar.

Apesar de não ter sido possível acompanhar o E-dinheiro efetivamente operando em meus períodos de vivência nos BCDs, destaco alguns comentários dos bancos na enquete (APÊNDICE 11) a respeito das mudanças nas proximidades com o advento do E-dinheiro. Um primeiro grupo de comentários chama a atenção para as necessidades e possibilidades de *comunicação* entre banco e população via plataforma da moeda digital. Um segundo grupo enfatiza a facilidade no pagamento

de boletos pela própria plataforma digital – uma alternativa para os BCDs que desempenham papel de correspondentes bancários da CEF, e uma novidade para aqueles que não o fazem.

Em relação às *mobilizações e acolhimentos comunitários*, utilizar papel-moeda, cartão ou celular implica em relações diferentes entre bancos e usuários. Se o uso dos cartões atualmente parece plenamente absorvido pela população brasileira, não se mostrando uma dificuldade em relação a essa modalidade de digitalização, o uso do celular causa um certo distanciamento de alguns gestores de BCDs, mais idosos, além de uma dificuldade manifesta por alguns usuários com relação aos celulares (seções 1.7.2, 7.3 e 3.2). A tese demonstrou que esse quadro aponta para uma oportunidade de maior envolvimento dos jovens – já mais próximos dos aparatos tecnológicos, como os celulares, aplicativos e redes sociais (seção 5.3.1) –, e que por isso mesmo seriam os mais indicados para o papel de agente de desenvolvimento em cada BCD. Contudo, vale lembrar que a tese indica, pela experiência do Preventório, que tal engajamento se dá com dificuldades, seja pelas inconstâncias próprias da juventude, seja pelas precariedades vividas pelos jovens das periferias brasileiras (seção 5.3.2).

A pesquisa identificou ainda as *mediações* como práticas dos BCDs, termo utilizado por Joaquim Melo para designar negociações possíveis em determinado momento, o que dialoga com o uso do termo pela TAR, onde aparece associado ao conceito da tradução, afastando-se portanto de ideais, doutrinas e utopias purificadas (seção 7.1.2). A história dos BCDs é povoada por mediações, nem sempre bem sucedidas, que fazem conviver sistema financeiro, diferentes tipos de comércio local, microempresas como Valeshop e MoneyClip, companhias telefônicas, seguradoras, associações comunitárias etc. (seção 7.1.2). O projeto de criação do Banco do Preventório contou com o financiamento da concessionária de energia Ampla bem como com o apoio de uma universidade (a UFF) e do Banco Palmas (seção 5.1.2). No âmbito dos processos de digitalização, resgatamos um projeto piloto em que as mediações entre atores tão distintos como Banco Palmas, Caixa Econômica Federal, Mastercard e a Vivo teve para o banco comunitário um resultado ruim, e uma percepção para o BACEN de que “plataformas fechadas,

como no caso do projeto-piloto, não iriam sobreviver e não deveriam ser encorajadas" (DINIZ, 2013, p. 15) - seção 3.2.1. Já no caso de Maricá, examinamos que o questionamento de "por que não podemos produzir essas maquininhas?" (Joaquim, 2015c) não impediu a negociação com a Vale Shop e o uso daquela "mágica importada" (seção 3.1.2) desde o início do projeto até 2018, quando a empresa deixou de atuar em Maricá, sendo seu sistema substituído pelo E-dinheiro.

As negociações com a MoneyClip configuraram talvez a mediação mais relevante dos processos vivenciados ao longo da pesquisa. A oportunidade trazida pela empresa, de digitalização das moedas sociais, teve início com um piloto no Conjunto Palmeiras, sendo posteriormente disseminado na Rede de BCDs, contudo sem a adesão esperada pela MoneyClip – a qual garantiria o retorno sobre seu investimento inicial (seção 5.2). A crise, que ameaçava a continuidade da operação do E-dinheiro e que desestimulou a implantação da tecnologia em BCDs como o do Preventório, foi solucionada com a aquisição do *software* pela Rede de BCDs, com recursos majoritariamente do BNDES (seção 5.2.2). De uma parte, a compra do E-dinheiro foi uma conquista da Rede de BCDs no sentido de tornar as moedas sociais mais robustas, agora traduzidas como meios de pagamento eletrônicos amparados na legislação do BACEN. Nesse sentido, a avaliação do Banco Palmas, de que o E-dinheiro era a mediação possível para o momento em que a MoneyClip adentrou sua rede, logrou resultados importantes.

Não obstante, de outra parte, um modelo de negócios fechado embutido na proposta da MoneyClip (ancorado em parte na suposta falta de segurança dos *softwares* livres – seção 7.1) tensiona com anseios manifestos pelos próprios BCDs por uma maior abertura, que poderia propiciar, por exemplo, sua participação efetiva na definição dos requisitos da ferramenta e no acesso ao código-fonte do E-dinheiro – em especial à medida que se familiarizam com um novo mundo, de códigos-fonte, servidores, *backups*, e bases de dados que adentram sua rede (seção 7.3.2). Se no início dos processos de digitalização o Banco Palmas e a Rede de BCDs pareciam pouco instrumentalizados com reflexões e práticas sobre *softwares* e suas licenças, pouco a pouco essa pauta começou a fazer parte de seu dia a dia, e é possível que novas mediações e traduções coloquem-se, no sentido de aprimorar mecanismos de

governança, “hoje a questão mais complexa” (JOAQUIM, 2018c) – dos dados, do serviço, e do código-fonte (seção 7.1.2).

A discussão dessa mediação leva ao princípio da *democracia econômica*, tão caro aos dos BCDs: se essa já era uma pauta dos bancos comunitários em relação a questionar o sistema financeiro tradicional e a propor novas estruturas que implicavam em mobilizações e participação das comunidades, as digitalizações acrescentam o desafio de como tratar as tecnologias de informação do ponto de vista das práticas democráticas. Uma das perspectivas aqui é a do acesso: de um lado, o acesso aos dados, às informações de circulação das moedas (agora rastreadas e registradas em bases de dados), é uma questão nova que se coloca. Quem terá acesso, o que ficará restrito aos BCDs e o que estará acessível para as comunidades são questões ainda em aberto (seções 5.2.1 e 7.3.2).

Outra dimensão é a dos *softwares*, estruturas que contém instruções, os códigos-fonte: importa portanto também pensar quem poderá ter acesso a tais códigos, e nesse contexto coloca-se a questão (também por definir) da licença do *software*, antes propriedade da Moneyclip, hoje de posse dos BCDs (seção 7.1.1). Mais um ponto das chamadas democracias econômicas é (quem está incluído n)a construção dos artefatos, neste caso, do próprio *software* – na definição dos seus requisitos, ou seja, nas funcionalidades e características desse *software* (seção 7.3.2). Outra questão ainda é quem programa de fato o *software*: tarefa atualmente restrita aos programadores da antiga MadeApp – depois MoneyClip, hoje MoneyCloud –, que com uma ampliação desse ecossistema poderia (sem excluir tais programadores) incluir jovens participantes das atividades de inovação e tecnologias dos próprios bancos comunitários (como o PalmasLab), assim como estudantes universitários que apoiam esse processo (tal como ensaiado pelo LabIS/ UFRJ – seção 7.3.2).

Por fim, sobre a democracia econômica tão almejada pelos BCDs, cumpre destacar que, se a Constituição brasileira define (em seu parágrafo único do art. 1º) que “[t]odo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente”, a tese mostra uma história dos bancos comunitários em que as práticas democráticas passam sim por disputar o poder da política institucionalizada,

mas passam também pelas mobilizações comunitárias no sentido da gestão de moedas como recursos comuns (encarnadas nas histórias de cada uma das experiências de bancos comunitários brasileiros – seção 7.1.1). *Esta tese defende, adicionalmente, que uma dimensão fundamental da democracia econômica circula pelas linhas de código dos programas instalados nos smartphones de Maricá, circula nas bases de dados instaladas nos computadores de Brasília que centralizam os bancos de dados dos BCDs, e circula (ou não) no acesso da equipe do Palmas Lab a esses códigos e bases de dados – arenas sociotécnicas onde o "fazer comum" também está em disputa* (seção 7.1.1). As histórias recentes dos BCDs mostram de forma clara que cada mediação, cada tradução que acrescenta um novo elemento nessa rede (seja ele uma prefeitura, uma empresa, uma universidade, um cartão, um celular ou um *software*) implica em novas (re)distribuições de poder.

APÊNDICE 1 – “MOEDINHAS”[365]

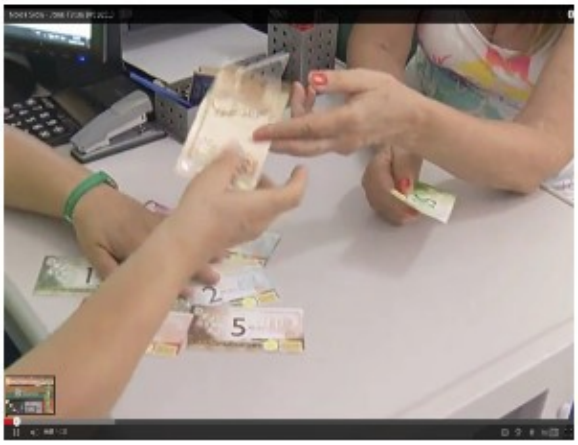
Conchas, Prevês e Mumbucas, ainda com a imagem de papéis-moeda (capítulos 2 e 3)





Fontes: o autor (2017) e <http://www.marica.rj.gov.br/2011/04/11/carta-aberta-de-washington-quaqua/>. Acesso em 14 out. 2017.

Prevês sendo trocados por Reais no BCD Preventório (MOEDA, 2013) e propaganda da Dotz (capítulo 5)





Fonte: <http://www.tapvictoria.com/br/AcumularMilhas/Compras/1290/Dotz/Detalhe>. Acesso em 02 jun. 2013.

365 Uma referência ao comentário da Alice, minha filha, após eu tentar explicar a pesquisa para, em meio às atribulações do doutorado sanduíche: “Mas, papai, tudo por causa de umas moedinhas!?”

Imagem completa de tabelas de ofertas e demandas no Corais.org, precificadas em Conchas (seção 7.2.1)

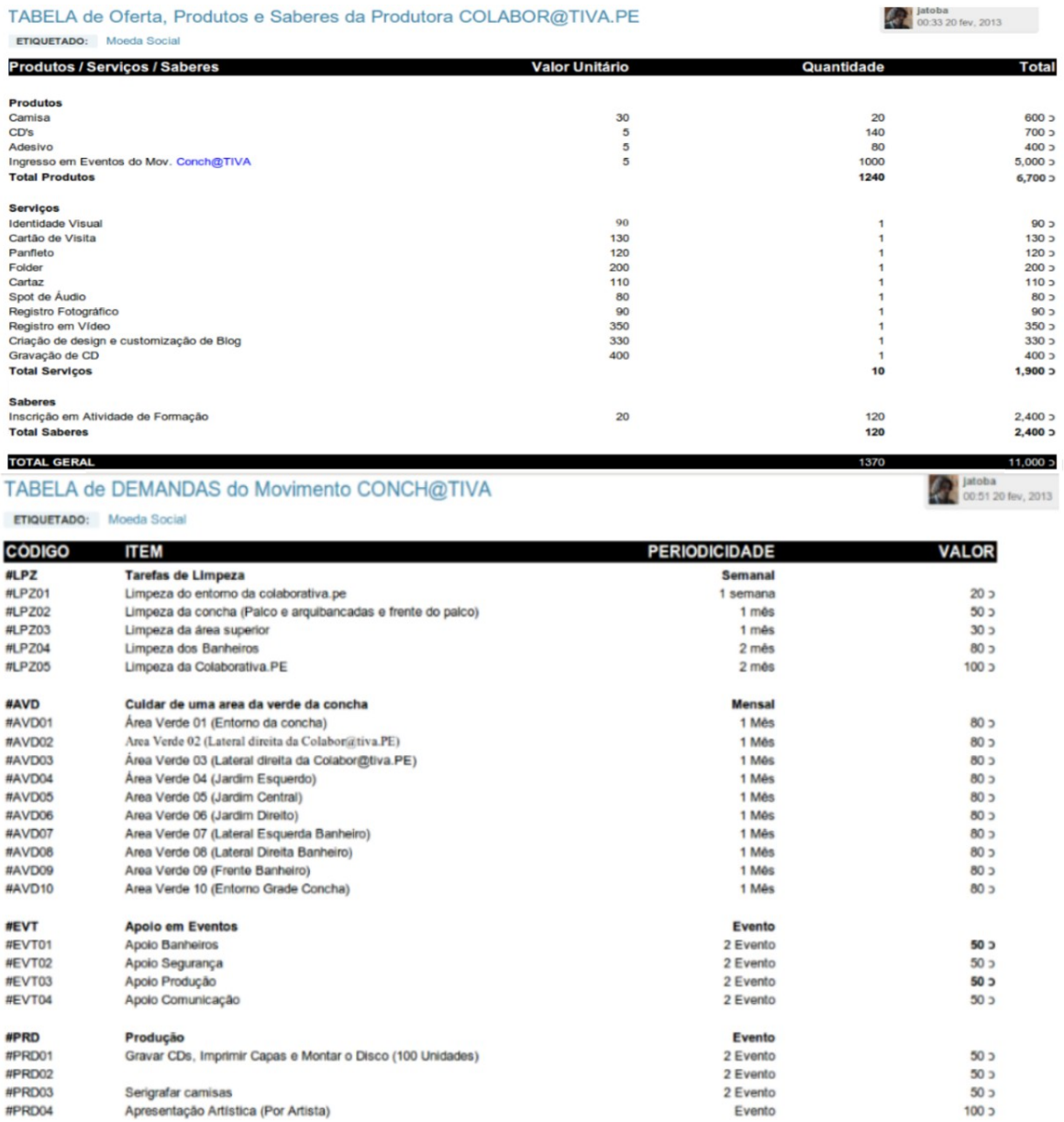


TABELA de Oferta, Produtos e Saberes da Produtora COLABOR@TIVA.PE

jatoba 00:33 20 fev, 2013

ETIQUETADO: Moeda Social

Produtos / Serviços / Saberes	Valor Unitário	Quantidade	Total
Produtos			
Camisa	30	20	600 ↄ
CD's	5	140	700 ↄ
Adesivo	5	80	400 ↄ
Ingresso em Eventos do Mov. Conch@TIVA	5	1000	5,000 ↄ
Total Produtos		**1240**	**6,700 ↄ**
Serviços			
Identidade Visual	90	1	90 ↄ
Cartão de Visita	130	1	130 ↄ
Panfleto	120	1	120 ↄ
Folder	200	1	200 ↄ
Cartaz	110	1	110 ↄ
Spot de Áudio	80	1	80 ↄ
Registro Fotográfico	90	1	90 ↄ
Registro em Vídeo	350	1	350 ↄ
Criação de design e customização de Blog	330	1	330 ↄ
Gravação de CD	400	1	400 ↄ
Total Serviços		**10**	**1,900 ↄ**
Saberes			
Inscrição em Atividade de Formação	20	120	2,400 ↄ
Total Saberes		**120**	**2,400 ↄ**
TOTAL GERAL		1370	11,000 ↄ

TABELA de DEMANDAS do Movimento CONCH@TIVA

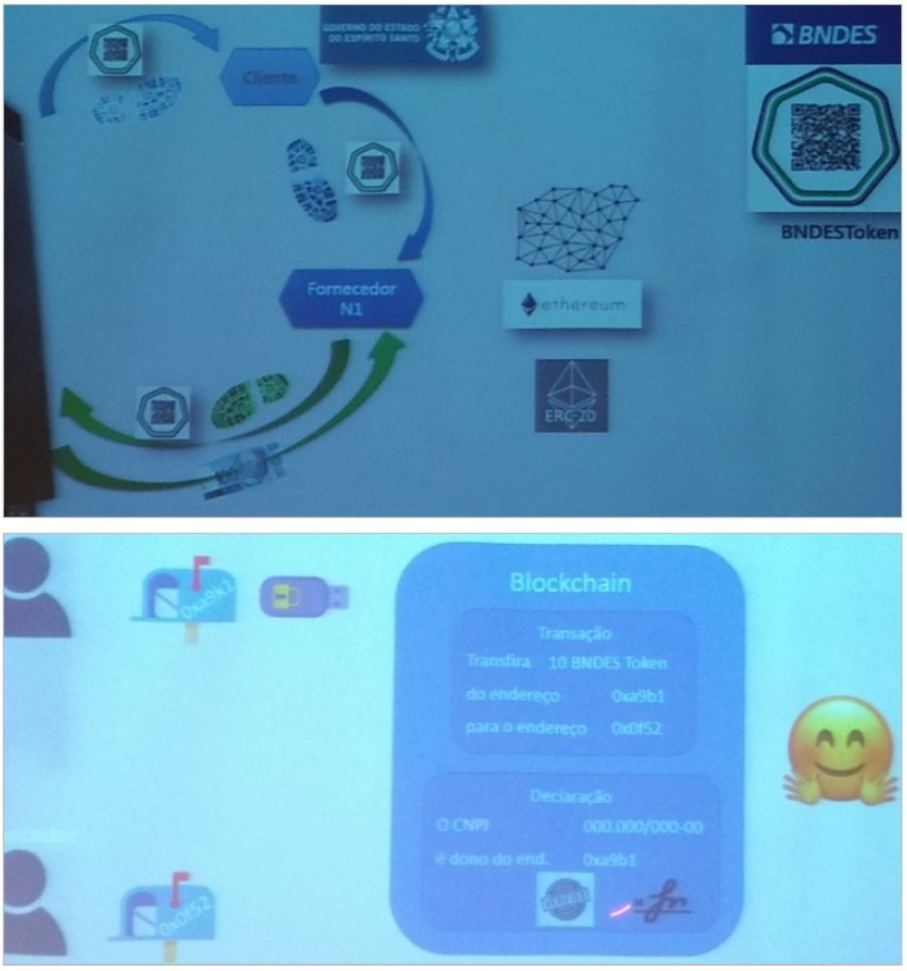
jatoba 00:51 20 fev, 2013

ETIQUETADO: Moeda Social

CODIGO	ITEM	PERIODICIDADE	VALOR
#LPZ	**Tarefas de Limpeza**	**Semanal**	
#LPZ01	Limpeza do entorno da colaborativa.pe	1 semana	20 ↄ
#LPZ02	Limpeza da concha (Palco e arquibancadas e frente do palco)	1 mês	50 ↄ
#LPZ03	Limpeza da área superior	1 mês	30 ↄ
#LPZ04	Limpeza dos Banheiros	2 mês	80 ↄ
#LPZ05	Limpeza da Colaborativa.PE	2 mês	100 ↄ
#AVD	**Cuidar de uma area da verde da concha**	**Mensal**	
#AVD01	Área Verde 01 (Entorno da concha)	1 Mês	80 ↄ
#AVD02	Area Verde 02 (Lateral direita da Colabor@tiva.PE)	1 Mês	80 ↄ
#AVD03	Área Verde 03 (Lateral direita da Colabor@tiva.PE)	1 Mês	80 ↄ
#AVD04	Área Verde 04 (Jardim Esquerdo)	1 Mês	80 ↄ
#AVD05	Area Verde 05 (Jardim Central)	1 Mês	80 ↄ
#AVD06	Area Verde 06 (Jardim Direito)	1 Mês	80 ↄ
#AVD07	Area Verde 07 (Lateral Esquerda Banheiro)	1 Mês	80 ↄ
#AVD08	Area Verde 08 (Lateral Direita Banheiro)	1 Mês	80 ↄ
#AVD09	Area Verde 09 (Frente Banheiro)	1 Mês	80 ↄ
#AVD10	Area Verde 10 (Entorno Grade Concha)	1 Mês	80 ↄ
#EVT	**Apoio em Eventos**	**Evento**	
#EVT01	Apoio Banheiros	2 Evento	**50 ↄ**
#EVT02	Apoio Segurança	2 Evento	50 ↄ
#EVT03	Apoio Produção	2 Evento	**50 ↄ**
#EVT04	Apoio Comunicação	2 Evento	50 ↄ
#PRD	**Produção**	**Evento**	
#PRD01	Gravar CDs, Imprimir Capas e Montar o Disco (100 Unidades)	2 Evento	50 ↄ
#PRD02		2 Evento	50 ↄ
#PRD03	Serigrafar camisas	2 Evento	50 ↄ
#PRD04	Apresentação Artística (Por Artista)	Evento	100 ↄ

Fonte: saldos em <http://corais.org/conchativa/exchanges/members>, ofertas em <http://corais.org/conchativa/node/76660> e demandas em <http://corais.org/conchativa/node/76663>. Acesso em 10 mai. 2014.

BNDES Token: circulação pareada com o Real e vinculada aos CNPJs (seção 7.3.2)



Imagens da apresentação da BNDES Token: acima, sua proposta de circulação, pareada com o Real; abaixo, a *blockchain* contendo os CNPJs envolvidos, e a imagem da "sociedade feliz" com a transparência produzida. Fonte: Arantes (2018).

"Brizoletas", emitidas pelo governo do Rio Grande do Sul: importantes para a “rede da legalidade” em 1961, e uma contramedida à escassez de Cruzeiros na década de 1960 (seção 3.2.2)



Fonte: Tavares (2011).

O Lixo, moeda obtida a partir de recicláveis, Freguesia de Campolide, Lisboa



Fonte: o autor (2017).

Valor Humano, acessíveis aos atendidos pelo programa de assistência social na Freguesia de Santo Antônio, em Lisboa

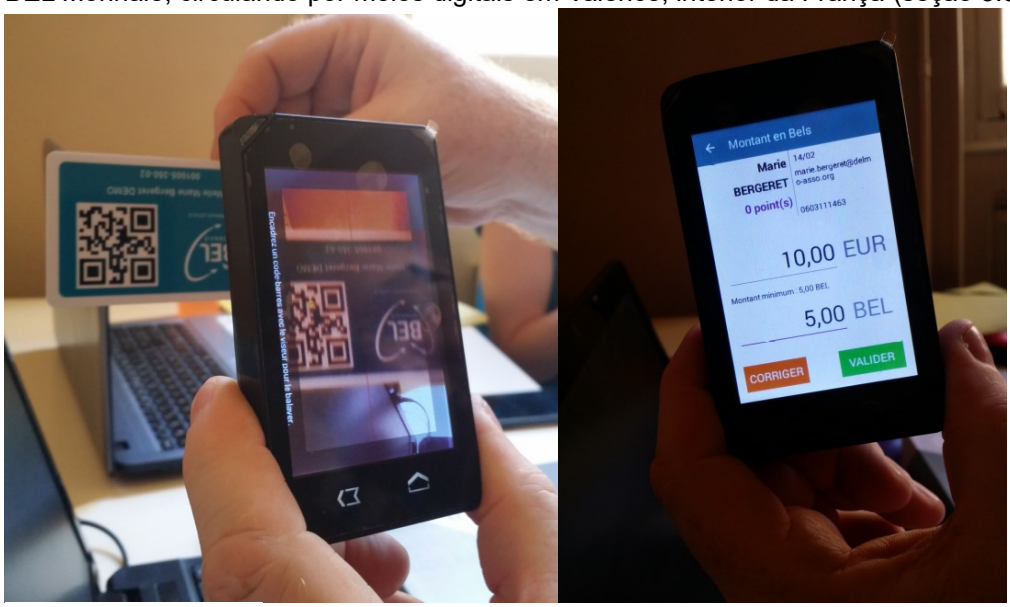


L'Elef , moeda que circula com paridade com o Euro em Chamberry, interior da França (seção 5.3.2)



Fonte: o autor (2017).

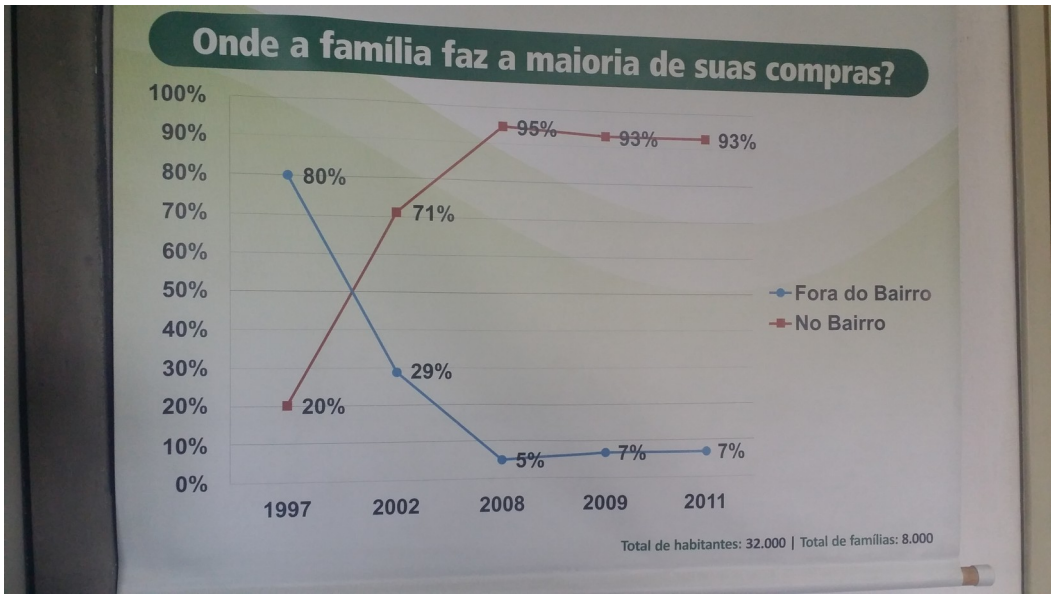
BEL Monnaie, circulando por meios digitais em Valence, interior da França (seção 5.3.2)



Fonte: o autor (2017).

APÊNDICE 2 – BANCO PALMAS

Consumo no Conjunto Palmeiras (seção 2.3)

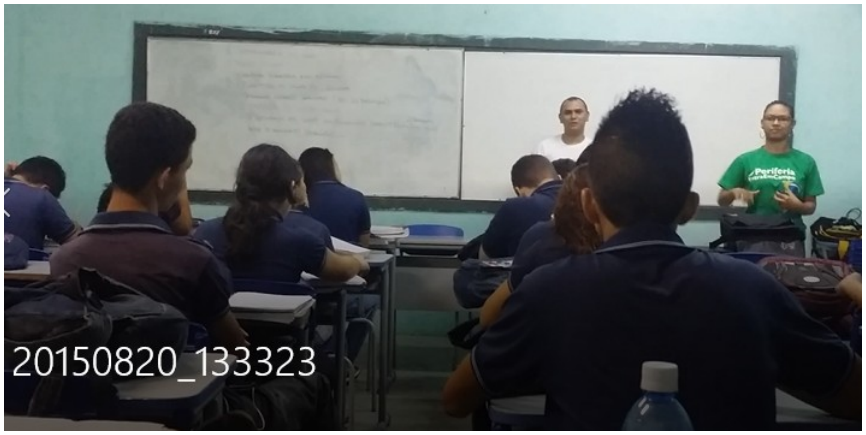


Museu de moedas sociais no Banco Palmas



Fonte: o autor (2015).

Ênio e Pâmela divulgam o E-dinheiro em escola municipal (seção 2.3)



Copa-cozinha da Palma-Tur



Reunião no PalmasLab



Fonte: o autor (2015).

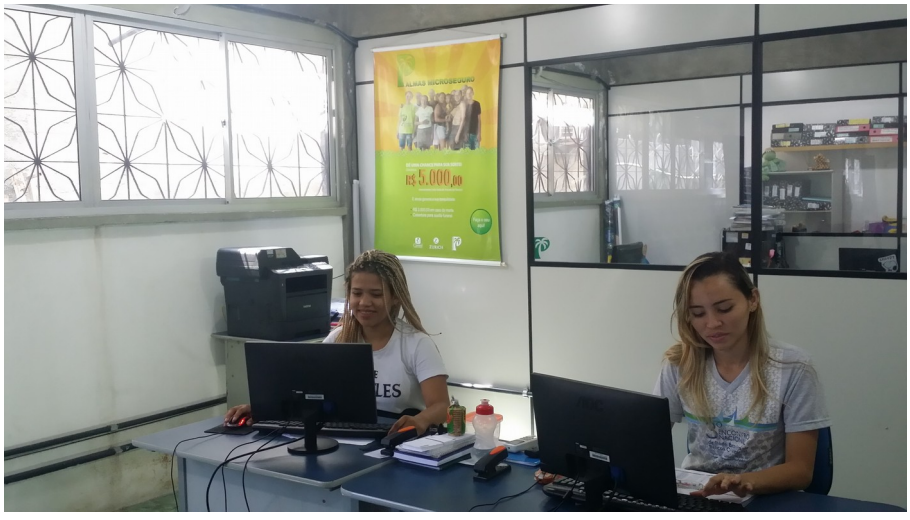
Espaço do Projeto Elas (seção 2.3)



Poesia no Projeto Elas

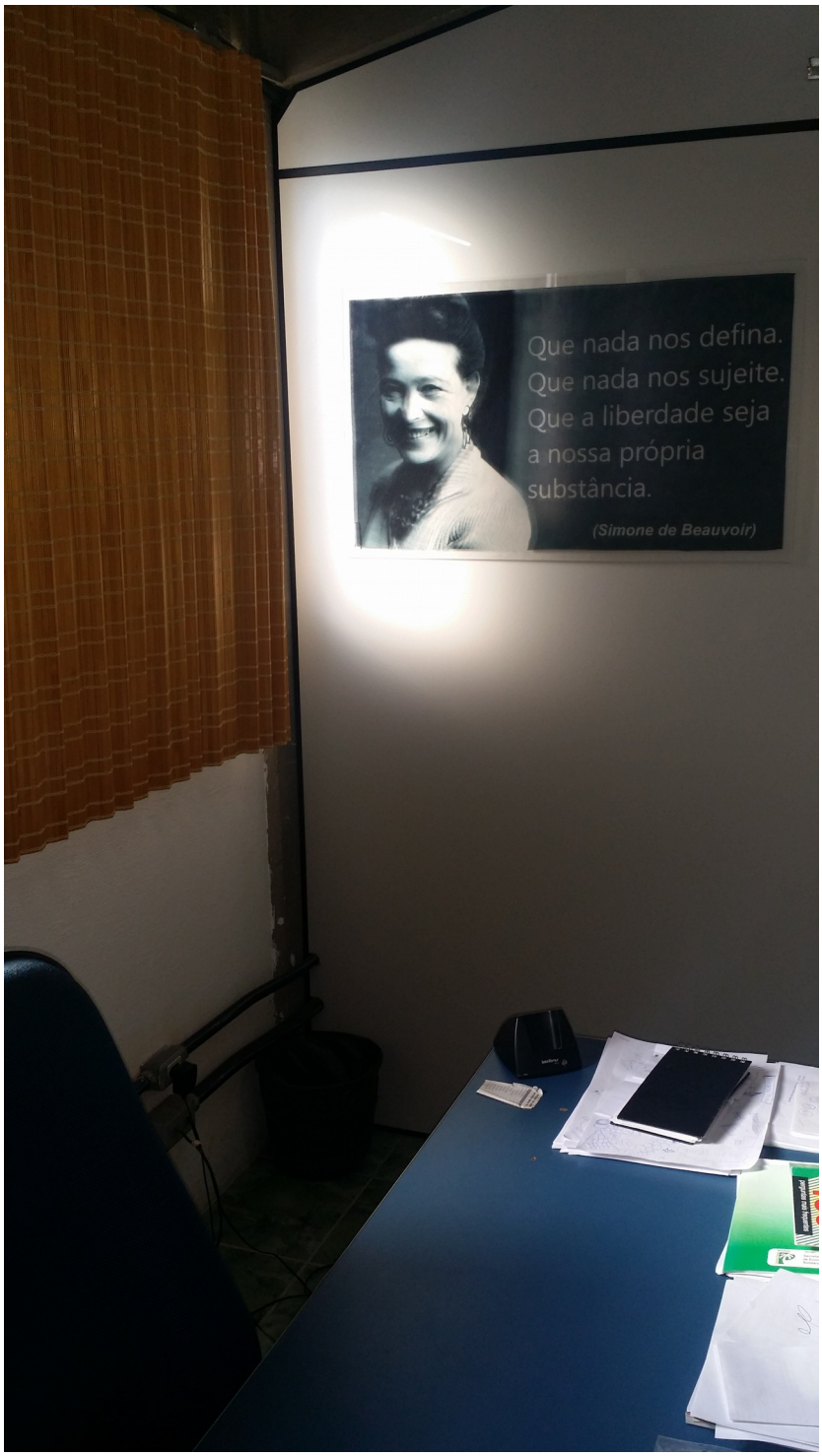


Elas no atendimento ao microcrédito



Fonte: o autor (2015).

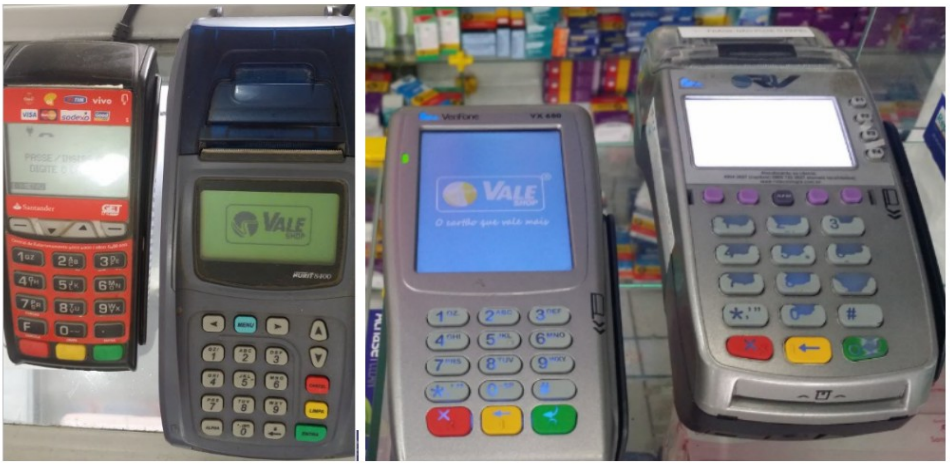
Inspiração na sala de Joaquim Melo



Fontes: o autor (2015).

APÊNDICE 3 – O BANCO MUMBUCA

Fase 1: "maquininhas" POS da Vale Shop: problemas relatados pelos comércios locais (seção 3.1.2)



À esquerda, o modelo antigo, um pouco maior que uma máquina de cartões de crédito convencional; à direita, um modelo mais novo da máquina da Vale Shop: menor, sem fio e com menos reclamações dos comerciantes. Fonte: o autor (2015).

Fase 2: cartões complementares ao E-dinheiro, com tecnologia NFC (seção 7.3. 2)



Fontes: o autor (2015).

Comércios: Jolumar, o primeiro comércio local a aceitar a Mumbuca (seção 3.1.2)





Fontes: o autor (2015).

Comércios: disseminação da moeda de Maricá

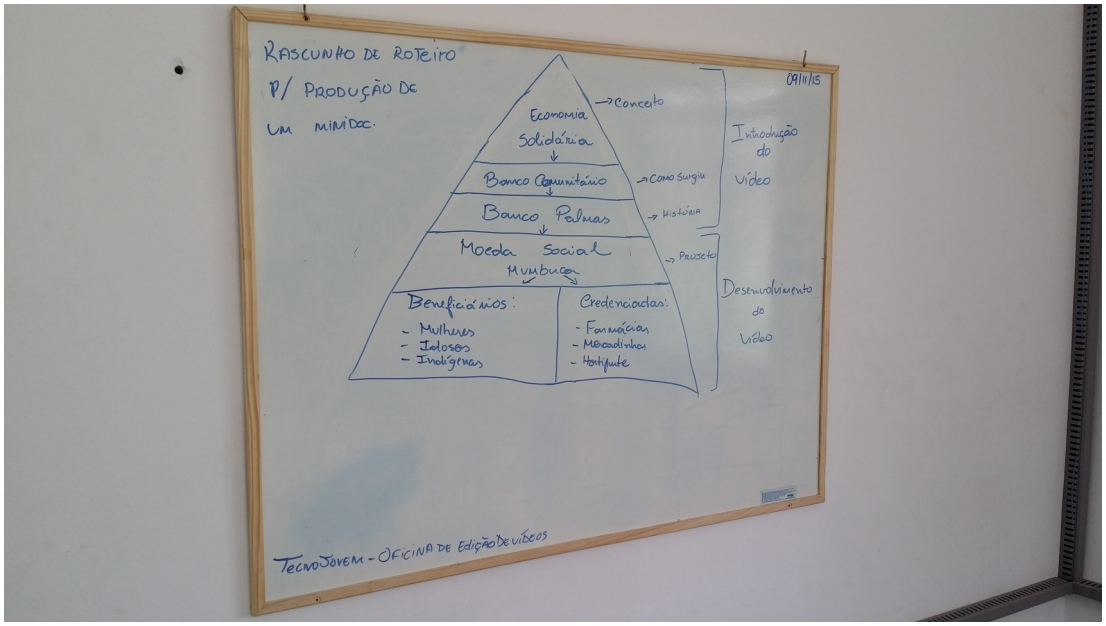






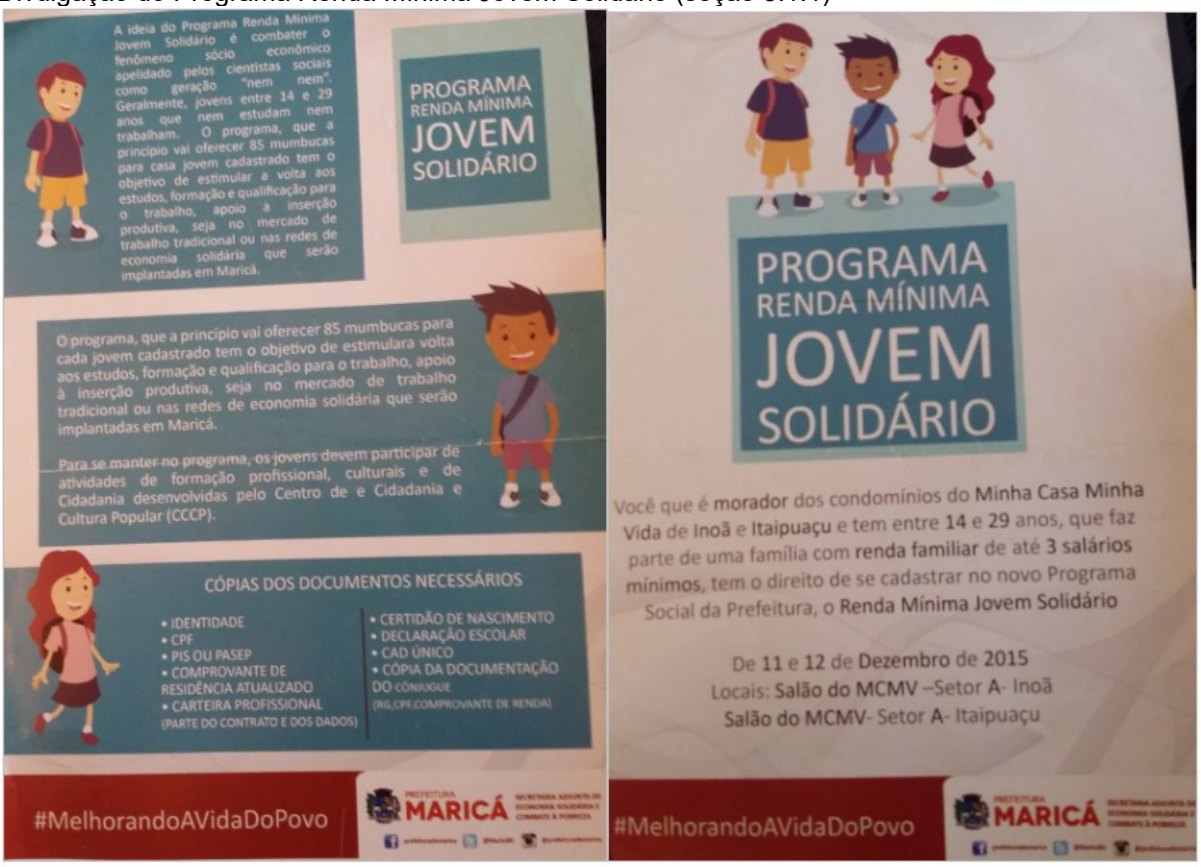
Fontes: o autor (2015).

Banco Mumbuca: espaço para cursos



Fonte: o autor (2015).

Divulgação do Programa Renda Mínima Jovem Solidário (seção 3.1.1)



Fonte: folheto obtido no Banco Mumbuca. Foto do autor (2015).

Recadastramento do Cartão Mumbuca (seção 3.1.2)



Divulgação na secretaria (esquerda e acima), com documentos listados nos locais (folheto colado no muro do Centro Educacional Municipal Joana Benedicta Rangella, à direita). Logo no início dos trabalhos na escola, "o sistema caiu": beneficiários e a equipe que trabalhava tiveram que aguardar a disponibilidade do acesso ao sistema da empresa MoneyClip. Fonte: o autor (2015).

I MumbucHacka, no Banco Mumbuca, Centro de Maricá (seção 5.3.1)







Fonte:<https://www.marica.rj.gov.br/2018/01/10/desenvolvedores-discutem-nova-plataforma-do-cartao-mumbuca/>. Acesso em 25 mai. 2018.

Joaquim Melo na inauguração da filial do Banco Mumbuca em Cordeirinho: divulgação do MumbuCred a juros zero em moeda social eletrônica (seção7.3)



Primeira empreendedora a obter o empréstimo do MumbuCred (seção 7.2.2)



Fonte: o autor (2015).

Outros empreendimentos clientes do MumbuCred em encontro do banco com secretários da prefeitura



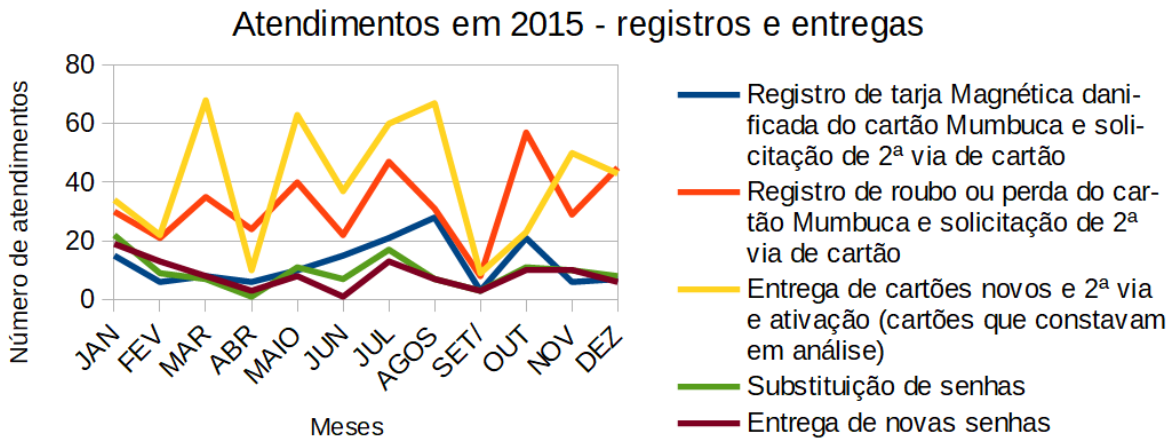


Fonte: o autor (2015).

APÊNDICE 4 – OUTROS NÚMEROS DA MUMBUCA (em cartão)

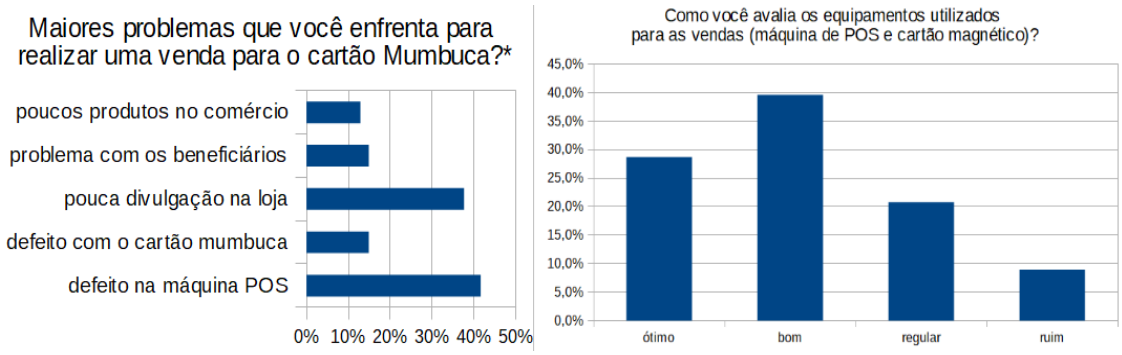
(seção 3.2.1)

Consolidado de atendimentos de 2015 do Banco Comunitário Popular de Maricá



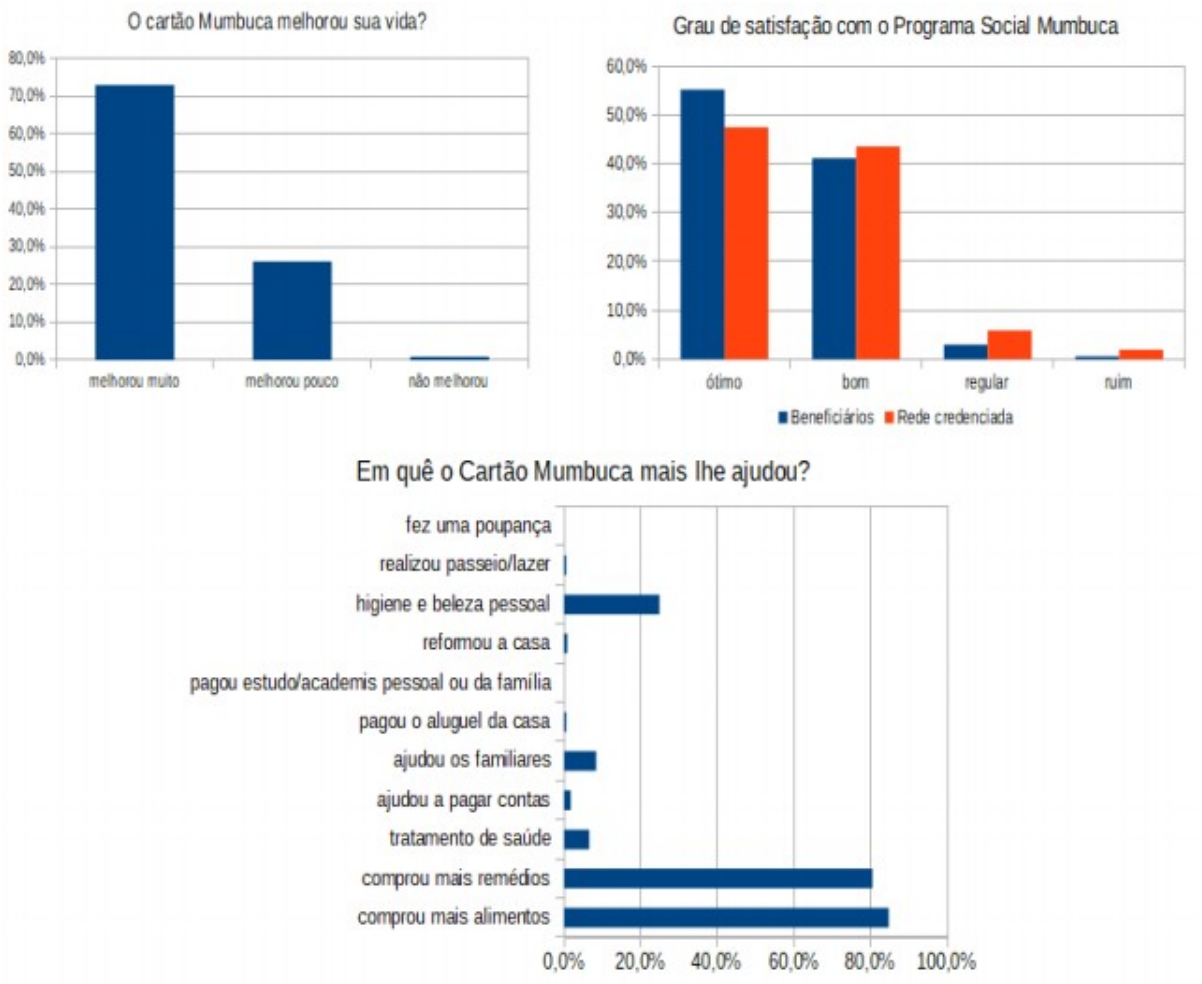
Fonte: pesquisa realizada pelo Banco Mumbuca e consolidada pelo autor (2015).

Banco Mumbuca 2015: máquinas POS



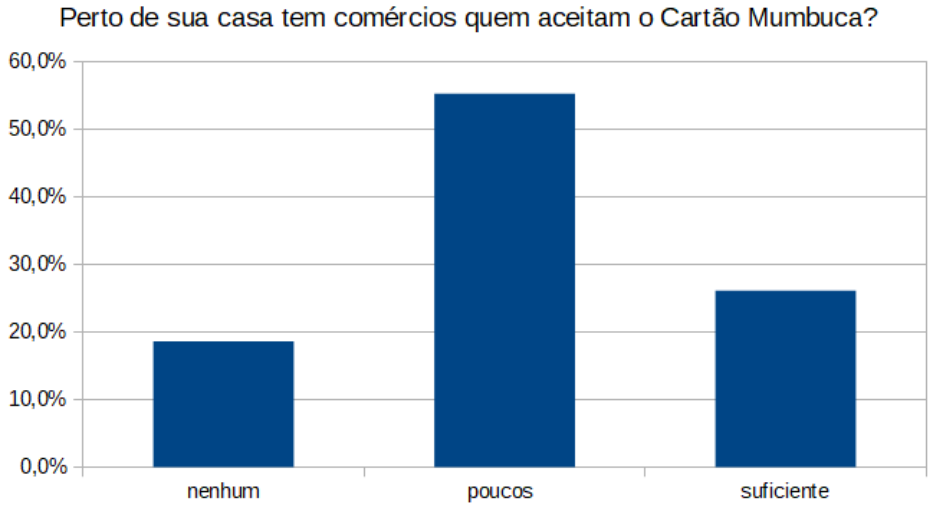
Em 2015, máquinas POS eram um problema para muitos comerciantes. Fonte: pesquisa realizada pelo Banco Mumbuca e consolidada pelo autor (2015).

Avaliação do programa, pelos beneficiários



Fonte: pesquisa realizada pelo Banco Mumbuca e consolidada pelo autor (2015).

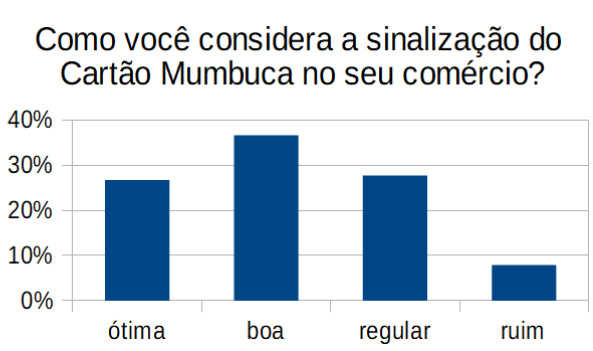
Pesquisa mostrava insuficiência de comércios próximos aos moradores



Fonte: pesquisa realizada pelo Banco Mumbuca e consolidada pelo autor (2015).

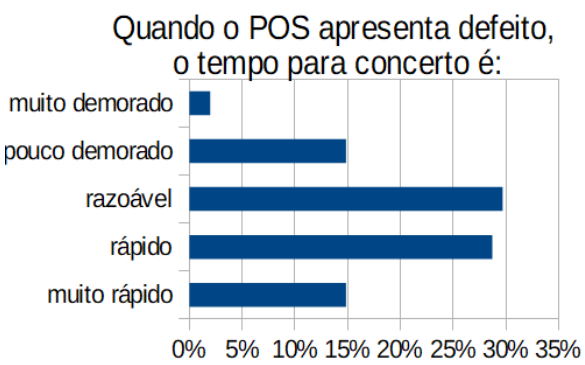
Considerações sobre o equipamento / sistema

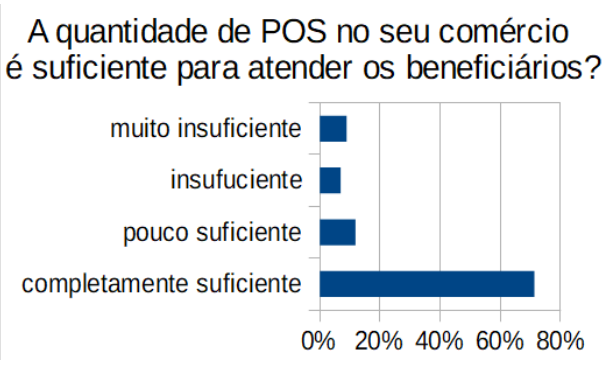




Equipamentos / sistemas são citados por muitos comerciantes, somente ficando atrás de sugestões para aprimorar regras do programa. A melhoria da divulgação nos comércios também é bastante citada. Obs.:* categorias criadas com o agrupamento de respostas abertas. Fonte: pesquisa realizada pelo Banco Mumbuca e consolidada pelo autor (2015).

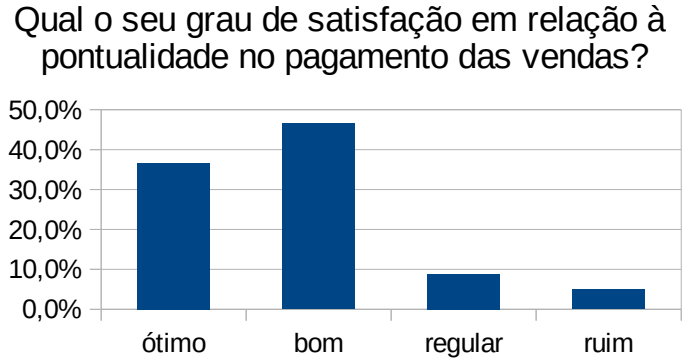
Quase metade dos comerciantes acha que o tempo de concerto do POS é razoável ou demorado





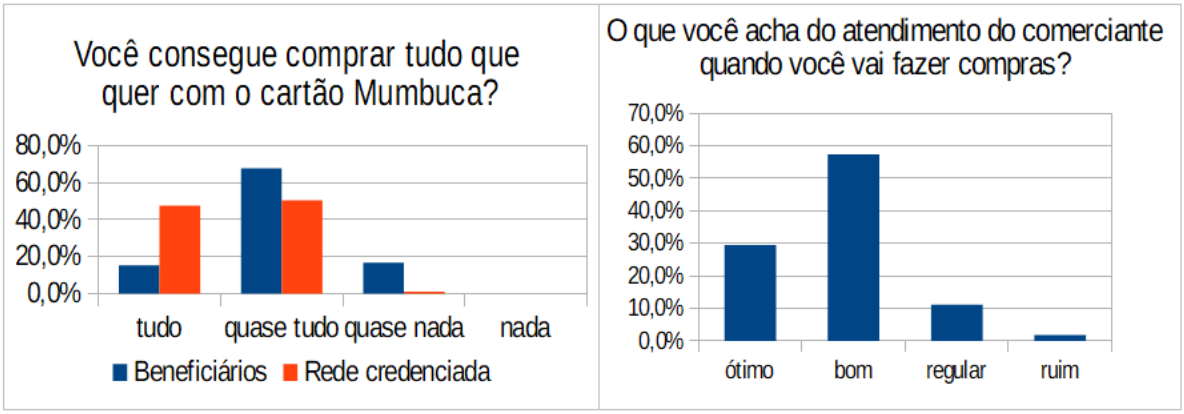
Fonte: pesquisa realizada pelo Banco Mumbuca e consolidada pelo autor (2015).

Pontualidade no pagamento bem avaliada



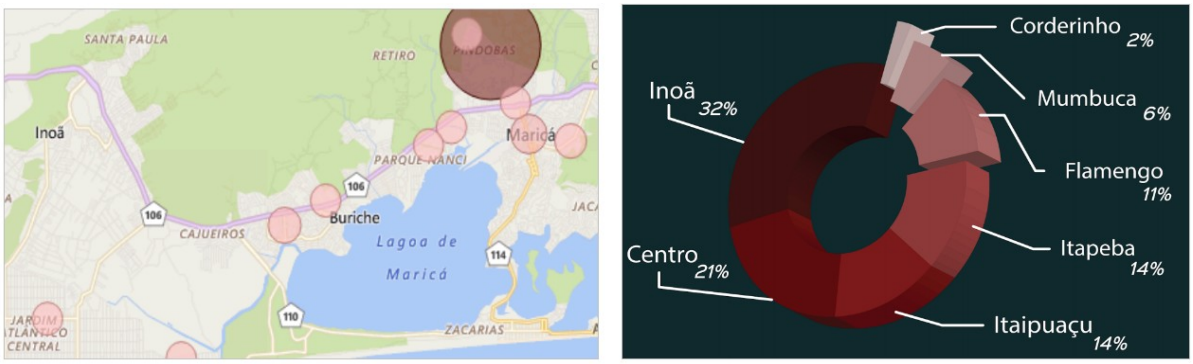
Fonte: pesquisa realizada pelo Banco Mumbuca e consolidada pelo autor (2015).

Indícios da necessidade de treinamento e de diversificação dos comércios locais



Fonte: pesquisa realizada pelo Banco Mumbuca e consolidada pelo autor (2015).

Resultados iniciais da análise da circulação da Mumbuca em Maricá



Ainda em fase de estruturação do trabalho e de prospecção de ferramentas. À esquerda, o consumo georreferenciado e à direita, um gráfico com percentuais por bairro de Maricá. Fonte: apresentação de graduandos do LABIS/COPPE/UFRJ.

APÊNDICE 5 – O BCD DO PREVENTÓRIO

(capítulo 5)

Registro de atividades com os jovens no Preventório



Acima e à esquerda, no mapeamento de ofertas e demandas de coletivos do Preventório; ao centro, na primeira reunião do projeto PIBIC-EM UFRJ (com os jovens, Hosana em primeiro plano, Sônia ao fundo, Henrique Cukierman e Daniele Santos, à esquerda e o autor, à direita); e à direita, nos bastidores da gravação do vídeo para financiamento coletivo. Abaixo e à esquerda, jovens com Hosana e Sônia na divulgação do E-dinheiro; à direita, Henrique e um jovem na gravação de perguntas para envolvidos com moedas sociais na França. Fonte: o autor (2016).

Campanha de divulgação do E-dinheiro: Hosana à esquerda, moradora à direita



Divulgação do E-dinheiro: visita a comércio com Hosana



Fonte: o autor (2015-2016).

O espaço anexo ao BCD do Preventório



Acima e à esquerda, o maior dos três cômodos do "Anexo"; à direita, em destaque uma das produções do MAP (Mulheres Artesãs do Preventório); abaixo e à esquerda, as artesãs mostram suas seus produtos para serem fotografados; à direita, cômodo com arquivos da RENAJOC e computador. Fonte: o autor (2015)

APÊNDICE 6 – MAPA DE TROCAS DA REDE SOLIDÁRIA DO PREVENTÓRIO

(seção 5.3.1)

Estúdio do Pai / Foco no Samba oferece Música e-dinheiro ao **Banco**

Estúdio do Pai / Foco no Samba oferece Divulgação do apoio ao **Banco**

Banco oferece espaço ao **Estúdio do Pai / Foco no Samba**

Banco oferece divulgação ao **Estúdio do Pai / Foco no Samba**

Banco oferece espaço ao **Estúdio do Pai / Foco no Samba**

Banco oferece orientação financeira ao **MAP**

Banco oferece divulgação e espaço nos eventos ao **MAP**

MAP oferece divulgação (espaço nas bolsas) ao **Estúdio do Pai / Foco no Samba**

Voluntariado Petrobras oferece assessoria em Fotografia à **Agência Jovem**

Agência Jovem oferece palestra sobre Juventude ao **Voluntariado Petrobras**

Agência Jovem oferece camisas (estêncil) ao **Estúdio do Pai / Foco no Samba**

Agência Jovem oferece apoio em redes sociais ao **Banco**

Banco oferece espaço à **Agência Jovem**

Jornal oferece divulgação em Fun Page à **Rede do Preventório**

Voluntariado Petrobras oferece assessoria no uso do Cirandas ao **MAP**

Obs: planejado inicialmente para os meses de fevereiro e março de 2016

APÊNDICE 7 – PLANO DE TRABALHO PARA O E-DINHEIRO NO PREVENTÓRIO

(seção 5.3.1)

Legenda: Março, Abril, Maio, Junho

Definições iniciais de funcionamento
Março - Definição da "equipe E-dinheiro"
Março - Cadastro de um número mínimo de comerciantes
Março - Teste/piloto com a equipe (uso e dúvidas)

Elaboração de peças
Março - Elaboração da música do E-dinheiro pelo Estúdio do Pai (acordado o "Mapa de trocas da Rede Solidária do Preventório – fevereiro e março/2016" - ver anexo)
Março - Elaboração/definição de panfleto etc. sobre E-dinheiro
Março - Elaboração/confecção de camisa do E-dinheiro

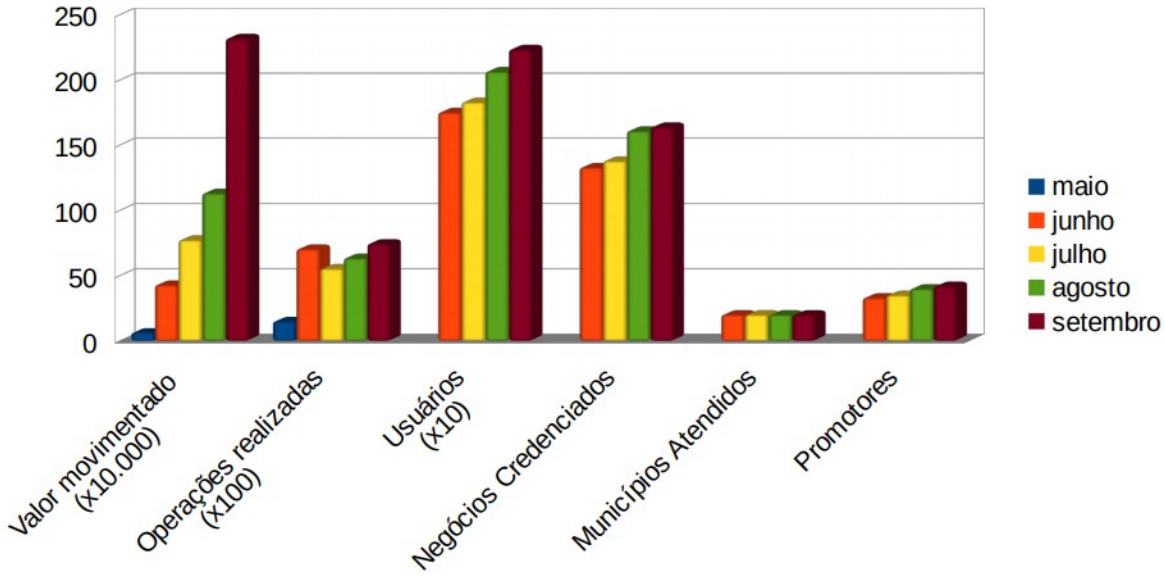
Pesquisa de consumo na comunidade
Março - Rever pesquisa realizada em 2011
Março - (Re)definir perguntas para pesquisa 2016
Março - Definir pesquisadores
Março - Solicitar ao Banco Palmas o uso e configuração do aplicativo Palmap (já em uso também no Banco Mumbuca)
Abril - Instalar o aplicativo nos celulares dos pesquisadores
Abril - Realizar pesquisa junto a comerciantes e moradores
Abril - Analisar resultados

Divulgação do E-dinheiro
Para bolsistas e fornecedores do banco (Aceitam utilizar em E-dinheiro parte do recurso recebido?)
Abril, Maio, Junho - Nos dias dos cursos da incubadora da UFF, "barraquinha" do E-dinheiro (notebook com acesso à Internet para que os alunos e professores baixem o aplicativo, e carreguem o E-dinheiro)
Para comerciantes locais (nas ruas, panfleto, carro de som)
Para moradores (nas ruas, panfleto, carro de som)
Abril, Maio, Junho – No banco comunitário (para os clientes em geral; para parte do crédito produtivo?)
Para rede produtiva solidária do preventório (Divulgar em suas mídias)
Para os jovens (Divulgação nas escolas; "Tenha sua própria conta")
Para as feiras de economia solidária e rede ecológica em Niterói (Comerciantes aceitam receber em E-dinheiro? Banquinha local com E-dinheiro? Divulgar para consumidores o E-dinheiro como uma "fidelidade à economia solidária/comércios locais")

Obs: planejado inicialmente para o primeiro semestre de 2016

APÊNDICE 8 – O E-DINHEIRO EM MAIS NÚMEROS

Consolidado do uso do E-dinheiro pelos BCDs no Brasil, entre maio e setembro de 2016



Fonte: o autor (2016), a partir dos dados de Joaquim (2016b).

APÊNDICE 9 – FÓRUNS E ENCONTROS

Moedas sociais e bancos comunitários em debate no BNDES (capítulo 2)



Fonte: informativo sobre oficina no BNDES (2016).

Pedro Jatobá, Marcos Rodrigo, Joaquim Melo e este pesquisador no debate do BNDES



Fonte: informativo sobre oficina no BNDES (2016).

No sofá, Joaquim Melo, Pedro Jatobá ,um *tablet*, e conversas sobre moedas eletrônicas (capítulo 6))



Fonte: foto de Fernando Severo (2015), no Rio Hackerspace.

Encontro de Incubadoras de Economia Solidária, na UFBA. Paul Singer na primeira fila



Fonte: o autor (2015).

Marusa Freire expõe na III Conferência Internacional sobre Moedas Sociais e Complementares, na UFBA



Fonte: o autor (2015).

Fórum de Cidadania Financeira do Banco Central, Brasília



Fonte: o autor (2016)

Otaciana (Banco Palmas) fala sobre o E-dinheiro na Feira de Economia Solidária de Santa Maria (capítulo 7)



Fonte: o autor (2015).

Integrantes da Prefeitura de Maricá e do Banco Palmas em Santa Maria



Fonte: o autor (2015).

IV Conferência Internacional sobre Moedas Sociais e Complementares, em Barcelona.
Augusto Corrons e Jérôme Blanc, da direita para a esquerda (seção 6.1).



Fonte: o autor (2017).

Palestra de Bruno Latour no Institut d'études politiques de Paris (Sciences Po)



Fonte: o autor (2017).

Encontro Solidários, 2018, auditório principal, Fortaleza (seção 7.3.2)



Fonte: o autor (2018).

João Manoel Santos (“Seu Joãozinho”, Banco Terra) explica a receita do sabão no Hackathon, no Encontro Solidários



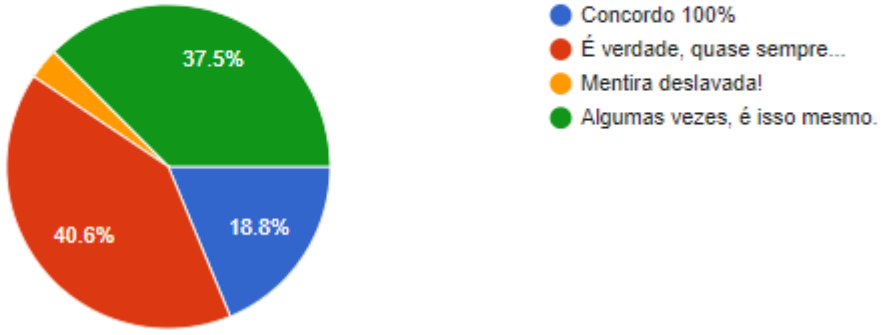
Fonte: cobertura do evento, disponibilizada na rede social Instagram (2018).

APÊNDICE 10 – ENQUETE DINHEIROS, TECNOLOGIAS E NÓS

(mais no Capítulo 6)

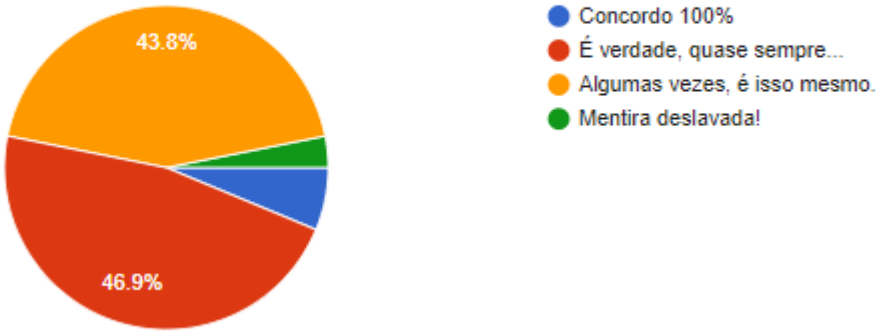
Amigos, amigos. Negócios à parte

32 responses



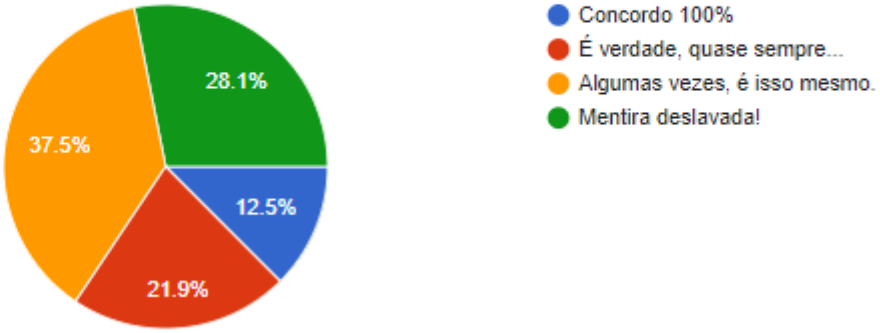
(2) Tudo vai bem até que entra o dinheiro na história

32 responses



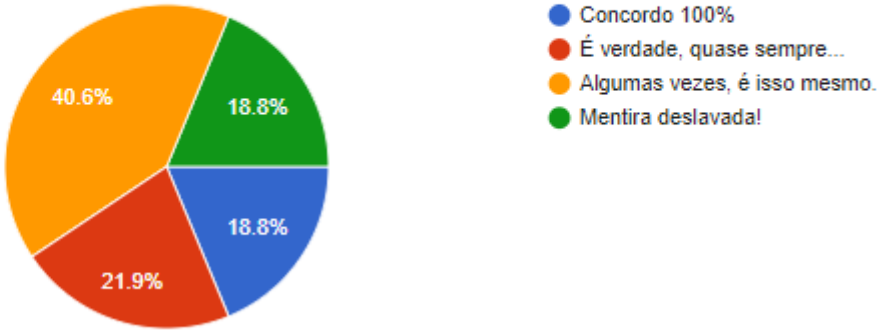
(3) Dinheiro é o mal da humanidade

32 responses



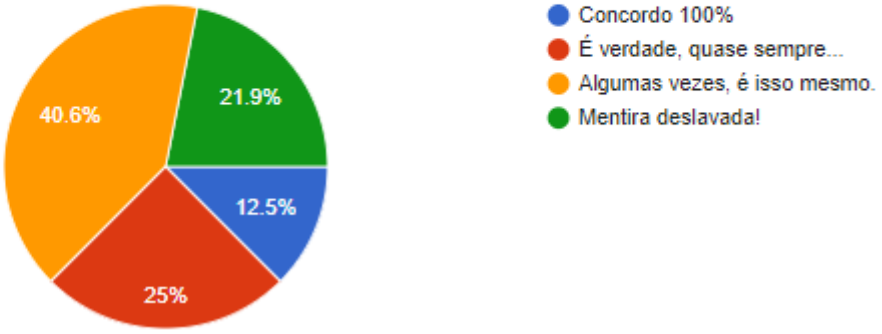
(4) Os computadores têm tornado as pessoas menos sociais

32 responses



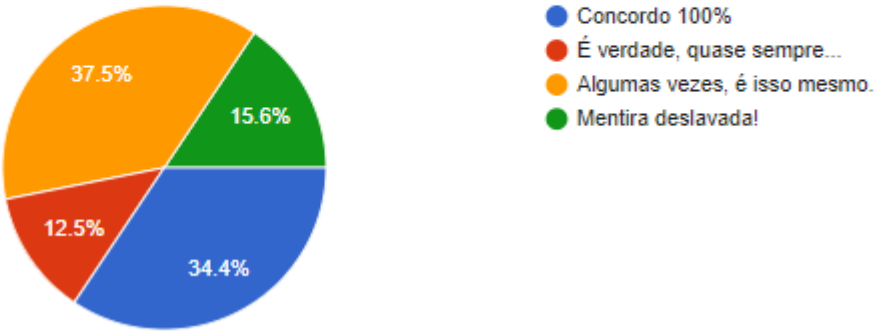
(5) A internet e o mundo virtual nos deixam menos envolvidos com o que acontece perto de nós

32 responses



(6) O mundo atual parece mais interessado em celulares e aplicativos, menos humano

32 responses

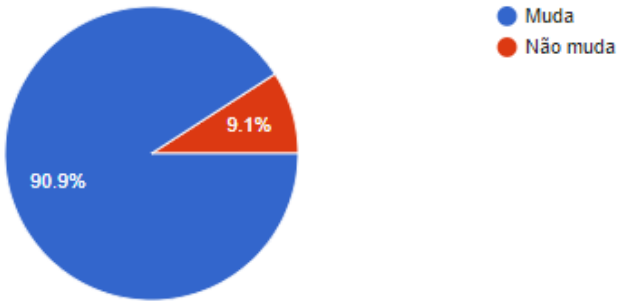


APÊNDICE 11 – ENQUETE PARA OS BCDS

(mais na seção 8.3)

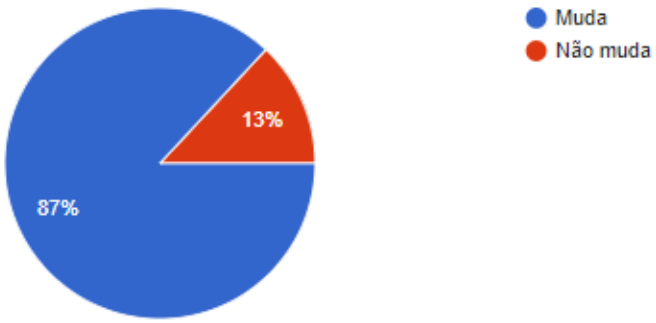
Com o E-dinheiro, muda algo na relação de proximidade do banco com o seu público?

22 responses



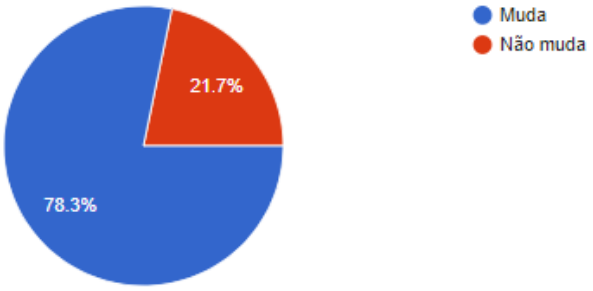
Com o E-dinheiro, muda algo na autonomia do banco em relação a outras instituições ou conhecimentos?

23 responses



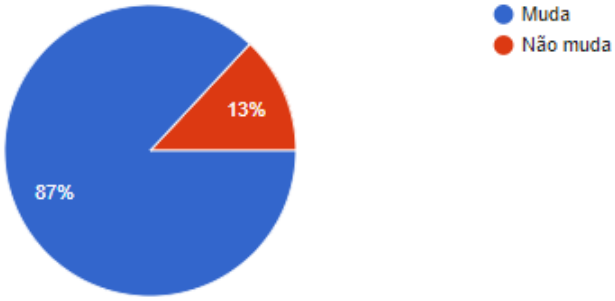
Com o E-dinheiro, muda algo em sua sustentabilidade econômica do banco, ou seja, a forma dele equilibrar suas contas?

23 responses



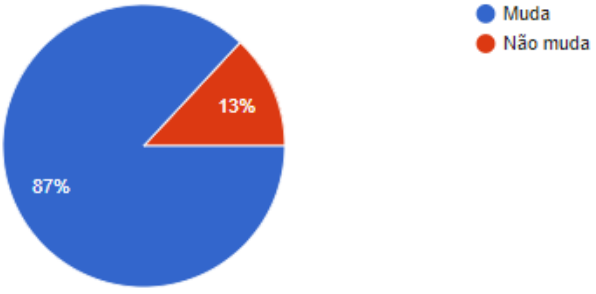
Com o E-dinheiro, muda algo na mobilização e no acolhimento da comunidade?

23 responses



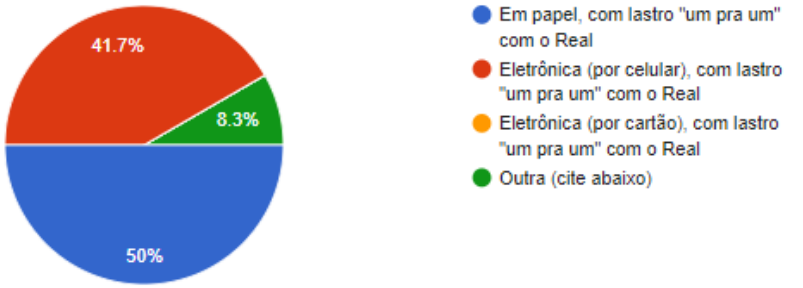
Com o E-dinheiro, muda algo na ideia de democracia econômica dos bancos comunitários?

23 responses



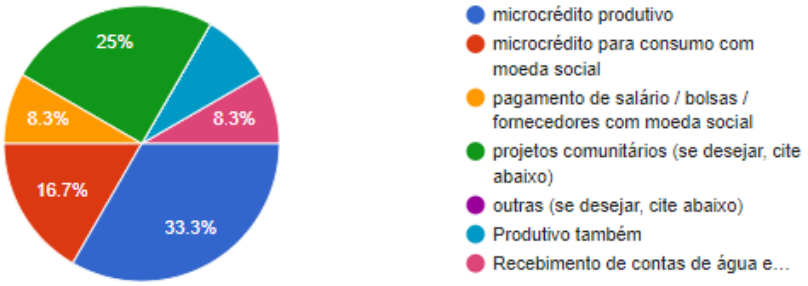
Marque os tipos de moeda social que o banco usa:

12 responses



Marque as atividades realizadas atualmente pelo banco

12 responses



APÊNDICE 12 – ROTEIROS PARA ENTREVISTAS

As questões abaixo serviram como orientadoras para as entrevistas, sendo relacionadas às ênfases adotadas na pesquisa (seção 1.1). Elas foram combinadas entre si de acordo com os perfis dos entrevistados, formando o roteiro de cada entrevista:

Para bancos comunitários / construtores de outras moedas:

Quais os papéis das TICs nos bancos comunitários? No início dos BCDs? E agora?

Quais as diferenças entre os bancos comunitários com papel-moeda e o banco comunitário com uma moeda eletrônica?

Como está a questão “porque não podemos ter a tecnologia da maquininha”?

Como fica a gestão dos dados registrados pelas maquininhas?

Como as maquininhas foram recebidas pelos comerciantes e usuários de Maricá?

Como está o desenvolvimento do *software* para gestão de bancos comunitários? Onde está sendo usado?

Quais dados são registrados dos usuários e dos comerciantes? Onde são armazenados? Quem tem acesso? Posso ter acesso, com compromisso de sigilo?

Quem participa do banco?

Tiveram contato com outros bancos comunitários? Como foi o contato com o Banco Palmas?

Qual a relação com Banco Palmas? Como foi o contato inicial com o Banco Palmas? E hoje?

Como está sendo / foi a saída do Banco Palmas? O banco já consegue conduzir as atividades independentemente do Banco Palmas?

Qual a relação com a prefeitura?

Como/qual é a participação dos moradores/organizações da sociedade civil no banco comunitário?

Como surgiu a ideia?

Como ficou sabendo? Quem foi envolvido na concepção? Soube de algum convite para a empresa / população / comerciantes participarem da elaboração do projeto?

Como é a sua relação com o banco comunitário?

Como é a relação com a empresa de TI?

Quando recebe o pagamento do cliente, em quanto tempo o comerciante recebe de fato a o real? Como?

Como começou sua participação na rede do Banco Palmas? Qual o seu papel atual?

Porque saiu/criticou?

Quais outros rumos a comunidade poderia ter tomado / tomar?

E as outras criptomoedas? Quais as polêmicas principais hoje?

Conhece outras moedas alternativas? Palmas, PCCs? Vê possibilidades de diálogo?

Quais as ligações da Bitcoin com o partido pirata?

Para comerciantes e usuários:

O que é o projeto da meda social para você? Quem está envolvido?

Quais as mudanças (em relação às moedas comuns / às trocas)?

Aderiu? Por quê? Por que (des)confiou? E as outras pessoas?

Você, ou quem você conhece, fornece desconto?

Quais os equipamentos *softwares* utilizados?

Já teve problemas com os equipamentos/*softwares*? Que tipos? O que fazer?

Como se dá a troca da moeda por Reais, para o comerciante?

Indica usuários com quem eu possa conversar?

Indica comerciantes com quem eu possa conversar?

Já tinha ouvido falar em algo parecido? Moedas sociais/comunitárias/alternativas?

Sua impressão do projeto hoje é a mesma de quando soube? O que mudou?

O que mais acha interessante falar (ou pesquisar)?

Quais as polêmicas/principais desafios?

Quais as mudanças (em relação às moedas comuns)?

O comércio tem fornecido desconto?

Você pode passar a moeda social para outra pessoa? Pode trocar por reais?

Que tipo de comércio?

Você, ou quem você conhece, fornece desconto?

Eles sabem que os dados ficam registrados?

Como está hoje o uso (usuários, aceite)?

Para órgãos de governo:

Você percebe alguma desconfiança por parte das instituições formais brasileiras em relação a propostas desenvolvidas com base em conhecimentos "populares"/informais?

Quais os motivos para a mudança no olhar do BACEN a respeito das moedas sociais ?

Quais atores e quais fatos foram relevantes nesse processo?

Qual a influência dos seminários de microfinanças do BACEN?

O BACEN tem atualmente uma visão estabilizada das moedas sociais como instrumentos legais para o desenvolvimento social?

Quais acordos são relevantes com os órgãos de governo para a rede de bancos comunitários (SENAES, BACEN, BNDES etc.)?

A criação do DEPEF teve relação com esse processo?

Como o DEPEF pode contribuir na questão das moedas sociais?

Para economistas:

Qual a sua universidade / local de trabalho?

Na sua formação/universidade em economia, houve disciplinas que tratassem o tema das moedas sociais/alternativas/digitais?

Você conheceu este tema por outros meios? Quais?

Se o tema estivesse na grade curricular, teria despertado o seu interesse?

Interessaria trabalhar com o assunto? De que forma?

As moedas sociais/alternativas/digitais modificam alguma teoria ou conceito econômico estudado/utilizado por você? No caso do modelo Palmas? No caso do modelo Colaborativa.PE? No caso da Bitcoin (e as demais criptomoedas)?

Quais as diferenças dessas moedas em relação às moedas tradicionais?

Você as considera sustentáveis economicamente?

Já tinha ouvido falar em algo parecido? Moedas sociais/comunitárias/alternativas?

APÊNDICE 13 – LIMITES, PESQUISAS E DESAFIOS FUTUROS

Esta tese, como toda pesquisa, representa um olhar, repleto de limites e restrições. Portanto, muitos novos olhares são necessários sobre o passado, o presente e o futuro dos processos de digitalizações das moedas sociais brasileiras. No campo dos limites mais explícitos desta investigação, importa mencionar a dificuldade de encontrar respostas da empresa MoneyClip e do Banco Palmas com relação aos seguintes dados:

(1) questionamentos respondidos ao Banco Central sobre as moedas sociais;

(2) questionamentos da procuradoria da prefeitura do Rio de Janeiro à proposta de editais envolvendo moedas sociais;

(3) ajustes solicitados pelo BNDES ao BCD Palmas no contexto dos convênios entre as instituições;

(4) o contrato/convênio com a prefeitura de Maricá, sobre a Mumbuca;

(5) o contrato/convênio com a Money Clip, sobre o E-dinheiro;

(6) as informações sobre a evolução do uso do E-dinheiro em diferentes comunidades.

Há um horizonte extenso de possíveis pesquisas futuras sobre o tema dos bancos digitais, dos bancos comunitários, das criptomoedas, das moedas sociais e de suas digitalizações: por exemplo, menos da metade dos BCDs utilizava moeda social eletrônica via celular ao término desta pesquisa (41,7% da amostra entrevistada no APÊNDICE 11, e 30% segundo Joaquim Melo (2018c)). Listo abaixo algumas possibilidades, obviamente que de maneira não exaustiva:

(1) A temática do crédito solidário, em seus primeiros passos na cidade de Maricá. Ela demandou novas funcionalidades do aplicativo E-dinheiro, que implementam as regras do programa local, constituindo grupos de crédito.

(2) A gestão do Banco Mumbuca. Ainda feita em grande medida pelo Banco Palmas, e já contando com filiais à sua sede no Centro da cidade, constitui-se em um desafio que ganha novos contornos a cada momento. Os mais recentes, antes do término desta pesquisa, um programa de ensino de economia solidária no contraturno escolar (disputando o imaginário dos jovens maricaenses, numa versão

brasileira do que vimos na seção 5.3.2 na França), com o pagamento de uma bolsa a todos os estudantes das escolas públicas de Maricá (do sexto ano do ensino fundamental ao terceiro ano do enino médio), em Mumbuca E-dinheiro.

(3) A usabilidade dos cartões e especialmente do aplicativo E-dinheiro constituem outra frente de pesquisa. Aqui, a questão geracional é relevante, e um detalhamento das dificuldades e facilidades no uso do aplicativo por jovens e idosos pode fornecer insumos importantes para o crescimento da experiência.

(4) Os (des)encontros entre a tecnologia hoje utilizada na moeda social digital dos BCDs, que inclui uma base de dados centralizada, e as possibilidades trazidas pelas criptomoedas e suas bases descentralizadas. O diálogo entre tais abordagens parece ganhar materialidade, como mostra a própria organização do Solidários 2018.

(5) A adoção do E-dinheiro pelos demais bancos comunitários brasileiros. O Banco Palmas, por exemplo, possui ele próprio um histórico já de significativa utilização do E-dinheiro, num cenário distinto de Maricá, que inclui por exemplo o recolhimento de resíduos remunerado em Palmas E-dinheiro, financiado pela prefeitura local.

(6) A análise e mineração dos dados de circulação das moedas sociais digitais. Nessa frente, disciplinas como ciência de dados, incluindo perspectivas como o tratamento georreferenciado e a construção de painéis analíticos ganham importância, tanto na perspectiva de gerenciamento dos próprios bancos, quanto de sua transparência. Como pré-requisito, é possível apontar a estabilização de formas de acesso aos (e publicização dos) dados de circulação das moedas.

(7) A governança administrativa do E-dinheiro pela Rede de BCDs. Parece-me importante acompanhar a divisão de responsabilidades, acessos, permissões e restrições no uso da interface administrativa do E-dinheiro entre os BCDs.

(8) A governança das funcionalidades do E-dinheiro. Cabe investigar como se dará ao longo do tempo a definição dos novos requisitos a serem implantados no E-dinheiro, na perspectiva dos atores envolvidos no processo, como os BCDs e os usuários do sistema.

(9) A governança do código-fonte do *software* do E-dinheiro. O desafio

colocado passa por, de um lado, manter o *software* operando de forma segura, e de outro, garantir uma maior apropriação dos BCDs e maior autonomia em relação aos programadores originais da plataforma. Importa acompanhar em que medida e de que maneiras outros atores poderão (ou não) ser incluídos no “ecossistema” de desenvolvimento do código do E-dinheiro.

(10) O desenvolvimento da “transparência digital dos BCDs”. A rastreabilidade da moeda eletrônica dos bancos comunitários, ainda que armazenada em um banco de dados centralizado, permite pensarmos em traduzir a transparência comunitária para portais digitais de transparência dos bancos comunitários, por um lado apoiando os próprios BCDs em sua gestão e por outro democratizando o acesso às informações de circulação das moedas para as próprias comunidades e as diferentes instâncias de poder público.

(11) Os próximos passos do labordireitório, no sentido dos posicionamentos dos BCDs e do BACEN e das eventuais mudanças na legislação envolvendo moedas eletrônicas e criptomoedas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

4º ENCONTRO NACIONAL, 2015. 4º ENCONTRO NACIONAL REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS. 25 a 26 de novembro de 2015, Fortaleza, Ceará.

ACORDO de Cooperação Técnica BACEN/MTE-SENAES. 2010. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/acordos_e_convenios/acordo_de_cooperacao_tecnica_BACEN_MTE_SENAES.pdf>. Acesso em: 09 out. 2017.

AKRICH, M. The de-scription of technical objects. In: BIJKER, W. E.; LAW, J. (Ed.). *Shaping technology/building society:* studies in sociotechnical change. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1992. p. 205-224.

ALEXANDRE. *Alexandre:* sobre a moeda Mumbuca segundo a visão de gerente de uma farmácia que aceita a moeda. Nome fictício. [13 mai. 2015]. Entrevistador: L.A.S. Faria. Maricá: [s.n.], 2015.

ALVEAR, Celso Alexandre Souza de. Sobre Portal Comunitário da Cidade de Deus. In: FESTIVAL DE TECNOLOGIAS SOCIAIS E ECONOMIA SOLIDÁRIA, 1., 2008, Rio de Janeiro. *Trabalho...* Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. Mesa-redonda tecnologias da informação e economia solidária, eixo temático economia solidária e comércio justo.

ALVES, Nuno Lopes. Inovações tecnológicas e potenciais impactos na cidadania financeira. In: FÓRUM DE CIDADANIA FINANCEIRA, 2., 2016, Brasília, DF. *Palestra...* Brasília, DF: Banco Central, 2016.

ANDRADE, Henrique. Declaração proferida durante a primeira MumbucHacka. Maricá, 06 jan. 2018.

ANSORENA, Asier. *Asier Ansorena:* s*obre o* banco palmas segundo um dos responsáveis pelo PalmasLab, projeto apoiado pelo Banco Palmas [23 ab. 2015]. Entrevistadores: L. A. S. Faria e F. G. Severo. Entrevista concedida via skype, 2015a.

ANSORENA, Asier. *Asier Ansorena:* sobre o Banco Palmas e o e-dinheiro segundo um dos responsáveis pelo PalmasLab, projeto apoiado pelo Banco Palmas. [20 ago. 2015]. Entrevistadores: L. A. S. Faria e H. Cukierman. Fortaleza: [s.n.], 2015b.

ANSORENA, Asier. Palestra “Bancos Sociais e Moedas Virtuais” na UFRJ, Campus da Praia Vermelha. 23 de novembro de 2017.

ARANTES, Gladstone. *BNDES Token.* Rio de Janeiro, 2018. Palestra ministrada em Seminário sobre Blockchain realizada na Petrobras.

ARAÚJO, Ricardo Menezes de. *Ricardo Menezes de Araújo:* sobre a moeda Mumbuca segundo a visão de comércio que deseja entrar na rede credenciada da Mumbuca [29 set. 2015]. Entrevistadores: L. A. S Faria. Maricá: [s.n.], 2015.

ARAÚJO, Tarcísio Patrício de.; LIMA, Roberto Alves de. Microcrédito ontem e hoje. In: MATOS, Franco de; MACAMBIRA JÚNIOR, Leôncio José Bastos; CACCIAMALI, Maria Cristina (Org.). *A atividade e a política de microcrédito no Brasil:* visões sobre sua evolução e futuros desafios. Fortaleza: IDT/USP, 2014. p. 35-53.

ARRANJOS de pagamento SEMARC 2014. Publicado em 4 ago. 2014. Disponível em: <http://www.febraban.org.br/7Rof7SWg6qmyvwJcFwF7I0aSDf9jyV/sitefebraban/PAINEL%203%20-%20Arranjos%20de%20Pagamento%20-%20Rog%E9rio%20Lucca.pdf>. Acessso em: 05 jul. 2018.

ASTI, Ana Larronda. *Ana Larronda Asti:* sobre a construção da rede carioca de bancos comunitários e o E-dinheiro segundo a visão da diretora de economia solidária e comércio justo da Secretaria de Desenvolvimento Econômico Solidário. [2015]. Entrevistadores: L. A. S. Faria. Rio de Janeiro: [s.n.], 2015.

AUTOPOIESE. *Wikipedia*. Editada pela última vez em 22 abr. 2018. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Autopoiese>. Acesso em: 22 mar. 2018.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Série cidadania financeira:* estudos em educação, proteção e inclusão. Brasília, DF, jul. 2015. (Panorama do microcrédito, 1).

BAILEY, Diane E., 2014. Bridging the ICT4D Design-Reality Gap: Altering Context, Not Technology.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (Brasil). *Oficina sobre bancos comunitários e moedas sociais.* Rio de Janeiro, 29 jan. 2016.

BARRETO, Pedro Henrique. Quarenta e quatro países, inclusive o Brasil, participaram da reunião em New Hampshire (EUA): o mundo vivia a ressaca da crise de 1929, seguida da Segunda Guerra Mundial. *IPEA - desafios do desenvolvimento*, Brasília, ano 6, ed. 50, mai.. 2009. Disponível em: <http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2247:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 20 set. 2017.

BARKAN, Joshua. Liberal Government and the Corporate Person. Journal of Cultural Economy, 3:1, 53-68. [2010]. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1080/17530351003617578>. Acesso em 30 mai. 2017.

BARLOW, John Perry, 1996. A Declaration of the Independence of Cyberspace. Davos, 8 feb. 1996. apud SÁVIO, Marcelo; CUKIERMAN, Henrique. L.; MARQUES, Ivan da C., 2005, A governança da Internet: o controle do namespace no

ciberespaço. In: AFONSO, Carlos A. (Org.). *Governança da Internet:* contexto, impasses e caminhos. Rio de janeiro; São Paulo: RITS: Editora Peirópolis, 2005.p. 58-77.

BASHKOW, Ira. Afterword: what kind of a person is the corporation? *PoLAR:* political and legal anthropology review, [S.l.], v. 37, n. 2, p. 296–307. Oct. 2014.

BARROS, Otaciana. *Otaciana Barros: sob*re o Banco Palmas e o E-dinheiro segundo responsável pelo E-dinheiro nos bancos do Ceará. [20 ago. 2015]. Entrevistadores: L. A. S. Faria e H. Cukierman. Fortaleza: [s.n.], 2015.

BARTHOLO JR, Roberto dos Santos. *Você e eu:* Martin Buber, presença palavra. 19. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. (Idéias sustentáveis).

BENKLER, Yochai. The Wealth of Networks: How Social Production Transforms Markets and Freedom. Yale University Press. New Haven and London, 2006.

BENKLER, Yochai. A economia política dos commons. Trad. Paulo Cezar Castanheira. Rev. Sérgio Amadeu da Silveira e João Brant. In: GINDRE, Gustavo;

BRANT, João; WERBACH, Kevin. *et al. Comunicação digital e a construção dos commons*: redes virais, espectro aberto e as novas possibilidades de regulação. São Paulo, Fundação Perseu Abramo. 2007[2003].

BITTENCOURT, Wagner. Declaração proferida pelo então vice-presidente do BNDES na oficina *Bancos comunitários e moedas sociais*, promovida pelo Comitê de Arranjos Produtivos, Inovação, Desenvolvimento Local, Regional e Socioambiental (CAR-IMA) do BNDES. Rio de Janeiro, 29 jan. 2016.

BLANC, Jérôme. Classifying ‘CCs’: community, complementary and local currencies. *International Journal of Community Currency Research,* [S.l.], v. 15, p. 4–10, 2011a. (Special Issue,section D)

BLANC, Jérôme. *Jérôme Blanc, 30 monnaies sociales et complémentaires, Partie1. YouTube.* Entrevista realizada por ocasião da Semaine internationale des monnaies sociales et communautaires qui s'est tenue à Lyon les 16-18 février 2011. Publicado em 22 jan. 2012a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=s2ROizkZgR0>. Acesso em: 05 fev. 2016.

BLANC, Jérôme. *Jérôme Blanc, 30 monnaies sociales et complémentaires, et maintenant?, Partie2. YouTube.* Entrevista realizada por ocasião da Semaine internationale des monnaies sociales et communautaires qui s'est tenue à Lyon les 16-18 février 2011. Publicado em 23 jan. 2012b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8vJnkmiFXIA>. Acesso em: 05 fev. 2016.

BLANC, Jérôme. Penser la pluralité des monnaies à partir de Polanyi: un essai de typologie. In: HILLENKAMP; LAVILLE, Isabelle; Jean-Louis (Dir.). *Socioéconomie et démocratie:* l'actualité de Karl Polanyi. Toulouse: Erès, [2013]. p. 241-269. Disponível

em: <https://www.researchgate.net/publication/280813246_Penser_la_pluralite_des_monnaies_a_partir_de_Polanyi_un_essai_de_typologie?el=1_x_8&enrichId=rgreq-c2e50c8d15910fb5ac5aa03496310515-XXX&enrichSource=Y292ZXJQYWdlOzI3ODYxODgzNDtBUzoyNzQ5Nzg0OTUwMDQ2NzRAMTQ0MjU3MTM5MDcyMg>. Acesso em: 05 mai. 2017.

BOFF, Leonardo, MIRANDA, Márcia. A Contribuição dos Militantes Cristãos na Política Partidária. In: Fé e Política: fundamentos. Oliveira, Pedro A. Ribeiro de. Aparecida, SP: Editora Idéias e Letras, 2004.

BOSCO, João. *João Bosco:* sobre o E-dinheiro e a money clip. Brasília. [18 mar. 2016]. Entrevistador: L. A. S. Faria. 2016a. Entrevista concedida via skype, transcrita.

BOSCO, João. E-dinheiro. 2016. Palestra realizada no Banco Comunitário da Cidade de Deus, Rio de Janeiro em 02 ago. 2016b.

BOSCO, João. *João Bosco:* sobre o E-dinheiro e a money clip. [21 nov. 2016]. Entrevistador: L. A. S. Faria. Brasília: [s.n.], 2016c.

BOWKER, Geoffrey C. *Science on the run:* information management and industrial geophysics at Schlumberger, 1920-1940. Cambridge, Mass.: MIT Press, c1994. viii, 191 p. (Inside technology)

BOWKER, Geoffrey C.; STAR, Susan Leigh. Sorting things out: classification and its consequences. Cambridge, Mass.: MIT Press. 2007. xii, 377 p.

BRAGA, André, 2015. *André Braga:* sobre o Banco Mumbuca e a transição para o E-dinheiro segundo a visão da Secretaria de Economia Solidária da Prefeitura de Maricá. [24 nov. 2015]. Entrevistador: L. A. S. Faria. Maricá, RJ: [s.n.], 2015.

BRASIL. Lei Nº 12.865, de 9 de outubro de 2013. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,* Brasília, DF, 10 out. 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12865.htm>. Acesso em: 07 jun. 2018.

BRASIL. Ministério da Cultura. Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações (2011-2014). 2. ed. rev. Brasília, DF, 2011.

BRASIL. Secretaria Nacional de Economia Solidária. *Avanços e desafios para as políticas públicas de economia solidária no governo federal 2003/2010.* Brasília, DF: MTE, 2012. Disponível em: <https://grupo2informalidade.files.wordpress.com/2013/05/avanc3a7os-e-desafios-para-as-pp-de-economia-solidc3a1ria-no-gov-federal-2003_2010.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2016

BRAUDEL, Fernand. A dinâmica do capitalismo. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco. 1987[1985].

BRUM, Eliane. Veja o filme, leia o livro, alcance a vida. *El País*, [S.l], 20 mar. 2017. Seção Opnião. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/20/opinion/1490015804_432739.html>. Acesso em: 03 fev. 2018.

BÚRIGO, Fábio Luiz. *Moeda social e a circulação das riquezas na economia solidária.* 2000. Texto apresentado como um dos requisitos para a conclusão da disciplina análise sócio-política do sistema financeiro no capitalismo contemporâneo, oferecido no semestre 2000/2, pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (CFH-UFSC). Disponível em: <http://base.socioeco.org/docs/doc-137_pt.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2017.

BURLING, Robbins. Maximization Theories and the Study of Economic Anthropology. *American Anthropologist***,** Washington, DC, v. 64, n. 4, p. 802-21, Aug. 1962. New Series. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/667795>. Acesso em: 08 mai. 2018.

CALLON, Michel. Some elements of a sociology of translation: domestication of the scallops and the fishermen of St Brieuc Bay. In: LAW, J. (Ed.) *Power, action and belief*: a new sociology of knowledge? London, Routledge & Kegan Paul, 1986. p.196-223. First published. Disponível em: <ttp://www.vub.ac.be/SOCO/tesa/RENCOM/Callon%20(1986)%20Some%20elements%20of%20a%20sociology%20of%20translation.pdf>. Acesso em: 05. nov. 2017.

CALLON, Michel. The embeddedness of economic market in economics. In: CALLON, Michel (Ed.). *The Laws of the Markets.* Oxford; Malden, MA: Blackwell Publishers/ Sociological Review, 1998.

CALLON, Michel; MUNIESA, Fabian. Peripheral vision: economic markets as calculative collective devices. *Organization Studies,* London, v. 26, n. 8, p. 1229-1250, Aug. 2005. Disponível em: <http://oss.sagepub.com/content/26/8/1229>. Acesso em: 10 mar. 2018.

CAMILA. Declaração proferida durante o período de vivência de Luiz Arthur Silva de Faria no Banco do Preventório. Nome fictício. Niterói, 2015.

CAROLINA. Declaração proferida durante palestra do encontro Latinoware. Foz do Iguaçu. Nome fictício. Foz do Iguaçu, 2015a.

CAROLINA. *Carolina*: sobre a moeda Bitcoin segundo a visão de um ex-participante da comunidade brasileira de bitcoin e crítico da experiência. [17 jul. 2015]. Entrevistadores: L. A. S. Faria e F. G. Severo. Belo Horizonte: [s.n], 2015b. Nome fictício.

CARTA 22 FEICOOP. 12 jul. 2015. Disponível em: <http://caritas.org.br/wp-content/uploads/2015/07/CARTA-22-FEICOOP.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2018.

CARTILHA, 2011 “Cartilha para Multiplicadores na Metodologia de Bancos Comunitários – Material Pedagógico de Apoio”, de 2011

CARVALHO, Fernando Cardim de. Bretton Woods aos 60 anos. *Novos estudos,* São Paulo, n. 70, p. 51-63, nov. 2004

CARVALHO, Marcelo. S. R. M.; CUKIERMAN, Henrique. L.; MARQUES, Ivan da C. A governança da Internet: o controle do namespace no ciberespaço. In: AFONSO, Carlos A. (Org.). *Governança da Internet:* contexto, impasses e caminhos. Rio de Janeiro: RITS; São Paulo: ra PeirEditoópolis, 2005. p. 58-77.

CAVALCANTI, Mariana. Do barraco à casa: tempo, espaço e valor(es) em uma favela consolidada. *Revista brasileira de Ciências Sociais,* São Paulo, v. 24, n. 69, p. 69-80. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092009000100005>. Acesso em: 05 jan. 2018.

CENTRO DE AÇÃO COMUNITÁRIA. *O dinheiro a formação do capital.* São Paulo: Loyola, 1981.

CHAYS, Henry. *Henry Chays:* sobre a moeda l’Èlef segundo a visão do Coordinateur de l'Elef. [29 jun. 2017]. Entrevistador: L.A.S Faria. Chambéry, França: [s.n.], 2017.

COMO O ESTADO do Rio de Janeiro chegou à falência? DW, jun. 2016. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/como-o-estado-do-rio-de-janeiro-chegou-%C3%A0-fal%C3%Aancia/a-19344065>. Acesso em: 23 abr. 2018.

CONTRATO PARTICULAR DE PRESTAÇÃO DE PROMOÇÃO INDEPENDENTE DE VENDA. 2016. Minuta de contrato para promotores do E-dinheiro, obtido junto ao Banco do Preventório.

COOK, Scott. The obsolete “Anti-Market" Mentality: a critique of the substantive approach to economic anthropology. *American Anthropologist*, Washington, DC, v. 68, n. 2, p. 323-45, Apr. 1966. New Series. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/669336>. Acesso em: 07 set. 2018.

CORAGGIO, Jose Luis. ¿Qué es lo económico y que es otra política?”. In: LIANZA, Sidney; HENRIQUES, Flávio Chedid (Org.). *A economia solidária na América latina:* realidades nacionais e políticas públicas. Rio de Janeiro: UFRJ, Pró-Reitoria de Extensão, 2012.

CORREIA-LIMA, Bruno Chaves, RIGO, Ariadne Scalfoni, SANTOS, Maria Elisabete Pereira, 2016. Memória organizacional e construção de identidade local: uma análise da mobilização e organização social no Conjunto Palmeira. Disponível em <https://www.apgs.ufv.br/index.php/apgs/article/view/1079/html>. Acesso em: 15 abr. 2018.

CORRONS, August. El reto de diversificar los medios de intercambio. *Barcelona Metròpolis:* capital em transformació, Barcelona, n. 105-6, p. 68-71, oct. 2017. Dosier. Monedas complementarias. Disponível em: <http://lameva.barcelona.cat/bcnmetropolis/wp-content/uploads/2017/10/BM105baixa.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2017.

CRESPO, Alberto. *Alberto Crespo:* sobre o PalmasLab segundo o principal programador o projeto apoiado pelo Banco Palmas. [20 ago. 2015]. Entrevistadores: L. A. S. Faria e H. Cukierman. Fortaleza: [s.n.], 2015.

CRIPPA, Wladimir. *Bitcoin:* a revolução digital chegou à economia. Palestra realizada no Fórum Internacional de Software Livre em Porto Alegre, no dia 8 mai. 2014.

CRIPPA, Wladimir. *Wladimir Crippa:* sobre a moeda Bitcoin segundo a visão de membro da Associação Software Livre de Santa Catarina e da Comunidade Brasil Bitcoin e palestrante sobre a moeda no FISL. [8 jul. 2015]. Entrevistadores: L. A. S. Faria e F. G. Severo. Porto Alegre: [s.n.], 2015.

CRUZ, Rodrigo. *Rodrigo Cruz:* sobre o Banco Mumbuca segundo a visão do gerente do banco. [15 set. 2015]. Entrevistador: L. A. S. Faria. Maricá: [s.n.] 2015.

CUKIERMAN, Henrique. L., 2018. Declaração proferida durante a segunda MumbucHacka. Maricá, 19 mai. 2018.

CUKIERMAN, Henrique L. As ciências brasileiras e a obsessão do descompasso. Apresentação em colóquio realizado no 41o. encontro anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais ANPOCS. Caxambu, 2017.

DALTON, George. Primitive Money. In: DALTON, George (Ed.). *Tribal and peasant economies. readings in economic anthropology*. Garden City, N.Y.: Published for the American Museum of Natural History [by] the Natural History Press, 1967. p. 254-81.

DE BLIC, Damien; LAZARUS, Jeanne. *Sociologie de l'argent.* Paris: La Découverte, 2007.

DEMOCRACIA ECONÔMICA, 2010. Parahyba e Cia Bate Palmas. Realização Instituto Palmas, Rede Cearense de Bancos Comunitários. Apoio Banco do Nordeste.

DESPRET, Vinciane. *Hans,* **l**e *cheval qui savait compter.* Paris: les Empêcheurs de penser en rond, 2004.

DESPRET, Vinciane. Leitura etnopsicológica do segredo. *Fractal*: Revista de Psicologia, Rio de Janeiro. v. 23, n. 1, p. 5-28, abr. 2011.

DINIZ, Eduardo. Correspondentes bancários e bancos comunitários de desenvolvimento. In: BANCO Palmas 15 anos: resistindo e inovando. São Paulo: A9 Editora, 2013. v. 1. p. 75-80

DINIZ, Eduardo Henrique; CERNEV, Adrian Kemmer; ALBUQUERQUE, João Porto de. Mobile platform for financial inclusion: the case of an unsuccessful pilot project in Brazil. *GlobDev,* 2013. Proceedings annual workshop of the ais special interest group for ICT in global development. Disponível em: <https://aisel.aisnet.org/globdev2013/8>. Acesso em: 18 jun. 2017.

DINIZ, Eduardo H.; BAILEY, Diane .E.; SHOLLER, Dan. Achieving ICT4D project success by altering context, not technology. Information *Technologies & International Development,* [S.l.], v. 10, n. 4 p. 15-29 Winter 2014.

DINIZ, Eduardo et al. Digital social money implementation by grassroots organizations: combining bottom-up and top-down strategies for social innovations. In: EGOS COLLOQUIUM, REIMAGINING, RETHINKING, RESHAPING: ORGANIZATIONAL SCHOLARSHIP IN UNSETTLED TIMES, 30., 201, Alemanha. Anais… Rochester, NY: SSRN, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2924690>. Acesso em: 22 set. 2017.

DISSAUX, Tristan; FARE, Marie. Jalons pour une approche socioéconomique des communs monétaires. *Revue Économie et institutions,* [S.l.], n. 26, 2017. Approches institutionnalistes de la monnaie. Disponível em: <http://journals.openedition.org/ei/5966>. Acesso em:

DODD, Nigel, 2014a. The Social Life of Bitcoin. Nigel Dodd, LSE Drafted for Keith Hart's conference, Money in the Making of World Society, Pretoria, 21-22 August 2014. Disponível em <http://www.lse.ac.uk/sociology/people/nigel-dodd?from_serp=1>. Acesso em: 15 jun. 2017.

DODD, Nigel. *The social life of money.* Princeton, N.J.: Princeton University Press, 2014b.

DODD, Nigel. The social life of Bitcoin. *Theory, Culture & Society,* London, v. 35, n. 3, p. 35-56, 2017. Disponível em: <http://eprints.lse.ac.uk/69229/>. Acesso em: 15 fev. 2017.

DOWBOR, Ladislau. *Democracia econômica:* um passeio pelas teorias. rev. e atual. [S.l.: s.n.], jul. 2012. 131 p. Disponível em: <http://dowbor.org/2012/07/democracia-economica-um-passeio-pelas-teorias-edicao-revista-em-nov-2010.html/>. Acesso em: 06 jul. 2018.

DOWBOR, Ladislau. O uso inteligente do crédito. In: BANCO Palmas 15 anos: resistindo e inovando. São Paulo: A9 Editora, 2013. v. 1. p. 25-33.

DOWBOR, Ladislau. Livros que apontam rumos. Dowbor.org, [S.l.], fev. 2018. Resenha de: HESS, Charlotte; OSTROM, Elinor. Understanding knowledge as a commons: from theory to practice. Cambridge, Mass.: MIT Press, c2007. Disponível em: <http://dowbor.org/2018/02/dowbor-livros-que-apontam-rumos-fev-2018-3p.html/>. Acesso em: 07 jun. 2018.

DOWNES, John; GOODMAN, Jordan Elliot. *Dicionário de termos financeiros e de investimento.* Tradução Ana Rocha Tradutores Associados. São Paulo: Nobel, 1993. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=1ZFsqhJcqoQC&pg=PA319&lpg=PA319&dq=NASD+eua+associa%C3%A7%C3%A3o&source=bl&ots=ueYAzr-Ws8&sig=kw4JLj47K9V5Uq9f-O6CfX5hYYk&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwiSuZK9n8HaAhUHkpAKHZ4-AWEQ6AEINjAB#v=onepage&q=NASD%20eua%20associa%C3%A7%C3%A3o&f=false>. Acesso em: 26 jan. 2018.

DUSSEL, Enrique. Teologia da libertação: um panorama de seu desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1999.

DUTRA, Jaqueline. *Jaqueline Dutra:* sobre o Banco Palmas e o E-dinheiro segundo uma integrante da coordenação. [21 ago. 2015]. Entrevistadores: L. A. S. Faria e H. Cukierman. Fortaleza: [s.n.], 2015.

E-DINHEIRO: a sua moeda social eletrônica. 2015. Apostila elaborada pela MoneyClip e obtida junto ao Banco do Preventório em versão impressa em 18 nov. 2015.

E-DINHEIRO comércio: manual de operações para comércio e estabelecimentos. 2016. Folheto informativo, obtido junto ao Banco do Preventório.

E-DINHEIRO REDE, 2016. E-dinheiro – pague – envie – receba – REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS. Folheto informativo, obtido junto ao Banco do Preventório.

E-DINHEIRO novo: um novo banco em suas mãos. 2016. Folheto informativo, obtido junto ao Banco do Preventório.

E-DINHEIRO TRANSIÇÃO, 2016. PLATAFORMA E-DINHEIRO – MANUAL DE PROCEDIMENTOS PARA O MÊS DE OUTUBRO/2016. Informativo circulado na Rede de BCDs, obtido junto ao Banco do Preventório. Fortaleza, 07 de outubro de 2016. Instituto Banco da Periferia.

ÉCOLE des Mines. GoogleMaps. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/place/Mines+ParisTech/@48.845585,2.3374433,17z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0x47e671c34286c56b:0x2dd0f3af209178db!8m2!3d48.845585!4d2.339632>. Acesso em: 15 de nov. de 2017.

EDUARDO. *Eduardo*: sobre a moeda Mumbuca segundo a visão de gerente de mercado que não aceita a moeda. [7 jul. 2015]. Entrevistador: L. A. S. Faria. Maricá: [s.n.], 2015. Nome fictício.

EDWARDS, Paul N. *The closed world:* computers and the politics of discourse in Cold War America. Cambridge, Mass.: MIT Press, c1996.

EDWARD, E.; LECLAIR JR. Economic theory and economic anthropology. *American Anthropologist,* Washington, DC, v. 64, n. 6, p. 1179-1203, Dec. 1962. New Series. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/667845>. Acesso em: 28 mar. 2018.

ENCONTRO global Emergências reúne pensadores no Rio de Janeiro. Cultura Digital. 7 dez. 2015. Disponível em: <http://culturadigital.br/blog/2015/12/07/encontro-global-emergencias-reune-pensadores-no-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 15 maio 2016.

ESTADO considera inviável tarifa social no catamarã Charitas-Praça XV. O Fluminense, Rio de Janeiro, 31 out. 2017.Disponível em: <http://www.ofluminense.com.br/pt-br/cidades/estado-considera-invi%C3%A1vel-tarifa-social-no-catamar%C3%A3-charitas-pra%C3%A7a-xv>. Acesso em: 20 de mar. 2018.

FARE, Marie. *Monnaies sociales comme outil de développement soutenable.* Institut Veblen pour les réformes économiques, Paris, Sept. 2012. Disponível em: <http://www.socioeco.org/bdf_fiche-document-872_fr.html>. Acesso em: 05 mai. 2017.

FARIA, Luiz Arthur Silva de. *Softwares livres, economia solidária e o fortalecimento de práticas democráticas:* três casos brasileiros. 2010. 221 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Sistemas e Computação)—Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

FARIA, Luiz Arthur Silva de. Laboratórios Tupiniquins: produzindo moedas, culturas e outros bichos. 2014. Sociedad Latinoamericana de Estudios Sociales de la Ciencia (ESOCITE) and Society for Social Studies of Science (4S). Buenos Aires, 20-23 de agosto.

FARIA, Luiz Arthur Silva de. E-dinheiro Maricá - sem smartphones [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <joaquim@bancopalmas.org.br>, <jaqueline@bancopalmas.org.br>, <asier@bancopalmas.org.br> e <n.sciammarella@gmail.com> em 03 set. 2015.

FARIA, Luiz Arthur Silva de; CUKIERMAN, Henrique Luiz. Moedas alternativas digitais: breves relatos de práticas populares e democráticas. In: CONGRESSO EM HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS E DAS TÉCNICAS E EPISTEMOLOGIA, 9., 2016. *Trabalhos Orais…* Rio de Janeiro: HCTE/UFRJ, 2016.

FARIA, Luiz Arthur Silva de; SEVERO, Fernando G. Moedas sociais como “commons”: um artefato na construção de “empodimentos” político-pedagógicos. *In***:** INTERNATIONAL CONFERENCE ON SOCIAL AND COMPLEMENTARY CURRENCIES: MONEY, CONSCIOUSNESS AND VALUES FOR SOCIAL CHANGE, 4., 2017. Barcelona. *Trabalho…* Barcelona: Universitat Oberta de Catalunya, 2017.

FARIA, Luiz Arthur Silva de; SEVERO, Fernando G. 2018. *Softwares livres e economia solidária no Brasil:* licenças, práticas e visões de mundo em debate. [S.l.: s.n.], 2018. Original não publicado.

FARIA, Sônia. Declaração proferida durante o período de vivência de Luiz Arthur Silva de Faria no Banco do Preventório. Niterói, 2015.

FARIA, Sônia. *Sônia Faria:* sobre a continuidade das atividades do Banco Comunitário do Preventório. [22 dez. 2017]. Entrevistador: L. A. S. Faria. Niterói: [s.n.], 2017.

FEITOSA, Paulo Henrique Fidelis. O cidadão codificado: a digitalização da cidadania em bancos de dados de interesse público. 2010. 266f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Sistemas e Computação)-Programa de Engenharia de Sistemas e Computação, COPPE, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010.

FEITOSA, Daniela. *Daniela Feitosa:* sobre a Colivre. [8 jun. 2015]. Entrevistadores: L. A. S. Faria e F. G. Severo. Porto Alegre: [s.n.], 2015.

FERREIRA, Arthur Arruda Leal. Políticas de pesquisa e produção de testemunhos: a radicalização do princípio de simetria nas ciências humanas: novas questões políticas. In: ARAÚJO, José Fábio Marinho de; VALENTE, Cristina de Melo (Org.). *Ator- rede e além... no Brasil:* as teorias que aqui gorjeiam não gorjeiam como lá?. Campina Grande: Editora da Universidade Estadual da Paríba, 2014, p. 224-265.

FERREIRA, Marcos. *Marcos Ferreira:* sobre o Banco Comunitário do Preventório segundo um integrante da diretoria. [20 maio 2013]. Entrevistador: L. A. S. Faria. Niterói: [s.n.], 2013.

FERREIRA, Marcos Rodrigo. Declaração proferida durante o período de vivência de Luiz Arthur Silva de Faria no Banco do Preventório. Niterói, 2015.

FERREIRA, Marcos, 2016. Palestra ministrada na oficina *Bancos comunitários e moedas sociais*, promovida pelo Comitê de Arranjos Produtivos, Inovação, Desenvolvimento Local, Regional e Socioambiental (CAR-IMA) do BNDES. Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 2016.

FISHER, Hildebrandina da Silva Mendes . *Hildebrandina da Silva Mendes Fischer:* sobre o Banco Mumbuca segundo a visão de um funcionário. [28 set. 2015]. Entrevistador: L. A. S. Faria. Maricá, RJ: [s.n.], 2015.

FLÁVIA. *Flávia*: sobre a moeda Mumbuca segundo a visão de jovens beneficiados pelo Programa Jovem Solidário. [12 jan. 2016]. Entrevistador: L. A. S. Faria. Maricá: [s.n.], 2016.

FLIGSTEIN, Neil. Markets as politics: a political-cultural approach to market institutions. *American Sociological Review,* Menasha, Wis., US, v. 61, n. 4, p. 656-673, Aug. 1996.

FONTAINE, Laurence. 2008. *L'Economie morale:* pauvreté, crédit et confiance dans l'Europe préindustrielle, Paris: Gallimard. (The Moral Economy. Poverty, Credit and Thrust in Early Modern Europe, New-York, Cambridge University Press, 2014). Introduction; Prologue; Chapitre 1. "Pauvreté, crédit et réseaux sociaux"; Chapitre 2, "Le paysans et les logiques de la dette"; et Chapitre 3. "Les élites et les logiques de la dette". pp. 9-100.

FONTAINE, Laurence. *L'Economie morale:* pauvreté, crédit et confiance dans l'Europe préindustrielle. [Paris] : Gallimard, DL 2008.

FONTAINE, Laurence. *Le marche:* histoire et usages d'une conquête sociale. Gallimard: Paris, 2014b.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica:* curso dado no Collège de France (1978-1979). Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008. Edição estabelecida por Michel Senellart, sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana.

FOURCADE, Marion; HEALEY, Kieran. Classification situations: life-chances in the neoliberal era. *Accounting, Organizations and Society,* [S.l], v. 38, p. 559-572, 2010.

FRANÇA, Bárbara Heliodora et al. *Guia de economia solidária:* ou porque não organizar cooperativas para populações carentes. Niterói: Eduff, 2008.

FRANÇA, Bárbara Heliodora (Org.). *Bancos Comunitários do Preventório e de Saracuruna:* experiências pioneiras de financiamento e extensão universitária no Rio de Janeiro. Niterói: Eduff, 2013.

FREIRE, Marusa Vasconcelos. *Moedas sociais:* o que são, como funcionam e porque podem ser consideradas instrumentos de desenvolvimento local: aspectos relevantes. In: SEMINARIO BANCO CENTRAL SOBRE MICROFINANÇAS, 7., 2008, Belo Horizonte. *Apresentação... Brasília, DF: Banco Central do Brasil, 2008.* Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/microFinancas/arquivos/horario_arquivos/apres_116.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2013.

FREIRE, Marusa Vasconcelos. Moedas sociais: contributo em prol de um marco legal e regulatório para as moedas sociais circulantes locais no Brasil. 2011. 374 f.

Tese (Doutorado em Direito)-Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2011. Disponível <em http://repositorio.unb.br/handle/10482/9485>. Acesso em 12 mai. 2017.

FREIRE, Marusa Vasconcelos. Painel: Institutions, public policy on solidarity finance and economy: actions and agenda in Brazil and Ecuador. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE MOEDAS SOCIAIS E COMPLEMENTARES, 3., 2015, Salvador. *Apresentação…* Bahia: UFBA, 2015.

FREIRE, Marusa Vasconcelos. *Marusa Vasconcelos Freire*: sobre o BACEN, as moedas sociais e os pagamentos eletrônicos. [25 nov. 2016]. Entrevistador: L. A. S. Faria. 2016. Entrevista concedida via skype.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil.* 19. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1984 [1959].

FURTADO, Rosa Freire d'Aguiar (Org.). *Ensaios sobre cultura e o Ministério da Cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2012. (Arquivos Celso Furtado; 5).

GOFFMAN, Erving. *Frame analysis:* an essay on the organization of experience. Prefácio do Bennett M. Berger. Boston: Northeastern University Press, 1986.

GOMES, Maria Hosana. Declaração proferida durante o período de vivência de Luiz Arthur Silva de Faria no Banco do Preventório. Niterói, 2015.

GOMES, Maria Hosana. *Maria Hosana Gomes*: sobre a continuidade das atividades do Banco Comunitário do Preventório. 22 dez. 2017]. Entrevistador: L. A. S. Faria. Niterói: [s.n.], 2017.

GONZALEZ, 2016 22/11/2016 Lauro Gonzalez (Painel 3 – Mensuração do bem-estar financeiro – Coordenador do Centro de Estudos em Microfinanças e Inclusão Financeira) AFIF “desafio é como chegar na ponta” (SEBRAE)

GREENBACKS (1860s money). *Wikipedia.* Editada pela última vez em 30 maio 2018. Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/Greenback_(1860s_money)#cite_ref-Lee_2014_7-0>. Acesso em: 20 ago. 2018.

GUDEMAN, Stephen. *The Antropology of Economy. Community, Market and Culture.* London: Wiley-Blackwell, 2001.

GUEDES, Márcia. *Márcia Guedes:* sobre o Banco Comunitário do Preventório [20 maio 2013]. Entrevistador: L. A. S. Faria. Niterói: [s.n.], 2013.

FAQ Arranjos e Instituições de Pagamentos. Atualizado em set. 2018. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/arranjo.asp#14>. Acesso em: 12 out. de 2018.

GRUPO dá cesta básica a servidores do RJ que estão sem receber salário. G1, 26 dez. 2016. Dispon[ivel em <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/12/grupo-da-cesta-basica-servidores-do-rj-que-estao-sem-receber-salario.html>. Acesso em: 30 ago. 2018.

HART, Keith. Heads or tails? two sides of the coin. *Journal of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and IrelandMan,* London, v. 21, n. 4, p. 637-656, Dec. 1986.

HART, Keith; ORTIZ, Horacio. Money and finance: for an anthropology of globalization. *The memory bank,* [S.l.], Feb. 2014a. Disponível em: <http://thememorybank.co.uk/2014/02/12/money-and-finance-for-an-anthropology-of-globalization-2/>. Acesso em:

HART, Keith; ORTIZ, Horacio. The anthropology of money and finance: between ethnography and world history. *Annual Review of Anthropology,* Palo Alto, Calif., US, v. 43, p. 465–482, Oct. 2014b. Disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurev-anthro-102313-025814>. Acesso em: 12 dez. 2017.

HELENA et al., 2015. [*Sobre o PalmasLab segundo os jovens que integram o projeto apoiado pelo Banco Palmas*]. Fortaleza. Entrevista concedida a Luiz Arthur Silva de Faria e Henrique Cukierman em 20 de agosto de 2015.

HELOÍSA. Reação escrita enviada a Luiz Arthur Silva de Faria sobre experiência de transcrição de entrevista. 2017. Nome fictício.

HENION, Antoine. “Enquêter sur nos attachements. Comment hériter de William James ?”, Sociologies [En ligne], Dossiers, Pragmatisme et sciences sociales : explorations, enquêtes, expérimentations. 2015. Disponível em < http://journals.openedition.org/sociologies/4953>. Acesso em 19 set. 2018.

HERMANO, Thayana Bruno Quintanilha. *Thayana Bruno Quintanilha Hermano:* sobre experiências de moedas sociais complementares segundo a visão de uma economista em formação. [21 maio 2015]. Entrevistador: L. A. S. Faria. Niterói: [s.n.], 2015a.

HERMANO, Thayana Bruno Quintanilha. *Moedas sociais.* 2015. Monografia apresentada como trabalho final da disciplina Teoria Monetária no curso de graduação em Economia na Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 16 jun. 2015b.

HERMANO, Thayana Bruno Quintanilha. [*Apresentação sobre moedas sociais na disciplina Teoria Monetária Universidade Federal Fluminense*]. Rio de Janeiro, 2015c. Acompanhamento em 16 e 23 de junho de 2015.

HERSKOVITS, Melville J. General and theoretical: economic anthropology: a study in comparative economics. *American Anthropologist,* Washington, DC, v. 55, n. 1, p. 100-102 Jan./Mar. 1953. Book Reviews. Disponível em: <https://doi.org/10.1525/aa.1953.55.1.02a00080>. Acesso em: 20 dez. 2015.

HESS, Charlotte; OSTROM, Elinor. *Uderstanding knowledge as a commons:* from theory to practice. Cambridge, Mass.: MIT Press, c2007.

HIRSCHMAN, Albert O. *As paixões e os interesses:* argumentos políticos para o capitalismo antes de seu triunfo. Tradução Lúcia Campeio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HOMERO, Vilma. Índios vivem dilemas semelhantes aos que o Brasil enfrenta. *FAPERJ*. Rio de Janeiro, 26 jun. 2006. Disponível em: <http://www.faperj.br/boletim_interna.phtml?obj_id=2949>. Acesso em: 15 jun. 2017.

HUBERMAN, Leo. História da riqueza do homem. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979.

HUDON, Marek, MEYER, Camille. Microfinance and common goods: a study of Brazilian community development banks. *Center Emile Bernheim,* Bruxelas, 2013. (Working Papers CEB n. 13-049). Disponível em: <http://hdl.handle.net/2013/ULB-DIPOT:oai:dipot.ulb.ac.be:2013/152859>. Acesso em: 23 mai. 2017.

HUDON, Marek, MEYER, Camille. *A case study of microfinance and community development banks in brazil:* private or common goods? Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly. [S.l.], v. 45, n. 4, p. 116-133, 2016. Disponível em: <ttps://www.researchgate.net/profile/Camille_Meyer2/publication/301279861_A_Case_Study_of_Microfinance_and_Community_Development_Banks_in_Brazil_Private_or_Common_Goods/links/5724a07b08ae586b21dbc197/A-Case-Study-of-Microfinance-and-Community-Development-Banks-in-Brazil-Private-or-Common-Goods>. Acesso em: 25 mai. 2017.

ÍCONE... da economia solidária, o professor Paul Singer acompanha entrega de cartões do Bolsa Mumbuca. Publicada em 6 fev. 2014. Disponível em: <http://www.marica.rj.gov.br/2014/02/06/cone-da-economia-solidaria-o-professor-paul-singer-acompanha-entrega-de-cartoes-do-bolsa-mumbuca/>. Acesso em: 15 de nov. de 2017.

INSTITUTO BANCO PALMAS. *O 4º Encontro Nacional criou o Banco Nacional das Comunidades:* informe aos parceiros, Fortaleza, 2015. Disponível em: <http://www.institutobancopalmas.org/banco-nacional-das-comunidades/>. Acesso em: 18 abr. 2017.

ISABEL. *Isabel*: sobre o Projeto Elas segundo as mulheres que integram o projeto apoiado pelo Banco Palmas. [20 ago. 2015]. Entrevistadores: L. A. S. Faria e H. Cukierman. Fortaleza: [s.n.], 2015. Nome fictício.

ISABELA. Reação escrita enviada a Luiz Arthur Silva de Faria sobre experiência de transcrição de entrevista. 2017. Nome fictício.

ISABELA. Declaração proferida durante o período de vivência de Luiz Arthur Silva de Faria no Banco Preventório. Niterói, 2017. Nome fictício.

JATOBÁ, Pedro Henrique Gomes. *Pedro Henrique Gomes Jatobá:* sobre a moeda Conchas, o Corais.org, a Produtora Cultural Colabor@tiva.PE , e a Rede de Produtoras Colaborativas segundo a visão de um dos desenvolvedores da metodologia das Produtoras Culturais Colaborativas. [15 dez. 2013]. Entrevistador: L. A. S. Faria. 2013. Entrevista concedida via skype.

JATOBÁ, Pedro Henrique Gomes. *Pedro Henrique Gomes Jatobá:* sobre a moeda Conchas, o Corais.org, a Produtora Cultural Colabor@tiva.PE , e a Rede de Produtoras Colaborativas segundo a visão de um dos desenvolvedores da metodologia das Produtoras Culturais Colaborativas. [11 fev. 2014]. Entrevistador: L. A. S. Faria. 2014a. Entrevista concedida via skype.

JATOBÁ, Pedro Henrique Gomes. *Desenvolvimento de ambientes virtuais de aprendizagem e gestão colaborativa:* casos de cultura solidária na economia criativa. 2014. 202 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Gestão Social)- Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração. Salvador, 2014b. Disponível em: <http://corais.org/colabor/node/81653>. Acesso em: 22 mar. 2018.

JATOBÁ, Pedro Henrique Gomes. Declaração proferida durante o Fórum internacional de Software Livre de 2015. Porto Alegre, jul. 2015a.

JATOBÁ, Pedro Henrique Gomes. Moedas e bancos sociodigitais. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE, 6., 2015. Rio de Janeiro. *Palestra…* Rio de Janeiro: ESOCITE.BR TECSOC, 2015b.

JATOBÁ, Pedro Henrique Gomes. Declaração proferida em encontro com Joaquim Melo e hackers após o Festival Emergências, relatada por Fernando Severo. Rio de Janeiro, dez. 2015c.

JATOBÁ, Pedro Henrique Gomes. Palestra ministrada na oficina *Bancos comunitários e moedas sociais*, promovida pelo Comitê de Arranjos Produtivos, Inovação, Desenvolvimento Local, Regional e Socioambiental (CAR-IMA) do BNDES. Rio de Janeiro, 29 jan. 2016.

JONES, Owen. No alternative to austerity? That lie has now been nailed. *The Guardian*, [S.l], . 2017. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2017/aug/24/austerity-lie-deep-cuts-economy-portugal-socialists>. Acesso em: 20 jul. 2017.

KARNAL, Leandro et al. História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI. São Paulo: Contexto, 2007.

KNAPP, Georg Friedrich. *The state theory of money.* London: Macmillan & Company, 1924. Disponível em: <https://socialsciences.mcmaster.ca/~econ/ugcm/3ll3/knapp/StateTheoryMoney.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2017.

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992 [1969].

L'ESTOILE, Benoît de**.** Money is good, but a friend is better": uncertainty, orientation to the future, and "the economy". *Current Anthropology,* Chicago, v. 55, n. 59, 2014. Supplement.

LARUE, Louis. A general framework for classifying currencies. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON SOCIAL AND COMPLEMENTARY CURRENCIES: MONEY, CONSCIOUSNESS AND VALUES FOR SOCIAL CHANGE, 4., 2017a. Barcelona. *Trabalho…* Barcelona: Universitat Oberta de Catalunya, 2017. Disponível em http://augustcorrons.wixsite.com/dineroyvalores/articulos e

LARUE, L. (1/2) - Ponencia IV CIMSC (www.dineroyvalores.com). YouTube. Publicado em 31 maio 2017b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lbZw3pKMFog>. Acesso em: 23 jan. 2018.

LASTRES, Helena. Declaração proferida na oficina *Bancos comunitários e moedas sociais*, promovida pelo Comitê de Arranjos Produtivos, Inovação, Desenvolvimento Local, Regional e Socioambiental (CAR-IMA) do BNDES. Rio de Janeiro, 29 jan. 2016.

LATOUR, Bruno. Pasteur et Pouchet: hétérogenèse de l'histoire des sciences application. In: SERRES, Michel (Org.). *Eléments d'histoire des sciences*. Paris: Bordas, 1989a. p. 423-445.

LATOUR, Bruno. Joliot: a história e a física misturadas. In: SERRES, Michel (Org.). *Eléments d'histoire des sciences*. Paris: Bordas, 1989b. p. 493-513.

LATOUR, Bruno. Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Editora 34. 1994.

LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. *A vida de laboratório:* a produção dos fatos científicos. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

LATOUR, Bruno. Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: UNESP, c1998.

LATOUR, Bruno. *A esperança de Pandora:* ensaios sobre a realidade dos estudos científicos. 19.ed. Bauru, SP: EdUSC, 2001. Tradução de: Pandora's hope: essays on the reality of science studies.

LATOUR, Bruno. *Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiches.* Bauru, SP: EdUSC, 2002.Tradução de: Petite réflexion sur le culte moderne des dieux faitiches.

LATOUR, Bruno. How to talk about the body? the normative dimension of science studies. *Body & Society,* London, v. 10, n. 2/3, p. 205-229, Jun. 2004.

LATOUR, Bruno. *Reassembling the social*: an introduction to actor-network-theory. New York; Oxford: University Press

LATOUR, Bruno. Como falar do corpo?: a dimensão normativa dos estudos sobre a ciência. In: NUNES, João Arriscado; ROQUE, Ricardo (Org.) *Objetos impuros:* experiências em estudos sociais da ciência. Porto: Edições Afrontamento, 2008. (Biblioteca das ciências sociais; Sociologia, 68). cap. 1, p. 40-61.

LATOUR, Bruno. Networks, societies, spheres: reflections of an actor-network theorist. *International Journal of Communication,* [S.l.], v. 5, p. 796-810, 2011. Special Sections.

LATOUR, Bruno. *Cogitamus:* seis cartas sobre as humanidades científicas. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Editora 34, 2016. Tradução de: Cogitamus: six lettres sur les humanités scientifiques.

LATOUR, Bruno, LÉPINAY Vincent Antonin. *The science of passionate interests:* an introduction to Gabriel Tarde's Economic anthropology. Chicago: Prickly Paradigm Press, 2009.

LAVAL, Christian « « Commun » et « communauté »: un essai de clarification sociologique ». *SociologieS*, [S.l.], oct. 2016. Dossiers Des communs au commun: un nouvel horizon sociologique ? préparé par Pierre-Marie David et Nicolas Le Dévédec.

LAW, John. Notes on the theory of the actor network: ordering, strategy and heterogeneity. *Centre for Science Studies, Lancaster University,* United Kingdom, 1992. Disponível em: <http://www.lancaster.ac.uk/fass/resources/sociology-online-papers/papers/law-notes-on-ant.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2017.

LAW, John. *After method:* mess in social science research. London; New York: Routledge, 2004.

LE DUIGOU, Philipe. *Philipe Le Duigou: s*obre a moeda Bel Monnaie segundo a visão de um de seus construtores. 29 jun. 2017]. Entrevistador: L. A. S. Faria. Valence, Fr: [s.n.], 2017.

LECLAIR, E. Economic theory and economic anthropology. American Anthropologist. 64 (6) pp. 1179-1203, 1962.

LEITÃO, Cláudia Souza. Entrevista com Cláudia Leitão. *Centro de Pesquisa e Formação do Sesc São Paulo,* São Paulo, 2013. Entrevista concedida a Daniel Douek em 3 maio 2013. Disponível em: <http://centrodepesquisaeformacao.sescsp.org.br/noticias/entrevista-com-claudia-leitao>. Acesso em: 01 jun. 2014.

LEITÃO, Cláudia Souza. *Cláudia Souza Leitão:* sobre Celso Furtado e a economia criativa.[3 jul. 2014]. Entrevistador: L. A. S. Faria. Entrevista concedida via email, com base no texto não publicado “Indústrias Criativas x Economias Criativas: a disputa entre modelos de desenvolvimento ”.

LEITE, Júnia. *Júnia Leite:* sobre a moeda Tempos, o Corais.org, a Produtora Cultural Livre, e a Rede de Produtoras Colaborativas segundo a visão da coordenadora da Universidade Livre do Teatro Vila Velha. [17 abr. 2015]. Entrevistadores: L. A. S. Faria e F. G. Severo. Salvador: [s.n.], 2015.

LEMIEUX, Cyril. Para que serve a análise de controvérsias? TEORIA E CULTURA. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFJF v. 11 n. 3 abril. 2017. Trad. de Rodrigo Cantu. À quoi sert l’analyse des controverses?. Mil neuf cent. Revue d’histoire intellectuelle, 25, pp. 191-212, 2007.

Trad. de Antonio Carlos Santos. Paris: PUF, 1987 [1908].

LENART, Nascimento. *Lenart Nascimento:* sobre a institucionalização do apoio aos bancos comunitários na Petrobras segundo um ex-coordenador do tema Tecnologias Sociais na empresa. [13 fev. 2017]. Entrevistador: L. A. S. Faria. Rio de Janeiro: [s.n.], 2017.

LENZA, Lenissa. Lenissa Lenza: sobre as moedas cards e a rede fora do eixo segundo a visão de uma das fundadoras. 6 set. 2013]. Entrevistador: L. A. S. Faria. 2013. Entrevista concedida via skype.

LESSA, Carlos. Palestras proferidas na disciplina Estratégia Nacional, no Programa de Pós-Graduação de Engenharia de Produção da UFRJ. Rio de Janeiro, 2007.

LESSIG, Lawrence. Code and the commons. *Fordham Law School,* New York, NY, 09 Feb. 1999. Keynote, given at a conference on Media Convergence, draft 2.

LEVINE, Peter. Collective Action, Civic Engagement, and the Knowledge Commons. In: HESS, Charlotte; OSTROM, Elinor, *Understanding Knowledge as a Commons From Theory to Practice*, Cambridge, The MIT Press, [2007]. p. 247-276.

LIETAER, Bernard. *Money, community & social change*. [2003]. Entrevista concedida a Ravi Dykema Disponível em: <https://uazu.net/money/lietaer.html>. Acesso em: 10 mar. 2018.

LIETAER, Bernard; PRIMAVERA, Heloisa. Moedas complementares, bancos comunitários e o futuro que podemos construir. In: BANCO Palmas 15 anos: resistindo e inovando. São Paulo: A9 Editora, 2013. v. 1. p. 61-73.

LUCZINSKI, Giovana Fagundes; ANCONA-LOPEZ, Marília. A psicologia fenomenológica e a filosofia de Buber: o encontro na clínica = Phenomenological psychology and Buber's philosophy: the encounter at the clinical practice. *Estudos de Psicologia,* Campinas, v. 27, n. 1, p. 75-82, jan./mar. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v27n1/v27n1a09.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2018.

MACKENZIE, Donald. *Material markets:* how economic agents are constructed. Oxford; New York: Oxford University Press, 2009.

MACKENZIE, Donald; PARDO-GUERRA, Juan Pablo. Insurgent capitalism: Island, bricolage and the re-making of finance. *Economy and Society,* London, v. 43, n. 2, p. 153-182, May 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/03085147.2014.881597>. Acesso em: 06mar. 2017.

MADUREIRA, Patrícia. *Patrícia Madureira*: sobre o Banco Mumbuca segundo a visão de uma funcionária. [15 set. 2015]. Entrevistador: L.A.S. Faria. Maricá: [s.n.], 2015.

MAGALHÃES, Walsey de Assis. *Walsey de Assis Magalhães:* sobre experiências de moedas sociais complementares segundo a visão de um economista do BNDES. [26 set. 2017]. Entrevistador: L. A. S. Faria. Rio de Janeiro: [s.n.], 2017.

MALINOWSKI, B. The primitive economics of the trobriand Islanders. *The Economic Journal,* Cambridge, v. 31, n. 121, p. 1-16, (Mar. 1921).

MALLARD, Alexandre; MÉADEL, Cécile; MUSIANI, Francesca. The paradoxes of distributed trust: peer-to-peer architecture and user confidence in bitcoin. Journal of Peer Production, [S.l], p. 10, 2014. Disponível em: <https://hal-mines-paristech.archives-ouvertes.fr/hal-00985707>. Acesso em: 03. abr. 2017.

MANLONEY, Mike. Hidden Secrets of Money. Episode 1. 2013a. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=DyV0OfU3-FU>. Acesso em: 21 ago. 2017.

MANLONEY, Mike. Hidden Secrets of Money. Episode 4. 2013b. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=iFDe5kUUyT0>. Acesso em: 21 ago. 2017.

MANCE, Euclides André. *Sobre cadeias produtivas e políticas públicas.* Trabalho apresentado à mesa redonda Cadeias Produtivas e Políticas Públicas, evento da Troca de Saberes, no I Festival de Tecnologias Sociais e Economia Solidária, Rio de Janeiro, 23 out. 2008.

MANNHEIM, K. *Ideologia e Utopia*. Tradução de Sérgio Magalhães Santeiro. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1968 [1960].

MARCELA. *Marcela*: sobre a moeda Mumbuca segundo a visão de beneficiários aguardando pelo recadastramento. [7 jul. 2015]. Entrevistador: L. A. S. Faria. Maricá: [s.n.], 2015. Nome fictício.

MARICÁ. Lei Nº 2.448, de 26 de junho de 2013. Disponível em <http://www.institutobancopalmas.org/wp-content/uploads/lei-moeda-social-mumbuca.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2017.

MARICÁ, RJ, comemora um ano de moeda social 'mumbuca'. Publicado em 15 dez. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/rj/regiao-dos-lagos/noticia/2014/12/marica-rj-comemora-um-ano-de-moeda-social-mumbuca.html>. Acesso em: 15 de nov. de 2017.

MARICÁ inicia recadastramento obrigatório do cartão mumbuca. RC24h, 23 nov. 2015. Disponível em: <http://www.rc24h.com.br/noticia/ver/18939/marica-inicia-recadastramento-obrigatorio-do-cartao-mumbuca->. Acessos em: 10 de set. 2018.

MÁRIO. Reação escrita enviada a Luiz Arthur Silva de Faria sobre experiência de transcrição de entrevista. 2017. Nome fictício.

MARQUES, Ivan da Costa. Minicomputadores brasileiros nos anos 1970: uma reserva de mercado instrumental-democrata em meio ao autoritarismo-tecnocrático da ditadura. *Revista História, Ciências, Saúde–Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 657-681, 2003.

MARQUES, Ivan da Costa. Metodologia da pesquisa-ação e novos rumos na sociologia e na história da tecnologia. Ensaio para seminário Extensão Tecnológica e Tecnologias Sociais.Ciência e tecnologia para o desenvolvimento social. 2009.

MARQUES, Ivan da Costa. Possibilidades de práticas ontológicas situadas. In: KERBAUY, Maria Teresa MICELI; Andrade, Thales Haddad Novaes de; HAYASHI, Carlos Roberto Massao. *Ciência, tecnologia e sociedade no Brasil.* Campinas, SP: Alínea Editora, 2012. cap. 4, p. 67-86.

MARQUES, Ivan da Costa 2013. Resenha do livro "Doença de Chagas, doença do Brasil: ciência, saúde e nação, 1909-1962", de Simone Kropf. História Ciências Saúde MANGUINHOS. Original não publicado.

MARQUES, Ivan da Costa. *O que os Estudos CTS podem fazer com e para a América Latina?:* uma resposta antropofágica e alguns exemplos. [S.l.: s.n.], 2014. Original não publicado.

MARQUES, Ivan; SANTOS, Daniele Marins; PAIVA, Eduardo Nazareth. Direito e sociedade. In: ARAÚJO, José Fábio Marinho de; VALENTE, Cristina de Melo (Org.). *Ator- rede e além... no Brasil:* as teorias que aqui gorjeiam não gorjeiam como lá?. Campina Grande: Editora da Universidade Estadual da Paríba, 2014, p. 38-64.

MARTENSON, Chris. The Crash Course (2014 Version). 2014. Disponível em <https://www.youtube.com/playlist?list=PLRgTUN1zz_ofJoMx1rB6Z0EA1OwAGDRdR>. Acesso em: 21 set. 2017.

MATURANA, Humberto R. *Cognição, ciência e vida cotidiana*. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014. (Humanitas).

MAURER, Bill. “Closed Loops and Private Gateways: Money, Technology and the Public Interest in Payment.” MoneyLab: Coining Alternatives. 2014. Original não publicado.

MAURER, Bill; NELMS, Taylor C.; SWARTZ, Lana. “When perhaps the real problem is money itself!’: the practical materiality of Bitcoin”. Social Semiotics, [S.l], v. 23, n. 2, p. 261-77, Apr. 2013.

MAUSS, Marcel.“Essai sur le don. Forme et raison de l’échange dans les sociétés archaïques”. In: MAUSS, M. *Sociologie et anthropologie*. Paris: PUF, 1985. p. 145-279. [Trad: Sociologia e Antropologia, São Paulo: Cosac & Naify, 2003].

MCGRANAHAN, Carole. “What is ethnography? teaching ethnographic sensibilities without fieldwork”. In: – *Teaching Anthropology,* [S.l.], v. 4, p. 23-36, 2014.

MEDINA, Eden; MARQUES, Ivan da Costa; HOLMES, Christina. Introduction: beyond imported magic. In: MEDINA, Eden; MARQUES, Ivan da Costa; HOLMES, Christina (Ed.). *B*eyond imported magic: essays on science, technology, and society in Latin America.. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 2014. p. 1-24. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/j.ctt9qf8wh>. Acesso em: 10 set. 2017.

MELLOR, Mary. Could the money system be the basis of a sufficiency economy?. *Real-world economic review,* [S.l.], n. 54, 2010. Disponível em: <http://www.paecon.net/PAEReview/issue54/Mellor54.pdf>. Acesso em:

MELO NETO SEGUNDO, João Joaquim de; MAGALHÃES, Sandra. *Bancos comunitários de desenvolvimento:* uma rede sob controle da comunidade. Fortaleza, CE: Instituto Banco Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária, 2006.

MELO NETO SEGUNDO, João Joaquim de. Mil bancos na periferia. *O Povo online,* [Fortaleza], 24 fev. 2008. Entrevista concedida a Cláudio Ribeiro, Demitri Túlio e Ana

Mary C. Cavalcante. Disponível em: <ttp://www20.opovo.com.br/app/opovo/paginasazuis/2008/02/24/noticiasjornalpaginasazuis,768315/mil-bancos-na-periferia.shtml>. Acesso em: 05 nov. 2016.

MELO NETO SEGUNDO, João Joaquim de. Uma segunda moeda agora pode?. *Empreendedor Social,* [São Paulo], 11 jul. 2012. Blog produzido pela rede Folha de São Paulo. Disponível em: <http://empreendedorsocial.blogfolha.uol.com.br/2012/07/11/uma-segunda-moeda-agora-pode/> Acesso em: 01 jun. 2013.

MELO NETO SEGUNDO, João Joaquim de. *[Sobre o E-dinheiro].* Santa Maria, 09 jun. 2015a. Depoimento colhido por Luiz Arthur Silva de Faria.

MELO NETO SEGUNDO, João Joaquim de, 2015b. Declaração proferida na III Conferência Internacional de Moedas Sociais e Complementares, em de 29 de outubro de 2015. UFBA, Salvador, Bahia.

MELO NETO SEGUNDO, João Joaquim de. Declaração proferida no exame de qualificação para doutorado deste pesquisador. Rio de Janeiro, 02 dez. 2015c.

MELO NETO SEGUNDO, João Joaquim de. Palestra ministrada no Festival Emergências e conversa após palestra. Rio de Janeiro, dez. 2015d.

MELO NETO SEGUNDO, João Joaquim de. Declaração proferida durante o período de vivência de Luiz Arthur Silva de Faria no Banco Mumbuca. Maricá, 2015e.

MELO NETO SEGUNDO, João Joaquim de. 2016. Palestra ministrada na oficina *Bancos comunitários e moedas sociais*, promovida pelo Comitê de Arranjos Produtivos, Inovação, Desenvolvimento Local, Regional e Socioambiental (CARIMA) do BNDES. Rio de Janeiro, 29 jan. 2016a.

MELO NETO SEGUNDO, João Joaquim de, 2016b. Quadro Junho/2016 – Plataforma eletrônica Palmas e-dinheiro. Post de 04 jul. 2016 de Joaquim Melo na rede social facebook. Disponível em <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1374727782554058&set=pcb.1374731502553686&type=3&__tn__=HH-R&eid=ARB2iYyawC3plqau0esnN0j4ne4S3j5_jeX5ttb-zE5pFRG7LQKGnMs4Th9G7jraqiG5dEwc5UI0dGXe>. Acesso em: 05 mai. 2017.

MELO NETO SEGUNDO, João Joaquim de. *João Joaquim Melo Neto Segundo:* sobre o Banco Palmas, o E-dinheiro, e o Banco Nacional das Comunidades. [01 nov. 2016]. Entrevistador: L. A. S. Faria. Maricá: [s.n.], 2016c.

MELO NETO SEGUNDO, João Joaquim de, 2016d. Compra do E-dinheiro. Post de 10 nov. 2016 de Joaquim Melo na rede social facebook. Disponível em <https://www.facebook.com/banconacionalcomunidades/photos/a.602827033224968/683196105188060/?type=3&theater>. Acesso em: 10 jun. 2017.

MELO NETO SEGUNDO, João Joaquim de. Mensagem em vídeo enviada à Rede de Bancos Comunitários de Desenvolvimento via *software whatsapp*, disponibilizada pelo Banco do Preventório, em nov. 2017.

MELO NETO SEGUNDO, João Joaquim de. Mensagem enviada à Rede de Bancos Comunitários de Desenvolvimento via *software whatsapp*, disponibilizada pelo Banco do Preventório, em 02 jan. 2018a.

MELO NETO SEGUNDO, João Joaquim de. Declaração proferida durante a primeira MumbucHacka. Maricá, 06 jan. 2018b.

MELO NETO SEGUNDO, João Joaquim de. *João Joaquim Melo Neto Segundo:* sobre microcrédito e o E-dinheiro. [11 set. 2018]. Entrevistador: L. A. S. Faria. Entrevista concedida via whatsapp, 2018c.

MEYER, Camille. La pluralité des logiques d'action de la Banque Palmas au Brésil: entre développement local et partenariats au niveau national. *Revue Française de Socio-Économie,* [Villeneuve-d'Ascq, Fr], n. 15, p. 56-76, 1. sem. 2015. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-francaise-de-socio-economie-2015-1-page-59.htm>. Acesso em: 30 mai. 2018.

MICHEL, Arnaud; HUDON, Marek. Community currencies and sustainable development: a systematic review. *Ecological Economics,* Amsterdam, NL, v. 116, p. 160–171, Aug. 2015.

MILL, John Stuart. 1836. On the Definition of Political Economy, and on the Method of Investigation Proper to It. London and Westminster Review.

MOEDA SOCIAL, Jornal Futura. *Canal Futura,* [Rio de Janeiro], publicado em 10 jan. 2013. YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=BdkKGIXgp0I>. Acesso em: 20 maio 2013.

MOL, Leonora. Urgente: Manual Procedimento E-dinheiro durante o mês de outubro [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <marcosrodrigoferreira@gmail.com> em 9 out. 2016b.

MOL, Leonora. Urgentíssimo; Meta do e-dinheiro no projeto da SENAES- Aguardo retorno. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <marcosrodrigoferreira@gmail.com> em 18 mai. 2016a.

MORAES, Miguel. *Miguel Moraes:* sobre o Banco Mumbuca segundo a visão do então Secretário de Direitos Humanos da Prefeitura de Maricá, responsável pela implantação do projeto. [13 maio 2015]. Entrevistador: L. A. S. Faria. Maricá: [s.n.], 2015.

MOTTA, Eugênia. *Curso Antropologia da Economia.* 2014. Notas de aula. Programa de pós-graduação em antropologia social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MORAES, Márcia. As ciências e suas práticas do ponto de vista da teoria ator-rede. Texto publicado na página eletrônica do Núcleo de Estudos de Ciência & Tecnologia e Sociedade (NECSO/UFRJ), 2000. Disponível em <http://www.necso.ufrj.br/MM/As%20Ciencias%20e%20suas%20praticas.htm#_edn5>. Acesso em: 10 out. 2006.

MUNIESA, Fabian. *The provoked economy:* economic reality and the performative turn. New York: Routledge, 2014.

MUNIESA, Fabian. Actor-network theory. In: WRIGHT, James D. (Ed.). *International encyclopedia of the social & behavioral sciences.* 2. ed. Amsterdã: Elsevier, 2015. p.80-84.

MUSIANI, Francesca. Nains sans géants: architecture décentralisée et services Internet. 2012. 351f. Tese (Doutorado Socio-économie de l'innovation)-l'École Nationale Supérieure des Mines de Paris, Paris, 2012. Disponível em: <https://pastel.archives-ouvertes.fr/pastel-00795169/document>. Acesso em: 10 dez. 2017.

NAKAMOTO, Satoshi. Bitcoin: a peer-to-peer electronic cash system. *Bitcoin.org,* [S.l.], [2008]. Disponível em: <https://bitcoin.org/en/bitcoin-paper>. Acesso em: 13 abr. 2015.

NAHUIS, Roel; LENTE, Harro van Where are the politics?: perspectives on democracy and technology. *Science, Technology, & Human Values,* [S.l.], v. 33, n. 5, 2008.

NALU, 2017. Reação escrita enviada a Luiz Arthur Silva de Faria sobre experiência de transcrição de entrevista. Nome fictício.

NELSON. Nelson: s*obre a moeda Mumbuca segundo a visão de dono de ótica que não aceita a moeda.* [09 abr. 2015]. Entrevistador: L. A. S. Faria. Maricá: [s.n.], 2015. Nome fictício.

NEIBURG, Federico. Imaginary moneys and the Popular Economy in Haiti. Artigo submetido a American Ethnologist. s/d.

NEIBURG, Federico. Os sentidos sociais da economia. In: DUARTE, Luiz Fernando Dias (Org.). Antropologia. São Paulo: ANPOCS: Barcarolla, 2010. (Horizontes das ciência sociais no Brasil).

NEIBURG, Federico**.** *Curso Antropologia da Economia*. 2014. Notas de aula. Programa de pós-graduação em antropologia social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

NOTA Técnica sobre Finanças Solidárias. In: FÓRUM BANCO CENTRAL SOBRE INCLUSÃO FINANCEIRA, 2., 2010. Brasília. *Anais eletrônicos…* Brasília, DF: Banco Central, 2010. Anexo. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/microfinancas/anais_II_forum_inclusao_financeira.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2018

O QUE é GNU? Gnu.org, [S.l], c1996. Disponível em: <http://www.gnu.org/>. Acesso em: 03 mar. 2010.

OLIVEIRA, Bárbara Magalhães de Aguiar. A (r)evolução das moedas sociais: do palmacard ao e-dinheiro. Instituto Banco Palmas, Fortaleza [2016]. Disponível em: <http://www.institutobancopalmas.org/a-revolucao-das-moedas-sociais-do-palmacard-ao-e-dinheiro/>. Acesso em: 10 jan. 2017.

ONTO, Gustavo Gomes. *Curso Antropologia da Economia*. 2015. Notas de aula. Programa de pós-graduação em antropologia social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ONTO, Gustavo Gomes. *Ficções econômicas e realidades jurídicas:* uma etnografia da política de defesa da concorrência no Brasil. 2016. 280f. Tese (Doutorado em Antropologia Social)- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2016.

OPEN money. França, c2018. Disponível em: <http://www.open-money.fr/br/>. Acesso em: DD MM 2018.

OSTROM, Elinor. *Governing The Commons*: The Evolution of Institutions for Collective Action. Cambridge University Press. 1990 Disponível em <http://www.cooperationcommons.com/node/361>. Acesso em: 01 ago. 2010.

OSTROM, Elinor. *Gouvernance des biens communs:* pour une nouvelle approche des ressources naturelles, Bruxelles, De Boeck, 2010. (Planète en jeu). Tradução de: Governing the commons: the evolution of institutions for collective action.

OSTROM, Elinor. Par-delà les marchés et les états: la gouvernance polycentrique des systèmes économiques complexes, 2011. Tradução de Éloi Laurent. *Revue de l'OFCE,* [Paris], v. 1, n. 120, p. 13-72, 2012. Débats et politiques, Économie du développement soutenable.

PABLO Capilé, encruzilhadas, ZL vórtice. *Tvamericalatina,* [S.l], publicado em 18 jun. 2013. YouTube. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=QqN1xcSiJPY> . Acesso em 10 set 2013.

PAGAMENTO por celular é sancionado pela presidenta Dilma. Publicado em 11 out. 2013. Disponível em: <http://www.telcomp.org.br/site/index.php/blog/pagamento-por-celular-e-sancionado-pela-presidenta-dilma>. Acesso em: 11 jul. 2018.

PAMPLONA, Leonardo. *Leonardo Pamplona:* sobre a institucionalização do apoio aos bancos comunitários segundo o responsável pela área de economia solidária do BNDES. [15 jul. 2015]. Entrevistador: L. A. S. Faria. Rio de Janeiro: [s.n.], 2015.

PARDO-GUERRA, Juan Pablo. *Making markets:* infrastructures, engineers and the moral technologies of finance, 2014a.

PARDO-GUERRA, Juan Pablo. *Curso Antropologia da Economia*. 2014b. Notas de aula. Programa de pós-graduação em antropologia social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

PATRÍCIA. *Patrícia*: sobre o Banco Mumbuca segundo a visão de um funcionário. [15 set. 2015]. Entrevistador: L. A. S. Faria. Maricá: [s.n.], 2015.

POCHMANN, Marcio. Reconfiguração bancária recente e microcrédito no Brasil. In: MATOS, Franco de; MACAMBIRA JÚNIOR, Leôncio José Bastos; CACCIAMALI, Maria Cristina (Org.). *A atividade e a política de microcrédito no Brasil:* visões sobre sua evolução e futuros desafios. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho; São Paulo: USP, 2014. cap. 4, p. 75-92.

POLANYI, Karl. *A grande transformação:* as origens da nossa época. 2. ed. Tradução de Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Campus, 2000[1944].

POLANYI, Karl. The economy as instituted process. In: POLANYI, Karl; ARENSBERG, Conrad M.; PEARSON, Harry W. (Ed.). *Trade and market in the early empires:* economies in history and theory. Glencoe: Free Press, 1957. cap. 13, p. 243-270.

POLICARPO, Lúcia Mara da Silva Rosa. *Lúcia Mara da Silva Rosa Policarpo*: sobre a moeda Mumbuca segundo a visão da proprietária do primeiro estabelecimento cadastrado para aceitar a Mumbuca. [02 fev. 2016]. Entrevistador: L. A. S. Faria. Maricá: [s.n.], 2016.

PRÉ-SAL cria novo mapa dos royalties. O GLOBO, 17 set. 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/pre-sal-cria-novo-mapa-dos-royalties-21832755>. Acesso em: 16 de nov. de 2017.

PREFEITO de Maricá lança moeda social Mumbuca. LSM, 30 dez. 2013. Disponível em: <https://leisecamarica.com.br/prefeito-de-marica-lanca-moeda-social-mumbuca/ > . Acesso em: 16 dez. 2017.

PRIMAVERA, Heloisa. Declaração proferida em encontro com Joaquim Melo durante o Festival Emergências. Rio de Janeiro, dezembro de 2015.

PRIMAVERA, Heloisa. . Declaração proferida durante apresentação do artigo A digital community bank: mapping negotiation mechanisms in its consolidation as an alternative to commercial banks. IV Conferencia Internacional de Monedas Sociales y Complementarias: Dinero, Conciencia y Valores para el Cambio Social, 2017a, Barcelona.

PRIMAVERA, Heloisa. *Futuro sin fronteras:* monedas sociales y otras urgencias de este tiempo. [Buenos Aires]: Biblioteca Permacultura, 2017b.

PRIMO, Rodrigo Sampaio. O discurso do global nas comunidades de software livre: estudo de caso do wordpress. 2017. 100f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Sistemas e Computação)-COPPE, UFRJ, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://www.cos.ufrj.br/index.php/en/publicacoes-pesquisa/details/20/2806>. Acesso em: 10 jan. 2018.

PROCESSO, 2003. 20º JUIZADO ESPECIAL DE FORTALEZA-CE. PROCESSO Nº 1482/03 (T.C.O. Nº 336/2003 – 30º D.P.)

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *A democracia na América Latina:* rumo a uma democracia de cidadãs e cidadãos. Tradução de Mônica Hirts. Santana do Parnaíba, SP: LM&X, 2004. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/pdf/TextoProddal.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2017.

QUEM se importa MOEDAS ALTERNATIVAS O 'PALMAS' Legendado em Inglês. *Canal Instituto Plamas,* [Fortaleza], publicado em 15 dez. 2014. YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=F5CESijAP08>. Acesso em: 28 dez. 2017.

QUERINO, Tiago. *Tiago Querino:* sobre a moeda tempos, o corais.org, o projeto Universidade Livre do Teatro Vila Velha segundo a visão de um ex-aluno e atual participante da coordenação do projeto. [17 abr. 2015]. Entrevistadores: L. A. S. Faria e F. G. Severo. Salvador: [s.n.], 2015.

RABIN, Cláudio Goldberg. token no blockchain da ethereum. *Portal do Bitcoin,* 05 mar. 2018. Disponível em: <https://portaldobitcoin.com/bndes-criara-token-no-blockchain-da-ethereum/>. Acesso em: 20 jul. 2018.

RANADA, Camilo. Movimento monetário mosaico: nosso livro. In: ARKEL, Henk van et al. (Org). *Onde está o dinheiro?.* Dacasa Editora: Porto Alegre, 2002. p. 9-10. Disponível em: <://web.archive.org/web/20030902122415/http://www.momomo.org:80/pdf_en_zip/ondeestaodinheiro.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2017.

RAYMOND, Eric Steven. The Cathedral and the Bazaar. 2001. Disponível em <http://www.unterstein.net/su/docs/CathBaz.pdf>. Acessop em 05 ago. 2018.

REICHE, Rogers. *Rogers Reiche:* sobre a moeda Bitcoin segundo a visão de um participante do FISL. [7 maio 2015]. Entrevistador: L. A. S. Faria. Rio de Janeiro: [s.n.], 2015.

REZENDE, Pedro Antonio Dourado de. Possíveis futuros para o último bastião da liberdade digital: as Criptomoedas. In: FÓRUM INTERNACIONAL DE SOFTWARE LIVRE, 15., 2014, Porto Alegre. *Apresentação…* [S.l.: s.n.], 2014.

RIBEIRO, Darcy. Darcy Ribeiro (depoimento, 1978). Rio de Janeiro, CPDOC, 2010. 61 p. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/historiaoral/arq/Entrevista471.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2010.

RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro: A formação e o sentido de Brasil. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIGO, Ariádne Scalfoni. *Moedas sociais e bancos comunitários no Brasil:* aplicações e implicações teóricas e práticas. 339f. Tese (Doutorado em Administração)-Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

ROCHA, Tião (Sebastião). Declaração proferida durante qualificação de mestrado de Fernando Gonçalves. Rio de Janeiro, 05 mai. 2015.

ROLNIK, Suely. Esquizoanálise e Antropofagia. In: ALLIEZ, Éric (Org.). *Gilles Deleuze, une vie philosophique.* Paris: Les empêcheurs de penser en rond, Synthélabo, 1998. p. 463-476.

ROTHBARD, Murray N. O sistema bancário de reservas fracionárias. *Mises Brasil,* [São Paulo], 2010a. Disponível em: <https://imb17.azurewebsites.net/Article.aspx?id=311>. Acesso em: 13 dez. 2017.

ROTHBARD, Murray N. As crises monetárias mundiais. 2010b. Disponível em: <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=258>. Acesso em: 20 set. 2017.

SALOMÃO, I. L. et. al. O TECNOJOVEM e a ITESS: oportunidades em ES. In: IV Congresso da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – Rede ITCPs e II Simpósio Internacional de Extensão Universitária em Economia Solidária, 2015, Salvador. CADERNO DE RESUMOS. Salvador, 2015.

SAMUEL**.** Reação escrita enviada a Luiz Arthur Silva de Faria sobre experiência de transcrição de entrevista. 2017. Nome fictício.

SANTIAGO, Eduardo Girão. Microcrédito, emancipação empreendedora e combate à pobreza: controvérsias e outros caminhos. In: MATOS, Franco de; MACAMBIRA

JÚNIOR, Leôncio José Bastos; CACCIAMALI, Maria Cristina (Org.). *A atividade e a política de microcrédito no Brasil:* visões sobre sua evolução e futuros desafios. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho; São Paulo: USP, 2014. cap. 3, p. 55-74.

SANTOS, João Manoel. Declaração proferida durante o Hackathon do Solidários 2018 – Encontro Global de Bancos Solidários de Desenvolvimento. Disponível em <http://bancossolidarios.global/>. Acesso em: 10 jun. 2018.

SARRES, Marcos. *Marcos Sarres:* sobre o E-dinheiro e a Money Clip. Maricá. [08 dez. 2015] Entrevistador: L.A.S. Faria. Maricá: [s.n.], 2015b.

SATYAN, Aline et al. *Coralizando:* um guia de colaboração para a economia criativa. Versão 1.2. [S.l.:s.n.],[2011]. Disponível em: <http://corais.org/sites/default/files/livro_coralizando_versao_1_2.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2018.

SCIAMMARELLA, Natália. *Natália Sciammarella:* sobre o Banco Mumbuca segundo a visão da coordenação do banco. [13 maio 2015]. Entrevistador: L. A. S. Faria. Maricá: [s.n.], 2015.

SCIAMMARELLA, Natália. *Natália Sciammarella:* declaração proferida durante evento com secretários da Prefeitura de Maricá. [27 set. 2018].

SCOTT, Brett. Visions of a techno-leviathan: the politics of the bitcoin blockchain. *E-International Relations,* [S.l.], jun. 2014. Disponível em: <http://www.e-ir.info/2014/06/01/visions-of-a-techno-leviathan-the-politics-of-the-bitcoin-blockchain/>. Acesso em: 01 jun. 2014.

SENAES fecha acordo de cooperação com Banco Central, 2010. Acontece SENAES, Brasília, p. 1, mar, 2010.

SEMENOVA, Alla. The origins of money: evaluating chartalist and mettalist theories inthe context of ancient Greece and Mesopotamia. Kansas City, Missouri. 2011. Disponível em <https://mospace.umsystem.edu/xmlui/bitstream/handle/10355/10843/SemenovaOriMonEva.pdf?sequence=1>. Acesso em: 19 ago. 2017.

SERRES, Michel. Polegarzinha: Uma forma de viver em harmonia, de pensar as instituições, de ser e de saber. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2013

SESTARI, Eduardo. Declaração proferida na oficina *Bancos comunitários e moedas sociais*, promovida pelo Comitê de Arranjos Produtivos, Inovação, Desenvolvimento Local, Regional e Socioambiental (CAR-IMA) do BNDES. Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 2016.

SEVERO, Fernando. TICs e TACs: o refazimento de softwares e engenheiros no limiar entre as ciências e os segredos. 2016. 176f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Sistemas e Computação)-COPPE, UFRJ, Rio de Janeiro, 2016.

SEVERO, Fernando, 2018. [Sobre a frente de Moedas Digitais do Laboratório Informática e Sociedade – LabIS/PESC/UFRJ]. Rio de Janeiro. Reunião com Luiz Arthur Silva de Faria em 05 de julho de 2018.

SEYFAND, Gill; LONGHURST, Noel. Growing green money? Mapping community currencies for sustainable development. *Ecological Economics,* Amsterdam, v. 86, p. 65-77, Feb. 2013. Sustainable urbanisation: a resilient future.

SHOR, Ira; FREIRE, Paulo. *Medo e Ousadia:* o cotidiano do professor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (Educação e comunicação; v.18).

SIMMEL, Georg. *A Filosofia do Dinheiro.* Trad. de Antonio Carlos Santos. Paris: PUF, 1987 [1908].

SINGER, Paul. *Uma utopia militante:* repensando o socialismo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. (Zero à esquerda).

SINGER, Paul. O banco comunitário de desenvolvimento como política pública de economia solidária. In: BANCO Palmas 15 anos: resistindo e inovando. São Paulo: A9 Editora, 2013. v. 1. p. 35-39.

SINGER, Paul, 2015, Palestra ministrada no Festival Emergências. Rio de Janeiro, dezembro de 2015.

SIQUEIRA, Érica S. Declaração proferida durante apresentação do artigo A digital community bank: mapping negotiation mechanisms in its consolidation as an alternative to commercial banks. IV Conferencia Internacional de Monedas Sociales y Complementarias: Dinero, Conciencia y Valores para el Cambio Social, 2017, Barcelona.

SIQUEIRA, É. S. et al. A digital community bank: mapping negotiation mechanisms in its consolidation as an alternative to commercial banks. In: IV Conferencia Internacional de Monedas Sociales y Complementarias, 2017, Barcelona. IV Conferencia Internacional de Monedas Sociales y Complementarias, 2017.

SPINOLA, Lucia. *Lucia Spinola:* sobre o microcrédito no Banco Palmas segundo a responsável pela atividade em 2015. [21 ago. 2015]. Entrevistador: L. A. S. Faria. Rio de Janeiro: [s.n.], 2015.

SOLIDARITÉ, 2017. *Solidarité:* sobre o evento Start in ESS e a economia solidária na França. [28 abr. 2017]. Entrevistador: L.A.S. Faria. Paris: [s.n.], 2017.

COUTROT, Thomas et al. Sortir de l'austérité sans sortir de l'euro… grâce à la monnaie fiscale complémentaire. *Libération.fr,* [S.l.], 8 mars 2017. Disponível em: <http://www.liberation.fr/debats/2017/03/08/sortir-de-l-austerite-sans-sortir-de-l-euro-grace-a-la-monnaie-fiscale-complementaire_1554260>. Acesso em: 12 jan. 2018.

SOUZA, Henrique Pavan Beiro de; FERNÁNDEZ, Ramón Vicente Garcia. Moedas sociais e desenvolvimento: uma discussão teórica = Social currencies and development: a theoretical discussion. INTERNATIONAL CONFERENCE ON SOCIAL AND COMPLEMETARY CURRENCIES, 3., 2015, Salvador BA. *Papers…* Salvador, BA: Universidade Federal da Bahia, 2015.

SOUZA, Henrique Pavan Beiro de. Monetary theories and social currencies an attempt to construc analytical frameworks. In: NTERNATIONAL CONFERENCE ON SOCIAL AND COMPLEMENTARY CURRENCIES: MONEY, CONSCIOUSNESS AND VALUES FOR SOCIAL CHANGE, 4., 2017. Barcelona. *Trabalho…* Barcelona: Universitat Oberta de Catalunya, 2017.

STALLMAN, Richard. Is Digital Inclusion a Good Thing? How Can We Make Sure It Is?" I*EEE Communications Magazine,* [S.l.], v. 48, n. 2, p. 112-118, Feb. 2010.

STAR, Susan Leigh. Infrastructure and ethnographic practice: Working on the Fringes. *Scandinavian Journal of Information Systems,* [S.l.], v. 14, n. 2, p. 107-122, 2002.

STAR, Susan Leigh; RUHLEDER, Karen. Steps toward an ecology of infrastructure: design and access for large information spaces. Oct. 1995. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download;jsessionid=402BF84165866DAFBE7956C7FFD41445?doi=10.1.1.88.3121&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 20 jun. 2017.

STAR, Susan Leigh; Bowker, Geoffrey. How to infrastructure. In: LIEVROUW, Leah A.; LIVINGSTONE, Sonia. (Ed.). *Handbook of new media:* social shaping and social consequences of ICTs. London: Sage, 2006. cap. 9, p. 151-162.

STENGERS, Isabelle. *Quem tem medo da ciência?:* ciências e poderes. São Paulo: Sicililano, 1990.

TAVAN, Duygu. A brave, new Bitcoin world? *The Banker,* [S.l], 01 Aug. 2013. Seção transactions & technology / technology.

TAVARES, Flávio. *1961:* o golpe derrotado: luzes e sombras do movimento da legalidade. Porto Alegre: L&PM, 2011.

TCHERNEVA, Pavlina R. Chartalism and the tx-driven approach to money. In: Philip Arestis, Malcolm C. Sawyer: A handbook of alternative monetary economics. MPG Books. Inglaterra. 2006

TECNOLOGIA blockchain será objeto de cooperação entre BNDES e KfW. *BNDES,* [S.l.], fev. 2018. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/tecnologia-blockchain-sera-objeto-de-cooperacao-entre-bndes-e-kfw>. Acesso em: 23. abr. 2018.

THE MONEY fix. Direção: Alan Rosenblinth. Local: EUA, 2009. Disponível em: <https://vimeo.com/36606084>. Acesso em: 10 jun. 2013.

THÉRET, Bruno. *Bruno Théret:* sobre experiências de moedas sociais complementares segundo a visão de um economista. [12 maio 2017]. Entrevistador: L. A. S. Faria. Barcelona: [s.n.], 2017.

THÉRET, Bruno. Birth, life and death of a provincial complementary currency from Tucuman, Argentina (1984 – 2003). In: GÓMEZ, Georgina M. (Ed.). *Monetary plurality in local, regional and global economies***.** London: Routledge. 2018. cap. 8. Disponível em <https://www.academia.edu/36548872/BIRTH_LIFE_AND_DEATH_OF_A_PROVINCAL_COMPLEMENTARY_CURRENCY_TUCUMAN_-ARGENTINA_1985_2003>. Acesso em: 25 ago. 2018.

THÉRET, Bruno; ZANABRIA, Miguel. Sur la pluralité des monnaies publiques dans les fédérations: une approche de ses conditions de viabilité à partir de l'expérience argentine récente. *Économie et Institutions,* [S.l.], 10-11, 2007.

UERJ, o símbolo da crise sem fim do Rio. EXAME, 21 ago. 2017. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/uerj-o-simbolo-da-crise-sem-fim-do-rio/>. Acesso em 17 mai. 2018.

VOU processar a Petrobras, diz Quaquá em entrevista ao jornal O Dia. *O Dia,* Rio de Janeiro, 12 out. 2015.

WEBER, Max. Réponse finale aux critiques. In: WEBER, Max. *Sociologie des religions*. Paris: Gallimard, 1996. (Collection Bibliothèque des Sciences humaines). p. 133-163.

WEBER, Max. *A ética protestante e o "espírito" do capitalismo.* São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEBER, Max. *Historia Geral da Economia*. Tradução de Klaus Von Pushen. São Paulo: Centauro, 2006.

WELKER, Marina; WOOD, David. Shareholder activism and alienation. Current Anthropology, [S.l.], v. 52, n. S3, Apr. 2011. Suplemento 3. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/10.1086/656796>. Acesso em: 30 mai. 2017.

WILSON, David Sloan. The woman who saved economics from disaster: who is Elinor Ostrom?. *Evonomics*, [S.l.], Feb. 2016. Disponível em: <http://evonomics.com/the-woman-who-saved-economics-from-disaster/>. Acesso em: 15 já. 2018.

WILLIAM. *William*: sobre a moeda Mumbuca segundo a visão de gerente de bar que não aceita a moeda. [13 maio 2015]. Entrevistador: L. A. S. Faria. Maricá: [s.n.], 2015. Nome fictício.

WINNER, Langdon Do Artifacts have Politics?. In: WINNER, Langdon. *The whale and the reactor:* a search for limits in an age of high technology. Chicago: University of Chicago Press, 1986. p. 19-39. Tradução por Fernando Manso. Reprodução livre, em português brasileiro, do texto original para fins de estudo, sem vantagens pecuniárias envolvidas. Todos os direitos preservados.

WOORTMANN, K. *Casa e família operária:* anuário antropológico/80. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará, Tempo Brasileiro, 1982.

ZAIDAN, Kemel. Bitcoin: o futuro do dinheiro é open source (e livre). In: FÓRUM INTERNACIONAL DE SOFTWARE LIVRE, 15., 2014, Porto Alegre. *Apresentação…* [S.l.: s.n.], 2014.

ZELIZER, Viviana A. *[Entrevista concedida à Radio Australia em junho de 1998]*. 1998. Disponível em <http://www.abc.net.au/money/vault/extras/extra1.htm>. Acesso em 05 jun. 2013.

ZELIZER, Viviana A. The purchase of intimacy. *Law & Social Inquiry,* [S.l.], v. 25, n. 3, p. 817-848, Summer, 2000. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/829137>. Acesso em:

ZELIZER, Viviana A. *La signification sociale de l'argent.* [Paris]: Seuil, 2005.

NOTAS DE TRADUÇÃO

i It supposedly doesn't affect the kind of transactions we make, or the kind of relations we establish while making those exchanges.

ii disparition des liens communautaires au développement de l'usage de l"argent

iii un moyen qui devient une fin

iv Selon l'approche chartaliste, la politique fiscale de l'Etat est ce qui fonde en premier lieu la monnaie

v KeithHart (1986) suggested that coins are two-sided for the good reason that political authority andmarket exchange are both indispensable to money.

vi [i]l n'existerait donc pas de société sans monnaie dans la mesure la monnaie est constitutive de la dette et que les liens de dette - entre les individus eux-mêmes et entre les individus et la totalité sociale - sont les fondations de toute société

vii la liberté, la justice et la personne ne peuvent être comprise qu'au milieu des arrangements monétaires spécifiques qui nous donnent nos différentes identités sociales

viii sociétés anciennes dans lesquelles différents objets sont utilisés pour différents usages de la monnaie

ix considérer que les sociétés modernes ne connaissent pas de special purpose money

x d'usages monétaires différenciés

xi l'existence de formes et de monnaies diverses (comme les monnaies associatives)

xii The idea that currencies are made by states is contradicted by many studies of proliferating monetary instruments produced by other bodies (…).

xiii un ensemble de pratiques instituantes et d'institutions constituées répondant au principe selon lequel un groupe plus ou moins étendu s'engage dans une activité collective productrice de biens tangibles ou intangibles mis à, disposition des *commoners* ou d'une collectivité plus large, selon des règles démocratiques d'auto-organisation

xiv ce sont les pratiques sociales qui se nouent autour de celle-ci (…) qui doivent être analysées et qui permettent d'instituer la ressource (ici la monnaie) en tant que commun

S'il n'existe pas de commun par nature, ce sont bien les pratiques sociales qui se nouent autour d'une ressource qui permettent de l'instituer en tant que tel.

xv First, the notion of translation emphasizes the continuity of the displacements and transformations which occur in this story: displacements of goals and interests, and also, displacements of devices, human beings (…). To translate is to displace (…). Translation is the mechanism by which the social and natural worlds progressively take form.

xvi By ethnographic research, anthropologists mean the ever-evolving Malinowskian program of an ethnographer in the field conducting participant-observation paired with a range of other methods, living within a community, and getting deeply into the rhythms, logics, and complications of life as lived by a people in a place, or perhaps by peoples in places

xvii We had found an empty coffer, one month and a half of wages' debts, anticipated payments of revenue-sharing transfers, and moreover, late payments of wages with till 25 days of delay. (…) Between the factors of (…) endebtment there was (…) a fall in federal transfers. (…) In five months we succeeded in paying the equivalent of six and a half months of public wages, in a critical and hard financial context.

xviii Thus is defined a non legal tender tax anticipation scrip, a temporary bond of redemption of debts denominated in the federal unit of account, and convertible into the legal tender currency at par, till its date of nullity and under specific conditions to be fixed by the provincial government.

xix Thus the bocade was also an instrument of social peace-keeping.

xx Thus the bocade was still in 2001 strongly supported by local economic interests who saw it not only as an economic instrument, but also as a representation of their mutual interdependances and of their belonging to a territorial community of local development.

xxi Was the bocade an efficient device to reduce it? Here the answer is clearly yes, since bocades were a much cheaper credit than bank loans and public securities sold on financial markets.

xxii that is to be able not only to reduce public debt without inflation, but also to promote a local economy less dependant from external fluctuations and « one fits all » federal monetary policy, a local fiscal CC requires a minimum mastership of its tax base by the local public power.

xxiii the level of a CC's circulation must be maintained between two thresholds, a minimum under which there is no local effect on growth, and a maximum above which the CC is no more sustenable

xxiv the bocade disappeared (…), at the expense of high provincial fiscal costs, according to the requisite of the IMF which required the redemption of these monies since they were ruining the business of the external and « eternal » debt.

xxv Barry Eichengreen summarized: "It costs only a few cents for the Bureau of Engraving and Printing to produce a $100 bill, but other countries had to pony up $100 of actual goods in order to obtain one".

xxvi I have directed Secretary Connally to suspend temporarily the convertibility of the dollar into gold or other reserve assets, except in amounts and conditions determined to be in the interest of monetary stability and in the best interests of the United States.

xxvii Was the bocade an efficient device to reduce it? Here the answer is clearly yes, since bocades were a much cheaper credit than bank loans and public securities sold on financial markets.

xxviii Heureusement, les controverses dans lesquelles son engagés les scientifiques offrent une voie royale pour y pénétrer et pour y retrouver la chaleur de l'histoire.

xxix A discourse, then, is a self-elaborating 'heterogeneous ensemble' that combines techniques and technologies, metaphors, language, practices, and fragments of other discourses around a support or supports. It produces both power and knowledge: individual and institutional behavior, facts, logic, and the authority that reinforces it. It does this in part by continually maintaining and elaborating 'supports', developing what amounts to a discursive infrastructure. It also continually expands its own scope, occupying and integrating conceptual space in a kind of discursive imperialism. Like a paradigm, much of the knowledge generated by a discourse comes to form 'common sense'.

xxx The commons is a general term for shared resources in which each stakeholder has an equal interest. Studies on the commons include the information commons with issues about public knowledge, the public domain, open science, and the free exchange of ideas — all issues at the core of a direct democracy.

xxxi There may be situations where this model can be applied, but many groups can effectively manage and sustain common resources if they have suitable conditions, such as appropriate rules, good conflict-resolution mechanisms, and well-defined group boundaries.

xxxii In a libertarian commons, anyone has a right to use [...] some public resource [...]. In contrast, an associational commons exists when some good is controlled by a group. Boyle distinguishes between the commons and the public domain, noting that the former involves rules, norms, and other restraints that are absent in the latter.

xxxiii learned as part of membership

xxxiv links with conventions of practice

xxxv embodiment of standards

xxxvi is fixed in modular increments, not all at once or globally

xxxvii CEF states that the project was only intended to provide a mobile channel for the poor who are already clients of the bank; Banco Palmas, in its turn, wanted to attract people to the project who do not have access to banks, and thus increase the social inclusion in the region. Vivo saw the project as an opportunity to gain a market share for its mobile service in a region where they lag behind their competitors; and Mastercard said that this project is just an experience about something (mobile payment) that is only going to be fully realized in 10 to 15 years from now.

xxxviii They definitely believe that closed platforms, such as the case of the pilot project, will not survive and so should not be further encouraged

xxxix MDS has been interested in developing a mobile solution for benefit payments, but imposes serious restrictions which means that its platform is not interoperable

xl cercles dont l'ensemble définit l'état des opérations de traductions et de convictions propres à une communauté scientifique

xli a) the agents pursue their own interests and to this end perform economic calculations which can be considered an operation of optimization and/or maximization; b) the agents generally have divergent interests, which lead them to engage in c) transactions which resolve the conflict by defining a price. [...] A market implies a peculiar anthropology which assumes a calculative agent (“calculative agencies”).

xlii In order to become calculative, agencies need to be equiped. But this equipment is neither all in the brains of human beings nor all in their socio-cultural frames or their institutions. What is it then? How on earth does one become calculative, since this competence is neither in human nature nor in institutions?

xliii simple question: who (or what) actually calculates (and how) when we say that ‘the market’ calculates? Answers waver between two extreme positions. The first corresponds to the solution opted for by neoclassical economic theory: agents calculate because they are calculative by nature. The second, preferred by sociology and anthropology, attempts to show that in observable behaviours calculation — considered to be a set of quantitative practices — is marginal and at best an ex post

rationalization for choices grounded in other logics.

xliv In short, it restores to markets the political dimension that belongs to them and constitutes their organization as an object of debate and questioning.

xlv growing domination of a form of organized market, that of the United States

xlvi Commercial banks create money, in the form of bank deposits, by making new loans. When a bank makes a loan, for example to someone taking out a mortgage to buy a house, it does not typically do so by giving them thousands of pounds worth of banknotes. Instead, it credits their bank account with a bank deposit of the size of the mortgage. At that moment, new money is created. For this reason, some economists have referred to bank deposits as ‘fountain pen money’, created at the stroke of bankers’ pens when they approve loans.

xlvii [t]his note is a legal tender for all debts public and private except duties on imports and interest on the public debt; and is receivable in payment of all loans made to the United States

xlviii For instance, in Louisville Railroad Co. v. Letson (1844) the Supreme Court decided that corporations were artificial persons, but that they were ‘capable of being treated as a citizen of that state, as much as a natural person’ (p. 558).

xlix “When all is said,” he wrote, “there seems to be a genus of which State and Corporation are species” (Maitland 1938:ix). Work by Elana Shever (2012) also highlights the ways in which the individuality of the corporate person is like that of a government rather than a natural individual.

l (…) the corporation’s constituents are unified through their generic representation as a set of individuals with only one relevant characteristic: they are all motivated by gain (Stout 2012). In other words, the corporation is just a scaled-up version of Economic Man.

li Economics is the study of economizing, Economizing is the allocation of scarce resources among alternative ends.

lii man’s livelihood may or may not involve the necessity of choice and, if choice there be, it need not be induced by the limiting effect of a “scarcity” of means

liii The question is not-as it is conventionally put-are shells, woodpecker scalps, cattle, goats, dog teeth, or kula valuables "really" "money?" It is, rather, how are the similarities and the differences between such items and dollars related to similarities and differences in socio-economic structure?

liv Primitive money performs some of the functions of our own money, but rarely all; the conditions under which supplies are forthcoming are usually different; primitive money is used in some ways ours is not.

lv Any article which can be classed as 'money' or 'currency' must fulfill certain essential conditions; it must function as a medium of exchange and as a common measure of value, it must be the instrument of condensing wealth, the means by which value can be accumulated. Money also, as a rule, serves as the standard of deferred payments.

lvi it is nationally-integrated market organization which accounts for those Western monetary traits they use as a model of "real" money

lvii sociétés anciennes dans lesquelles différents objets sont utilisés pour différents usages de la monnaie

lviii In market-integrated economy very different items and services are directly comparable, because all are available at prices stated in the same money

lix But if we do not assume that money is neutral but consider that monetary regimes impact growth and debt regimes, the quality of a monetary regime cannot be reduced to the stability of the prices of money

lx Yes, homo economicus does exist, but is not an a-historical reality; he does not describe the hidden nature of the human being.

lxi economics performs, shapes and formats the economy, rather than observing how it functions

lxii “separate spheres and hostile worlds”: (…) The theory gained force with reactions to nineteenth-century industrial capitalism. Although earlier theorists had often allowed for the coexistence of solidarity and self-interest, both advocates and critics of industrial capitalism adopted the assumption that industrial rationality was expelling solidarity, sentiment, and intimacy from markets, firms, and national economies (Hirschman 1977; Tilly 1984).

lxiii nothing but economic rationality, nothing but culture, and nothing but politics.

lxiv In the broadest terms, people create connected lives by differentiating their multiple social ties from each other, marking boundaries between those different ties by means of everyday practices, sustaining those ties through joint activities (including economic activities), but constantly negotiating the exact content of important social ties.

lxv economic activities of production, consumption, distribution, and asset transfers play

significant parts in most such relations. Interpersonal relations

lxvi If there is, for Tarde, a mistake to be avoided, it is to take social facts “as things,” (…) Polanyi, of an “embeddedness” of that which is economic in that which is social had the great impracticality of assuming the prior existence of society

lxvii dissolving all structures—that of the pure and perfect market, of course, but also those of the social world which are accepted by sociologists like Durkheim and his disciples. ...

lxviii [...] two entirely different things: first, a moviment during a process of assembling; and second, a specific type of ingredient that is supposed to differ from other materials”

lxix the basic social skills provide only one tiny subset of the associations making up societies

lxx It's the power exerted through entities that don't sleep and associations that don't break down that allow power to last longer and expand further …— and, to achieve such a feat, many more materials than social compacts have to be devised.

lxxi Instead of asking what reality is, he gave matters a subversive phenomenological twist, italicizing the following question: Under what circumstances do we think things are real? […] differentiating the several different "worlds" that our attention and interest can make real for us, the possible subuniverses, the "orders of existence" (to use Aron Gurwitsch's phrase)

lxxii Most of us find that very threatening because we prefer to think of face-to-face relations as one of the last refuges of warmth in a bureaucratic winter. Under Goffman's lens we see a micropolitlcs as grimly cold and as cheerfully staged as international diplomacy. That may be why Goffman's work- Frame Analysis particularly- shows us a model for linking microsociology to macrosociology

lxxiii Latour nos enseñaría que la verdad nunca se impone por sí misma, sino que necesita de voceros y portaestandartes. Hoy que las “fakenews” espantan a los bien pensantes y olientes, hoy que es fácil echarle la culpa a los algoritmos de Google y de Facebook de haber entronizado a Donald Trump como la gran némesis, debemos volver a Latour, pero también a Varela, a Maturana, a Prigogine, a René Thom y todos nuestros aliados de los años 70 para entender por qué no entendemos casi nada, si tomamos como medida la eficiencia de nuestras acciones que buscan el cambio disruptivo y que logran ser tan espectaculares y espasmódicas como poco expansibles, sostenibles y viralizables.

lxxiv Latour nos enseñaría que la verdad nunca se impone por sí misma, sino que necesita de voceros y portaestandartes.

lxxv the real poor are those to whom no one has granted a loan.

lxxvi The success of the project was further reflected in the increasing number of users and the number of correspondent outlets, growing from 20,000 to 150,000 outlets in a decade, totaling more than six times the number of regular bank branches, and serving more than 40 million Brazilians who otherwise had no access to banking services (Banco Central, 2011).

lxxvii First, the old-fashioned face-to-face interaction between bank officers and clients—what Lazarus (2012) calls the test, or the trial, of credit (l’épreuve du crédit)—is now routinized

lxxviii Sortir de l’austérité sans sortir de l’euro… grâce à la monnaie fiscale complémentaire. (…) Aussi, de nombreux économistes et certains politiques s’accordent sur la nécessité de retirer aux banques leur privilège de création de la monnaie, et la Suisse votera sur cette question en 2018.

lxxix Introduire des liquidités dans une économie en crise grâce à une monnaie complémentaire, adossée aux recettes fiscales à venir, permettrait d’imaginer d’imaginer d’autres politiques sans pour autant remettre en question la monnaie commune.

lxxx prestataires

lxxxi Gesell’s proposal was disarmingly simple: make money less attractive to hold on to. Money, he argued, should age, just like commodities. It must go out of date like a newspaper, rot like potatoes, rust like iron, and evaporate like ether.

lxxxii La creación de una base de datos actualizada y homogénea, tanto en España como a escala internacional, es una de las tareas más urgentes para consolidar las monedas complementarias y mostrar su potencial. Sin ello, la confusión, la descoordinación y el descontrol se apoderan de este ámbito, lo que dificulta su divulgación y, por tanto, su capacidad de crecimiento y transformación social.

lxxxiii El estudio establece cuatro tipologías de monedas complementarias: los bancos de tiempo, los sistemas decrédito mutuo, las monedas locales y los mercados de trueque.

lxxxiv Son sistemas destinados a superar la escasez de dinero en efectivo y a facilitar el intercambio entre un grupo de usuarios, por lo general en un mercado regular

lxxxv l’existence de formes et de monnaies diverses (comme les monnaies associatives)

lxxxvi Like bicycles, machine tools and genomic techniques, market devices – from trading pits to

trading screens, from cheques to point-of-sale systems – are as much cultural projects as they are feats of engineering.

lxxxvii There, from 9:30 a.m. to 4 p.m. each weekday, sit 50 people all males eyes firmly attached to monitors. The players are mostly under 30, wearing T shirts, blue jeans and baseball caps. They talk to one another even as they pound on the keyboards. More often they just stare intently or blurt insults at the screens. (Schifrin & McCormack, 1998)

lxxxviii you see 4000 shares for ZXYZ for sale at 22 ½ on Island and you want to buy stock at 22 ½. … You would press <Shift 2> to enter an order to buy 1000 shares (2 lots of 500). …Want to buy 2000 shares? Just press <Shift 2> twice. Fun. (Anonymous, 1995–1997, 16 February 1996)

lxxxix a preference for the cheap, simple and fast over the expensive, complex and cumbersome. 'I write programs to solve problems', Levine told journalist Dan Brekke. 'I enjoy writing elegant programs. Island's an elegant solution to an annoying problem' (email, 22 March 1999).

xc people and of technical designs

xci Early and frequent releases are a critical part of the Linux development model.

xcii (…) configuration of ideas than the mathematical empire dominating economic theory. The mathematical empire was founded on the assumption that self-interest automatically leads to collective wellbeing. Lin's work was founded upon a stubborn fact of life: self-interest often leads to the overexploitation of resources and other problems that make life worse for everyone, not better.

xciii Le développement des communs monétaires peut résulter des niveaux territoriaux de décision multiples (des plus territorialisés vers le niveau global), combinant également des organisations diverses et partenariales (privées, publiques, communautaires, etc.) supposant ainsi - mais pouvant favoriser - une capacité de participation citoyenne auto-organisée forte (…) Cependant, à travers les monnaies associatives, émergent des formes de souverainetés non étatiques et reposant sur des groupes institués de la société civile. Cependant, à travers les monnaies associatives, émergent des formes de souverainetés non étatiques et reposant sur des groupes institués de la société civile. Ces groupes engendrent alors des souverainetés subsidiaires qui ne visent pas à renverser la souveraineté monétaire nationale, mais plutôt à la compléter à différentes échelles territoriales (…) L'enjeu est alors de réapprendre à vivre ensemble et le commun en est le moyen pertinent. La monnaie devrait être le premier de ces communs qu'il reste à construire.

xciv Cette pluralité des formes monétaires, des émetteurs, des souverainetés, caractérise une gouvernance polycentrique (Ostrom, 2011).

xcv Au-delà de la gestion par le collectif institué du fonds de réserve, ce fonds pourrait être multiplié de façon à autoriser une émission au delà de la stricte quantité d'euros collectés, sur le modèle des réserves fractionnaires.

xcvi instruments monétaires qui servent de moyen de paiement

xcvii La monnaie est abstraite et immatérielle: c'est d'abord et avant tout de la gestion de l'institution dont il s'agit, bien plus que de celle de sa manifestation objectivée dans les moyens de paiement. (...) ce sont les pratiques sociales qui se nouent autour de celle-ci (auto-organisation, transparence des règles, régulation collective, participation des acteurs, pas d'appropriation individuelle du surplus, coopération des membres, processus décisionnel participatif et collectif, etc.) qui doivent être analysées et qui permettent d'instituer la ressource (ici la monnaie) en tant que commun.

xcviii [...] what makes cyberspace so different is that it is constituted by these laws of nature that we write.

xcix The longer this interval, that is to say, the more time the return gift or counter-gift takes to arrive, moving further and further out of the giver´s field of vision, the more the given will experience herself as desinterested. The shorter the interval, the more the gift will be experienced as calculative.

c (…) that the buyer and the seller , once the transaction has been concluded, can be quits. If the thing remains entangled, the one two receives itis never quit and cannot escape from the web of relations. The framming is never over. The debt cannot be settled.

ci In my new book, The Social Life of Money (2014), I argue that almost all forms of money contain a utopian strain.

cii There are now several thousand alternative monetary systems in operation worldwide, using a range of different media and accounting schemes designed to foster local economic growth, resist financial exclusion or challenge what many believe to be the persistent and damaging hegemony of states and banks in the way that money is produced and managed

ciii surge of interest

civ An image of money as a thing that must be kept scarce – in order for its value to be protected

(...)

cv Bitcoin's 'digital metallism' – its similarity to gold – is a huge disadvantage. In other words, the very feature of Bitcoin that renders it attractive as an open and democratic monetary system that is free from asymmetrical power structures – the software that controls exactly how many Bitcoins will be produced – undermines its operation as form of money.

cvi Bitcoin rests on a theory of money that is closer to the politics of austerity than to socially progressive monetary reform.

cvii Bitcoin's ideology helps to sustain it as an asset (or tool of speculation), while undermining it as a form of money.

cviii because as sociologists of science and technology will tell you, machines never do anything quite by themselves

cix chaque objet réclame sa méthode

cx allowed ANT to shift attention from the 'doing' to the 'making do'

cxi ANT questions the boundaries between disciplines and, more profoundly, between the social and the natural sciences, favoring approaches that are able to cope with heterogeneous realities.

cxii (…) si nous nous privons d'un certain nombre d'outils disciplinaires, en revanche nous enquêtons avec les personnes concernées, dans les situations, au plus près des expériences. Accompagner, c'est bien le sens profond du mot méthode que nous retrouvons là, et ce souci lui redonne ses exigences esthétique, éthique et politique.(…) S'il y a méthode, elle est moins anti-disciplinaire qu'a-disciplinaire

cxiii leur capacité à appeler, à provoquer, à « faire faire » (...) les attachements nous font autant que nous lesfaisons

cxiv une conception « additive » du travail du chercheur

cxv ANT indeed portrays the researcher in general, and the social scientist in particular, as an entangled participant rather than as an external observer viewing reality from above.

cxvi un savoir indépendant des réalités

cxvii notre propre enquête est elle-même une expérience qui s'ajoute à l'expérience en cours

cxviii (…) c'est essayer avec ses techniques propres (incluant des concepts et des théories) d'aider à faire surgir, à mieux cerner, à faire réaliser une expérience particulière, sur un mode non exhaustif, aux côtés des acteurs. Non pas se substituer à eux, mais coopérer avec eux et, dans ce processus de coopération, faire peut-être apparaître de nouvelles perspectives.

cxix quiero significar una posición cognitiva asumida por los científicos del Tercer Mundo y de América Latina, que sin emigrar de sus países – sentido en que se utiliza comúnmente la expresión "fuga de cerebros" – orientan su trabajo científico en función de los frentes de investigación, de los sistemas de recompensa y de publicación de los países desarrollados